

Corregedoria-Geral
da Justiça Federal

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA

Tribunal Regional Federal da

4ª REGIÃO



2021

Conselho da Justiça Federal

Corregedoria-Geral da Justiça Federal

Inspeção ordinária no Tribunal Regional Federal da 4ª Região – 13 de setembro a 22 de outubro de 2021

Processo SEI 0002170-81.2021.4.90.8000

Ministro JORGE MUSSI
Corregedor-Geral da Justiça Federal

ELABORAÇÃO
Corregedoria-Geral da Justiça Federal

SUMÁRIO

A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO	5
B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO	7
C. OBSERVAÇÕES GERAIS	10
D. UNIDADES JURISDICIONAIS	28
I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO	28
GABINETE DA PRESIDÊNCIA	28
Desembargador Federal RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA	28
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	40
Desembargador Federal FERNANDO QUADROS DA SILVA	40
GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL	56
Desembargador Federal CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JÚNIOR	56
II - GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS	73
GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA	73
Desembargadora Federal LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH	73
Desembargador Federal LEANDRO PAULSEN	97
Juiz Federal MARCELO DE NARDI	121
GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA	141
Desembargadora Federal MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE	141
Desembargador Federal RÔMULO PIZZOLATTI	164
Juiz Federal ALEXANDRE ROSSATO DA SILVA ÁVILA	188
GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA	215
Desembargador Federal ROGÉRIO FAVRETO	215
Desembargadora Federal MARGA INGE BARTH TESSLER	237
Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA	256
GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA	278
Desembargador Federal VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	278
Desembargador Federal LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE	299
Desembargadora Federal VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA	320
GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA	343
Desembargador Federal OSNI CARDOSO FILHO	343
Desembargador Federal ROGER RAUPP RIOS	368
Juiz Federal FRANCISCO DONIZETE GOMES	393
GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA	414
Desembargadora Federal TAÍS SCHILLING FERRAZ	414
Desembargador Federal JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA	442
Juiz Federal JULIO GUILHERME BEREZOSKI SCHATTSCHNEIDER	470

TURMA REGIONAL SUPLEMENTAR DO PARANÁ	500
Desembargador Federal MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	500
Desembargador Federal LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO	524
Desembargadora Federal CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	547
TURMA REGIONAL SUPLEMENTAR DE SANTA CATARINA	567
Desembargador Federal SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	567
Desembargador Federal PAULO AFONSO BRUM VAZ	591
Desembargador Federal CELSO KIPPER	616
GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA	642
Desembargador Federal LUIZ CARLOS CANALLI	642
Desembargadora Federal SALISE MONTEIRO SANCHOTENE	662
Juiz Federal DANILO PEREIRA JUNIOR	684
GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA	704
Desembargador Federal JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	704
Desembargador Federal CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ	727
Juiz Federal NIVALDO BRUNONI	748
E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO	766
Diretoria Judiciária	766
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes	772
Secretaria de Recursos	779
Secretaria de Registros e Informações Processuais	796
Secretaria de Precatórios	805
Secretaria dos Órgãos Julgadores (Turmas, Seções, Corte Especial e Plenário)	811
F. UNIDADES ESPECIAIS	832
Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais	832
Coordenadoria do Sistema de Conciliação	843
Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região	858
Núcleo de Assuntos da Magistratura	884
Comite de Segurança Permanente	898
Estatística	906
Sistemas Judiciais Eletrônicos	910
G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO	928

A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei 11.798, de 29 de outubro de 2008, do art. 3º, inciso III, do Provimento 1/2009 e da Portaria CJF 496 de 28 de setembro de 2021, ambos da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o Ministro Jorge Mussi, Corregedor-Geral, determinou a realização de inspeção no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, abrangendo as seguintes áreas: unidades jurisdicionais, unidades processantes e órgãos de apoio jurisdicional.

A inspeção foi realizada no período de 18 a 22 de outubro de 2021, e foram designados para conduzir os trabalhos – conforme o inciso III do art. 21 do Provimento da Corregedoria 1/2009 – os Desembargadores Federais Gilda Sigmaringa Seixas, do TRF da 1ª Região; Guilherme Couto de Castro e Marcello Ferreira de Souza Granado, do TRF da 2ª Região; Daldice Maria Santana de Almeida e Luis Carlos Hiroki Muta, do TRF da 3ª Região; Élio Wanderley de Siqueira Filho e Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, do TRF da 5ª Região; e os Juízes Federais auxiliares da Corregedoria-Geral Daniela Pereira Madeira e João Batista Lazzari.

Para auxiliá-los na inspeção, foram nomeados os seguintes servidores: Armea Vieira Delmondes de Almeida, Bruna Marques Rozenberg, Bruno José Nogueira, Cecy de Andrade Leite Cavalcanti, Denise Guimarães Tângari, Evilane Prata Antunes Ribeiro Martins, Fabiana Montori Vianna, Fábio Bordin de Sales, Gabriela Carvalho Valet Rodrigues, Glaucio Southier, Glaura Reis Credie Passos, Igor Lacet Reis Fernandes, Janderson Gonçalves Cossoniche, Joelmir Rodrigues da Silva, Lúcia de Fátima Pontes de Souza, Márcia Alves da Silva Abi-Acl, Marta Fernandes Marinho Curia, Patrícia de Almeida Montalvão Soares, Paulo José Saffioti Júnior, Raquel Lopes Jorge, Renato de Oliveira Paes, Renato Nunes Rodrigues de Freitas, Rosa Miriam Farias Prysthon, Sérgio de Araújo Pitanga, Shirley Catani Mariani, Simone Katsuren Nakasato e Vicente Masip y Quintas.

Preliminarmente, foram solicitadas estatísticas processuais aos gabinetes dos desembargadores federais e às unidades processantes, bem como a listagem dos processos do Tribunal para seleção da amostra.

Na realização dos trabalhos de inspeção, utilizou-se sistema de controle com acesso pela internet para apresentar e reunir informações consideradas relevantes, armazenando-se, num único ambiente web, os questionários e a lista de processos previamente enviados pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, que foram preenchidos pelos gabinetes e unidades inspecionadas. Nesse sistema foram agregadas as informações dos processos inspecionados, bem como as impressões gerais sobre as unidades.

Para a abertura e o acompanhamento da inspeção, foram feitas as devidas comunicações ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao Ministério Público Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Federal da Ordem dos

Advogados do Brasil e à Ordem dos Advogados do Brasil nas Seccionais do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Determinou-se que, durante a inspeção, as atividades jurisdicionais e administrativas do TRF 4ª da Região prosseguissem normalmente.

B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

As inspeções nos Tribunais Regionais Federais sofreram evolução desde a edição da Lei 11.798, de 29 de outubro de 2008. A Corregedoria-Geral da Justiça Federal empenhou esforços no sentido de aprimorar, continuamente, a coleta de informações e as técnicas de acompanhamento e controle da gestão administrativa e processual das Cortes Federais, assim como a elaboração de diagnóstico real, capaz de contribuir para disseminar boas práticas administrativas e judiciárias e corrigir eventuais deficiências de organização ou funcionamento das unidades inspecionadas.

Pautadas pelo propósito de coletar objetivamente dados e informações, eliminando, ao máximo, os riscos de uma avaliação meramente subjetiva, as inspeções foram idealizadas e concretizadas como práticas rotineiras, feitas a cada dois anos nos Tribunais Regionais Federais, com continuidade nas autoinspeções. Destinam-se a orientar a salutar prática do autoconhecimento, visando à transparência, eficiência e celeridade na prestação jurisdicional.

Os critérios adotados para selecionar os processos, por amostragem, e os dados solicitados em questionários e entrevistas nas inspeções propriamente ditas têm como objetivo fornecer retrato real e atualizado da gestão administrativa-processual de cada órgão jurisdicional, que contribua para uma visão nacional da instituição, de forma a permitir formular políticas gerais de planejamento e desenvolvimento para a Justiça Federal, de forma a nivelar e democratizar o acesso e a prestação jurisdicional para todos os cidadãos brasileiros de qualquer localidade ou região do território nacional.

Os preparativos da inspeção bienal iniciam-se com a autoinspeção, gerando relatórios com uma gama de informações das unidades jurisdicionais, analisados pela Corregedoria-Geral, e que servem de instrumento para o acompanhamento permanente da situação processual e administrativa, além de base para a definição do escopo da nova inspeção.

Em seguida, o trabalho de campo é diretamente realizado no tribunal, a partir da análise, por amostragem, de processos de listagem elaborada por determinadas fases críticas, considerando importantes fatores como tempo de tramitação, de conclusão e de julgamento; nível de atendimento das prioridades estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça; perfil quantitativo e qualitativo do acervo processual em tramitação; quadro histórico e evolução da gestão processual e administrativa; e comportamento da unidade na curva geral de desempenho médio no tribunal.

A partir da análise de processos da amostragem, as equipes de inspeção, quando não for necessário ampliar o foco da análise para outras situações e feitos, identificam as boas práticas e eventuais deficiências, inclusive por meio de entrevistas com magistrados e servidores, para registro nos relatórios prévios elaborados com liberdade de atuação analítica, mas sempre dentro de parâmetros mínimos de objetividade e equidade.

Os relatórios prévios das equipes são conferidos e sistematizados para formação do relatório final da inspeção, abrangendo unidades jurisdicionais e processantes. Importante ressaltar que a maior ou a menor complexidade de cada inspeção e do relatório sempre dependem da situação de funcionamento e organização de cada órgão e tribunal, especialmente no tocante à qualidade, consistência, acessibilidade e confiabilidade das informações, bem como dos mecanismos internos para o respectivo controle e consolidação.

Destaque para a análise preliminar do tribunal, a título de “Observações Gerais”, que informa dados estatísticos, processuais e organizacionais, com a respectiva análise, destinada a traçar um perfil médio das unidades jurisdicionais, o que, no caso do TRF da 4ª Região, foi feito principalmente com base nas respectivas seções especializadas.

A propósito, são coletadas e fornecidas informações importantes, a serem consideradas no exame do relatório das unidades específicas, porque servem de apoio para estudos comparativos, bem como para a adoção de política geral de gestão processual e administrativa da Corte, na medida em que indicam tendências de comportamento ou desempenho geral das unidades inspecionadas.

O relatório trata da inspeção de unidades jurisdicionais e processantes diretamente vinculadas à prestação jurisdicional. Nas jurisdicionais, separam-se os gabinetes do corpo diretivo, com atribuições muito específicas, dos demais gabinetes vinculados às seções e turmas.

O relatório das unidades jurisdicionais é feito por gabinete, dentro da respectiva seção e turma, para permitir análise com base em condições semelhantes de trabalho, com eventuais ressalvas cabíveis (por exemplo, em relação a tempo de atuação junto à unidade), viabilizando um exame fundado em critérios homogêneos de aferição.

São levantados os dados funcionais do magistrado, com objetivo de historiar a respectiva atuação no gabinete/turma e seção; os dados administrativos da unidade, em particular os atinentes ao quadro funcional; bem como os relativos à atividade-fim, analisados sob a perspectiva estatística, organizacional e processual.

As boas práticas e a metodologia de trabalho de cada unidade são registradas para estudo e divulgação. Toda a lista de feitos da amostragem é examinada, identificando, processo a processo, os pontos positivos ou críticos da tramitação processual, com o intuito de arrolar as principais ocorrências e definir qual a tendência predominante na gestão da unidade, para efeito de reconhecimento de boa prática ou apontamento de eventual recomendação de medida de gestão. Do mesmo modo ocorre na inspeção das unidades processantes.

O relatório segue o padrão objetivo de análise. Eventual reiteração de termos ou expressões é proposital porque decorre da constatação de situações concretas realmente idênticas nas diferentes unidades inspecionadas, demonstrando, inclusive, a existência de situações sistêmicas, estruturais, persistentes e comuns à Corte como um todo.

A apresentação deste relatório não poderia deixar de mencionar que ainda existe espaço para evolução na inspeção dos Tribunais Regionais Federais. Nessa atuação a Corregedoria-Geral da Justiça Federal tem trabalhado constantemente para a busca do aprimoramento de metodologias e técnicas aplicáveis, não apenas no momento da inspeção, mas, especialmente, nas fases de pré-inspeção e pós-inspeção.

O resultado que ora se apresenta retrata as informações e os dados colhidos na análise de 1.925 processos, trabalhados segundo padrões objetivos de controle por fases e situações processuais, com intuito de fornecer diagnóstico atualizado da situação da gestão processual e administrativa nas várias unidades do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

C. OBSERVAÇÕES GERAIS

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4, sediado em Porto Alegre-RS, foi inspecionado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal no período de 18 a 22 de outubro de 2021. A Corte é composta por 27 desembargadores federais e 6 juízes federais convocados que ocupam gabinetes jurisdicionais. O Tribunal funciona com Tribunal Pleno, Órgão Especial, quatro seções e dez turmas especializadas. A seguir estão a composição e as respectivas competências:

Mesa Diretora:

- Desembargador Federal - RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA (Presidente);
- Desembargador Federal - FERNANDO QUADROS DA SILVA - (Vice-Presidente)
- Desembargador Federal - CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JÚNIOR (Corregedor Regional)

Corte Especial

- Desembargador Federal RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA (Presidente)
- Desembargador Federal - FERNANDO QUADROS DA SILVA (Vice-Presidente)
- Desembargador Federal - CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JÚNIOR (Corregedor Regional)
- Desembargadora Federal - MARGA INGE BARTH TESSLER
- Desembargadora Federal - MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE
- Desembargador Federal - PAULO AFONSO BRUM VAZ
- Desembargador Federal - LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO
- Desembargador Federal - CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ
- Desembargador Federal - VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS
- Desembargador Federal - JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA
- Desembargadora Federal - VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA
- Desembargadora Federal - CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI
- Desembargador Federal - JOÃO PEDRO GEBRAN NETO
- Desembargador Federal - LEANDRO PAULSEN
- Desembargador Federal - SEBASTIÃO OGÉ MUNIZ
- Desembargadora Federal - VÂNIA HACK DE ALMEIDA
- Desembargador Federal - ROGER RAUPP RIOS

1ª Seção – Tributária e Execuções fiscais:

- Desembargadora Federal LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH
- Desembargador Federal LEANDRO PAULSEN
- Desembargadora Federal MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE
- Desembargador Federal RÔMULO PIZZOLATTI
- Juiz Federal MARCELO DE NARDI
- Juiz Federal ALEXANDRE ROSSATO DA SILVA ÁVILA

2ª Seção – Administrativa, Civil e Comercial:

- Desembargadora Federal MARGA INGE BARTH TESSLER

- Desembargador Federal ROGERIO FAVRETO
- Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA
- Desembargador Federal VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS
- Desembargador Federal LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE
- Desembargadora Federal VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA

3ª Seção – Previdência e Assistência Social:

- Desembargador Federal ROGER RAUPP RIOS
- Desembargador Federal OSNI CARDOSO FILHO
- Desembargador Federal JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA
- Desembargadora Federal TAÍS SCHILLING FERRAZ
- Desembargador Federal LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO
- Desembargador Federal MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA
- Desembargadora Federal CLAUDIA CRISTINA CRITOFANI
- Desembargador Federal PAULO AFONSO BRUM VAZ
- Desembargador Federal CELSO KIPPER
- Desembargador Federal SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ
- Juiz Federal FRANCISCO DONIZETE GOMES
- Juiz Federal JULIO GUILHERME BEREZOSKI SCHATTSCHEIDER

4ª Seção – Penal:

- Desembargadora Federal SALISE MONTEIRO SANCHOTENE
- Desembargador Federal LUIZ CARLOS CANALLI
- Desembargador Federal CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ
- Desembargador Federal JOÃO PEDRO GEBRAN NETO
- Juiz Federal DANILO PEREIRA JUNIOR
- Juiz Federal NIVALDO BRUNONI

Além dos gabinetes dos magistrados federais, foram inspecionadas as seguintes unidades: Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais, Coordenadoria do Sistema de Conciliação, Escola da Magistratura, Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, Diretoria Judiciária, Secretaria de Recursos, Secretaria de Registros e Informações Processuais, Secretaria de Precatórios, Secretaria dos Órgãos Julgadores, Núcleo de Assuntos da Magistratura, Comitê de Segurança Permanente, Estatística e Sistemas Judiciais Eletrônicos.

Para a avaliação da prestação jurisdicional do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, foram inicialmente levantados os dados estatísticos, processuais e administrativos das seções especializadas da Corte e de suas respectivas turmas.

A análise processual foi feita por meio de amostragem no âmbito de cada unidade inspecionada, tendo sido previamente selecionados 1.925 processos, nas mais diferentes classes e fases processuais, com identificação de situações eventualmente críticas e cujo exame físico ou eletrônico coube às equipes formadas por magistrados e servidores.

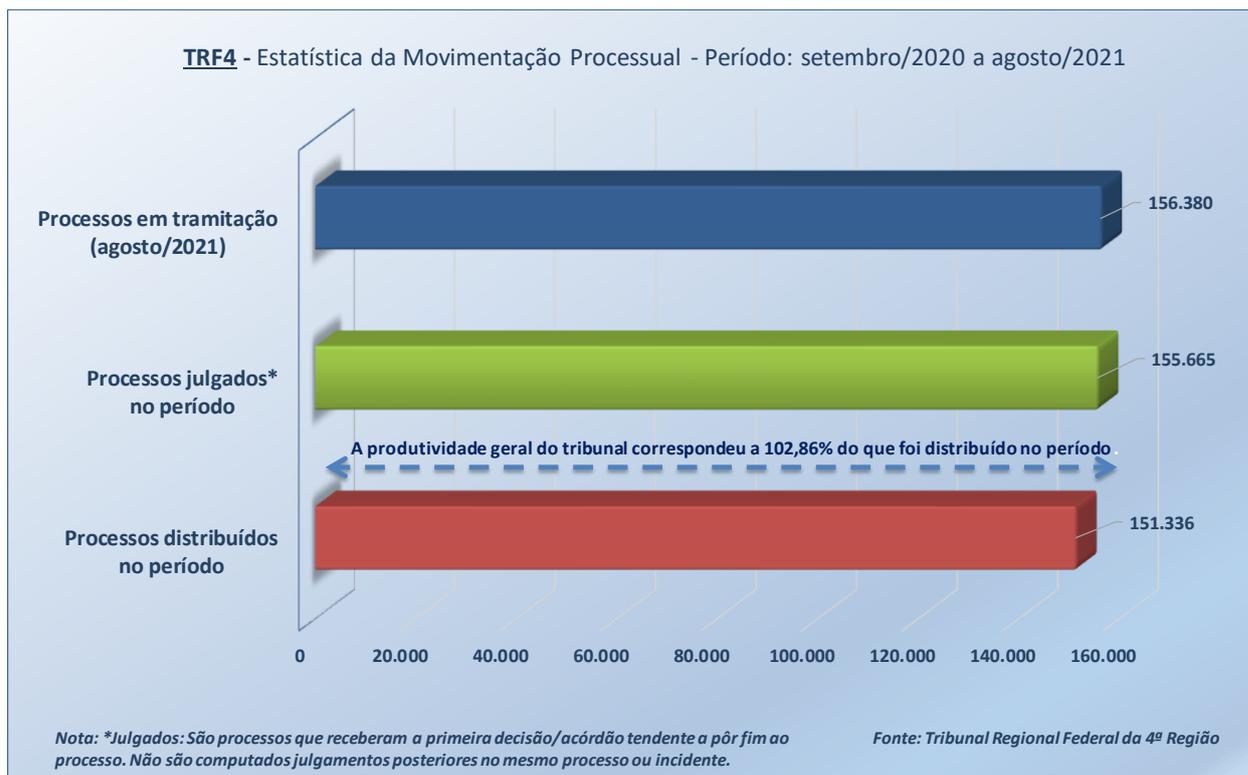
Os resultados das avaliações concretas de cada acervo constam dos relatórios individuais das respectivas unidades, nos quais se registram, ainda, metodologia de trabalho, gestão de pessoal e processual, boas práticas, observações gerais e recomendações.

A avaliação conjunta entre equipes da Corregedoria-Geral e das unidades inspecionadas, por meio de reuniões e troca de experiências durante e após a inspeção, buscou identificar o perfil médio do Tribunal pelas respectivas turmas, gabinetes e demais órgãos inspecionados, mediante a sistematização dos relatórios prévios das unidades.

Numa primeira vertente, a inspeção consistiu em diagnosticar os indicadores de distribuição, produtividade, tramitação ajustada e conclusão dos feitos junto à Corte e das metas processuais do CNJ. Compreende-se como **distribuição** o total de processos protocolados no Tribunal, por meio automatizado ou manual, de forma ordinária ou por dependência, em determinado período. Por **produtividade**, define-se a quantidade de processos julgados na Corte, excluindo-se os embargos de declaração e os agravos internos ou regimentais. Por **tramitação ajustada**, considera-se o número de processos em estoque, descontados os suspensos/sobrestados. Finalmente, por **conclusão**, o total de processos estocados em gabinete prontos para julgamento.

Nesses termos, para a aferição dos indicadores das unidades inspecionadas, adotou-se como referencial o período de setembro/2020 a agosto/2021, ou seja, os doze meses anteriores à etapa inicial da inspeção ocorrida em setembro de 2021, sendo considerados como dados oficiais aqueles fornecidos pelo Núcleo de Estatística e Informações Gerenciais, subordinada à Assessoria de Planejamento e Gestão – APLANG, que, por sua vez, está vinculada à Diretoria Geral – DG. Isso considerado, registrou-se que a Corte recebeu 151.336 ações judiciais, distribuídas entre as dez turmas e as quatro seções especializadas. A divisão da distribuição processual entre os gabinetes que compõem a mesma seção foi equânime com remessa média de 7.191 feitos para aqueles que compõem a 1ª Seção; 5.101 para os que compõem a 2ª Seção; 6.112 para as turmas que compõem a 3ª Seção; e 1.017 para os que compõem a 4ª Seção. A única exceção foi a Turma Regional Suplementar do Paraná, que, diferentemente das demais que compõem a 3ª Seção, apresentou distribuição média 11,27% menor, com remessa de 5.147 processos por gabinete.

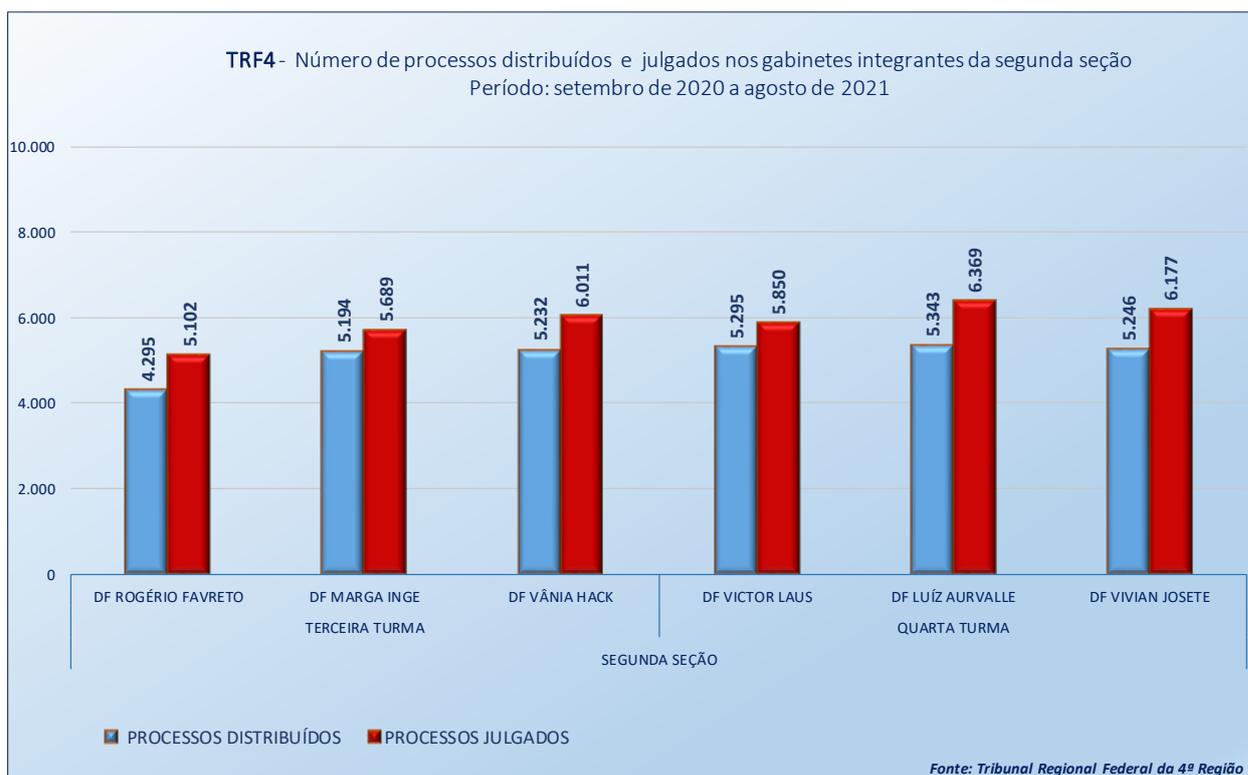
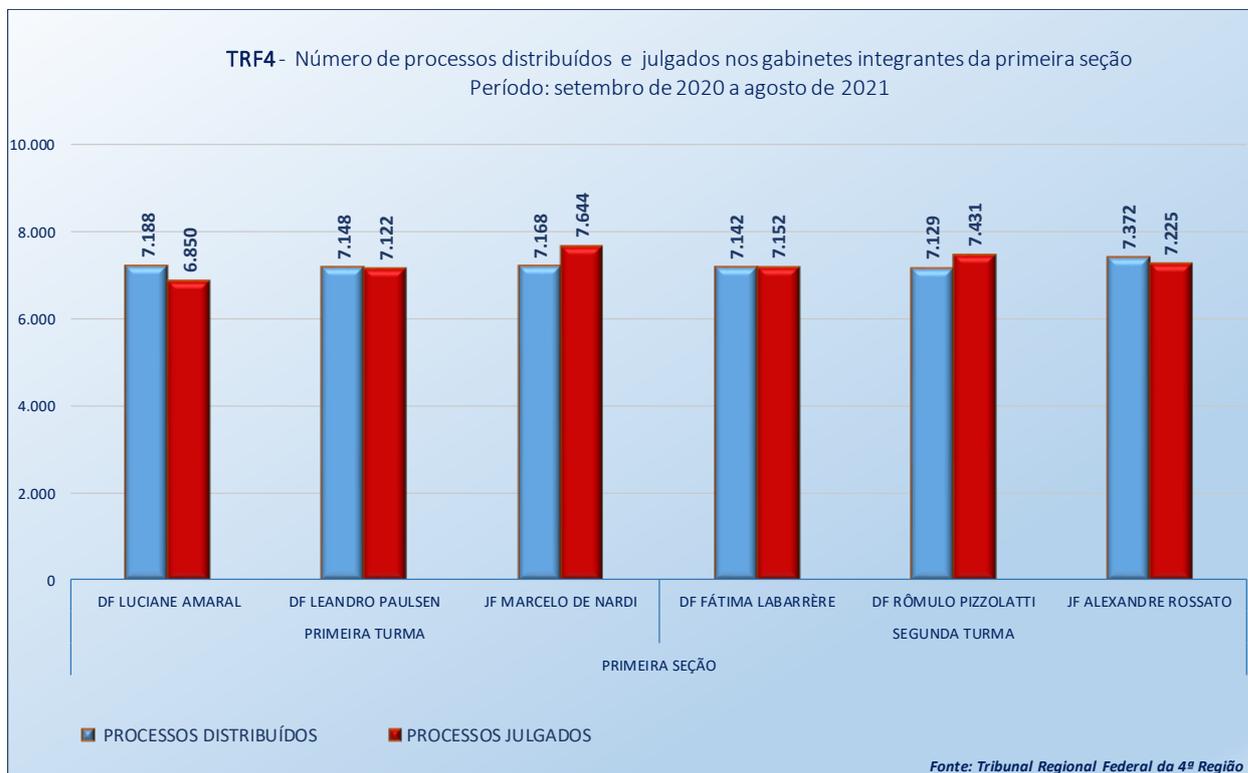
Quanto à produtividade, no mesmo período, o TRF da 4ª Região julgou globalmente o total de 155.665 processos, o que resulta em um percentual de produtividade média de 102,86%. Vale dizer, a Corte julgou uma quantidade de feitos maior que os distribuídos no mesmo período, como graficamente descrito na forma a seguir:

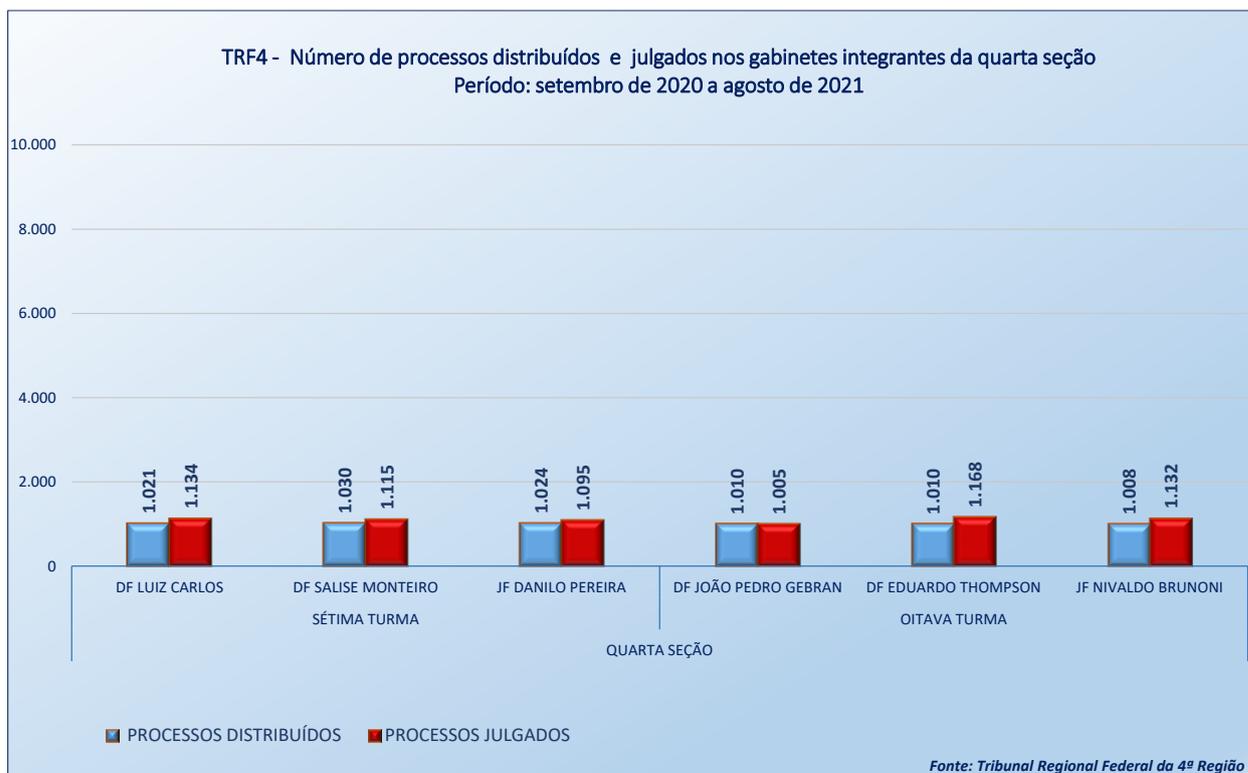
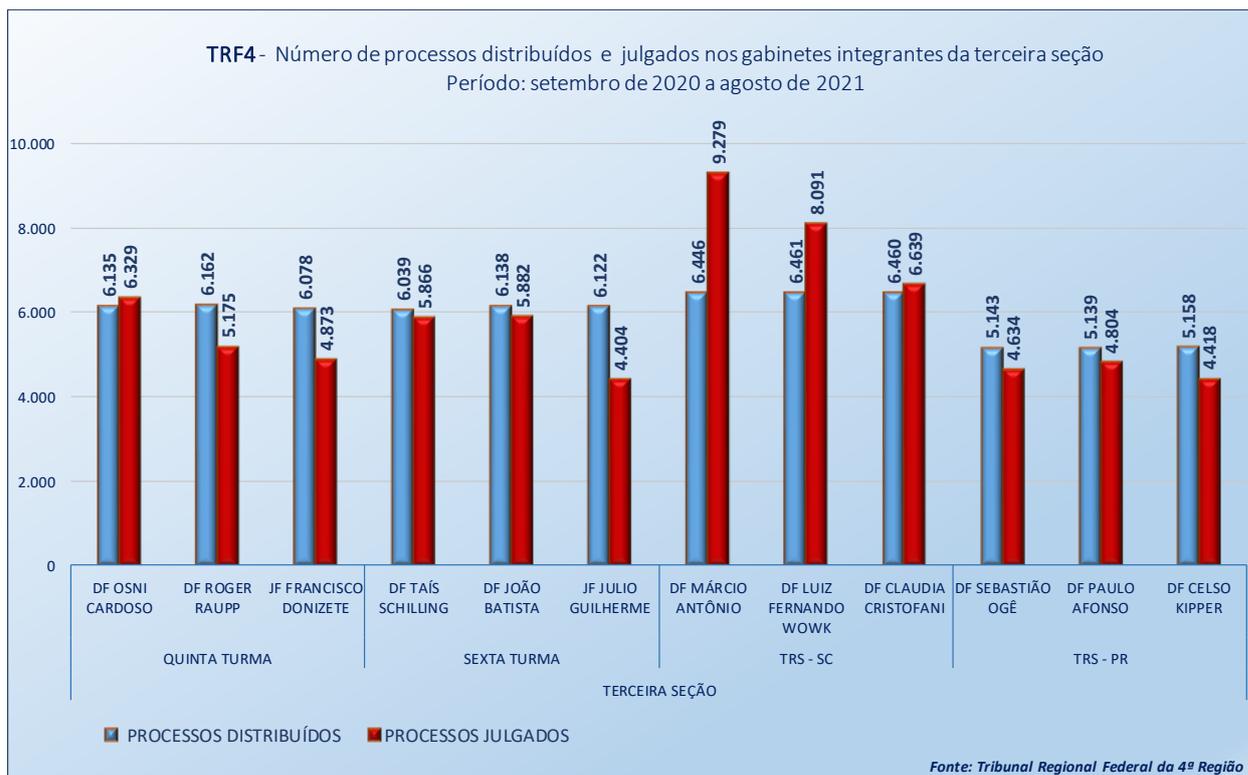


O detalhamento desses números permite a obtenção também da produtividade setorial do Tribunal, ou seja, a razão entre o número de processos julgados e distribuídos por turma especializada, nos seguintes percentuais:

- 1ª Turma: produtividade de 101%, com 21.504 distribuídos e 21.616 julgados;
- 2ª Turma: produtividade de 101%, com 21.643 distribuídos e 21.808 julgados;
- 3ª Turma: produtividade de 114%, com 14.721 distribuídos e 16.802 julgados;
- 4ª Turma: produtividade de 116%, com 15.884 distribuídos e 18.396 julgados;
- 5ª Turma: produtividade de 89%, com 18.375 distribuídos e 16.377 julgados;
- 6ª Turma: produtividade de 88%, com 18.299 distribuídos e 16.152 julgados;
- 7ª Turma: produtividade de 109%, com 3.075 distribuídos e 3.344 julgados;
- 8ª Turma: produtividade de 109%, com 3.028 distribuídos e 3.305 julgados;
- TRS – SC: produtividade de 124%, com 19.367 distribuídos e 24.009 julgados;
- TRS – PR: produtividade de 90%, com 15.440 distribuídos e 13.856 julgados.

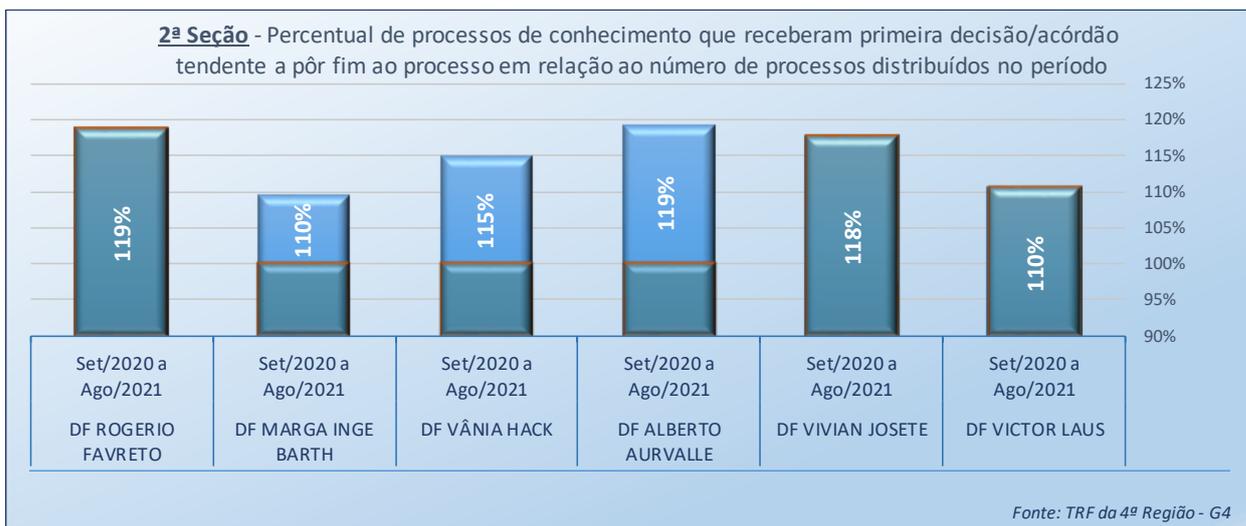
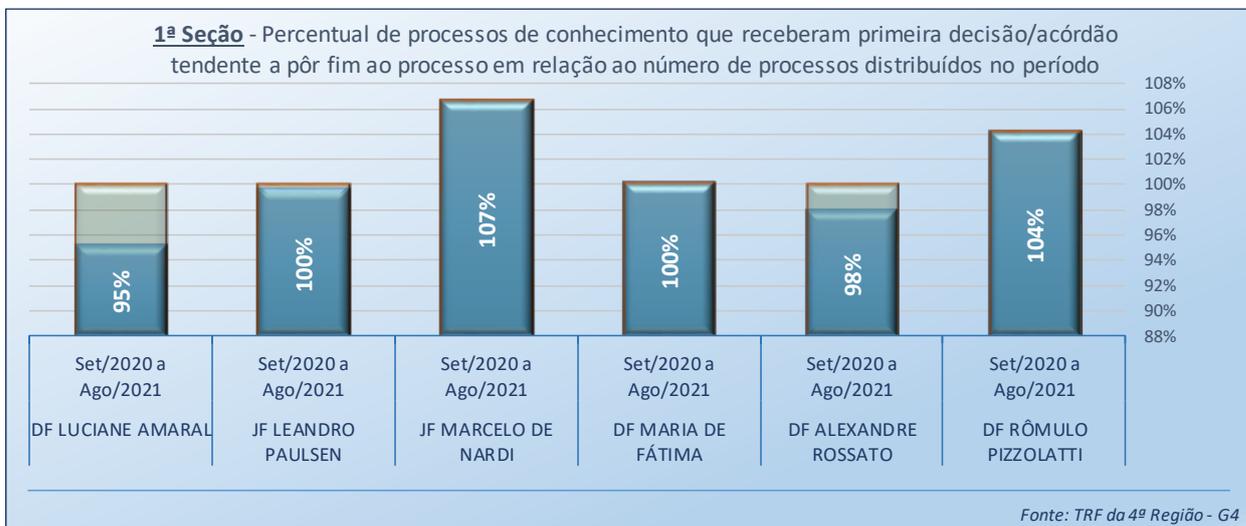
A relação entre a distribuição e o julgamento nas dez turmas do Tribunal está representada nos gráficos a seguir:



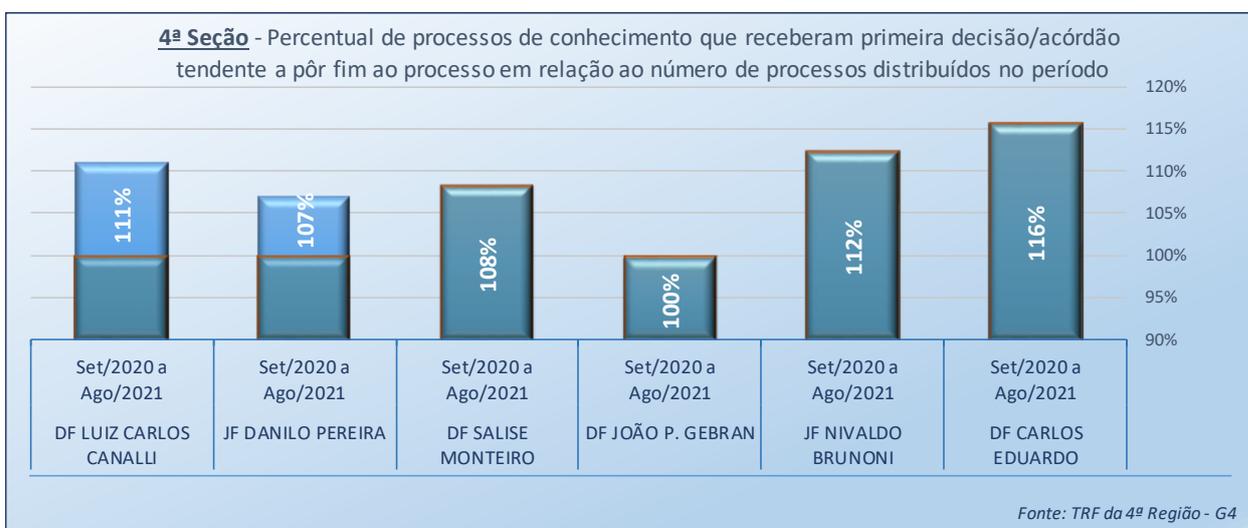


Ainda quanto à produtividade, se comparados aos números verificados na inspeção anterior, em 2019, quando a produção do Tribunal era superior à distribuição em 2.215

feitos¹, verifica-se que o Tribunal manteve tal desempenho no período avaliado, cumprindo o que determina a Meta 1 do CNJ. Os gráficos a seguir retratam o percentual, por unidade, de processos julgados em relação aos que foram distribuídos no período de setembro de 2020 a agosto de 2021.



¹ Ingressaram naquele período avaliado (2018/2019) 137.306 processos e foram julgados 139.521 processos.



O terceiro indicador inspecionado, para a obtenção de um diagnóstico adequado da gestão processual no Tribunal, refere-se à análise do volume de feitos em tramitação ajustada na Corte em seus distintos órgãos jurisdicionais, ou seja, em cada uma de suas turmas e na Vice-Presidência, tendo em vista a competência desta última para encaminhar os feitos a tribunais superiores, devolvê-los à origem após o trânsito em julgado, ou sobrestá-los.

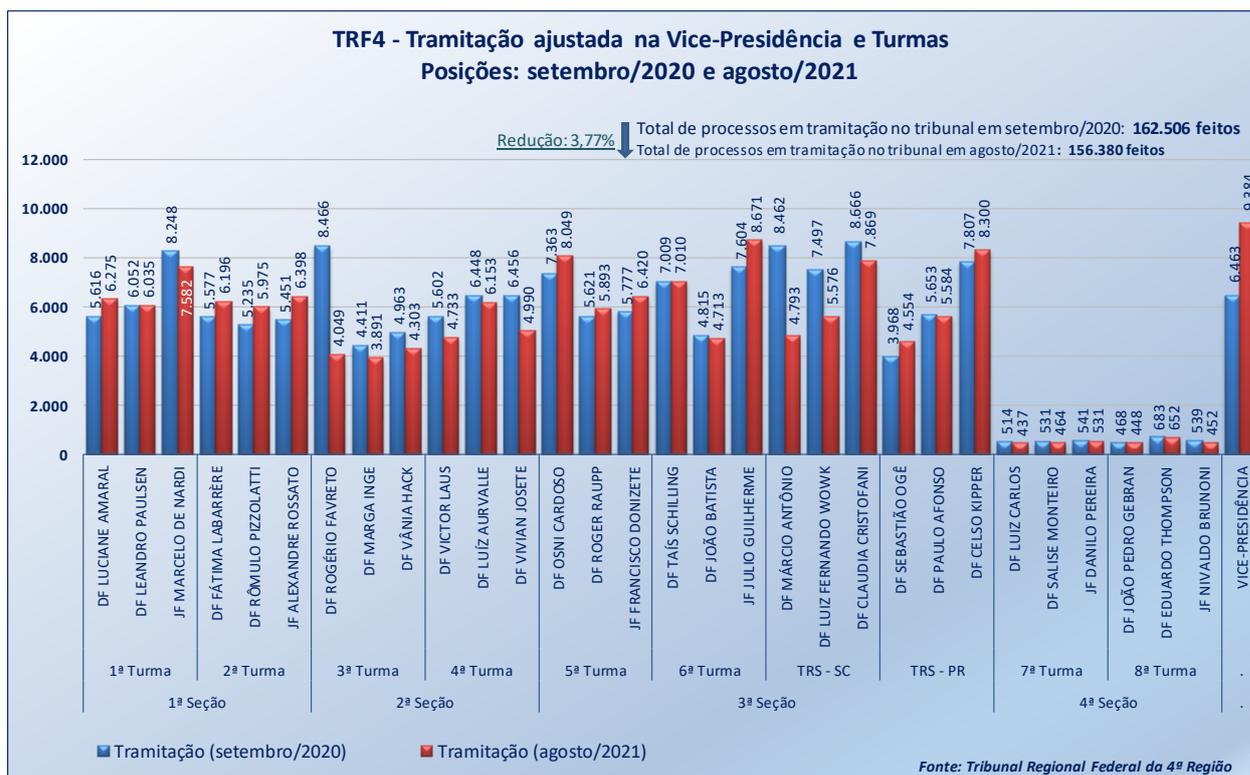
Nesses termos, apurou-se a existência de 156.380 processos em tramitação no TRF da 4ª Região, conforme se vê no quadro a seguir:

Processos em tramitação ajustada, por turma, no TRF da 4ª Região
 Posição: agosto/2021

Órgãos	Tramitação Ajustada	% de processos em relação ao total	
Vice-Presidência	9.384	6,00%	
1ª Seção	1ª Turma	19.892	12,72%
	2ª Turma	18.569	11,87%
2ª Seção	3ª Turma	12.243	7,83%
	4ª Turma	15.876	10,15%
3ª Seção	5ª Turma	20.362	13,02%
	6ª Turma	20.394	13,04%
	TRS - SC	18.238	11,66%
	TRS - PR	18.438	11,79%
4ª Seção	7ª Turma	1.432	0,92%
	8ª Turma	1.552	0,99%
Total no TRF da 1ª Região	156.380	-	

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

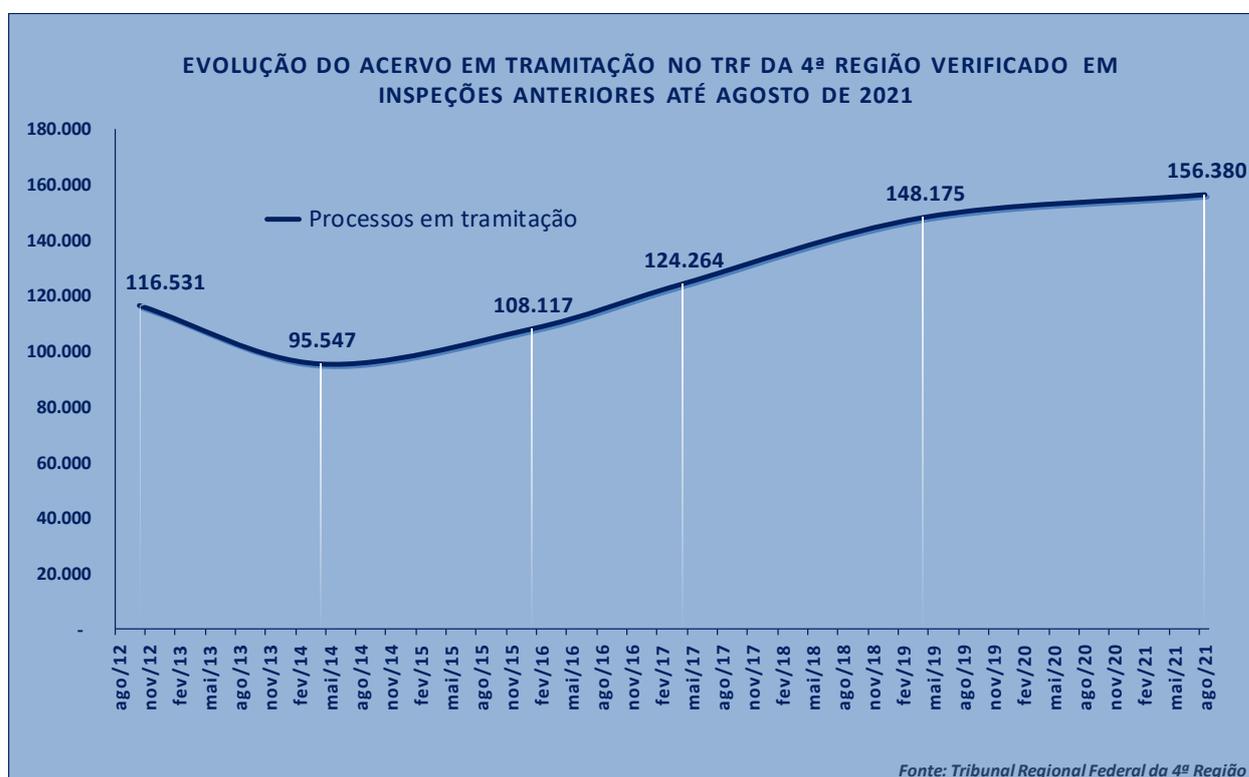
Ao analisar a tramitação ajustada de maneira mais detalhada, percebe-se, conforme resultado apresentado no gráfico a seguir, que o Tribunal, à exceção das 1ª e 3ª Seções, registrou, em relação à maioria dos órgãos julgadores, no período de setembro/2020 a agosto/2021, redução do acervo.



No total, existem 156.380 processos ativos, o que demonstra queda de 3,77% no número de feitos em tramitação nos últimos 12 meses (redução de 6.126).

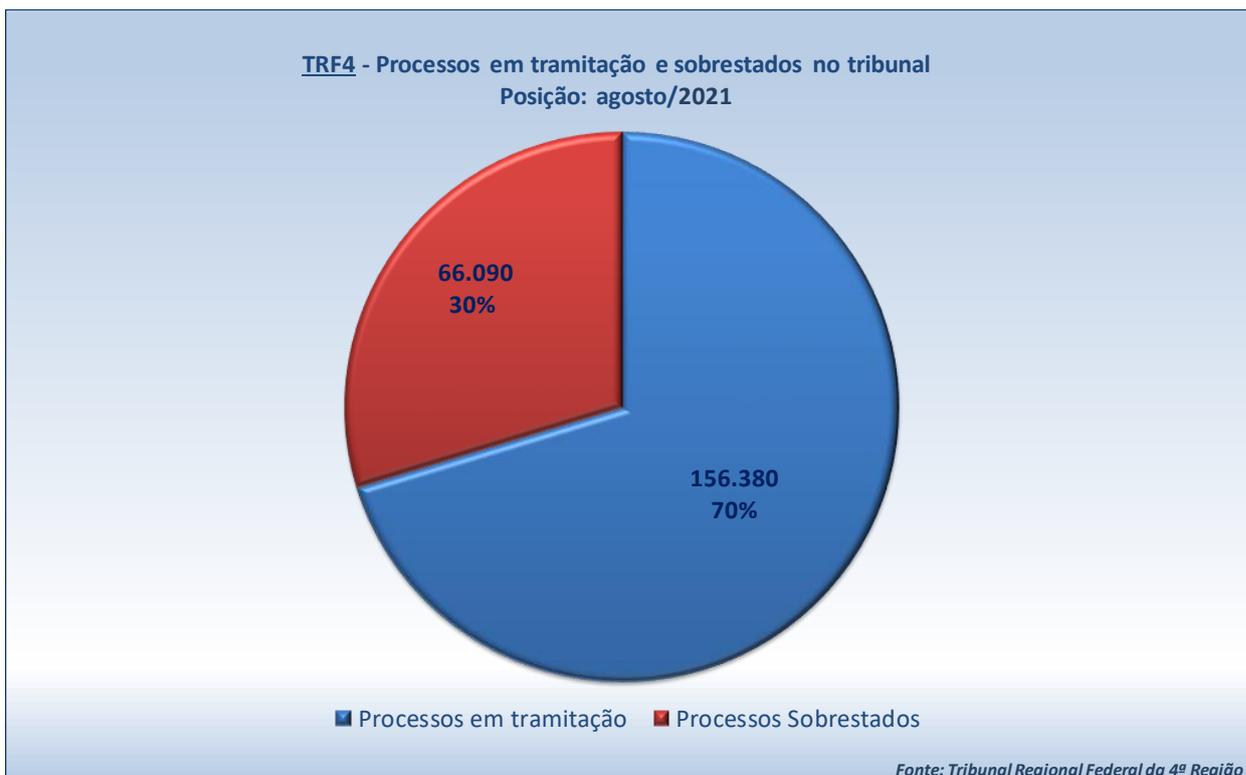
Obtidos os indicadores de distribuição, produtividade e tramitação relativos ao período de setembro de 2020 a agosto de 2021, quando teve lugar a inspeção, passa-se a cotejá-los com a série histórica iniciada na inspeção de 2012 a fim de se constatar a evolução ou involução da Corte em relação a sua eficiência.

Nesse contexto, observa-se que o acervo ajustado do TRF da 4ª Região, apesar da pequena redução nos últimos doze meses, é crescente desde a inspeção de 2014. Em 2012, havia 116.531 processos em tramitação; em 2014, reduziu para 95.547 feitos; em 2016, aumentou para 108.117; em 2017, para 124.264; em 2019, continuou crescente atingindo 148.175; e, por fim, em agosto de 2021, eram 156.380 feitos em tramitação. O gráfico a seguir demonstra tal realidade.

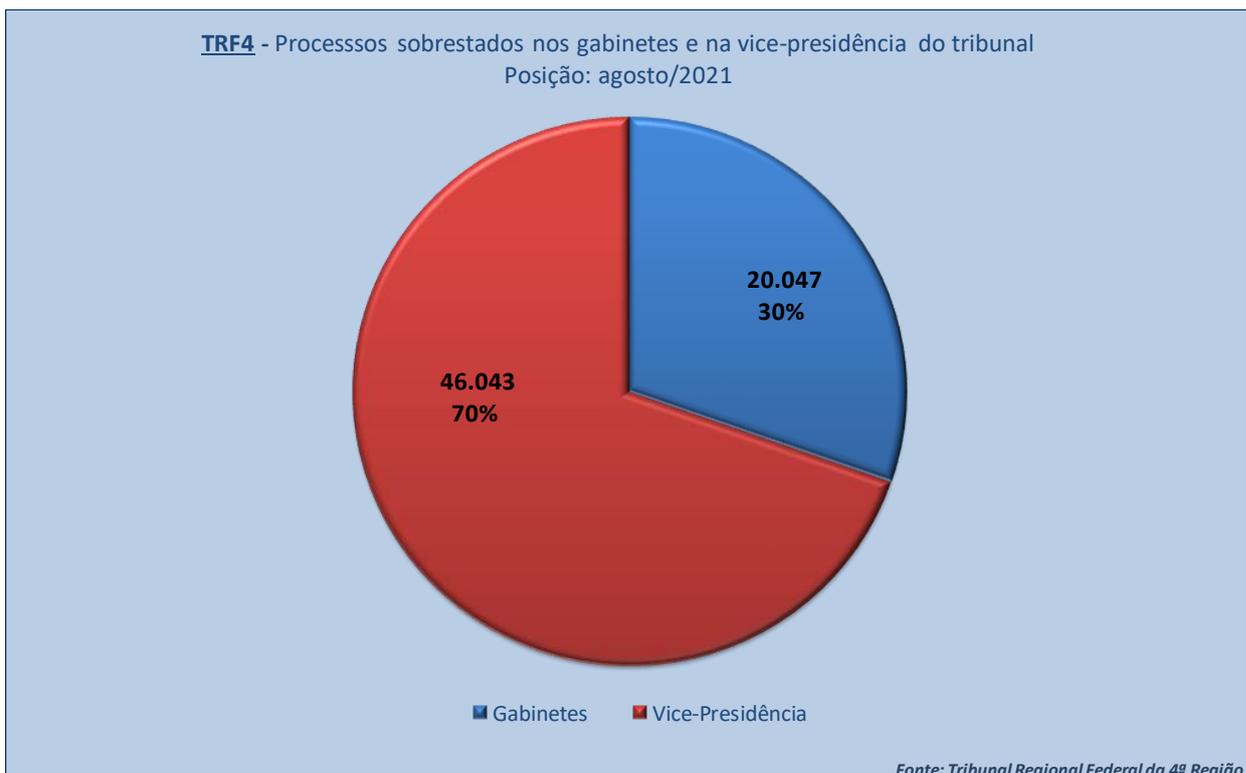


Ressalte-se que para esses dados de tramitação ajustada, objeto de análise em todos os relatórios individualizados por unidade, não se incluem os feitos suspensos ou sobrestados.

O Tribunal possui, globalmente, 222.470 processos em tramitação, dos quais 66.090 (29,71%) estão suspensos/sobrestados.

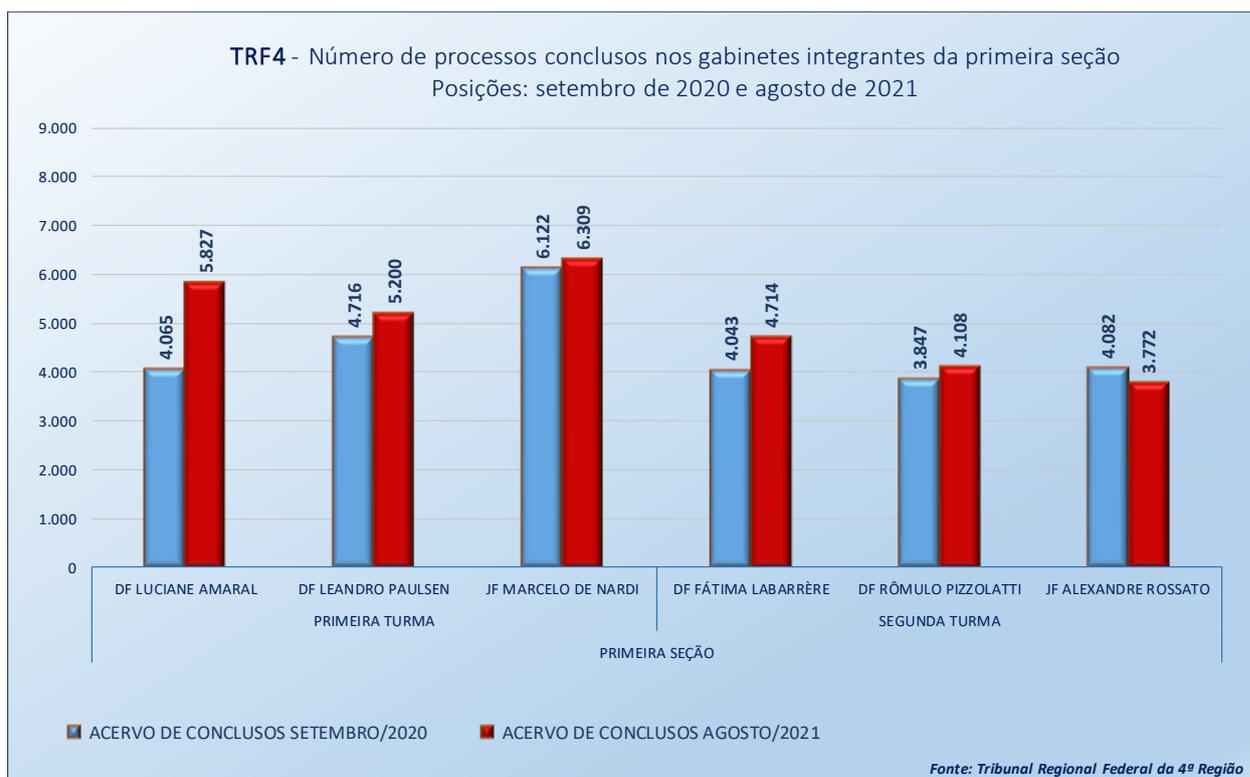


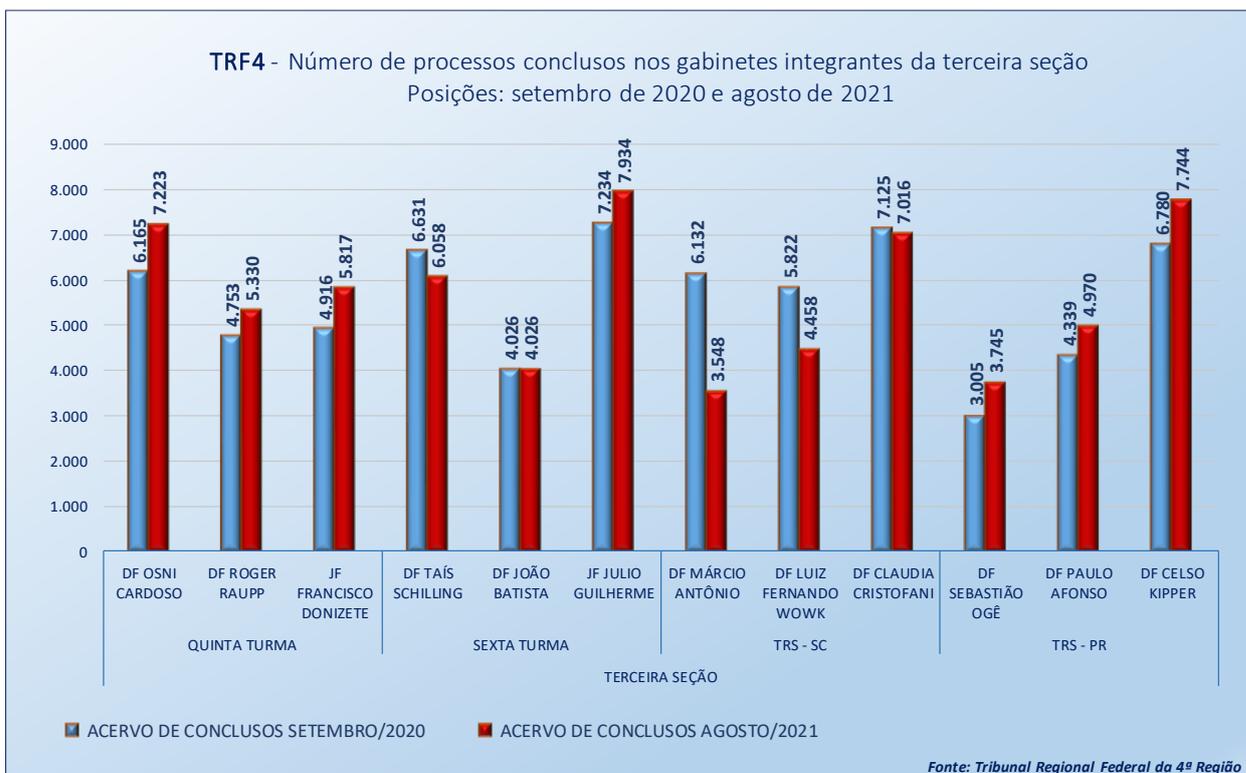
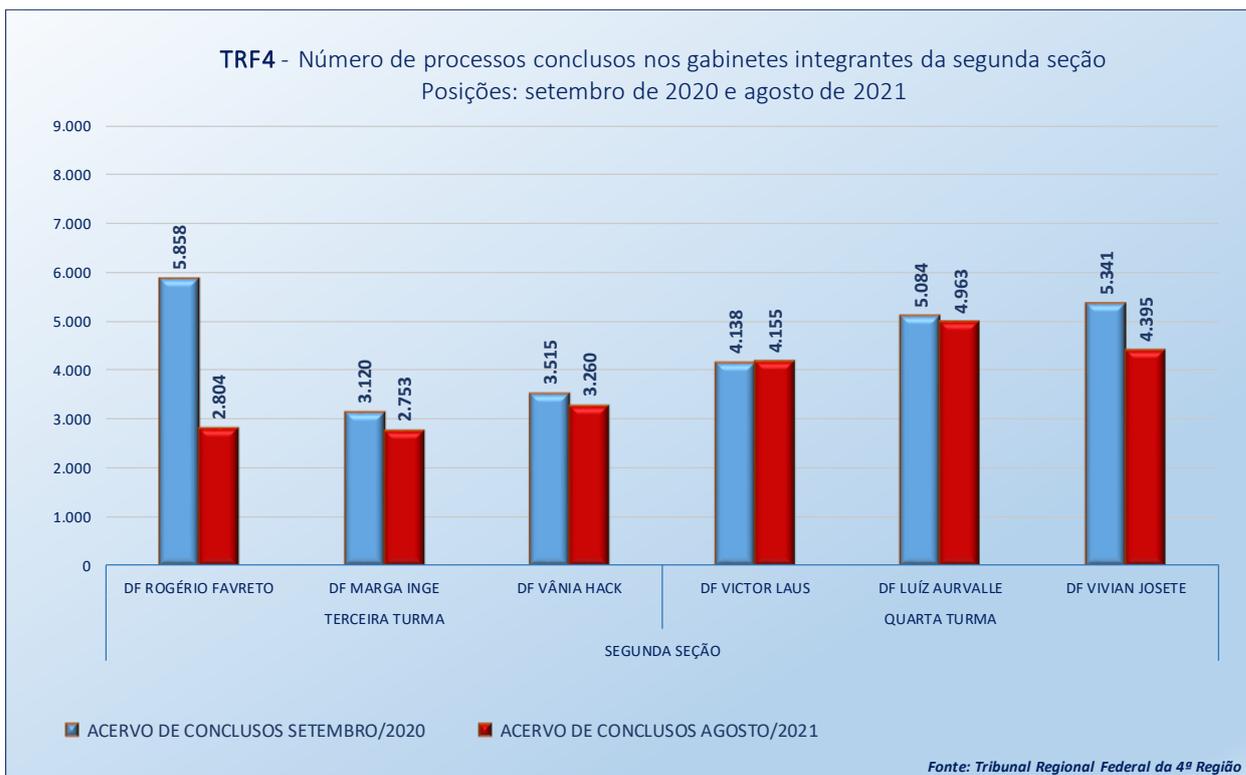
Dentre os processos que se encontram suspensos ou sobrestados, verifica-se que 30% (20.047) estão localizados nos gabinetes, e 70% na Vice-Presidência (46.043).

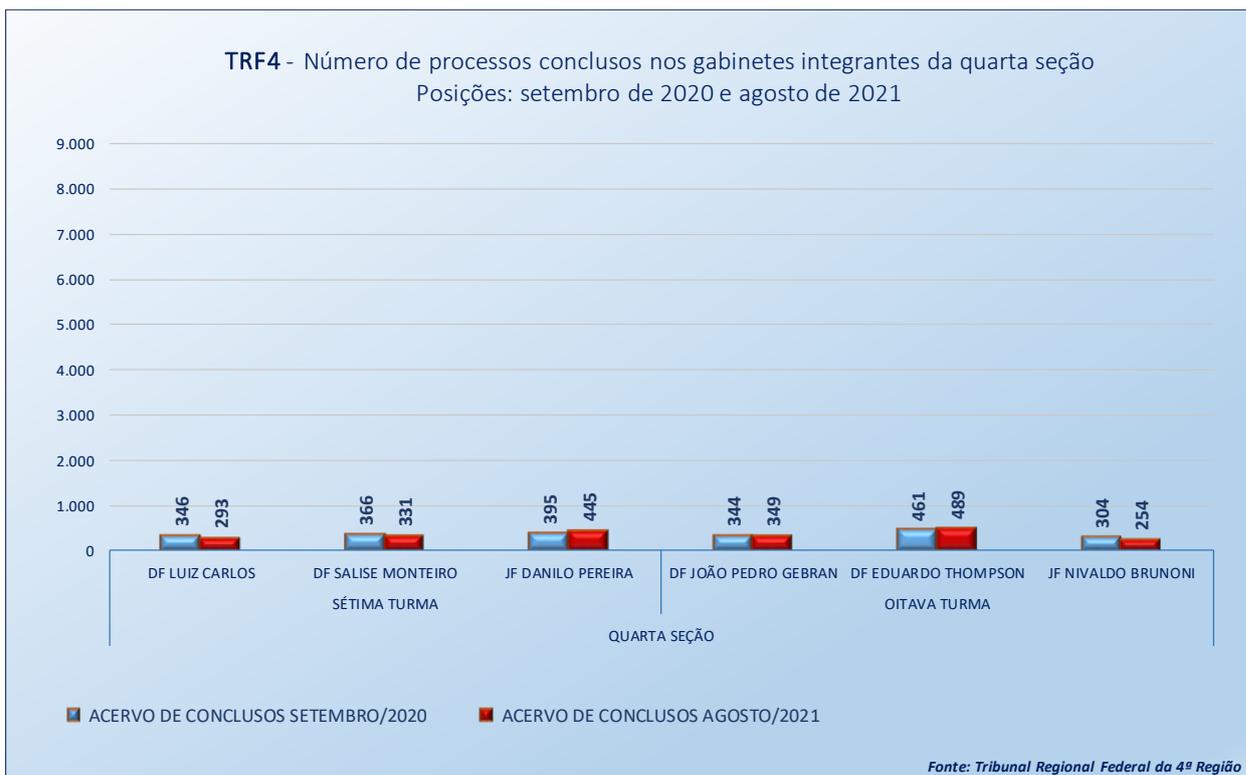


O quarto indicador trata da análise comparada dos processos concluídos para julgamento nos gabinetes dos desembargadores e juizes federais.

Para fins comparativos, seguem os gráficos que ilustram a evolução do acervo de processos concluídos por unidade, em setembro/2020 e agosto/2021, destacando-se que, na média, o Tribunal apresenta 4.988 processos concluídos por gabinete da 1ª Seção; 3.722 concluídos por gabinete da 2ª Seção; 5.656 concluídos por gabinete da 3ª Seção; e 360 feitos concluídos por gabinete da 4ª Seção; excluindo-se, aqui, os acervos dos desembargadores federais Presidente e Vice-Presidente, considerando que possuem dinâmica diferente de julgamento.

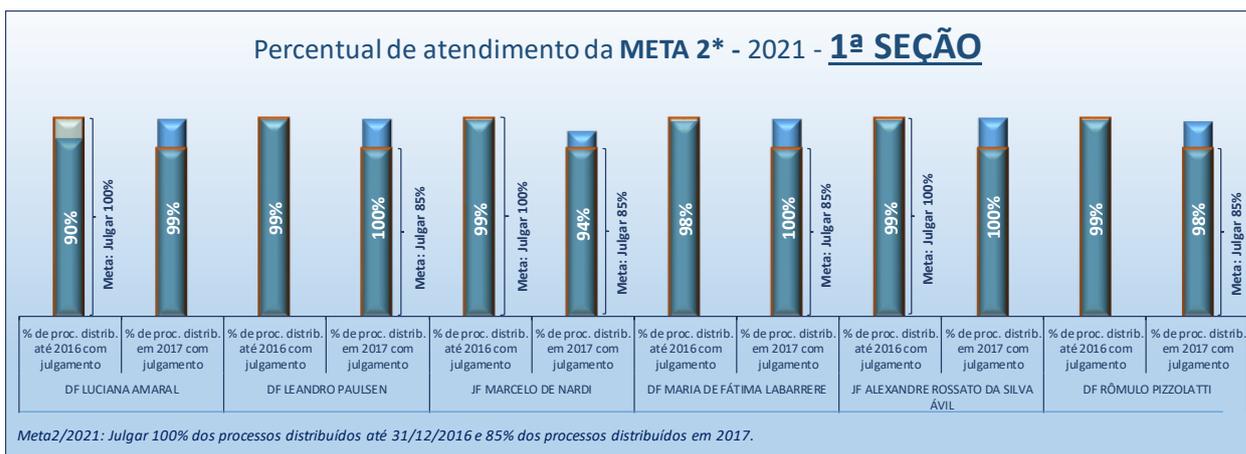






Oportuno mencionar, para fins de acompanhamento da gestão processual, o perfil geral do acervo de processos, por gabinete, sem julgamento e por tempo de tramitação, em que é considerada a data de distribuição originária no Tribunal. O dado mais importante diz respeito a feitos da Meta 2/2021 do CNJ (julgar 100% dos processos em tramitação, distribuídos até 31/12/2016 e 85% dos distribuídos em 2017), que, em agosto de 2021, somavam 3.459 em tramitação, o que corresponde a 2,2% do acervo total, excluídos os suspensos/sobrestados.

Os gráficos a seguir demonstram o nível de cumprimento da Meta 2/2021, por gabinete, onde a primeira coluna, do respectivo gabinete, corresponde ao percentual de processos com distribuição até 2016 e que foram julgados até a presente data; e a segunda coluna, o percentual de processos com distribuição em 2017 e que já receberam o primeiro julgamento.

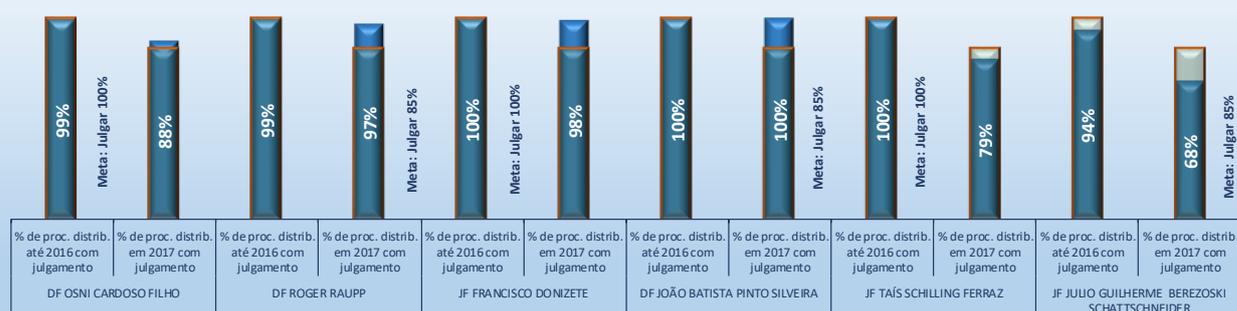


Percentual de atendimento da META 2* - 2021 - 2ª SEÇÃO



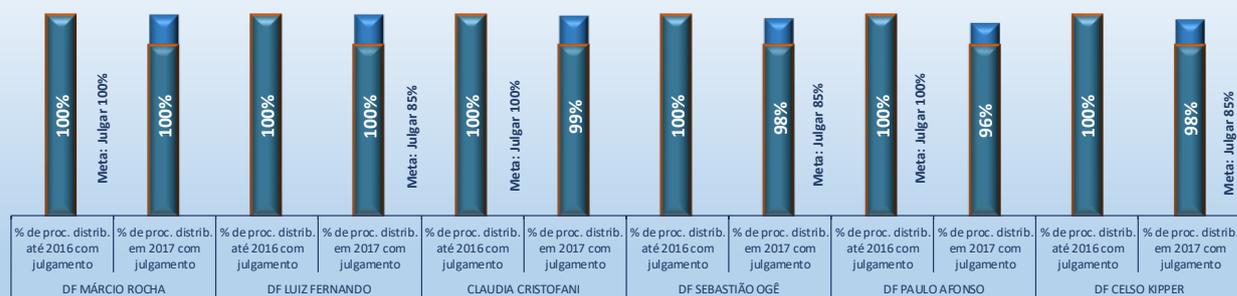
Meta2/2021: Julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2016 e 85% dos processos distribuídos em 2017.

Percentual de atendimento da META 2* - 2021 - 3ª SEÇÃO

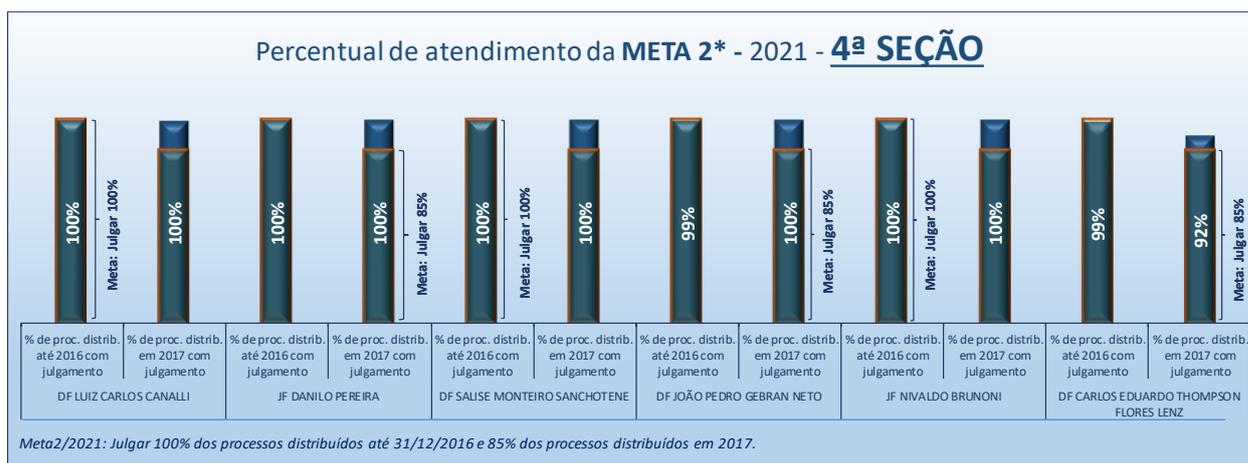


Meta2/2021: Julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2016 e 85% dos processos distribuídos em 2017.

Percentual de atendimento da META 2* - 2021 - 3ª SEÇÃO (continuação)



Meta2/2021: Julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2016 e 85% dos processos distribuídos em 2017.



Por fim, ainda sobre os indicadores de produção, deve-se mencionar que, em relação à Meta 3/2019 do CNJ, cujo objetivo para o Judiciário é fomentar o alcance do percentual mínimo de 6% de processos conciliados em relação aos feitos distribuídos, a Corte Regional conciliou 1.187 feitos, ou seja, 1% dos distribuídos no Tribunal.

A inspeção, contudo, não se destina simplesmente a apontar indicadores estatísticos de produção, dificuldades ou problemas. Busca, igualmente, elaborar diagnóstico amplo de cada corte regional.

Além do diagnóstico da eficiência do Tribunal, medida por números e gráficos evolutivos, a equipe de trabalho da inspeção procura identificar as experiências na obtenção de boas práticas para uma gestão adequada dos processos com sua posterior disseminação para os demais órgãos da Justiça Federal.

Nesse sentido, trago aqui, a título de exemplo, iniciativas gerais observadas na Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria Regional, Diretoria Judiciária, Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais e Coordenadoria do Sistema de Conciliação, sem deixar de olvidar as iniciativas das demais unidades inspecionadas, cujas boas práticas constam dos relatórios específicos.

Na Presidência, quanto aos projetos institucionais, destaque para as principais iniciativas em curso, todas previstas normativamente na Resolução PRES/TRF4 88/2021, que define o Plano Estratégico do Tribunal Regional Federal da 4ª Região para o ciclo 2021-2026.

- CUMPRIPREVI: integrar com a Central Especializada de Análise de Benefícios – Demandas Judiciais – CEAB-DJ, do INSS, visando à celeridade no cumprimento de decisões em processos judiciais previdenciários.
- PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: adequar a forma e o conteúdo para dispor, com maior acessibilidade, as informações pesquisadas, inclusive pelos órgãos de controle externo.
- ENERGIA FOTOVOLTAICA: disseminar informações e promover a implementação, para os demais edifícios da Justiça Federal, da energia elétrica gerada a partir da radiação solar.

- GTEC2G: disponibilizar aos gabinetes apoio das áreas judiciária e de tecnologia da informação para melhoria dos processos de trabalho, com foco no uso de tecnologia.

- CAPTAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA: tornar totalmente eletrônica a captação anual da proposta orçamentária na Justiça Federal de 1º e 2º graus da 4ª Região.

- PLANO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIO: implementar o PCN, aliando estratégias preventivas com planos de ação que busquem assegurar os serviços essenciais frente a potenciais eventos que ameacem a continuidade desses serviços.

- PLANO SEGURANÇA INSTITUCIONAL: implementar plano de segurança institucional com diretrizes para elaboração de protocolos, rotinas e procedimentos que visem à segurança de pessoas, instalações, bens materiais e informações, a partir da revisão das normas de segurança vigentes.

Na Vice-Presidência, houve o aprimoramento dos estudos estatísticos junto ao setor de informática do TRF4, o que já vem sendo observado na melhoria do controle do acervo, especialmente dos processos sobrestados.

No âmbito do gabinete da Corregedoria Regional, destaque para (I) a implantação do Balcão Virtual em linha com o 1º grau de jurisdição; (II) a implantação do Sistema de Correição Permanente nas Unidades Judiciárias e Administrativas das Seções Judiciárias da 4ª Região; (III) a edição da Resolução Conjunta 3/2021, que regulamentou o retorno gradual e seguro das atividades presenciais e a retomada das correições presenciais, observadas as ações necessárias à prevenção do contágio pela Covid-19; e (IV) a manutenção e a criação de novos grupos de trabalho especializados que atuam em conjunto com a Corregedoria no aprimoramento dos processos de trabalho e dos sistemas informatizados.

No âmbito da Diretoria Judiciária, em face do período pandêmico, a unidade coordenou a implantação das alterações nas sessões virtuais judiciais (Resolução TRF4 47/2019), o que possibilitou a juntada de sustentação de argumentos por vídeo ou arquivo de texto pelos advogados. Na sequência, com a suspensão das sessões presenciais, a Dirjud, apresentou proposta de regulamentação de nova modalidade de sessão de julgamento, a telepresencial judicial (Resolução TRF4 29/2020). A coordenação do projeto piloto CEAB-DJ, do novo layout do painel da sessão de julgamento do eproc em todos os órgãos judiciais deste Tribunal, propiciou a expansão para as turmas recursais, bem como, entre outras atividades, a conclusão dos trabalhos de adequação da tabela de eventos judiciais à Tabela de Movimentos do CNJ; com destaque também para a coordenação dos projetos de criação de funcionalidade do Cadastro de Pessoas Jurídicas no eproc, conforme exigido pelo Código de Processo Civil, e a adequação das certidões judiciais expedidas (Resolução CJF 680/2020).

Quanto à COJEF, destaque para (I) o Fórum Interinstitucional Previdenciário e suas derivações, (II) a promoção de ações interinstitucionais com objetivo de reduzir o ajuizamento de ações, (III) o desenvolvimento e aprimoramento, em parceria com a APLANG/DTI, da base de dados gerenciais dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.

Na Coordenadoria do Sistema de Conciliação destacam-se: (I) a adoção da figura de juízes temáticos na coordenação de projetos; (II) a elaboração, a partir do diálogo interinstitucional, de fluxos para a tramitação de processos submetidos à conciliação; (III) a concretização do Fórum Regional Interinstitucional do Direito à Moradia; (IV) a utilização dos recursos tecnológicos, notadamente os disponibilizados no sistema processual eproc, para dar maior efetividade à solução acordada (Fórum de Conciliação Virtual); e (V) a requisição da implantação de benefícios previdenciários, diretamente à unidade administrativa do INSS por meio da interface do Sistema eproc.

Por outro lado, considerando-se os resultados alcançados pelo Tribunal e as restrições orçamentárias, com imediatos reflexos limitadores nas diversas áreas da Administração Pública, conclui-se que o TRF4 vem prestando adequadamente a jurisdição, não havendo recomendações gerais.

Não obstante, cada gabinete/unidade inspecionado deverá responder às recomendações específicas, constantes dos relatórios individualizados anexos a este, observando-se o prazo consignado.

D. UNIDADES JURISDICIONAIS

I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Presidência - integrada pelas seguintes equipes: Assessoria Geral, Assessoria Jurídica, Assessoria de Projetos e Inovação e Chefia de Gabinete e os servidores auxiliares, Secretaria da Presidência (responsável pela gestão dos processos administrativos em trâmite no Conselho de Administração, Corte Especial administrativa e Plenário administrativo da Corte) e Cerimonial. Compõem também a Presidência, embora em espaço físico próprio, os seguintes órgãos: Ouvidoria, Assessoria de Comunicação Social, Diretoria de Auditoria Interna, Núcleo de Assuntos da Magistratura, Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais e Coordenadoria do Sistema de Conciliação.

2.2 Competência

Jurisdicional: Compete à Presidência apreciar pedidos de suspensão de liminar ou de execução de sentença, nos especiais casos previstos em lei; carta de ordem/precatório; processos em regime de plantão durante o recesso de final do ano; reclamações; pedidos de instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas; petições diversas; avocatórias; e recursos interpostos das decisões proferidas nas hipóteses acima relacionadas. A admissibilidade de recursos dirigidos à instância superior foi integralmente delegada à Vice-Presidência. Administrativa: solicitações diversas de interesse da administração ou que exija a autorização/manifestação do Presidente; decisões em processos administrativos; atendimento às partes, advogados, magistrados e servidores; trâmites decorrentes da DRH, DG, DirFin, Precatórios, NUMAG entre outros.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

O Desembargador Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira assumiu a Presidência em 21 de junho de 2021 para gestão de dois anos, no biênio 2021/2023. Deixou o Gab. 43, de competência administrativa e residual, com um acervo de 3.017 remanescentes com o relator, de um total de 4.692 em tramitação, incluídos embargos de declaração e sobrestados, contados em 30/6/2021.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Victor Luis dos Santos Laus - Gestão 2019/2021

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Graziela Fernanda Seibel Rodriguez - Assessora Geral da Presidência; Luis Otávio Junges - Assessor Jurídico da Presidência; Alexandre Kenzi Antonini - Assessor de Projetos; Cássio Montano Wilhelms - Diretor de Secretaria; Tatiana Freire Leiria - Chefe de Gabinete da Presidência.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17 (no espaço físico da Presidência)
Servidores sem vínculo	00
Estagiários de nível médio	00
Estagiários de nível superior	00
Outros	00

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Prejudicado.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Prejudicado.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

Tanto processos judiciais quanto administrativos são analisados imediatamente após a conclusão à Presidência, sendo feita uma análise prévia por parte das assessorias, com encaminhamento ao Presidente para orientação. Não há qualquer atraso. O fluxo de trabalho segue de forma contínua e equilibrada, sempre em contato com os demais setores do Tribunal. A forma de trabalho, buscando a melhoria contínua dos fluxos de trabalho, mediante a otimização e simplificação dos procedimentos e trâmites administrativos, assim como a gestão compartilhada e a escuta das áreas técnicas, vem trazendo excelentes resultados em termos de celeridade, eficiência e comunicação interna.

6. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Graziela Fernanda Seibel Rodriguez.

7. Existem quantos processos disciplinares instaurados contra magistrados? (Informar as respectivas datas de abertura dos processos e os relatores).

Nenhum PAD envolvendo desembargadores (os PADs de juízes de 1º grau são de competência da Corregedoria).

8. Como a unidade formaliza a comunicação ao Conselho da Justiça Federal e ao Conselho Nacional de Justiça acerca do resultado do julgamento dos processos administrativos disciplinares?

A comunicação com o CJF se dá por meio de malote digital, enquanto ao CNJ, se faz através do PJe.

9. Qual a competência jurisdicional da Presidência?

A competência jurisdicional da Presidência é: (i) presidir sessões do Plenário e da Corte Especial, proferindo votos de desempate e relatando agravos de decisões suas; (ii) decidir os pedidos de suspensão de execução de liminar ou de sentença, relatando reclamações visando garantir essas decisões; (iii) decidir os pedidos do plantão durante o recesso; (iv) receber e redistribuir os IRDRs; (v) se não delegar ao Vice-Presidente, decidir pedidos de recursos ao STF e ao STJ (RITRF4 - art. 14, III, VII, VIII, XIV, a, b, c, XV).

10. Como é a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

O trabalho se divide entre os setores que integram a Presidência. Geral: analisar os processos e expedientes administrativos e efetuar os atos necessários à tramitação, revisando os documentos oriundos das áreas técnicas para análise/assinatura do Presidente; auxiliar no atendimento de magistrados, servidores e advogados; fazer a gestão de equipe e acompanhar as sessões dos colegiados administrativos. Jurídica: analisar os processos judiciais e fazer o acompanhamento junto ao SEI, eproc e PJe, bem como fazer a comunicação da Presidência com os conselhos superiores. Projetos e Inovação assessor, adjunto e dois servidores - gestão de projetos e na gestão da inovação. Secretaria apoio da Presidência junto aos Colegiados administrativos (pauta, distribuição e demais atividades), cumprimento das decisões e publicação dos atos. Gabinete organização de agenda e apoio logístico, analisar processos administrativos, comunicação (e-mail, telefone, SISCON e malote digital).

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim, em razão da pandemia, todos os servidores executam suas atividades em teletrabalho.

11.1. O teletrabalho é integral ou parcial?

Alguns servidores fazem o teletrabalho de forma integral, e outros parcial, em regime de revezamento, em razão da pandemia, priorizando o trabalho presencial de quem não integra grupo de risco e está com a vacinação completa.

11.2. Qual critério para fixação das cotas?

Atualmente o trabalho é feito conforme a demanda, e vai sendo feito e distribuído entre os servidores na medida em que vai surgindo.

11.3. Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Na atual sistemática de trabalho, não há cotas descumpridas.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos e eletrônicos).

Não há processos físicos. Os processos eletrônicos se dividem em PJe, eproc e SEI. Os processos PJe e eproc são recebidos, triados e decididos pela equipe da Assessoria Jurídica. A triagem e regularidade é verificada no momento da entrada do processo na Presidência, sendo encaminhado imediatamente para elaboração de minuta. A triagem dos processos distribuídos no Sistema SEI é feita predominantemente pelo Gabinete da Presidência, que os encaminha ao setor/assessoria responsável, ou elabora a respectiva minuta, de acordo com a divisão interna de atribuições, sendo dada atenção especial para as demandas de urgência.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Não há acervo físico. Os processos eletrônicos são organizados em localizadores virtuais, padronizados por assunto/matéria, e atribuídos ao servidor responsável pela respectiva área/assessoria.

14. Como ocorre o controle de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e de urgências?

Cada assessoria, dentro de suas atribuições, faz o controle do acervo e movimentações, bem como controla o retorno e o cumprimento das solicitações efetuadas para outros setores.

15. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O sistema SEI possui um painel de controle em que é possível constatar, mediante consulta, o tempo em que determinado processo está sem movimentação. Nos demais sistemas também é feito o controle do acervo

16. Como é realizada a distribuição das metas individuais e/ou coletivas na unidade?

A meta é manter o trabalho em dia, e as tarefas são distribuídas pelas chefias, a medida que vão surgindo.

17. Como é realizada a política de recompensas vinculadas às metas, conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Atualmente, em razão da pandemia e da realização do trabalho de forma remota, não está sendo oferecida qualquer recompensa por produtividade.

18. São utilizados modelos de documentos que facilitam o trabalho?

Sim, há alguns modelos predeterminados que podem ser usados como guia, mas dificilmente há duas situações iguais a serem analisadas.

19. Como é realizada a capacitação dos servidores?

A medida que é identificada alguma necessidade, é feita a solicitação para a DRH que realiza os cursos de capacitação.

20. Como é realizado o atendimento aos advogados e às partes?

O atendimento é feito por telefone, por vídeoconferência (whatsapp e zoom) e presencialmente, por meio de agendamento, sendo os contatos divulgados no site do Tribunal, e com os cuidados necessários para prevenção da disseminação do COVID19.

21. Qual o horário de expediente?

Remoto a partir das 9h até 20h. Presencial de 12h às 19h.

22. Qual o normativo que regulamenta as sessões virtuais? Qual a periodicidade?

A periodicidade é variável, como se pode ver no link: https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php-acao=sessao_julgamento_listar. Sessões virtuais judiciais - Resolução TRF4 n. 47/2019 * Corte Especial Judicial: em regra, a cada 2 (dois) meses. * Seções: em regra, a cada 2 (dois) meses. * Turmas: varia, a depender do Colegiado; geralmente são realizadas entre 1 (uma) e 2 (duas) sessões virtuais por mês. Sessões virtuais administrativas - Resolução TRF4 n. 16/2020, alterada pela Resolução TRF4 n. 24/2020. Plenário Administrativo e Corte Especial Administrativa: em regra, a cada 2 (dois) meses. Conselho de Administração: apenas sessões por videoconferência ou presenciais.

23. São realizadas sessões por videoconferência? Qual o normativo que as regulamenta?

Sim. As sessões telepresenciais são regulamentadas pela Resolução TRF4 n. 29/2020.

24. Há normativo que disciplina a marcação e escala de férias para os desembargadores do Tribunal? (Detalhar o procedimento de marcação de escala de férias, alteração e interrupção).

O TRF4 utiliza a Resolução CJF n. 130/2010; a Corregedoria Regional utiliza, também, a Consolidação Normativa - Provimento n. 62, de 13/6/2017. Para a marcação de escala de férias (primeiro e segundo semestres): - de competência da Presidência, são encaminhados Ofícios-Circulares para os desembargadores federais, juízes federais convocados, juízes federais requisitados por outros órgãos e juízes federais diretores de Foro. - de competência da Corregedoria Regional, da mesma forma, é encaminhado Ofício-Circular para os juízes federais de 1º Grau. A marcação é feita pelos magistrados diretamente no Sistema Eletrônico de Recursos Humanos (SERH). Para alteração e interrupção de férias anteriormente marcadas na escala semestral, o magistrado faz o pedido diretamente no SERH ou encaminha e-mail para o NUMAG ou CORREG, com a devida justificativa que será analisada pelo Presidente ou pelo Corregedor, para fins de autorização ou não.

25. Quais os critérios e procedimentos de convocação de juízes para substituir desembargadores? Há formalização? De que forma ocorre? (Descreva o procedimento).

O desembargador indica um magistrado para lhe substituir já na marcação de férias da escala vigente ou encaminha e-mail para o NUMAG, sendo expedido Ato Convocatório.

26. Quais os critérios e procedimentos utilizados para remoção de juizes? Existe a formalização? De que forma ocorre? (Descreva o procedimento).

Critério: Antiguidade. Internas com vagas exclusivas: manifesta interesse para as vagas publicadas no Edital; ou, internas com vagas sucessivas: manifestação pelas vagas publicadas no Edital e pelas que surgirem sucessivamente em decorrência do provimento das vagas oferecidas. Externa mediante Edital: a manifestação de interesse para as vagas publicadas no Edital; Externa a pedido: formalização mediante requerimento pelo magistrado interessado; Permuta entre Regiões: requerimento conjunto pelos magistrados interessados; interna mediante permuta: requerimento conjunto pelos magistrados interessados. O trâmite é: 1) - Abertura do Concurso pelo Presidente em Processo SEI com consulta à Corregedoria acerca da conveniência e, após, mediante expedição de Edital; 2) - Nos casos de formalização direta pelos magistrados, recebe-se a documentação em Processo SEI, há uma instrução pelo Numag e, após, encaminhado à Corregedoria para relatoria do processo.

27. Existe a participação da Corregedoria Regional?

Sim.

28. Como é aferido o merecimento?

Por meio de Informação da EMAGIS quanto ao aperfeiçoamento técnico e de Informação da Corregedoria Regional quanto ao desempenho, produtividade, presteza no exercício das funções e adequação da conduta ao Código de Ética da Magistratura Nacional.

29. Existe a elaboração de escala geral dos plantões realizados?

Sim.

30. A unidade possui plano de gestão?

Sim.

30.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Tanto os recursos humanos como materiais são suficientes para a realização do trabalho com eficiência e celeridade.
b) gestão do trabalho	A gestão do trabalho ocorre de forma compartilhada entre as chefias, visando a distribuição das atividades conforme as atribuições dos setores, e de forma cooperativa.
c) resultados	Ainda que a Presidência esteja recentemente sob nova Gestão (período 2021/2023), já é possível constatar alguns

	resultados positivos do trabalho que vem sendo realizado, tanto em termos de reestruturação da equipe e do trabalho, quanto no que tange a reformulação dos fluxos e da padronização dos trâmites e decisões.
--	---

30.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Organização do fluxo de trabalho e redistribuição das atribuições da Presidência. Padronização dos procedimentos nos processos administrativos. Padronização de decisões, observando critérios específicos definidos pelo Presidente. Adoção da política de transparência e publicidade aos processos administrativos. Controle do acervo de processos existente na unidade. Saneamento do acervo de passivos sem movimentação há mais de 3 meses na unidade. Tramitação eficiente dos processos administrativos distribuídos na unidade. Movimentação e solução de processos administrativos parados nas unidades relacionadas à Presidência nos últimos 3 meses. Saneamento do acervo de processos sigilosos.

30.3 Quais ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Levantamento dos fluxos de trabalho e posterior organização e adequação para fins de otimizar o trabalho, inclusive formas de arquivamento e acompanhamento. Revisão das atribuições dos setores da Unidade. Levantamento de situações concretas que precisam de solução para fins de estudo e elaboração de minutas padrão de decisão. Utilização das ferramentas existentes nos sistemas eletrônicos para controle, acompanhamento e arquivamento dos feitos. Criação de um processo administrativo para levantamento e encaminhamento dos processos sem movimentação. Controle para que nenhum processo distribuído desde o início da Gestão permaneça mais de 30 dias sem movimentação. Análise e elaboração de minutas nos processos sigilosos, com solução e encaminhamento. Orientação de não utilizar documentos restritos nos processos administrativos, exceto se absolutamente necessário. Publicação das pautas administrativas no site do TRF4, a exemplo das pautas judiciais.

31. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Está sendo avaliada a possibilidade de manutenção parcial do teletrabalho, em atividades que forem compatíveis com o trabalho remoto. Além disso, as sessões virtuais e telepresenciais, tanto judiciais quanto administrativas, as audiências e reuniões por vídeoconferência e o atendimento virtual realizado por parte da Presidência devem ser mantidos, ainda que não exclusivamente, diante dos resultados positivos obtidos.

32. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

O único processo selecionado foi analisado pela equipe de inspeção. Trata-se de incidente de suspensão de sentença, sobrestado em razão de tratativas em curso para solução consensual da lide. As informações constam da ficha de inspeção.

Deste modo, não há recomendações quanto à amostra.

33. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE E OBSERVAÇÕES

A equipe de inspeção foi recebida pelo Desembargador Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira, Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região para o biênio 2021/2023.

A gestão do novo corpo diretivo do Tribunal é recente, com posse ocorrida em 21/6/2021, durante o período de isolamento social e trabalho remoto decorrente da pandemia sanitária em curso. Enfrenta-se, assim, cenário atípico de adaptação de modo de trabalho e tarefas cotidianas. O momento da unidade inspecionada, naturalmente, é marcado por iniciativas de aprendizado quanto às atribuições administrativas e delineamento de estratégias para consecução dos objetivos da gestão.

A força de trabalho do órgão recebeu incremento substancial, em comparação com os dados colhidos na última inspeção. Neste sentido, em 2019 eram 9 servidores e 1 estagiário no gabinete; atualmente, foi apontada a existência de 17 servidores no espaço físico da Presidência. A partir de tal contingente de apoio, é promissora a capacidade de enfrentamento dos desafios gerenciais da unidade.

Em termos organizacionais, a equipe direta da Presidência foi dividida nas seguintes áreas, conforme informado pelo gabinete e como consta no organograma do Tribunal: Assessoria-Geral (responsável pelo processamento administrativo, revisão de documentação recebida de áreas técnicas e auxílio no atendimento ao público), Assessoria Jurídica (à qual compete a comunicação com Conselhos Superiores e gerenciamento do acervo processual nos sistemas SEI, eproc e PJe), Assessoria de Projetos e Inovação (que comanda as iniciativas estratégicas do órgão), Gabinete (encarregada de apoio logístico, organização de agenda e comunicações) e Secretaria (que sistematiza pautas, distribuição processual e atividades correlatas).

Segundo o Regimento Interno da Corte (art. 14), o Presidente detém competência jurisdicional, cabendo-lhe voto de desempate no Plenário e Corte Especial, exame de suspensões de liminar e sentença, decisão de pedidos em plantão de recesso e análise de admissibilidade de recursos aos Tribunais Superiores (competência atualmente delegada ao Vice-Presidente).

A respeito da normatização de sessões virtuais, informou-se que o assunto foi regulamentado pela Resolução TRF4 n. 47/2019 (sessões judiciais) e Resolução TRF4 n. 16/2020 (sessões administrativas). Houve, ainda, regramento de sessões

telepresenciais (Resolução n. 29/2020). Foi noticiado que tais sistemáticas de julgamento, de uso intensificado neste momento de crise sanitária, produziram resultados positivos, de modo que a estrutura deve ser aproveitada no futuro.

Em que pese recém empossada, a gestão demonstra foco em processamento célere de feitos judiciais e administrativos conclusos à unidade. Em diálogo com a equipe de inspeção, foi relatado que o gabinete promoveu, ao final de setembro, procedimento de autoinspeção para levantamento de processos com providências pendentes. Foi informado que o acervo administrativo, no momento, é de 134 processos.

Considerando feitos com movimentação efetivamente condicionada à manifestação da Presidência (pois, como consabido, é comum que, no sistema SEI, processos permaneçam em aberto em múltiplas unidades simultaneamente apenas para acompanhamento ou no aguardo de providências de setores específicos), constatou-se que o processo com impulso mais antigo, que ainda aguarda providência, remonta a apenas 16/9/2021 (0002552-10.2021.4.04.8000), data recente que evidencia a concretização do planejamento adotado.

Não foram localizados procedimentos disciplinares em aberto.

Paralelamente, merece destaque, igualmente, a definição, como projeto de gestão, do levantamento de fluxos de trabalho do órgão, para estudo e identificação de oportunidades de aprimoramento. Com efeito, o mapeamento de processos de trabalho foi medida alinhada com o plano de governança estratégica do Conselho da Justiça Federal, e catalisador de proveitos que não devem ser subestimados: i) serve para padronizar como cada tarefa é realizada no setor; ii) fomenta a identificação de passos desnecessários ou obsoletos, permitindo a dinamização dos serviços e otimização do tempo da força de trabalho; iii) os roteiros podem ser contrastados com os resultados de desempenho da unidade para identificar pontos de estrangulamento, servindo como inferência da adequação da alocação da força de trabalho face à demanda; iv) propicia documentação da forma de realização de cada tarefa, diminuindo o tempo de treinamento da força de trabalho bem como a necessidade de supervisão direta do trabalho individual de servidores e estagiários, ao minorar a incidência de erros; v) desvincula as atividades da pessoa a quem atualmente atribuídas, permitindo realocação de pessoal de maneira mais dinâmica face às necessidades do órgão ou eventuais urgências; e vi) produz valioso instrumental de memória institucional do setor, oportunizando transições de gestão mais efetivas e diminuindo o tempo de aprendizado e de testes de rotinas (além de eventuais lacunas na transmissão de conhecimento) pelas equipes seguintes.

Quanto a projetos institucionais, a pedido da equipe de inspeção, a unidade detalhou as principais iniciativas em curso, todas previstas normativamente na Resolução PRES/TRF4 n. 88/2021, assinada este mês, que define o Plano Estratégico do Tribunal Regional Federal da 4ª Região para o ciclo 2021-2026 (art. 1º).

Citam-se:

•**CUMPRIPREVI**: integração com a Central Especializada de Análise de Benefícios – Demandas Judiciais – CEAB-DJ, do INSS, visando à celeridade no cumprimento de decisões em processos judiciais previdenciários. Esta equipe de inspeção pôde inclusive observar o funcionamento do piloto deste projeto junto à Diretoria Judiciária.

•**PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**: adequar a forma e o conteúdo para dispor, com maior acessibilidade, as informações pesquisadas, inclusive pelos órgãos de controle externo.

•**ENERGIA FOTOVOLTAICA**: disseminar informações e promover a implementação, para os demais edifícios da Justiça Federal, da energia elétrica gerada a partir da radiação solar. Trata-se de iniciativa a ser vista com bons olhos e, inclusive, já observada pela equipe de inspeção em outros Tribunais.

•**GTEC2G**: disponibilizar aos gabinetes apoio das áreas judiciária e de tecnologia da informação para melhoria dos processos de trabalho, com foco no uso de tecnologia. Como já apontado, o gerenciamento por processo de trabalho é método alinhado com a estrutura de governança corporativa delineada pelo Conselho da Justiça Federal e de grande valia, não somente para unidades administrativas como judiciárias.

•**CAPTAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA**: tornar totalmente eletrônica a captação anual da proposta orçamentária na Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região.

•**PLANO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIO**: implementar o PCN, aliando estratégias preventivas com planos de ação que busquem assegurar os serviços essenciais frente a potenciais eventos que ameacem a continuidade desses serviços.

•**PLANO SEGURANÇA INSTITUCIONAL**: implementar plano de segurança institucional com diretrizes para elaboração de protocolos, rotinas e procedimentos que visem à segurança das pessoas, das instalações, dos bens materiais e das informações, a partir da revisão das normas de segurança vigentes. Esta equipe de inspeção igualmente pôde constatar junto à Comissão Permanente de Segurança (Resolução CJF n. 502/2018 e Resolução CNJ n. 291/2019) a existência de base normativa relevante, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a respeito do treinamento do Grupo Especial de Segurança local (GES), controle de acesso aos prédios da Justiça, Serviço de Informação e Inteligência e resposta a situações de risco a magistrados.

A partir do histórico da equipe do Desembargador Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira na 4ª Turma, bem como da expansão da força de trabalho à disposição da Presidência no último biênio, esta equipe de inspeção estima ótimos resultados para a atual gestão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

34. RECOMENDAÇÕES

No contexto da análise realizada segundo os parâmetros fixados, não existe recomendação específica a ser dada, estimulando-se, contudo, a unidade a manter a excelente organização de trabalho demonstrada, para expansão das boas práticas e consecução dos objetivos divisados e descritos pela equipe de gestão do órgão.

**GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO QUADROS DA SILVA**

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Vice-Presidência

2.2 Competência

A Vice-Presidência compõe o Plenário, Corte Especial, Comissão de Regimento Interno e de Jurisprudência, Conselho de Administração, além de presidir as sessões da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Seções do TRF da 4ª Região.

Nos termos do art. 15 do Regimento Interno do TRF da 4ª Região, a Vice-Presidência ainda tem atribuição, por delegação do Presidente, para: (a) decidir a admissibilidade de recursos especial e extraordinário; (b) remeter ao Tribunal Superior o recurso ordinário em *habeas corpus* ou em mandado de segurança; (c) decidir o pedido de efeito suspensivo a recursos especial, extraordinário e ordinário no período entre a interposição e a publicação da decisão de admissão do recurso ou no caso de sobrestamento na Vice-Presidência; (d) decidir o requerimento de exclusão dos autos da decisão de sobrestamento para que seja inadmitido o recurso extraordinário ou o recurso especial por intempestividade, bem como apreciar o respectivo agravo interno; (e) decidir as petições em recursos especial e extraordinário, resolvendo os incidentes que forem suscitados; (f) remeter o agravo interposto contra a decisão de inadmissão do recurso excepcional ao Tribunal Superior ou retratar-se da referida decisão; (g) atuar como relator do agravo interno da negativa de seguimento e de sobrestamento dos recursos excepcionais; (h) auxiliar na supervisão e na fiscalização dos serviços administrativos no Tribunal; (i) presidir a distribuição dos feitos; e (j) decidir medidas que reclamem urgência durante o período de recesso.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

O mandato é de um biênio. A atual gestão iniciou-se em 21/6/2021, e em tal data o Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva tomou posse como Vice-Presidente.

Antes, o Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva compunha a Turma Regional Suplementar do Paraná (competência previdenciária), desde 23/6/2017, conforme o Ato n. 248, de 8/6/2017 (doc. SEI 3635234).

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

O Desembargador Federal Luiz Alberto d'Azevedo Aurvalle atuou como Vice-Presidente até 20/6/2021.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Gilson Pereira Chaves - técnico judiciário.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	26
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	9
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo (Posição em 31/8/2021)	
Processos conclusos	7.419
Processos suspensos/sobrestados	SIAPRO 474 + eproc 45.569-TOTAL: 46.043
Processos conclusos com réu preso	8
Processos conclusos com prioridades legais	267
Processos em tramitação	9.384 (Secretaria de Recursos)

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	7.419

Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	4.607
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	46.043
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	SIAPRO 8.676 + eproc 44.107-TOTAL: 52.783

4.3 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	29
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidos ao exame do colegiado	6

4.4 Processos conclusos por última conclusão	
Ano atual	6.638
Ano anterior	766
2º ano anterior	14
3º ano anterior	1
4º ano anterior	0
5º ano anterior ou mais antigo	0

4.5 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Acervo em tramitação (início do 12º mês anterior à inspeção)	6.463
Acervo em tramitação (ao final do mês anterior)	9.058
Total de Processos despachados	58.894

4.6 Fluxo processual RE/RESP nos últimos 12 meses	
Admitidos - art. 1.030, V, CPC	34.586
Negado seguimento - art. 1.030, I, CPC	15.275
Encaminhados para retratação - art. 1.030, II, CPC	13.920
Sobrestados - art. 1030, III, CPC	7.804

4.7 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	36
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	80

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. As recomendações consistiram em: (a) julgar em 60 dias os recursos pendentes nos processos 50008525020164047009, 50039845920174040000 e 50048272320154047201; (b) terminar o julgamento no prazo de 60 dias (julgamento suspenso, em 24/7/2019, para prosseguimento na próxima sessão), do recurso interposto no processo 50432917420144047000; (c) analisar, em 20 dias, petição interposta pela Procuradoria da Fazenda Nacional no processo 50264772120134047000, em 16/11/2017 e, se for o caso, encaminhar para retratação, como consta em decisão 166, de 16/11/2017; (d) aplicar o disposto no art. 940, § 1º, do CPC, na hipótese de não serem levados a julgamento pelos vistores no prazo de 60 dias os processos: 50138713320184040000, 50299508720184040000, 50338889020184040000, 50078726520194040000, 50075735920174040000, 50311771520184040000 e 50374418220174040000, que se encontravam com pedido de vista.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Processos 50008525020164047009, 50039845920174040000 e 50048272320154047201 julgados; b) Processo 50432917420144047000: julgamento concluído; c) Processo 50264772120134047000 baixado; d) Processos 0138713320184040000, 50338889020184040000, 50078726520194040000, 50075735920174040000, 50311771520184040000 e 50374418220174040000 julgados; e) Estrutura do NUGEP permanentemente aperfeiçoada; f) Mutirões recorrentes a fim de atacar pontos nevrálgicos do passivo; g) O NUGEP possui servidora capacitada para fazer frente aos permanentes desafios da unidade, aprimorando-se a aplicação dos Temas julgados pelas Cortes Superiores.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não há recomendações pendentes.

6. AVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

As estatísticas de processos atribuídos à Vice-Presidência foram aprimoradas a partir de solicitação desta unidade junto ao Setor de Informática, o que possibilitou melhor controle de acervo, especialmente dos processos sobrestados. A criação do NUGEP e integração com outros órgãos possibilitaram aprimoramento nas atividades relativas à aplicação de Temas julgados pelas Cortes Superiores. Como boas práticas, tem-se: (i) participação em reuniões do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal no

Conselho da Justiça Federal; (ii) priorização na tramitação de processos de competência do Conselho de Administração, processos criminais, análise de pedidos de urgência (efeito suspensivo), além daqueles com prioridade legal; (iii) mutirões para análise de processos com Tema julgado pelos Tribunais Superiores.

7. Magistrado e/ou servidor entrevistado

Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva, Vice-Presidente, e Arnaldo Fernando Giroto, Assessor-Coordenador da Vice-Presidência.

8. Como é feita a organização do trabalho (distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim)?

Com a mudança da estrutura organizacional da Vice-Presidência, promovida pela atual gestão, a partir de 21/6/2021, criaram-se três assessorias especializadas, onde o trabalho é dividido conforme a matéria (penal e tributário, administrativo e previdenciário), as quais estão subordinadas e sob a coordenação/supervisão de um assessor-coordenador. Dos 26 servidores lotados na Vice-Presidência, 22 atuam na atividade-fim e 4 na atividade-meio.

9. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Atualmente, em face da pandemia, excepcionalmente, 19 servidores lotados na Vice-Presidência atuam em regime de teletrabalho.

9.1 O teletrabalho é integral ou parcial?

Atualmente, em face da pandemia, os servidores que estão em teletrabalho o fazem em regime integral. Todavia, em uma situação de normalidade, o sistema de teletrabalho adotado é parcial, com exigência de um dia presencial na semana.

9.2 Qual o critério para fixação das cotas?

Para a definição das metas de trabalho são levados em conta a complexidade da matéria e o nível de qualificação do servidor.

9.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento das metas é feito permanentemente pela chefia e ao final do prazo estipulado é feita a apuração do resultado, oportunidade em que há *feedback*. Não havendo o cumprimento da meta justificadamente, avaliam-se os motivos e concede-se prazo adicional para a finalização.

10. Como é feita a triagem? (processos físicos e eletrônicos)?

Tendo em conta as funcionalidades do eproc, a triagem inicial dos processos é feita pelo próprio sistema, observada a particularidade de que, por se tratar da Vice-Presidência, já são direcionados a cada uma das áreas. Essa sistemática racionaliza a triagem, pois os recursos já vão diretamente para a assessoria respectiva. Não há acervo físico.

11. Como os processos estão organizados (armários, localizadores)?

Os processos são organizados em diversos localizadores temáticos, por matéria e classe processual, em localizadores de servidores e de estagiários, bem como em localizadores processuais e temporários (de movimento).

12. Como ocorre o controle (se houver): de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e de urgências?

Esse controle é feito por meio de localizadores específicos para essas situações, que são permanentemente monitorados pelos assessores, que adotam as medidas necessárias para o andamento célere desses processos.

13. Como é realizada a política de recompensas vinculadas às metas, conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

O alcance das metas é devidamente reconhecido pela chefia, que transmite ao servidor a importância da sua colaboração para o alcance da meta geral da unidade, o que gera sentimento de dever cumprido, fortalecendo o espírito de equipe.

14. Como é realizada a distribuição das metas individuais e/ou coletivas na unidade?

A distribuição das metas individuais é feita pela chefia imediata, que seleciona os processos destinados ao servidor preferencialmente pela antiguidade da distribuição.

15. São utilizados modelos de documentos que facilitam o trabalho?

Sim. O eproc facilita a criação de diversos modelos, de preferências, utilizados na elaboração das minutas, o que agiliza muito o trabalho realizado pelas assessorias.

16. Como é realizada a capacitação dos servidores?

A capacitação dos servidores é realizada mediante treinamento na própria unidade, por meio de facilitadores de aprendizagem, servidores mais antigos e conhecedores da matéria, ou por meio de cursos eventualmente oferecidos pelo TRF4 ou CJF.

17. Como é realizado o controle dos feitos sobrestados?

O controle é realizado tanto pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP, da Vice-Presidência, como pela Secretaria de Recursos, onde os feitos são mantidos sobrestados em localizadores específicos aguardando julgamento dos Temas pelos Tribunais Superiores.

18. Como funciona o trâmite e a digitalização de processos para remessa às Cortes superiores?

Essa atividade está vinculada à Secretaria de Recursos, mas atualmente não há mais processos físicos para digitalização.

19. Como é feito o atendimento a advogados?

Atualmente, em face da pandemia do Covid-19, o atendimento aos advogados é feito predominantemente de modo virtual, por meio de audiência via zoom, sem prejuízo de eventual atendimento presencial quando estipulado.

20. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle do acervo é feito permanentemente, de modo que são identificados os casos em que há processos sem movimentação injustificadamente.

21. Há juízes auxiliares?

Sim. O Juiz Federal Marcelo Malucelli tomou posse como Juiz-Auxiliar nesta Vice-Presidência em 25/6/2021, conforme Ato n. 691/2021 (doc SEI 5650333).

22. Em qual normativo está estabelecida a atribuição de realizar o juízo prévio de admissibilidade dos recursos excepcionais no Tribunal?

Artigo 15, III, a, do Regimento Interno do TRF da 4ª Região.

23. São observados os critérios de precedência e as preferências legais na análise dos recursos?

Sim, tanto a precedência como as prioridades legais são verificadas por ocasião da análise dos feitos, sendo critérios, inclusive, de estipulação de metas.

24. Qual o procedimento adotado em caso de juízo de admissibilidade positivo aos tribunais superiores?

O processo é imediatamente encaminhado à Secretaria de Recursos, responsável pelo encaminhamento ao Tribunal Superior.

25. É realizado juízo de admissibilidade em recursos ordinários em mandado de segurança ou habeas corpus?

Quanto ao recurso ordinário em *habeas corpus*, o artigo 178 do Regimento Interno do TRF da 4ª Região dispõe o seguinte: “§ 2º Os autos serão conclusos ao Presidente do Tribunal, ou ao Vice-Presidente, por delegação, que decidirá a respeito de seu recebimento. § 3º Ordenada a remessa ao Tribunal Superior, o recurso subirá dentro de 48 (quarenta e oito) horas”. Quanto ao recurso ordinário em mandado de segurança, a previsão regimental está no artigo 179: “§ 1º O recurso, com as razões do pedido de reforma, será interposto no prazo de quinze dias, nos próprios autos em que se houver proferido a decisão recorrida, mediante petição dirigida ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal, que determinará a intimação do recorrido para, em quinze dias, apresentar as contrarrazões. § 2º Findo o prazo, os autos serão remetidos ao Tribunal Superior, independentemente de juízo de admissibilidade”.

26. Reconhecida a matéria do processo com algum tema afetado, o que acontece com os autos?

Despachado o processo com determinação de sobrestamento, os autos são remetidos à Secretaria de Recursos, onde aguardarão o julgamento do Tema pelo Tribunal Superior.

27. A que acervo são atribuídos os processos pendentes de juízo de admissibilidade? E quando são admitidos, os processos ficam em qual acervo?

Os processos pendentes de juízo de admissibilidade são computados no acervo de processos conclusos na Vice-Presidência. Após o juízo de admissibilidade, são computados como processos em tramitação no âmbito da Secretaria de Recursos.

28. Há uma comissão gestora que supervisiona o NUGEP no Tribunal? Indicar o ato normativo que disciplina a referida comissão.

A Portaria n. 557/2021 foi a que fez a última alteração da Comissão de Precedentes para a composição atual. Consta no parágrafo único que "*Incumbe à Comissão a supervisão do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e as definições e encaminhamentos necessários ao cumprimento das atribuições dispostas no artigo 7º da Resolução CNJ nº 235/2016*".

29. Como e por qual unidade é alimentado o banco nacional de dados, com as informações atualizadas sobre os processos sobrestados?

O banco nacional de dados é alimentado automaticamente através das informações prestadas no sistema, tanto pelo NUGEP quanto pela Secretaria de Recursos.

30. A unidade possui plano de gestão?

Sim, a unidade possui plano de gestão, já em execução, mas também em aperfeiçoamento, tendo em vista o início dos trabalhos na Vice-Presidência há apenas três meses.

30.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A unidade não conta com a força de trabalho ideal, mas está em ótima situação quanto a recursos materiais.
b) gestão do trabalho	A gestão do trabalho tem sido realizada a contento junto às três assessorias, considerando os recursos humanos disponíveis e o grau de especialidade da (nova) equipe, que está apenas há três meses na unidade.
c) resultados	Tendo em vista que a atual gestão iniciou em 21/6/2021, os resultados ainda não são os esperados, mas estão em constante evolução.

30.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Os objetivos da gestão na Vice-Presidência são de reduzir expressivamente o acervo de processos conclusos para juízo de admissibilidade, bem assim daqueles sobrestados com temas julgados pelos Tribunais Superiores, de modo a atingir nível que permita desenvolver o trabalho com a celeridade necessária para contribuir com o objetivo de garantir a razoável duração do processo.

30.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Especialização das assessorias em suas respectivas matérias, treinamento de novos servidores e estagiários, permanente acompanhamento do julgamento dos Temas afetados pelos Tribunais Superiores, avaliação periódica das metas individuais e coletivas e permanente *feedback* dos servidores às assessorias vinculadas sobre o trabalho desenvolvido.

31. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Utilização das tecnologias como *Zoom* e *Google Meet* para a realização de reuniões com os servidores e estagiários, visando à troca de informação, treinamento, resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

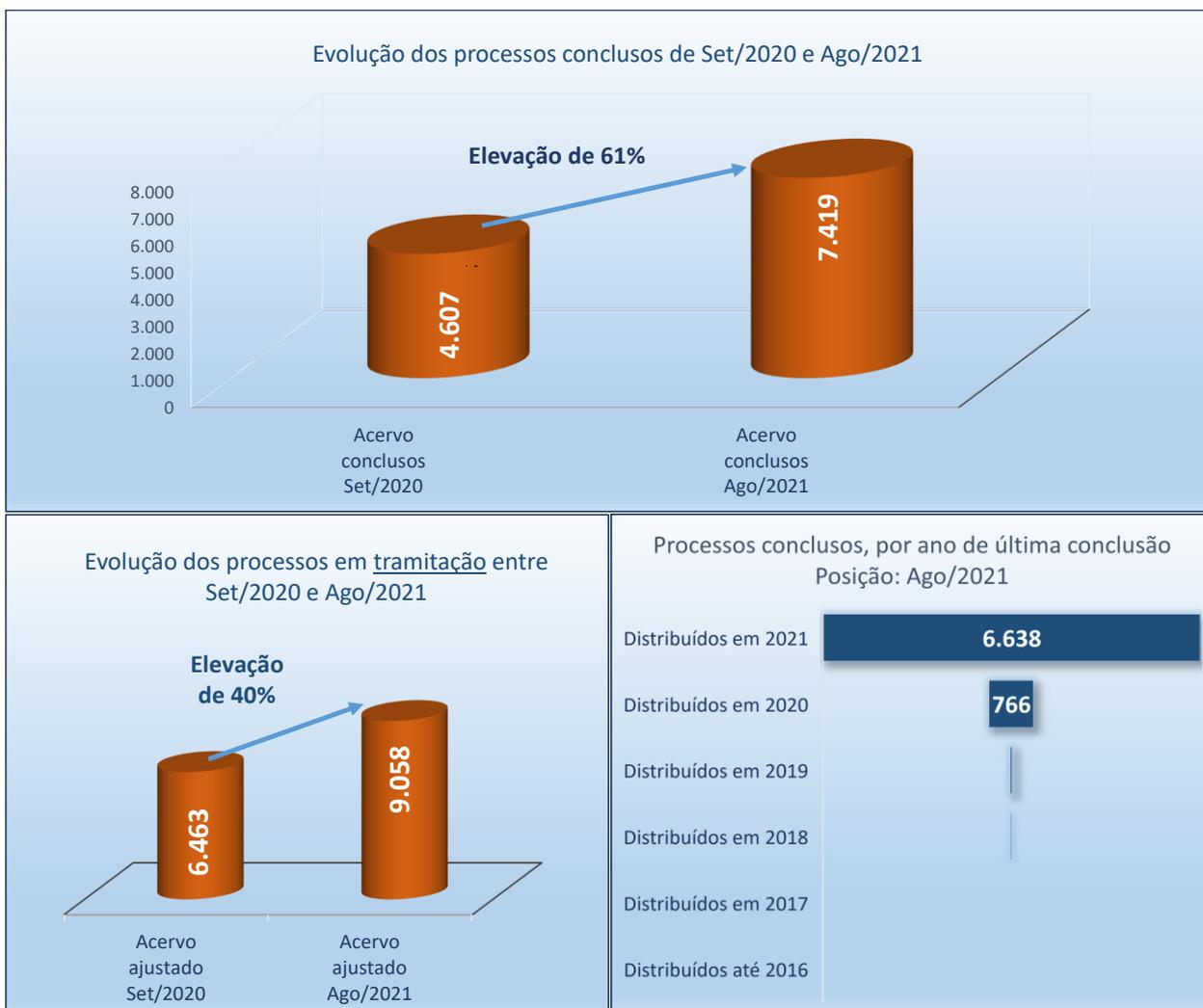
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50192391820214040000	12/5/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: despachado em 23/9/2021.		
50133120820204040000	8/4/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: despachado em 17/9/2021.		
50259005220174040000	26/5/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: despachado em 17/8/2021.		
50113866020184040000	19/3/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: despachado em 14/9/2021.		
50471321820204040000	1º/10/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: despachado em 17/9/2021.		
50285397220194040000	4/7/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: despachado em 17/9/2021.		
50452185020194040000	25/10/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: despachado em 17/9/2021.		
50249005120164040000	10/6/2016	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: previsão de despacho para o mês de outubro de 2021.		
50128590520154047205	31/3/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: previsão de despacho para o mês de outubro de 2021.		
50109997020134047000	24/2/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: despachado em 17/9/2021.		
50014113120124047014	26/9/2013	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: processo despachado em 1º/9/2021. Determinada a remessa ao STJ.		
50597923520164047000	8/2/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: despachado em 23/9/2021.		
50069109320124047111	22/5/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: previsão de despacho para o mês de outubro de 2021.		
50003019820104047100	17/6/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: previsão de despacho para o mês de outubro de 2021.		
50229372420114047100	28/11/2012	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: previsão de despacho para o mês de outubro de 2021.		
50380920820134047000	30/5/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: previsão de despacho para o mês de outubro de 2021.		

50060607120144047110	30/9/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: despachado em 17/8/2021.		
50053268820124047111	11/7/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: baixa definitiva em 8/9/2021.		
50027036520144047213	16/1/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: previsão de despacho para o mês de outubro de 2021.		
50445544020114047100	12/11/2012	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: despachado em 06/09/2021. Com o relator para juízo de retratação.		
50143902920104047100	23/4/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: despachado em 6/9/2021.		
50069266920194049999	19/12/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: previsão de despacho para o mês de outubro de 2021.		
50006905620104047012	15/4/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: processo despachado em 21/09/2021. Não conhecido o REXT.		
50013748020114047000	4/8/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: despachado em 14/9/2021. REXT não conhecido.		
50035308420144040000	21/2/2014	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: despachado em 6/9/2021.		
50199549120124047108	27/9/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: despachado em 17/9/2021.		
50068366120194049999	10/4/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: previsão de despacho para o mês de outubro de 2021.		
50009155420114047008	12/7/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: despachado em 6/9/2021 (para juízo de retratação).		
50460328320114047100	7/10/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: despachado em 1º/9/2021.		
50346018620104047100	19/5/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: despachado em 27/8/2021.		
50006191720204047008	10/2/2009	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: processo despachado em 10/9/2021. Prejudicados os recursos.		
50007132820124047013	15/2/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: previsão de despacho para o mês de outubro de 2021.		
50097142920104047200	14/2/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: despachado em 27/8/2021.		
50011332520104047200	25/10/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: previsão de despacho para o mês de outubro de 2021.		

50094714820114047104	4/7/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: despachado em 6/9/2021. Remetidos ao STJ.		
50098327120104040000	14/12/2010	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgados EDs em 17/9/2021.		
50048676120134047205	30/6/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: despachado em 9/9/2021.		
50035378120114040000	17/3/2011	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: despachado em 21/9/2021.		
50022482220124047100	24/6/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: despachado em 6/9/2021. Negado o seguimento ao REXT.		
50068319320114047000	7/6/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: despachado em 20/8/2021.		
50046658820114047000	15/6/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: despachado em 1º/9/2021.		
50102060520114047000	29/8/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: despachado em 18/8/2021.		
50392406320174040000	21/7/2017	Mandado de Segurança (Seção)
Observação/Providência: previsão de despacho para o mês de outubro de 2021.		
50053875820204040000	11/2/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: baixa definitiva em 21/9/2021.		
50374062020204040000	7/8/2020	Conflito de Competência (Seção)
Observação/Providência: previsão de despacho para o mês de outubro de 2021.		
50006452320134047117	12/7/2013	Embargos Infringentes
Observação/Providência: previsão de despacho para o mês de outubro de 2021.		
50426449420194047100	19/2/2010	Embargos Infringentes
Observação/Providência: despachado em 17/8/2021.		
50023572220154047103	5/11/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: previsão de julgamento de EDs para o mês de outubro de 2021.		
50043567620204049999	13/1/2014	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: despachado em 20/8/2021.		
50338889020184040000	3/9/2018	Incidente de Assunção de Competência (Seção)
Observação/Providência: despachado em 23/8/2021.		
50164916320204047205	30/8/2005	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: baixa definitiva em 9/9/2021.		
50163775720204047001	25/4/2005	Embargos Infringentes

Observação/Providência: despachado em 6/9/2021.		
50032163720124047008	29/11/2013	Apelação Criminal
Observação/Providência: processo julgado em 23/8/2021.		
50172889720194047100	13/4/1999	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: previsão de despacho para o mês de outubro de 2021.		
50112282020194047000	9/4/2002	Apelação Cível
Observação/Providência: previsão de despacho para o mês de outubro de 2021.		
50497343220144047100	8/7/2016	Ação Civil Pública
Observação/Providência: previsão de despacho para o mês de outubro de 2021.		
50091010820164047100	28/3/2016	Ação Civil Pública
Observação/Providência: despachado em 1º/9/2021.		
50065131020164047009	16/10/2018	Ação Civil Pública
Observação/Providência: julgada a retratação em 21/9/2021.		
50004527620154047007	12/8/2016	Ação Civil Pública
Observação/Providência: previsão de despacho para o mês de outubro de 2021.		
50591517620184047000	25/9/2019	Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: despachado em 31/8/2021.		
50058808620134047208	26/2/2016	Ação Civil Pública
Observação/Providência: despachado em 31/8/2021.		
50008470420114047009	10/5/2017	Ação Civil Pública
Observação/Providência: processo despachado em 14/9/2021 (RESP não admitido) e em 16/09/2021 (REXT admitido).		
50023779720124047206	13/10/2015	Ação Civil Pública
Observação/Providência: despachado em 9/9/2021.		
50325106520194040000	29/7/2019	Mandado de Segurança (Corte Especial)
Observação/Providência: previsão de despacho para o mês de outubro de 2021.		
50120997620124047200	11/12/2012	-
Observação/Providência: acórdãos publicados em 22/9/2021.		
50026512220164047109	19/2/2018	-
Observação/Providência: despachado em 26/7/2021.		
50496212820204040000	18/10/2020	-
Observação/Providência: previsão de despacho para o mês de outubro de 2021.		
50006744720204047208	6/8/2020	-
Observação/Providência: acórdão publicado em 1º/9/2021.		

8. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 76 processos selecionados para aferição, todos foram inspecionados, e eram todos eletrônicos.

Em relação aos processos aferidos, recomenda-se:

a) No que tange ao processo n. 50023572220154047103, julgar em 120 dias, caso o recurso não tenha sido apreciado na pauta telepresencial de 21/10/2021.

b) Adotar providências para impulsionar os feitos de numeração: 50345079320184049999, 50002007220124047009 e 50031028220184047010.

Os demais processos listados no item 7, acima, encontram-se regularizados.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente recebida pelo Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva, pelo Juiz Federal Marcelo Malucelli, pelo Chefe de Gabinete Gilson Pereira Chaves e pelos Assessores Arnaldo Giroto, Aline e Júlia.

Como a posse do novo Vice-Presidente se deu em 21/6/2021, a equipe informa que ainda está em período de adaptação. Menos de dois meses depois da assunção da Vice-Presidência, foram colhidos os dados estatísticos indicados nos itens 4.1 e 8. Durante a inspeção, novos dados foram obtidos e é possível identificar a significativa redução de processos conclusos (de 7.419 para 5.470).

A equipe conta com 26 servidores, sendo que 17 já estavam lotados no Gabinete do Desembargador Fernando Quadros da Silva, 8 servidores vieram de outros órgãos e uma servidora recém tomou posse e foi lotada na Unidade.

É elogiável a organização do Gabinete e a disposição da equipe, que se divide internamente em três núcleos por matéria (previdenciária, cível, tributária e penal) para o exame de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários. Cada núcleo é composto por um assessor (CJ-02) e cinco servidores. Foi convocado o Juiz Federal Marcelo Malucelli, por meio do Ato n. 691/2021 (doc SEI 5650333).

Grande parte do Gabinete minuta decisões de admissibilidade dos recursos extraordinários e dos recursos especiais e a outra se concentra na organização administrativa e nos processos de competência do Pleno, do Órgão Especial e do Conselho de Administração.

A equipe, que ainda está em fase de adaptação, busca administrar o acervo tendo por parâmetros os critérios de antiguidade, de matérias similares e de urgência, com a finalidade de assim melhorar a prestação jurisdicional, apesar do imenso fluxo do acervo em sede de juízo de admissibilidade.

Na entrevista foi informado sobre a elaboração de projeto para criação de quadro próprio de servidores da Vice-Presidência, de modo a evitar, em futura alternância de gestão, perda de eficiência na análise da admissibilidade dos recursos extraordinários e dos recursos especiais.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 5.573 para 7.419). Considerado o período de doze meses de agosto de 2020 a julho de 2021, o número cresceu de 4.607 feitos para 7.419.

Percebe-se que o aumento de processos conclusos é, naturalmente, anterior à posse do atual Vice-Presidente, que se mostra atento ao assunto e envida esforços para

reduzir o acervo. Tanto é que, na data da inspeção, foi constatada evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

No tocante à dinâmica da unidade, observa-se o esforço do gabinete em se adaptar à dinâmica dos feitos da Vice-Presidência, reduzir o acervo e aumentar a produtividade.

No que tange à recomendação da Inspeção CJF/2019 quanto aos processos que pendiam de andamento ela foi cumprida e não há pendência. E, no que tange à reestruturação da Vice-Presidência, estão sendo envidados esforços para implantar projeto para criação de quadro próprio de servidores, incluindo o da NUGEP.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas e recomendações para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 9;

b) Eventualmente, sugerir alteração regimental que suprima a competência atribuída à Vice-Presidência no inciso IV do art. 15 (*Presidir as Seções*). Talvez seja recomendável a retirada de tal função da Vice-Presidente, caso o TRF4 assim entenda pertinente, de modo a poupar tempo para os pesados afazeres de admissibilidade e conformação relativos aos recursos especiais e extraordinários;

c) Diante das anotações da anterior inspeção, prosseguir na diligência para a reestruturação da Vice-Presidência com a criação de quadro próprio de servidores, incluindo o da NUGEP; e

d) Manter o espírito colaborativo demonstrado pela equipe e as boas práticas que permitiram, em período recente, a efetiva baixa do acervo.

**GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL
DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JÚNIOR**

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região

2.2 Competência

Corregedoria Regional, Plenário Administrativo, Plenário Judicial, Corte Especial Administrativa, Corte Especial Judicial e Conselho de Administração

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção):

Desembargador Federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

O atual corregedor foi empossado em 21/6/21. Anteriormente, integrava a 4ª Turma de Direito Administrativo, Civil e Comercial deste Tribunal.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):

No biênio anterior (entre 26/6/2019 e 20/6/211) o cargo foi ocupado pela Desembargadora Federal Luciane Amaral Corrêa Münch.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Marilene Aparecida Bonatto - Analista Judiciária/Assessoria Administrativa.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	14
Estagiários de nível superior	2

3.6 Quadro de cargos e funções	
CJ3	1
CJ2	3
FC6	2
FC4	8
FC3	1
FC2	1

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim, a manutenção do método de trabalho.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

A nova gestão vem mantendo a metodologia de trabalho recomendada na última inspeção, com alguns ajustes, de acordo com orientações do corregedor. Dentre esses ajustes, cita-se a adoção do modelo híbrido de correições, mesclando o sistema de acompanhamento permanente com as visitas presenciais nas unidades, iniciadas a partir do mês de setembro deste ano.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Prejudicado.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

A unidade está estruturada em setores para atendimento de demandas diárias. Conta com recursos materiais e tecnológicos, mas possui claros de lotação, de difícil provimento em razão da escassez de servidores. O teletrabalho decorrente da pandemia impôs desafios, em especial quanto à gestão do trabalho e da equipe. Boas práticas da Corregedoria: (a) reuniões virtuais e periódicas com a equipe; (b) implantação do Balcão Virtual no Primeiro Grau; (c) implantação do Sistema de

Correição Permanente nas Unidades Judiciárias e Administrativas das Seções Judiciárias da 4ª Região; (d) edição da Resolução Conjunta n. 3/2021 para regulamentar o retorno gradual e seguro das atividades presenciais; (e) retomada das correições presenciais, observadas as ações necessárias à prevenção do contágio pela Covid-19; (f) manutenção e criação de novos grupos de trabalho especializados que atuam em conjunto com a Corregedoria no aprimoramento dos processos de trabalho e dos sistemas informatizados.

6. Magistrado e/ou servidor entrevistado

Desembargador Federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, as servidoras Marilene Aparecida Bonatto e Renata Vial Torres.

7. Além dos feitos específicos da Corregedoria Regional, o desembargador recebe distribuição de feitos de natureza jurisdicional como membro da Corte Especial, além dos feitos administrativos do Plenário?

Sim, o Corregedor recebe distribuição de natureza jurisdicional, enquanto membro da Corte Especial, nos termos do art. 16, IX, do Regimento Interno do TRF4. Também recebe distribuição jurisdicional por integrar o Plenário Judicial.

8. Como a unidade está organizada? (Setores, funções, atribuições e distribuição interna das atividades).

A unidade está organizada por setores; as respectivas funções e atribuições, em suma, são: a) Assessoria Administrativa: assessorar o corregedor e juízes auxiliares; coordenar as atividades administrativas e planejamento dos demais setores; b) Assessoria Jurídica: assessorar o corregedor em sessões e processos administrativos; c) Assessoria de Gestão das Unidades Judiciárias: assessorar o corregedor em questões relativas à gestão das unidades judiciárias e a correições e inspeções. acompanhar projetos e ações para melhoria dessa gestão; d) Núcleos de Instrução e Acompanhamento de Afastamentos e de Apoio aos Juízes Auxiliares- NAFA: auxiliar o corregedor e os juízes auxiliares nas questões relativas aos afastamentos, substituições, escalas de férias dos magistrados da Justiça Federal da 4ª Região; e) Gabinete da Corregedoria Regional: receber demandas encaminhadas à Corregedoria, cumprir diligências e organizar a agenda de eventos da Corregedoria.

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Com o advento da pandemia, todos os servidores passaram a realizar trabalho remoto compulsório, por determinação da Presidência deste Tribunal. Com a publicação da Resolução Conjunta n. 3/2021, da Presidência e da Corregedoria deste Tribunal, estabelecendo medidas para a ampliação da reabertura dos prédios e da retomada gradual dos serviços presenciais, o quantitativo de pessoal para o trabalho presencial é de 20% dos servidores, com adoção de sistema de rodízio ou revezamento, nesta etapa inicial (art. 9º- I dessa Resolução). Os demais, permanecem em trabalho remoto compulsório.

8.2 O teletrabalho é integral ou parcial?

É parcial, em observância ao determinado na referida Resolução Conjunta n. 3/2021.

8.3 Qual critério para fixação das cotas?

Em razão da natureza das atividades deste Órgão, optou-se por estabelecer meta coletiva, consistente na resolução prioritária dos processos (administrativos e judiciais) com mais tempo de tramitação na unidade.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito pelas assessorias de cada unidade, através da verificação direta do cumprimento das tarefas delegadas e também através dos sistemas eletrônicos, que possuem painel de controle e marcadores nos processos, possibilitando tal acompanhamento. Verificado eventual descumprimento, os servidores recebem feedback e são orientados a melhorar o desempenho.

9. Qual o critério para organização do acervo? Como é feita a movimentação interna?

A organização do acervo e o controle de movimentação interna ocorrem por meio do sistema SEI (processos administrativos) e do eproc (processos judiciais), observados os critérios da antiguidade e urgência. Os processos que ingressam por esses sistemas são triados diariamente, de forma centralizada no gabinete, e encaminhados aos respectivos setores. Ambos os sistemas possuem ferramentas que facilitam a organização através de marcadores e lembretes, além de permitirem a extração de relatórios para fins de acompanhamento e estatísticas.

10. Como são cadastrados os procedimentos administrativos pertinentes às atividades correcionais em curso?

Os procedimentos são cadastrados no Sistema Eletrônico de Informações - SEI. Há processos individuais para cada unidade correcionada, além de processos gerais nos quais são divulgados portarias, cronogramas e outros expedientes relativos às atividades correcionais em curso.

11. Há processos físicos? (Registrar o que considerar relevante. Ex.: quantidade, natureza, tramitação etc.)

Não há.

12. Existem sindicâncias instauradas? Quantas? (Informar as respectivas datas de abertura dos processos).

Não há sindicâncias instauradas no âmbito da competência originária desta Corregedoria Regional.

13. Como é feito o controle estatístico?

O controle estatístico da unidade é realizado por meio dos sistemas SEI, eproc e G4, os quais possuem ferramentas que permitem a extração de dados e relatórios sobre o acervo. No sistema SEI, destaca-se, dentre essas ferramentas, o uso de marcadores os quais permitem lançar anotações sobre a fase/andamento em cada processo. O controle estatístico das unidades jurisdicionais correccionadas é realizado continuamente pela análise do sistema G4, utilizado pela Corregedoria para o acompanhamento dessas unidades.

14. Quais os critérios para realização das inspeções nas unidades jurisdicionais? Existem formulários padronizados?

O sistema de acompanhamento permanente das unidades jurisdicionais, informatizado e atualizado constantemente (sistema G4), reúne dados estatísticos das unidades. O acompanhamento permanente é feito desde sua criação em 2019 e continuará ao longo do biênio 2021/2023. Além disso, a gestão anterior da Corregedoria realizou visitas correccionais em algumas unidades; a escolha foi feita a partir dos dados levantados. Durante o biênio 2021/2023 (atual gestão), serão realizadas visitas correccionais no máximo possível de unidades, iniciando com sistema híbrido: presença física do corregedor na unidade e entrevistas com os servidores da unidade realizadas de forma remota, telepresencial, pela equipe da Corregedoria. A escolha das primeiras unidades objetivou contemplar os três estados que compõem a 4ª Região da Justiça Federal, observando critérios de logística de viagem. Existem formulários padronizados, preenchidos pelas unidades diretamente em sistema informatizado da Corregedoria.

15. No caso de haver tais formulários, consta item sobre alienação antecipada de bens (conforme orientação do fórum de corregedores)?

Sim, existe o seguinte item no formulário a ser respondido pelas unidades jurisdicionais com competência penal: "Considerando os bens passíveis de alienação, a unidade realiza a sua alienação antecipada para preservação do valor, sempre que estes estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para sua manutenção? Caso não ocorra sempre, justifique." Esse questionamento é respondido pela unidade inspecionada em formulário no Sistema da Corregedoria e a resposta é apresentada automaticamente no sistema de acompanhamento permanente das Unidades, pelo sistema G4, deste TRF4.

16. Listar os 10 processos administrativos de natureza disciplinar mais antigos, por data de instauração, indicando o número e o último andamento.

Não há processos administrativos disciplinares instaurados no âmbito da competência originária desta Corregedoria Regional.

17. Há atualização dos formulários em conformidade com os normativos e as metas do CJF e do CNJ?

Sim, há.

18. Especificar como é realizada a distribuição entre juízes auxiliares e substitutos.

A distribuição de processos entre juízes federais e juízes federais substitutos ocorre em igualdade de condições, conforme arts. 58, 196 e 197 da Consolidação Normativa desta Corregedoria Regional - Provimento n. 62/2017 e alterações posteriores. No caso de mutirões, o juiz auxiliar poderá ser designado para atuar em processos de um ou ambos os juízos.

19. São realizados mutirões, força-tarefa ou designação de auxiliares para as unidades judiciárias?

Considerando a existência do procedimento de equalização das cargas de trabalho, através do qual é realizada a equalização da distribuição dos processos e a readequação de competências mediante auxílio recíproco e permanente entre Varas Federais, a designação de auxílio para as unidades pode ser deferido apenas eventualmente, de forma excepcional. O sistema de equalização de cargas de trabalho, que atua na distribuição dos processos, permite a divisão dos feitos entre grupos (cíveis, previdenciários e execução fiscal) dentro de cada seção judiciária. Isso reduz a necessidade de mutirões ou forças-tarefas. Tentou-se instalar um núcleo 4.0 para ações de saúde, mas não houve juízes interessados. Está em processo de criação um núcleo 4.0 para execuções fiscais ambientais.

19.1 Quais os critérios para a escolha das unidades que receberão o auxílio?

Eventualmente, defere-se auxílio para as unidades em razão de questões específicas, como nas hipóteses de licenças ou afastamentos prolongados de magistrado ou que envolvam complexidade e repercussão das causas a serem julgadas (caso, por exemplo, da 13ª Vara Federal de Curitiba, na qual tramitam os processos da operação Lava-Jato). O sistema de equalização de cargas de trabalho, existente desde 2017-2019 e 2019-2021, contribui para distribuição igualitária da carga de trabalho e de distribuição entre as varas, reduzindo a necessidade de auxílios e mutirões.

19.2 Quais os critérios de designação dos magistrados que participarão da iniciativa?

A designação do magistrado para auxílio observa a situação da unidade na qual está lotado, de modo a não prejudicar a unidade que prestará o auxílio, bem como observa a preferência por magistrados que atuam em unidade de mesma competência daquela que será auxiliada.

20. Quanto às correções ordinárias, quais os critérios utilizados?

Os critérios de avaliação das unidades se dividem em dados de desempenho (referentes ao cumprimento de metas do CNJ e ao cumprimento dos prazos de regularidade da Corregedoria Regional, conforme anexos IV e V da Consolidação Normativa desta Corregedoria Regional), dados de gestão (como, por exemplo, dados de distribuição mensal de processos, de acervo das unidades, de produtividade mensal, de força de trabalho, de audiências realizadas e etc) e dados de clima

ambiental e de clima socioambiental (questões referentes ao ambiente de trabalho, ao sentimento de autorrealização e propósito dos servidores, à saúde e à segurança no trabalho, ao uso dos recursos e bens públicos, entre outros).

21. Quantas inspeções/correções extraordinárias foram realizadas desde a última inspeção?

Nenhuma.

22. Quais as principais queixas dos juízes federais de 1º grau identificadas na realização de correição? Listar.

A dificuldade de cumprimento de algumas metas do CNJ, considerando a existência de claros de lotação em várias unidades; o interesse em que seja mantido o sistema eproc para a execução penal e não ocorra migração compulsória para o SEEU (e seja permitida a interoperabilidade entre SEEU e eproc); a intenção de nova regulamentação para o teletrabalho; a dificuldade no provimento de cargos vagos em razão da carência de servidores (muitas aposentadorias) e a necessidade de nomeação para preenchimento dos cargos vagos.

23. A unidade comunica ao Conselho da Justiça Federal acerca do resultado do julgamento dos processos administrativos disciplinares?

Sim. Em processos administrativos que já se encontravam em tramitação no sistema SEI quando do início da atual gestão da Corregedoria (junho de 2021), a comunicação tem sido feita via malote digital, bem como mediante distribuição de processo no PJe-CNJ, conforme determina a Portaria CNJ n. 34, de 13/9/2016, alterada pela Portaria CNJ n. 1, de 14/1/2021. A partir da regulamentação da Resolução CNJ n. 320, de 15/5/2020, pelo Provimento TRF-4 n. 100, de 23/8/2021, os processos desta natureza passarão a ser autuados no PJeCor, sistema no qual se darão as comunicações futuras.

24. Quanto ao sistema de processos eletrônicos, quais as principais queixas verificadas? Listar.

O sistema de Processo Eletrônico da 4ª Região (eproc) é altamente eficiente e elogiado pelos usuários internos e externos, estando em constante aperfeiçoamento, através de fórum de discussões e reuniões mensais, com a participação direta dos usuários. As unidades não relatam queixas. Sugestões ou solicitações de novas funcionalidades e melhorias são analisadas pela DTI deste Tribunal e implementadas, sempre que possível. Ressalte-se que esse sistema foi fundamental para manutenção, sem interrupções, das atividades deste Tribunal e da Justiça Federal na 4ª Região, permitindo o trabalho remoto e a manutenção dos altos níveis de produtividade durante a pandemia.

25. Como é o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle de processos sem movimentação na unidade é feito através do painel de controle no sistema SEI e através da extração de relatórios periódicos nos sistemas

eproc e G4. Em relação às unidades de 1º grau, a Corregedoria está em acompanhamento constante através de processos específicos para cada unidade no sistema SEI.

26. Qual o normativo do Tribunal que disciplina marcação e escala de férias de magistrados?

Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (arts. 14 e 16) e Provimento n. 62/2017 e suas alterações posteriores (Consolidação Normativa desta Corregedoria Regional), Capítulo V (arts. 89 a 96). Além da Resolução n. 130/2010 do Conselho da Justiça Federal.

27. Informar detalhadamente como é realizado o procedimento de marcação de escala de férias, alteração e interrupção de férias de magistrados de 1º grau.

É remetido, com antecedência, um ofício-circular a todos os magistrados informando o período em que deverão marcar suas férias do Sistema Eletrônico de Recursos Humanos - SERH e noticiando que, caso as férias não sejam marcadas, a Corregedoria procederá à marcação de ofício. Atingida a data limite para a marcação, o sistema não mais permite que o magistrado proceda à marcação, o que somente poderá ser feito pela Corregedoria Regional. Finalizada a escala de férias, as alterações e interrupções devem ser solicitadas preferencialmente pelo SERH ou, no caso de impossibilidade, por e-mail.

28. Há um sistema informatizado para marcação de férias?

Sim, os pedidos de marcação de férias são feitos no Sistema Eletrônico de Recursos Humanos - SERH.

29. Como é feito o pedido de remarcação/interrupção/suspensão? Existem pedidos de remarcação pendentes de análise?

Os pedidos de remarcação/interrupção/suspensão de férias são feitos preferencialmente no SERH. Não sendo possível, solicita-se que sejam feitos por e-mail, sendo o documento inserido num processo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI. Todas as decisões, independentemente do meio pelo qual cheguem nesta Corregedoria Regional, são cumpridas no SERH. Não existem pedidos de remarcação pendentes de análise.

30. Quais os critérios utilizados para análise do pedido de alteração de férias?

Os critérios estipulados na Resolução n. 130/2010 do Conselho da Justiça Federal e na Consolidação Normativa desta Corregedoria Regional.

31. É exigido o cumprimento da ordem cronológica para gozo do saldo de férias?

Sim.

32. É observada a obrigatoriedade da indicação do novo período para gozo das férias?

Sim, o magistrado, quando da solicitação de qualquer alteração de suas férias a esta Corregedoria Regional, deve indicar novo período para a fruição. Se não o faz, a Corregedoria solicita a indicação para que o pedido de alteração seja analisado.

33. Existem magistrados de 1º grau com saldo de férias? Especificar.

Sim. Os saldos de férias (períodos aquisitivos ou dias restantes de períodos aquisitivos) decorrem de situações em que foi verificada a necessidade de serviço e também por interesse dos magistrados. Registra-se que, em observância aos termos do art. 96, § 2º, da Consolidação Normativa desta Corregedoria Regional, nesta gestão não está sendo permitida a alteração de férias sem que o magistrado informe novo período para o seu gozo, em razão da vedação de marcação de férias *sine die*. Saliente-se que durante a pandemia, no ano de 2020, houve situação atípica, já que foi permitido que não se marcassem férias. Isso está sendo regularizado nesse ano de 2021.

34. A partir de que mês é feita a escala de férias para o ano subsequente?

A escala é organizada, pela Corregedoria Regional, até o dia dez de novembro para gozo nos meses de janeiro a junho seguintes e até o dia dez de maio para gozo nos meses de julho a dezembro seguintes (art. 90, § 1º, da Consolidação Normativa).

35. Quais os critérios e procedimentos de convocação de juízes para substituir desembargadores?

Nos termos do art. 14, inciso XXVIII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a convocação de Juiz Federal para atuar no tribunal é da competência do Presidente da Corte.

36. Quais os critérios e procedimentos para remoções de juízes?

Os concursos de remoção são realizados com a observância dos requisitos mínimos estabelecidos na Resolução n. 01/2008, do CJF, alterada pelas Resoluções ns 248/2013 e 441/2017, em linha com o disposto na Resolução n. 32/2007, alterada pela Resolução n. 97/2008. O critério de escolha, havendo mais de um interessado, é a antiguidade na carreira (art. 61, § 4º do RITRF4). Além disso, dos critérios previstos nas regulamentações citadas, no âmbito deste TRF-4 é vedada a remoção para Vara Federal ou Turma Recursal de mesma especialidade na Subseção Judiciária; bem como a de magistrado que contar menos de doze meses da lotação inicial, da promoção ou da última remoção ou permuta, a contar da vigência do respectivo ato, e, por fim, é vedada ainda a remoção durante o período de afastamento de magistrado para fins de aperfeiçoamento profissional superior a seis meses.

37. Como é aferido o merecimento?

Para promoção a desembargador, o merecimento é aferido pelo Plenário; o voto deve expor fundamentos de convicção. A avaliação contempla critérios qualitativos de

desempenho da jurisdição, quantitativos de produtividade, aperfeiçoamento técnico, prestação no exercício das funções e adequação da conduta ao Código de Ética. Além disso, RITRF4 exige: a) cinco anos de efetivo exercício na magistratura federal; b) não ter havido retenção injustificada de autos; c) não haver punição em processo disciplinar nos últimos doze meses, com pena igual ou superior à de censura. É obrigatória a promoção do magistrado que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento. Para promoção a juiz federal, a aferição do merecimento é feita pelos critérios citados retro, nos termos do remissivo art. 63, § 3º do RITRF4. No entanto, exige-se período menor de magistratura (2 anos) e o candidato deve figurar na primeira quinta parte da lista de antiguidade.

38. Quais os critérios e procedimentos para promoções de juízes para acesso ao 2º grau?

A promoção a desembargador é feita por antiguidade ou merecimento (arts. 41 a 47 do RITRF4). Na primeira, o magistrado mais antigo é ouvido e não poderá ser recusado salvo por voto fundamentado de 2/3 do Plenário; na segunda, é publicado edital oportunizando manifestação dos interessados. O Pleno, em sessão pública e com no mínimo 2/3 dos membros, forma lista tríplice mediante indicação fundamentada (conforme questão 37). Cada membro do Pleno indica três candidatos, que ingressam na lista se obtiverem a maioria absoluta de votos; são realizados quantos escrutínios forem necessários para tal fim. A Corregedoria auxilia o Pleno mantendo registros funcionais e dados sobre produtividade, além de anotações sobre processos disciplinares. A Escola da Magistratura encaminha informações concernentes à frequência e ao aproveitamento dos magistrados em cursos de formação e de aperfeiçoamento (Resolução n. 106/2010 do CNJ). Formada, a lista tríplice é enviada ao Presidente da República.

39. Como é realizada a escala de plantão?

A escala de plantão é elaborada pelo magistrado mais antigo dentre os Diretores do Foro das Subseções agrupadas ou pelo Diretor do Foro no recesso forense. São ouvidos os juízes federais e juízes federais substitutos e, após consolidadas as manifestações pela Direção do Foro, encaminhadas à Corregedoria; a escala observa sistema de rodízio e respeita a igualdade de tratamento entre os magistrados (art. 417 e §§ do Provimento n. 62/2017 desta Corregedoria).

40. Existe regulamentação referente às matérias passíveis de apreciação em regime de plantão? Indicar.

O art. 415 do Provimento n. 62 enumera as matérias passíveis de conhecimento em plantão, em suma: (a) pedidos de *habeas corpus* e mandados de segurança; (b) comunicações de prisão em flagrante e apreciação dos pedidos de concessão de liberdade provisória; (c) representação urgente da autoridade policial ou do Ministério Público visando à decretação de prisão preventiva ou temporária; (d) busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, desde que comprovada a urgência; (e) medida cautelar, de natureza cível ou criminal, que não possa ser realizada no horário normal de expediente, ou de caso em que da demora possa resultar risco de grave prejuízo ou de difícil reparação; (f) ocorrências relacionadas ao monitoramento eletrônico.

41. Como funciona o sistema de plantão no 1º grau? São diários, finais de semana e feriados, recesso judicial? Qual o horário?

Há plantão diário que inicia às 19h e termina às 11h do dia seguinte; em sextas-feiras e vésperas de feriado o plantão é prorrogado até às 11h do dia útil subsequente. Aos fins de semana e feriados o plantão é contínuo (art. 416 do Provimento n. 62). Além do disposto quanto ao horário, no recesso forense é previsto atendimento externo entre 13h e 18h,

42. As causas já distribuídas e juízo prevento podem ser reanalisadas durante os plantões? Qual o critério?

O Provimento n. 62/2017 exclui do Plantão Judiciário a reiteração de pedidos submetidos ao juízo prevento ou conhecidos em plantão anterior; não obsta, contudo que o pedido feito em processo já ajuizado seja submetido ao plantonista, devendo ser observadas as matérias passíveis de conhecimento em plantão (art. 415 e §§ c/c art. 422, caput).

43. Qual o procedimento referente aos feitos cujas decisões foram proferidas durante o plantão?

Todos os processos sujeitos a plantão devem ser remetidos no sistema informatizado ao plantonista e, após, restituídos ao juízo natural. Compete ao juiz plantonista ordenar providências necessárias à solução das questões decididas e que digam respeito à matéria de plantão; além disso, deverá despachar todos os pedidos protocolados no sistema dentro do horário de plantão, ainda que o cumprimento ocorra em momento posterior.

44. A unidade possui plano de gestão?

Sim.

44.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Estão lotados nesta unidade 14 servidores e dois estagiários, assim distribuídos: (a) uma servidora na Assessoria Administrativa; (b) três servidores e dois estagiários nos Núcleos de Instrução e Acompanhamento de Afastamentos e de Apoio aos Juízes Auxiliares; (c) dois servidores na Assessoria Jurídica; (d) cinco servidores na Assessoria de Gestão das Unidades Judiciais; (e) três servidores no Gabinete. Há claros de lotação, inclusive com função gratificada. Conta-se, também, com o apoio de dois juízes federais para auxiliar o Corregedor, e dispõe-se dos
---	--

	recursos materiais necessários para realização do trabalho.
b) gestão do trabalho	O trabalho é distribuído entre setores (Gabinete, Assessoria Administrativa, Assessoria Jurídica, Assessoria de Gestão das Unidades Judiciárias e Núcleos de Instrução e Acompanhamento de Afastamentos e de Apoio aos Juízes Auxiliares), mas a entrada das demandas ocorre de forma centralizada no Gabinete, ficando a cargo da Assessoria Administrativa a triagem e o encaminhamento para o respectivo setor, de acordo com a atribuição de cada um. As minutas de decisão/voto são elaboradas pelos setores competentes, nos sistemas do SEI e eproc, e submetidas à apreciação do Corregedor e Juízes Auxiliares. Aprovadas, o cumprimento ocorre no Setor de Apoio, vinculado ao Gabinete. O controle do acervo e fluxo das atividades também são realizados através desses sistemas.
c) resultados	A atual gestão iniciou-se há pouco mais de três meses e os resultados até então obtidos são satisfatórios, na medida em que, apesar dos obstáculos iniciais, a função primordial desta Corregedoria, qual seja, a de fiscalizar e orientar a atividade jurisdicional da Justiça Federal de Primeira Instância da 4ª Região, de modo a assegurar o regular funcionamento da Justiça e a disciplina forense, vem sendo realizada.

44.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

O primeiro objetivo era que a nova equipe se familiarizasse com as rotinas e procedimentos da Corregedoria, já que não há equipe fixa lotada na Corregedoria. Os servidores são provenientes do gabinete do desembargador eleito para a Corregedoria. Também foi necessário adaptar-se à nova sistemática decorrente do trabalho remoto compulsório, adotando-se sistema híbrido (presença física do Corregedor, Juízes Auxiliares e rodízio entre os assessores), por conta da pandemia. O segundo objetivo era regulamentar o retorno gradual ao trabalho presencial pelas unidades de primeiro grau e elaborar o plano bianual de correições nas varas. O terceiro objetivo é revisar e atualizar as competências das varas e a equalização/distribuição de cargas de trabalho. O quarto objetivo é debater e consolidar as propostas para atualização/revisão das

regras de teletrabalho para servidores. O quinto objetivo será fiscalizar a lotação dos magistrados, seus regimes de trabalho e a residência nas subseções.

44.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

O primeiro objetivo foi alcançado nos primeiros meses da Corregedoria, com regime híbrido de trabalho e rodízio. O segundo objetivo foi alcançado com a resolução conjunta 3/2021 que disciplinou o retorno gradual na pandemia, e com a elaboração do plano de correições, que começa a ser executado. O terceiro será feito com estudos e grupos de trabalho sobre cargas de trabalho e necessidades de ajustes nas competências. O quarto objeto será feito a partir do que o Corregedor observar nas correições, quando se aproveita para ouvir juízes e servidores sobre teletrabalho. O quinto objetivo será feito durante as correições, atualizando-se os dados dos magistrados nos sistemas da Corregedoria e fiscalizando essas questões.

45. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A realização de reuniões (virtuais), periodicamente, mostrou-se ferramenta fundamental para continuidade do trabalho durante a pandemia, possibilitando a reorganização dos fluxos e rotinas, a resolução de novas demandas surgidas nesse período, a comunicação direta, rápida e eficaz, além de oportunizar o contato e a troca de experiências, ainda que à distância, entre o magistrado e a equipe.

46. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50210310720214040000	24/5/2021	Conflito de Competência (Corte Especial)
Observação/Providência: trata-se de conflito de competência distribuído a esta Corregedoria em 24/5/2021. Será incluído em pauta para a próxima sessão da Corte Especial.		
50265401620214040000	28/6/2021	Conflito de Competência (Corte Especial)
Observação/Providência: trata-se de conflito de competência distribuído por equívoco a esta Corregedoria e redistribuído nos termos de decisão proferida em 6/9/2021.		
50265436820214040000	28/6/2021	Conflito de Competência (Corte Especial)
Observação/Providência: trata-se de conflito de competência distribuído por equívoco a esta Corregedoria e redistribuído nos termos de decisão proferida em 6/9/2021.		
50266995620214040000	29/6/2021	Conflito de Competência (Corte Especial)
Observação/Providência: trata-se de conflito de competência distribuído por equívoco a esta Corregedoria e redistribuído nos termos de decisão proferida em 6/9/2021.		
50222185020214040000	31/5/2021	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (Corte Especial)
Observação/Providência: Trata-se de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas distribuído a esta Corregedoria em 31/5/2021. Foi incluído em pauta de julgamento a ser realizada em 30/9/2021.		
50013255420164047100	27/10/2016	Apelação Cível

Observação/Providência: O acórdão foi lavrado em 6/9/2021 e já publicado pela Secretaria.

47. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os sete processos selecionados, todos eletrônicos, foram inspecionados.

As informações da análise realizada pela equipe de inspeção, contendo apontamentos sobre fases processuais e outras observações constam da ficha de inspeção.

Ao momento da realização da inspeção, a integralidade da amostra já havia sido adequadamente saneada, de modo que não há recomendações à unidade em relação a tais processos.

48. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE E OBSERVAÇÕES

A equipe de inspeção foi recebida pelo Desembargador Federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, Corregedor Regional da Justiça Federal da 4ª Região.

A posse da atual gestão da unidade inspecionada é recente, com trabalhos iniciados em 21/6/2021. A força de trabalho atual, de 14 servidores efetivos e 2 estagiários, é significativamente menor do que a registrada na última inspeção (18 servidores e 4 estagiários). A existência de claros de lotação foi apontada como um dos desafios de gestão.

Em termos organizacionais, informou-se que o trabalho é dividido, em linhas gerais, nas seguintes áreas: assessoria administrativa (à qual vinculados, segundo o organograma do órgão, os núcleos de instrução e acompanhamento de afastamentos e de apoio aos juízes auxiliares), assessoria jurídica, assessoria de gestão de unidades judiciárias e gabinete da Corregedoria Regional.

A administração de processos administrativos e judiciais, conforme relatado, afigura-se adequada, denotando-se familiaridade com recursos de gerenciamento de acervo (marcadores, lembretes, relatórios estatísticos), com triagem diária de entradas. Não há procedimentos disciplinares pendentes.

A equipe da unidade inspecionada demonstrou igualmente bastante domínio em relação às atribuições do órgão, nada obstante o empossamento recente da nova gestão, como já referido. Solicitadas informações adicionais sobre dados de relevo informados no questionário prévio, foi prestada minuciosa explicação das questões abordadas pela equipe de inspeção, com disponibilização de cópias de processos administrativos e atos normativos pertinentes.

Dentre os temas aprofundados, merece destaque, inicialmente, o sistema híbrido dividido para o acompanhamento das atividades das unidades judiciárias de primeiro grau, distinto do usualmente observado em outras Regiões Federais. Com efeito, a partir de alterações recentes da consolidação normativa da Corregedoria Regional (por força

do Provimento Correg 100/2020), instituiu-se regime de correição permanente, durante período pré-definido dentro do biênio de gestão. Neste intervalo, todas as unidades judiciárias de primeiro grau devem reportar periodicamente dados de controle para a Corregedoria Regional, que, analisando os dados dos quesitos e indicadores colhidos, fórmula recomendações e medidas de ajuste a serem implementadas. Conforme a situação geral da unidade judiciária, esta é enquadrada em um dos agrupamentos de monitoramento (identificados por código de cores: azul, verde, amarelo e vermelho).

Na atualidade, encontra-se em curso período de correição permanente coincidente com o biênio de gestão (Portaria Correg 612/2021 e SEI 0006964-81.2021.4.04.8000). Desde logo, o Corregedor Regional destacou a pertinência de que tal regime fosse complementado por visitas correccionais, para aferição de circunstâncias locais específicas. Daí o destaque da natureza híbrida do método adotado.

De maneira conexa, pretende-se, segundo o informado, reunir subsídios para possível reestruturação de competências das unidades judiciárias de primeiro grau. Tal medida é relacionada com o Sistema de Equalização de Cargas de Trabalho, estrutura normativa em contínuo desenvolvimento desde 2017 e de implementação dialógica pela qual a competência jurisdicional de primeiro grau tem sido objeto de paulatina reorganização e agrupamento em regiões, dentro das quais a distribuição de processos é compensada entre as unidades judiciárias integrantes, em regime constante de auxílio mútuo. Objetiva-se, assim, manter todas as localidades com a mesma demanda de trabalho.

Como informado pelo órgão em inspeção, tal redistribuição é controlada por sistema informatizado transparente e de acesso franqueado a todos os magistrados e unidades judiciárias, e dispõe de meios de consulta de histórico de distribuição. A ferramenta serve tanto para controle e fiscalização pelos participantes quanto para extração de dados auxiliares para atividades correccionais e estudos comparativos.

Destaca-se que a equipe de inspeção pôde constatar que houve atenção para que a redistribuição regional não fosse previsível de antemão, conforme debatido no SEI 0007949-50.2021.4.04.8000, a partir da definição de coeficiente específico de redistribuição (3:2).

Salutarmente, o regramento é constantemente ajustado para enfrentar eventuais distorções, promover aprimoramentos ou expandir a abrangência da estrutura (que não abrange a integralidade das matérias e espécies processuais atribuídas ao primeiro grau de jurisdição, por escolha gerencial diante de particularidades de cada hipótese de exceção). A unidade disponibilizou à equipe de inspeção a integralidade dos normativos que basearam as revisões ocorridas até o momento: Resoluções TRF4 102/2018, 43/2019, 48/2019, 56/2019, 60/2019, 54/2020, 55/2020, 56/2020, 87/2020 e 140/2021. Este trabalho de aperfeiçoamento do sistema tem sido focado nos últimos anos no órgão e, conforme informado nesta ocasião, é um dos eixos da gestão atual, que já implantou ajustes previamente discutidos no biênio anterior (cita-se a inclusão das Unidades de Atendimento Avançado nas estatísticas de equalização) e constituiu grupo de trabalho

para estudar oportunidades de avanço e consultar as unidades judiciárias de primeiro grau para colheita de subsídios para outras calibrações eventualmente pertinentes.

A estrutura delineada é certamente inovadora no âmbito da Justiça Federal e merece acompanhamento pelo Conselho da Justiça Federal, para análise de escalabilidade do sistema e conveniência de recomendação de adoção de arranjos similares nas demais Regiões.

No tocante ao atendimento das metas do Conselho Nacional de Justiça para corregedorias em 2021, estima-se que serão cumpridas com tranquilidade, considerando a adoção do PJeCor (Meta CNJ 1/2020) em agosto deste ano, ao início da gestão (Provimento Correg 107/2021), e a inexistência de passivo disciplinar no momento (Meta 1: baixar quantidade maior de procedimentos disciplinares do que os distribuídos no ano corrente; Meta 2: identificar e decidir 100% dos procedimentos disciplinares em face de magistrados, em curso nas Corregedorias, que tenham sido autuados até 31/12/2019; e Meta 3: identificar e decidir 80% dos procedimentos disciplinares em face de magistrados no prazo de 140 (cento e quarenta) dias a partir da autuação).

Quanto às diretrizes estratégicas do Conselho Nacional de Justiça para as corregedorias, foi explanado à equipe de inspeção que, quanto à Diretriz Estratégica 1 (*“Desenvolver projeto de trabalho junto às Unidades Jurisdicionais com maior dificuldade em atingir as Metas Nacionais 1 e 2 ou com recorrente excesso de prazo de conclusão”*), o sistema híbrido de correição permanente é manejado para que, de início, sejam visitadas unidades judiciárias de perfis variados, para permitir melhor visão da variedade de contextos existentes e, assim, do aprimoramento de análises comparativas e recomendações pertinentes em cada caso. A partir deste crivo, são definidos planos de trabalho para enfrentamento de dificuldades, orientados, dentre outros aspectos, ao atendimento das metas judiciárias do Conselho Nacional de Justiça.

Sobre a Diretriz Estratégica 2 (*“Receber todas as novas representações por excesso de prazo e os novos procedimentos de natureza disciplinar por meio do PJeCor”*), foi ressaltado que, após a implantação recente do PJeCor, a Corregedoria Regional aguarda fornecimento de perfis de acesso e treinamento, não se avistando dificuldade ao cumprimento do enunciado, tampouco.

Finalmente, ressalta-se, ainda, como boa prática da unidade, a existência de regra para procedimentos de remoção que veda a permanência dos magistrados por menos de doze meses na lotação inicial, de promoção, permuta ou última remoção. De fato, a experiência demonstra que alta rotatividade de magistrados na gestão de unidades judiciárias prejudica o desenvolvimento das atribuições próprias, na medida em que não oportuniza tempo de sedimentação de estratégias de administração e sujeita a equipe local a frequentes alterações de métodos de trabalho e prioridades.

49. RECOMENDAÇÕES

No contexto da análise realizada segundo os parâmetros fixados, não existe recomendação específica a ser dada, estimulando-se, contudo, a unidade a manter a excelente organização de trabalho demonstrada, para expansão das boas práticas e consecução dos objetivos divisados e descritos pela equipe de gestão do órgão.

II - GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS

GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargadora Federal Luciane Amaral Corrêa Münch

2.2 Turma

1ª Turma

2.3 Competência

Nos termos do art. 4º, § 1º, do Regimento Interno do TRF4, compete 'processar e julgar os feitos de natureza trabalhista, aduaneira e tributária, nesta compreendidos os que disserem respeito a obrigações tributárias acessórias e contribuições sociais, inclusive ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e ao Programa de Integração Social. Cabe-lhe, ainda, processar e julgar os feitos atinentes às execuções da dívida ativa não tributária e processos a elas conexos da União, conselhos de fiscalização profissional e outras autarquias federais; os feitos referentes ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e os relativos à propriedade intelectual em geral, bem como aqueles em que se discute a certificação de entidades beneficentes de assistência social (Cebas)'.
'

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Luciane Amaral Corrêa Münch.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Sim. O titular do gabinete, até 20/6/21, era o Desembargador Federal Roger Raupp Rios. A magistrada era Corregedora Regional até aquela data (27/6/19-20/6/21), tendo assumido o gabinete em 21/6/21 (há pouco mais de 3 meses). a) Acervo de origem assumido (Corregedoria): 5. b) Acervo de origem deixado (Corregedoria): 8. c) Acervo assumido no destino (Gab11): 5.890.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Daniella Degrazia Dutra Brunelli.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)	
Total em tramitação**	6.275
Processos suspensos/sobrestados	753
Processos conclusos	5.827
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	6.275
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	5.616
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	5.827
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	4.065
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	753

Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	827
---	-----

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prejudicado.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Prejudicado.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	56
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	12
Reclamações	1
Ações rescisórias	33
Outros	9

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	6.219
Recursos em mandados de segurança coletivos	57
Recursos em ações populares	1
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	3
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	9

Outros	6.158
--------	-------

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	6.219
Apelações cíveis	4.694
Agravos de instrumento	1.357
Outros	168

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	753

Por IRDR	1
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	184
Por Recurso Especial	2
Por Recurso Extraordinário	4

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	568
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	543
Agravos legais/regimentais	38
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	31
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	783
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	521

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	111
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	62

4.13 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	2.421
Ano anterior	1.008
2º ano anterior	104
3º ano anterior	35
4º ano anterior	11
5º ano anterior ou mais antigo	42

4.14 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	2.715
Ano anterior	1.106
2º ano anterior	156
3º ano anterior	25
4º ano anterior	16

5º ano anterior	4
6º ano anterior ou mais antigo	41

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição

Ano atual	2.954
Ano anterior	1.441
2º ano anterior	639
3º ano anterior	178
4º ano anterior	107
5º ano anterior	120
6º ano anterior	96
7º ano anterior ou mais antigo	292

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	21
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	4

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	3

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de Processos distribuídos	7.188
Total de Processos julgados*	6.850
Total de Processos baixados	8.440
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	338
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-1.252

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	90
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	64
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	7.177
Processos julgados no ano anterior	6.934
Processos distribuídos no ano corrente	4.743
Processos julgados no ano corrente	4.235

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	153
Pendentes em 31/12/2020	10
Porcentagem de atendimento da meta	93,46

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	191
Pendentes em 31/12/2020	6
Porcentagem de atendimento da meta	96,86

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	196
Pendentes no último dia do mês anterior	20
Porcentagem de atendimento da meta	89,8

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.198
Pendentes no último dia do mês anterior	11
Porcentagem de atendimento da meta	99,08

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.	
Taxa de congestionamento em 2020	43,17
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	Não se aplica.

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	12
Pendentes no último dia do mês anterior	1
Porcentagem de atendimento da meta	91,67

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	0

Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.	
Vinculado à Meta 9/2021, a equipe de trabalho, à época na Corregedoria, participou ativamente da criação do Projeto Coordenadas - Georreferenciamento de Ações Judiciais Ambientais, o qual foi indicado como projeto regional pelo Comitê de Gestão Estratégica Regional (CGER) da Justiça Federal da 4ª Região no âmbito do TRF4. Atualmente, a equipe estuda e avalia outras possibilidades relacionadas às competências do gabinete, a fim de continuar auxiliando nas boas práticas da Meta 9.	

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (Informar o número de processos pendentes por assunto)	
3424 - Usurpação de águas	22
% de Cumprimento da meta	68,12%

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim, conforme segue: a) Com relação aos processos 50582132320144047000 e 50077628720164047205, recomenda-se priorizar a conclusão do julgamento, em razão de pedido de vista há mais de 120 (cento e vinte) dias; b) Na hipótese de ainda não ter formado sua convicção, que devolva o processo ao relator para ser renovado o julgamento sem a sua presença; e c) Recomenda-se o julgamento, em até 60 dias, dos processos 50170263120164047108 e 50624201120174040000.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Prejudicado. O atual gabinete assumiu suas atividades em 21 de junho de 2021 (há pouco mais de 3 meses). Em pesquisa realizada no eproc, logrou-se verificar que todos os processos indicados na recomendação foram julgados, sendo que dois deles se encontram em trâmite junto ao STJ (50582132320144047000 e 50170263120164047108) e outros dois já baixados (50077628720164047205 e 50624201120174040000).

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Prejudicado. O atual gabinete assumiu as suas atividades em 21 de junho de 2021 (há pouco mais de 3 meses). Dados sobre cumprimento de metas encontram-se definidos no item 5 do presente questionário. Sobre as iniciativas planejadas para o atendimento das metas (presente e futuro), a atual gestão informa que trabalha com enfoque especial nas prioridades legais e nas metas do CNJ, conforme item 28.8. Ademais, utiliza-se de recursos tecnológicos disponíveis, tais como automações e relatórios de sistema.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Retorno à jurisdição após dois anos na Correg (dificuldades relativas ao afastamento da atividade fim); Priorização inicial do passivo em agravos (atenção às liminares).

Ampliação para gestão de classes/matérias; Uso de relatórios eproc/G4; Triagem dos processos antigos e prioridade legal; Construção de pautas com complexidade variada; Acesso direto da equipe à magistrada (orientações/dúvidas); Criação de grupo de estudos (qualificação da equipe), com uso do app Miro; Modelo misto de gestão, considerando antiguidade e volume (matérias similares/temas/recursos repetitivos); Desenvolvimento de normativo para a ordem dos julgamentos (casos urgentes, prioridades legais e sistema repetitivo/antiguidade), promovendo transparência; Reorganização dos localizadores; Julgamento de tutelas de urgência e efeitos suspensivos com prioridade e dentro do prazo legal. Ainda não foi alcançada a meta de 100% (alto volume represado); Produção de 970 despachos (21/6/21-13/9/21) e inclusão em pauta de mais de mil processos.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Daniella Degrazia Dutra Brunelli e Vitor Martins Dutra

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Atualmente, o gabinete realiza a triagem dos processos por classe e por matéria, observados os destaques feitos no item 8 do presente questionário. Com relação à classe, priorizam-se os recursos de agravo de instrumento, prioridades legais e processos que envolvam metas do CNJ. Ainda, a unidade faz triagem de processos por matéria utilizando-se dos recursos do sistema processual eletrônico. A distribuição das atividades atende a critérios de urgência, complexidade, volume de acervo, dentre outros. Por fim, a respeito da força de trabalho, todos os servidores realizam atividade fim, inclusive minutando processos, sendo que 5 (cinco) deles realizam concomitantemente atividades administrativas. Importante destacar que a equipe é muito coesa (trabalham há muitos anos juntos), muito comunicativa (comunicação é diária pelo whatsapp, zoom e outras ferramentas) e acostumada a trabalhar remotamente e a interagir com outras equipes de trabalho (experiência adquirida na Corregedoria).

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Em razão da pandemia de COVID-19, todos os servidores encontram-se em regime de teletrabalho. O teletrabalho envolve encontros virtuais síncronos, tais como reuniões de equipe, reuniões individuais com a magistrada e grupo de estudos em que toda a equipe está envolvida.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Pela mesma razão antes exposta, todos os servidores laboram em regime de teletrabalho integral.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

A meta de produção é eminentemente coletiva, embora seja levada em consideração a performance individual qualitativa e quantitativa de todos os servidores. Em virtude da recente transição do gabinete, as metas têm sido definidas a cada "ciclo de sessão" organizadas para obter o maior sucesso possível no tocante aos processos pautados. Com relação às minutas em geral, são traçadas metas diárias e/ou semanais.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

A equipe é muito comprometida e responsável, havendo diálogo constante com todos os servidores. Não houve casos de necessária intervenção por descumprimento de meta ou baixa produtividade.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há processos físicos. No tocante aos processos eletrônicos, 3 (três) servidores são responsáveis pela triagem de entrada (distribuição), sendo os processos distribuídos em localizadores por tipo de decisão, por classe e por matéria. Os casos urgentes recebem atenção especial, havendo 3 (três) servidores destacados para examinar medidas liminares com prioridade.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Não há processos físicos. No tocante aos processos eletrônicos, utiliza-se o sistema eproc, o qual possui recursos denominados localizadores. Tais localizadores são organizados por classe e por matéria, utilizando-se de relatórios e localizadores de sistema para automatizar e acelerar a gestão e resposta do gabinete. Cada servidor possui localizadores próprios.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Atualmente, coexistem dois modos de controle de acervos, movimentações e demais casos: manual e de automação. Devido ao grande acervo da unidade, é necessária a utilização de todo o potencial do sistema para o mapeamento e controle das diversas situações processuais, o que não exclui a intervenção manual do dia a dia, esta, por conseguinte, facilitada pelo uso dos recursos tecnológicos à disposição no eproc e G4.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

As metas são prioritariamente coletivas.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Servidores são recompensados ao alcançar as metas coletivas propostas, conforme convencionado pontualmente entre a magistrada e a equipe.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Os processos com prioridade legal e as Metas do CNJ são prioritários, utilizando-se dos relatórios de controle para o seu mapeamento.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim. Exemplo: perda de objeto em agravo de instrumento e decisões decorrentes de recursos repetitivos (art. 932 do CPC).

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Devido à transição do gabinete, a unidade está construindo e atualizando os seus modelos conforme os tipos de demandas que vêm sendo examinadas. Já existem modelos salvos no sistema.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A unidade formou um grupo de estudos coordenado pela Desembargadora Luciane Amaral Corrêa Münch, no qual todos os servidores se encontram para discutir matérias essenciais ao desenvolvimento das atividades em gabinete. O objetivo do grupo é fomentar a troca de conhecimento, a reflexão e o debate jurídico, sendo certo que as eventuais necessidades de capacitação dos servidores aparecerão naturalmente ao longo dos encontros agendados a cada 15 dias.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Está sendo realizada a conferência dos localizadores de suspensão já existentes na unidade. Igualmente, novos localizadores estão sendo criados, a depender da existência de matérias que imponham eventual sobrestamento. Periodicamente, são realizadas pesquisas (atualização) acerca de eventuais mudanças ou novas matérias a serem sobrestadas. Exemplo de matérias sobrestadas: a) Temas 1008, 1012, 1041, 1079, 1093, 769, 981 e 997 do Superior Tribunal de Justiça. b) Temas 372, 554 e 736 do Supremo Tribunal Federal.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Prejudicado.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Prejudicado.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Preferencialmente, na sessão subsequente.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Os servidores são orientados a realizar pesquisas voltadas à atualização e adaptação aos temas comuns enfrentados no gabinete. Ademais, a jurisprudência também vem sendo examinada durante os encontros do grupo de estudos da unidade.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

O compartilhamento dos votos na 1ª Turma e na 1ª Seção é feito após o fechamento da pauta e antes da abertura da respectiva sessão.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são realizadas em períodos de 5 dias úteis entre a sua abertura e o seu fechamento.

28. A unidade possui plano de gestão?

Conforme destacado no item 8, a unidade está desenvolvendo o seu plano de gestão em etapas, considerando a transição da equipe advinda de atividades administrativas e a assunção das atividades-fim em novo gabinete. Logo, o plano se encontra em construção.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	O quadro de servidores não se encontra completo, a despeito do alto acervo e da tendência de crescimento de demandas. Os recursos materiais são satisfatórios.
b) gestão do trabalho	Encontra-se evoluindo de maneira satisfatória, conforme exposto no item 8.
c) resultado.	Os resultados já são nítidos, especialmente no tocante ao impulsionamento dos processos sem movimentação e ao número de processos pautados.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Resumidamente, os objetivos iniciais traçados pela unidade são: a) Atendimento à Meta 1, com o julgamento de processos superior ao número de distribuição. b) Maior

redução possível do acervo de processos vinculados à Meta 2, 12 e 22 do CNJ. c) Impulsioneamento de todos os processos sem movimentação. d) Organização dos localizadores de processos e implementação de rotinas automatizadas. e) Dar atenção especial aos processos com preferência legal.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Diálogo constante, reuniões entre a equipe, a manutenção e o desenvolvimento do grupo de estudos, compartilhamento de modelos da unidade, utilização das automações de sistema para a otimização das atividades, dentre outras ações já mencionadas nas demais respostas lançadas no presente relatório.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A ampliação do teletrabalho, uma vez que se revelou ser uma prática geradora de excelentes resultados.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Há um relatório específico e disponível no eproc para executar esse tipo de controle, o qual tem sido checado constantemente. O controle também é realizado manualmente.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50009634120184040000	15/1/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão Virtual de 18/8/2021 a 25/8/2021. Prazo de intimação em aberto.		
50460314820174040000	21/8/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão Virtual de 18/8/2021 a 25/8/2021. Prazo de intimação em aberto.		
50309733420194040000	18/7/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50343432120194040000	12/8/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50526407620194040000	13/12/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50238671620144047107	30/3/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		

50064441520104047000	20/5/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50139899620164047107	8/4/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Prazo para manifestação sobre o agravo interno em aberto (data final: 13/10/2021). Transcorrido o prazo, será incluído em pauta.		
50243407020204040000	9/6/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50007226420194047200	6/8/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo será incluído na próxima pauta da Sessão telepresencial de 20/10/2021.		
50114706520134047201	5/2/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50039045620214040000	4/2/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50109688920144047202	23/5/2017	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo da 4ª Turma. Comunicado ao Gab44 acerca da sua inclusão na lista de inspeção.		
50170926020154047200	11/10/2017	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo da 4ª Turma. Comunicado ao Gab41 acerca da sua inclusão na lista de inspeção.		
50030949420164047101	27/11/2017	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo da 4ª Turma. Comunicado ao Gab41 acerca da sua inclusão na lista de inspeção.		
50215179620164047200	8/1/2018	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo da 4ª Turma. Comunicado ao Gab43 acerca da sua inclusão na lista de inspeção.		
50066452820154047001	23/2/2018	Ação Civil De Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Processo da 4ª Turma. Comunicado ao Gab43 acerca da sua inclusão na lista de inspeção.		
50201466120194040000	11/5/2019	Cumprimento de Sentença (Seção)
Observação/Providência: Em 30/8/21, foi solicitada informação sobre o cumprimento do Mandado de Penhora, Avaliação e Intimação, expedido em 2/9/20 (evento 97). No evento 106, o mandado foi distribuído (10/9/21).		
50124610320194040000	29/4/2011	Cumprimento de Sentença (Seção)
Observação/Providência: Aguardando definição sobre transferência. Prazo em aberto em favor da União.		

50068024220214040000	19/2/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50242416620214040000	14/6/2021	Conflito de Competência (Seção)
Observação/Providência: Processo pronto para ser incluído na próxima Seção (7/10/2021).		
50093374120214040000	8/3/2021	Reclamação (Turma)
Observação/Providência: Processo pronto para ser pautado na sessão telepresencial do dia 20/10/2021,		
50019132620194047110	27/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Órgão julgador Gab13. Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021 para voto-vista da Desembargadora Luciane Amaral Corrêa Münch.		
50037973920184047203	26/2/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Órgão julgador Gab13. Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021 para voto-vista da Desembargadora Luciane Amaral Corrêa Münch.		
50047989720204047200	17/11/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Órgão julgador Gab13. Atualmente, o feito se encontra no Gab12 para voto-vista.		
50004008320204047111	28/9/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Órgão julgador Gab13. Proferido voto-vista pela Desembargadora Luciane Amaral Corrêa Münch na Sessão Virtual de 18/8/2021 a 25/8/2021. Remetidos os autos ao Gab13 em 9/9/2021.		
50014003220174047109	21/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Retirado de pauta a pedido da parte e reincluído na Sessão telepresencial de 20/10/2021.		
50319805720124047000	20/3/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50014083320134047211	7/5/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50163591120174047205	27/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50081320320154047205	6/9/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50014429720194040000	22/1/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão Virtual de 18/8/2021 a 25/8/2021. Prazo de intimação em aberto.		
50110380820194040000	25/3/2019	Agravo de Instrumento

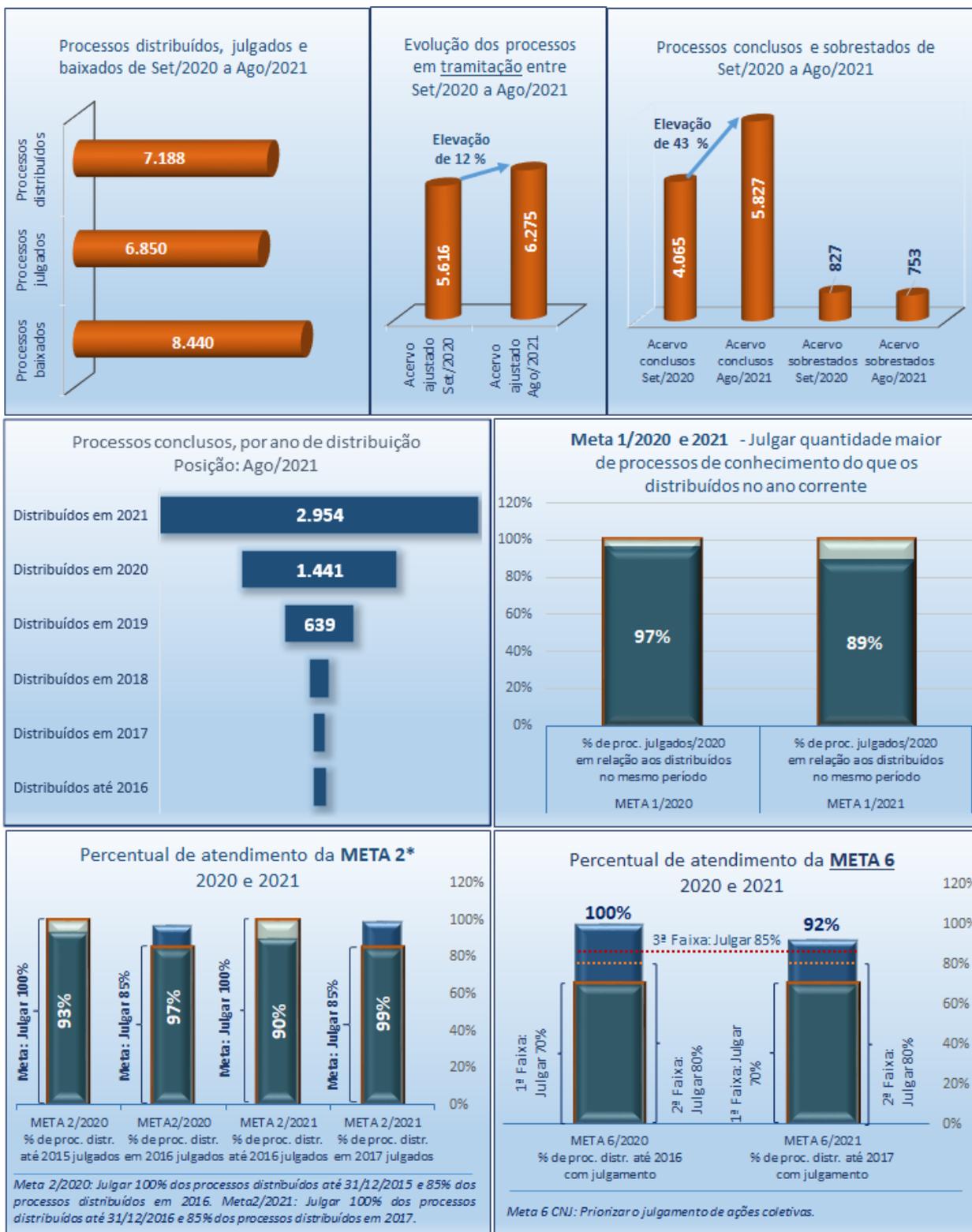
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50423500220194040000	7/10/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo será incluído na sessão telepresencial de 20/10/2021. Decisão liminar proferida nos eventos 8 (24/10/19) e 17 (ED-21/11/19).		
50485208720194040000	18/11/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Distribuição em 18/11/2019. Ato ordinatório intimou para contrarrazões em 9/4/2021 (sem exame da liminar). Assumimos a gestão em jun/21, como o feito está instruído entendeu-se ser melhor levá-lo a julgamento. Inclusão na sessão telepresencial de 20/10/2021.		
50485225720194040000	18/11/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Distribuição em 18/11/2019. Ato ordinatório intimou para contrarrazões em 9/4/2021 (sem exame da liminar). Assumimos a gestão em jun/21, como o feito está instruído entendeu-se ser melhor levá-lo a julgamento. Inclusão na sessão telepresencial de 20/10/2021.		
50485277920194040000	18/11/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Distribuição em 18/11/2019. Ato ordinatório intimou para contrarrazões em 9/4/2021 (sem exame da liminar). Assumimos a gestão em jun/21, como o feito está instruído entendeu-se ser melhor levá-lo a julgamento. Inclusão na sessão telepresencial de 20/10/2021.		
50368014520184040000	26/9/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo será incluído na sessão telepresencial de 20/10/2021.		
50723148420174049999	18/12/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com prazo em aberto para manifestação da União. Transcorrido o prazo, o processo será incluído na próxima sessão telepresencial (dia 20/10/2021).		
50453453220174049999	17/8/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50001945220184047204	24/5/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Redistribuído ao Gab12 (Desembargador Federal Leandro Paulsen) por prevenção.		
50262198320184040000	11/7/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50023700320154047109	11/4/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50072503620184047205	9/10/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50373365720174047000	30/8/2018	Apelação Cível

Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50105142820174047001	18/10/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo suspenso em 23/9/2021. Tema 1093 do STJ.		
50012009020154047110	21/7/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído na pauta da próxima Sessão telepresencial em 20/10/2021.		
50008353020104047201	1º/2/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50028852920104047201	21/2/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50089584620124047201	6/9/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50195961920134047100	22/1/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50120000720144040000	4/6/2014	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50079664320114047000	14/2/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50041017820174047201	31/10/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50028191220204047100	27/8/2008	Agravo de Petição
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50345775820104047100	4/4/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído na sessão telepresencial de 20/10/2021.		
50080851820134047005	9/4/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50033174920134047005	4/11/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50209289420134047108	14/5/2014	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50067367120134047201	30/9/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50151414020154047100	18/7/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50067210520134047201	7/10/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50271631320134047000	5/3/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50050046120134047005	16/12/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50010397320124047211	1º/3/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50510057520204047000	1º/3/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50475891720114047000	10/7/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50352825620104047100	20/7/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50004270920104047114	28/1/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50010699720104047205	29/3/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50036424420204047113	6/3/2006	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50002946120104047212	9/8/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		

50064243020204047111	2/6/2006	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da Sessão Virtual de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50590320320174040000	19/10/2017	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Transmitida RPV em 17/9/21. Aguardando pagamento.		
50003439220194040000	11/5/2009	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Transmitida RPV em 27/8/2021. Aguardando pagamento.		
50289236920184040000	30/7/2018	-
Observação/Providência: Processo com trânsito em julgado e baixa definitiva em 23/8/2021.		
50276535020184047100	21/3/2019	-
Observação/Providência: Voto-vista proferido pelo Gab21 em 21/9/2021. Prazo de intimação em aberto.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 72 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, todos eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) priorizar o julgamento de embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias;

b) priorizar o julgamento dos processos com tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado.

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista com a Desembargadora Federal Luciane Amaral foi realizada por videoconferência. De modo presencial fomos recebidos por parte da sua equipe de servidores.

A Desembargadora assumiu o gabinete em 21 de junho de 2021, de modo que o plano de gestão ainda está em desenvolvimento.

O trabalho está sendo realizado com enfoque nas prioridades legais e nas metas do CNJ. Tem sido utilizado os recursos tecnológicos disponíveis, tais como automações e relatórios de sistema.

A equipe do gabinete apresenta uma boa sinergia, fruto de anos de trabalho juntos, além de bastante comunicação. A ampliação do regime de teletrabalho para o período pós pandemia tem sido vista como uma boa medida para manutenção dos índices de produtividade.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (3.564 para 5.827), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 4.065 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 5.827.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 420, na última inspeção, para 568, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 10 meses, enquanto esse mesmo tempo, na 1ª Turma, equivale a 13 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 33.
- b) Definição do plano de gestão, de modo a possibilitar a redução do acervo e cumprimento das metas do CNJ.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL LEANDRO PAULSEN

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Leandro Paulsen

2.2 Turma

1ª Turma

2.3 Competência

Competência para julgar os feitos de natureza trabalhista, aduaneira e tributária, nesta compreendidos os que disserem respeito a obrigações tributárias acessórias e contribuições sociais, inclusive ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e ao Programa de Integração Social. A competência abrange, ainda, os feitos atinentes às execuções da dívida ativa não tributária e processos a elas conexos da União, conselhos de fiscalização profissional e outras autarquias federais; os feitos referentes ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e os relativos à propriedade intelectual em geral, bem como aqueles em que se discute a certificação de entidades beneficentes de assistência social (Cebas).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Leandro Paulsen

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Sim. O Desembargador Leandro Paulsen se removeu do gabinete 81 (8ª Turma - Criminal) para o gabinete 12 (1ª Turma) em 21/6/2021. O gabinete criminal, assumido

com aproximadamente 600 processos, foi deixado com 283 processos e uma média de demora de julgamento de no máximo 7 meses. O gabinete assumido ostentava 3.731 processos em junho/21, dentre os quais há feitos que aguardavam julgamento há 1.250 dias.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Juiz Federal Francisco Donizette Gomes (Juiz federal convocado que conduziu o gabinete ao longo dos dois anos que antecederam a vinda do Desembargador Federal Leandro Paulsen).

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Leonardo Ventimiglia Xavier - Técnico Judiciário - Assessor, CJ3. Tatiana Saldanha Tamiosso - Analista Judiciário - Chefe de Gabinete, CJ2. Início da inspeção em 15/9/2021; Fábio Luis Pretto - Analista Judiciário - Assessor Adjunto, CJ1. Início da inspeção em 15/9/2021

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	16
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	5
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)	
Total em tramitação**	6.035
Processos suspensos/sobrestados	621
Processos conclusos	5.200
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	6.035

Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	6.052
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	5.200
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	4.716
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	621
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	904

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado, atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Inaplicável.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Inaplicável
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Inaplicável
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Sim. O Desembargador Federal Leandro Paulsen e equipe migraram da competência criminal para a seara "trabalhista, tributária e execuções fiscais"
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	24
Mandados de segurança	3
IRDR	1
IAC	0

Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	4
Reclamações	2
Ações rescisórias	11
Outros	3

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	6.011
Recursos em mandados de segurança coletivos	49
Recursos em ações populares	2
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	1
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	15
Outros	5.959

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	6.011
Apelações cíveis	4.717
Agravos de instrumento	1.100
Outros	194

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0

Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	621
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	24
Por Recurso Especial	3 (nítida inconsistência dos relatórios de sistema. Há aproximadamente 300)
Por Recurso Extraordinário	13 (nítida inconsistência dos relatórios de sistema. Há aproximadamente 297).

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	563
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	514
Agravos legais/regimentais	35
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	25
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	551
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	377

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	27
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	55

4.13 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	2.830
Ano anterior	1.491
2º ano anterior	418
3º ano anterior	53
4º ano anterior	21
5º ano anterior ou mais antigo	81

4.14 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	2.520
Ano anterior	1.323
2º ano anterior	656
3º ano anterior	112
4º ano anterior	29
5º ano anterior	14
6º ano anterior ou mais antigo	59

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição	
Ano atual	2.315
Ano anterior	1.094
2º ano anterior	840
3º ano anterior	526
4º ano anterior	118
5º ano anterior	73
6º ano anterior	67
7º ano anterior ou mais antigo	167

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	5
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	3

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0

Total como relator para o acórdão	0
-----------------------------------	---

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	7.148
Total de Processos julgados	7.122
Total de Processos baixados	9.447
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	26
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-2.299

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	Esta equipe não tomou parte na inspeção anterior, porquanto houve modificação de competência.
Total de feitos não regularizados	Esta equipe não tomou parte na inspeção anterior, porquanto houve modificação de competência.
Total de feitos verificados na inspeção anterior	Esta equipe não tomou parte na inspeção anterior, porquanto houve modificação de competência.
Total de feitos não regularizados	Esta equipe não tomou parte na inspeção anterior, porquanto houve modificação de competência.

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	7.206
Processos julgados no ano anterior	7.118
Processos distribuídos no ano corrente	4.717
Processos julgados no ano corrente	4.600

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.578
Pendentes em 31/12/2020	23
Porcentagem de atendimento da meta	99,11%

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.622
Pendentes em 31/12/2020	16
Porcentagem de atendimento da meta	99,01%

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.350
Pendentes no último dia do mês anterior	13
Porcentagem de atendimento da meta	99,45%

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.833
Pendentes no último dia do mês anterior	11
Porcentagem de atendimento da meta	99,61%

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020	
Taxa de congestionamento em 2020	Dados não fornecidos pela DIRJUD

Taxa de congestionamento em agosto de 2021	Dados não fornecidos pela DIRJUD
--	----------------------------------

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	13
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	23
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Não definida para o TRF4.

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (Informar o número de processos pendentes por assunto)

% de Cumprimento da meta	19,64%
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	1
10396 - Ambiental	52
10397 - Sanitárias	4

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Esta equipe não participou da última inspeção, porquanto respondia pela jurisdição criminal no âmbito da 8ª Turma. Assunção do gabinete em 21/6/2021.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Esta equipe não participou da última inspeção, porquanto respondia pela jurisdição criminal no âmbito da 8ª Turma. Assunção do gabinete em 21/6/2021.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Esta equipe não participou da última inspeção, porquanto respondia pela jurisdição criminal no âmbito da 8ª Turma. Assunção do gabinete em 21/6/2021.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Esta equipe não participou da última inspeção, porquanto respondia pela jurisdição criminal no âmbito da 8ª Turma. Assunção do gabinete em 21/6/2021.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A equipe do Desembargador Federal Leandro Paulsen assumiu, juntamente com o magistrado, o acervo deste gabinete em 21/6/2021. Juntaram-se ao grupo originário (de 10 pessoas) mais seis servidores oriundos de outras unidades. O principal desafio é estruturar um fluxo de trabalho adequado diante do grande volume de novos processos que ingressam diariamente (distribuição mensal média de 600 processos), bem como das dezenas de petições aviadas. A inexperiência dos servidores (oriundos, em sua maioria, da seara criminal) também impõem dificuldade ao bom desempenho das atividades com a celeridade necessária. Todo o grupo vem desenvolvendo atividades de estudos no âmbito do Direito Tributário e conta com o auxílio do Desembargador que é especialista na matéria.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Leonardo Ventimiglia Xavier - Assessor (CJ3)

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A estruturação dos trabalhos partiu de duas premissas básicas: a) especialização por matérias; e b) disseminação de conhecimento para que não haja prejuízo à continuidade da jurisdição. A equipe foi dividida em 6 grupos (2 ou 3 pessoas) G1 (Matérias não tributárias), G2 (Aduaneiro e Taxas), G3 (Cumprimento de Sentença e casos da ELETROBRAS), G4 (Processos relacionados a Conselhos Profissionais e certidões), G5 (Contribuições), G6 (Impostos). As matérias listadas são apenas as principais de cada grupo, pois, evidentemente, há outros temas por eles abrigados. Tais grupos permitem que sempre que algum servidor esteja afastado (licença/férias) haja outro para dar continuidade aos trabalhos. A assessoria auxilia na elaboração dos processos de todos os grupos, condução das pautas de julgamento, atendimento a advogados, feitura de votos vista e condução dos trabalhos administrativos do gabinete e do próprio Tribunal (v.g. Conselho de Administração).

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Há cinco servidores que ostentam regime de teletrabalho permanente. Anoto que, por conta da pandemia, durante longo período as atividades do gabinete foram prestadas de forma integralmente on-line. Não houve prejuízo na prestação jurisdicional, pois 100% do acervo é eletrônico. Em verdade, houve aumento da produtividade no patamar de aproximadamente 20% durante o período do teletrabalho integral.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

O teletrabalho dos cinco servidores acima referidos é integral.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

A cota é extraída a partir de uma média de distribuição mensal de processos. A partir de tal número fixa-se a cota de produção para cada grupo de trabalho do gabinete. O intento é sempre fornecer ao Desembargador um número mensal de minutas que seja capaz de superar o ingresso de processos.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Considerando que todos os processos são eletrônicos, diuturnamente é possível visualizar as estatísticas de quanto foi produzido por cada servidor. Até o presente momento (início dos trabalhos em 21/6/2021) a cobrança de produtividade vem sendo realizada de forma congruente com o fato de que todos os servidores estão iniciando na matéria. Aqueles que tiveram mais dificuldade e produziram menos já foram orientados e, paulatinamente, estão conseguindo elevar sua produção. Objetivamente, o não cumprimento acarreta: a) diálogo para identificação dos motivos da dificuldade; b) monitoramento do desenvolvimento dos trabalhos a partir da abordagem da questão; e c) adoção de eventuais medidas disciplinares (ainda não se fez necessário chegar a tal ponto).

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Assessor e assessor adjunto triam diariamente tudo o que ingressa no gabinete, sejam processos novos, sejam petições ou processos redistribuídos. Os processos são localizados com os grupos de trabalho para que tenham o andamento necessário.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos estão em localizadores de acordo com suas respectivas matérias. Todos os localizadores do gabinete ainda apresentam um número de modo a permitir a identificação do grupo de trabalho que é por eles responsável.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Diariamente a assessoria consulta o G4 (sistema eletrônico de relatórios deste TRF4). Trata-se de excelente ferramenta que permite a visualização integral do andamento do acervo.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Há, consoante afirmado acima, metas individuais que são estabelecidas de acordo com a média da distribuição mensal de processos. A tentativa é sempre buscar a redução do acervo.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Como os trabalhos se iniciaram em 21/6/2021, ou seja, há pouquíssimo tempo, ainda estamos em uma fase de consolidação dos trabalhos e das metas. Eventuais recompensas vinculadas às metas serão oportunamente avaliadas.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. A partir dos relatórios extraídos do G4 buscamos dar prioridade às metas estabelecidas pelo CNJ. A assessoria sinaliza aos grupos de trabalho aqueles processos que necessitam de atendimento prioritário, bem como, eventualmente, elabora minutas pessoalmente para que o Desembargador possa trabalhar sobre o caso concreto.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

A assessoria controla todos os votos que são concluídos pelo Desembargador Federal Leandro Paulsen para, logo a seguir, criar o que o sistema denomina de "textos padrão". Tais textos estão organizados segundo o grupo de trabalho pertinente àquela matéria (G1, G2, G3, etc.), bem como por um sistema de cores relacionadas a cada um dos grupos. A integralidade dos servidores tem acesso a esta base de conhecimento e pode lançar mão dos modelos necessários. Além disso, o sistema epro permite uma busca interna por documentos do gabinete nos mesmos moldes que os sites de tribunais oferecem para pesquisar jurisprudência.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

O Tribunal possui um setor especializado na capacitação de servidores. Paralelamente, ao longo do trabalho diário é possível identificar as carências de cada colega a partir da leitura dos documentos que elaboram.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Há localizadores vinculados aos temas pendentes de apreciação junto ao STJ e STF. Os feitos ficam aguardando em tais "espaços virtuais" para que, assim que solvida a

questão pelo Tribunal Superior, sejam aplicados os precedentes de forma célere a todos os casos relacionados.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Tratando-se de seara tributária e de Execuções Fiscais a maior parcela das tentativas de conciliação são conduzidas pela própria Fazenda Nacional. Nos processos já ajuizados pelo órgão há pouco espaço para composição da lide.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Prejudicado.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

As minutas sempre são elaboradas para que o Desembargador, assim o considerando pertinente, leve o processo na próxima sessão.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

As próprias sessões de julgamento permitem que o gabinete acompanhe a integralidade da evolução dos precedentes. De qualquer forma, o sistema de busca no site do TRF4 é constantemente utilizado para elaboração das minutas.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Há. Os gabinetes disponibilizam os votos aos demais com uma antecedência mínima de uma semana antes da realização da sessão de julgamentos.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais ostentam um espelho de pauta idêntico ao das sessões presenciais. A diferença é que todos os votos e divergências são lançados no espelho ao longo de um período de uma semana, o qual é pré-definido pela presidência da Turma. Por ocasião do encerramento deste prazo os resultados são consolidados e lançados pela secretaria da 1ª Turma. Advogados podem juntar aos autos sustentação oral através de vídeo previamente gravado ou se opor ao julgamento virtual para que realizem sustentação oral telepresencial ou presencial em outra oportunidade.

28. A unidade possui plano de gestão?

Não há um plano de gestão formalizado, porquanto este é realizado diuturnamente através da ferramenta G4.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Não há carência de recursos materiais. Quanto aos recursos humanos seria
---	--

	essencial o preenchimento das duas vagas que ainda temos em aberto para viabilizar uma redução de acervo associada à qualidade dos votos.
b) gestão do trabalho	A gestão de trabalho foi organizada nos moldes em que esclarecido acima. Aguardaremos os primeiros resultados para identificar se há necessidade de alguma correção de rota.
c) resultados	No primeiro mês de trabalho a equipe já conseguiu elaborar mais minutas do que o número de novos processos que ingressaram no gabinete. Aparentemente a organização realizada é promissora.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?
Redução paulatina do acervo mediante prolação de votos dotados de fundamentação específica, individualizada e adequada.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?
As ações eleitas foram longamente esclarecidas ao longo dos itens anteriores.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?
Ampliação de regime de teletrabalho e trabalho híbrido para o maior nível possível, seja sob a ótica da quantidade, seja sob a perspectiva do número de servidores e cargos que possam adotar tal sistemática. A produtividade do gabinete (ainda na seara criminal à época) restou altamente potencializada durante o trabalho remoto, inclusive alcançando uma redução de acervo nunca antes conquistada. O trabalho remoto, no âmbito do TRF4 que possui 100% de seu acervo eletrônico e ampla possibilidade de feitura de sessões virtuais, foi (e é) capaz de: a) reduzir gastos públicos; b) majorar a produtividade em função do tempo que deixa de ser perdido em atividades frívolas como preparação e deslocamento diários ao prédio-sede; c) melhoria substancial na qualidade de vida dos servidores; e d) ampliação da qualidade da prestação jurisdicional.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?
Diariamente este acompanhamento é feito através do sistema G4.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50395596020194040000	16/9/2019	Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Quando da assunção do gabinete pelo Desembargador Federal Leandro Paulsen, em 21/6/2021, o referido agravo aguardava julgamento desde dezembro de 2019. Voto já está em elaboração. Julgamento deverá ocorrer em breve.		
50504236020194040000	2/12/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo inserido na lista de prioridades do gabinete. Será julgado da forma mais célere possível.		
50493886520194040000	22/11/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo cujo julgamento em sessão virtual foi obstaculizado pela própria parte, a qual entendeu necessária a realização de sessão telepresencial ou presencial para desenlace da questão. Será reincluído brevemente em pauta.		
50370814520204040000	5/8/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Partes não haviam sido devidamente intimadas da decisão monocrática exarada pelo antigo relator do caso. Processo foi encaminhado à secretaria para intimação. No retorno será julgado.		
50231429520204040000	3/6/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo não julgado em virtude de a própria parte ter se oposto à conclusão da celeuma em sessão virtual. Será oportunamente incluído em sessão telepresencial ou presencial para desenlace da questão.		
50038773720174047203	12/11/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo que, quando da assunção do gabinete pelo Desembargador Federal Leandro Paulsen, em 21/6/2021, já aguardava julgamento desde maio de 2019. Está na lista de prioridades para que o julgamento se dê da forma mais célere possível.		
50248367920194047002	1º/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Voto já está em elaboração pelo Desembargador Federal Leandro Paulsen. Feito deverá ser julgado em sessão próxima.		
50214852120204040000	29/5/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com minuta de voto já sob apreciação do Desembargador Federal Leandro Paulsen. Será julgado muito brevemente.		
50589939820204040000	14/12/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo cujo julgamento em sessão virtual foi obstaculizado pela própria parte, a qual busca que a decisão seja exarada em sessão telepresencial ou presencial. Será brevemente incluído em nova pauta de julgamento.		
50035260320214040000	3/2/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo que, por ocasião da assunção do gabinete pelo Desembargador Federal Leandro Paulsen, em 21/6/2021, aguardava julgamento desde abril de 2021. Incluído na lista de prioridades para julgamento imediato.		
50102234020214040000	11/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo já solvido por via de decisão terminativa. Nenhuma pendência.		
50088913820214040000	3/3/2021	Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Quando da assunção do gabinete pelo Desembargador Federal Leandro Paulsen, o presente agravo já aguardava julgamento desde 18/3/2021. Está inserido na lista de prioridades de trabalho. Será julgado da forma mais célere possível.		
50057860720144047208	10/4/2017	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo não integra o acervo deste gabinete, mas do Desembargador Federal Luís Alberto D´azevedo Aurvalle. Equívoco na elaboração da listagem.		
50048896820124047201	12/1/2018	Ação Civil Pública
Observação/Providência: O processo não integra o acervo deste gabinete, mas do Desembargador Federal Victor Luiz dos Santos Laus. Equívoco na elaboração da lista.		
50017020420164047010	25/1/2018	Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Este processo não pertence ao acervo deste gabinete, mas ao da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha. Equívoco na formulação da lista.		
50196463120164047200	6/3/2018	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo não integra o acervo deste gabinete, mas do Desembargador Federal Victor Luiz dos Santos Laus. Mais um equívoco na elaboração da listagem.		
50022748820154047011	16/2/2018	Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Este processo não pertence ao acervo deste gabinete, mas ao do Desembargador Federal Victor Luiz dos Santos Laus. Equívoco na elaboração da presente listagem.		
50505990520204040000	23/10/2020	Reclamação (Turma)
Observação/Providência: Processo foi incluído na lista de prioridades do gabinete. Será julgado da forma mais célere possível.		
50200934620204040000	22/5/2020	Reclamação (Turma)
Observação/Providência: Quando da assunção do gabinete pelo Desembargador Federal Leandro Paulsen, em 21/6/2021, havia mais de 600 processos aguardando julgamento de EDS. Este é um destes casos. Desembargador já está elaborando voto. Deverá ser julgado muito brevemente.		
50147134220204040000	20/4/2020	Petição (Turma)
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 8/9/2021.		
50080861320164047000	2/8/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Minuta de voto vista já elaborada. Processo está sob análise do Desembargador. Será levado a julgamento dentro de, no máximo, duas sessões.		
50197736020114047000	28/9/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com minuta de voto já elaborada. Está sob apreciação do Desembargador Federal Leandro Paulsen, o qual deverá determinar a inclusão em pauta brevemente.		
50266770520164047200	12/7/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Desembargador Federal Leandro Paulsen já proferiu o voto vista em questão.		
50005691920194047204	10/7/2019	Apelação Cível

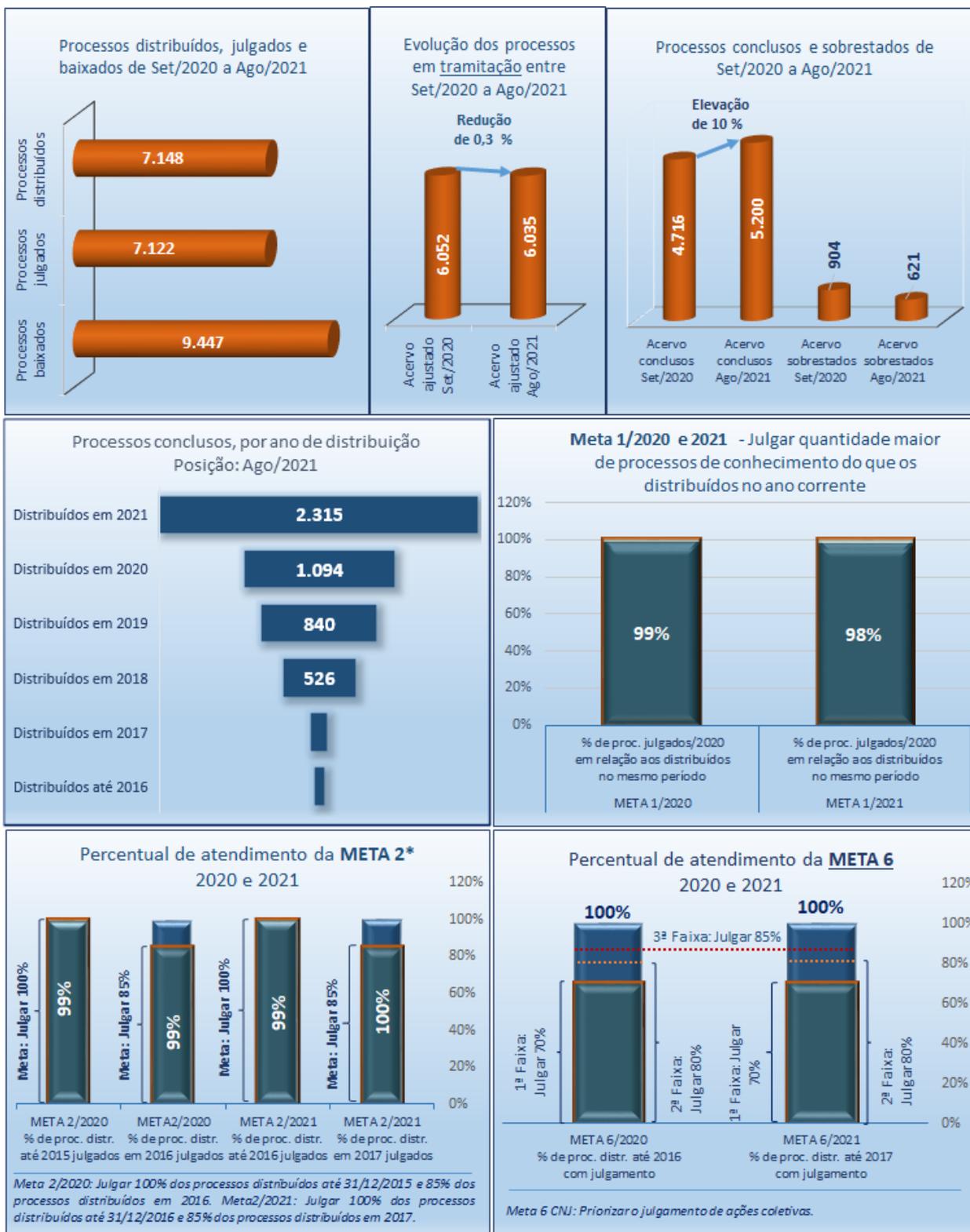
Observação/Providência: O presente voto-vista foi proferido na sessão que se encerrou em 8/9/2021. Nenhuma pendência.		
50552428920194047000	23/9/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Voto-vista já proferido pelo Desembargador Federal Leandro Paulsen em agosto de 2021.		
50053135020164047111	14/2/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Os embargos de declaração em questão foram aviados no ano de 2019 em face de decisão monocrática. O feito será imediatamente submetido ao Desembargador Federal Leandro Paulsen para desenlace não apenas de tal questão incidental, mas do mérito das apelações. (Des. assumiu o gab em 21/6/21)		
50040834820174047107	5/2/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Quando da assunção do gabinete pelo Desembargador Federal Leandro Paulsen, em 21/6/2021, o presente processo já pendia de apreciação desde abril de 2019. Já está inserido em nossas listas de prioridade de julgamento. Será incluído em pauta da forma mais célere possível.		
50009467720164047112	25/7/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo já minutado pela equipe e sob análise do Desembargador. Será brevemente incluído em pauta para julgamento.		
50015646820154047205	11/5/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com minuta de voto sob análise do Desembargador. Será brevemente incluído em pauta.		
50011508120124047106	20/7/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo já julgado (sessão de 8/9/2021).		
50192654120164047000	12/5/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Quando da assunção do gabinete pelo Desembargador Federal Leandro Paulsen, estes EDs pendiam de julgamento desde 10/9/2019. Trata-se de um dentre os mais de 600 que aguardavam em tal situação. Estão sendo elaborados os votos da maneira mais célere possível. Será julgado até o final de 2021.		
50486106120204040000	9/10/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo não havia sido enviado pelo antigo relator para publicação da decisão liminar. Feito remetido à secretaria para cumprimento da diligência. No retorno será imediatamente encaminhado ao Desembargador Federal Leandro Paulsen para julgamento.		
50495701720204040000	16/10/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual cujo encerramento se deu em 8/9/2021.		
50574150320204040000	3/12/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Foi imediatamente incluído nas listas de prioridade do gabinete. Será julgado da forma mais célere possível.		
50027405620214040000	28/1/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo que, quando da assunção do gabinete pelo Desembargador Federal Leandro Paulsen, em 21/6/2021, aguardava julgamento de mérito desde janeiro de 2021 como se inexistisse pretensão liminar. Foi inserido na lista de prioridades para julgamento imediato.		

50074233920214040000	23/2/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: A liminar em questão não foi apreciada em virtude de pedido formulado pelo próprio contribuinte em petição do evento 13. Pretende alcançar a tutela junto ao Juízo de primeiro grau. O agravo será imediatamente levado a julgamento.		
50117091720144047110	18/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com minuta já elaborada e sob análise do Desembargador. Será julgado brevemente.		
50015667320174047203	22/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Quando da assunção deste gabinete pelo Desembargador Federal Leandro Paulsen, em 21/6/2021, o presente processo já aguardava julgamento desde 22/1/2018. Está na lista prioritária dos trabalhos e será incluído em pauta tão logo seja possível.		
50139702320164047000	23/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Quando da assunção do gabinete pelo Desembargador Federal Leandro Paulsen, em 21/6/2021, o presente processo aguardava julgamento desde janeiro de 2018. Já está nas listas de prioridade de trabalho com minuta de voto em elaboração. Será julgado em breve.		
50087455520174047107	24/1/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo cuja minuta já foi elaborada pela equipe. Está sob análise do Desembargador. Será incluído em pauta para julgamento em breve.		
50062410920174047000	25/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com voto já elaborado pelo Desembargador Federal Leandro Paulsen. Está em processo de inclusão em pauta.		
50006548620164047114	25/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Quando da assunção deste gabinete, em 21/6/2021, este processo já pendia aguardando julgamento desde 25/1/2018. Está na lista de prioridades. Será solvido o mais rápido possível.		
50181005620164047000	29/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo cujo voto já está sendo elaborado pelo Desembargador Federal Leandro Paulsen. Deverá ser incluído para julgamento nas próximas sessões.		
50177208820164047208	29/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo cuja tramitação vem sendo obstaculizada em função da irregularidade na representação da parte. Advogados renunciaram ao mandato. Será encaminhado para julgamento imediato (prejuízo ao apelo).		
50191560920164047200	30/1/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Quando da assunção do gabinete pelo Desembargador Federal Leandro Paulsen, em 21/6/2021, o presente processo já aguardava julgamento desde 30/1/2018. Está inserido em nossas listagens de prioridade. Será levado a julgamento da forma mais célere possível.		
50003459020104047109	16/4/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo em referência foi julgado no ano de 2012, sobrestado em 2013 (Temas 923 e 669 do STF). Ao retornar para retratação houve pedido de renúncia ao direito pelo contribuinte, mas procuração não conferia pod. Falecimento da parte durante o trâmite, aguarda regularização.		

50006375120104047117	30/8/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Por ocasião da assunção do gabinete em 21/6/2021 o Desembargador Federal Leandro Paulsen encontrou mais de 600 emb. decl. pendentes de julgamento. O presente feito está sendo priorizado juntamente com tal grupo e será julgado até o final de outubro/novembro.		
50031194620174047110	27/11/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo cujo julgamento foi iniciado na sessão virtual que se encerrou em 8/9/2021. Após o voto do Desembargador Federal Leandro Paulsen, pediu vista a Desembargadora Federal Luciane Amaral Corrêa Münch.		
50497705820194040000	26/11/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Relator originário não havia encaminhado a decisão liminar para intimação. Diligência foi imediatamente determinada. No retorno os autos serão encaminhados ao desembargador para elaboração de voto.		
50006458120214047201	15/1/1997	Apelação Cível
Observação/Providência: O presente processo tramitava em meio físico e veio a ser digitalizado em 16/6/2021. O feito aguarda desenlace de temas nos Tribunais superiores desde 2010 (Tema 167 STF). Fase de sobrestamento lançada.		
50673813020204047100	1º/12/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo enviado para juízo de retratação em abril de 2021. Voto em elaboração. Será julgado da forma mais célere possível.		
50184193320124047107	10/6/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo já julgado na sessão virtual que se encerrou em 8/9/2021.		
50040298320204047105	4/9/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Remetidos a este gabinete para juízo de retratação em 14/5/2021. Será julgado no intervalo máximo que abrangerá as próximas 3 sessões cujos processos em julgamento sejam de relatoria do Desembargador Federal Leandro Paulsen.		
50115827820204047107	22/8/2006	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo encaminhado para retratação em maio de 2021. Está presente nas listagens de prioridade do gabinete. Será julgado da forma mais célere possível.		
50538243320204040000	16/12/2009	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo já está com voto em elaboração. Será incluído em pauta de julgamento em breve.		
50152981320204047205	27/4/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual que se encerrou em 8/9/2021.		
50159373120204047205	12/6/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo restituído para retratação em 31/5/2021. Será priorizado para que o julgamento se dê da forma mais célere possível.		
50794368120184047100	21/11/2007	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com voto já elaborado pelo Desembargador Federal Leandro Paulsen. Será incluído nas próximas sessões.		
50208384220204047108	25/11/2004	Apelação Cível

Observação/Providência: Processo com voto em elaboração pelo Desembargador Federal Leandro Paulsen. Será incluído em pauta para julgamento nas próximas sessões.		
50309878120204040000	7/7/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Quando da assunção do gabinete pelo Desembargador Federal Leandro Paulsen, em 21/6/2021, havia mais de 600 Embargos de Declaração pendentes de julgamento. Este é um dos casos. Voto está em processo de elaboração e será brevemente incluído em pauta de julgamento.		
50233033920204047200	24/10/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em maio de 2021. Aguarda julgamento de EDs interpostos em junho de 2021. Será julgado nas próximas sessões.		
50360753720194040000	22/8/2019	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (Corte Especial)
Observação/Providência: Desembargador Leandro Paulsen já proferiu seu voto. Processo segue tramitando com sucessivos pedidos de vistas formulados pelos demais desembargadores. Nenhuma providência a ser tomada por este gabinete.		
50302481120204040000	3/7/2020	-
Observação/Providência: Publicação da decisão terminativa foi imediatamente determinada à secretaria.		
50109408620204040000	18/3/2020	-
Observação/Providência: Equívoco da secretaria que restituiu os autos ao gabinete sem publicar o acórdão. Diligência corretiva já determinada ao órgão.		
50030057120124047114	11/12/2020	-
Observação/Providência: Trata-se de decisão terminativa ainda não publicada pela secretaria. Processo imediatamente encaminhado para cumprimento da diligência.		
50058393420214040000	12/2/2021	-
Observação/Providência: O processo não integra o acervo deste gabinete, mas do Desembargador Federal Luís Alberto Aurvalle. Equívoco na elaboração da listagem.		
50199914020204047108	1º/6/2021	-
Observação/Providência: Processo já encaminhado para publicação da monocrática terminativa.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 68 processos eletrônicos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, todos eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

50006548620164047114	50009467720164047112	50015646820154047205
50015667320174047203	50017020420164047010	50022748820154047011
50035260320214040000	50038773720174047203	50053135020164047111
50087455520174047107	50088913820214040000	50114863020194047000
50117091720144047110	50139702320164047000	50181005620164047000
50191560920164047200	50192654120164047000	50196463120164047200
50231429520204040000	50505990520204040000	

b) Incluir em julgamento em até 60 dias os processos com liminar deferida há mais de 90 dias.

50370814520204040000	50504236020194040000
----------------------	----------------------

c) Apreciar pedido liminar pendente de análise em 10 dias.

50027405620214040000	50074233920214040000
----------------------	----------------------

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista com o Desembargador Federal Leandro Paulsen se deu de forma presencial. Fomos recebidos pelo desembargador e por toda a equipe do gabinete, incluído o servidor Leonardo Ventimiglia Xavier - Assessor (CJ3), responsável pelo preenchimento do formulário.

O Desembargador Federal Leandro Paulsen assumiu o gabinete em 21 de junho de 2021, de modo que a sistemática de trabalho ainda está sendo ajustada, especialmente diante da mudança da matéria trabalhada (antes penal, agora cível). O enfoque está no cumprimento das metas do CNJ e na redução do acervo.

O gabinete possui boa estrutura física e recursos materiais suficientes para o bom desempenho do trabalho pela equipe. A sinergia da equipe com o desembargador mostrou-se bastante positiva, com os servidores cientes dos objetivos e da função de cada um dentro da estrutura do gabinete. Foi determinada a formação de grupos de trabalho para cada matéria, propiciando o aumento da produtividade e a boa prestação jurisdicional.

A liderança é exercida de forma efetiva, levando ao comprometimento e o engajamento da equipe no trabalho desenvolvido.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 5.628 para 5.200), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 4.716 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 5.200.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 525, na última inspeção, para 563, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 13 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 1ª Seção, equivale a 12 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção.

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 33.
- b) Ajustar o método de trabalho a fim de alcançar o cumprimento das metas do CNJ.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

JUIZ FEDERAL MARCELO DE NARDI

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade:

Gabinete do Juiz Federal Juiz Marcelo De Nardi

2.2 Turma

1ª Turma

2.3 Competência

Processar e julgar os feitos de natureza trabalhista, aduaneira e tributária, nesta compreendidos os que disserem respeito a obrigações tributárias acessórias e contribuições sociais, inclusive ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e ao Programa de Integração Social. Cabe-lhe, ainda, processar e julgar os feitos atinentes às execuções da dívida ativa não tributária e processos a elas conexos da União, conselhos de fiscalização profissional e outras autarquias federais; os feitos referentes ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e os relativos à propriedade intelectual em geral, bem como aqueles em que se discute a certificação de entidades beneficentes de assistência social (Cebas).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Juiz Federal Marcelo De Nardi

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Juiz Federal Marcelo De Nardi - Ato 690/2021 - convocação para atuar em função de auxílio ao TRF da 4ª Região a contar de 21/6/2021 com prejuízo de jurisdição na Vara de origem (Nona Vara Federal de Porto Alegre - SJRS)

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):

Juiz Federal Alexandre Gonçalves Lippel: 18/7/2019 a 20/6/2021

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Josiane Maria Noal Garcia - Chefe de Gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	04
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)

Total em tramitação**	7.582
Processos suspensos/sobrestados	1.165
Processos conclusos	6.309
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	7.582
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	8.248
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	6.309
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	6.122
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	1.185

Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.211
---	-------

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra UNIDADE, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	não
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	não
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	9
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	1
Reclamações	0
Ações rescisórias	4
Outros	4

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	7.573
Recursos em mandados de segurança coletivos	55
Recursos em ações populares	6
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	1

Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	15
Outros	7.511

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	7.573
Apelações cíveis	6.427
Agravos de instrumento	1.029
Outros	117

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	1.165
Por IRDR	04
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	16
Por Recurso Especial	810
Por Recurso Extraordinário	190

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	452
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	353
Agravos legais/regimentais	68
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	59
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	617
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	468

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	11
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	88

4.13 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	3.233
Ano anterior	2.333
2º ano anterior	1.668
3º ano anterior	499
4º ano anterior	214
5º ano anterior ou mais antigo	363

4.14 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	2.592
Ano anterior	1.450
2º ano anterior	1.005

3º ano anterior	777
4º ano anterior	207
5º ano anterior	37
6º ano anterior ou mais antigo	52

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição

Ano atual	2.330
Ano anterior	1.419
2º ano anterior	1.066
3º ano anterior	741
4º ano anterior	342
5º ano anterior	91
6º ano anterior	106
7º ano anterior ou mais antigo	214

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	0
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de Processos distribuídos	7.168
Total de Processos julgados	7.644
Total de Processos baixados	10.104
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-476
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-2.936

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	92
Total de feitos não regularizados	0

Total de feitos verificados na inspeção anterior	81
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	7.298
Processos julgados no ano anterior	8.566
Processos distribuídos no ano corrente	4.712
Processos julgados no ano corrente	4.821

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.254
Pendentes em 31/12/2020	05
Porcentagem de atendimento da meta	99,66%

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.024
Pendentes em 31/12/2020	3
Porcentagem de atendimento da meta	99,71%

5.4 META 2/2021 CNJ- Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.417
Pendentes no último dia do mês anterior	20
Porcentagem de atendimento da meta	98,56%

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.451
Pendentes no último dia do mês anterior	224
Porcentagem de atendimento da meta	93,51%

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.	
Taxa de congestionamento em 2020	47,85%
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	não se aplica

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	17
Pendentes no último dia do mês anterior	1
Porcentagem de atendimento da meta	94,12%

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0

Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Prejudicado

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)

% de Cumprimento da meta	27,33%
3424 - Usurpação de águas	150

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

a) Cumprir a recomendação do item 11 (julgar e dar andamento no prazo de sessenta dias de processos indicados); b) Primar pelo cumprimento das Metas do CNJ; c) Zelar pelo rápido julgamento de votos-vista, embargos de declaração, pedidos de tutela provisória, assim como o julgamento colegiado posterior às decisões monocráticas deferindo tutelas provisórias; d) Considerando a evolução do acervo retratada no item

4.2, encaminhar à Corregedoria-Geral um plano de gestão, contemplando metas gerais e específicas, com o objetivo de incrementar a redução do estoque, e priorizando os mais antigos.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Conforme plano de gestão.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Objetivo permanente: primar pelo cumprimento das Metas do CNJ. Com a recente convocação do Juiz responsável e a mudança da gestão do Gabinete a sistemática de trabalho está sendo ajustada. A manutenção dos objetivos e ações indicados no plano de gestão e implantação de novas estratégias são aspectos relevantes para a redução do acervo, priorizando os processos contemplados nas Metas do CNJ.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Ver idem 6.3

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Prejudicado

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Josiane Maria Noal Garcia

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Especialização por matéria e por ritos. Todos os servidores estão vinculados a atividade-fim.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

No momento, conforme a Resolução Conjunta n 3/2021. o trabalho presencial está sendo feito por dois servidores, em sistema de rodízio.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Prejudicado

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Prejudicado

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Prejudicado

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há acervo de processos físicos.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos estão organizados por localizadores.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Relatórios estatísticos

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Com a recente convocação do juiz responsável e a mudança da gestão do gabinete a sistemática de trabalho está sendo ajustada, inclusive no que pertine à fixação de metas.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não há política de recompensas.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Os processos são identificados em localizadores específicos para prioridade no julgamento

18. São utilizadas decisões terminativas?

O Gabinete utiliza decisões terminativas.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Através do sistema eletrônico (área minuta de trabalho - textos padrão e modelos).

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Diagnóstico das dificuldades e competências necessárias às atividades a serem desenvolvidas.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Estão sobrestados processos por força do art. 76, do art. 110 e do inc. II do art. 1037, todos do CPC. Temas: 9 (IRDR), 1008, 1012, 1041, 1054, 1064, 1079, 1093, 736, 769, 808, 981, 987 e 997. Controle: Julgamento ou desafetação pelos órgãos superiores e Regularização processual

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Preferencialmente, na próxima sessão.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Pelo sistema de comunicação interna.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Com disponibilização dos votos pelos integrantes da Turma que utilizam o sistema eletrônico próprio (sessão de julgamento) para indicar destaques

28. A unidade possui plano de gestão?
sim

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos	
a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Recursos materiais: satisfatória. Recursos humanos: Considerando que o número de servidores lotados é inferior ao quadro dos Gabinetes dos desembargadores, a situação é regular
b) gestão do trabalho	Em fase de ajuste
c) resultados	Em fase de ajuste

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?
Com a recente convocação do Juiz responsável e a mudança da gestão do gabinete a sistemática de trabalho está sendo ajustada, inclusive no que se refere à fixação de objetivos.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?
Com a recente convocação do Juiz responsável e a mudança da gestão do gabinete a sistemática de trabalho está sendo ajustada.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?
Trabalho híbrido.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?
Relatórios estatísticos.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50039617420214040000	5/2/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Conclusos para decisão/despacho em 7/6/2021. Previsão de julgamento até dez.2021		
50044086220214040000	8/2/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 15/9/2021.		
50087623320214040000	3/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: 23/7/2021. Conclusos para decisão/despacho. Previsão julgamento até dez.2021.		

50103689620214040000	12/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Baixa definitiva em 14/9/2021.		
50106702820214040000	15/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgado em 15set.2021.		
50375703920174047000	23/2/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: 16/11/2020 - Conclusos para decisão/despacho. Previsão para julgamento até dez.2021.		
50208193020194049999	29/8/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Concluso para despacho na Vice-Presidência.		
50014572720204047115	26/8/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Conclusos para decisão com Agravo em 3/3/2021. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50061071620164047000	12/9/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Conclusos para julgamento de retratação em 17/5/2021. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50103134820214040000	12/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgado em 15set.2021.		
50280763320194040000	2/7/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Baixa definitiva em 24/8/2021.		
50022480220154047008	1º/8/2017	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo de relatoria da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha Segunda Seção - competência administrativa.		
50004882120154047201	4/9/2017	Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Processo de relatoria Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha - 2ª Seção - competência administrativa.		
50003767520134047216	6/2/2018	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo de relatoria Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha.		
50239199220124047200	6/2/2018	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Relatoria Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha Segunda Seção - competência administrativa.		
50042936820144047216	21/2/2018	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo de Relatoria do Desembargador Federal Luís Alberto D Azevedo Aurvalle Segunda Seção - Competência administrativa.		
50365505620204040000	3/8/2020	Petição (Turma)
Observação/Providência 15/9/2021 - Retirado de pauta Previsão de julgamento até dez.2021.		
50076716420154047000	26/2/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: 25/8/2020 - Remetidos os Autos. Previsão de julgamento até dez.2021.		

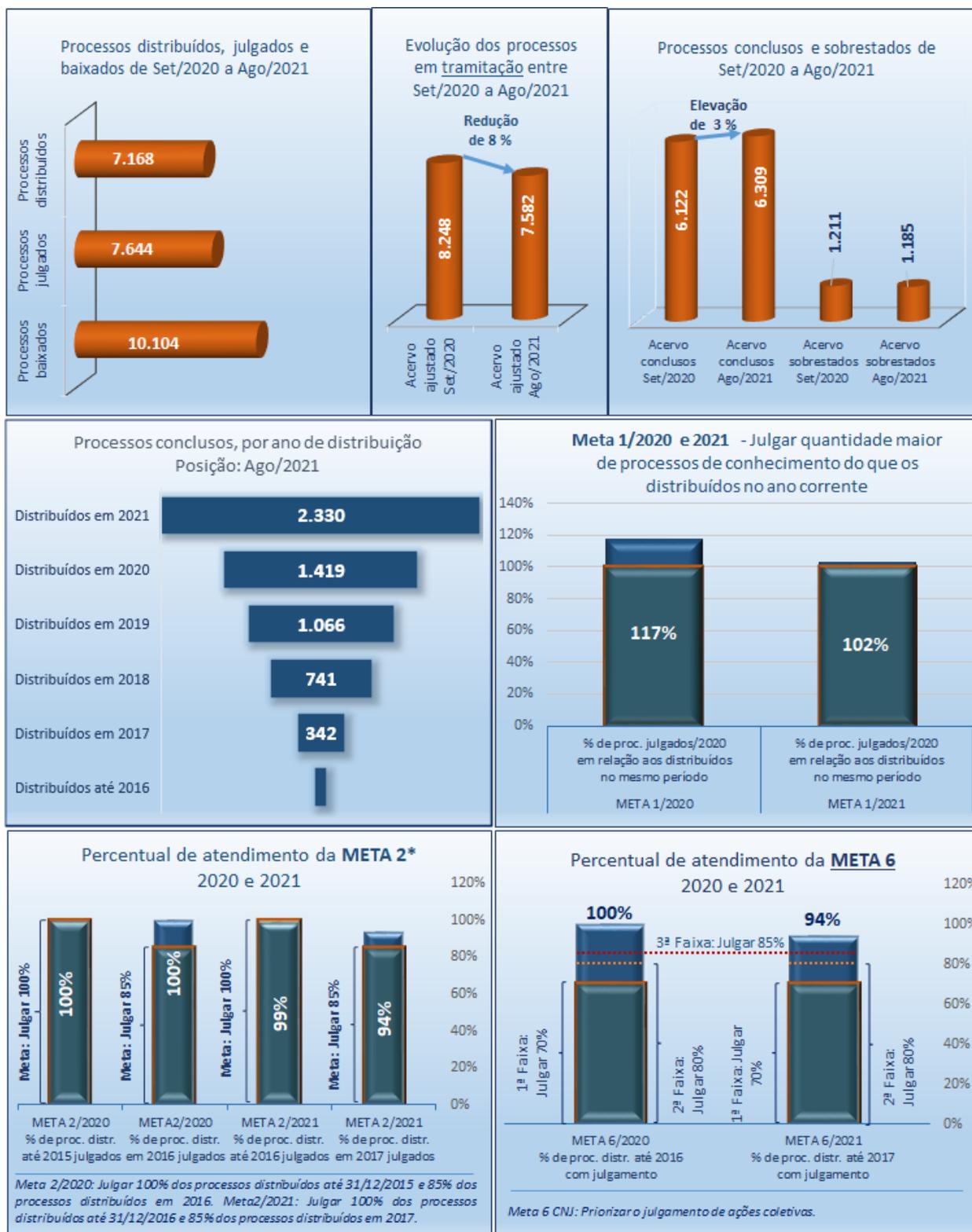
50015600420194047104	12/8/2003	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Conclusos para decisão/despacho em 13/0/2021. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50092882020194047000	22/10/2004	Apelação Cível
Observação/Providência: 17/6/2021 - Conclusos para decisão com Contrarrazões. Previsão de julgamento dez.2021.		
50004978620194049999	18/10/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Conclusão embargos de declaração 14/12/2020. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50001080420194049999	7/11/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento em 15set.		
50276634920214040000	5/7/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: 17/9/2021 - Conclusos para decisão/despacho. Previsão julgamento até dez.2021.		
50276869220214040000	5/7/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguardando decurso de prazo de intimação de decisão que proveu o recurso (al. a do inc. V do art. 932 do CPC).		
50286274220214040000	9/7/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguardando decurso de prazo de intimação de decisão que proveu o recurso (al. a do inc. V do art. 932 do CPC)		
50047809120164047208	10/1/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Distribuído em 10/1/2017. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50154008920164047200	20/1/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: 20/1/2017 - Distribuição/Atribuição Ordinária. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50302336720154047000	2/2/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: 1/7/2021 - Remetidos os Autos. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50161337420154047205	3/2/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: 3/2/2017 - Distribuição/Atribuição Ordinária. Previsão de julgamento em dez.2021.		
50065983320154047202	7/2/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: 19/5/2021 - Conclusos para decisão/despacho. Previsão julgamento até dez.2021.		
50036404720154047211	22/2/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 15set.2021.		
50089791720154047104	9/3/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: 9/3/2017 - Distribuído por sorteio. Previsão julgamento até dez.2021.		
50041019120164047111	9/3/2017	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Distribuído por sorteio em 9/3/2017. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50601234220154047100	10/3/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: 10/3/2017 – Distribuído. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50077133720164047208	22/2/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 15/9/2021.		
50028482620154047201	28/4/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Conclusão para Despacho/Decisão em 11/7/2018. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50251934220134047108	18/5/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: 3/2/2020 - Conclusão para Despacho/Decisão com petição. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50112265020194047000	2/10/2006	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: 22/6/2021 - Conclusos para decisão/despacho. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50613734720144047100	30/5/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: 29/10/2020 - Conclusos para julgamento de retratação. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50166561920154047001	14/10/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: 18/11/2020 - Conclusos para julgamento de retratação. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50039500820144047108	25/2/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Conclusos para julgamento de retratação em 19/11/2020. Previsão de julgamento em dez.2021.		
50010802020104047208	2/6/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Conclusos para julgamento de retratação em 17/12/2020. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50003154320104047016	30/3/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Conclusão 7/1/2021 para julgamento retratação. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50174093820134047100	20/2/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: 20/1/2021 - Conclusos para julgamento de retratação. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50003250520104047205	8/8/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Conclusão embargos de declaração em 6/4/2021. Previsão de julgamento até 1/12/2021.		
50067305620114047000	22/7/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: 22/2/2021 - Redistribuído por sorteio em razão de incompetência. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50005835720194049999	24/11/2011	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Conclusos para julgamento de retratação em 26/3/2021. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50022614120144047200	6/10/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Conclusos para julgamento de retratação em 5/4/2021. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50200970220204047108	8/6/2006	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Conclusos para julgamento de retratação - 7/4/2021. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50200988420204047108	7/12/2005	Apelação Cível
Observação/Providência: 24/5/2021 - Conclusos para decisão com Embargos de Declaração. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50166501820204047201	19/7/2004	Apelação Cível
Observação/Providência: 29/4/2021 -Conclusos para decisão com Embargos de Declaração Previsão de julgamento até dez.2021.		
50079127620214040000	11/2/2008	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgado em 15set.2021.		
50031429620204047106	27/3/2001	Apelação Cível
Observação/Providência: Conclusos para julgamento de retratação em 17/5/2021. Previsão em dez.2021.		
50016729120194047000	4/12/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: Conclusos para decisão com Parecer do MP em 2/7/2021. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50557482220204047100	8/5/2002	Apelação Cível
Observação/Providência: 18/6/2021 - Conclusos para julgamento de retratação. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50567286620204047100	30/3/2000	Apelação Cível
Observação/Providência: 18/6/2021 - Conclusos para julgamento de retratação. Previsão de julgamento até dez.2021.		
50110067120174040000	21/3/2017	-
Observação/Providência: Julgamento em 4/5/2020. A 1ª Turma Decidiu, por maioria, vencido o relator, Dar provimento ao Agravo de Instrumento. Lavrará o acórdão o Desembargador Federal Roger Raupp Rios.		
50011419220214047110	6/8/2021	-
Observação/Providência: Baixa definitiva em 1º/9/2021.		
50072304020214047108	6/8/2021	-
Observação/Providência: Aguardando preclusão de decisão que negou provimento à remessa (al. b do inc. IV do art. 932 do CPC).		
50088792420214040000	3/3/2021	-
Observação/Providência: Baixa Definitiva em 2/9/2021.		
50125331920214040000	26/3/2021	-

Observação/Providência: Baixa definitiva em 23/8/2021.

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 55 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, todos eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

50003154320104047016	50004978620194049999	50005835720194049999
50010802020104047208	50014572720204047115	50022614120144047200
50065983320154047202	50039500820144047108	50041019120164047111
50047809120164047208	50067305620114047000	50089791720154047104
50154008920164047200	50161337420154047205	50166561920154047001
50174093820134047100	50200970220204047108	50251934220134047108
50302336720154047000	50375703920174047000	50601234220154047100
50613734720144047100		

b) priorizar o julgamento de embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias;

c) priorizar o julgamento dos processos com tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado.

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista com o Juiz Federal Marcelo De Nardi foi realizada por videoconferência. De modo presencial, fomos recebidos por três servidores.

O Juiz Federal Marcelo De Nardi assumiu o gabinete em junho/2021, de modo que a sistemática de trabalho ainda está sendo ajustada. O enfoque está sendo o cumprimento das metas do CNJ e a redução do acervo.

Os demais componentes da 1ª Turma também passaram a integrá-la apenas em junho/2021, de modo que novos entendimentos e/ou posicionamentos tem sido apresentados, demandando, assim, mais tempo na análise dos processos a serem levados a julgamento.

O gabinete apresenta boa estrutura física, com recursos materiais suficientes para o desempenho do trabalho pela equipe. O quadro de servidores é inferior ao dos gabinetes de Desembargador.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 8.232 para 6.309), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 6.122 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 6.309.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 234, na última inspeção, para 452, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 16 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 1ª Seção, equivale a 12 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção.

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 33.
- b) Ajustar a gestão do trabalho, de modo a possibilitar o cumprimento das metas do CNJ e a redução do número de processos.

GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Desembargadora Federal Maria de Fátima Freitas Labarrère

2.2 Turma

2ª Turma

2.3 Competência

À Primeira Seção cabe processar e julgar os feitos de natureza trabalhista, aduaneira e tributária, nesta compreendidos os que disserem respeito a obrigações tributárias acessórias e contribuições sociais, inclusive ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e ao Programa de Integração Social. Cabe-lhe, ainda, processar e julgar os feitos atinentes às execuções da dívida ativa não tributária e processos a elas conexos da União, conselhos de fiscalização profissional e outras autarquias federais; os feitos referentes ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e os relativos à propriedade intelectual em geral, bem como aqueles em que se discute a certificação de entidades beneficentes de assistência social (Cebas).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Maria de Fátima Freitas Labarrère

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Angela Rumi Steinbruch (Assessora) e Natércia Lazzarotto (Chefe de Gabinete)

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	4
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)	
Total em tramitação**	6.196
Processos suspensos/sobrestados	619
Processos conclusos	4.714
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	6.196
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	5.577
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	4.714
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	4.043
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	619
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	802

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao

magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	51
Mandados de segurança	9
IRDR	5
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	4
Reclamações	1
Ações rescisórias	22
Outros	10

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	6.145
Recursos em mandados de segurança coletivos	39
Recursos em ações populares	2
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	1
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	10

Outros	6.103
--------	-------

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	6.145
Apelações cíveis	4.399
Agravos de instrumento	1.600
Outros	146

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	619
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	1
Por Recurso Especial	436
Por Recurso Extraordinário	4

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	536
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	312
Agravos legais/regimentais	26
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	14
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	304
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	158

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	53
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	22

4.13 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	2.978
Ano anterior	1.133
2º ano anterior	162
3º ano anterior	46
4º ano anterior	20
5º ano anterior ou mais antigo	183

4.14 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	2.124
Ano anterior	1.375
2º ano anterior	352

3º ano anterior	85
4º ano anterior	34
5º ano anterior	16
6º ano anterior ou mais antigo	56

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição

Ano atual	1.758
Ano anterior	1.370
2º ano anterior	1.006
3º ano anterior	265
4º ano anterior	72
5º ano anterior	54
6º ano anterior	36
7º ano anterior ou mais antigo	153

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	24
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	3

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de Processos distribuídos	7.142
Total de Processos julgados	7.152
Total de Processos baixados	8.727
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-10
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-1.585

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	96
Total de feitos não regularizados	1

Total de feitos verificados na inspeção anterior	65
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	7.194
Processos julgados no ano anterior	6.738
Processos distribuídos no ano corrente	4.726
Processos julgados no ano corrente	4.471

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	321
Pendentes em 31/12/2020	26
Porcentagem de atendimento da meta	91,9

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	595
Pendentes em 31/12/2020	19
Porcentagem de atendimento da meta	96,81

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	608
Pendentes no último dia do mês anterior	11
Porcentagem de atendimento da meta	98,19

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.081
Pendentes no último dia do mês anterior	7
Porcentagem de atendimento da meta	99,66

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.	
Taxa de congestionamento em 2020	40,77
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	Não se aplica

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes em 31/12/2020	1
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	18
Pendentes no último dia do mês anterior	1
Porcentagem de atendimento da meta	94,44

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0

Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Não se aplica

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)

% de Cumprimento da meta	36,67%
3424 - Usurpação de águas	38

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

a) Cumprir a recomendação do item 11 - julgar em 60 dias os seguintes processos: (50261618020184040000, 50040687720154047001, 50666648020174040000, 50698848620174040000, 50053214920184040000, 50246808220184040000); b) Manter as metas em relação à diminuição do acervo, principalmente em relação ao julgamento dos feitos mais antigos constantes das metas do CNJ, por ordem de

antiguidade na distribuição; c) priorizar o julgamento dos embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias; d) priorizar o julgamento dos processos com tutela provisória concedida pela Relatora há mais de 90 dias.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) os processos indicados foram julgados; b) monitoramento estatístico (G4, relatório de estatística e controle de acervo do eproc) além de localizador específico para a maior parte dos processos enquadrados na Meta 2 que retornam ao gabinete para novo julgamento e/ou retratação em razão de julgamento de tema pelos Tribunais Superiores; c) controle estatístico e realização de mutirões para a diminuição do acervo; d) o gabinete prioriza os processos com liminar deferida: em regra, os processos enquadrados nesta condição são pautados de forma célere.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Em que pese a priorização dos feitos nas situações recomendadas pela Corregedoria, os relatórios estatísticos apontam para a existência de processos que se enquadram na situação especificada nos itens B, C e D. O recente aprimoramento do sistema G4 para identificação dos processos com liminares deferidas permitirá maior controle por parte da unidade. O setor pretende incluir em pauta até o final do ano todos os processos que se encontram nesta situação, além dos embargos conclusos em período superior a 30 dias e os processos enquadrados na Meta 2 CNJ. O não atendimento das metas em sua integralidade se deve precipuamente ao fato de que alguns temas em matéria tributária (a exemplo dos Temas STF 69 e 985) geram movimentação de um grande volume de processos recebidos no gabinete para retratação, desviando em parte a força de trabalho para atuação específica.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Embora não cumpridas em sua integralidade (Meta 1 e 2), é importante destacar que os percentuais contemplados nos itens 5.2 (91,9%), 5.3 (96,81), 5.4 (98,19) e 5.5 (99,66) refletem o gerenciamento voltado ao julgamento de processos mais antigos. Da mesma forma, o fluxo processual dos últimos 12 meses revela a preocupação do setor em julgar mais processos que os distribuídos. As iniciativas planejadas para atendimento das metas no ano em curso estão delineadas no item 6.3 deste questionário.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Boas práticas: Os servidores são engajados na consecução das metas estabelecidas, o que contribui sobremaneira para um excelente ambiente de trabalho. O constante controle de acervo e acompanhamento estatístico permite a adoção de providências gerenciais. Dificuldades: além da distribuição, também é alto o número de processos que retornam para retratação (há inúmeros temas de Repercussão Geral e de Recurso Repetitivo em matéria tributária) o que vem exigindo esforço redobrado da equipe no cumprimento das metas.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Natercia Lazzarotto (Chefe de Gabinete).

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A dinâmica do trabalho e definição de atividades se estabelece, num primeiro momento, com observância ao critério de urgência e prioridade legal (detectados no momento da distribuição do processo e revisados com a utilização do sistema G4). Em sequência, a partir do monitoramento estatístico, a gestão da unidade procura equalizar a diminuição dos processos mais antigos com aqueles de matérias recorrentes e quantitativamente representativas no acervo. Quanto aos demais processos que não veiculam pedidos liminares (efeito suspensivo), após a triagem, a localização se dá por matéria e/ou classe. Cada servidor fica responsável por uma ou mais matérias, sendo tal definição estabelecida com observância das habilidades e aptidões pessoais.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

O gabinete conta com dois servidores que executam suas atividades pela sistemática do teletrabalho.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Um servidor exerce suas atividades de forma parcial, comparecendo duas vezes por semana ao trabalho presencial. A outra situação se refere a uma servidora que atua em regime de teletrabalho de forma integral e comparece uma vez por mês ao trabalho no formato presencial.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As metas são estabelecidas de forma conjunta.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Em razão da especialização por matéria, o acompanhamento se dá pelo monitoramento dos respectivos localizadores.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Em gabinete não há processos físicos. A Assessoria realiza a triagem de todos os processos distribuídos ao gabinete (com exceção dos Agravos de Instrumento), oportunidade em que é verificada a competência, existência de eventual prevenção com processos atribuídos a outros relatores, regularidade processual e urgências. A triagem dos Agravos de Instrumento é realizada pelo setor responsável com encaminhamento imediato dos processos com pedido de urgência e adoção das demais providências (intimação para contrarrazões, elaboração de minuta para imediata inclusão em pauta).

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos estão separados por matéria nos localizadores do eproc. Os processos de competência da 1ª Seção e Corte Especial são localizados por classe processual (Ação Rescisória, Conflito de Competência) nos localizadores do eproc.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Consultas ao G4, aos relatórios estatísticos do eproc e ao "controle de acervo" do eproc e por localizadores específicos (petições, recebidos, urgente). Os embargos declaratórios são localizados com o servidor responsável pelo processo julgado. Os agravos internos em regra são julgados concomitantemente com o próprio agravo de instrumento e/ou apelação, uma vez que demandam a inclusão em pauta, exceção feita às hipóteses de urgência.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

O gabinete não adota o sistema de cota individual. As metas sempre são fixadas de forma conjunta contemplando processos que comportam solução mais padronizada com aqueles de maior complexidade.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Conforme Portaria n. 1197/2020 (processo SEI n. 0010322-88.2020.4.04.8000), a Desembargadora Federal Maria de Fátima Freitas Labarrère registrou voto de louvor a todos os servidores do gabinete, como forma de reconhecimento pela eficiência, comprometimento e dedicação ao trabalho durante o período de isolamento em razão da pandemia ocasionada pelo Coronavírus, demonstrando excepcional capacidade de trabalho, espírito público e preocupação com os jurisdicionados.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Os processos com prioridade legal são monitorados pelo G4. Os processos relativos à Meta 2 do CNJ são repassados ao servidor responsável pela matéria ou localizados no eproc (localizador específico denominado Meta 2).

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim. Releva destacar que no ano de 2020 (janeiro/dezembro) foram proferidas 624 decisões terminativas. Neste ano, em período inferior (janeiro/setembro) foram proferidas 923 decisões terminativas conforme se extrai do relatório estatístico disponibilizado pelo eproc (Relatório: 3 - Estatística do RITRF - Processos Julgados).

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Delineado o entendimento da desembargadora sobre determinada matéria, o servidor responsável elabora minuta que, após aprovação da relatora, serve de base para a criação de "preferência" e/ou modelo no eproc. Tal procedimento vale tanto para votos quanto para decisões. Os modelos que servem de padrão são criados na modalidade "público" de modo a permitir acesso a todos os servidores do gabinete.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

O tribunal constantemente efetua levantamento de necessidade de capacitação dos servidores. A chefia de cada unidade preenche os formulários/pesquisas a partir das necessidades internas.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O NUGEP (órgão da Vice-Presidência) atualiza as informações acerca dos julgamentos proferidos pelos Tribunais Superiores com determinação de sobrestamento. O controle (verificação de manutenção do status de sobrestado/desafetação/julgamento de mérito) se dá pelo eproc - Relatório de Recursos Repetitivos e de Repercussão Geral. Temas STJ 962, 981, 1008, 1079, 1093.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não se aplica.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Em regra os pedidos de vista são levados na sessão subsequente. Algum atraso pontual verificado na presente inspeção já está regularizado com a inclusão do processo em pauta de julgamento.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Pelo portal do TRF4.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Pelo sistema eproc na forma disciplinada na Resolução n. 47/2019.

28. A unidade possui plano de gestão?

O atendimento das Metas (1 e 2 do CNJ) pressupõe a equalização entre quantidade e antiguidade, o que vem sendo observado pela unidade.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Os recursos materiais são excelentes. O gabinete conta com a lotação completa.
b) gestão do trabalho	Item 28
c) resultados	A unidade considera os resultados satisfatórios, mas objetiva maior redução do acervo.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Além do cumprimento das Metas estipuladas pelo CNJ (1, 2, 6 e 12), o objetivo da unidade é a efetiva redução do acervo.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Maior padronização de modelos utilizados no gabinete e metas que contemplem maior quantidade de processos antigos, o que posteriormente facilitará o cumprimento da Meta 1 e efetiva redução do acervo.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Considerando-se os objetivos delineados no artigo 3º da Resolução n. 227, de 2016, do CNJ, a ampliação do número de servidores em regime de teletrabalho é uma medida a ser efetivada pela unidade.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Com a utilização dos sistemas de monitoramento estatístico disponibilizados pelo Tribunal (G4, relatórios estatísticos do eproc e ao "controle de acervo" do eproc).

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50156161420194040000	11/4/2019	Agravo de Instrumento
Processo incluído na sessão de 14/10/2021.		
50257575820204040000	16/6/2020	Agravo de Instrumento
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50353553620204040000	29/7/2020	Agravo de Instrumento
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50476180320204040000	5/10/2020	Agravo de Instrumento
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50505661520204040000	22/10/2020	Agravo de Instrumento
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50315666320194040000	23/07/2019	Agravo de Instrumento
Processo baixado em 20/9/2021.		
50002575820194047005	1º/7/2019	Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50095732720204040000	10/3/2020	Agravo de Instrumento
Processo a ser incluído na pauta de 14/10/2021.		
50230335220184040000	18/6/2018	Agravo de Instrumento
Processo incluído na pauta 14/10/2021.		
50021415320184047104	4/3/2020	Apelação Cível
Processo concluso ao relator para o acórdão para retratação (Juiz Federal Alexandre Rossato da Silva Ávila) a ser pautado em 4/11/2021 (942 CPC).		
50597880720204040000	17/12/2020	Agravo de Instrumento
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50015514320214040000	21/1/2021	Agravo de Instrumento

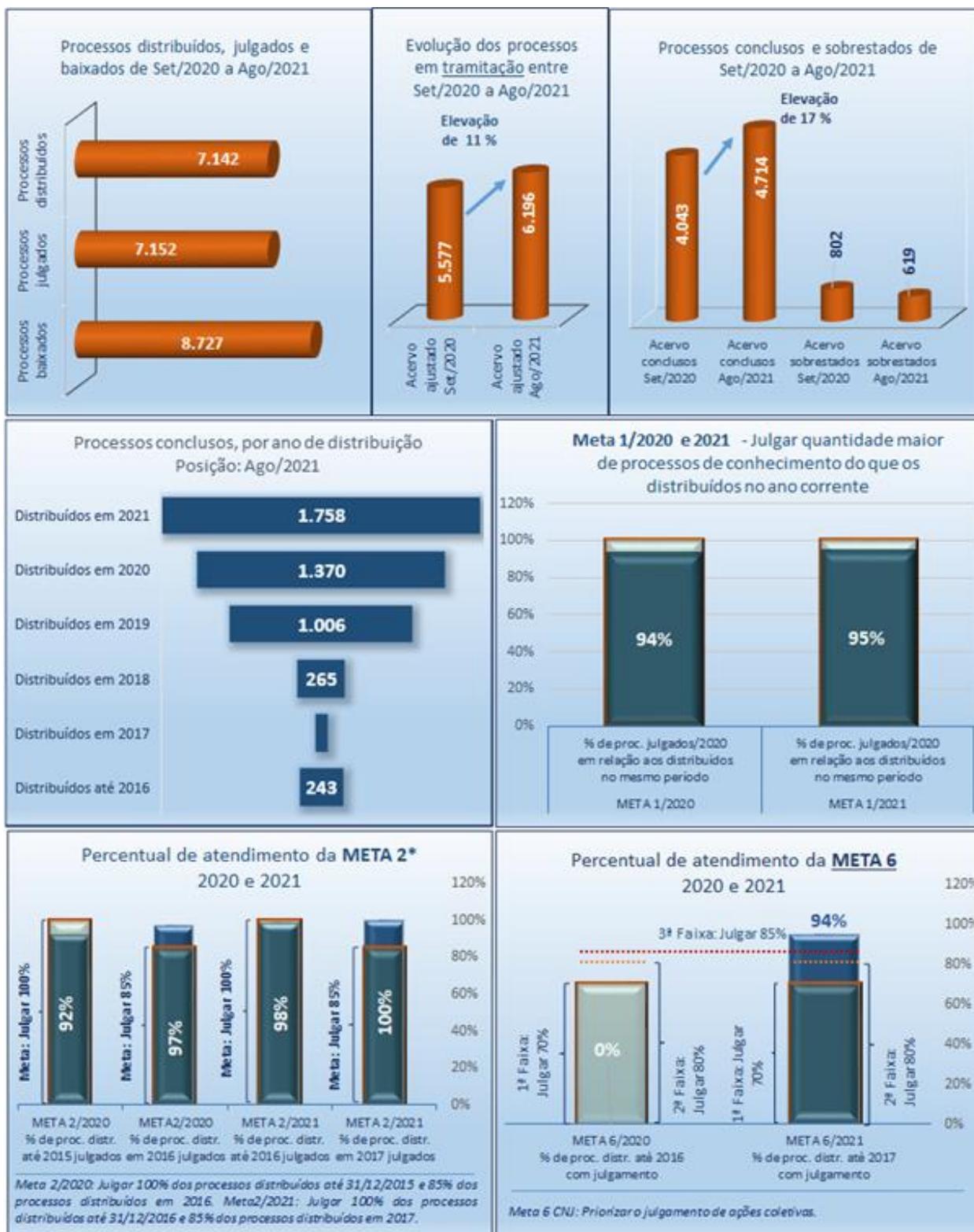
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50239058320134047100	15/2/2017	Ação Popular
Processo de relatoria da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha.		
50073402420164047202	1º/3/2018	Ação Civil Pública
Processo de relatoria do Desembargador Federal Victor Luiz Dos Santos Laus.		
50056205220124047205	16/2/2018	Ação Civil Pública
Processo de relatoria da Desembargadora Vivian Josete Pantaleão Caminha.		
50270743520144047200	9/4/2018	Ação Civil Pública
Processo de relatoria do Desembargador Federal Luís Alberto D Azevedo Aurvalle.		
50269071820144047200	14/5/2018	Ação Civil Pública
Processo de relatoria da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha.		
50156716220194040000	11/4/2019	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Processo julgado em 8/9/2021.		
50173319120194040000	23/4/2019	Mandado de Segurança (Corte Especial)
Processo pronto com minuta para inclusão na sessão da Corte Especial de 28/10/2021.		
50499273120194040000	26/11/2019	Mandado de Segurança (Corte Especial)
Processo pronto para a inclusão na pauta da Corte Especial de 28/10/2021.		
50240018220184040000	22/6/2018	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Processo com RPV expedida. Intimação da parte exequente em 14/9/2021.		
50181725220204040000	13/5/2020	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (Seção)
Processo a ser incluído na próxima pauta da 1ª Seção.		
50090094820204040000	6/3/2020	Mandado de Segurança (Corte Especial)
Processo pronto para a inclusão na pauta da Corte Especial de 28/10/2021.		
50460118620194040000	31/10/2019	Mandado de Segurança (Corte Especial)
Processo pronto para inclusão na pauta da Corte Especial de 28/10/2021.		
50024317020154047105	13/10/2020	Remessa Necessária Cível
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50094231220214040000	8/3/2021	Agravo de Instrumento
Processo julgado em 8/9/2021.		
50009621320204047105	25/3/2021	Apelação Cível
Processo julgado na sessão virtual encerrada em 17/8/2021.		
50056977420204047110	24/11/2020	Apelação Cível
Voto-vista apresentado em 17/8/2021.		
50052864920204047104	23/4/2021	Apelação Cível

Voto-vista apresentado na sessão de 17/8/2021. Julgamento sobrestado nos termos do artigo 942, do CPC.		
50072308220174047107	10/10/2017	Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50042224020164047105	9/12/2017	Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50007647320164047118	20/2/2018	Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50246054320184040000	28/6/2018	Agravo de Instrumento
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50031035420104047105	11/1/2019	Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50010364020114047119	28/11/2018	Apelação Cível
Processo incluído na pauta de julgamento de 14/10/2021.		
50286299020134040000	5/12/2013	Agravo de Instrumento
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50050492120194040000	12/2/2019	Agravo de Instrumento
Processo julgado em 8/9/2021.		
50073937220194040000	27/2/2019	Agravo de Instrumento
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50173977120194040000	23/4/2019	Agravo de Instrumento
Processo com minuta pronta (decisão terminativa).		
50222225820194040000	24/05/2019	Agravo de Instrumento
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50418789820194040000	3/10/2019	Agravo de Instrumento
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50445524920194040000	22/10/2019	Agravo de Instrumento
Suspensão do processo para habilitação do espólio ou sucessores em razão do falecimento da parte.		
50198759720164047100	16/1/2018	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de 14/10/2021.		
50029656620104047112	12/0/2018	Apelação Cível
Despacho proferido em 15/9/2021 deferindo o prazo postulado pela parte.		
50011255820184047203	15/6/2018	Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50047753720144047112	26/7/2018	Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		

50181581620174047100	17/9/2018	Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50360583520184040000	20/9/2018	Agravo de Instrumento
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50035907720174047105	21/9/2018	Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50191386020174047100	21/9/2018	Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50659081420174047100	24/9/2018	Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50011897420184047104	25/9/2018	Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50032867220174047107	19/12/2017	Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50047881520184047203	23/7/2007	Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50286777820154040000	31/07/2015	Agravo de Instrumento
Processo incluído na sessão de 14/10/2021.		
50013052520194047111	29/6/2001	Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50027517520194047107	20/11/2006	Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50506395120114047000	16/5/2012	Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50037587120154047001	6/2/2017	Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50033143820114047111	14/5/2012	Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50227287320154040000	18/6/2015	Agravo de Instrumento
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50004417820194047210	22/8/2007	Apelação Cível
Processo julgado em 8/9/2021.		
50050954020114047000	27/8/2015	Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		
50425627320134047100	20/3/2015	Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 14/10/2021.		

50119349220134047200	16/9/2013	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de 14/10/2021.		
50019817920194047108	29/8/2007	Apelação/Remessa Necessária
Embargos declaratórios julgados em 8/9/2021.		
50279991120124047100	24/7/2014	Embargos Infringentes
Processo incluído na pauta telepresencial da 1ª Seção (julgamento em 7/10/2021).		
50097063520214040000	27/6/2008	Cumprimento de Sentença (Seção)
Baixa definitiva em 26/8/2021.		
50053004420214049999	18/0/2008	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Processo com RPV expedida. Intimadas as partes em 14/9/2021.		
50007157520104047107	25/7/2010	Apelação/Remessa Necessária
Embargos declaratórios julgados em 8/9/2021.		
50065414820194040000	7/8/2012	Cumprimento de Sentença (Seção)
Processo em secretaria com intimação das partes da decisão proferida no evento 54.		
50477572320184040000	18/12/2018	-
Proferida decisão extintiva do processo em 10/3/2021. Remetido à SOJ em 13/9/2021 (por provável erro de agendamento o processo não foi movimentado quando da assinatura).		
50386530720184040000	9/10/2018	-
Processo remetido à secretaria processante em 13/9/2021 para intimação das partes da decisão terminativa.		
50441287020204040000	15/9/2020	-
Processo baixado.		
50443308720204047100	4/5/2021	-
Processo com baixa definitiva em 19/8/2021.		
50263346720204047200	29/4/2021	-
Processo baixado em 23/8/2021.		
50424523920204047000	12/4/2021	-
Processo em trâmite perante a Secretaria de Recursos, em razão da interposição de Recurso Especial.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 74 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, todos eram eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Proceder à baixa no sistema:

50597880720204040000

b) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

50047028520194040000

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Desembargadora Federal Maria de Fátima Labarrère, via Zoom, e, presencialmente, pela chefe de gabinete, a servidora Natércia Lazzarotto, que discorreram acerca das atividades desenvolvidas pelo setor:

A Desembargadora Federal assumiu o gabinete em 27 de junho de 2019, o qual é composto por 17 servidores e 4 estagiários de nível superior.

O acervo do gabinete é gerenciado pela assessora Ângela e pela chefe de gabinete, Natércia, que fazem a triagem dos processos e petições tão logo são recebidos na caixa de entrada do eproc. É dada prioridade para análise dos processos mais antigos, para os mais urgentes, para as preferências legais, e, para aqueles que compõem as Metas 01 e 02 do CNJ.

A meta de produtividade do gabinete é conjunta, o que foi considerado pelas entrevistadas como sendo bastante justo e eficiente, uma vez que a distribuição dos processos é realizada de acordo com as afinidades e habilidades pessoais de cada servidor e também por nível de complexidade dos processos.

Todo início de ano é feito um planejamento estratégico que é revisto a cada mês para aprimoramento das práticas desenvolvidas neste período de pandemia e para alinhamento dos objetivos a serem alcançados pelo gabinete. O monitoramento estatístico do acervo do gabinete é feito com frequência pelo sistema G4.

Quanto ao referido sistema de estatística, foi relatada pelas entrevistadas uma inconsistência, que, corrigida em agosto, possibilitou a identificação, entre outros, dos processos com liminares deferidas, facilitando o controle e a priorização do julgamento desses feitos, de modo que pretendem incluí-los em pauta até o final do presente ano.

Os servidores se organizaram recentemente para a realização de um pequeno mutirão destinado a analisar e dar encaminhamento, até o final do presente ano, aos processos pendentes com distribuição de 2015 a 2017.

De acordo com as entrevistadas os servidores se sentem motivados e empenhados para o cumprimento das metas do gabinete, o que colabora com o aumento da produtividade, mesmo estando todos em regime de teletrabalho.

O atendimento ao público externo tem sido feito por e-mail e por whatsapp, ação esta considerada bastante satisfatória pelos advogados.

Dentre as boas práticas desenvolvidas nesse período de pandemia, as entrevistadas apontam o uso de pequenos vídeos gravados pelos advogados em substituição aos memoriais, atendimentos telefônicos, audiências com a Desembargadora, que os recebe por e-mail e whatsapp.

Ao final da entrevista a chefe de gabinete fez consignar algumas informações as quais foram encaminhadas posteriormente por e-mail, conforme segue:

“Em atendimento à solicitação dirigida a esta unidade por ocasião da Inspeção realizada em 18 de outubro de 2021, informo que, segundo o sistema G4, a unidade registra um acervo de 4.544 processos conclusos (no dia 22/10/2021 serão incluídos aproximadamente 800 processos em pauta de julgamento).

De destacar que dentro do montante de processos conclusos para julgamento, 360 processos se referem ao Tema STF 985. Embora não tenha sido determinada a suspensão nacional (em fase de julgamento dos aclaratórios junto ao STF - modulação dos efeitos), o gabinete optou por aguardar o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal em razão dos inúmeros pedidos de sobrestamento deduzidos pelas partes. Nos referidos processos não foi lançada fase de suspensão no sistema, razão pela qual constam como processos em movimentação.

Segundo relatório estatístico do eproc (controle de acervo), a data mais antiga de conclusão dos processos que retornaram para o gabinete para retratação e/ou rejuízo dos aclaratórios, por determinação do Superior Tribunal de Justiça, é 27/01/2021. No que se refere à Meta 2 do CNJ, o sistema G4 aponta 5 processos remanescentes (processos antigos até 2016) e 6 processos remanescentes (processos antigos em 2017).

Sob a perspectiva de primeiro julgamento neste Tribunal, o processo mais antigo do acervo foi autuado em 15/1/2018. Na presente data, o acervo conta com 190 processos distribuídos em 2018, 896 processos distribuídos em 2019, e 1.190 processos distribuídos em 2020.

No que tange aos embargos declaratórios para julgamento (processos em movimentação), o sistema G4 registra um total de 470 processos. Deste montante, 319 processos estão conclusos há mais de 30 dias. A unidade está em regime de mutirão para a inclusão destes processos nas próximas pautas do gabinete. Cumpre enfatizar que, deste total de 319 processos, 80 se referem ao Tema STF 985 (aguarda decisão do STF nos embargos declaratórios opostos para modulação dos efeitos).

Quanto aos processos com liminares deferidas pendentes de julgamento, o sistema G4 registra, na presente data, 84 processos nesta condição. De destacar que, deste total, 33 processos estão em secretaria para intimação das partes. Os que se encontram conclusos serão incluídos na próxima pauta de julgamento (foi instituído mutirão com esta finalidade).

Do total de 84 processos, apenas 9 processos se encontram nesta fase em período superior a 90 dias (sendo que um destes se trata de processo sobrestado – Tema 962/981 – STJ)”.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve pequeno aumento do montante de processos conclusos, de 4.156 para 4.714, uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 4.043 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 4.714.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 353, na última inspeção, para 536, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 13 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 1ª Seção, equivale a 12 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção.

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 33;
- b) manter as boas práticas de gestão de pessoal de forma que os servidores continuem motivados a alcançar as metas estabelecidas no gabinete;
- c) manter o monitoramento estatístico e as iniciativas planejadas pelo gabinete para atendimento das recomendações da inspeção anterior, a exemplo do mutirão proposto pela chefia, para que seja possível atingir as Metas 1 e 2 do CNJ;
- d) priorizar o julgamento dos embargos de declaração conclusos há mais de 30 dias;
- e) priorizar o julgamento dos processos com tutela provisória concedida pela relatora há mais de 90 dias.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL RÔMULO PIZZOLATTI

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Rômulo Pizzolatti

2.2 Turma

2ª Turma / 1ª Seção

2.3 Competência

Trabalhista, Aduaneira e Tributária

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Rômulo Pizzolatti

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não houve remoção de magistrado nos últimos 2 anos.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve outro magistrado responsável pelo órgão em período superior a 60 dias nos últimos 12 meses.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Altair Talgatti Mello - Analista Judiciário - Assessor de Desembargador

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	16
Servidores sem vínculo	00
Estagiários de nível médio	00
Estagiários de nível superior	03
Outros	00

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)	
Total em tramitação**	5.975
Processos suspensos/sobrestados	480
Processos conclusos	4.108
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	00
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	00

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	5.975
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	5.235
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	4.108
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3.847
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	480
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	521

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	00

Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	00
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	00
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	00
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	00
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	00

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	57
Mandados de segurança	4
IRDR	00
IAC	00
Arguição de inconstitucionalidade	00
Conflitos de competência	16
Reclamações	00
Ações rescisórias	30
Outros	7

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	5.918
Recursos em mandados de segurança coletivos	50
Recursos em ações populares	2
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	1
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	14
Outros	5.865

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	5.918
Apelações cíveis	4.954
Agravos de instrumento	821
Outros	143

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	00
Ações penais	00
Inquéritos	00
Habeas Corpus	00
Revisões criminais	00
Outros	00

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	00
Apelações	00
Recursos em Sentido Estrito	00
Recursos em Habeas Corpus	00
Recursos em Mandado de Segurança	00
Embargos infringentes e de nulidade	00
Outros	00

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	00
Apelações	00
Ações penais	00
Inquéritos	00
Habeas Corpus	00
Outros	00

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	480
Por IRDR	00
Por IAC	00
Por Arguição de Inconstitucionalidade	00
Por Recurso Especial	282
Por Recurso Extraordinário	4

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	391

Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	230
Agravos legais/regimentais	65
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	44
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	724
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	620

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	5
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	20

4.13 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	2.258
Ano anterior	931
2º ano anterior	216
3º ano anterior	57
4º ano anterior	16
5º ano anterior ou mais antigo	97

4.14 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	2.641
Ano anterior	874
2º ano anterior	282
3º ano anterior	24
4º ano anterior	6
5º ano anterior	3
6º ano anterior ou mais antigo	15

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição	
Ano atual	1.850
Ano anterior	1.086
2º ano anterior	400
3º ano anterior	203

4º ano anterior	132
5º ano anterior	91
6º ano anterior	94
7º ano anterior ou mais antigo	252

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	5
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	00

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	00
Total como relator para o acórdão	00

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	7.129
Total de Processos julgados	7.431
Total de Processos baixados	8.397
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	- 302
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	- 1.268

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	71
Total de feitos não regularizados	00
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	87
Total de feitos não regularizados	00

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	7.178
Processos julgados no ano anterior	6.190
Processos distribuídos no ano corrente	4.725
Processos julgados no ano corrente	5.104

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	793
Pendentes em 31/12/2020	8
Porcentagem de atendimento da meta	98,99

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	850
Pendentes em 31/12/2020	5
Porcentagem de atendimento da meta	99,41

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	865
Pendentes no último dia do mês anterior	12
Porcentagem de atendimento da meta	98,61

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.672
Pendentes no último dia do mês anterior	28
Porcentagem de atendimento da meta	98,33

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	00
Pendentes em 31/12/2020	00
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	00
Pendentes no último dia do mês anterior	00

Porcentagem de atendimento da meta	100
------------------------------------	-----

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.

Taxa de congestionamento em 2020	45,11
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	não se aplica

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3
Pendentes em 31/12/2020	00
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	10
Pendentes no último dia do mês anterior	1
Porcentagem de atendimento da meta	90

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	00
Processos baixados no ano anterior	00
Processos julgados no ano anterior	00
Processos distribuídos no ano corrente	00
Processos baixados no ano corrente	00
Processos julgados no ano corrente	00

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	00
Pendentes em 31/12/2020	00
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	00
Pendentes no último dia do mês anterior	00
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.14 META 9/2021 - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.	
Não se aplica.	

5.15 META 12/2021 - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)	
10396 - Ambiental	80, pendentes 30, percentagem de atendimento da meta 62,50%

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
Dos 71 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Em relação aos processos listados, recomenda-se: a) Proferir despacho em 20 dias: 50056335820154047201 b) Julgar em 60 dias: 50088552220104047100; c) Priorizar o julgamento, tendo em vista a data de distribuição: 50091747320134047200.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)
Alínea a) - em 14/6/2019 foi determinado o sobrestamento do feito (Considerando a controvérsia dos autos (exclusão do ICMS, PIS e COFINS da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta), determino o sobrestamento do processo até o julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade n. 5035825-72.2017.404.0000). Em 25/8/2021 foi levantado o sobrestamento e o feito será julgado em pauta virtual de 6 a 14/10/2021; Alínea b) - o feito foi julgado em 3/9/2019, tendo retornado para juízo de retratação foi novamente julgado em 13/4/2021 e teve o seguinte resultado (Ante o exposto, voto por retratar em parte o acórdão proferido pela 2ª Turma em 10/5/2011 e retratar o acórdão proferido pela 2ª Turma em 11/7/2017 para dar parcial provimento às apelações e à remessa necessária). Dessa decisão foram interpostos embargos de declaração que serão levados a julgamento na sessão virtual de 6 a 14/10/2021; Alínea c) julgado e baixado, com trânsito em julgado em 23/4/20.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Levar os processos a julgamento na sessão virtual de 6 a 14/10/2021.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Algumas metas não tiveram atendimento em 100 por cento por conta das redistribuições de processos e retorno de processos das instâncias superiores, com data de distribuição antiga. Cito como exemplo o processo 5001764-10.2017.4.04.7107, que nos foi recentemente redistribuído, após 3 anos, 8 meses e 22 dias de distribuição ao relator originário. Para atender às metas contamos agora com reforço na lotação do gabinete, que passou de 12 para 16 servidores ao longo do último ano, e daremos mais atenção às prioridades legais e aos processos com data de distribuição antiga.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A triagem inicial dos processos é feita mediante aferimento da regularidade do cadastro (partes, procuradores e competências), identificação da matéria e encaminhamento. Entre os critérios para organização do acervo estão a triagem imediata ao ingresso com a realocação por matéria, quando se tratar de demanda que necessite de rápida apreciação, como liminar ou tutela de urgência antecipada. Os localizadores já indicam a matéria e também a situação processual. O controle da movimentação ocorre mediante uso das ferramentas disponibilizadas pelo sistema. As atividades são distribuídas conforme a capacidade de enfrentamento e resolução das demandas, detectada por acompanhamento técnico dos gestores e especialmente do Desembargador. O atendimento a partes e advogados é feito por telefone, durante os 5 dias úteis da semana, no horário de expediente dos servidores; horário esse bem superior ao recomendado para atendimento do público externo do TRF4, que é de 13h a 18h.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Altair Talgatti Mello.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Entre os critérios para organização do acervo estão a triagem imediata ao ingresso com a realocação por matéria, quando se tratar de demanda que necessite de rápida apreciação, como liminar ou tutela de urgência antecipada. Os localizadores já indicam a matéria e também a situação processual. O controle da movimentação ocorre mediante uso das ferramentas disponibilizadas pelo sistema. As atividades são distribuídas conforme a capacidade de enfrentamento e resolução das demandas, detectada por acompanhamento técnico dos gestores e especialmente do Desembargador. Ainda que tenhamos um servidor para atender às demandas administrativas, todos estão envolvidos na atividade-fim, perfazendo hoje 16 servidores.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Antes do advento da pandemia COVID-19 nenhum servidor em teletrabalho. Atualmente todos os servidores e estagiários estão em trabalho remoto.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

A partir do advento da pandemia COVID-19 todos os servidores passaram a fazer trabalho remoto. O retorno está condicionado às determinações da administração do TRF4.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Não há fixação de cotas.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento se dá pela produtividade diária mediante planilha de apontamentos.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

O gabinete não possui mais processos físicos ou em tramitação. A triagem inicial dos processos eletrônicos é feita mediante aferimento da regularidade do cadastro (partes, procuradores e competências), identificação da matéria e encaminhamento.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Entre os critérios para organização do acervo estão a triagem imediata ao ingresso com a realocação por matéria, quando se tratar de demanda que necessite de rápida apreciação, como liminar ou tutela de urgência antecipada. Os localizadores já indicam a matéria e também a situação processual. O controle da movimentação ocorre mediante uso das ferramentas disponibilizadas pelo sistema.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

As atividades são distribuídas conforme a capacidade de enfrentamento e resolução das demandas, detectada por acompanhamento técnico dos gestores e especialmente do Desembargador. Há fixação de metas periódicas de produtividade. O objetivo é sempre vencer o número de recursos distribuídos e diminuir o número de demandas do acervo. O acompanhamento é diário por produtividade individual e mensal pelo acervo do gabinete. As prioridades legais são observadas, bem como as metas fixadas pelo CNJ, mediante acompanhamento pelo Sistema G4.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Metas coletivas.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

sim.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

As prioridades legais são observadas, bem como as metas fixadas pelo CNJ, mediante acompanhamento pelo Sistema G4.

18. São utilizadas decisões terminativas?

São usadas decisões terminativas sempre nos casos de não conhecimento do recurso (agravo de instrumento e apelação) e, de forma bem mais restrita, em matérias julgadas por recurso repetitivo e repercussão geral, avaliando-se a possibilidade de o processo retornar com agravo interno, o que ocorre em um número elevado de casos.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

São utilizados com base na identificação numérica dos documentos produzidos no GeProc.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Quando expresso pelos próprios servidores, mediante consulta das necessidades de cursos, para implemento junto à área de Recursos Humanos, e também quando detectado que o servidor não está atendendo ao padrão técnico exigido na unidade.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Por acompanhamento das comunicações dos tribunais superiores e da Vice-Presidência. É proferido despacho determinando o sobrestamento e inclusão em

localizador específico de cada matéria afetada. Atualmente, encontram-se sobrestadas as seguintes matérias: Possibilidade de inclusão de ICMS na base de cálculo de IRPJ e CSLL, apurados pelo regime de lucro presumido (Tema 1008); Responsabilidade do transportador por infração aduaneira (Tema 1.041); Inclusão de PIS e COFINS nas próprias contribuições (Tema 1.067); Limite de vinte salários de contribuição na contribuição para terceiros (Tema 1.079); Incidência monofásica de PIS/COFINS (Tema 1.093); Multa prevista no art. 74, §§ 15 e 17, da Lei n. 9.430, de 1996 (Tema 736); Redirecionamento contra o sócio (Tema 981); Limite máximo para parcelamento fixado em ato infralegal (Tema 997).

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não está sendo utilizada nos processos de competência desta unidade.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Prejudicado.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Sempre na próxima sessão possível, considerados os prazos para o processo eletrônico, o cronograma de sessões e suas datas de inclusão de processos em pauta.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Por meio de acompanhamento das sessões de julgamento, feito pela assessoria, da revista de jurisprudência e de consulta ao site do próprio Tribunal, feita por cada servidor.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim. Logo após a inclusão dos processos em pauta são disponibilizados relatórios e votos aos órgãos da turma ou seção.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Os processos ficam disponíveis aos demais componentes da turma ou seção para conhecimento do teor do relatório e voto, bem como do relatório ao MPF, o que permite apontamentos no espelho de pauta quanto a observações, divergências, pedidos de esclarecimentos, pedidos de vista e demais referências cabíveis ao julgamento.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos	
a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Em relação aos recursos humanos houve melhora substancial com o ingresso de 3 novos servidores desde o início deste ano de 2021. Com relação aos recursos materiais o TRF4 mantém a tradição de excelência nesse quesito, fornecendo todas as ferramentas e condições ao bom desempenho das atividades.
b) gestão do trabalho	As atividades são distribuídas conforme a capacidade de enfrentamento e resolução das demandas, detectada por acompanhamento técnico dos gestores e especialmente do Desembargador. Há fixação de metas periódicas de produtividade. O acompanhamento é diário por produtividade individual e mensal pelo acervo do gabinete.
c) resultados	Os resultados parecem satisfatórios, agora mais com o implemento do trabalhos dos novos servidores lotados na unidade, sobretudo se comparado às demais unidades com atribuições semelhantes.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?
O objetivo é sempre vencer o número de recursos distribuídos e diminuir o número de demandas do acervo.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?
Estimular o aprimoramento técnico do grupo, reconhecer o comprometimento profissional dos servidores, adotar métodos objetivos e simplificadores da atividade e ter critérios bem definidos na contemplação das gratificações, observando sempre a meritocracia.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?
O trabalho remoto e o aproveitamento da possibilidade virtual na totalidade das atividades, posto que não comprometidas no período.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle dos processos pendentes se dá pela aferição dos localizadores virtuais, junto a outros relatores ou órgãos onde constam os processos remetidos, utilizando-se as ferramentas disponíveis nos sistemas GeProc e G4.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50204751020184040000	28/5/2018	Agravo de Instrumento
Processo foi julgado na sessão virtual de 9 a 17/8/2021. Cabe observar que esteve sobrestado desde 19/7/2018 por conta do Tema 987 até 28/7/2021, quando o recurso repetitivo foi cancelado pelo STJ.		
50205158920184040000	28/5/2018	Agravo de Instrumento
Processo foi julgado na sessão virtual de 9 a 17/8/2021. Cabe observar que esteve sobrestado desde 16/7/2018 por conta do Tema 987 até 28/7/2021, quando o recurso repetitivo foi cancelado pelo STJ.		
50263080920184040000	12/7/2018	Agravo de Instrumento
Processo foi julgado na sessão virtual de 9 a 17/8/2021. Cabe observar que esteve sobrestado desde 16/7/2018 por conta do Tema 987 até 28/7/2021, quando o recurso repetitivo foi cancelado pelo STJ. Processo atualmente baixado.		
50262864820184040000	12/7/2018	Agravo de Instrumento
Processo foi julgado na sessão virtual de 9 a 17/8/2021. Cabe observar que esteve sobrestado desde 16/7/2018 por conta do Tema 987 até 28/7/2021, quando o recurso repetitivo foi cancelado pelo STJ. Processo atualmente baixado.		
50507645720174040000	12/9/2017	Agravo de Instrumento
Processo foi julgado na sessão virtual de 9 a 17/8/2021. Cabe observar que esteve sobrestado desde 25/10/2018 por conta do Tema 987 até 28/7/2021, quando o recurso repetitivo foi cancelado pelo STJ. Processo atualmente baixado.		
50048393520184047200	18/10/2018	Apelação/Remessa Necessária
O agravo interno interposto contra decisão da Vice-Presidência (evento 50) acabou prejudicado com a reconsideração da decisão agravada (evento 64). Processo retornou ao gabinete para juízo de retratação em 27/8/2020 e está com voto pronto para ser incluído na sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50053024020104047108	24/10/2011	Apelação Cível
O agravo interno interposto contra decisão da Vice-Presidência (evento 134) acabou prejudicado com a reconsideração da decisão agravada (evento 151). Processo retornou ao gabinete para juízo de retratação em 27/8/2020 e está com voto pronto para ser incluído na sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50518219120194047000	4/8/2020	Apelação Cível
O agravo interno, interposto contra a decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, foi julgado conjuntamente com a apelação, na sessão virtual de 6 a 14/9/2021.		
50009499220174047210	15/1/2018	Apelação Cível

O agravo interno interposto contra decisão da Vice-Presidência (evento 66) acabou prejudicado com a retratação da decisão agravada (evento 71). Processo retornou ao gabinete para juízo de retratação em 1º/9/2020 e está com voto pronto para ser incluído na sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50165527520164047200	15/8/2017	Apelação Cível
O agravo interno interposto contra decisão da Vice-Presidência (evento 70) acabou prejudicado com a retratação da decisão agravada (evento 76). Processo está no gabinete da relatora do acórdão originário (Desembargadora Federal Maria de Fátima Freitas Labarrère) para juízo de retratação.		
50002887220194047104	26/8/2002	Apelação/Remessa Necessária
O agravo interno interposto contra decisão da Vice-Presidência (evento 36) acabou prejudicado com a retratação da decisão agravada (evento 41). Processo retornou ao gabinete para juízo de retratação em 1º/10/2020 e está com voto pronto para ser incluído na sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50124311120194047002	10/3/2020	Apelação/Remessa Necessária
Processo com voto pronto para ser incluído na sessão virtual de 6 a 14/10/2021. Cabe observar que o processo foi julgado ainda em 6/8/2020 e se seguiu discussão sobre nulidade da intimação do acórdão.		
50008836820194047008	14/11/2019	Apelação/Remessa Necessária
Após a parte agravada ser intimada para responder ao agravo legal em 25/8/2021, o processo está com voto pronto, que será incluído na sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50031823420184047208	29/11/2018	Apelação/Remessa Necessária
Agravo legal julgado e provido na sessão virtual de 6 a 14/9/2021, ocasião em que a Turma procedeu a juízo de retratação determinado pela Vice-Presidência.		
50057736720164047004	9/11/2016	Ação Civil de Improbidade Administrativa
Processo da competência da 4ª Turma, de relatoria do Desembargador Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle.		
50193963220154047200	13/7/2017	Ação Civil Pública
Processo de competência da 4ª Turma, de relatoria do Desembargador Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle.		
50035617120154047210	6/10/2017	Ação Civil Pública
Processo da competência da 4ª Turma, de relatoria do Desembargador Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle.		
50128231220144047200	8/8/2017	Ação Civil Pública
Processo de competência da 4ª Turma, de relatoria do Desembargador Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle.		
50072320720124047114	7/2/2018	Ação Civil de Improbidade Administrativa
Processo de competência da 4ª Turma, de relatoria da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha.		
50057570320214040000	12/2/2021	Conflito de Competência (Seção)
Processo incluído na sessão da 1ª Seção de 7/10/2021.		
50065088720214040000	18/2/2021	Conflito de Competência (Seção)

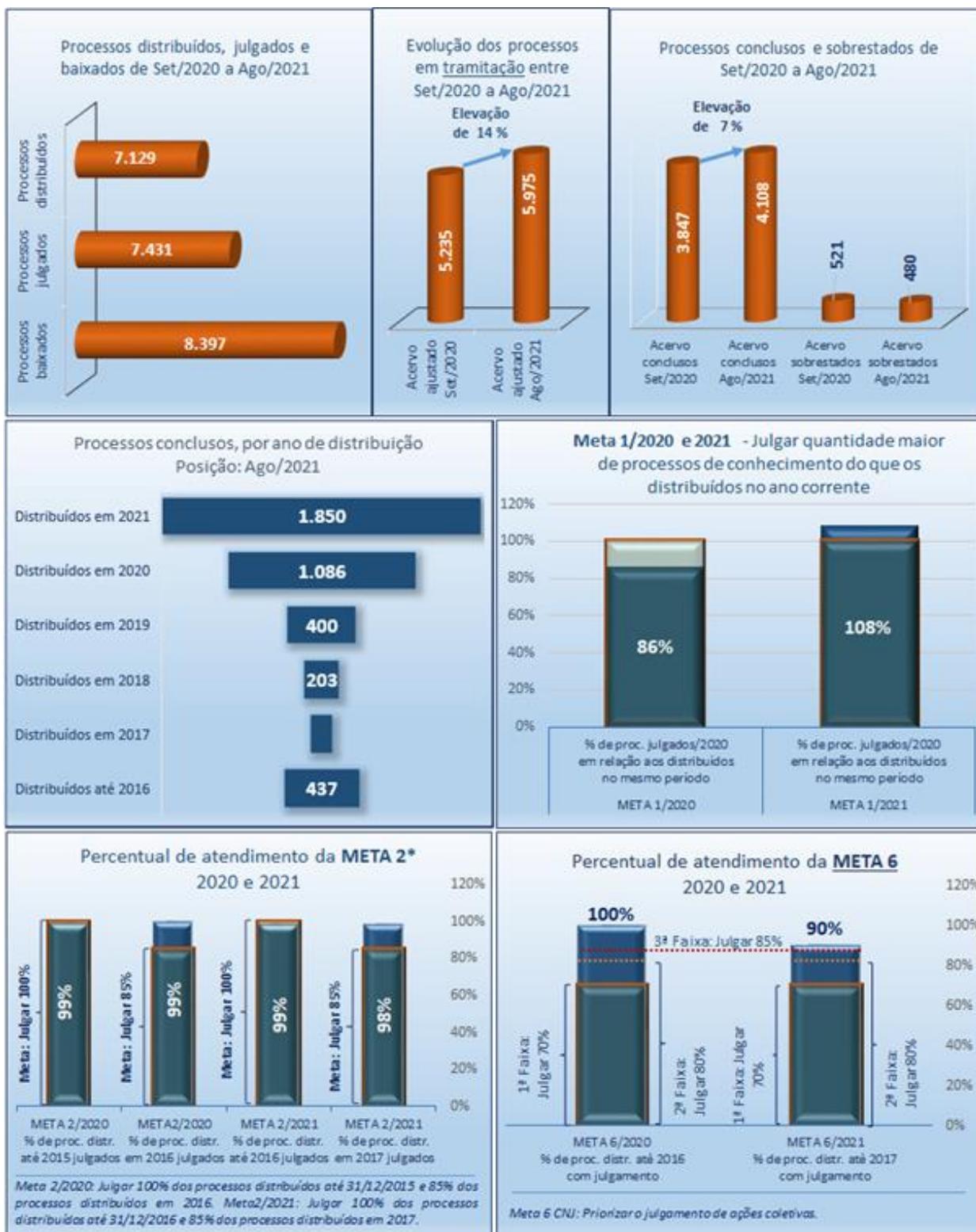
Processo incluído na sessão da 1ª Seção de 7/10/2021.		
50074277620214040000	23/2/2021	Conflito de Competência (Seção)
Processo incluído na sessão da 1ª Seção de 7/10/2021.		
50076130220214040000	24/2/2021	Conflito de Competência (Seção)
Processo pautado para a sessão da 1ª Seção de 7/10/2021.		
50151297320214040000	15/4/2021	Conflito de Competência (Seção)
Processo pautado para a sessão da 1ª Seção de 7/10/2021.		
50010536520184047205	29/8/2019	Apelação Cível
Na sessão virtual de 6 a 14/9/2021, os embargos de declaração foram julgados conjuntamente com agravo interno interposto contra decisão que deferiu tutela provisória. Vale observar que após a interposição dos embargos, em 30/7/2020, houve sucessivas petições relativas à tutela provisória.		
50251873720194047201	29/6/2020	Apelação/Remessa Necessária
Por opção do gabinete, tendo em vista as inúmeras intercorrências dessa matéria, está sendo aguardada eventual modulação de efeitos que venha a ser aplicada pelo STF no Tema n. 985 da Repercussão Geral para aí então serem julgados os embargos de declaração.		
50031975720194047114	30/6/2020	Apelação/Remessa Necessária
Por opção da gestão do gabinete, tendo em vista as inúmeras intercorrências e insegurança jurídica nos processos dessa matéria, os embargos de declaração estão aguardando eventual modulação de efeitos que venha a ser aplicada pelo STF no Tema n. 985 da Repercussão Geral.		
50042644420204047107	21/7/2020	Apelação Cível
Processo com projeto de voto pronto para ser incluído na sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50248516020154047108	6/4/2017	Apelação Cível
Processo com voto pronto para ser incluído na sessão de 6 a 14/10/2021.		
50575508920194047100	28/6/2020	Apelação/Remessa Necessária
Processo com voto pronto para ser incluído na sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50018906420204047201	22/7/2020	Apelação Cível
Embargos de declaração com voto pronto para ser incluído na sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50321592920184040000	21/8/2018	Agravo de Instrumento
Processo foi julgado na sessão virtual de 9 a 17/8/2021. Cabe observar que esteve sobrestado desde 27/8/2018 por conta do Tema 987 até 28/7/2021, quando o recurso repetitivo foi cancelado pelo STJ. Processo atualmente baixado.		
50173286820214040000	29/4/2021	Agravo de Instrumento
Processo julgado na sessão virtual de 9 a 17/8/2021.		
50215801720214040000	26/5/2021	Agravo de Instrumento
Processo foi julgado na sessão virtual de 9 a 17/8/2021. Atualmente está baixado.		
50245906920214040000	15/6/2021	Agravo de Instrumento
Processo foi julgado na sessão virtual de 9 a 17/8/2021. Atualmente está baixado.		

50029974520174047203	15/1/2018	Apelação Cível
Processo aguardando o julgamento do Tema n. 1.008 dos recursos repetitivos. Foi formalmente sobrestado em 6/9/2021.		
50032312420174047107	17/1/2018	Apelação/Remessa Necessária
Processo julgado na sessão virtual de 6 a 14/9/2021. Vale observar que o processo esteve aguardando julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade n. 5035825-72.2017.404.0000, prejudicada apenas com o julgamento do Tema n. 1.048 pelo STF, em 24/2/2021.		
50053072120174047107	22/1/2018	Apelação/Remessa Necessária
Processo julgado na sessão virtual de 6 a 14/9/2021. Vale observar que o processo esteve aguardando julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade n. 5035825-72.2017.404.0000, prejudicada apenas com o julgamento do Tema n. 1.048 pelo STF, em 24/2/2021.		
50319894320174047000	23/1/2018	Apelação Cível
Processo com voto pronto para incluir na sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50098369220174047201	26/1/2018	Apelação/Remessa Necessária
Processo julgado na sessão virtual de 6 a 14/9/2021. Vale observar que o processo esteve aguardando julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade n. 5035825-72.2017.404.0000, prejudicada apenas com o julgamento do Tema n. 1.048 pelo STF, em 24/2/2021.		
50526523820164047100	25/4/2017	Apelação Cível
Interpostos embargos de declaração em 27/1/2020, o processo foi encaminhado ao Gabinete do Desembargador Federal Rômulo Pizzolatti em 26/7/2021, por conta do impedimento do Juiz Alexandre Rossato. Voto pronto para ser incluído na sessão de 6 a 14/10/2021.		
50044595920114047005	5/7/2012	Apelação Cível
O voto está pronto para inclusão na sessão virtual de 6 a 14/10/2021. Vale observar que, desde a notícia do falecimento do embargante, em 26/9/2019, se seguiram sucessivas tentativas de intimação do espólio e dos herdeiros, tendo havido a substituição processual apenas em 10/8/2021.		
50283843720184047200	13/5/2010	Apelação Cível
Processo retornou para juízo de retratação em 20/8/2020 e está com voto pronto para incluir na sessão virtual de 6 a 14/10/2020.		
50014896620194047115	30/1/2008	Apelação Cível
Processo retornou ao gabinete para juízo de retratação em 1º/10/2020 e está com voto pronto para ser incluído na sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50067664420194049999	30/1/2001	Apelação Cível
Processo retornou ao gabinete para juízo de retratação em 1º/10/2020 e está com voto pronto para ser incluído na sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50081622920194047001	13/2/2004	Apelação Cível
Processo retornou para juízo de retratação em 5/6/2020 e foi levado a julgamento na sessão virtual de 5 a 13/10/2020. Interpostos embargos de declaração em 3/11/2020, foram julgados na sessão virtual de 6 a 14/9/2021.		
50501377820124047000	5/3/2013	Apelação/Remessa Necessária

Por opção do gabinete, tendo em vista as inúmeras intercorrências dessa matéria, está sendo aguardada eventual modulação de efeitos que venha a ser aplicada pelo STF no Tema n. 985 da Repercussão Geral para aí então ser analisado o agravo interno pendente.		
50103942320104047100	30/11/2010	Embargos Infringentes
Por opção do gabinete, tendo em vista as inúmeras intercorrências dessa matéria, está sendo aguardada eventual modulação de efeitos que venha a ser aplicada pelo STF no Tema n. 985 da Repercussão Geral para aí então ser feito o juízo de retratação, para o qual retornou o processo em 17/12/2020.		
50066656620134047202	6/5/2014	Apelação Cível
Por opção do gabinete, tendo em vista as inúmeras intercorrências dessa matéria, está sendo aguardada eventual modulação de efeitos que venha a ser aplicada pelo STF no Tema n. 985 da Repercussão Geral para aí então ser feito o juízo de retratação, para o qual retornou o processo em 7/1/2021.		
50207215120204047108	20/11/2007	Apelação Cível
Processo retornou para juízo de retratação em 15/3/2021 e está com projeto de voto pronto para ser incluído na sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50181426320204047001	15/1/2009	Apelação Cível
Por opção do gabinete, tendo em vista as inúmeras intercorrências dessa matéria, está sendo aguardada eventual modulação de efeitos que venha a ser aplicada pelo STF no Tema n. 985 da Repercussão Geral para aí então ser feito o juízo de retratação, para o qual retornou o processo em 30/3/2021.		
50166484820204047201	29/9/2005	Apelação/Remessa Necessária
Processo retornou para juízo de retratação em 6/4/2021 e está com o voto pronto para ser incluído na sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50586842020204047100	17/6/2008	Embargos Infringentes
Foi proferido despacho determinando a remessa ao Gabinete da Desembargadora Federal Maria de Fátima, uma vez que o acórdão a ser retratação foi de relatoria da Desembargadora Federal Luciane Amaral Correa Münch, que a precedeu.		
50058711020194040000	21/3/2013	Cumprimento de Sentença (Seção)
Processo com sucessivos pedidos de suspensão pela exequente. Último ato foi despacho, proferido em 10/8/2021, determinando a expedição de ofício ao Juízo de Direito da Comarca de Sinop/MT solicitando informações sobre penhora do direito em processo que tramita naquele juízo.		
50818107020184047100	16/6/2020	-
O processo teve o julgamento iniciado na sessão virtual de 17/11/2020. Foi incluído na sessão virtual de 17/12/2020 para continuidade do julgamento (art. 942), mas as partes pediram a retirada. O julgamento foi finalizado na sessão telepresencial de 2/9/2021, com juntada do acórdão na mesma data.		
50150452020184047100	18/2/2021	-
O processo teve o julgamento iniciado na sessão virtual de 8 a 15/6/2021 e encerrado na sessão virtual de 29 a 5/8/2021 (art. 942 do CPC), sendo remetido ainda no dia 5/8 ao relator do acórdão, com a juntada do documento em 26/8/2021.		
50095083620154047104	12/3/2021	-

O processo teve o julgamento iniciado na sessão virtual de 8 a 15/6/2021 e encerrado na sessão virtual de 29 a 5/8/2021 (art. 942 do CPC), sendo remetido ainda no dia 5/8 ao relator do acórdão, com a juntada do documento em 26/8/2021.		
50094390420154047104	12/3/2021	-
O processo teve o julgamento iniciado na sessão virtual de 8 a 15/6/2021 e encerrado na sessão virtual de 29 a 5/8/2021 (art. 942 do CPC), sendo remetido ainda no dia 5/8 ao relator do acórdão, com a juntada do documento em 26/8/2021.		
50048148520104047108	26/3/2021	-
O processo teve o julgamento iniciado na sessão virtual de 8 a 15/6/2021 e encerrado na sessão virtual de 29 a 5/8/2021 (art. 942 do CPC), sendo remetido ainda no dia 5/8 ao relator do acórdão, com a juntada do documento em 26/8/2021.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 60 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, todos eram eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Proceder à baixa no sistema:

50095083620154047104

b) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

50501377820124047000

c) Regularizar a fase processual no sistema e promover o andamento: Processo aguardando julgamento do Tema 985/STF

50103942320104047100 | 50066656620134047202 | 50181426320204047001

d) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos aguardando julgamento de Embargos de Declaração há mais de 30 dias):

50251873720194047201 | 50031975720194047114

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Desembargador Federal Rômulo Pizzolatti, via Zoom, e, presencialmente, pela chefe de gabinete, a servidora Eloara Carvalho da Silva, que discorreram acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor:

A unidade está composta atualmente por 16 servidores e 3 estagiários de nível superior, que desempenham, em razão da pandemia Covid-19, suas atividades integralmente por meio de regime de teletrabalho.

O atendimento ao público externo é feito por telefone e por e-mail, durante o horário de expediente dos servidores, de segunda a sexta-feira.

As metas do gabinete são estabelecidas periodicamente conforme critérios de especialização e qualificação dos servidores e, ainda, de acordo com a complexidade das matérias. As demandas de conteúdos mais elaborados são examinadas pelo Desembargador. A produtividade dos servidores é acompanhada pelos gestores da unidade e também pelo Desembargador.

Não obstante o investimento em treinamento e cursos de capacitação para os servidores foi relatada grande dificuldade em se melhorar as metas de produtividade do gabinete em razão da baixa qualificação de grande parte dos servidores da unidade para análise das questões mais complexas.

Como forma de elevar o nível das atividades prestadas para o Tribunal, os entrevistados sugerem uma seleção mais rigorosa e criteriosa para o ingresso no serviço público.

Foi reportada uma insatisfação quanto à metodologia de trabalho a qual leva em consideração somente a produtividade e não a qualidade das decisões.

Registro, de acordo com as informações prestadas pelos entrevistados, que o gabinete passou a receber recentemente, por alteração de competência regimental, a distribuição de processos da 2ª Seção.

Em relação aos pedidos de vista, o desembargador federal costuma fazer os pedidos em seus próprios processos quando há requerimento de advogado para sustentação oral. De acordo com o Desembargador, os pedidos são analisados por ele em no máximo 01 ou 02 dias e já são pautados novamente.

De acordo com os entrevistados, algumas metas não foram cumpridas em sua totalidade uma vez que há um grande número de processos redistribuídos, os quais retornaram dos Tribunais Superiores com data de distribuição muito antigas.

Por fim, foi relatado grande esforço por parte dos servidores para o cumprimento das metas estabelecidas pelo gabinete e também as do CNJ.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 4.081 para 4.108), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 3.847 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 4.108.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 518, na última inspeção, para 391, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que, quanto ao número de embargos de declaração, houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 9 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 1ª Seção, equivale a 12 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 33;
- b) manter as boas práticas de gestão de pessoal de forma que os servidores continuem motivados a alcançar as metas estabelecidas no gabinete;
- c) manter o monitoramento estatístico e as iniciativas planejadas pelo gabinete para atendimento das recomendações da inspeção anterior;

d) priorizar o julgamento dos embargos de declaração conclusos há mais de 30 dias.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA

JUIZ FEDERAL ALEXANDRE ROSSATO DA SILVA ÁVILA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Juiz Federal Convocado Alexandre Rossato da Silva Ávila

2.2 Turma

Segunda Turma - 1ª Seção

2.3 Competência

Regimento Interno TRF 4ª Região: Art. 4º A competência das Seções do Tribunal e das respectivas Turmas é especializada em razão da matéria, considerando a natureza da relação jurídica litigiosa. § 1º À Primeira Seção cabe processar e julgar os feitos de natureza trabalhista, aduaneira e tributária, nesta compreendidos os que disserem respeito a obrigações tributárias acessórias e contribuições sociais, inclusive ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e ao Programa de Integração Social. Cabe-lhe, ainda, processar e julgar os feitos atinentes às execuções da dívida ativa não tributária e processos a elas conexos da União, conselhos de fiscalização profissional e outras autarquias federais; os feitos referentes ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e os relativos à propriedade intelectual em geral, bem como aqueles em que se discute a certificação de entidades beneficentes de assistência social (Cebas).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Juiz Federal Convocado Alexandre Rossato da Silva Ávila

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não se aplica. Não houve remoção.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não se aplica. Não houve convocação de outro magistrado por período superior a 60 dias.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Jair Bernardino Dalla Vecchia, Técnico Judiciário (início da inspeção em 7/9/2021).

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	Atualmente 15 servidores. Em grande parte do período a Unidade funcionou com 7 servidores.
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	4
Outros	Não se aplica.

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)

Total em tramitação**	6.398
Processos suspensos/sobrestados	865
Processos conclusos	3.772
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	6.398
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	5.451
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	3.772
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	4.082
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	865

Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	757
---	-----

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	12
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	2
Reclamações	1
Ações rescisórias	1
Outros	7

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	6.386
Recursos em mandados de segurança coletivos	56
Recursos em ações populares	8
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	2

Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	16
Outros	150

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	6.386
Apelações cíveis	5.081
Agravos de instrumento	1.155
Outros	150

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Não se aplica.
Ações penais	Não se aplica.
Inquéritos	Não se aplica.
Habeas Corpus	Não se aplica.
Revisões criminais	Não se aplica.
Outros	Não se aplica.

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Não se aplica.
Apelações	Não se aplica.
Recursos em Sentido Estrito	Não se aplica.
Recursos em Habeas Corpus	Não se aplica.
Recursos em Mandado de Segurança	Não se aplica.
Embargos infringentes e de nulidade	Não se aplica.
Outros	Não se aplica.

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica.
Apelações	Não se aplica.
Ações penais	Não se aplica.
Inquéritos	Não se aplica.
Habeas Corpus	Não se aplica.
Outros	Não se aplica.

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	865
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	5
Por Recurso Especial	123
Por Recurso Extraordinário	304

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	301
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	219
Agravos legais/regimentais	97
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	83
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	51
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	38

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	27
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	35

4.13 Processos concluídos no gabinete, em maio de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	2.451
Ano anterior	1.199
2º ano anterior	242
3º ano anterior	33
4º ano anterior	23
5º ano anterior ou mais antigo	74

4.14 Processos concluídos no gabinete, em maio de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	2.051
Ano anterior	1.289
2º ano anterior	636
3º ano anterior	47
4º ano anterior	17

5º ano anterior	8
6º ano anterior ou mais antigo	34

4.15 Processos concluídos no gabinete, em maio de 2021, por ano de distribuição	
Ano atual	1.535
Ano anterior	1.179
2º ano anterior	763
3º ano anterior	241
4º ano anterior	11
5º ano anterior	0
6º ano anterior	12
7º ano anterior ou mais antigo	31

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	0
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	7.372
Total de Processos julgados	7.225
Total de Processos baixados	8.055
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	147
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-683

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	58
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	81
Total de feitos não regularizados	1 (um) processo: 5045040-44.2019.4.04.7100 - Pauta prevista para novembro/2021.

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	7.239
Processos julgados no ano anterior	6.065
Processos distribuídos no ano corrente	4.846
Processos julgados no ano corrente	5.127

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	221
Pendentes em 31/12/2020	15
Porcentagem de atendimento da meta	93,21%

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	411
Pendentes em 31/12/2020	11
Porcentagem de atendimento da meta	97,32%

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	420
Pendentes no último dia do mês anterior	4
Porcentagem de atendimento da meta	99,05%

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.919
Pendentes no último dia do mês anterior	2
Porcentagem de atendimento da meta	99,9%

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	99,99%

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.

Taxa de congestionamento em 2020	48,26%
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	Não se aplica.

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2
Pendentes em 31/12/2020	1. *Na data atual, não existem processos pendentes de pauta na Meta 6.
Porcentagem de atendimento da meta	50%

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	8
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica.
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica.

Processos julgados no ano anterior	Não se aplica.
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica.
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica.
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica.

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.
Pendentes em 31/12/2020	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Não se aplica.

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (Informar o número de processos pendentes por assunto)

3424 - Usurpação de águas	Segundo a Assessoria de Planejamento e Gestão da Presidência do TRF4, o item 5.15 pode ser respondido apenas pelo fornecimento de seu quantitativo global, da forma que segue: 114 processos distribuídos e não julgados até 31/12/2020. Pendentes: 70. Porcentagem de atendimento da meta: 38,60. OBS.: Nesta data (22/9/2021) constam na plataforma G4 apenas x processos remanescentes da Meta 12.
---------------------------	---

3429 - Alteração de local especialmente protegido	Vide item 3424.
3619 - Crimes contra a Fauna	Vide item 3424.
3621 - Da Poluição	Vide item 3424.
3622 - Agrotóxicos	Vide item 3424.
3623 - Atividades Nucleares	Vide item 3424.
3624 - Caça	Vide item 3424.
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	Vide item 3424.
3627 - Pesca	Vide item 3424.
3651 - Crimes Agrários	Vide item 3424.
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	Vide item 3424.
9583 - Arrendamento Rural	Vide item 3424.
10016 - Inspeção Fitossanitária	Vide item 3424.
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	Vide item 3424.
10085 - Água e/ou Esgoto	Vide item 3424.
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	Vide item 3424.
10091 - Terreno de Marinha	Vide item 3424.
10094 - Terras Indígenas	Vide item 3424.
10095 - Águas Públicas	Vide item 3424.
10102 - Terras Indígenas	Vide item 3424.
10103 - Terreno Aldeado	Vide item 3424.
10104 - Restituição de área - FUNAI	Vide item 3424.
10105 - Demarcação	Vide item 3424.
10106 - Recursos Minerais	Vide item 3424.
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	Vide item 3424.
10110 - Meio Ambiente	Vide item 3424.
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	Vide item 3424.
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	Vide item 3424.
10113 - Flora	Vide item 3424.
10114 - Fauna	Vide item 3424.
10115 - Transgênicos	Vide item 3424.
10116 - Agrotóxicos	Vide item 3424.

10118 - Unidade de Conservação da Natureza	Vide item 3424.
10119 - Gestão de Florestas Públicas	Vide item 3424.
10396 - Ambiental	Vide item 3424.
10397 - Sanitárias	Vide item 3424.
10438 - Dano Ambiental	Vide item 3424.
10986 - Crime contra a administração ambiental	Vide item 3424.
11822 - Mineração	Vide item 3424.
11823 - Reserva legal	Vide item 3424.
11824 - Recursos Hídricos	Vide item 3424.
11825 - Poluição	Vide item 3424.
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	Vide item 3424.
11827 - Zona Costeira	Vide item 3424.
11828 - Área de Preservação Permanente	Vide item 3424.
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	Vide item 3424.
11830 - Patrimônio Cultural	Vide item 3424.
11836 - Parcelamento do Solo	Vide item 3424.
11841 - Política Agrícola	Vide item 3424.
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Vide item 3424.
11862 - Saneamento	Vide item 3424.
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	Vide item 3424.
9994 - Indenização por dano ambiental	Vide item 3424.

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim, as seguintes: a) Manter as metas em relação à diminuição do acervo, principalmente em relação ao julgamento dos feitos mais antigos constantes das Metas do CNJ, por ordem de antiguidade na distribuição; b) Priorizar o julgamento de embargos de declaração e agravos internos/regimentais com conclusão superior a 30 dias; c) Priorizar o julgamento dos processos com tutela provisória concedida pelo relator, por decisão monocrática, há mais de 90 dias; d) Julgar em 60 dias os processos ns. 50020669120164047101, 50000207820164047118 (relator para acórdão); e) Julgar em 60 dias o processo de outro Gabinete ante o pedido de vista requerido pelo Desembargador (feito n. 50464950920164040000); e f) Com relação aos processos

que se encontram com pedido de vista há mais de 4 meses (abril de 2019), aplicar o disposto no artigo 940, parágrafo 1º, do CPC, na hipótese de não serem levados a julgamento pelo Vistor no prazo de 60 dias.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Considerando que a Unidade tem pendente atualmente (22/9/2021) apenas 8 (oito) processos da Meta 2, todos eles, no entanto, minutados e pautados, entendemos cumprida a recomendação; Obs.: a M12 não consta do relatório da Inspeção anterior, mas está sendo devidamente priorizada; b) Recomendação de Priorização cumprida; c) Recomendação de Priorização cumprida; d) Recomendação cumprida; e) Recomendação cumprida; e f) Recomendação cumprida.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Todas as recomendações foram atendidas. Quanto aos processos das metas do CNJ, vide resposta do item 7.1. Da mesma forma, a Unidade prioriza, na medida do possível, o julgamento dos embargos de declaração e dos feitos com liminares concedidas. A Unidade, ainda, compatibiliza o julgamento de processos novos (Meta 1 CNJ) com processos distribuídos nos anos anteriores, mas que não estão contemplados nas metas do CNJ. Há uma preocupação e monitoramento constante para viabilizar o cumprimento de todas as metas e a redução permanente do acervo.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Consideramos cumpridas as metas relativas ao ano anterior, já que os 8 (oito) processos da Meta 2 atualmente constantes do sistema G4 já estão minutados e pautados). A Unidade organizou-se e mantém vigilância constante sobre os processos que ingressam nas estatísticas relativas às metas do CNJ (que variam constantemente em face do retorno de processos dos tribunais superiores, e da Vice-Presidência para retratação).

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

BOAS PRÁTICAS: formação de miniequipes especializadas eleva a qualidade da análise dos processos. A concentração da revisão de todas as Liminares e dos processos complexos e sem jurisprudência consolidada na pessoa do Magistrado garante a uniformização e qualidade da prestação jurisdicional. A concentração das atividades dos estagiários nos processos de massa, coordenados pelo Chefe de

Gabinete, colabora de forma significativa na produtividade da Unidade. DIFICULDADES: A carência de servidores alimenta uma política "autofágica" de cooptação de servidores, impedindo estratégias duradouras nas Unidades. Também não é adequada a existência de gabinetes com a mesma competência e carga de trabalho, mas com estrutura reduzida. É importante referir que este gabinete não tem a mesma estrutura de um gabinete normal do TRF 4ª Região (não tem à disposição a CJ3 (Assessoria), a FC6 (Assessor Ajunto) e também dispõe apenas de uma FC5 (demais gabinetes têm duas), mas tem igual carga de trabalho.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Jair Bernardino Dalla Vecchia, Chefe de Gabinete

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Todos os servidores e estagiários atuam na atividade-fim. O Chefe de Gabinete, com o auxílio de um outro servidor, ocupa-se, também, mas não exclusivamente, das atividades administrativas da Unidade. A distribuição de atividades entre os servidores obedece o critério de especialização/qualificação para a análise do processo, bem como a complexidade. A regra geral é a especialização, observando-se, na medida do possível, a equalização da carga de trabalho. Estagiários são uma força de trabalho importante na Unidade, na medida em que, supervisionados pelo Chefe de Gabinete, colaboram minutando processos cujo entendimento se encontra uniformizado na Turma e nas Cortes superiores. A Assessora se encarrega da revisão de todas as minutas dos processos pautados para julgamento.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

O teletrabalho tornou-se compulsório desde março de 2020, por força da Pandemia do Coronavírus (COVID-19). O retorno parcial às atividades presenciais está permitido e está sendo avaliada pela Unidade, que deverá considerar, dentre outros fatores, a existência de cinco servidores residentes em outros Estados da Federação (Bahia, Espírito Santo, Pernambuco e Santa Catarina). O trabalho à distância não tem prejudicado as audiências dos procuradores das partes, que se comunicam com a assessoria e com o magistrado via plataforma Zoom e por telefone. Da mesma forma, as sessões de julgamento ocorrem normalmente e as sustentações orais são feitas, sempre que requeridas, à distância.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Integral. Isso impede a convivência entre os servidores/juiz. Nas sessões virtuais de julgamento não há interação pessoal e direta entre todos os envolvidos. O teletrabalho desmaterializa a figura do juiz e fragiliza as relações interpessoais.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Considerando que todos estão em teletrabalho em decorrência da pandemia, não há determinação de cotas em face do teletrabalho. Há, sim, monitoramento da produção individual e coletiva tendente ao cumprimento do objetivo de redução permanente de acervo e priorização dos processos das Metas do CNJ.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

A produção de cada servidor é anotada em planilha. O controle é feito por sessão (mensal). Apresentando desempenho deficitário, o servidor é chamado a justificar eventuais intercorrências externas e/ou pessoais, ou até mesmo dificuldades em relação ao trabalho que vem realizando, oportunidade em que é instado a organizar-se de modo a melhorar sua performance e apresentar resultado compatível com as metas propostas. A questão será tratada com maior detalhamento do Plano de Gestão a ser viabilizado na Unidade.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não se aplica. Não existem processos físicos na Unidade.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Não existem armários para processos na Unidade, uma vez que não existem processos físicos. A Unidade organizou o acervo em localizadores conforme a matéria tratada (Ex.: agravos, execuções fiscais, matéria aduaneira, etc...), com sublocalizadores dentro de cada matéria (Ex.: na matéria aduaneira, existem localizadores para perdimento de veículos, perdimento de outras mercadorias, classificação fiscal na importações, etc). Há também localizadores para as assinaturas diárias das minutas de decisões e despachos pelo magistrado, bem como localizadores para processos minutados pelos servidores a serem pautados. Há, ainda, localizadores específicos para embargos de declaração, conforme a matéria tratada.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle do acervo é feito de forma permanente pela chefia, por meio dos localizadores do sistema eproc e pela plataforma G4, que permite a verificação de processos com prioridade legal, metas, etc. Processos urgentes são automaticamente direcionados pelo sistema eproc a um localizador do próprio sistema e imediatamente verificado pelo servidor destacado para análise das liminares. Os embargos de declaração também são automaticamente direcionados pelo sistema eproc a um determinado localizador, controlado pela chefia, que procede à redistribuição aos servidores encarregados da respectiva matéria. Os processos julgados são movimentados e controlados diretamente pela chefia logo após as sessões de julgamento. O acervo, como um todo, é permanentemente monitorado pela chefia.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

A equipe, na atual composição, é composta, majoritariamente, por servidores do último concurso (5 servidores) e servidores que vieram relotados de outros gabinetes, em face da movimentação de pessoal decorrentes da assunção da Administração do TRF4ª pelos atuais gestores. Em face do estágio em que se encontra a equipe, no sentido de sua formação e consolidação de rotinas, ainda não foi possível estabelecer com segurança metas individuais de produtividade, o que deverá acontecer no decorrer do semestre. Há meta coletiva, no sentido de julgar quantidade de processos superior ao número distribuído, objetivando à redução do acervo, bem como de priorização de processos relativos às metas do CNJ, com prioridade legal, com embargos de declaração e liminares deferidas.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Conforme referido na resposta ao "item 15", considerando o estágio inicial de formação da equipe, ainda não foi possível estabelecer política de recompensas vinculadas às metas, conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Os feitos relativos às metas do CNJ são minutados com prioridade no Gabinete. Na medida do possível, os feitos com prioridade legal, especialmente de partes com doença grave e mais idosos, também são priorizados.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Apenas em processos em que a solução é permitida, na forma do art. 932, III e IV, do CPC. Tal prática, no entanto, está sendo repensada, uma vez que não se mostra efetiva em face da quantidade maior de recursos posteriores que propicia (embargos de declaração da decisão monocrática, Agravo Interno, embargos de declaração em face do acórdão proferido no Agravo Interno, etc).

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

O acervo de modelos está em construção. Os posicionamentos do magistrado sobre determinada matéria é lançada no sistema eproc (minutas/modelo). A partir de tais textos, são confeccionados modelos (Preferências) a partir de textos padrões, por matéria. A unidade também mantém, nos mesmos moldes, resenhas de entendimentos relativamente às matérias analisadas em cada equipe.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A capacitação interna é contínua, nos casos concretos resolvidos, a partir do feedback do magistrado e da assessoria. A capacitação institucional (cursos, seminários, etc) é

modelada pelo setor de Recursos Humanos, mediante consulta prévia aos gabinetes acerca das necessidades vislumbradas.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle dos sobrestamentos é feito pela chefia, a partir de informações colhidas nos sites do STF e do STJ. Há, ainda, um serviço da Vice-Presidência de alerta aos gabinetes acerca da afetação de matérias a julgamento pela sistemática dos temas repetitivos e de repercussão geral. Na Unidade, os sobrestamentos dos processos novos são feitos ainda por ocasião da triagem e, nos processos em curso, pela verificação do assunto por localizadores. O levantamento do sobrestamento, após a resolução do respectivo tema pelas Cortes superiores, se dá por meio da inclusão do processo em pauta para julgamento. Na Unidade encontram-se sobrestados processos relativos aos seguintes Temas: 985/STF (aguardando modulação requerida nos eds interpostos) -1.008/STJ - 1.041/STJ - 1079/STJ - 1093/STJ - 962/STJ - 981/STJ - 997/STJ, dentre outros.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não há número significativo de processos, na área de competência da 1ª Seção, elegíveis à Conciliação, dada a compulsoriedade da cobrança dos tributos.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não, não recebeu nenhum auxílio.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Com raríssimas exceções, na sessão de julgamento subsequente.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Por meio do sítio do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, há compartilhamento prévio de acesso aos votos, em tempo razoável (em torno de dez dias).

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

É dado acesso às minutas de votos com antecedência (geralmente dez dias) aos demais órgãos julgadores e ao Ministério Público para apontamentos e eventuais divergências e/ou pedidos de vista. Ao final do período os resultados são lançados. Há a possibilidade de o advogado requerer a retirada do processo da pauta de julgamento virtual e inclusão na sessão telepresencial, o que geralmente é deferido. Tal regramento é dado pelas seguintes normativas internas: - Resolução TRF4 n. 18/2020,

alterada pelas Resoluções TRF4 ns 21/2020 e 22/2020, que dispõe sobre o Plantão Extraordinário e outras medidas temporárias e emergenciais no âmbito da 4ª Região; - Resolução TRF4 n. 47/2019, alterada pela Resolução TRF4 n. 23/2020, que dispõe sobre as sessões virtuais judiciais nos Órgãos Colegiados da 4ª Região; - Instrução Normativa Conjunta TRF4 n. 1/2020, que explicita rotinas e procedimentos das sessões virtuais nos Órgãos Colegiados da 4ª Região.

28. A unidade possui plano de gestão?

Ainda não, pois a equipe foi formada recentemente e se encontra no estágio inicial de conhecimento e interação. O Plano de Gestão para o biênio 2022/2023 será elaborado até o final do ano de 2021.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A unidade encontra-se plenamente atendida em relação a recursos materiais. Recursos Humanos: a unidade foi contemplada com a lotação de mais servidores recentemente, estando satisfeita quanto ao ponto, embora haja preocupação com a notícia da saída de dois servidores a qualquer momento, que pretendem assumir outros cargos públicos. Por outro lado, como referido no "item 8.1", o Gabinete não tem a mesma estrutura de um Gabinete normal do TRF 4ª Região (não tem à disposição a CJ3 (Assessoria), a FC6 (Assessor Ajunto) e também dispõe apenas de uma FC5 (demais gabinetes têm duas). Mas tem igual carga de trabalho.
b) gestão do trabalho	Não há maiores dificuldades na gestão do trabalho. A peculiaridade da unidade refere-se ao fato da inexperiência de parte dos servidores e, também, do tempo necessário de interação entre seus integrantes para a consolidação de rotinas e entendimentos.
c) resultados	Os resultados das medidas que vem sendo implementadas recentemente já se fazem perceber na redução do acervo de processos e na simplificação das rotinas de trabalho. Há expectativa de significativa melhora quantos aos resultados em face das medidas de gestão que vem sendo implementadas na Unidade.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

- Manutenção/aceleração da redução do acervo; - Julgamento de todos os processos incluídos nas metas do CNJ no período; - Manutenção e incentivo ao bom ambiente de trabalho, ainda que virtual.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

- Instituição de Plano de Gestão da Unidade para o biênio 2022/2023; - Consolidação do acervo de modelos da Unidade; - Consolidação das iniciativas em curso relativas a estratégias no processamento e análise dos feitos; - Consolidação e formalização de sistema de metas individuais e coletivas e correspondente política de recompensas.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O atendimento aos advogados via zoom.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Por meio da plataforma G4, pois permite o cruzamento de vários dados, não só da ausência de movimentação dos processos, mas, também, da matéria tratada nos processos eventualmente sem movimentação (doença grave, processos com preferências legais, etc). Além de ferramentas disponibilizadas pelo G4 e pelo próprio eproc, há, na Unidade, orientação clara, internalizada pelos servidores, acerca de cuidados adicionais a serem dispensados a processos elegíveis como prioritários.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50053341420194040000	14/2/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 17 a 24/8/2021. Aguarda decurso de prazo após intimação das partes.		
50450946720194040000	25/10/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 17 a 24/8/2021. Processo pautado para a sessão virtual de 6/10 a 14/10 para julgamento dos embargos de declaração.		
50051424720204040000	11/2/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão virtual de 6 a 14/10/2021		
50104454220204040000	16/3/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 8 a 15/9/2021.		
50112291920204040000	19/3/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50226306020174047100	17/1/2018	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 17 a 24/8/2021. Aguarda decurso de prazo após intimação das partes.		
50117486420164047200	21/3/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Noticiado o óbito da parte autora. Processo foi suspenso e determinada a intimação dos interessados para regularização processual. Aguarda decurso de prazo para nova conclusão e julgamento (do mérito e/ou extinção do processo).		
50048012020184047104	315/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo concluso em 5/7/20219. Processo pautado para a sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50105309020194047201	6/8/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado em 23/8/2019. Sobrestamento levantado em 12/12/2019. Processo pautado para a sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50139358620184047002	17/7/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com agravo interno contra decisão que indeferiu pedido de efeito suspensivo à apelação. Intimada, a parte agravada não se manifestou. Processo pautado para a sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50505664920194040000	2/12/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo resolvido por decisão monocrática e, posteriormente, julgado o Agravo Interno na sessão virtual de 8 a 15/9/2021.		
50187605920204040000	15/5/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 8 a 15/9/2021.		
50010083320194047203	16/7/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Agravo interno contra decisão que indeferiu pedido de liminar. Processo pautado para a sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50298994220194040000	12/7/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo aguardando decurso de prazo concedido à União em face de agravo interno interposto contra decisão que não acolheu pedido de prevenção do presente agravo com feito diverso de relatoria da Desembargadora Federal Maria de Fátima Freitas Labarrere.		
50145467520144047003	1º/3/2017	Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Este processo é da relatoria da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão caminha (matéria administrativa, da 2ª Seção).		
50158319820174047100	14/12/2017	Ação Civil Pública do Código de Defesa do Consumidor
Observação/Providência: Este processo é da relatoria da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha (matéria administrativa - 2ª Seção).		
50077188820134047200	16/1/2018	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Este processo é da relatoria da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha. Matéria administrativa, 2ª Seção.		
50003766320174047207	26/1/2018	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo de relatoria da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha, encontrando-se naquele Gabinete.		

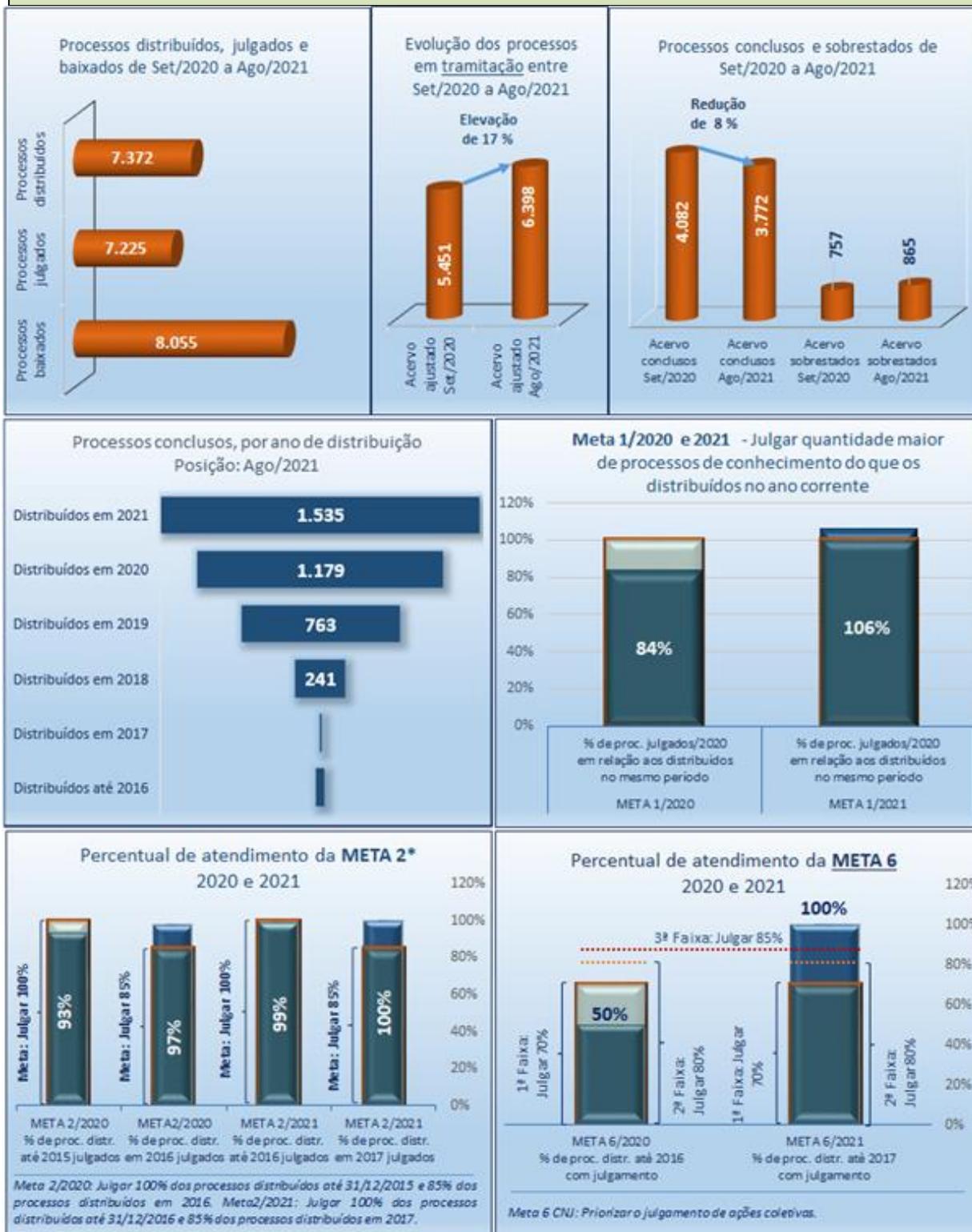
50058124920164047009	15/2/2018	Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Este processo está distribuído para a Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha, sendo da competência administrativa (2ª Seção).		
50403295320194040000	23/9/2019	Reclamação (Turma)
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50006957920214040000	13/1/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação com embargos de declaração decididos monocraticamente em 14/9/2021, com determinação de baixa do processo. Processo remetido à Secretaria aguardando decurso de prazo.		
50265811720204040000	19/6/2020	Mandado de Segurança (Turma)
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50406320420184040000	24/10/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito transitou em julgado em 1º/9/2021.		
50259944020174047100	25/2/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão virtual de 6 a 14/10 para julgamento dos embargos de declaração.		
50191123820174047205	7/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados na sessão de 8 a 15/9/2021. Aguarda decurso de prazo após intimação das partes.		
50270764820184047108	10/7/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo remetido para a Desembargadora Maria de Fátima Freitas Labarerre, relatora para o acórdão, em 15/2/2021, para julgamento dos Embargos de Declaração.		
50144638320194047100	24/2/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão virtual de 6 a 14/10, para julgamento dos embargos de declaração.		
50028995320184047000	29/8/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 8 a 15/9/2021. Encontra-se na Secretaria aguardando decurso de prazo após intimação das partes.		
50350235520194047000	10/1/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50343959120184047100	21/9/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados na sessão virtual de 8 a 15/9/2021.		
50107225820204040000	17/3/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão virtual de 6 a 14/10 de 2021.		
50143254220204040000	17/4/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 17 a 24/8/2021. Aguarda decurso de prazo após a intimação das partes.		

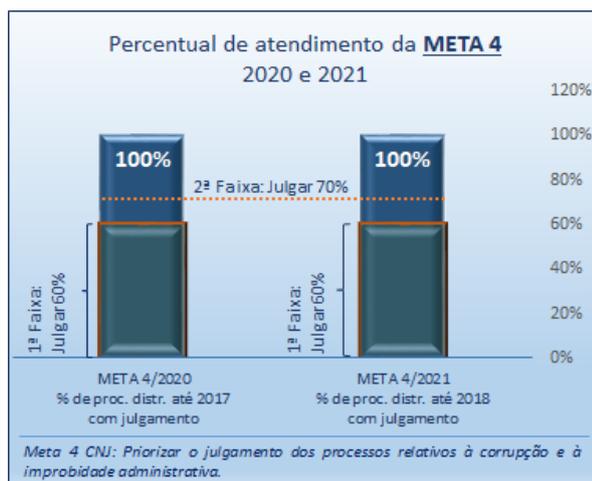
50168145220204040000	5/5/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 17 a 24/8/2021. Processo pautado para a sessão virtual de 6 a 14/10/2021 para julgamento dos embargos de declaração.		
50421964720204040000	3/9/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50209249420204040000	26/5/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo de instrumento julgado na sessão virtual de 8 a 15/9/2021. Aguarda decurso de prazo após intimação das partes.		
50578048520204040000	7/12/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50290346420164047100	15/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50085094920164047201	15/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 8 a 15/09/2021. Aguarda decurso de prazo após intimação das partes.		
50354895420164047000	22/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50001391920184047102	23/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado na sessão virtual de 8 a 15 de setembro de 2021.		
50051843820174047005	3/4/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 8 a 15/9/2021. Aguarda decurso de prazo após intimação das partes.		
50065249020174047110	20/4/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo levado a julgamento na sessão virtual de 8 a 15/9/2021, o julgamento foi sobrestado, nos termos do art. 942 do CPC/2015. Processo pautado para a sessão de 7/10/2021 da Turma estendida (art. 942 CPC).		
50011635620124047211	23/7/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 8 a 15/9/2021. Encontra-se na Secretaria para intimação.		
50021671620164047203	3/11/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão telepresencial de 13/9/2021. Intimadas as partes, aguarda decurso de prazo.		
50008374720174047009	21/2/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo havia sido pautado para a sessão virtual de 8 a 15/9/2021. Advogado requereu julgamento telepresencial, razão pela qual foi retirado da pauta da sessão virtual e incluído na sessão telepresencial de 26/10/2021.		
50027834320164047121	20/3/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído ao Gabinete por força do Assento Regimental 18/2018. Processo julgado na sessão virtual de 8 a 15/9/2021 e remetidos para Secretaria para intimação.		

50039816320164047203	4/8/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 8 a 15/9/2021. Aguarda decurso de prazo após intimação das partes.		
50520070720154040000	14/12/2015	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo veio equivocadamente para a Turma para retratação. Processo devolvido para a Vice-Presidência por despacho em 26/8/2021.		
50352311120114047100	27/9/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo retornou para retratação. Processo pautado para sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50158079820154040000	4/5/2015	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo retornou para retratação. Processo pautado para a sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50085730420124047200	17/10/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo retornou para juízo de retratação. Pautado e julgado na sessão virtual de 8 a 15/9/2021.		
50087116620194049999	1º/2/2007	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo retornou para juízo de retratação. Pautado para sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50084751920124047200	26/7/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 8 a 15/9/2021. Aguarda decurso de prazo após intimação das partes.		
50026637920114047119	26/4/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo retornou ao Gabinete para juízo de retratação. Processo julgado na sessão virtual de 8 a 15/9/2021. Encontra-se na secretaria para intimação.		
50032333220194047201	20/8/2004	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo retornado do STJ e concluso ao Gabinete para novo exame. Processo pautado para a sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50054038620194047100	13/11/2003	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo retornou para juízo de retratação. Foi pautado para a sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50000792420104047103	5/11/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 26/6/2011. Retornou p/ retratação. Pautado para sessão virtual de 6 a 14/10/2021.		
50174538620204047108	18/10/2002	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo em que houve declaração de impedimento, tendo redistribuído ao Gabinete do Desembargador Federal Rômulo Pizzolatti em 2/9/2021.		
50157814320204047205	12/7/2004	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 8 a 15/9/2021.		
50636503520204047000	23/11/2006	Apelação Cível

Observação/Providência: Processo veio ao Gabinete para retratação em 17/5/2021. Retratação julgada na sessão virtual de 8 a 15/9/2021.		
50149396620204047107	26/4/2004	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo foi julgado na sessão virtual de 18 a 25/5/2021. Foram opostos embargos de declaração. Processo pautado para a sessão virtual de 6 a 14/10/2021, para julgamento dos embargos de declaração.		
50449613620174047100	7/1/2019	-
Observação/Providência: Após o julgamento, o processo foi remetido para a relatora para o acórdão, que redigiu o acórdão e enviou à Secretaria em 9/9/2021.		
50588951620204040000	12/12/2020	-
Observação/Providência: Após indeferimento da liminar e juntada das contrarrazões de agravo, em 28/5/2021 o processo foi remetido para o Gabinete Desembargador Federal Rogerio Favreto para análise de prevenção. Não tendo sido aceita a prevenção, o processo retornou em 18/6/2021. Aguarda pauta de julgamento.		
50620247820204047000	18/6/2021	-
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 13 a 20/7/2021, aguardando decurso de prazo após intimação das partes.		
50056983720164047001	27/6/2018	-
Observação/Providência: Processo teve julgamento ultimado na sessão virtual de 29/7/2021 a 5/8/2021 e a Desembargadora Relatora para o acórdão remeteu o feito para Secretaria para intimação das partes em 17/9/2021.		
50024734620164047215	20/7/2017	-
Observação/Providência: Processo cuja relatoria do acórdão coube à Desembargadora Maria de Fátima Freitas Labarrere. Embargos de declaração julgados na sessão virtual de 3 a 10/8/2021. Intimadas as partes, aguarda decurso de prazo.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 62 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, todos eram eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema:

50209249420204040000	50157814320204047205
----------------------	----------------------

Não há outras recomendações a serem feitas.

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Juiz Federal convocado, Alexandre Rossato da Silva Ávila, e pelo Chefe de Gabinete, o servidor Jair Bernardino Dalla Vecchia, que discorreram acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor:

A unidade está composta atualmente por 15 servidores e 4 estagiários de nível superior, que desempenham, em razão da pandemia Covid-19, suas atividades integralmente por meio de regime de teletrabalho.

O atendimento ao público externo é feito por e-mail, pelo Zoom e, presencialmente, caso se faça necessário.

As metas do gabinete são estabelecidas conforme critérios de especialização e qualificação dos servidores e, ainda, de acordo com a complexidade das matérias.

De acordo com os entrevistados, os estagiários de nível superior desempenham um trabalho de qualidade que em muito contribui com a produtividade do setor.

O chefe de gabinete foi lotado há cerca de seis meses, e, considerando suas competências, está conseguindo organizar e atualizar o acervo da unidade em estrita observância às metas de produtividade do CNJ.

Os entrevistados informaram que é feito um monitoramento periódico da produção individual e coletiva dos servidores, e, que o controle estatístico dos processos do gabinete é realizado pelo G4, considerada uma ferramenta muito útil, pois permite a verificação de processos com prioridade legal, metas, etc.

Os entrevistados informaram que não há no gabinete processos pendentes da Meta 2, tampouco pendências correspondentes às Metas 4 e 6 do CNJ. Quanto à meta 12, alegaram que, dos 28 processos pendentes, todos estão com previsão de julgamento para o ano de 2021.

No que diz respeito à Meta 1 do CNJ, o gabinete apresenta 123% de cumprimento.

Ainda em relação às metas do CNJ, informaram que o gabinete atualmente tem o menor acervo de processos pendentes para análise na 1ª Seção (matéria tributária), com 3.558 processos conclusos, e, de igual forma, o menor acervo de embargos de declaração pendentes, perfazendo um total de 427 embargos.

Os entrevistados relataram grande dificuldade na dinâmica de distribuição de metas para os servidores posto que muitos têm baixa qualificação para a solução de demandas mais complexas. Foi destacado um servidor para trabalhar com os processos mais antigos do gabinete, em atenção ao cumprimento dos prazos para as metas prioritárias.

Para os entrevistados o eproc deveria ter um sistema de “auto-destaque” para os casos de maior complexidade, bem como para aqueles que não são comuns, de forma a permitir maior fluidez para o usuário que estiver revisando os votos.

O Juiz Federal Convocado tem evitado decidir monocraticamente a fim de diminuir a possibilidade de repetidas interposições de embargos declaratórios e agravos internos.

Os entrevistados ressaltaram que o gabinete não tem a mesma estrutura de pessoal de um gabinete de desembargador do TRF 4ª Região (não tem à disposição a CJ3 - Assessoria nem a FC6 - Assessor Ajunto), dispõe apenas de uma FC5 (demais gabinetes têm duas), mas tem igual carga de trabalho.

Relataram como dificuldade o retrabalho com as sucessivas retratações, em face da tardia modulação de efeitos e/ou embargos de declaração nas matérias objeto de repercussão geral e/ou repetitivos pelas Cortes Superiores (Ex.: Tema 32/STF, que ocasionou a necessidade de retratar a própria retratação; Tema 69/STF, com modulação tardia, obrigando a retratação de processos anteriormente já retratados).

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 3.984 para 3.772), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 4.082 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 3.772. Atualmente (mês de outubro) o acervo de processos conclusos do gabinete é de 2.963.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 386, na última inspeção, para 301, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 13 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 1ª Seção, equivale a 12 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção. (Importante registrar que o Juiz Federal Convocado passou a integrar a 1ª Seção a partir de julho de 2021).

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 33;
- b) manter as boas práticas de gestão de pessoal de forma que os servidores continuem motivados a alcançar as metas estabelecidas no gabinete;
- c) manter o monitoramento estatístico e as iniciativas planejadas pelo gabinete para atendimento das recomendações da inspeção anterior;
- d) priorizar o julgamento dos embargos de declaração conclusos há mais de 30 dias;
- e) priorizar o julgamento dos processos com tutela provisória concedida pelo relator há mais de 90 dias.

GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FAVRETO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Rogerio Favreto

2.2 Turma

3ª Turma, 2ª Seção

2.3 Competência

Processar e julgar os feitos de natureza administrativa, civil e comercial, bem como os demais feitos não incluídos na competência das Primeira, Terceira e Quarta Seções.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Rogerio Favreto.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não se aplica.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Gustavo Fogliatto Mariot - Chefe de Gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	19
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0

Estagiários de nível superior	4
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)

Total em tramitação**	4.049
Processos suspensos/sobrestados	620
Processos conclusos	2.804
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	72
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	4.049
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	8.466
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	2.804
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	5.858
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	620
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	710

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	74
Mandados de segurança	3
IRDR	0

IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	4
Reclamações	2
Ações rescisórias	37
Outros	28

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

Total de feitos recursais cíveis	3.975
Recursos em mandados de segurança coletivos	6
Recursos em ações populares	9
Recursos em ações de improbidade administrativa	57
Recursos em ações civis públicas	184
Recursos em ações de desapropriação	51
Recursos em ações com preferência legal	60
Outros	3.668

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

Total de feitos	3.975
Apelações cíveis	2.181
Agravos de instrumento	1.713
Outros	81

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0

Outros	0
--------	---

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	620
Por IRDR	49
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	2
Por Recurso Especial	19
Por Recurso Extraordinário	148

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	364
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	234
Agravos legais/regimentais	149
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	97
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	108
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	101

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	265
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	58

4.13 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	2.284
Ano anterior	1.763
2º ano anterior	371
3º ano anterior	56
4º ano anterior	108
5º ano anterior ou mais antigo	160

4.14 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	3.440
Ano anterior	489
2º ano anterior	470
3º ano anterior	265
4º ano anterior	65
5º ano anterior	19
6º ano anterior ou mais antigo	18

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição	
Ano atual	1.367

Ano anterior	489
2º ano anterior	470
3º ano anterior	265
4º ano anterior	65
5º ano anterior	19
6º ano anterior	18
7º ano anterior ou mais antigo	111

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	11
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	8

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de Processos distribuídos	4.295
Total de Processos julgados	5.102
Total de Processos baixados	9.499
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-807
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-5.204

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	90
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	83
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	6.760
Processos julgados no ano anterior	9.023
Processos distribuídos no ano corrente	2.628
Processos julgados no ano corrente	2.781

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	601
Pendentes em 31/12/2020	78
Porcentagem de atendimento da meta	87,02

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.104
Pendentes em 31/12/2020	18
Porcentagem de atendimento da meta	98,37

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.131
Pendentes no último dia do mês anterior	46
Porcentagem de atendimento da meta	95,93

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.510
Pendentes no último dia do mês anterior	40
Porcentagem de atendimento da meta	98,41

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	31
Pendentes em 31/12/2020	2
Porcentagem de atendimento da meta	93,55

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	95
Pendentes no último dia do mês anterior	14
Porcentagem de atendimento da meta	85,26

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.

Taxa de congestionamento em 2020	50,14
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	Não se aplica

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	31
Pendentes em 31/12/2020	2
Porcentagem de atendimento da meta	93,55

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	62
Pendentes no último dia do mês anterior	3
Porcentagem de atendimento da meta	95,16

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes em 31/12/2020	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Não se aplica

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)

% de Cumprimento da meta	34,94%
3424 - Usurpação de águas	245

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. As recomendações são as seguintes: a) Cumprir as recomendações constantes no item 11, acima; b) Adotar, em caráter permanente, mecanismo destinado a impedir ao máximo a ocorrência de processos com tutela antecipada sem que sejam julgados ou levados ao Colegiado em até 60 dias; c) Priorizar o julgamento de processos de outros Gabinetes em que há ou venha a existir pedido de vista requerido pelo Desembargador (atendimento ao art. 940 do CPC); d) Priorizar o julgamento de embargos de declaração pendentes de julgamento. O ideal é que eles sejam julgados em até 60 dias a partir da conclusão para julgamento e, conforme item 4.11, é elevado o número de feitos com prazo superior a tal padrão; e) Priorizar o andamento dos processos conclusos para o exercício de juízo de retratação, na forma do art. 1.030, II, do CPC (conforme item 4.11, é elevado o número de feitos devolvidos para tal juízo); f) Priorizar o andamento dos processos pendentes de lavratura de acórdão; g, h e i (sem caracteres suficientes).

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

(a) todas as recomendações foram cumpridas; (b) a equipe tem empenhado esforços para redução de processos nessa situação, embora seja costume das partes muitas vezes pedir a tutela antecipada como forma de antecipar o julgamento; (c) foi montado um fluxo de trabalho específico e célere aos processos nesta situação, o que acarretou a redução de represamento desses feitos; (d) reduzimos os embargos de declaração represados, sendo um dos gabinetes como menor número de pendências desse tipo; (e) está sendo priorizado o juízo de retratação, embora o grande número retornando nessa situação, ainda da época dos magistrados anteriores; (f) não há pendência no momento; (g) e (h) após a reposição de servidores a partir do fim de 2019, cuja deficiência chegou a 5 membros da equipe em determinados períodos, ou seja, em uma defasagem em torno de 30% da força de trabalho, o acervo foi reduzido e, atualmente, encontra-se com um número de feitos na média em relação aos demais gabinetes.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não foram constatadas pendências a serem cumpridas.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Figuram alguns processos indicados em Meta 2, todavia, quase que a totalidade compreende processos que retornaram para reapreciação por determinação de Tribunal Superior ou referente a algum tema que estava sobrestado, a exemplo dos Temas STF 265, 285 (expurgos inflacionários) em que, após o sobrestamento,

verificou-se a necessidade de promover o habilitação de sucessores em decorrência do falecimento das partes.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O processo de trabalho na unidade é desenvolvido de forma especializada, cada servidor assumindo matérias específicas. Quanto às boas práticas, podemos citar a orientação principal de eliminação de processos mais antigos, critério somente afastado em casos de processos com prioridade legal ou em metas. Após anos de defasagem em termos de pessoal, finalmente esta unidade contou com a lotação ideal completa a partir de junho/21, fator decisivo para a redução do acervo que se verificou nos últimos 12 meses e fundamental para o cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Gustavo Fogliatto Mariot

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Há especialização de servidores em cada matéria. Todos os servidores atuam em atividade-fim.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Por conta da pandemia, todos os servidores estão em regime de teletrabalho. Com a exceção de um servidor que faz de forma mista, presencial e teletrabalho.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Atualmente o teletrabalho é integral, com a exceção de um servidor.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Não há uma cota fixada para cada servidor, todavia é estabelecido uma meta de redução de acervo de cada matéria. Critério de dificuldade da matéria.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito de forma semanal, pela entrega de planilha de produtividade. A consequência em razão do descumprimento pode ser a redução ou a retirada de função comissionada, quando se trata de prática reiterada. Outrossim, pode ser promovida a troca de matéria.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

A triagem é feita pelo assessor, localizando os processos no respectivo localizador da matéria.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Atualmente a unidade trabalha apenas com processos eletrônicos. Os processos encontram-se em localizadores de acordo com a matéria. Existem localizadores de uso e controle do próprio servidor, usados durante a confecção, aprovação pelo magistrado até conclusão do julgamento do processo. A unidade conta, ainda, com localizadores para inclusão de processos prontos para julgamento e, também, individualizados contendo processos incluídos para cada sessão de julgamento (Turma, Seção, Corte Especial, Plenário). Possui também localizadores para revisão, conferência e assinaturas de documentos pelo magistrado.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Por meio das ferramentas de pesquisa no processo eletrônico e no G4 (ferramenta disponível na Intranet).

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Há metas individuais norteadas pela redução do acervo de cada servidor. Eventualmente as metas são definidas quando se lança mão de mutirões internos para trabalhar em determinados assuntos que apresentem acúmulo de processos ou no alcance de metas.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

A política de recompensa interna pelo alcance de meta de processos é feita nos limites legais, atribuindo funções ou substituições.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Semanalmente tais processos são verificados no G4: "Controle de Acervo". Os processos são separados e encaminhados ao servidor que trabalha na matéria ou à equipe destacada para essa tarefa.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, nas situações em que a lei processual autorizar.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

São utilizadas as ferramentas presentes no eproc, como texto base, texto padrão e preferências.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Permanentemente, em reuniões de trabalho ou no contato diário.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle é feito pelo G4, sendo selecionados e reativados os processos quando o tema é julgado. Temas: IRDR/TRF4 28, STJ 1042, STJ 1033, STJ 731 (ADI 5090 STF), STF 1031, STJ 1010, STF 1011, STJ 1086, STF 976, STF 1002, STJ 1062, STJ 1021, IRDR/TRF4 13, IRDR/TRF4 27, IRDR/TRF4 10, IRDR/TRF4 23 e IRDR/TRF4 71. Ainda há processos sobrestados referente ao Tema 264 STF, "Diferenças correção monetária de depósitos de poupança", pois, tendo em vista o grande número de feitos acumulados no longo período de sobrestamento, não se pode dar seguimento à totalidade dos recursos, até porque, parte deles, está sendo objeto de análise para fins de conciliação.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim, sempre que há pedido das partes, o processo é encaminhado ao Sistema de Conciliação. Também são encaminhados processos em lote, quando determinada matéria está particularmente submetida à hipótese de encerramento da lide por composição, a exemplo das ações bancárias ou de SFH.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não recebemos.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Empenhamos em levar na sessão seguinte, caso seja possível levar em mesa. Essa hipótese, somente é possível na modalidade de julgamento telepresencial, pois o sistema não admite a inclusão, em mesa, na modalidade virtual de julgamento. O cronograma com as datas de julgamentos são estabelecidas semestralmente e a inclusão do processo para levar o voto-vista deve observar tais datas para prosseguir com o julgamento. Por outro lado, pode ocorrer de algum tema demandar maior reflexão do julgador o que pode levar tempo maior para apresentação do voto-vista.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Através de pesquisa de precedentes disponível nos sites dos tribunais feita pelo titular da matéria, na interação feita entre servidores e magistrado por e-mail, *whatsapp*, por exemplo, com o recebimento de notícias de julgados relevantes recebidas no gabinete ou pelos próprios servidores e magistrado que costumam ser compartilhadas.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Os votos são disponibilizados com antecedência adequada para que os demais gabinetes possam proceder à revisão.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são realizadas com duração de sete dias. Em regra, estendem-se por sete dias, período em que são feitos os destaques, divergências, ressalvas e pedidos de vista. Aos procuradores, segundo regramento específico, é possível a juntada de vídeo com duração máxima de quinze minutos com a exposição de suas razões, ou de memoriais para a mesma finalidade. Vale lembrar que fica reservada a possibilidade de oposição ao julgamento virtual. Nesse caso, inclui-se o processo em pauta de julgamento telepresencial. Outra modalidade de julgamento que vem ocorrendo na forma virtual, é a denominada sessão telepresencial. Essa sessão ocorre

num único dia, conforme calendário de datas previamente estabelecida e disponível para consulta. Nesse tipo de sessão, os magistrados participam do julgamento de forma remota utilizando plataforma específica para participação. É na sessão telepresencial que ocorrem os julgamentos com pedidos de preferência e sustentação oral.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim, há distribuição de atribuições, conforme a habilidade de cada servidor, sendo que as funções são atribuídas conforme a complexidade das tarefas. Os fluxos de trabalho são passados aos servidores de forma a trazer tramitação célere e segura (evitando erros, nulidades ou paralisação indevida dos processos).

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Nesse momento, após anos de defasagem, conforme informado na inspeção de 2019, a unidade encontra-se com todas as vagas providas, fato decisivo para a redução do acervo. Quanto aos recursos materiais, acredita-se que estamos atendidos de acordo com as necessidades.
b) gestão do trabalho	A gestão do trabalho segue o plano informado no item 28.
c) resultados	Conforme já apontado em outros tópicos, a unidade apresentou resultados positivos nos últimos 18 meses. Desde a última inspeção em 2019, da última posição em termos de acervo, hoje ocupamos a segunda colocação entre os seis gabinetes quanto ao número de processos remanescentes com o relator, segundo o G4.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Reduzir tempo de permanência do processo e, conseqüentemente, o acervo na unidade. Buscar o aprimoramento dos documentos para qualificar os julgamentos das inúmeras questões trazidas ao Judiciário para resolução dos conflitos. Adequar as posições aos entendimentos definidos pelos Tribunais Superiores e Local como forma de agilizar o andamento dos processos rumo à sua conclusão definitiva. Inclui-se nos objetivos, ainda, proferir decisões cujo teor facilite a tarefa da admissibilidade e apreciação dos recursos possibilitando a pronta identificação do tema debatido agilizando, assim, sua tramitação. A unidade mantém permanentemente o objetivo de alcançar as metas estabelecidas pelo CNJ e responder o mais rápido possível os problemas identificados por meio das inspeções. Destacamos, por fim, o objetivo da unidade de prestar serviço à sociedade com qualidade e celeridade, porém dentro dos limites estruturais.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

- Controle rigoroso do acervo e pesquisa constante na listagem de processos incluídos nas metas; - Agilizar a tramitação dos processos na unidade, mantendo e, quando necessário, aperfeiçoando a comunicação entre os integrantes da unidade; - Observar produtividade e qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelos servidores e estagiários da unidade; - Identificar e estabelecer mutirões internos quando necessários; - Identificar e buscar soluções quando integrantes da unidade mostrarem, por motivo diverso, desempenho incompatível ou queda na produtividade; - Equilibrar e conciliar ações destinadas ao alcance dos objetivos institucionais com a saúde dos integrantes da unidade.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

As condições tecnológicas permitiram a realização dos trabalhos pela unidade em ambiente 100% virtual e remota. Nesse período não verificamos queda na produção, no desempenho do grupo ou na qualidade do trabalho. Por outro lado, verificamos que apesar da implantação do teletrabalho, forçada pelas circunstâncias impostas pela pandemia, mantivemo-nos disponíveis às partes e procuradores para atender a suas demandas, prestar esclarecimentos e informações pertinentes, sem que tais pessoas tivessem que se deslocar, muitas vezes por grandes distâncias, a este Tribunal para obterem o mesmo serviço.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Por meio das ferramentas de pesquisa no processo eletrônico e no G4 (ferramenta disponível na Intranet).

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50120092720184040000	22/3/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Trata-se de um agravo referente a um conjunto de ações de improbidade relacionadas que serão analisadas em conjunto nos próximos 90 dias, tendo em vista que alguns dos recursos ainda estão com prazo para resposta em aberto.		
50144975220184040000	11/4/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Trata-se de um agravo referente a um conjunto de ações de improbidade relacionadas que serão analisadas em conjunto nos próximos 90 dias, tendo em vista que alguns dos recursos ainda estão com prazo para resposta em aberto.		
50177098120184040000	4/5/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Trata-se de um agravo referente a um conjunto de ações de improbidade relacionadas que serão analisadas em conjunto nos próximos 90 dias, tendo em vista que alguns dos recursos ainda estão com prazo para resposta em aberto.		
50223735820184040000	12/6/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Trata-se de um agravo referente a um conjunto de ações de improbidade relacionadas que serão analisadas em conjunto nos próximos 90 dias, tendo em vista que alguns dos recursos ainda estão com prazo para resposta em aberto.		
50345453220184040000	10/9/2018	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)

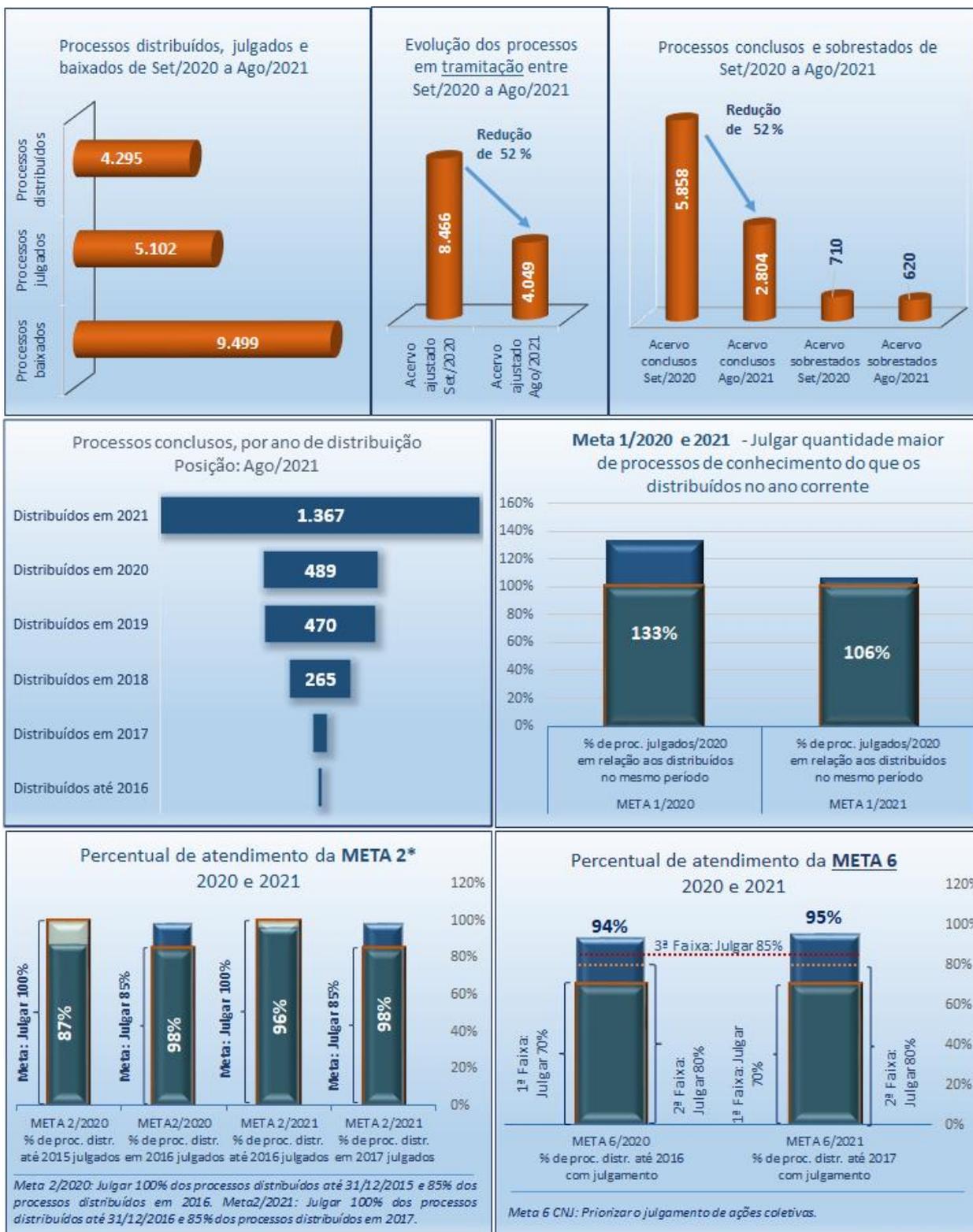
Observação/Providência: Após despachado pedido de antecipação de tutela, as partes notificaram as tratativas de conciliação que estão sendo promovidas nos autos principais, apelação n. 50048211220124047204;		
50116382920194040000	27/3/2019	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Apelação n. 50029266320144047101 pautada para 19/10 onde será analisado o agravo interposto contra a decisão que apreciou o pedido de antecipação de tutela;		
5026335520194040000	19/6/2019	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Apelação n. 50084196120184047107 pautada para 19/10 onde será analisado o agravo interposto contra a decisão que apreciou o pedido de antecipação de tutela.		
50370514420194040000	29/8/2019	Ação Rescisória (Seção)
Observação/Providência: A decisão recorrida foi reconsiderada por meio da decisão proferida no evento 49, restando prejudicados os agravos. A rescisória está em instrução para julgamento.		
50242600920204040000	9/6/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Embargos de Declaração conhecido como agravo interno. Após fluído o prazo para contrarrazões, o feito será pautado para julgamento na primeira sessão com pauta em aberto.		
50461586920164047000	23/10/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pautado para sessão de 19/10.		
50498135820204040000	19/10/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Pautado para sessão de 19/10.		
50138771120164040000	24/3/2016	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgado em 21/9.		
50549684220204040000	19/11/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Pautado para sessão de 19/10.		
50021171720174047215	1º/8/2018	Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Processo não pertence a este relator, e sim ao Desembargador Federal Luís Alberto D Azevedo Aurvalle.		
50043732120174047121	3/8/2018	Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Processo não é deste relator, mas da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha.		
50166557020164047107	29/8/2018	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo não pertence a este relator, e sim ao Desembargador Federal Luís Alberto D Azevedo Aurvalle.		
50021709020154047110	7/6/2018	Ação Popular
Observação/Providência: Pautado para Sessão de 19/10.		
50030452020164047112	15/8/2018	Ação Popular
Observação/Providência: Processo não pertence a este relator, mas ao gabinete do Juiz Federal Alexandre Rossato da Silva Ávila.		
50324586920194040000	29/7/2019	Petição (Seção)
Observação/Providência: Incidente será analisado em conjunto com a rescisória 50319789120194040000, autos principais, em até 30 dias.		
50151765220184040000	16/4/2018	Tutela Antecipada Antecedente (Turma)
Observação/Providência: Reconhecido prejudicado o pedido tendo em vista o julgamento do apelo.		
50012362220124047116	2/6/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgamento submetido ao rito do art. 942 (sessões mensais). Processo será pautado para apresentação do Voto-vista na sessão de 17/11, 942 da 4ª Turma.		
50432229620154047100	21/8/2015	Apelação Cível

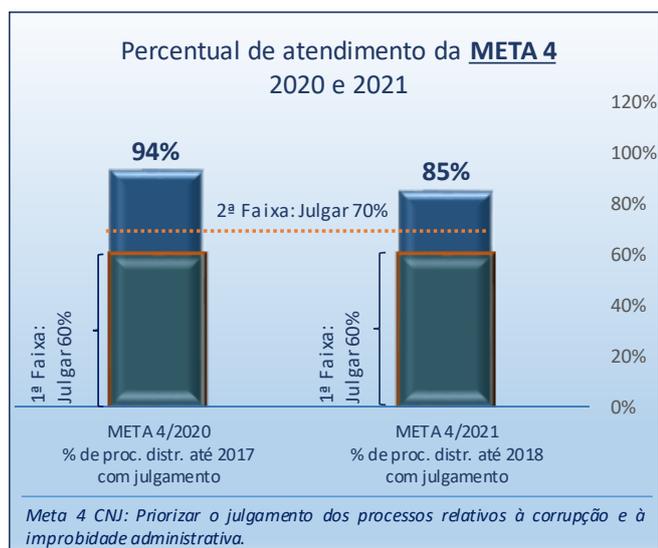
Observação/Providência: Trata-se de um agravo referente a um conjunto de ações de improbidade relacionadas que serão analisadas em conjunto nos próximos 90 dias, tendo em vista que alguns dos recursos ainda estão com prazo para resposta em aberto. Este recurso será julgado na forma do 942 do CPC.		
50020301420144047006	8/4/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Voto-vista juntado em 1º/9 e acórdão publicado.		
50489093820204040000	13/10/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Voto -vista juntado em 18/8, julgamento concluído.		
50216310620144047200	11/7/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Voto -vista apresentado em 24/8, processo remetido para o gabinete da Desembargadora Federal Vânia em decorrência de pedido de vista.		
50053154320184047113	17/12/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Pautado para sessão de 19/10.		
50169042620214040000	27/4/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento iniciado em 12/7, oportunidade em que este relator apresentou voto. Após, foi encaminhado ao gabinete da Magistrada que divergiu.		
50074302620164047204	29/8/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Pautado para sessão de 19/10.		
50689550620114047100	9/5/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Pautado para sessão de 19/10.		
50301664820184040000	7/8/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Após intimação para contrarrazões aos embargos de declaração, o recurso será pautado para a primeira sessão disponível.		
50078752020194040000	1º/3/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Pautado para sessão de 19/10.		
50019781320134047213	21/2/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pautado para sessão de 19/10.		
50023447820154047214	8/10/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado em razão do Tema 28 IRDR/TRF4.		
50511959120174040000	13/9/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Pautado para sessão de 19/10.		
50595846520174040000	23/10/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Pautado para sessão de 19/10.		
50723392420174040000	19/12/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Pautado para sessão de 19/10.		
50016501820184040000	18/1/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão liminar proferida em 21/9.		
50113727620184040000	19/3/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Liminar despachada em 21/9.		
50205634820184040000	28/5/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Liminar Despachada em 21/9.		
50212935920184040000	4/6/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Pautado para sessão de 19/10.		
50020687420154047011	5/4/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Pautado para sessão de 19/10.		
50362277620154047000	10/4/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Pautado para sessão de 19/10.		
50005153720164047114	2/5/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Pautado para sessão de 19/10.		
50140974820174049999	5/4/2017	Apelação Cível

Observação/Providência: Pautado para sessão de 19/10.		
50497793620144047100	30/6/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Trata-se de um agravo referente a um conjunto de ações de improbidade relacionadas que serão analisadas em conjunto nos próximos 90 dias, tendo em vista que alguns dos recursos ainda estão com prazo para resposta em aberto.		
50060804020154047009	11/10/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído por ser de competência tributária em razão de alteração regimental. Atualmente no gabinete da Desembargadora Federal Luciane Amaral Corrêa Münch.		
50037393520104047100	1º/9/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo encaminhado por equívoco a este gabinete, já providenciado o retorno ao STF, conforme determinando no evento 58.		
50583650820134047000	24/9/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Apelação cuja controvérsia envolve outras demandas em tramitação sobre a titularidade de grande área urbana de Curitiba. Há rescisória sendo instruída com a possibilidade de realização de perícia. Quanto finalizada, os demais recursos serão julgados em conjunto evitando decisão contraditória.		
50478636920114047100	14/11/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Pautado para sessão de 19/10.		
50103136520104047200	2/3/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Tema STF 264 - Expurgos inflacionários - Processo encontra-se no Sistcon, a pedido, para tentativa de conciliação.		
50639709120114047100	2/10/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 21/9.		
50271673120194047100	10/5/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Pautado para sessão de 19/10.		
50322083620194040000	26/7/2019	Impugnação ao Valor da Causa (Seção)
Observação/Providência: Incidente será analisado em conjunto com a rescisória 50319789120194040000, autos principais, em até 30 dias.		
50411245920194040000	27/9/2019	Impugnação ao Valor da Causa (Seção)
Observação/Providência: Incidente será analisado em conjunto com a rescisória 50319789120194040000, autos principais, em até 30 dias.		
50167072020124047200	7/3/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pautado para sessão de 19/10.		
50085254520124047200	9/7/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído por ser de competência tributária em razão de alteração regimental. Atualmente no gabinete da Desembargadora Federal Luciane Amaral Corrêa Münch.		
50086899520204040000	4/3/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Pedido liminar já apreciado. Apelação foi pautada para sessão de 19/10 (n. 50192812420184047000), sendo que a controvérsia será resolvida em grau de apelação e será reconhecida a perda de objeto deste pedido.		
50152097120204040000	25/4/2011	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Pautado para sessão de 19/10.		
50008811920104047007	27/7/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Após julgamento e retorno do STJ, tentou-se conciliação que restou infrutífera. Será pautado para sessão de 19/10 para reexame em relação ao Tema 928.		
50033308520124047101	14/9/2012	Apelação Cível

Observação/Providência: Processo redistribuído por ser de competência tributária em razão de alteração regimental. Atualmente no gabinete do Juiz Federal Alexandre Rossato da Silva Ávila.		
50146145520194047001	7/4/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Pautado para sessão de 19/10.		
50476406120204040000	3/9/2003	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Pautado para sessão de 19/10.		
50070377120204047104	8/8/2003	Apelação Cível
Observação/Providência: Feito retornou dos Tribunais superiores em janeiro/21. Há minuta pronta para inclusão em julgamento, estando aguardando a tramitação para habilitação de sucessores em decorrência do falecimento de uma das partes.		
50042481120204047101	21/6/2004	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo retornou do STF em janeiro/21. Foi determinada retratação referente ao Tema 19. Diante do falecimento de uma das partes está sendo promovida a habilitação de sucessor. Processo será pautado assim que concluída a regularização do respectivo polo.		
50545557820204047000	16/2/2005	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito retornou dos Tribunais superiores em janeiro/21. Há minuta pronta para inclusão em julgamento, estando aguardando a tramitação para habilitação de sucessores em decorrência do falecimento de uma das partes.		
50615587520204047100	6/6/2005	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Recurso digitalizado e distribuído equivocadamente a este relator, tendo sido redistribuído ao Gabinete da Desembargadora Marga Inge Barth Tessler.		
50070637520194040000	25/2/2019	Reclamação (Turma)
Observação/Providência: Indeferida a inicial, embargos de declaração apreciados em 21/9.		
50077270920204047102	12/9/2002	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Tema 19 STF - retornou em janeiro/21 - pautado para sessão de 14/10.		
50080675020204047102	21/11/2003	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Tema 19 STF - retornou em janeiro/21 - pautado para sessão de 14/10.		
50062447020214040000	17/2/2021	-
Observação/Providência: Acórdão publicado no evento 09 e recurso já baixado.		
50011854620184047101	22/7/2019	-
Observação/Providência: Julgamento por maioria sendo vencido este relator e publicação de acórdão a cargo da Desembargadora Federal Marga, já tendo sido publicado nos termos evento 52.		
50417533320194040000	2/10/2019	-
Observação/Providência: Acórdão publicado em 18/8.		
50033319620184049999	29/1/2018	-
Observação/Providência: Julgamento por Questão de Ordem que dispensa a juntada de acórdão na forma regimental. Julgamento publicado.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 70 processos selecionados para aferição, todos foram examinados, e eram todos eletrônicos.

Em relação aos processos inspecionados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos concluídos há mais de 180 dias) os feitos de numeração: 50120092720184040000, 50144975220184040000, 50177098120184040000, 50223735820184040000, 50345453220184040000, 50116382920194040000, 50263355520194040000, 50021709020154047110, 50324586920194040000, 50432229620154047100, 50212935920184040000, 50497793620144047100, 50583650820134047000, 50322083620194040000, 50411245920194040000, 50086899520204040000, 50152097120204040000, 50476406120204040000 e 50242600920204040000.

b) Incluir em julgamento em até 30 dias (processos com pedido de vista há mais de 180 dias) o feito de n. 50012362220124047116.

c) Tendo em vista que o processo n. 50103136520104047200 foi devolvido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos em 9/7/2021 sem realização de conciliação, adotar providências para impulsionar o feito.

d) Tendo em vista que o processo n. 50070377120204047104 retornou da Vice-Presidência em 25/1/2021 e encontra-se na fase de habilitação dos herdeiros de um dos litigantes, adotar providências para impulsionar o feito.

Os demais processos listados no item 9, acima, encontram-se regularizados.

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente recebida pelo Desembargador Federal Rogerio Favreto e pelos Assessores Gustavo Fogliatto Mariot e Leandro Bonesso Bender.

Após a Inspeção CJF/2019, o gabinete veio a ser incluído no programa de acompanhamento permanente de unidades voltado a aferir o cumprimento de metas. Atualmente, é elogiável a dinâmica do gabinete e o comprometimento da equipe com o trabalho, e é perceptível a melhora e o esforço especial da equipe para reduzir o acervo e cumprir as metas do CNJ.

O Desembargador Favreto apontou achar injusta a inserção, já que o gabinete, à época, estava desfalcado de servidores, e a equipe era egressa de outra especialização, até final de 2017.

Após assumirem o gabinete, em 2017, a equipe do Desembargador Federal Rogerio Favreto, que possuía experiência em matéria previdenciária, enfrentou o desafio de se adaptar à amplitude da matéria administrativa, cível e comercial, além da residual. O quadro contava com cinco servidores a menos na unidade.

Desde a anterior inspeção, o Desembargador e a sua equipe têm alcançado resultados positivos de produtividade, com a diminuição de 1.468 processos desde agosto de 2019, além da evidente melhora dos números gerais (o gráfico do item 32, acima, demonstra esse quadro).

Na entrevista, a equipe informou que foi sanado o déficit de pessoal com a lotação de mais cinco servidores no Gabinete, sendo dois deles advindos do último concurso público. Hoje o grupo é formado por dezenove servidores e quatro estagiários e a redução do acervo no último ano foi atribuído ao esforço de toda equipe. A distribuição dos feitos busca conjugar as potencialidades de cada servidor com a especialização de matérias e o teletrabalho otimizou a produtividade da unidade.

Quanto ao não atingimento, por pouco, da Meta 2, o Gabinete destacou que há grande número de feitos antigos que retornam dos Tribunais Superiores para novo julgamento de embargos de declaração ou da Vice-Presidência para juízo de retratação. Tais feitos são de distribuição antiga e estão incluídos na Meta 2 do CNJ. Apontou-se que, o fato de a conclusão desses feitos ser recente, eles devem ser julgados o mais breve possível ante a antiguidade da distribuição. E tal preferência dificulta ainda mais a dinâmica do gabinete, pois poderiam estar julgando processos com conclusão mais antiga.

A equipe está atenta ao acervo dos processos da Meta 4 e 6 e tem priorizado a inclusão na pauta de julgamento desses feitos, principalmente das ações de improbidade administrativa.

A unidade relatou que a significativa redução do acervo o fez passar para o segundo lugar no *ranking* interno de produtividade dos gabinetes com igual competência (Gabinetes da 3ª e 4ª Turma).

A manutenção do ritmo é importante, mas – em razão do bom desempenho - os dados demonstram que não há necessidade de que o gabinete permaneça no Programa de Acompanhamento Permanente.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 5.405 para 2.804). Considerado o período de doze meses de agosto de 2020 a julho de 2021, o número da conclusão decresceu, de 5.858 feitos para 2.804.

Em comparação à inspeção CJF/2019, o número total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 598 para 364. Por outro lado, houve aumento do total de tutelas provisórias concedidas pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado (de 52 para 58).

Conforme dados da Estatística, o acervo do gabinete diminuiu (item 32) e a Meta 2 não foi atingida no ano anterior, embora por pouco (87% e 98%, conforme itens 5.2 e 5.3, respectivamente).

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente. E, diante da expressiva redução do acervo, a equipe será excluída do sistema permanente de acompanhamento de metas, indicado na recomendação da Inspeção CJF/2019.

O tempo que o gabinete leva entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 15 meses, enquanto o tempo médio na 3ª Turma é de 12 meses e o da 2ª Seção é de 14 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo levemente superior à média da Seção.

É elogiável a organização do gabinete e, também, o comprometimento da equipe com o trabalho. Os gráficos constantes no item 32 demonstram o esforço do gabinete na redução do acervo e no cumprimento das metas do CNJ.

Por fim, no que tange às recomendações da Inspeção CJF/2019, quanto aos processos que pendiam de andamento ela foi cumprida e não há pendência.

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas a serem adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 33;

b) Priorizar o julgamento dos processos com tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado;

c) Manter e enfatizar as metas voltadas à diminuição do acervo e ao julgamento dos processos mais antigos e os com prioridade legal. Apesar de não cumprida a Meta 2 no ano anterior (diferença pequena, conforme item 35), o gabinete deve atingi-las neste ano. E, apesar dos bons resultados das Metas 4 e 6 para 2020 e 2021, priorizar o julgamento dos processos relativos à improbidade administrativa e às ações civis públicas, considerando o acervo existente. Assim, o ritmo de trabalho deve ser mantido para que ocorra ainda mais a diminuição do acervo;

d) Manter o bom método de trabalho e as boas práticas; e devido ao bom desempenho geral desde a última inspeção, recomenda-se excluir a unidade jurisdicional do programa permanente de acompanhamento de metas.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL MARGA INGE BARTH TESSLER

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargadora Federal Marga Inge Barth Tessler

2.2 Turma

3ª Turma, 2ª Seção

2.3 Competência

Processar e julgar os feitos de natureza administrativa, civil e comercial, bem como os demais feitos não incluídos na competência das Primeira, Terceira e Quarta Seções.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Marga Inge Barth Tessler.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

José Oli Ferraz Oliveira - Chefe de Gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0

Outros	0
--------	---

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)

Total em tramitação**	3.891
Processos suspensos/sobrestados	1.060
Processos conclusos	2.753
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	12
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	3.891
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	4.411
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	2.753
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3.120
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	1.060
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.599

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prej.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Prej.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prej.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	0
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	0

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	141
Mandados de segurança	20
IRDR	4
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	1

Conflitos de competência	7
Reclamações	0
Ações rescisórias	76
Outros	33

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	3.750
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	13
Recursos em ações de improbidade administrativa	46
Recursos em ações civis públicas	217
Recursos em ações de desapropriação	67
Recursos em ações com preferência legal	81
Outros	3.407

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	3.750
Apelações cíveis	2.281
Agravos de instrumento	1.432
Outros	37

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	1.060
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	1
Por Recurso Especial	59
Por Recurso Extraordinário	60

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	311
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	167
Agravos legais/regimentais	16
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	16
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	46
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	33

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	115
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	43

4.13 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	1.239
Ano anterior	647
2º ano anterior	282
3º ano anterior	85
4º ano anterior	273
5º ano anterior ou mais antigo	86

4.14 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	1.825
Ano anterior	654
2º ano anterior	243
3º ano anterior	122
4º ano anterior	27
5º ano anterior	203
6º ano anterior ou mais antigo	44

4.15 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição	
Ano atual	1.353
Ano anterior	738
2º ano anterior	334

3º ano anterior	137
4º ano anterior	69
5º ano anterior	27
6º ano anterior	36
7º ano anterior ou mais antigo	59

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	47
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	12

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	5.194
Total de Processos julgados	5.689
Total de Processos baixados	7.431
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-495
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-2.237

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	67
Total de feitos não regularizados	2

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	5.877
Processos julgados no ano anterior	5.500
Processos distribuídos no ano corrente	3.343
Processos julgados no ano corrente	3.756

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.112
Pendentes em 31/12/2020	33
Porcentagem de atendimento da meta	97,03

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.852
Pendentes em 31/12/2020	27
Porcentagem de atendimento da meta	98,54

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.074
Pendentes no último dia do mês anterior	72

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.185
Pendentes no último dia do mês anterior	51
Porcentagem de atendimento da meta	97,67

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	44
Pendentes em 31/12/2020	1
Porcentagem de atendimento da meta	97,73

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	48
Pendentes no último dia do mês anterior	1
Porcentagem de atendimento da meta	97,92

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.

Taxa de congestionamento em 2020	45,98
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	não se aplica

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	165
Pendentes em 31/12/2020	4
Porcentagem de atendimento da meta	97,58

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	195
Pendentes no último dia do mês anterior	7
Porcentagem de atendimento da meta	96,41

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Não se aplica

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)

% de Cumprimento da meta	56,59%
3424 - Usurpação de águas	56

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. a) julgar no prazo de 60 dias: 50007992820144047013, 50005804820104047015, 50526580520164040000, 50551991120164040000, 50648010320154047100, 50942460320144047100, 50053539820124047005, 50450947220164040000, 50151765220184040000, 50007065020174040000, 50318932320154049999, 50581763920174040000, 50296125020174040000, 50248184920184040000, 50234735020164047200 e 50059225020134047204; b) solucionar 4 pedidos de vista: 50358684920174047100 e 50430029320184047100 (relatoria da Desembargadora Vânia Hack de Almeida) e 50592008820164047000 e 50077725820164047100 (relatoria do Desembargador Federal Rogério Favreto); c) 10 com pedido de vista junto a outros Gabinetes: 50039401220154047113, 50019869120164047113, 50289231720154047100, 50710061420164047100, 50683594620164047100, 50039384220154047113, 50019938820174047100, 50630391520164047100, 50038148820174047113 e 50051032320164047200.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) todos julgados com exceção dos feitos: 50450947220164040000 e 50551991120164040000, por oposição ao julgamento virtual durante o período de pandemia, ambos aptos a serem julgados em outubro próximo, em pauta telepresencial; b) todos julgados, estando pendentes os embargos de declaração 50077725820164047100; c) todos julgados, estando o processo 50051032320164047200 submetido a técnica de julgamento do art. 942 do CPC, e incluído na pauta de 7/10.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Vide resposta 6.2.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

A Meta 1 foi cumprida em 100%, pois recebemos 3.343 e julgamos 3.756. A Meta 2/2020 (distribuídos até 31/12/2015) foi cumprida em 97,03%. A Meta 2/2020 (distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016) foi cumprida em 98,54%. A Meta 2/2021 (distribuídos até 31/12/2016) foi cumprida em 96,53%. A Meta 2/2021 (distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017) foi cumprida em 97,67%. A Meta 4/2020 (relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017) foi cumprida em 97,73%. A Meta 4/2021 (relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018) foi cumprida em 97,92%. A Meta 6/2020 (ações coletivas distribuídas até 31/12/2016) foi cumprida em 97,58%. A Meta 6/2021 (ações coletivas distribuídas até 31/12/2017) foi cumprida em 96,41%. A Meta 12/2021 (impulsionar, até 31/12/2021,

os processos que tenham por objeto matéria ambiental) foi cumprida em 80,84%. Cumprir as metas do CNJ e os prazos do Código de Processo Civil é o objetivo primeiro deste órgão jurisdicional, mormente em atenção ao princípio da razoável duração dos processos, inserto pela EC 45. Contudo, isso não tem sido possível na plenitude por razões óbvias ante a impossibilidade material decorrente de demanda maior que a capacidade instalada para dar conta dela. A recomendação de pautar processos com tutela provisória há mais de 90 dias tem sido observada. A atuação da assessoria neste mister exige tempo que, não raras vezes, falta ao exame da própria tutela de outros que não a obtiveram ou foi alcançada à parte ex-adversa, e cujos direitos, de uma ou de outra parte, estão em perigo, o que justifica, a míngua de outra possibilidade, por exemplo, que eventualmente agravo de instrumento interposto contra decisão que antecipou a tutela, ou contra decisão que negou a tutela, depois de despachado monocraticamente, ausente recurso interno, aguarde oportunidade de julgamento, ou o próprio prejuízo decorrente do julgamento do mérito em primeiro grau, enquanto a assessoria se bate para atacar as urgências devolvidas noutros agravos ainda sem exame primeiro desta Relatora. Ainda assim, também exemplificando, nesta data temos diversos processos nesta situação (com tutela provisória há mais de 90 dias), mas com recomendação expressa de inserção em pauta na medida da possibilidade de examiná-los, no tempo entre uma urgência e outra. Há controle, há extração de relatórios, mas não há possibilidade material de cumprir essa recomendação, pelos motivos já declinados, que continuam atuais e de conhecimento geral. Criem-se mais cargos de servidor, de juiz e de desembargador, criem-se outros tribunais, aloquem-se orçamento, deem-se condições materiais à Justiça e ela será célere como se propõe. Relativamente aos agravos legais/regimentais, preponderantemente estão eles inseridos nos com tutela provisória (deferida ou indeferida) tratados no item "c". Quanto aos embargos de declaração, continuam sendo prioridade, com vistas à entrega da prestação jurisdicional já iniciada.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A par do que já foi subsumido nas respostas supra, reporto-me as duas anteriores autoavaliações, na medida em que nada digno de nota ocorreu, que viesse a alterar o quadro, sob o ponto de vista administrativo nem sob o ponto de vista judicial.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

José Oli Ferraz Oliveira, Chefe de Gabinete.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

As atividades são distribuídas aos servidores em razão da matéria, complexidade e volume. Todos os servidores são processantes, trabalham na atividade-fim e fazem também atividade administrativa. Cada vez menos, o órgão depende do serviço da secretaria. O próprio Gabinete realiza as intimações, por exemplo.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Dos 17 servidores, 10 atualmente estão 100% em teletrabalho, enquanto que os outros 7 têm regime misto, alternado, de modo a deixar no mínimo dois servidores presentes nos expedientes do Gabinete.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Vide resposta 11.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As cotas de cada servidor decorrem de diversos fatores, sendo o principal a complexidade da matéria examinada. Tratando-se de demandas simples, gira em torno de dois ou três relatórios/votos dia, além das propostas de decisões monocráticas a cargo do mesmo servidor responsável pela matéria, também um ou dois processos/dia.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Temos tabela *on line* onde toda a produção diária é anotada, informações que ficam à disposição de todos os colegas do gabinete, estabelecendo auto-controle de produtividade. Não temos tido descumprimento do combinado. Mantemos produção média satisfatória, sendo este gabinete o que mais produz entre os seis Gabinetes que compõem a 2ª Seção.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não temos processos físicos.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Nos localizadores.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Temos o sistema de gerenciamento de acervo G4, que nos dá todos esses parâmetros, além dos controles individuais feitos por localizadores e pela assessoria.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Vide resposta 11.2.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não adotamos política de recompensas porque a contrapartida não é, nem nunca, foi excepcional.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Há. Vide respostas 7, 8, 9 e 10.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Quase todas as hipóteses têm precedentes. Todos os modelos estão no sistema eproc, à disposição do servidor encarregado do exame da matéria.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

São raras essas necessidades, considerando a socialização do conhecimento *on line*.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O próprio sistema eproc, na descrição dos assuntos, através de Inteligência Artificial, sugere os temas, que são cotejados com o conteúdo dos autos, a exigir tal ou qual providência.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não se intima sistematicamente as partes para este fim até porque a política de conciliação é mais forte em primeiro grau de jurisdição. Não raras vezes, entretanto, ocorre petição solicitando a remessa dos autos ao SISTCON/TRF, o que se atende.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

No mais das vezes na próxima.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Tudo *on line*.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, o sistema de julgamento é parametrizado. Ou seja, pautado o processo, em alguns cliques, disponibiliza-se toda a pauta para exame dos demais julgadores.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

De acordo com o publicado no sitio eletrônico do Tribunal, *in verbis* https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=pagina_visualizar&id_pagina=2065.

28. A unidade possui plano de gestão?

Possui, empírico, vetusto, não escrito.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais

Há somente uma vaga aberta.

b) gestão do trabalho	Bem, afinal é o gabinete que mais produz na 2ª Seção.
c) resultados	Vide "gestão do trabalho".

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?
Manter o status atual é um baita objetivo, considerando que não se faz milagre.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?
Para manter o status é só não esmorecer.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?
Manutenção do teletrabalho. Achamos que trabalho presencial não tem mais sentido.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?
No sistema eproc tem esse parâmetro de relatório.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

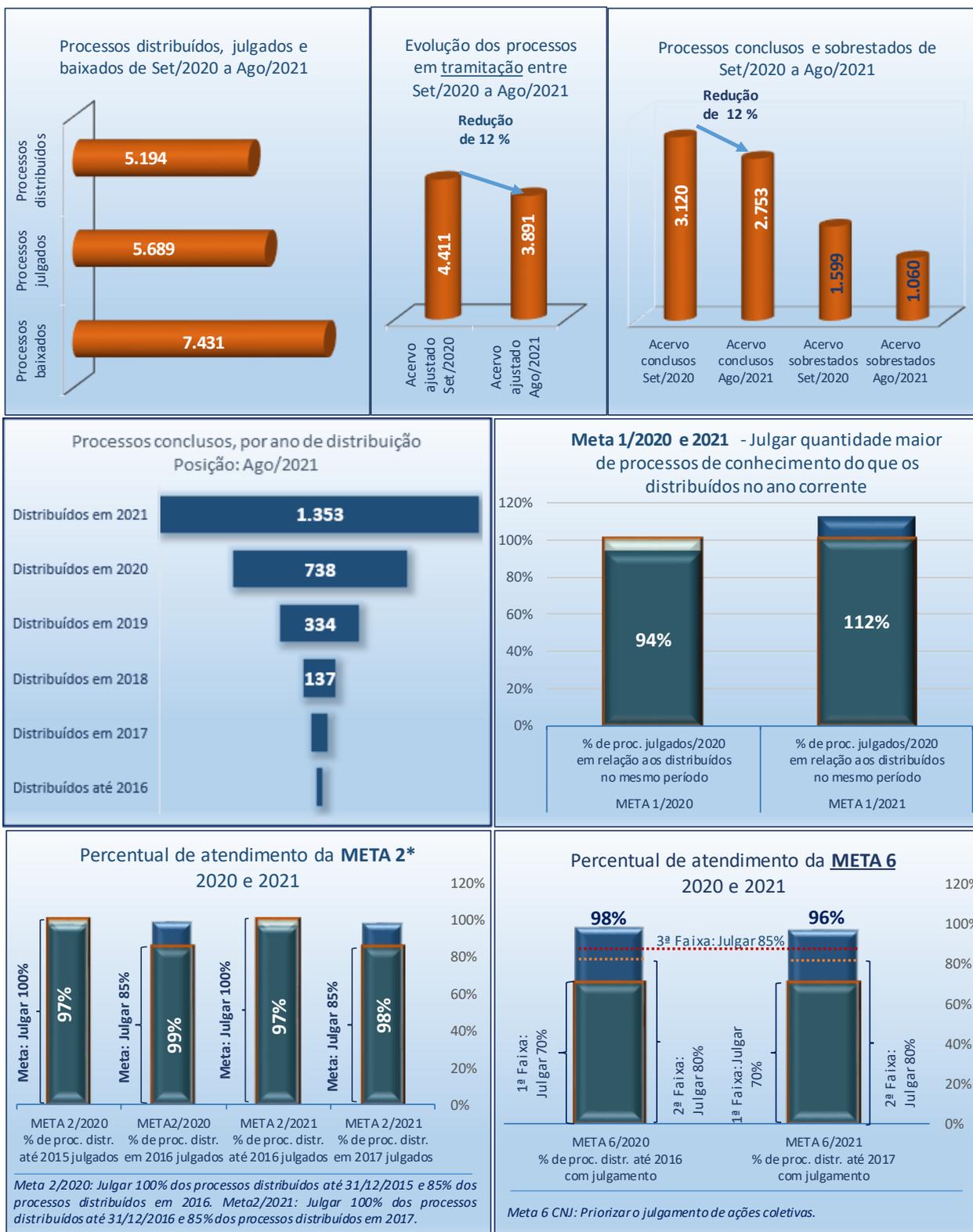
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50465768920154040000	20/11/2015	Agravo de Instrumento
Julgado em 24 de agosto/21.		
50540463520194040000	29/12/2019	Agravo de Instrumento
Incluído na pauta 5/10/21.		
50089722120204040000	6/3/2020	Agravo de Instrumento
Incluído na pauta 5/10/21.		
50129787120204040000	4/4/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Não conhecido o pedido por prejudicado, em 13/9.		
50272316420204040000	22/6/2020	Agravo de Instrumento
incluído na pauta 5/10/21.		
50497414720154040000	4/12/2015	Agravo de Instrumento
Incluído na pauta 19/10/21.		
50490710920154040000	2/12/2015	Agravo de Instrumento
Incluído na pauta 19/10/21.		
50495102020154040000	3/12/2015	Agravo de Instrumento
Incluído na pauta 19/10/21.		
50504309120154040000	7/12/2015	Agravo de Instrumento
Incluído na pauta 19/10/21.		
50512199020154040000	10/12/2015	Agravo de Instrumento
Incluído na pauta 19/10/21.		
50006343520104047008	15/8/2017	Ação Civil Pública
Processo não é desta relatoria e sim da relatoria da Desembargadora Federal Vivian Caminha.		
50058569020154047207	3/10/2018	Ação Civil Pública
Processo não pertence a este órgão e sim ao Gabinete do Desembargador Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle.		
50025472020134047211	30/10/2017	Ação Civil Pública
Processo não pertence a este Gabinete e sim do Desembargador Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle.		

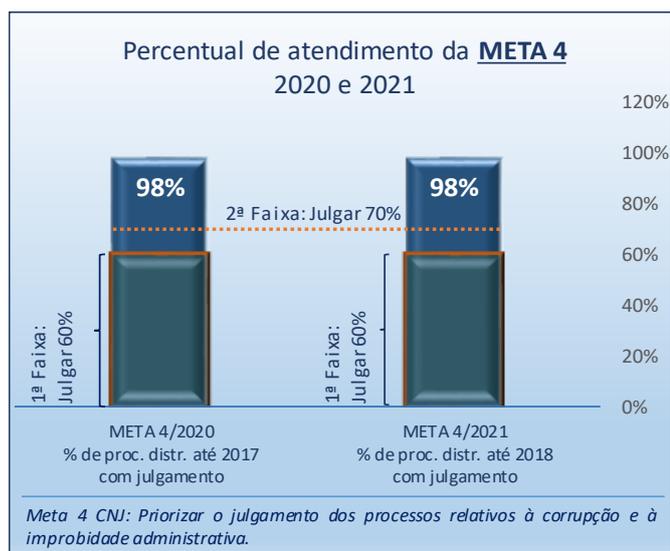
50438452920164047100	14/11/2018	Ação Civil Pública
Processo da relatoria de outro Desembargador no caso Dr. Victor Luiz dos Santos Laus.		
50037123320124047213	5/12/2018	Ação Civil de Improbidade Administrativa
Processo não pertence a este Gabinete, e sim ao Gabinete da Desembargadora Vivian Caminha.		
50378009520184040000	3/10/2018	Exceção de Suspeição (Seção)
Despachado para impulso processual.		
50378018020184040000	3/10/2018	Exceção de Suspeição (Seção)
Despachado para impulso processual.		
50378589820184040000	3/10/2018	Exceção de Suspeição (Seção)
Despachado para impulso processual.		
50378623820184040000	3/10/2018	Exceção de Suspeição (Seção)
Despachado para impulso processual.		
50002347820194040000	8/1/2019	Exceção de Suspeição (Seção)
Despachado para impulso processual.		
50024330320124047216	22/7/2013	Apelação Cível
incluído na pauta 5/10/21.		
50006776820164047102	25/2/2018	Apelação/Remessa Necessária
incluído na pauta 5/10/21.		
50013239120204047117	17/9/2020	Apelação Cível
Incluído na pauta 5/10/21.		
50010094520154047110	18/12/2019	Apelação Cível
Voto-vista apresentado em 17/8/21.		
50029816020184047008	29/4/2019	Apelação/Remessa Necessária
Voto vista apresentado em 17/8/21.		
50009644120154047110	16/4/2019	Apelação Cível
Voto-vista apresentado na sessão de 17/8/2021.		
50647548720194047100	7/4/2020	Apelação Cível
Julgado em 13/10/20, Rel para o acórdão Desembargador Federal Rogério Favreto.		
50064119320134047202	25/7/2017	Apelação Cível
Inserido na pauta 5/10/21.		
50029719020164047103	16/1/2018	Apelação Cível
Incluído na pauta 5/10/21.		
50053725620164047202	15/3/2019	Apelação Cível
incluído na pauta 5/10/21.		
50022033220144047202	13/2/2019	Apelação Cível
Incluído na pauta do dia 5/10/21.		
50072957220114047112	2/4/2019	Apelação Cível
Incluído na pauta 5/10/21.		
50159225320154047200	21/8/2018	Apelação Cível
Incluído na pauta 5/10/21.		
50424842920194040000	8/10/2019	Agravo de Instrumento
Incluído na pauta 5/10/21.		
50263918820194040000	19/6/2019	Agravo de Instrumento
Suspensão em razão de liminar STJ na AR 6.436/DF, de 9/4/19.		
50264602320194040000	20/6/2019	Agravo de Instrumento
Suspensão em razão de liminar STJ na AR 6.436/DF, de 9/4/19.		
50272267620194040000	26/6/2019	Agravo de Instrumento
Suspensão em razão de liminar STJ na AR 6.436/DF, de 9/4/19.		

50274675020194040000	27/6/2019	Agravo de Instrumento
Suspensão em razão de liminar STJ na AR 6.436/DF, de 9/4/19.		
50274700520194040000	27/6/2019	Agravo de Instrumento
Suspensão em razão de liminar STJ na AR 6.436/DF, de 9/4/19.		
50274718720194040000	27/6/2019	Agravo de Instrumento
Suspensão em razão de liminar STJ na AR 6.436/DF, de 9/4/19.		
50202129620154047108	19/7/2016	Apelação Cível
Incluído na pauta 5/10/21.		
50003330320154047012	4/10/2016	Apelação Cível
Incluído na pauta 5/10/21.		
50024537920164047110	7/10/2016	Apelação/Remessa Necessária
Incluído na pauta 5/10/21.		
50193498120124047000	16/1/2017	Apelação Cível
Incluído na pauta 5/10/21.		
50064127820134047202	7/3/2017	Apelação Cível
Incluído na pauta 5/10/21.		
50081933820134047202	9/3/2017	Apelação Cível
Pautado para a sessão do dia 5/10/21.		
50267478720144047201	10/3/2017	Apelação Cível
Incluído na pauta 2/10/21.		
50022093920144047202	17/3/2017	Apelação Cível
Incluído na pauta do dia 5/10/21.		
50235324720164047100	24/3/2017	Apelação Cível
incluído na pauta 5/10/21.		
50695457520144047100	6/7/2015	Apelação/Remessa Necessária
Será incluído na pauta de 19/10.		
50182943620184040000	9/5/2018	Mandado de Segurança (Turma)
Aguarda solução do STF no ARE 1323524, acerca da competência para julgar, se federal ou estadual.		
50183004320184040000	9/5/2018	Mandado de Segurança (Turma)
Aguarda solução do STF no ARE 1323524, acerca da competência para julgar, se federal ou estadual.		
50157746920194040000	12/4/2019	Mandado de Segurança (Turma)
incluído na pauta de 5/10/21.		
50016989820154047204	8/4/2015	Apelação/Remessa Necessária
Julgado em 31/8/2021.		
50447508620194040000	23/10/2019	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Despachado por prejudicado.		
50093710820114047100	12/5/2011	Apelação Cível
Incluído na pauta 5/10/21.		
50446506820184040000	26/11/2018	Mandado de Segurança (Turma)
Julgado em 17 de agosto de 2021.		
50059264020154047100	7/10/2015	Apelação/Remessa Necessária
Incluído na pauta 5/10/21.		
50128500920114047100	29/6/2011	Apelação/Remessa Necessária
Será incluído na pauta de 19/10.		
50553028120174040000	3/10/2017	Mandado de Segurança (Turma)
Feito suspensão em razão de decisão no RE 1059466 / AL - Alagoas, Relator: Min. Alexandre de Moraes.		

50346772120204040000	24/7/2020	Tutela Antecipada Antecedente (Turma)
Incluído na pauta 5/10/21.		
50551991120164040000	19/12/2016	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Incluído na pauta 5/10/21.		
50154490920114047200	17/9/2012	Apelação Cível
Incluído na pauta 5/10/21.		
50009996120114047006	26/5/2015	Apelação/Remessa Necessária
Depois de julgado, em face do anterior falecimento de uma das partes, retornaram os autos para que este tribunal deliberasse acerca da regularização da transação aqui ocorrida. Intimada a parte interessada para a juntada de certidão de inventário.		
50007397820114047007	25/10/2011	Apelação Cível
incluído na pauta 5/10/21.		
50019851020144047200	28/10/2014	Apelação Cível
Incluído na pauta do dia 5/10/21.		
50018798720104047103	23/7/2014	Apelação/Remessa Necessária
Incluído na pauta de 5/10/21.		
50044678020134047000	12/9/2013	Apelação Cível
Incluído na pauta 21/9/21.		
50023392620144047009	22/8/2014	Apelação/Remessa Necessária
incluído na pauta 5/10/21.		
50168116420114047000	17/2/2012	Apelação Cível
Incluído na pauta 5/10/21.		
50515560620204040000	29/10/2020	Habeas Corpus
incluído na pauta 5/10/21.		
50518163520204047000	9/6/2005	Embargos Infringentes
Incluídos na pauta SE2 de 14/10/21.		
50562246920204047000	17/8/2004	Embargos Infringentes
Incluídos na pauta SE2 14/10/21.		
50006061820204047105	3/3/2008	Apelação/Remessa Necessária
incluso na pauta 5/10.		
50245072120204047200	29/11/2002	Apelação Cível
Julgado em 1º/6/21, Desembargador Federal Rogério Favreto relator para o acórdão.		
50798248120184047100	17/9/2019	-
Incluído na pauta 5/10/21.		
50163206720194047100	2/8/2019	-
Incluído na pauta 5/10/21.		
50165674820194047100	18/7/2019	-
Incluído na pauta 5/10/21.		
50430946020204040000	9/9/2020	-
Julgado em 16 de março de 21, Relator para o Acórdão Desembargador Federal Rogério Favreto.		
50247639420114047000	4/8/2020	-
publicado o acórdão dia 9/9/21.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 83 processos selecionados para aferição, todos foram inspecionados e eram todos eletrônicos.

Em relação aos processos examinados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias) os feitos de numeração: 50378009520184040000, 50378018020184040000, 50378589820184040000, 50378623820184040000, 50002347820194040000, 50263918820194040000, 50264602320194040000, 50272267620194040000, 50274675020194040000, 50274718720194040000, 50267478720144047201, 50182943620184040000, 50183004320184040000, 50553028120174040000, 50005197120194040000, 50533939620204040000, 50559098920204040000 e 50128788220214040000.

b) Incluir em julgamento em até 30 dias (processos com pedido de vista há mais de 180 dias) os feitos de n. 50024330320124047216 e 50470180320124047100.

c) Tendo em vista que os autos foram remetidos da Vice-Presidência para juízo de retratação e encontram-se conclusos desde 3/2/2021, adotar providências para impulsionar o processo n. 50647548720194047100.

Os demais processos listados no item 9, acima, encontram-se regularizados.

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente recebida pela Desembargadora Federal Marga Inge Barth Tessler e pelos Assessores José Oli Ferraz de Oliveira e Rogério Welter.

É elogiável a distribuição de trabalho no gabinete e, desde a Inspeção anterior, a produtividade comparativa sempre foi destacada, em relação a gabinetes com igual

competência. Considerando os gabinetes de igual competência (3ª e 4ª Turmas), trata-se do de menor acervo.

A distribuição interna busca conjugar as potencialidades de cada servidor com a especialização de matérias.

O Gabinete destacou que as estatísticas revelam o decréscimo do acervo existente na unidade e o ganho de tempo obtido com o trabalho remoto dos servidores. Na entrevista, a equipe apontou que foi um dos órgãos pioneiros na adoção do teletrabalho, antes mesmo da pandemia do COVID-19.

A maior dificuldade apontada diz respeito à própria quantidade de feitos distribuídos, o que se espera minorado com eventual ampliação do TRF-4.

No que tange ao quadro de pessoal, o Gabinete informou que a maioria dos servidores trabalha há mais de vinte anos com a Desembargadora e a equipe é unida e possui espírito cooperativo quanto à redução do acervo e ao cumprimento das metas do CNJ.

O objetivo da equipe é reduzir o acervo e manter-se em primeiro lugar no ranking interno de produtividade dos gabinetes com igual competência.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 3.670 para 2.753). Considerado o período de doze meses de agosto de 2020 a julho de 2021, o número da conclusão decresceu de 3.120 feitos para 2.753.

Em comparação à inspeção CJF/2019, o número total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 1.278 para 311. Por outro lado, houve aumento do total de tutelas provisórias concedidas pelo relator, por decisão unipessoal há mais de 90 dias e não submetidas ao exame do colegiado (de 36 para 43).

Conforme dados da Estatística, o acervo do gabinete diminuiu (item 32) e as Metas 1 e 2 apenas não foram atingidas no ano anterior por muito pouco (94%, 97%, 99%, conforme itens 5.1, 5.2 e 5.3, respectivamente).

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente. E a equipe assinala que o objetivo é que essa evolução apareça no número de feitos do gabinete em comparação aos demais.

O tempo que o gabinete leva entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 11 meses, enquanto o tempo médio na 3ª Turma é de 12 meses e o da 2ª Seção é de 14 meses. Trata-se de outro indicador positivo que merece destaque.

No que se refere aos embargos de declaração, a unidade reduziu significativamente o acervo (de 1.278 para 311).

É elogiável a organização do gabinete e, também, o comprometimento da equipe com o trabalho. Os gráficos constantes no item 32 demonstram o esforço do gabinete na redução do acervo e no cumprimento das metas do CNJ.

Por fim, no que tange às recomendações da inspeção CJF/2019, há pendência referente apenas ao processo n. 50551991120164040000 e ele deverá ser incluído na pauta telepresencial de julgamento. No que tange ao processo n. 50450947220164040000, foi exarado despacho em 15/10/2021, determinando a citação dos réus indicados pela CEF na petição inicial da ação rescisória. Quanto ao processo n. 50077725820164047100, os embargos de declaração foram incluídos na pauta virtual de 18/10/2021 cujo encerramento da sessão está previsto para 26/10/2021. E, no que tange ao processo n. 50051032320164047200, o apelo foi julgado em 7/10/2021.

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas a serem adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 33 e, também, priorizar o julgamento do processo pendente desde a Inspeção CJF/2019 (feito n. 50551991120164040000);

b) Manter e enfatizar as metas voltadas à diminuição do acervo e ao julgamento dos processos mais antigos e os com prioridade legal. Apesar dos bons resultados das Metas 4 e 6 para 2020 e 2021, priorizar o julgamento dos processos relativos à improbidade administrativa e às ações civis públicas, considerando o acervo ainda existente. Assim, o ritmo de trabalho deve ser mantido para que prossiga a diminuição do acervo; e

c) Manter o bom método de trabalho e as boas práticas que fazem do gabinete o de menor acervo entre os de igual competência.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargadora Federal Vânia Hack de Almeida

2.2 Turma

3ª Turma

2.3 Competência

Processar e julgar os feitos de natureza administrativa, civil e comercial, bem como os demais feitos não incluídos na competência das Primeira, Terceira e Quarta Seções.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Vânia Hack de Almeida.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não houve remoção.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve outro magistrado.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Daniela Carniel Antônio, Chefe de Gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Estagiários de nível superior	2
Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0

Outros	0
--------	---

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)

Total em tramitação**	4.303
Processos suspensos/sobrestados	778
Processos conclusos	3.260
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	54
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	4.303
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	4.963
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	3.260
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3.515
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	778
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.008

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	51
Mandados de segurança	3
IRDR	1
IAC	0

Arguição de inconstitucionalidade	2
Conflitos de competência	2
Reclamações	0
Ações rescisórias	30
Outros	13

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	4.252
Recursos em mandados de segurança coletivos	2
Recursos em ações populares	15
Recursos em ações de improbidade administrativa	46
Recursos em ações civis públicas	177
Recursos em ações de desapropriação	67
Recursos em ações com preferência legal	70
Outros	3.945

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	4.252
Apelações cíveis	2.654
Agravos de instrumento	1.527
Outros	71

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	778
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	3
Por Recurso Especial	1
Por Recurso Extraordinário	1

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	444
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	294
Agravos legais/regimentais	28
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	19
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	6
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	3

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	261
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	58

4.13 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	2.246
Ano anterior	1.335
2º ano anterior	336
3º ano anterior	37
4º ano anterior	16
5º ano anterior ou mais antigo	54

4.14 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	2.092
Ano anterior	953
2º ano anterior	328
3º ano anterior	73
4º ano anterior	13
5º ano anterior	14
6º ano anterior ou mais antigo	41

4.15 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição	
Ano atual	1.757
Ano anterior	895

2º ano anterior	398
3º ano anterior	149
4º ano anterior	40
5º ano anterior	2
6º ano anterior	1
7º ano anterior ou mais antigo	18

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	32
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	25

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	5.232
Total de Processos julgados	6.011
Total de Processos baixados	7.094
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-779
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-1.862

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	84
Total de feitos verificados na inspeção anterior	74
Total de feitos não regularizados	16
Total de feitos não regularizados	4

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	5.835
Processos julgados no ano anterior	6.072
Processos distribuídos no ano corrente	3.385
Processos julgados no ano corrente	3.909

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.842
Pendentes em 31/12/2020	14
Porcentagem de atendimento da meta	99,24

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.175
Pendentes em 31/12/2020	3
Porcentagem de atendimento da meta	99,86

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.198
Pendentes no último dia do mês anterior	6
Porcentagem de atendimento da meta	99,73

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.864
Pendentes no último dia do mês anterior	7
Porcentagem de atendimento da meta	99,82

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	78
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	74
Pendentes no último dia do mês anterior	2
Porcentagem de atendimento da meta	97,3

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.

Taxa de congestionamento em 2020	41,71
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	não se aplica.

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	87
Pendentes em 31/12/2020	2
Porcentagem de atendimento da meta	97,7

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	171
Pendentes no último dia do mês anterior	1
Porcentagem de atendimento da meta	99,42

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Não definida para o TRF4.

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)

% de Cumprimento da meta	84,66%
3424 - Usurpação de águas	25

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim: a) julgar em 60 dias os processos 50007935620124047121, 50727073320174040000, 50727714320174040000, 50042560920164047204 e 50009651720104047008; b) priorizar o andamento do processo 50010206820104047007; c) pautar em 60 dias os processos 5055550472017404000, 50568686520174040000, 50625396920174040000 e 50289231720154047100; d) aplicar o disposto no art. 940, § 1º, do CPC, na hipótese de não serem levados a julgamento pelo vistor no prazo de 60 dias os processos 50053712520124047004, 5010204722015404720, 50416769220174040000, 50065099020134047004, 50102047220154047201, 50101951320154047201, 50101995020154047201, 50202078720174040000, 50101917320154047201, 50101951320154047201, 50138113720174047100, 50006443520174047008, 50080188820154047100, 506835946201640; e) Priorizar o julgamento de processos de outros gabinetes em que há ou venha a existir pedido de vista; f) Priorizar o julgamento de embargos de declaração; g) Manter e enfatizar as metas voltadas à diminuição do acervo.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) julgados; b) julgados; c) julgados; d) apresentados os votos-vista, com exceção dos processos ns 50102047220154047201, 50101951320154047201, 50101995020154047201, 50101917320154047201, que foram levados a julgamento e, em questão de ordem, determinado o sobrestamento por força do Tema 1.031 do STF. f) realização de mutirão interno para elaboração dos embargos de declaração.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

e) implantamos como metodologia o imediato encaminhamento dos processos aos servidores para elaboração de minuta de voto-vista, os quais são orientados a conferir prioridade; f) está sendo feita uma conferência periódica dos embargos de declaração pendentes de julgamento, a fim de reduzir o tempo para inclusão em pauta e o acervo existente. Quanto às demais recomendações, foram todas cumpridas.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Em relação ao ano anterior (2020), o gabinete deixou de atender integralmente a meta 2 (Processos Antigos até 2015) no que concerne os seguintes processos: 50113651120154047107 e 50130319520204047002. Será conferido prioridade ao julgamento.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Considerando a facilidade de acesso oferecida pelas novas modalidades de sessão (virtual e telepresencial), estamos encontrando dificuldades relacionadas ao elevado número de sustentações orais, o que muitas vezes faz com que as sessões não se limitem ao horário de expediente. Tal situação também reflete em atraso na reinclusão em pauta dos processos retirados por oposição ao julgamento virtual, uma vez que é necessário limitar as sustentações orais por sessão, considerando o tempo regimental que é conferido a cada defensor. Outro fator relevante diz respeito à falta de servidor na Instituição, ficando inviável preencher a lotação ideal do setor. Como boas práticas, ressaltamos a implantação de listagem de modelos, que é compartilhada e constantemente alimentada pelos servidores de cada matéria e chefia, assim como a criação de grupo no Whatsapp para divulgação dos precedentes relevantes e alterações de modelos.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Daniela Carniel Antônio, Chefe de Gabinete, e Alexsandra Laurito da Fontoura, Assessora.

10 Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A unidade está subdividida em setores de acordo com a matéria, que é triada diariamente quando da distribuição. Os feitos urgentes são destacados e colocados diretamente no localizador da mesa de trabalho de cada servidor. A Assessora e a Chefe de Gabinete realizam em conjunto a conferência das minutas elaboradas pelos servidores e estagiários, bem como a leitura dos votos levados a julgamento nas sessões pelos demais desembargadores. A magistrada indica os posicionamentos para adoção por todo o grupo de trabalho, além de analisar questões complexas juntamente com os servidores. A unidade conta atualmente com 17 servidores na atividade-fim e um servidor na atividade-meio.

11 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Antes do início da pandemia havia sete servidores em teletrabalho, de forma não integral. A partir de março de 2020, foi instituído pelo TRF4 o regime de teletrabalho integral e compulsório, salvo justificativa para tratamento diverso. Neste período, magistrada, assessora e chefe de gabinete compareciam presencialmente ao TRF nos dias de sessão telepresencial. A partir de agosto de 2021, com o retorno gradual ao trabalho presencial, está sendo feito rodízio entre parte dos servidores, permanecendo a maioria em trabalho remoto.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Atualmente, está sendo utilizado o regime de teletrabalho de forma prioritária, a fim de evitar aglomeração dentro do gabinete, mantendo-se rodízio de 2 a 3 servidores de forma presencial.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

É aferida a partir da produtividade do servidor quando em trabalho presencial, bem como de acordo com a complexidade de cada demanda e a capacidade de cada servidor.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O nível de complexidade é verificado quando se realiza a conferência das minutas produzidas, enquanto que a produtividade é aferida por meio de consulta ao sistema eproc, vinculando a sigla de cada servidor. Caso haja significativa diferença entre o esperado e a produção realizada, fazemos uma reunião com o servidor buscando verificar os motivos do ocorrido e, a partir de então, conceder um suporte para restabelecer a produção. Durante a pandemia, foi constatado um caso de sensível queda no desempenho e, após reunião, foi verificada a existência de problema de saúde, o que fez com que o servidor optasse por ser realocado para outro setor do Tribunal. Pequenas reduções não são consideradas como motivo para intervenção imediata, passando a situação a ser monitorada com mais atenção.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não se aplica, porque não possuímos mais processos físicos.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos eletrônicos são organizados de acordo com a matéria e colocados em localizadores correspondentes, criados no sistema eproc. Confeccionada a minuta, o feito é redirecionado para conferência e, posteriormente, incluído em pauta. A partir da elaboração dos votos/decisões, toda a movimentação é realizada considerando o status da minuta ou os localizadores.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

A Chefe de Gabinete faz acompanhamento constante do acervo do gabinete, verificando a existência de processos que tenham prioridade de julgamento e encaminhando-os ao servidor responsável pela elaboração de minuta. As metas também são incluídas como lembrete na capa do processo e os feitos com prioridade ganham um segundo localizador que os destacam como prioritários. Há também servidor destacado para verificação diária do ingresso de processos com anotação de urgência. Os embargos declaratórios são encaminhados diretamente ao servidor que confeccionou a minuta e, em caso de rediscussão, são redirecionados aos estagiários. Os agravos internos são encaminhados diretamente ao servidor da matéria. Processos remetidos a outros setores são identificados pelo evento e o localizador específico, sendo revisados periodicamente.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Não há metas pré-estabelecidas, contudo é observado o número de processos distribuídos com a intenção de buscar constantemente superá-los de forma coletiva.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não temos política de recompensa.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim, tão logo identificada a existência de processo com prioridade legal, é incluído um segundo localizador que o destaca como prioritário. Em relação aos processos constantes das metas do CNJ, é colocado lembrete na capa do processo, além de ser encaminhado ao servidor responsável, o qual é instruído a priorizar a elaboração da minuta para inclusão em pauta de julgamento com a maior brevidade possível.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, é dada orientação aos servidores no sentido de que, uma vez identificada a possibilidade de aplicação do art. 932 do CPC, deve ser elaborada a minuta de decisão terminativa e encaminhada para conferência e assinatura.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Algumas matérias, por discutirem temas mais repetitivos, possuem entendimento já sedimentado pela magistrada, cujos votos e decisões ficam disponíveis para consulta pelos servidores no sistema eproc. O sistema eproc permite a criação de textos padronizados ou a utilização de textos base, sendo que ambos são utilizados para a elaboração da minuta. Havendo alteração de entendimento, todos os servidores são avisados para que passem a observar a nova orientação.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A partir da leitura das minutas é possível extrair a necessidade de capacitação de cada servidor, o que é identificado pelas chefias, que sugerem a criação de cursos ao Núcleo de Capacitação deste Tribunal.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Diariamente recebemos informações sobre afetações e julgamentos de recursos repetitivos. Havendo determinação de sobrestamento nos referidos feitos, é minutada decisão neste sentido e criado localizador específico para cada tema de sobrestamento. Havendo julgamento dos temas, os processos sobrestados passam a ser reativados para julgamento. Atualmente, estão sobrestados processos envolvendo as seguintes matérias: Tema 1.039 do STJ, ADI n. 5.090, ADPF 742, RE 632.212, IRDR 71 STJ, Tema 1.086 STF, Tema 966 STF, Tema 1.031 do STF, Tema 1.080 STJ, IRDR 28 TRF4, IRDR 23 TRF4, Tema 527 STF, além das demandas encaminhadas para o Setor de Conciliação. Estão sendo reativados e incluídos em pauta gradativamente os processos relativos ao Tema 1.011 STF; IRDR 20 TRF4 e Tema 1.021 STJ, uma vez que já publicados os respectivos acórdãos paradigmas.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim, sempre que vislumbrada a possibilidade de acordo, os autos são remetidos à Secretaria do Sistema de Conciliação do Tribunal. Inclusive está em andamento um grande projeto de conciliação envolvendo execuções da ação coletiva n. 0002767-94.2001.4.01.3400, que buscam diferenças a título de Retribuição Adicional Variável RAV.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não foi recebido nenhum tipo de auxílio no período.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Em geral, procura-se priorizar a inclusão em pauta dos processos com pedido de vista. Quando se trata de matéria de pouca complexidade, buscamos levar na primeira sessão em que for possível a inclusão em pauta (observando os prazos de intimação). O prazo de inclusão dos demais varia de acordo com a maior ou menor complexidade do tema.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Acerca da jurisprudência das Cortes Superiores, há um sistema informativo do Tribunal que comunica aos gabinetes todos os precedentes relevantes que são julgados, o que é recebido pela Chefe do Gabinete e pela Assessora. Os julgamentos desta Corte são acompanhados pela leitura da pauta e acompanhamento das sessões. Além disso, faz-se mediante acesso à pesquisa de jurisprudência existente no eproc e no Portal do TRF4. Todos os precedentes relevantes são repassados aos servidores mediante canal de comunicação remota.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, normalmente os votos são disponibilizados uma semana antes do início da sessão, permitindo a leitura e discussão prévia dos temas pelos integrantes do colegiado e servidores do gabinete. Este método permite, muitas vezes, a apresentação de voto-divergente (na mesma sessão), ao invés da indicação de pedido de vista, o que contribui para a celeridade do julgamento.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais ocorrem normalmente uma vez por mês, com duração mínima de 5 (cinco) dias, sendo os votos previamente disponibilizados aos integrantes do colegiado e servidores do gabinete. Nesta modalidade, mostra-se viável a apresentação de sustentação de argumentos pelos procuradores, que pode ser feita mediante a juntada de arquivo de vídeo ou de texto. Pretendendo o procurador realizar sustentação oral de forma telepresencial, nas mesmas hipóteses previstas para as sessões presenciais, pode manifestar sua oposição ao julgamento virtual, sendo os autos retirados de pauta e reincluídos, com a maior brevidade possível, em sessão telepresencial.

28. A unidade possui plano de gestão?

Não há um plano formalizado, porém são implementadas ações com o intuito de melhor gerir a equipe, podendo ser ressaltado o aperfeiçoamento da comunicação do grupo de trabalho (fator que foi fundamental durante a pandemia) de forma a orientar os posicionamentos e manter o engajamento dos servidores; a existência de monitoramento da produtividade e o acompanhamento dos indicadores de desempenho da unidade.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Temos um claro de lotação, com dificuldade de preenchimento da vaga. Os materiais e equipamentos fornecidos pelo TRF4 atendem a qualidade esperada.
b) gestão do trabalho	A gestão do trabalho é feita mediante a adoção de ações relacionadas ao aperfeiçoamento da comunicação do grupo de trabalho de forma a orientar os posicionamentos e manter o engajamento dos servidores; a existência de monitoramento da produtividade e o acompanhamento dos indicadores de desempenho da unidade.
c) resultados	Apesar da pandemia, que exigiu uma adaptação às novas rotinas de trabalho, o gabinete segue mantendo um bom índice de produtividade, logrando reduzir continuamente o acervo.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Cumprir as metas do CNJ, buscando levar a julgamento um número maior de processos do que os distribuídos, atentando para as ações de improbidade, coletivas, ambientais e originárias, bem como para os feitos urgentes. Ainda, há preocupação em conferir a maior celeridade possível para a baixa do acervo. Além de observar a celeridade, este gabinete tem por norte atender com qualidade as demandas que são trazidas a esta Corte, analisando com profundidade as teses suscitadas e evitando o uso da fundamentação *per relationem*.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

- Busca de aprimoramento dos métodos de trabalho; - compartilhamento do conhecimento entre os servidores; - qualificação dos servidores; - implantação de listagem de modelos para consulta; - ampliação dos textos padronizados para aplicação nas minutas.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A ampliação do regime de teletrabalho poderia se tornar efetiva, uma vez que restou comprovado inexistir perda de produtividade, assim como a utilização de canais de

comunicação informais, tais como whatsapp e zoom. Além disso, a manutenção das sessões telepresenciais, ao menos de forma parcial, pois viabilizam o maior acesso ao Poder Judiciário, já que o advogado pode exercer o direito de sustentação oral de qualquer localidade, mediante o uso de qualquer tipo de aparelho, seja um computador, tablet, notebook ou mesmo via celular, bastando apenas ter acesso à internet.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

A instrução é para que cada servidor acompanhe sua matéria, buscando apreciar os processos em ordem cronológica ou por lotes de temas similares, além das urgências, que lhe são atribuídas. Além disso, é feito um acompanhamento pela Chefe de Gabinete, que monitora mensalmente os sistemas de controle (G4 e Relatório de Acervo eproc), a fim de identificar os feitos que demandam maior atenção, notadamente as prioridades legais e os feitos antigos, repassando a informação ao servidor responsável pelo tema para que seja elaborada a minutada de voto/decisão com preferência.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

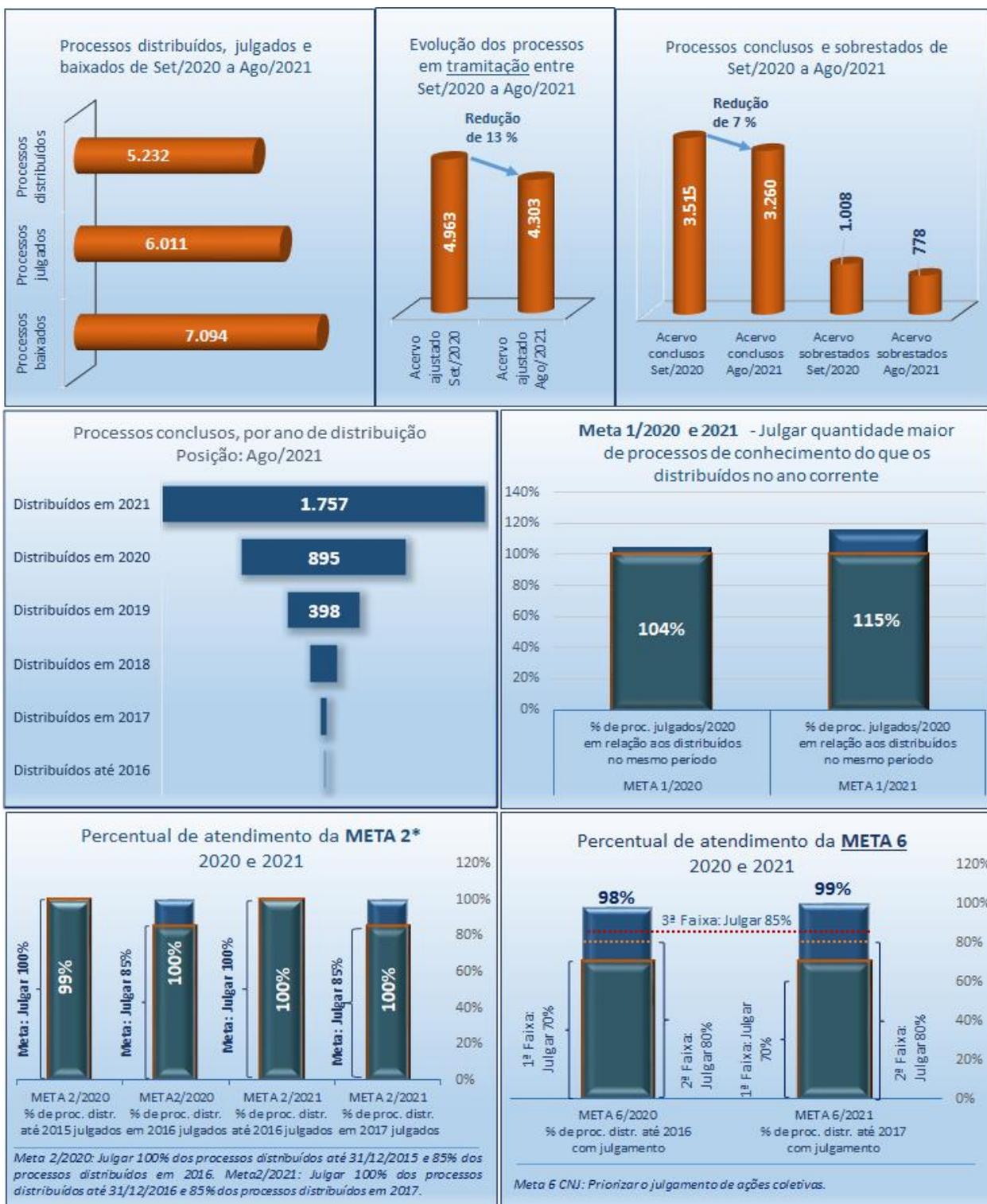
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50470461820184040000	12/12/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Diante da criação de um Projeto de Conciliação sobre o tema, o feito foi remetido aos SistCon em 1º/7/2019 e não retornou até o momento.		
50166676020194040000	17/4/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Os autos ficaram no SistCon de 1º/7/2019 a 12/2/2021, diante das tratativas das partes na formalização de acordo, o qual acabou não se concretizando. Julgamento do agravo de instrumento será priorizado.		
50406858220184040000	25/10/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Diante da criação de um Projeto de Conciliação sobre o tema, o feito foi remetido aos SistCon em 16/12/2019 e não retornou até o momento.		
50429757020184040000	13/11/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Diante da criação de um Projeto de Conciliação sobre o tema, o feito foi remetido aos SistCon em 1º/7/2019 e não retornou até o momento.		
50429782520184040000	13/11/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Diante da criação de um Projeto de Conciliação sobre o tema, o feito foi remetido aos SistCon em 1º/7/2019 e não retornou até o momento.		
50200086020204040000	22/5/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 19/10/2021.		
50197184520204040000	21/5/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 19/10/2021.		
50176927420204040000	11/5/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 31/8/2021.		
50001666020214040000	6/1/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo havia sido incluído em pauta e sobreveio manifestação da agravante que havia protocolado pedido de desistência da ação principal. Feito aguarda a análise de tal pedido pelo magistrado de primeiro grau.		
50205109620204040000	25/5/2020	Ação Rescisória (Seção)
Observação/Providência: Ainda não incluído em pauta, julgamento será priorizado.		
50014999620174047013	18/10/2018	Ação Civil Pública

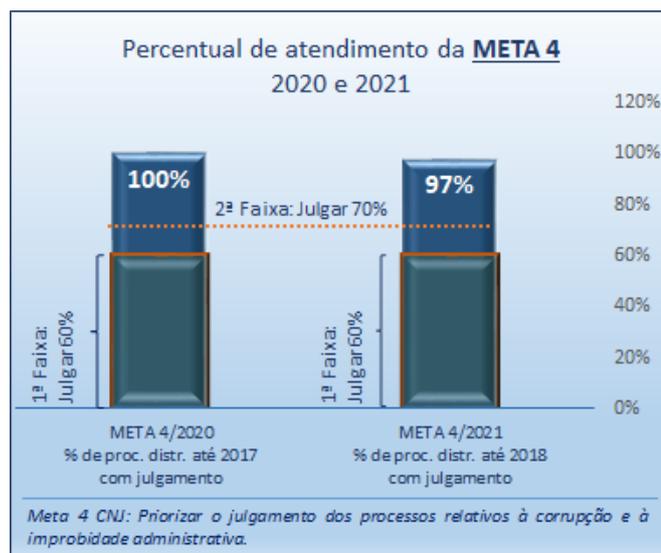
Observação/Providência: Processo não distribuído ao Gabinete da Desembargadora Federal Vânia Almeida, mas sim ao da Desembargadora Federal Vivian Caminha.		
50239368920164047200	14/1/2019	Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Processo não distribuído ao Gabinete da Desembargadora Federal Vânia Almeida, mas sim ao do Desembargador Federal Victor Laus.		
50075968520124047208	1º/12/2016	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo não distribuído ao Gabinete da Desembargadora Federal Vânia Almeida, mas sim ao do Desembargador Federal Luís Aurvalle.		
50114863020194047000	29/8/2019	Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Processo não distribuído ao Gabinete da Desembargadora Federal Vânia Almeida, mas sim ao do Desembargador Federal Leandro Paulsen.		
50051050620194047000	18/10/2019	Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Processo não distribuído ao Gabinete da Desembargadora Federal Vânia Almeida, mas sim ao do Desembargador Federal Victor Laus.		
50369864920194040000	28/8/2019	Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade
Observação/Providência: O voto da relatora no presente Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade foi levado a julgamento na sessão de 25/2/2021, havendo pedido de vista do Desembargador Federal Osni Cardoso Filho, sendo os autos remetidos ao sei Gabinete.		
50651526220174040000	17/11/2017	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Rescisória transitou em julgado em 22/3/2021, afastando a prescrição e declarando o direito dos substituídos ao prosseguimento do feito executivo originário. Nestes autos, prossegue apenas a execução dos honorários, estando no aguardo do pagamento da RPV, expedida em 24/8/2021.		
50143891820214040000	9/4/2021	Correição Parcial (Turma)
Observação/Providência: O julgamento prolatado nesta Correição Parcial transitou em julgado em 30/8/2021, sendo baixado na mesma data.		
50088936420154047001	27/7/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Voto-vista apresentado na sessão de 31/8/2021.		
50724857120184047100	28/1/2021	Apelação Cível
Observação/providências: Após pedido de vista, o feito foi sobrestado em decorrência do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas n. 5052995-52.2020.4.04.0000.		
50292493120164047200	26/2/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Voto-vista apresentado na sessão de 31/8/2021.		
50085297220184047200	18/3/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Ainda não incluído em pauta, pedido de vista será priorizado.		
50014269520204047215	9/3/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo não distribuído ao Gabinete da Desembargadora Federal Vânia Almeida, mas sim ao da Desembargadora Federal Vivian Caminha.		
50518408820194047100	11/3/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: Após pedido de vista, o feito foi sobrestado em decorrência do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas n. 5052995-52.2020.4.04.0000		
50130238720124047200	28/9/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo retornou do STJ para rejuízo dos embargos de declaração, encontrando-se no Gabinete do Desembargador Federal Rogério Favreto, que foi o relator para o acórdão.		
50548455520184047100	7/6/2019	Apelação Cível

Observação/Providência: Embargos de declaração incluídos na pauta virtual de 27/9 a 5/10/2021.		
50455055320194047100	17/10/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração incluídos na pauta virtual de 27/9 a 5/10/2021.		
50230891820104047000	20/10/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração incluídos na pauta virtual de 27/9 a 5/10/2021.		
50448239820194047100	2/3/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração incluídos na pauta virtual de 27/9 a 5/10/2021.		
50004129520184047005	5/9/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração incluídos na pauta virtual de 27/9 a 5/10/2021.		
50261510220194040000	18/06/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Ainda não incluído em pauta, julgamento será priorizado.		
50440720820184040000	22/11/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Diante da criação de um Projeto de Conciliação sobre o tema, o feito foi remetido aos SistCon em 1º/7/2019 e não retornou até o momento.		
50369836020204040000	5/8/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo já julgado na sessão virtual de 16 a 24/8/2021.		
50157923820164047100	15/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta virtual de 27/9 a 5/10/2021.		
50646867920154047100	22/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 19/10/2021.		
50078682720174047201	8/2/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 10 a 21/9.		
50480199020164047000	8/2/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 19/10/2021.		
50624164820164047100	14/3/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Questão de ordem incluída na pauta virtual de 27/9 a 5/10/2021.		
50017473920104047100	14/8/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração incluídos na pauta virtual de 27/9 a 5/10/2021.		
50433172920154047100	4/10/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração incluídos na pauta virtual de 27/9 a 5/10/2021.		
50075523520174047000	4/7/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração incluídos na pauta virtual de 27/9 a 5/10/2021.		
50044944420154047210	7/2/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração incluídos na pauta virtual de 27/9 a 5/10/2021.		
50130319520204047002	18/6/2004	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Ainda não incluído em pauta, julgamento será priorizado.		
50470180320124047100	17/10/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo encaminhado ao Gabinete da Desembargadora Federal Marga Tessler, relatora para o acórdão, para análise dos Embargos Declaratórios.		
50113651120154047107	22/10/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Ainda não incluído em pauta, julgamento será priorizado.		
50116568620164047200	6/12/2017	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Embargos de declaração incluídos na pauta virtual de 27/9 a 5/10/2021.		
50456502620164047000	5/5/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo encaminhado ao Gabinete do Desembargador Federal Victor Laus, relator para o acórdão, para análise dos Embargos Declaratórios.		
50230261720154047000	5/10/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Embargos de declaração incluídos na pauta virtual de 27/9 a 5/10/2021.		
50080738720114047000	22/7/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 10 a 21/9.		
50529327620204047000	4/5/2005	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Retornou da Vice-Presidência em 16/3/2021, desde então estamos buscando localizar os embargados para promoverem a regularização da representação processual, considerando o óbito do procurador e de algumas partes. Tão logo cumprida a determinação, os autos serão incluídos em pauta.		
50117189520214049999	3/6/2005	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Os autos estavam arquivados desde 19/7/2012, sendo reativados com pedido de alvará, o qual foi expedido em 31/8/2021, intimando-se a parte. Há prazo para manifestação até o dia 27/09/2021 e, no silêncio, já foi determinado o retorno ao Arquivo.		
50521575720174047100	25/7/2018	-
Observação/Providência: O primeiro julgamento decidiu, por maioria, afastar a preliminar de inadequação da via eleita e determinar o retorno dos autos a esta relatora para prosseguir com o julgamento do mérito, restando dispensada a lavratura de acórdão. O processo já foi incluído na pauta virtual de 27/9 a 5/10/2021.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 47 processos selecionados para aferição, todos foram inspecionados e eram todos eletrônicos.

Em relação aos processos aferidos, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias) os feitos n. 5026151-02.2019.4.04.0000; n. 5003422-66.2017.4.04.7108 e n. 5001158-41.2020.4.04.7215;

b) Incluir em julgamento em até 30 dias (processos com pedido de vista há mais de 180 dias) o feito n. 5008529-72.2018.4.04.7200;

c) Tendo em vista a alegação de perda de objeto formulada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI em 30/4/2021 (evento 26), procurar adotar providências para impulsionar o feito n. 5000166-60.2021.4.04.0000;

d) Tendo em vista que os processos n. 5047046-18.2018.4.04.0000; n. 5040685-82.2018.4.04.0000; n. 5042975-70.2018.4.04.0000; n. 5042978-25.2018.4.04.0000 e n. 5044072-08.2018.4.04.0000 foram remetidos ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos em 1/7/2019 e ainda não há notícia sobre realização de eventual conciliação, adotar providências para impulsionar os feitos e;

e) Os processos n. 5036986-49.2019.4.04.0000; n. 5047018-03.2012.4.04.7100 e n. 5045650-26.2016.4.04.7000 foram levados a julgamento e houve pedido de vista realizado pelo Desembargador Federal Osni Cardoso Filho, pela Desembargadora Federal Marga Tessler e pelo Desembargador Federal Victor Laus, respectivamente, o que impediu a sua conclusão. Consta recomendação específica ao vistor para apresentar o voto no prazo de 30 dias.

Os demais processos listados no item 9, acima, encontram-se regularizados.

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente recebida pela Desembargadora Federal Vânia Hack, pela Chefe de Gabinete Daniela Carniel Antônio e pela Assessora Alexandra Laurito da Fontoura.

Durante a entrevista, a Chefe de Gabinete informou que atualmente a equipe atua em trabalho remoto parcial de maneira escalonada, de modo que todos os dias há pelo menos um servidor presencialmente no órgão.

É elogiável a distribuição de trabalho no gabinete e, desde a Inspeção anterior, a produtividade comparativa sempre foi destacada, em relação a gabinetes com igual competência. A distribuição busca conjugar as potencialidades de cada servidor com a especialização de matérias.

O gabinete destacou que as estatísticas revelam o decréscimo do acervo existente na unidade e o ganho de tempo obtido com o trabalho remoto dos servidores, especialmente com a redução de embargos de declaração conclusos, de recursos em ações de improbidade administrativa e em ações civis públicas envolvendo material ambiental.

No que tange ao quadro de pessoal, a equipe é composta por 18 servidores, dos quais 17 atuam em atividade-fim e um em atividade-meio. Há uma vaga disponível na unidade. Conforme informado em entrevista, um dos servidores enfrentou problemas pessoais durante a pandemia, com queda de produtividade, e optou por ser realocado em outro setor do Tribunal. Posteriormente, uma servidora pediu remoção para o Núcleo de Conciliação e, por fim, o gabinete recebeu novo funcionário, de modo que a unidade continua sem a lotação completa.

Entre as dificuldades reportadas, a Desembargadora Vânia salienta que a principal é a pertinente à excessiva distribuição de feitos para a especialidade da 3ª e 4ª Turmas, tema que deve levar a um redimensionamento, quando da ampliação do TRF-4.

Não obstante a grande distribuição, o gabinete vem apresentando bons resultados na diminuição do acervo e, tão logo a equipe esteja completa, os indicadores devem revelar ainda melhores resultados.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 4.533 para 3.260). Considerado o período de doze meses, de agosto de 2020 a julho de 2021, o número de feitos conclusos decresceu de 3.515 feitos para 3.260.

Em comparação à inspeção CJF/2019, o número total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 382 para 294. Por outro lado, houve aumento do total de tutelas provisórias concedidas pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado (de 33 para 58).

Da mesma forma, o número total de processos conclusos para voto-vista, há mais de 30 dias, aumentou de 13 para 25.

Conforme dados da Estatística, o acervo do Gabinete diminuiu (item 32) e a Meta 2 não foi atingida no ano anterior por muito pouco (99,24%, conforme item 5.2).

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente. A Desembargadora assinala que o objetivo é que essa evolução apareça no número de feitos do gabinete em comparação aos demais.

O tempo que o gabinete leva entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 10 meses, enquanto o tempo médio na 3ª Turma é de 12 meses e o da 2ª Seção é de 14 meses. Trata-se de indicador positivo, que merece destaque.

É possível que o acréscimo do número total de processos conclusos para voto-vista, bem como o total de tutelas provisórias concedidas pelo relator por decisão unipessoal há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado se deva à adaptação ao trabalho remoto, já que há alternância entre as sessões virtuais e as sessões telepresenciais.

É elogiável a organização do gabinete e, também, o comprometimento da equipe com o trabalho. Os gráficos constantes no item 32 demonstram o esforço do Gabinete na redução do acervo e no cumprimento das Metas do CNJ.

Por fim, no que tange às recomendações da Inspeção CJF/2019, há 4 (quatro) pendências, referentes aos processos n. 5010204-72.2015.4.04.7201; n. 5010195-13.2015.4.04.7201; n. 5010199-50.2015.4.04.7201 e n. 5010191-73.2015.4.04.7201, que possuíam recomendação de julgamento em 60 dias. A unidade informa que foi determinado o sobrestamento dos feitos até o trânsito em julgado do Tema 1031 da Repercussão Geral do STF.

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas a serem adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 33;

b) Apesar dos bons resultados das Metas 4 e 6 para 2020 e 2021, priorizar o julgamento dos processos relativos à improbidade administrativa e às ações civis públicas, considerando o acervo existente;

c) Continuar a priorizar o julgamento dos embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias, bem como dos processos com tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado;

d) Continuar a priorizar o julgamento de processos de outros gabinetes em que há pedido de vista;

e) Manter e enfatizar as metas voltadas à diminuição do acervo e ao julgamento dos processos mais antigos e os com prioridade legal. Apesar de não cumprida a Meta

2 no ano anterior (diferença muito pequena, conforme item 35), o Gabinete deve atingi-la neste ano. Assim, o ritmo de trabalho deve ser mantido para que prossiga a diminuição do acervo; e

f) Manter o bom método de trabalho e as boas práticas.

GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gab43 - Gabinete do Desembargador Federal Victor Luiz dos Santos Laus

2.2 Turma

4ª Turma

2.3 Competência

Administrativo, Civil e Comercial

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Victor Luiz dos Santos Laus

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

O Desembargador Federal Victor Luiz dos Santos Laus foi Presidente do TRF4 no período de 27/6/2019 a 21/6/2021, e retornou à jurisdição em 21/6/2021.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

obs: como colhido pela equipe de inspeção junto à unidade, no período de 06/2019 a 20/6/2021, o magistrado responsável pelo órgão era o Desembargador Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira, atualmente na Presidência da Corte.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Gaspar Paines Filho

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	13
---------------------	----

Servidores sem vínculo	02
Estagiários de nível superior	03

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)

Total em tramitação**	4.733
Processos suspensos/sobrestados	387
Processos conclusos	4.155
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	02
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculado ao Gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete - excluem aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	4.733
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	5.602
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	4.155
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	4.138
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	387
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	913

*O Acervo ajustado no TRF - corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prejudicado.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Prejudicado.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Prejudicado.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Prejudicado.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	52
Mandados de segurança	08

IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	2
Reclamações	0
Ações rescisórias	27
Outros	15

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	4.681
Recursos em mandados de segurança coletivos	04
Recursos em ações populares	26
Recursos em ações de improbidade administrativa	101
Recursos em ações civis públicas	297
Recursos em ações de desapropriação	79
Recursos em ações com preferência legal	94
Outros	4.174

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	4.681
Apelações cíveis	3.178
Agravos de instrumento	1.451
Outros	52

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	387
Por IRDR	81
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	3
Por Recurso Extraordinário	103

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	506
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	459
Agravos legais/regimentais	191
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	173
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	19
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	08

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	135
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	43

4.13 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	1.994
Ano anterior	1.170
2º ano anterior	361
3º ano anterior	67
4º ano anterior	141
5º ano anterior ou mais antigo	38

4.14 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	2.021
Ano anterior	1.149
2º ano anterior	724
3º ano anterior	73
4º ano anterior	20
5º ano anterior	101
6º ano anterior ou mais antigo	48

4.15 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição	
Ano atual	2.003
Ano anterior	832

2º ano anterior	653
3º ano anterior	431
4º ano anterior	64
5º ano anterior	27
6º ano anterior	118
7º ano anterior ou mais antigo	27

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	03
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	32

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	5.295
Total de Processos julgados	5.850
Total de Processos baixados	7.364
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-555
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-2.069

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	79
Total de feitos não regularizados	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	68
Total de feitos não regularizados	

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	5.924
Processos julgados no ano anterior	6.286
Processos distribuídos no ano corrente	3.387
Processos julgados no ano corrente	3.668

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.310
Pendentes em 31/12/2020	4
Porcentagem de atendimento da meta	99,83

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.795
Pendentes em 31/12/2020	3
Porcentagem de atendimento da meta	99,83

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.198
Pendentes no último dia do mês anterior	16
Porcentagem de atendimento da meta	99,27

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.432
Pendentes no último dia do mês anterior	8
Porcentagem de atendimento da meta	99,67

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	55
Pendentes em 31/12/2020	9
Porcentagem de atendimento da meta	83,64

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	81
Pendentes no último dia do mês anterior	29
Porcentagem de atendimento da meta	64,20

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020

Taxa de congestionamento em 2020	44,94
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	Não se aplica.

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	85
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	119
Pendentes no último dia do mês anterior	4
Porcentagem de atendimento da meta	98,32

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Não se aplica.

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)

% de Cumprimento da meta	21,78%
3424 - Usurpação de águas	202

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não se aplica.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não se aplica.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não se aplica.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Não se aplica.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O trabalho do gabinete é desenvolvido pela Assessoria, Chefia de Gabinete e Assessoria Adjunta. Concentra-se na Assessoria as atividades vinculadas à atuação, sobretudo, nas pautas das sessões dos órgãos fracionários que o magistrado integra, a saber, 4ª Turma, 3ª Turma em sessão ampliada, 2ª Seção e Corte Especial. Nesse aspecto, analisa as minutas propostas pelos demais desembargadores com o fito de franquear elementos ao Desembargador Federal Laus para exame da sua posição e eventuais divergências. Ainda, minuta votos decorrentes da pauta, bem assim também orienta a equipe. A Chefia de Gabinete é responsável, mormente, pela gestão do acervo processual e de questões afetas a recursos humanos, como p.e., distribuição de processos, controle de temas, agendamento de férias, etc. Além disso, procede aos contatos com advogados. A Assessoria Adjunta atua, sobremaneira, nas urgências e orienta a equipe nos Als. Há grande dificuldade decorrente do volume e da ausência de provimento de claros de lotação.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Gaspar Paines Filho.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

O trabalho é distribuído entre os servidores, organizados em GTs, com a finalidade de especialização nos temas. Atualmente, a Assessoria Adjunta, que analisa os processos urgentes, tem atuação da sua coordenadora e o apoio de 4 servidores, força de trabalho que se mostra insuficiente diante do elevando número de processos distribuídos diariamente. Os demais servidores ficam concentrados na redação de minutas de mérito, preferencialmente em matérias especializadas.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim, atualmente, em razão do período pandêmico, as atividades são executadas remotamente, excetuados os servidores em nível de assessoramento, que trabalham em gabinete.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Como dito acima, parcial.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Considerando que o Desembargador assumiu o acervo há aproximadamente 90 dias e os servidores lotados no gabinete estão se adaptando à matéria, a distribuição do trabalho em cota, apesar de tímido, vem sendo atendido a contento. Isto é, cada servidor recebe de matéria específica lotes de 10 processos com prazo para entrega conforme a complexidade.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

A Chefia, observando o não cumprimento da meta estabelecida, procura antes examinar a complexidade dos processos submetidos aos servidores, que na maioria das vezes justificam a razão pela qual a meta não foi cumprida. Todavia, havendo outro motivo, é feita uma análise da situação concreta e realizado um diálogo com o servidor para saber as razões da dificuldade.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não se aplica.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos são organizados por localizadores de matérias e nomes de servidores.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Pelo painel de Diretor de Secretaria, bem como através de localizadores preferenciais criados para essa finalidade. Também o controle é feito pelo G4.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim. A cada servidor é atribuído um número de processos que varia conforme a matéria e complexidade, havendo atribuição de prazo para conclusão do exame e entrega das respectivas minutas.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Em razão do pouco tempo com a matéria, o gabinete ainda se encontra em fase de reestruturação.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Há localizadores, bem assim informações no próprio processo ressaltando a especificidade do processo.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, sempre quando possível, mas observando situações que não ensejam retrabalho, como possível retorno em agravo interno.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos estão disponíveis na área de trabalho, sendo revisados conforme orientação do Desembargador e julgamentos das turmas e Cortes Superiores.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Sempre quando identificada alguma deficiência específica que decorrem da revisão das minutas.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Os processos sobrestados são identificados e alocados em localizadores de acordo com o respectivo tema e matéria. Encontram-se sobrestados os seguintes temas: IRDR/TRF4 28, STJ 1042, STJ 1033, STJ 731 (ADI 5090 STF), STF 1031, STJ 1010, STF 1011, STJ 1086, STF 976, STF 1002, STJ 1062, STJ 1021, IRDR/TRF4 13, IRDR/TRF4 27, IRDR/TRF4 10, IRDR/TRF4 23, IRDR/TRF4 71; Ainda, há processos sobrestados referente ao Tema 264 STF, "Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança", pois, tendo em vista o grande número de feitos acumulados no longo período de sobrestamento, não se pode dar seguimento à totalidade dos recursos, até porque, parte deles está sendo objeto de análise para fins de conciliação.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim, sempre quando cabível.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não, como dito antes, o Desembargador assumiu o acervo em 21/6/2021.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Procura-se apresentar os pedidos de vista nas sessões imediatamente subsequentes, contudo, eventualmente, considerando a extensão, tanto qualitativa quanto quantitativa das pautas de julgamento de um lado, e o quadro deficitário de servidores,

abordado no item anterior, pode, conforme a complexidade do(s) recurso(s), haver exceção ao padrão aludido. Porém, procura-se sempre observar o semestre. Registra-se, todavia, que se tem por objetivo evitar pedidos de vista, isto é, procura-se divergir quando possível ou acompanhar o relator na sessão em que pautado o recurso, objetivando-se evitar eventual mora na conclusão dos julgamentos.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

No que diz respeito aos temas, recebe-se frequentemente a atualização da Coordenadoria de Gestão de Precedentes desta Corte, bem assim, seja quanto aos representativos de controvérsia e repercussões gerais, seja quanto à jurisprudência dos Tribunais Superiores em geral, realiza-se a pesquisa nos respectivos sítios eletrônicos. Consoante a necessidade, recebe-se suporte da qualificada biblioteca desta Corte.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim. As minutas de voto são disponibilizadas previamente às sessões de julgamentos, de modo a franquear o devido exame pelos demais gabinetes dos respectivos órgãos julgadores.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Após incluídos os processos em pauta, as minutas, via de regra, são disponibilizadas antes do início do período de julgamento das sessões desse jaez. No referido intervalo, examinam-se as minutas propostas, assim como discutem-se os casos com os demais gabinetes e desembargadores, sanando-se eventuais dúvidas e divergências.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A força de trabalho ideal dos gabinetes cíveis é de 19 servidores. Atualmente, o gabinete conta com a colaboração de 15 servidores e três estagiários. Portanto, existem três claros de lotação que representam grande impacto no normal desenvolvimento dos trabalhos e cumprimento de metas.
b) gestão do trabalho	O acompanhamento do trabalho é realizado permanentemente por meio de grupo de whatsapp, onde as dúvidas e questionamento são resolvidos e aproveitados por toda a equipe.
c) resultado	O retorno quantitativo vem sendo atingido de forma progressiva, na exata proporção do domínio pelos servidores dos temas em que estão atuando.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Cumprir as metas estabelecidas pelo CNJ, notadamente, julgar mais processos em relação à distribuição. Priorizar a inclusão em pauta de processos mais antigos. Manter saneados processos relacionados a pedidos de urgência com decisão e julgamento sempre o mais breve possível.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

O preenchimento de todos os claros de lotação permitirá uma melhor atuação da equipe, visando atingir os objetivos delineados anteriormente.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

No período pandêmico, o trabalho remoto foi uma imposição em todas as áreas. Provavelmente, se tornará permanente o rodízio entre servidores do trabalho presencial.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Os processos sem movimentação são controlados mediante triagem ordinária de recebimento de processos, bem como pelo painel de Diretor de Secretaria, que indica a superação do prazo limite sem movimentação. Além disso, por meio do G4.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50325897820184040000	24/8/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento em andamento. Houve pedido de vista da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha na Sessão Telepresencial de 9/6/2021.		
50365009820184040000	24/9/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento em andamento. Houve pedido de vista da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha na Sessão Telepresencial de 9/6/2021.		
50287455220204040000	26/6/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento em andamento. Houve pedido de vista da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha na Sessão Telepresencial de 9/6/2021.		
50005571520214040000	12/1/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Está pendente a intimação da parte agravada. Já foram realizadas várias tentativas, porém todas infrutíferas. Restou determinada a intimação por meio de oficial de justiça.		
50539014220204040000	13/11/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento em andamento. Houve pedido de vista da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha na Sessão Telepresencial de 9/6/2021.		
50468825820154040000	23/11/2015	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo interno julgado na Sessão Virtual de 24/8 a 1º/9/2021.		
50459056620154040000	18/11/2015	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo interno julgado na Sessão Virtual de 24/8 a 1º/9/2021.		

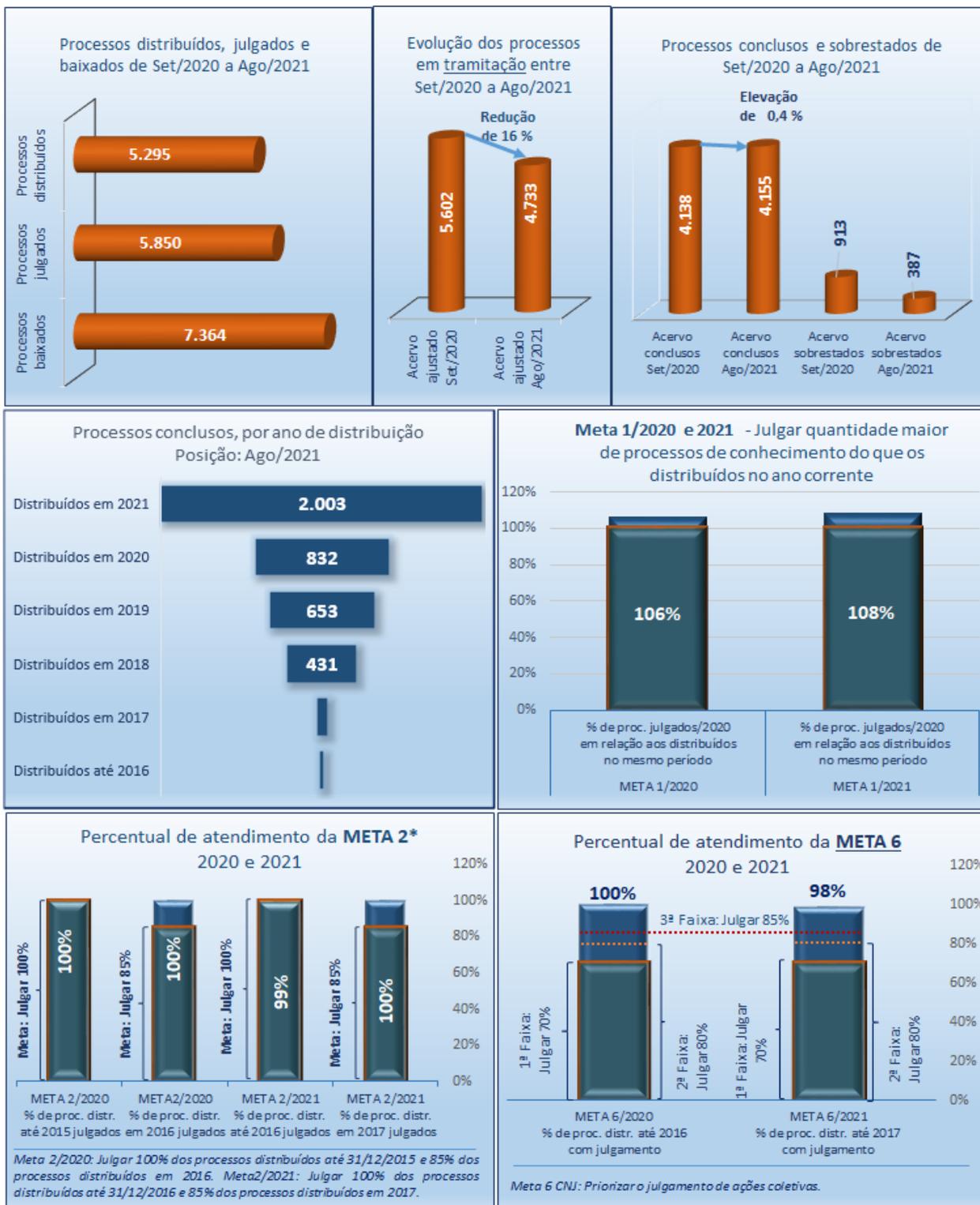
50465249320154040000	20/11/2015	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo interno julgado na Sessão Virtual de 24/8 a 1º/9/2021.		
50465404720154040000	20/11/2015	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo interno julgado na Sessão Virtual de 24/8 a 1º/9/2021.		
50465448420154040000	20/11/2015	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo será incluído em pauta para julgamento com a maior brevidade possível, ainda neste semestre.		
50431070720174047100	11/12/2018	Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Processo de relatoria da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha. A unidade foi comunicada.		
50093698420154047201	7/11/2018	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo de relatoria do Desembargador Federal Luís Alberto D Azevedo Aurvalle. A unidade foi comunicada.		
50066506420174047200	12/2/2019	Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: O processo possui um grau de complexidade elevado. A equipe assumiu o acervo em 21/6/2021. De todo modo, o processo será incluído em pauta para julgamento com a maior brevidade possível, ainda no primeiro semestre de 2022.		
50564894720154047000	13/3/2019	Ação Civil Pública do Código de Defesa do Consumidor
Observação/Providência: Processo de Relatoria do Desembargador Federal Rogério Fraveto, 3ª Turma desta Corte.		
50002187820174047216	21/1/2019	Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: O processo possui grau de complexidade elevado. A equipe assumiu o acervo em 21/6/2021. De todo modo, será incluído em pauta para julgamento com a maior brevidade possível, ainda no primeiro semestre de 2022.		
50479359820204040000	17/11/2011	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Execução de honorários advocatícios. Foi realizada transação nestes autos. Processo baixado.		
50599968820204040000	18/12/2020	Conflito de Competência (Seção)
Observação/Providência: O processo será incluído em pauta para julgamento com a maior brevidade possível.		
50253883020214040000	21/6/2021	Ação Civil Coletiva
Observação/Providência: Efetuada a baixa por erro de distribuição em 8/9/2021.		
50258906620214040000	23/6/2021	Petição (Seção)
Observação/Providência: Efetuada a baixa por erro de distribuição em 22/9/2021.		
50193068020214040000	12/5/2021	Mandado de Segurança (Turma)
Observação/Providência: Liminar analisada em 30/5/2021. Será incluído em pauta para julgamento com a maior brevidade possível, ainda neste semestre.		
50038740720164047013	2/3/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão juntado aos autos 2/9/2021.		
50012838420164047009	5/5/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão juntado aos autos em 2/9/2021.		
50021781120174047009	7/4/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão juntado aos autos 2/9/2021.		
50046343120174047009	7/4/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão juntado aos autos 2/9/2021.		
50046378320174047009	29/3/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão juntado aos autos 2/9/2021.		
50693526020144047100	11/6/2015	Apelação Cível

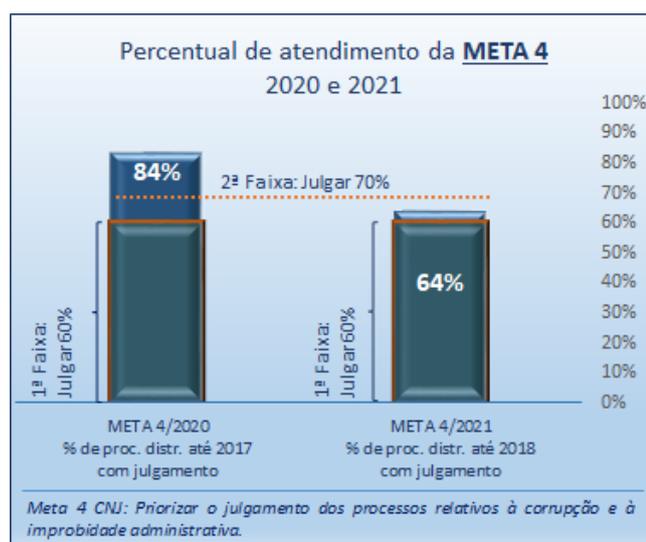
Observação/Providência: Juízo de retratação. Relatoria do acórdão da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha. A unidade foi comunicada.		
50078436120104047200	10/3/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Juízo de retratação. Relatoria do acórdão da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha. A unidade foi comunicada.		
50170444720144047100	13/10/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Juízo de retratação. Tema 810. A Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha é a relatora do acórdão. A unidade foi comunicada.		
50241321020124047100	8/3/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Juízo de retratação. Relatoria do acórdão da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha. A unidade foi comunicada.		
50094284620134047200	7/1/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: A Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha é a relatora do acórdão. A unidade foi comunicada.		
50497896420194040000	26/11/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Embargos de declaração estão pendentes de análise pelo relator do acórdão, Desembargador Federal Luís Alberto D Azevedo Aurvalle. A unidade foi comunicada.		
50604090420204040000	24/12/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão virtual 1º a 8/10/2021.		
50084116020214040000	1º/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo será incluído em pauta para julgamento com a maior brevidade possível, ainda neste semestre.		
50147079820214040000	13/4/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo será incluído em pauta para julgamento com a maior brevidade possível, ainda neste semestre.		
50159377820214040000	21/4/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo será incluído em pauta para julgamento com a maior brevidade possível, ainda neste semestre.		
50266094420144047000	9/1/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: A equipe assumiu o acervo em 21/6/2021. Processo com grau elevado de complexidade, que está sendo analisado. Será incluído em pauta para julgamento com a maior brevidade possível, ainda no primeiro semestre de 2022.		
50003229820164047121	11/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: A equipe assumiu o acervo em 21/6/2021. Foi despendido determinado período para adaptação. Devido à data de distribuição, o processo encontra-se entre os prioritários para julgamento, devendo ser incluído em pauta ainda no primeiro semestre de 2022.		
50315352520154047100	11/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: A equipe assumiu o acervo em 21/6/2021. O processo é complexo. Será incluído em pauta para julgamento com a maior brevidade possível, ainda no primeiro semestre de 2022.		
50028814320164047116	11/1/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com grau elevado de complexidade. Será incluído em pauta para julgamento com a maior brevidade possível, ainda no primeiro semestre de 2022.		
50101685920174047201	23/1/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com grau elevado de complexidade. Será incluído em pauta para julgamento com a maior brevidade possível, ainda no primeiro semestre 2022.		
50058481220164047100	8/2/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será incluído em pauta para julgamento com a maior brevidade possível, ainda no primeiro semestre de 2022.		
50308509020164047000	21/2/2018	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: A equipe assumiu o acervo em 21/6/2021. O processo é complexo. Será incluído em pauta para julgamento com a maior brevidade possível, ainda no primeiro semestre de 2022.		
50096972520124047102	22/8/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Operação Rodin. Alto grau de complexidade. A equipe assumiu o acervo em 21/6/2021. O processo está sendo analisado e será incluído em pauta para julgamento quando possível.		
50015748720114047000	10/7/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Retornou para novo julgamento em 3/9/2020. O processo será incluído em pauta para julgamento com a maior brevidade possível, ainda no primeiro semestre de 2022.		
50384096020144047100	2/9/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Juízo de retratação. Relatoria do acórdão da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha. A unidade foi comunicada.		
50504782720144047100	11/6/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Juízo de retratação. Relatoria do acórdão da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha. A unidade foi comunicada.		
50124685020104047100	22/6/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração incluídos em pauta para julgamento na sessão virtual de 4/10 a 13/10/2021. Relatoria do acórdão do Desembargador Federal Luís Alberto D Azevedo Aurvalle. A unidade foi comunicada.		
50305683720154040000	14/8/2015	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública. Crédito satisfeito. Processo baixado.		
50261402320134047100	27/11/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração incluídos em pauta para julgamento na sessão virtual de 1º a 8/10/2021. Relatoria do acórdão da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha. A unidade foi comunicada.		
50120726320164047003	4/12/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será incluído em pauta para julgamento com a maior brevidade possível, ainda neste semestre.		
50477788720144047000	6/5/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será incluído em pauta para julgamento com a maior brevidade possível, ainda neste semestre.		
50603392720204047100	21/9/2005	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será incluído em pauta para julgamento com a maior brevidade possível, ainda neste semestre.		
50165499620204047001	23/3/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será incluído em pauta para julgamento com a maior brevidade possível, ainda neste semestre.		
50080233120204047102	22/3/2004	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será incluído em pauta para julgamento com a maior brevidade possível, ainda no primeiro semestre de 2022.		
50271122220154047100	16/1/2019	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo será incluído em pauta para julgamento com a maior brevidade possível, ainda no primeiro semestre de 2022.		
50002134620134047200	14/8/2018	-
Observação/Providência: Acórdão encaminhado para publicação.		
50172629020194047200	14/10/2020	-
Observação/Providência: Acórdão juntado aos autos 2/9/2021.		

50106450520194047204	14/5/2020	-
Observação/Providência: O Relator do acórdão é o Desembargador Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira. A unidade foi comunicada.		
50099748920214040000	10/3/2021	-
Observação/Providência: O Relator do acórdão é o Desembargador Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira. A unidade foi comunicada.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 65 processos selecionados, todos eletrônicos, foram inspecionados.

As informações da análise realizada pela equipe de inspeção, contendo apontamentos sobre fases processuais, metas, observações e recomendações constam da ficha de inspeção.

Foram identificados processos que, em verdade, estavam atribuídos a relator distinto. A circunstância foi comunicada entre as equipes de inspeção e ao setor de estatística do Conselho da Justiça Federal, para adequação.

Parte significativa das pendências identificadas foi sanada de imediato. Casos que exigiam inclusão em pauta foram tratados com a unidade pela equipe de inspeção, para definição desde logo de datas de julgamento, de modo que todos os feitos foram canalizados para sessões de julgamento entre o fim do ano corrente e primeiro semestre do ano seguinte.

A equipe de inspeção reputa a programação adotada como adequada, destacadamente diante da complexidade de parte dos feitos indicados, da recente assunção do acervo pelo Desembargador Federal Victor Laus, e da sensível redução do número de servidores da equipe de apoio, refletindo, assim, planejamento de ação condizente com as condições do acervo e da unidade e com os parâmetros de temporalidade adotados pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal para efeito de saneamento.

Neste sentido, não há recomendações remanescentes a serem feitas à unidade em relação aos processos listados para inspeção, sem prejuízo de que o gabinete relate, em autoinspeção, o efetivo saneamento dos feitos de acordo com a programação de julgamento adotada.

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE E OBSERVAÇÕES

A equipe de inspeção foi recebida pelo Desembargador Federal Victor Luiz dos Santos Laus, que assumiu o acervo em inspeção em 21/6/2021, de modo que larga parte dos dados referenciados neste relatório espelha dinâmica de trabalho e resultados de gestões anteriores e os esforços iniciais de aclimatação da nova força de trabalho.

O gabinete integra a 4ª Turma da Corte (2ª Seção), cuja competência, definida pelo Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, abrange o processamento e julgamento de “*feitos de natureza administrativa, civil e comercial, bem como os demais feitos não incluídos na competência da Primeira, da Terceira e da Quarta Seção*” (artigo 4º, § 2º).

A competência abrange processos de significativa complexidade, com grande variedade de temas, com características fáticas e jurídicas que muitas vezes impedem a adoção de modelos de fácil adaptação e com volume expressivo de feitos distribuídos mensalmente, fatores que devem ser considerados no exame de desempenho estatístico da unidade.

Em comparação com a inspeção anterior, a força de trabalho da unidade permaneceu essencialmente equivalente. Em agosto de 2019 eram 15 servidores e 4 estagiários; atualmente o gabinete conta com 15 (2 sem vínculo) e 3 estagiários. Trata-se, porém, da equipe de apoio mais reduzida no âmbito da 4ª Turma, destacando o gabinete como grande desafio e dificuldade a transição de órgãos e atribuições funcionais durante a pandemia, cumulada com a existência de servidores novos no grupo e uma servidora em licença-médica.

A organização do trabalho foi voltada, nestes primeiros meses, à adaptação da equipe, egressa da Presidência da Corte. A assessoria é responsável pela redação de votos em casos complexos, correção de minutas e orientação da equipe, além de análise dos votos dos demais desembargadores federais nas sessões de julgamento. A Chefia de Gabinete foi encarregada da gestão do acervo, distribuição de processos à equipe, contato com advogados e tarefas administrativas (por exemplo, agendamento de férias).

Salutarmente, a unidade instituiu medidas gerenciais relevantes. Nesse sentido, a equipe de apoio organizou-se em grupos de trabalho especializados por tema. Também foi iniciado controle do acervo mediante localizadores próprios e pelo sistema de gestão de acervo da 4ª Região (G4). Os julgamentos foram orientados à superação da distribuição e melhora do perfil etário do acervo, baixando-se feitos mais antigos.

Analisando objetivamente indicadores gerais do acervo assumido, foi possível identificar pontos de significativa melhora em relação ao quanto aferido na última inspeção.

Neste sentido, em que pese a eventual variação a maior dos feitos em conclusão desde a última inspeção (de 3.844 para 4.155 processos), o acervo ajustado da unidade reduziu em proporção similar nos últimos dois anos, de 5.022 para 4.733. É bastante

relevante, em paralelo, a minoração dos feitos sobrestados, que eram 1.624 em 2019, para 387 processos, decréscimo de cerca de 76,17%, dado sobremaneira positivo.

Quanto a recursos internos, houve redução na totalização agregada. Com efeito, no último período de avaliação aferiu-se 467 embargos de declaração e 291 agravos internos (758 feitos); atualmente, encontram-se pendentes na unidade 506 embargos de declaração e 191 agravos internos (697 feitos).

O tempo médio entre distribuição e primeiro julgamento no gabinete foi de 13 meses, para a média de 15 meses na Turma (da qual a unidade em inspeção é a de melhor resultado), e para a média de 14 meses na Seção, revelando boa prática de gestão de tempo processual, sobretudo diante dos indicadores nacionais.

Como reflexo da organização gerencial adotada, a listagem de processos selecionados para a presente inspeção foi inteiramente movimentada pela unidade durante a inspeção *in loco*. Neste sentido, nos feitos em que não foi possível saneamento imediato de pendências, em razão da necessidade de exame colegiado, foi adotado planejamento para julgamento entre as próximas sessões deste ano e as do primeiro semestre do ano de 2022. Os processos já foram separados para inclusão em pauta, com datas estimadas de acordo com o grau de complexidade das causas, particularmente verificada nos processos como os de improbidade administrativa.

Ressalte-se que a listagem de pendências para julgamento em data oportuna não é extensa, embora existam casos de expressiva complexidade, o que, conjugado ao pouco tempo de assunção do acervo pelo Desembargador Federal Victor Laus e ao número reduzido de servidores, evidencia ser adequado o planejamento de trabalho adotado pela unidade, que é compatível com parâmetros temporais fixados pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

Por igual, a pedido da equipe de inspeção foram levantadas eventuais pendências referentes às recomendações de julgamento formuladas na inspeção anterior. Conforme triagem remetida pela unidade, apenas um processo remanesce no gabinete (após julgamento adiado) para o qual foi estimada nova inclusão em pauta até o final do primeiro semestre de 2022 (autos 5009697-25.2012.404.7102).

No tocante a metas, cabe observar, em linhas gerais, que os resultados coletados e analisados, na espécie, para as metas de 2021, abrangeram o período de janeiro a agosto de 2021 (metas de fluxo anual) ou a posição em agosto de 2021 (metas de posição). Logo, os dados para 2021, embora ainda parciais, são referenciais importantes para acompanhamento do cumprimento das metas até a data final de apuração do resultado.

Neste sentido, dentro de tais parâmetros de coleta de dados para a presente inspeção, verificou-se o seguinte desempenho da unidade na parcial de 2021:

(i) Meta CNJ 1/2021: 108% de cumprimento (3.668 processos julgados para 3.387 processos distribuídos), com histórico de cumprimento em 2020 (106%)

(ii) Meta CNJ 2/2021: parcial avançada para a faixa de distribuídos até 2016 (99%) e já cumprida para faixa de 2017 (100%), com histórico de cumprimento em 2020 (100% em ambas as faixas)

(iii) Meta CNJ 4/2021: parcial avançada de 64% (o Tribunal Regional Federal da 4ª Região integra a 1ª faixa da meta, com percentual mínimo de julgamento majorado, correspondente a 70% do total de ações de improbidade administrativa enquadradas no respectivo critério temporal), com histórico de cumprimento em 2020 (84%)

(iv) Meta CNJ 6/2021: já cumprida, com 98% de julgamentos (o Tribunal Regional Federal da 4ª Região é o único na 3ª faixa da meta, com percentual mínimo de julgamento majorado, correspondente a 85% do total de feitos coletivos enquadrados no critério temporal da meta)

(v) Meta CNJ 12/2021, instituída para cumprimento no presente ano, referindo-se à tramitação de feitos de matéria ambiental: cumprimento parcial (21,78%)

Tais dados parciais revelam a importância do acompanhamento permanente como forma de garantir o cumprimento das metas ao final do período de aferição, o que se espera seja atingido na unidade, considerando o histórico de desempenho e, particularmente em relação à Meta CNJ 12/2021, o cumprimento parcial, em menor extensão, justifica-se pela fase de adaptação do gabinete ao novo parâmetro de controle, com desempenho em média equivalente ao das demais unidades do Tribunal.

Assim, estimam-se bons resultados no próximo período de avaliação, frente aos desafios postos, a partir da manutenção da organização do trabalho descrita pela gestão do gabinete e atenção aos indicadores qualitativos e quantitativos do acervo.

35. RECOMENDAÇÕES

Destaca-se a importância dos esforços da unidade em aprimorar a gestão processual, recomendando-se, além do tratamento específico para o acervo listado, sejam mantidas as conquistas e avanços alcançados, com monitoramento para aperfeiçoamento, no que necessário conforme apontado anteriormente, das metas estratégicas do Conselho Nacional de Justiça e Conselho da Justiça Federal.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargador Federal Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle

2.2 Turma

4ª Turma

2.3 Competência

Direito Administrativo, Civil e residual

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

O Desembargador assumiu este acervo em 21 de junho p.p., até então, estava na Vice-Presidência deste Tribunal.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

--

obs: como colhido pela equipe de inspeção junto à unidade, no período de 06/2019 a 20/6/2021, o magistrado responsável pelo órgão era o Desembargador Federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, atualmente na Corregedoria Regional.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Márcio Adão de Figueiredo Belo - Técnico Judiciário - Chefe de Gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	18
---------------------	----

Servidores sem vínculo	--
Estagiários de nível médio	--
Estagiários de nível superior	3
Outros	--

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)	
Total em tramitação**	6.153
Processos suspensos/sobrestados	1.483
Processos conclusos	4.963
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	66
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	6.153
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	6.448
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	4.963
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	5.084
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	1.483
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	2.361

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	60
Mandados de segurança	4
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	1
Reclamações	1
Ações rescisórias	32
Outros	22

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	6.093
Recursos em mandados de segurança coletivos	1
Recursos em ações populares	3
Recursos em ações de improbidade administrativa	77
Recursos em ações civis públicas	389
Recursos em ações de desapropriação	96
Recursos em ações com preferência legal	159
Outros	5.527

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	6.093
Apelações cíveis	3.933
Agravos de instrumento	2.095
Outros	65

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	1.484
Por IRDR	170
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	40
Por Recurso Extraordinário	403

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	1.029
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	833
Agravos legais/regimentais	237
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	182
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	42
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	31

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	69
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	162

4.13 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	1.886
Ano anterior	1.691
2º ano anterior	870
3º ano anterior	380
4º ano anterior	94
5º ano anterior ou mais antigo	214

4.14 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	2.204
Ano anterior	1.170
2º ano anterior	884
3º ano anterior	391

4º ano anterior	196
5º ano anterior	76
6º ano anterior ou mais antigo	160

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição

Ano atual	1.906
Ano anterior	1.249
2º ano anterior	706
3º ano anterior	528
4º ano anterior	253
5º ano anterior	160
6º ano anterior	42
7º ano anterior ou mais antigo	119

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	1
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	1

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de Processos distribuídos	5.343
Total de Processos julgados	6.369
Total de Processos baixados	7.438
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	- 1.026
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	- 2.095

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	153
Total de feitos não regularizados	1
Total de feitos verificados na inspeção anterior	75
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	5.951
Processos julgados no ano anterior	6.957
Processos distribuídos no ano corrente	3.385
Processos julgados no ano corrente	3.901

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.866
Pendentes em 31/12/2020	129
Porcentagem de atendimento da meta	95,5

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.953
Pendentes em 31/12/2020	82
Porcentagem de atendimento da meta	97,22

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.714
Pendentes no último dia do mês anterior	117
Porcentagem de atendimento da meta	96,85

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.073
Pendentes no último dia do mês anterior	141
Porcentagem de atendimento da meta	96,54

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	46
Pendentes em 31/12/2020	14
Porcentagem de atendimento da meta	69,57

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	82
Pendentes no último dia do mês anterior	24
Porcentagem de atendimento da meta	70,73

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.	
Taxa de congestionamento em 2020	51,36
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	Não se aplica

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	136
Pendentes em 31/12/2020	10
Porcentagem de atendimento da meta	92,65

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	187
Pendentes no último dia do mês anterior	34
Porcentagem de atendimento da meta	81,82

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Não se aplica.	
----------------	--

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)	
% de Cumprimento da meta	19,93%
3622 - Agrotóxicos	2
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	15
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	30
10113 - Flora	22
10114 - Fauna	8
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	18
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	1
10119 - Gestão de Florestas Públicas	1
10396 - Ambiental	23
10438 - Dano Ambiental	98
11822 - Mineração	17
11823 - Reserva legal	1
11825 - Poluição	1
11827 - Zona Costeira	13
11828 - Área de Preservação Permanente	74
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	1
11830 - Patrimônio Cultural	4
11836 - Parcelamento do Solo	3
11841 - Política Agrícola	3
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	3
11862 - Saneamento	1
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	8
9994 - Indenização por dano ambiental	35
3424 - Usurpação de águas	0
3429 - Alteração de local especialmente protegido	0
3619 - Crimes contra a Fauna	0
3621 - Da Poluição	0
3623 - Atividades Nucleares	0
3624 - Caça	0
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	0
3627 - Pesca	0
3651 - Crimes Agrários	0
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	1
9583 - Arrendamento Rural	1
10016 - Inspeção Fitossanitária	7
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	5
10085 - Água e/ou Esgoto	0
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	0
10091 - Terreno de Marinha	34
10094 - Terras Indígenas	0
10095 - Águas Públicas	0

10102 - Terras Indígenas	1
10103 - Terreno Aldeado	1
10104 - Restituição de área - FUNAI	4
10105 - Demarcação	5
10106 - Recursos Minerais	15
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	5
10110 - Meio Ambiente	0
10115 - Transgênicos	0
10116 - Agrotóxicos	0
10397 - Sanitárias	0
10986 - Crime contra a administração ambiental	0
11824 - Recursos Hídricos	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. "a) Cumprir todas as recomendações do item 11 (21 processo); b) Manter as metas em relação à diminuição do acervo, principalmente quanto ao julgamento dos feitos mais antigos constantes das Metas do CNJ, por ordem de antiguidade na distribuição; c) Priorizar o julgamento de embargos de declaração e agravos internos/regimentais com conclusão superior a 30 dias, e d) Priorizar o julgamento dos processos com tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão monocrática, há mais de 90 dias."

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não se aplica. Como dito antes, o Desembargador Aurvalle assumiu este acervo há três meses.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não se aplica. Como dito antes, o Desembargador Aurvalle assumiu este acervo há três meses.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Não se aplica. Como dito antes, o Desembargador Aurvalle assumiu este acervo há três meses.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Distribuem-se os feitos para as pastas específicas do sistema eletrônico de tramitação processual, a partir da triagem, quando o Chefe de Gabinete inclui minutas de despachos de diligências iniciais (exemplo: vista ao MPF), insere decisões com modelos padrão e verifica os requisitos de admissibilidade recursal. Os processos são distribuídos por matéria e por classe processual (originários/recursos com maior urgência, agravos de instrumento, pedidos de tutela antecipada em apelação e pedidos de suspensão). Os servidores são especializados por matérias ou por tipo de provimento a ser analisado, sendo que todos os servidores e estagiários trabalham na área fim e alguns servidores acumulam tarefas administrativas e jurídicas. O controle do acervo é feito quase que diariamente e a produtividade é averiguada mensalmente. Procura-se sempre julgar o maior número de processos antigos e as preferências legais, sem descuidar dos novos, tudo visando à redução de acervo.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Márcio Adão de Figueiredo Belo - Chefe de Gabinete

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Distribuem-se os feitos para as pastas específicas do sistema eletrônico de tramitação processual, a partir da triagem, quando o Chefe de Gabinete inclui minutas de despachos de diligências iniciais (exemplo: vista ao MPF), insere decisões com modelos padrão e verifica os requisitos de admissibilidade recursal. Os processos são distribuídos por matéria e por classe processual (originários/recursos com maior urgência, agravos de instrumento, pedidos de tutela antecipada em apelação e pedidos de suspensão). Os servidores são especializados por matérias ou por tipo de provimento a ser analisado, sendo que todos os servidores e estagiários trabalham na área fim.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Todos.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Para alguns é integral. Para outros é parcial.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Tipo de processos/matérias, complexidade do processo/matéria, volume da distribuição, controle do acervo.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Mensalmente é verificada a produtividade pelo número de processos trabalhados/minutas criadas. Caso o servidor demonstre baixa produtividade, chamamos para conversar, para verificar o que aconteceu, qual a sua dificuldade, se quer trocar de matéria, etc. As consequências, no caso de descumprimento podem chegar a diminuição da função gratificada ou, até, a saída do servidor do gabinete.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não se aplica.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Estão localizados por localizadores por matéria e/ou por tipo de recurso e/ou urgência e por localizadores pessoais ou de sistema.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Por meio dos sistemas eletrônicos à disposição, como o eproc e o G4, por meio do qual o controle é praticamente em tempo real, sendo atualizados os dados todos os dias.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Genericamente sim. A meta maior, que se pode dizer coletiva, é baixarmos o acervo todos os meses, julgarmos o maior número de processos antigos possível, baixarmos o número de recursos internos e processos com prioridades legais não julgados.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Sim, geralmente pela flexibilização de horários e, até mesmo, eventuais folgas prolongadas.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim, na medida do possível, buscamos sempre priorizar esses processos.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Faz-se pesquisa dos julgados da Turma, Seção e/ou Cortes Superiores, monta-se um modelo, a partir da aprovação do Desembargador ele passa a ser utilizado. Mas, dado o universo das matérias de competência da 3ª e 4ª Turmas, chamadas Turmas Administrativas, não dá para utilizarmos muitos "modelões".

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Pelo contato diário, pela análise das minutas confeccionadas. Como, em regra, é uma equipe que está junta há bastante tempo, isso se faz de maneira natural.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

É feito a partir da afetação dos temas pelas Cortes superiores, com o sobrestamento do processo, normalmente por despacho/decisão, com vinculação ao tema, para facilitar a sua recuperação e levantamento do sobrestamento posteriormente.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim. Quando há interesse na conciliação os feitos são enviados ao SISTCON, órgão específico do Tribunal para isso.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Geralmente e preferencialmente na sessão seguinte ao pedido de vista.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Pelas ferramentas de pesquisa disponíveis, tanto no site do Tribunal, quanto no próprio eproc que tem uma funcionalidade excepcional para isso.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, os processos pautados são disponibilizados aos demais gabinetes geralmente com uma semana de antecedência ao julgamento, no espelho de pauta.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Alguns desembargadores optam por fazê-las de suas residências, outros daqui do Tribunal, via Zoom.

28. A unidade possui plano de gestão?

O Desembargador prima pela informalidade e pela humanização das relações.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Materiais bem. Quanto aos recursos humanos, diante do volume e da gama de matérias que envolvem nosso trabalho, deveria haver mais servidores.
b) gestão do trabalho	Estamos nos readaptando ao trabalho de um gabinete "Administrativo", após dois anos de gestão na Vice-Presidência.
c) resultados	Entendemos que nesses três primeiros meses já houve mostra de bons resultados, com pautas cheias e a diminuição gradativa de processos antigos, de metas e de recursos internos (recebemos mais de 900 embargos de declaração com o acervo, por exemplo).

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

O principal é sempre baixar o acervo, julgando mais do que entra na distribuição. Concomitantemente a isso, é priorizar os que têm preferência legal, que estão nas metas do CNJ, os urgentes, os coletivos.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Estamos reorganizando o acervo, priorizando os processos mais antigos e os recursos internos, bem como procurando ser céleres nas tutelas de urgência.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O aumento do teletrabalho, na 4ª Região foi bastante positivo. A partir disso, pensamos que a adoção de um modelo híbrido, parecido com o que estamos fazendo agora, em que parte da equipe vem presencial e outra parte fica em teletrabalho, com escalas de comparecimento presencial nos parece ser bem efetivo e produtivo. Até para os que vem no presencial, o menor número de pessoas no gabinete é salutar, porque diminui o ruído e permite uma melhor concentração no trabalho.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Pelos meios eletrônicos disponíveis, eproc, G4, ... quase que diariamente.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

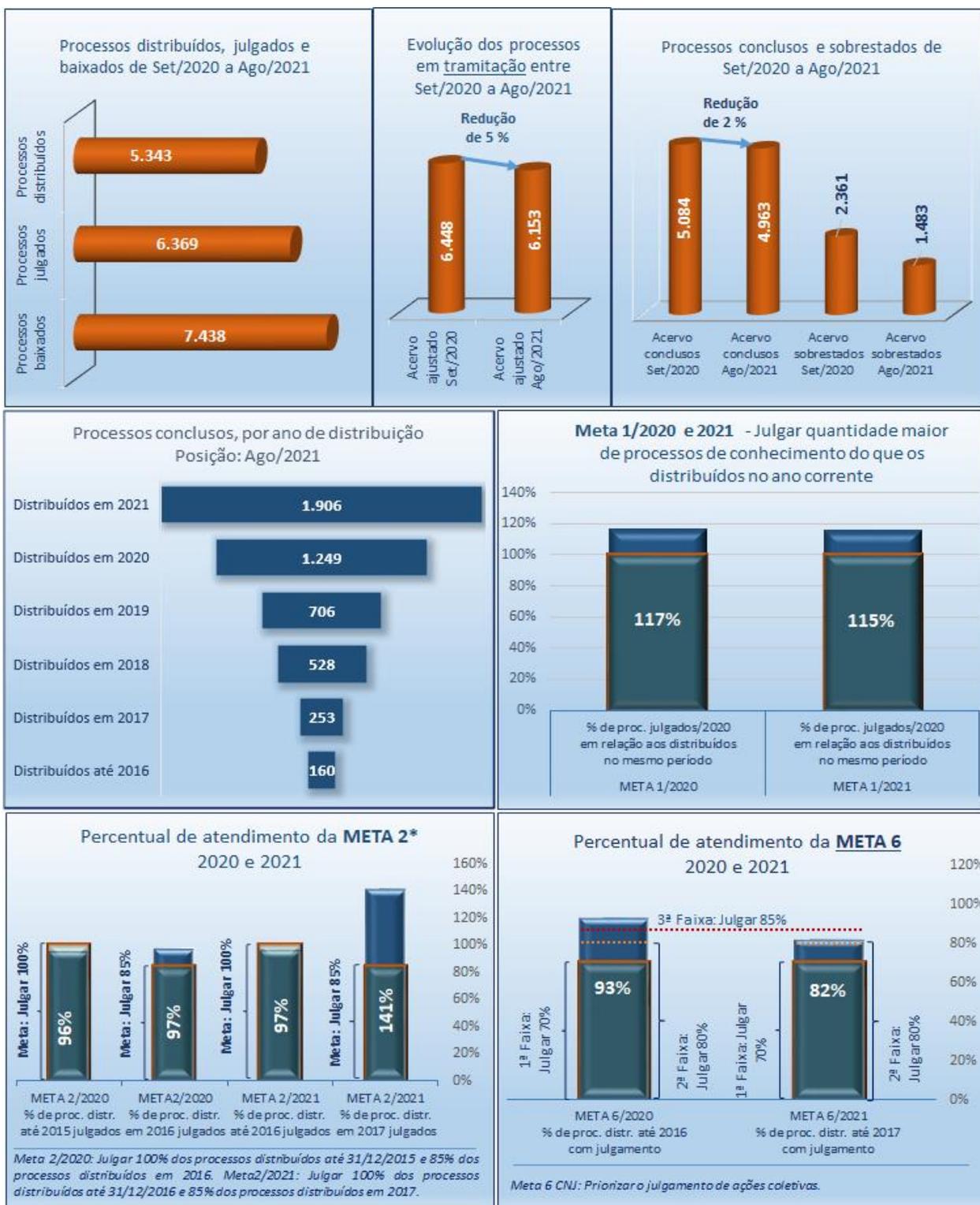
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50402700220184040000	23/10/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Pautado para 8/10/2021.		
50179528820194040000	26/4/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo não conhecido, por decisão interlocutória, de 25/8/2021.		
50278209020194040000	1º/7/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo será incluído em pauta de julgamentos após o levantamento do Sobrestamento pelo Tema 810/STF. (MKB)		
50316064520194040000	23/7/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo Baixado.		
50365959420194040000	26/8/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo será incluído em pauta o mais brevemente possível.		
50107985320184040000	14/3/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgado em 1º/9/2021.		
50370327220184040000	27/9/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgado em 1º/9/2021.		
50003983120154047001	2/4/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Deverá ser pautado em breve. Retornou com contrarrazões aos EDs em 20/9/2021. (ACM)		
50365768820194040000	26/8/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Será pautado para julgamento do agravo interno.		
50582305020144047100	16/3/2015	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo será pautado para juízo de retratação.		
50394314020194040000	16/9/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo será pautado o mais brevemente possível. (AEL)		
50024775820204040000	27/1/2020	Agravo de Instrumento
Observação: Processo julgado na pauta de 1º/9/2021.		
50320058120144047200	4/12/2017	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo será pautado o mais brevemente possível. (CGG)		
50014006820174047000	25/6/2018	Ação Civil Pública

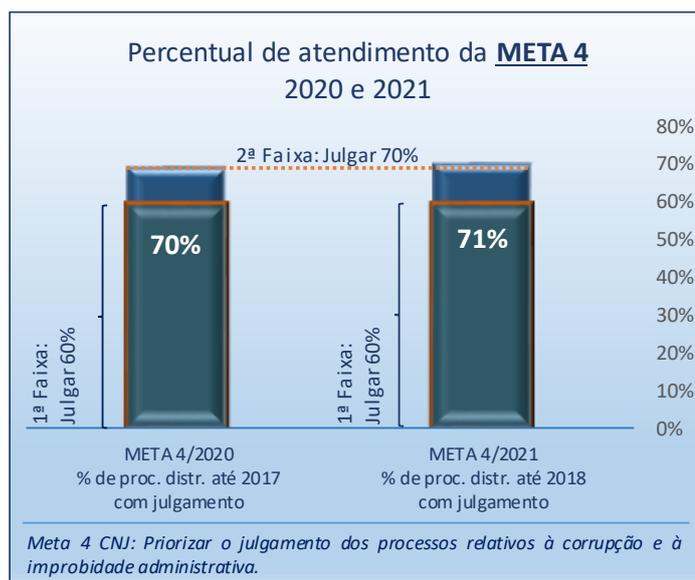
Observação/Providência: Este processo é da relatoria do Desembargador Federal Laus, não é do acervo do Gabinete Desembargador Federal Aurvalle. Avisaremos a sua Assessoria.		
50509181820174047100	4/9/2018	Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Processo é de relatoria da Desembargadora Federal Vivian. Informamos a sua Assessoria.		
50001642920184047200	21/8/2018	Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Processo não é do acervo deste Gabinete. Processo de Tributário com o Rel. Juiz Federal Marcelo De Nardi.		
50567604720154047100	6/9/2018	Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Processo de relatoria do Desembargador Federal Laus. Informamos sua Assessoria.		
50113568820194040000	26/3/2019	Petição (Turma)
Observação/Providência: Processo será pautado para julgamento o mais brevemente possível. (GGG)		
50197351820194040000	29/11/2007	Cumprimento de Sentença (Seção)
Observação/Providência: Será dado andamento ao processo, em face da inércia das partes.		
50055105620204040000	11/2/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Processo com prazo aberto para contrarrazões. (AEL)		
50224157320194040000	12/7/1995	Cumprimento de Sentença (Seção)
Observação/Providência: Está sendo dado andamento à execução. (NOO)		
50160827120204040000	29/4/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: os EDs serão pautados com a maior brevidade possível.		
50517691220204040000	30/10/2020	Mandado de Segurança (Turma)
Observação/Providência: Pautado para o dia 13/10/2021.		
50032029620204047000	4/6/2021	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído na pauta de 13/10/2021.		
50523853720144047100	2/9/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será pautado para rejuízo dos EDs.		
50770487920164047100	24/10/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será pautado para julgamento dos Eds.		
50045070320194040000	11/2/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo será pautado em breve, assim que possível. (ACM)		
50034788320174040000	2/2/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Será pautado em breve. EDs. (MKB)		
50727081820174040000	19/12/2017	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão do dia 8/10/2021.		
50802096820144047100	5/8/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Será pautado o mais brevemente possível para julgamento dos EDs.		
50166549520184040000	25/4/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 21/9/2021.		
50139279520204040000	14/4/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo em análise, em vias de ser pautado. (BER)		
50140266520204040000	15/4/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo sem pedido de efeito suspensivo, será pautado em breve. (MKB)		
50212159420204040000	28/5/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo será pautado o mais brevemente possível. (MKB)		
50215718920204040000	29/5/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo será pautado o mais brevemente possível. (MKB)		

50225972520204040000	2/6/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo será incluído em pauta o mais brevemente possível. (MKB)		
50018585820134047216	23/9/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Ambiental - Processo pautado para 8/10/2021 (P409).		
50400427220154047100	25/10/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para o dia 13/10/2021.		
50044632420154047113	27/10/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será pautado assim que possível. (CTF).		
50023300520164047200	28/10/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será pautado o mais brevemente possível. (CTF)		
50073364020144047110	24/9/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será pautado o mais brevemente possível. (AEL)		
50075985520124047208	28/11/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo já está com o Desembargador para revisar a minuta de voto. (CGG)		
50001398820104047202	6/12/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo deverá ser pautado em breve, em pauta até o final do ano. (AEL)		
50016643820154047103	10/1/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo será pautado o mais brevemente possível. (HBB)		
50451159320134047100	7/4/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será pautado o mais rapidamente possível. (CTF)		
50073866620144047110	2/9/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo está pautado para 13/10/2021. (AEL)		
50024665220144047012	3/3/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamentos de 13/10/2021. (JLF)		
50446532820154040000	11/11/2015	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo será pautado para juízo de retratação. (MKB)		
50571159620114047100	22/10/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo será pautado para juízo de retratação. (GGG)		
50007297520144047121	16/6/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo retornou para retratação, deverá ser pautado o mais brevemente possível. (AEL)		
50197900820154040000	1º/6/2015	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 29/9/2021.		
50243040520194047100	7/5/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será pautado para juízo de retratação. (ACM)		
50189491820124040000	8/11/2012	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo havia sido recebido para retratação. Vai ser pautado com a brevidade possível.		
50014701520134047004	3/2/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em que houve acordo entre as partes. – Baixado.		
50342141620194040000	19/5/2011	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo será pautado para juízo de retratação. (MKB)		
50111685320104047100	29/3/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído na pauta de 13/10/2021, para Juízo de retratação.		
50075078620124047200	15/1/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será pautado em breve. (DCD)		
50399357120144047000	8/5/2015	Apelação Cível

Observação/Providência: Processo retornou do STJ, será pautado para juízo de retratação quanto aos EDs. (GGG)		
50049991220134047208	20/3/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será pautado o mais brevemente possível. (AEL)		
50145030720154047100	13/10/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para o dia 13/10/2021 (P225).		
50135181320164047000	16/12/2019	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 8/10/2021.		
50004088720194040000	11/11/2011	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo encontra-se no Gabinete do Rel. para o acórdão: Desembargadora Federal Vivian Pantaleão Caminha) em face de sucessão de acervo. Entraremos em contato com a sua Assessoria para destacá-lo.		
50241387020194047100	17/3/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será pautado para o juízo de retratação. (ACM)		
50712936920194047100	4/9/1989	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado, mas com prazo aberto de intimação do acórdão.		
50584875020154047000	20/10/2017	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Pautado para o dia 8/10/2021.		
50331036020204040000	6/4/2010	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo redistribuído. Hoje, a competência é do Tributário.		
50000667620194040000	10/12/2008	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Deverá ser pautado em breve, para julgamento ainda este ano. (GGG)		
50099864520184047102	14/5/2007	Apelação Cível
Observação/Providência: Os EDs serão pautados o mais brevemente possível. (CTF)		
50376687220174040000	17/7/2017	Cumprimento de Sentença (Seção)
Observação/Providência: Está sendo dado andamento à execução. (NOO)		
50576307620204040000	4/12/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Processo que depende do julgamento de outro vinculado. (WCS)		
50580143920204040000	21/6/2001	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo da Vice-Presidência - Desembargador Fernando Quadros.		
50235860720154040000	24/6/2015	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Está sendo dado andamento à execução. (NOO)		
50607567720204047100	25/8/2005	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão do dia 29/9/2021.		
50083787020214040000	23/4/2009	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Já expedida a RPV.		
50182828520194040000	30/4/2019	-
Observação/Providência: Remetidos os autos com decisão terminativa. (MKB)		
50041660420164047009	2/8/2017	-
Observação/Providência: Retornou para retratação. Será pautado em breve. (JLF)		
50541509020204040000	16/11/2020	-
Observação/Providência: Não conhecido o agravo por fato superveniente - sentença.		
50738287720194047000	27/11/2020	-
Observação/Providência: Processo de relatoria da Vice-Presidência – Desembargador Federal Fernando Quadros.		
50588354320204040000	11/12/2020	-
Observação/Providência: Processo julgado por decisão monocrática.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 90 processos selecionados, todos eletrônicos, foram inspecionados.

As informações da análise realizada pela equipe de inspeção, contendo apontamentos sobre fases processuais, metas, observações e recomendações constam da ficha de inspeção.

Foram identificados processos que, em verdade, estavam atribuídos a relator distinto. A circunstância foi comunicada entre as equipes de inspeção e ao setor de estatística da Corregedoria-Geral que fez a adequação.

Parte significativa das pendências identificadas foi sanada de imediato. Casos que exigiam inclusão em pauta foram tratados com a unidade pela equipe de inspeção, para definição desde logo de datas de julgamento, de modo que todos os feitos foram canalizados para sessões de julgamento entre o fim do ano corrente e o primeiro semestre do ano seguinte.

A equipe de inspeção reputa a programação adotada como adequada, destacadamente diante da complexidade de parte dos feitos indicados e da recente assunção do acervo pelo Desembargador Federal Luis Aurvalle, refletindo, assim, planejamento de ação condizente com as condições do acervo e da unidade e com os parâmetros de temporalidade adotados pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal para efeito de saneamento.

Pontualmente, remanesce como recomendação para a unidade a movimentação de dois autos de cumprimento de sentença constantes da amostra:

a) Promover andamento ou decidir, em 30 dias:

5019735-18.2019.4.04.0000	5023586-07.2015.4.04.0000
---------------------------	---------------------------

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE E OBSERVAÇÕES

A equipe de inspeção foi recebida pelo Desembargador Federal Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle, que assumiu o acervo em inspeção em 21/6/2021, de modo que larga parte dos dados referenciados neste relatório espelha dinâmica de trabalho e resultados de gestões anteriores e os esforços iniciais de aclimatação da nova força de trabalho.

O gabinete integra a 4ª Turma da Corte (2ª Seção), cuja competência, definida pelo Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, abrange o processamento e julgamento de *“feitos de natureza administrativa, civil e comercial, bem como os demais feitos não incluídos na competência da Primeira, da Terceira e da Quarta Seção”* (artigo 4º, § 2º).

A competência abrange processos de significativa complexidade, com grande variedade de temas, com características fáticas e jurídicas que muitas vezes impedem a adoção de modelos de fácil adaptação e com volume expressivo de feitos distribuídos mensalmente, fatores que devem ser considerados no exame de desempenho estatístico da unidade.

Em comparação com a inspeção anterior, a força de trabalho da unidade percebeu pontual aumento. Em agosto de 2019 eram 16 servidores e 5 estagiários; atualmente o gabinete conta com 18 servidores e 3 estagiários. A partir de tal equipe de apoio, é promissora a capacidade de enfrentamento da demanda jurisdicional do órgão.

A organização do trabalho foi voltada, nestes primeiros meses, à adaptação da equipe, egressa da Vice-presidência da Corte. Nada obstante, os gestores desde logo demonstram foco em medidas de controle e melhora qualitativa do acervo, a partir de julgamento de processos antigos, metas e recursos internos, seguindo o parâmetro de sempre superar a distribuição. Há controle semanal do acervo, mediante relatórios estatísticos e gerenciais, e acompanhamento mensal da produtividade.

Analisando objetivamente indicadores gerais do acervo assumido, foi possível identificar pontos de significativa melhora em relação ao quanto aferido na última inspeção.

Com efeito, o estoque em conclusão, que à inspeção anterior era de 5.547 feitos, atualmente encontra-se em 4.963 processos, dado positivo. Conforme informado pelo gabinete, no início do 12º mês anterior eram 5.084 processos.

Houve, também, redução do acervo ajustado da unidade, que variou de 6.652 para 6.153 feitos, desde a última inspeção. Vale notar, igualmente, a sensível redução do número de processos sobrestados desde a última inspeção, de 2.505 para 1.483 feitos.

De outra parte, consubstanciando desafio gerencial de curto prazo para a nova equipe da unidade, houve incremento significativo de embargos de declaração. Neste sentido, havia 1.029 embargos de declaração pendentes de julgamento ao momento do fechamento dos dados comparativos utilizados nesta inspeção, contra 457 na inspeção

anterior. Por outro lado, o número de agravos internos pendentes passou de 330 para 237 no período.

O tempo médio entre a distribuição e o primeiro julgamento no gabinete foi de 15 meses, para a média de 15 meses na Turma, e para a média de 14 meses na Seção, revelando boa prática de gestão de tempo processual, sobretudo diante dos indicadores nacionais.

Como reflexo da organização gerencial adotada, a listagem de processos selecionados para a presente inspeção foi movimentada quase que integralmente pela unidade durante a inspeção *in loco*. Neste sentido, nos feitos em que não foi possível saneamento imediato de pendências, em razão da necessidade de exame colegiado, foi adotado planejamento para julgamento entre as próximas sessões deste ano e as do primeiro semestre do ano de 2022. Os processos já foram separados para inclusão em pauta, com datas estimadas de acordo com a complexidade das causas, particularmente verificada nos processos como os de improbidade administrativa.

Ressalte-se que a listagem de pendências para julgamento em data oportuna não é extensa, embora existam casos de expressiva complexidade, o que, conjugado ao pouco tempo de assunção do acervo pelo Desembargador Federal Luís Aurvalle, evidencia ser adequado o planejamento de trabalho adotado pela unidade, que é compatível com parâmetros temporais fixados pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

Por igual, a pedido da equipe de inspeção foram levantadas eventuais pendências referentes às recomendações de julgamento formuladas na inspeção anterior. Conforme triagem remetida pela unidade, todos os feitos receberam impulso adequado (a grande maioria já fora do acervo, inclusive).

No tocante a metas, cabe observar, em linhas gerais, que os resultados coletados e analisados, na espécie, para as metas de 2021, abrangeram o período de janeiro a agosto de 2021 (metas de fluxo anual) ou a posição em agosto de 2021 (metas de posição). Logo, os dados para 2021, embora ainda parciais, são referenciais importantes para acompanhamento do cumprimento das metas até a data final de apuração do resultado.

Neste sentido, dentro de tais parâmetros de coleta de dados para a presente inspeção, verificou-se o seguinte desempenho da unidade na parcial de 2021:

(i) Meta CNJ 1/2021: 115% de cumprimento (3.901 processos julgados para 3.385 processos distribuídos), com histórico de cumprimento em 2020 (117%)

(ii) Meta CNJ 2/2021: parcial avançada para a faixa de distribuídos até 2016 (97%) e já cumprida para faixa de 2017 (141%)

(iii) Meta CNJ 4/2021: parcial avançada de 71% (o Tribunal Regional Federal da 4ª Região integra a 1ª faixa da meta, com percentual mínimo de julgamento majorado,

correspondente a 70% do total de ações de improbidade administrativa enquadradas no respectivo critério temporal)

(iv) Meta CNJ 6/2021: parcial avançada de 82% (o Tribunal Regional Federal da 4ª Região é o único na 3ª faixa da meta, com percentual mínimo de julgamento majorado, correspondente a 85% do total de feitos coletivos enquadrados no critério temporal da meta)

(v) Meta CNJ 12/2021: instituída para cumprimento no presente ano, referindo-se à tramitação de feitos de matéria ambiental: cumprimento parcial (19,93%).

Tais dados parciais revelam a importância do acompanhamento permanente como forma de garantir o cumprimento das metas ao final do período de aferição, o que se espera seja atingido na unidade, considerando o histórico de desempenho e, particularmente em relação à Meta CNJ 12/2021, o cumprimento parcial, em menor extensão, justifica-se pela fase de adaptação do gabinete ao novo parâmetro de controle, com desempenho em média equivalente ao das demais unidades do Tribunal.

Assim, estimam-se bons resultados no próximo período de avaliação, frente aos desafios postos, a partir da manutenção da organização do trabalho descrita pela gestão do gabinete e atenção aos indicadores qualitativos e quantitativos do acervo.

35. RECOMENDAÇÕES

Cumprir as recomendações do item 33.

Destaca-se a importância dos esforços da unidade em aprimorar a gestão processual, recomendando-se, além do tratamento específico para o acervo listado, sejam mantidas as conquistas e avanços alcançados, com monitoramento para aperfeiçoamento, no que necessário conforme apontado anteriormente, das metas estratégicas do Conselho Nacional de Justiça e Conselho da Justiça Federal.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha

2.2 Turma

4ª Turma

2.3 Competência

Administrativo e residual

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não houve remoção da magistrada nos últimos 2 (dois) anos.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):

Não houve outro magistrado responsável pelo órgão nos últimos 12 (doze) meses.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Viviane Ughini, Chefe de Gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	4

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)

Total em tramitação**	4.990
Processos suspensos/sobrestados	1.190
Processos conclusos	4.395
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	3
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	4.990
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	6.456
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	4.395
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	5.341
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	1.190
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.748

*O Acervo ajustado no TRF - corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Sim. Foi estabelecido um assunto específico para o auxílio.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Sim

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	71
Mandados de segurança	7
IRDR	3
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	4
Reclamações	1
Ações rescisórias	34

Outros	22
--------	----

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	4.919
Recursos em mandados de segurança coletivos	4
Recursos em ações populares	22
Recursos em ações de improbidade administrativa	136
Recursos em ações civis públicas	293
Recursos em ações de desapropriação	84
Recursos em ações com preferência legal	164
Outros	4.380

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	4.919
Apelações cíveis	3.638
Agravos de instrumento	1.253
Outros	28

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	1.190
Por IRDR	0

Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	15
Por Recurso Extraordinário	21

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	625
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	501
Agravos legais/regimentais	103
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	86
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	187
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	176

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	206
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	38

4.13 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	1.805
Ano anterior	1.286
2º ano anterior	766
3º ano anterior	405
4º ano anterior	435
5º ano anterior ou mais antigo	216

4.14 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	2.032
Ano anterior	958
2º ano anterior	780
3º ano anterior	651
4º ano anterior	234
5º ano anterior	333
6º ano anterior ou mais antigo	350

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição	
Ano atual	1.521
Ano anterior	840
2º ano anterior	583
3º ano anterior	588
4º ano anterior	325
5º ano anterior	136

6º ano anterior	110
7º ano anterior ou mais antigo	292

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	11
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	7

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	5.246
Total de Processos julgados	6.177
Total de Processos baixados	8.147
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-931
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-2.901

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	80
Total de feitos verificados na inspeção anterior	85

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	5.946
Processos julgados no ano anterior	6.040
Processos distribuídos no ano corrente	3.345
Processos julgados no ano corrente	3.962

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.265
Pendentes em 31/12/2020	159
Porcentagem de atendimento da meta	95,29%

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.981
Pendentes em 31/12/2020	124

Porcentagem de atendimento da meta	93,74%
------------------------------------	--------

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.081
Pendentes no último dia do mês anterior	200
Porcentagem de atendimento da meta	93,51%

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.601
Pendentes no último dia do mês anterior	249
Porcentagem de atendimento da meta	90,43%

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	123
Pendentes em 31/12/2020	53
Porcentagem de atendimento da meta	56,91%

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	145
Pendentes no último dia do mês anterior	59
Porcentagem de atendimento da meta	59,31%

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.	
Taxa de congestionamento em 2020	52,14
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	Não se aplica

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	150
Pendentes em 31/12/2020	28
Porcentagem de atendimento da meta	81,33%

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	158
Pendentes no último dia do mês anterior	40

Porcentagem de atendimento da meta	74,68%
------------------------------------	--------

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017:	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.	
Não se aplica	

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)	
3424 - Usurpação de águas	281 (total de processos ambientais) – 23,13% da meta atendida até o presente momento

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?	
a) Cumprir todas as recomendações do item 11 (julgar 17 processos no prazo de 60 dias e despachar 1 processo no prazo de 20 dias); b) Julgar em 60 dias os processos de outros gabinetes, ante o pedido de vista requerido pela Desembargadora (feitos 50617069120174047100, 50089666320164047110, 50012166520154047200,	

50084420820164047000 e 50462988320184040000); c) Manter as metas em relação à diminuição do acervo, principalmente em relação ao julgamento dos feitos mais antigos constantes das metas do CNJ, por ordem de antiguidade na distribuição; d) Priorizar o julgamento de embargos de declaração e agravos internos/regimentais com conclusão superior a 30 dias; e e) Priorizar o julgamento dos processos com tutela provisória concedida pelo relator, por decisão monocrática, há mais de 90 dias.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a e b) Os processos indicados foram repassados à equipe para análise e respectivo processamento; c) A equipe segue com a meta de número mínimo de processo para inclusão em pauta, a fim de alcançar, no final do ano, o objetivo de julgar mais processos do que foram distribuídos, à semelhança do que ocorreu no último ano. Além disso, em cada sessão de julgamento, são incluídos um número mínimo de processos mais antigos, com o intuito de reduzir a antiguidade do acervo; d) A equipe realiza, periodicamente, mutirão, em que todos os servidores trabalham, prioritariamente, na elaboração de minutas de relatório e voto de embargos de declaração, e e) A equipe mantém localizador específico, no qual são inseridos os feitos com decisão liminar, para que, encerrados os prazos de tramitação processual, eles sejam submetidos à apreciação imediata do Colegiado.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Os processos conclusos há mais tempo e os abrangidos pelas metas do CNJ são localizados, por meio da base de dados e estatísticas do acervo do Gabinete, e repassados à equipe, para apreciação e adoção das providências cabíveis. As ações que envolvem questões complexas, que demandam uma análise diferenciada e pesquisas doutrinária e jurisprudencial mais aprofundadas, são apreciadas em quantitativo mais reduzido do que aquelas que versam sobre temas repetitivos, tendo em vista o volume significativo da demanda e a insuficiência da força de trabalho disponível.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

A unidade não conseguiu atender, plenamente, as Metas 2/2020 (2015) e 4/2020, porque, a despeito da seleção de processos mais complexos para mesclar com aqueles que envolvem temas repetitivos, no intuito de dar vazão ao grande volume de distribuição mensal, a escassez de força de trabalho e o volume expressivo de processos distribuídos diariamente impediram que fosse atingido o resultado de 100%. A medida a ser adotada é priorizar a análise dos processos das Metas 2/2020 e 4/2020 neste ano.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Desde que assumiu o acervo de processos sobre matéria administrativa e residual na 4ª Turma, em 11 de março de 2013, a Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha, juntamente com sua equipe, vem buscando continuamente o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, com a racionalização de procedimentos e o aprimoramento da qualidade das decisões e votos. As maiores dificuldades enfrentadas são a insuficiência da força de trabalho disponível frente ao grande volume de distribuição diária e a necessidade de permanente aperfeiçoamento da equipe de trabalho, inclusive em face de alterações legislativas frequentes. A boa prática adotada pelo gabinete consiste no periódico controle de acervo processual, com redefinição de metas e realização de mutirões. Esse procedimento permite atingir o objetivo de priorizar o julgamento de processos em que há risco de perecimento de direito, benefício de tramitação preferencial e mais antigos.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Camila Geyer.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A assessoria (2 servidores) é responsável pela gestão do gabinete, administrando a equipe, o acervo e a distribuição de tarefas, sob orientação da Desembargadora, além da elaboração de minutas de decisões. Um servidor realiza as tarefas burocráticas e administrativas do gabinete. Três servidores dedicam-se à elaboração de minutas de decisões liminares em agravos de instrumento. Os demais elaboram minutas de relatório e voto em apelações, agravos de instrumento e embargos de declaração, conforme a matéria que lhes é atribuída. Os estagiários analisam os embargos de declaração que visam exclusivamente ao prequestionamento e auxiliam na elaboração de minutas de decisão, relatório e voto de menor complexidade, sob a supervisão da assessoria.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Em razão da pandemia, todos os servidores estão atuando em regime de teletrabalho. Após a reabertura do Tribunal no final do mês de agosto de 2021, os servidores com o ciclo de imunização (vacinação) completo estão alternando o trabalho presencial com o teletrabalho, de forma escalonada.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

O teletrabalho é parcial para aqueles que estão com o ciclo de imunização (vacinação) completo.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

A cota de processos para cada servidor é estipulada, de acordo com a matéria a ele atribuída, considerando a complexidade e padronização dos processos trabalhados.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

A produção é controlada semanalmente, por meio de relatório elaborado por cada servidor e pelo sistema de estatísticas do Tribunal. Caso a cota não seja atendida, é realizada uma conversa com servidor para identificação do problema. Eventualmente, havendo descumprimento reiterado das metas e constatando-se a inaptidão do servidor para o teletrabalho, determina-se o retorno a trabalho presencial.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há processos físicos.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos são organizados em localizadores por matéria. Também há localizadores que se referem à fase em que se encontra o feito ou ao ato a ser praticado.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle do acervo do Gabinete é realizado semanalmente pela assessoria e pela Desembargadora, em consulta à base de dados estatísticos do Tribunal e com a ferramenta de controle de acervo disponível na intranet. A consulta ao sistema G4 permite acompanhar a evolução do acervo processual (pelo assunto e classe de ação/recurso) e verificar o número de processos distribuídos, processos julgados/baixados, processos aguardando decisão, embargos de declaração e agravos de instrumento, além de votos-vista pendentes e processos para lavrar acórdão.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Há metas individuais de produtividade, especialmente para os servidores que atuam em teletrabalho, e, também, uma meta coletiva (p.ex. 200 (duzentos) processos por pauta), que é definida, de acordo com a distribuição processual e o número de sessões de julgamento em cada mês (de 3 a 4), afora as decisões monocráticas, inclusive as de caráter liminar, e a conferência dos votos dos demais desembargadores nas sessões de julgamento.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

O Gabinete não estabeleceu uma política de recompensas, mas apenas a possibilidade de realização de teletrabalho (parcial) para os servidores que cumprem a meta.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

A equipe busca sempre cumprir as metas do CNJ e atender às prioridades legais, mesclando a análise de tais processos com aqueles mais antigos e de matéria repetitiva, para dar vazão ao grande volume de distribuição mensal. Os processos com prioridade e os incluídos nas metas do CNJ são localizados, por meio da base de dados e estatísticas do acervo do gabinete, e repassados aos servidores para análise e adoção das providências cabíveis.

18. São utilizadas decisões terminativas?

As decisões terminativas são proferidas nos processos que versam sobre matérias pacificadas na jurisprudência, por meio de súmulas, julgamento de recursos repetitivos ou de incidentes de resolução de demandas repetitivas. Desse modo, confere-se celeridade ao trâmite processual, atendendo aos interesses dos jurisdicionados.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Após a aprovação de um texto de voto/decisão pela Desembargadora, a minuta modelo é cadastrada no sistema do processo eletrônico (que dispõe de ferramenta específica para esse fim) e fica disponível para todos os servidores. Os modelos são amplamente utilizados em matérias repetitivas e questões processuais. A cada novo modelo aprovado, a equipe é comunicada, por meio de mensagem eletrônica em grupo de trabalho.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A necessidade de capacitação dos servidores é identificada pelas dificuldades apresentadas na produção e elaboração de decisões/votos. Além disso, sempre que há inovação legislativa ou de processo de trabalho, verifica-se a necessidade de cursos para aprimoramento do conhecimento da equipe.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle do sobrestamento de processos é realizado pelo sistema G4 e pela base de dados e estatísticas disponível na internet. As matérias sobrestadas são todas aquelas em que há determinação pelos Tribunais Superiores, Corte Especial e Seção, em razão da admissão de recurso repetitivo ou incidente de resolução de demandas repetitivas.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim. O TRF da 4ª Região possui um setor de apoio à conciliação (SISTCON). Sempre que se verifica ou há manifestação das partes sobre a possibilidade de acordo, o processo é remetido ao SISTCON, para mediar a conciliação.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

No período de 7 de janeiro a 31 de maio deste ano, o gabinete recebeu auxílio de dois servidores externos à equipe, para elaboração de minutas de relatório e voto de assuntos específico (contratos bancários). As minutas eram conferidas por servidor da

equipe e pela Desembargadora, com ulterior inclusão dos feitos em pauta de julgamento.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Os pedidos de vista são levados a julgamento, normalmente, em um a dois meses, após a chegada do processo no gabinete. Excepcionalmente, esse prazo é ampliado, quando o processo é mais complexo e demanda uma análise aprofundada das questões debatidas.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

A jurisprudência da Corte é acompanhada por toda a equipe, mediante a conferência dos processos levados nas sessões de julgamento e pesquisa na base de dados do processo eletrônico.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim. As minutas dos processos incluídos em pauta são previamente disponibilizadas aos demais gabinetes que participam da sessão de julgamento, permitindo a conferência dos votos para acompanhamento, esclarecimento de eventuais dúvidas ou elaboração de divergência.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são realizadas por um período de tempo, previamente estipulado, no qual as minutas de voto são disponibilizadas a todos gabinetes participantes. Nesse lapso temporal, os integrantes da sessão lançam no espelho de pauta o seu voto - acompanhando ou divergindo do relator - e, ao final, o resultado é proclamado, conforme os votos colhidos no sistema. Os processos em que há pedido de sustentação oral são retirados, para posterior inclusão em sessão presencial ou telepresencial.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim. A unidade busca, constantemente, o aperfeiçoamento da prestação de serviços, avaliando, periodicamente, os resultados obtidos, com base em dados estatístico, e redefinindo estratégias e práticas de trabalho, conforme a necessidade.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A unidade tem um servidor e um estagiário a menos do que a lotação ideal. A reposição da vaga de estagiário já está sendo providenciada pela Diretoria de Recursos Humanos. Em relação à vaga de servidor, não há previsão de preenchimento em curto prazo. Quanto aos recursos materiais, especialmente computadores, todos tem seu equipamento fornecido pelo Tribunal.
b) gestão do trabalho	A gestão do trabalho é realizada de modo que todos os servidores e estagiários possam ter acesso à assessora, à chefe de gabinete e demais integrantes da equipe,

	<p>por meio dos aplicativos Whatsapp e Psiu e, quando não presencialmente, por telefone, para solucionar dúvidas ou tratar de assuntos pertinentes ao trabalho. Também são realizadas, periodicamente, reuniões presenciais ou telepresenciais. A Desembargadora comunica-se com toda a equipe pelos mesmos canais. O objetivo principal é elucidar dúvidas, da forma mais rápida possível, para que o trabalho não sofra descontinuidade. A prática mostrou-se eficiente. De outro lado, a execução do trabalho é controlada, por meio de consulta a estatísticas individuais no sistema G4, além da entrega semanal de relatório de atividades por cada membro da equipe. Essa prática permitiu o diagnóstico de produtividade individual, assim como o excesso ou a falta de carga de trabalho, com vistas à melhor distribuição das tarefas.</p>
c) resultados	<p>Os resultados obtidos para o período foram muito satisfatórios, com o controle mais eficaz do acervo, a redução dos processos antigos e o enfrentamento da distribuição diária de apelações, agravos de instrumento, petições, ações originárias e incidentes.</p>

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Os objetivos a serem alcançados no período são a redução do acervo de processos remanescentes, especialmente os mais antigos, os embargos de declaração, os processos com tramitação prioritária e os processos incluídos em metas do CNJ e do Gabinete.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

As ações a serem implementadas para o alcance dos objetivos são: (1) a consulta permanente ao sistema G4, para diagnosticar as frentes a serem atacadas, bem como a distribuição do trabalho, conforme a necessidade do serviço; (2) o direcionamento da equipe à análise dos processos previamente selecionados pela assessoria, inclusive agravos de instrumento, sempre que a demanda exigir uma concentração de esforços para a elaboração de minutas de decisões; (3) o constante monitoramento de processos antigos, processos com metas e prioridade de tramitação, processos que retornam dos tribunais superiores para nova análise e processos encaminhados para juízo de retratação, e (4) encaminhamento diretamente ao servidor dos processos que devem ser examinados e incluídos na sessão de julgamento mais próxima, com indicação de prioridade.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A manutenção dos grupos de trabalho nos aplicativos whatsapp e psiu, bem como o controle do trabalho, por meio de relatórios semanais entregues por servidores e estagiários, são práticas a serem mantidas.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Semanalmente, a assessoria e a Desembargadora consultam a base de dados do acervo do Gabinete, para verificação de processos pendentes de movimentação. Os processos conclusos há mais tempo são repassados à equipe, para análise e adoção das providências cabíveis. Ressalte-se que os números informados nos itens 4.13, 4.14 e 4.15 referem-se à data de ajuizamento da ação na Justiça Federal, não representando o tempo de espera para julgamento no gabinete.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50436070420154040000	5/11/2015	Agravo de Instrumento
Levantado o sobrestamento do feito em 2/6/2021, o processo foi incluído na pauta de julgamento de 20/10/2021.		
50510674220154040000	9/12/2015	Agravo de Instrumento
Levantado o sobrestamento do feito em 2/6/2021, o processo foi incluído na pauta de julgamento de 20/10/2021.		
50510726420154040000	9/12/2015	Agravo de Instrumento
Levantado o sobrestamento do feito em 2/6/2021, o processo foi incluído na pauta de julgamento de 20/10/2021.		
50510024720154040000	9/12/2015	Agravo de Instrumento
Levantado o sobrestamento do feito em 2/6/2021, o processo foi incluído na pauta de julgamento de 20/10/2021.		
50510588020154040000	9/12/2015	Agravo de Instrumento
Levantado o sobrestamento do feito em 2/6/2021, o processo foi incluído na pauta de julgamento de 20/10/2021.		
50033167020144047121	11/10/2017	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50344641520204040000	23/7/2020	Agravo de Instrumento
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50531723720124047100	16/1/2013	Apelação/Remessa Necessária
Determinado o retorno dos autos à Vice-Presidência para análise dos embargos de declaração opostos contra decisão que recebeu agravo legal como pedido de reconsideração e determinou o retorno dos autor à Turma para eventual juízo de retratação.		
50204485620204040000	25/5/2020	Agravo de Instrumento
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50184692520214040000	6/5/2021	Agravo de Instrumento
Processo incluído na sessão de julgamento de 8/10/2021.		
50141484420214040000	8/4/2021	Agravo de Instrumento
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50037229520174047118	8/6/2018	Ação Civil Pública
Processo de relatoria do Desembargador Federal Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle.		
50245480220174047100	16/8/2018	Ação Civil Pública
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		

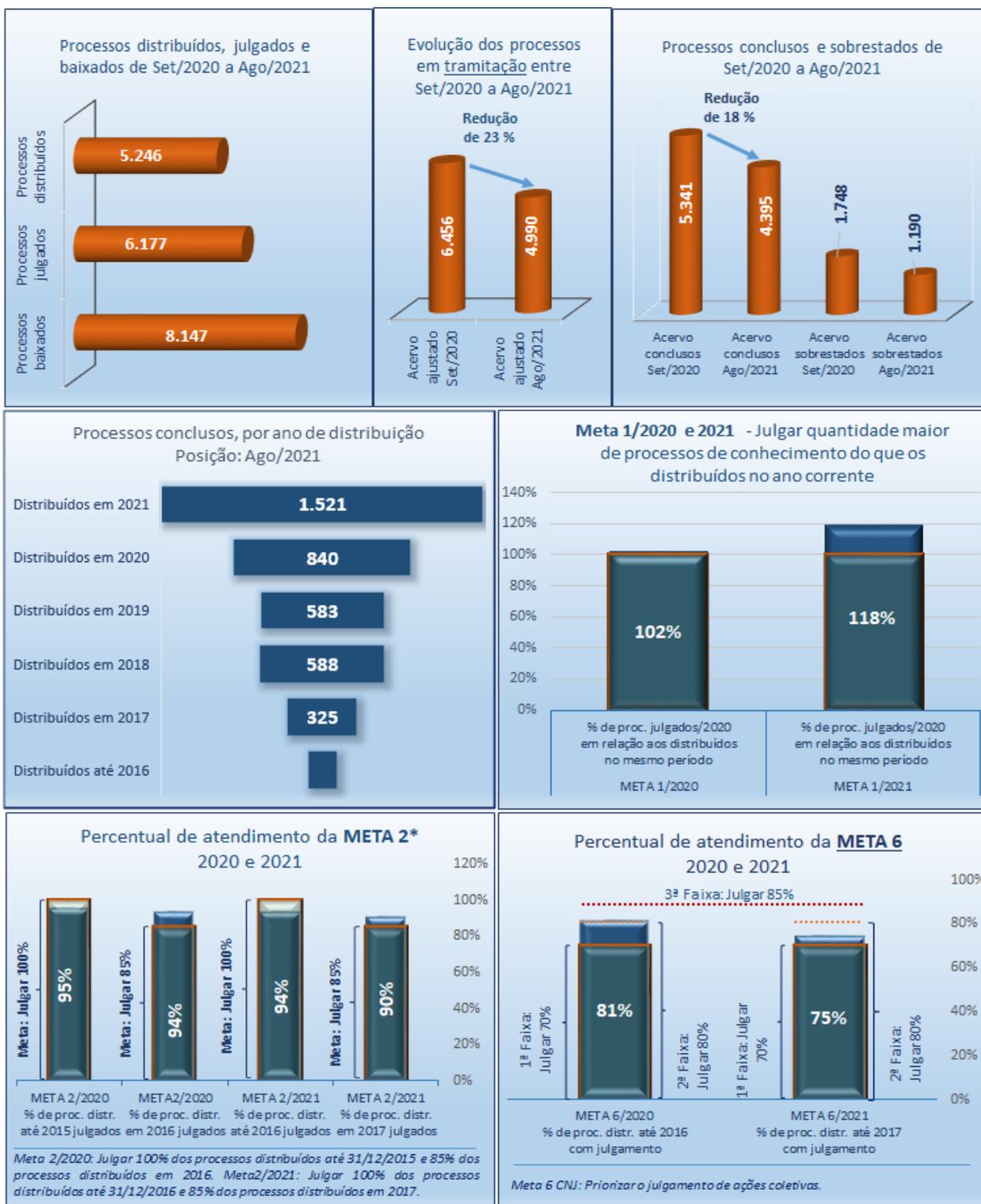
50003452120144047216	9/7/2018	Ação Civil Pública
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50131927420174047208	18/6/2018	Mandado de Segurança Coletivo
Processo de relatoria do Desembargador Federal Leandro Paulsen.		
50021764220164047214	30/8/2018	Ação Civil Pública
Processo de relatoria do Des. Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle.		
50258603620184040000	10/7/2018	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50333302120184040000	30/8/2018	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50479255420204040000	23/6/2008	Cumprimento de Sentença (Seção)
Processo sobrestado aguardando julgamento da ação rescisória n. 50103775820214040000.		
50198313320194040000	13/11/2009	Cumprimento de Sentença (Seção)
Determinada a intimação da exequente acerca do retorno sem cumprimento dos mandados de citação.		
50077386720214040000	8/8/2012	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Determinada a intimação da União acerca do cumprimento de sentença de honorários apresentado.		
50038003920194047112	31/8/2020	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 29/9/2021.		
50275660620184047000	12/11/2019	Apelação/Remessa Necessária
Voto-vista apresentado na sessão de 31/8/2021 e juntado aos autos na mesma data. Autos encontram-se com o relator do processo.		
50055608220204040000	11/2/2020	Agravo de Instrumento
Processo incluído na sessão de julgamento de 27/10/2021.		
50347765920184040000	11/9/2018	Agravo de Instrumento
Processo incluído na sessão de julgamento de 27/10/2021.		
50224394320154040000	16/6/2015	Agravo de Instrumento
Levantado o sobrestamento do feito em 23/5/2021, o processo foi incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50086753520124047003	7/4/2014	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50931288920144047100	10/4/2018	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50109244520144040000	23/5/2014	Agravo de Instrumento
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50234232220184040000	19/6/2018	Agravo de Instrumento
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50249335720164047108	29/6/2018	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50430891420154040000	4/11/2015	Agravo de Instrumento
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50456683220154040000	17/11/2015	Agravo de Instrumento
Levantado o sobrestamento do feito em 2/6/2021, o processo foi incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50480535020154040000	27/11/2015	Agravo de Instrumento
Levantado o sobrestamento do feito em 2/6/2021, o processo foi incluído na pauta de julgamento de 20/10/2021.		

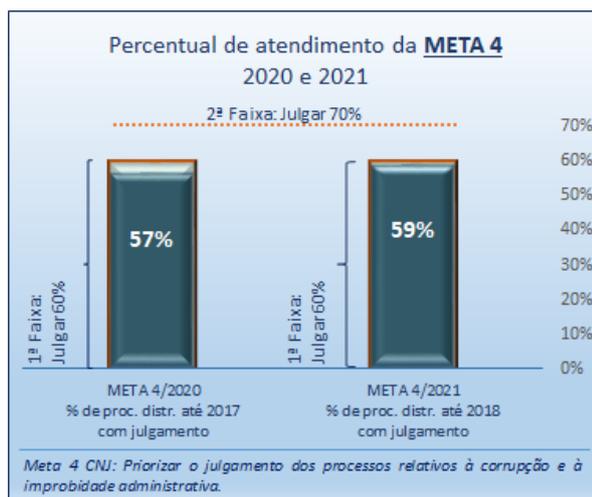
50500523820154040000	4/12/2015	Agravo de Instrumento
Levantado o sobrestamento do feito em 2/6/2021, o processo foi incluído na pauta de julgamento de 20/10/2021.		
50500593020154040000	4/12/2015	Agravo de Instrumento
Levantado o sobrestamento do feito em 2/6/2021, o processo foi incluído na pauta de julgamento de 20/10/2021.		
50529693020154040000	17/12/2015	Agravo de Instrumento
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50127662620154040000	7/4/2015	Agravo de Instrumento
Levantado o sobrestamento do feito em 23/5/2021, o processo foi incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50342717320154040000	11/9/2015	Agravo de Instrumento
Levantado o sobrestamento do feito em 21/5/2021, o processo foi incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50026107220134047105	3/11/2016	Apelação Cível
Diante da regularização da representação processual dos apelantes em 5/8/2021, o processo foi incluído em sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50030281420124047115	9/1/2017	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 8/10/2021.		
50575462820144047100	9/1/2017	Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído na sessão de julgamento de 8/10/2021.		
50026585720154047106	25/1/2017	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50026032420154047004	27/1/2017	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50023983220154047121	31/1/2017	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 08/10/2021.		
50002459220164047120	1º/2/2017	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 08/10/2021.		
50141546020134047201	3/2/2017	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 8/10/2021.		
50095685820144047002	6/2/2017	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50032644620154047216	20/2/2017	Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50000360720174047212	23/3/2017	Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50002341120124047118	24/4/2017	Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50150189620164047200	26/4/2017	Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído na sessão de julgamento de 8/10/2021.		
50059729620154047110	2/5/2017	Apelação/Remessa Necessária
Homologada a desistência do mandado de segurança.		
50112984320104047100	7/2/2012	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50008628320104047210	7/5/2012	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50005019520124047210	20/4/2012	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50100272820124047100	9/5/2012	Apelação/Remessa Necessária

Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50014755120114047216	23/11/2012	Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50114737920114047107	19/12/2011	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50109212920114047200	13/12/2011	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50075968020104047200	10/8/2011	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50006075820194047001	16/7/2010	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50013974520194047000	25/3/2010	Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50216696020194047000	6/7/2009	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50074519620114047100	4/7/2011	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50011433920104047113	4/5/2011	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50333293620184040000	30/8/2018	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50452580320174040000	17/8/2017	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Determinada a intimação da exequente acerca da impugnação ao cumprimento de sentença.		
50036530620204047200	11/3/2008	Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50174757020164040000	17/4/2016	Cumprimento de Sentença (Seção)
Após levantamento do valor bloqueado, determinada a intimação da exequente acerca do prosseguimento do feito.		
50961533720194047100	19/12/2008	Apelação Cível
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50562341620204047000	15/2/2005	Apelação/Remessa Necessária
Processo incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50515253520204047000	15/3/2005	Apelação Cível
Encerrados os prazos para regularização da representação processual dos apelantes em 28/6/2021, o processo foi incluído na sessão de julgamento de 20/10/2021.		
50556972020204047000	9/6/2005	Embargos Infringentes
Processo incluído na sessão de julgamento de 14/10/2021.		
50159031620154040000	4/5/2015	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Processo incluído na sessão de julgamento de 14/10/2021.		
50536956220194040000	13/8/2015	Cumprimento de Sentença (Seção)
Em face da concordância do exequente com a quitação do débito, em 22/8/2021, foi determinada a extinção do cumprimento de sentença.		
50009619420174047214	29/8/2019	-
Acórdão lavrado e publicado em 2/9/2021 pelo Desembargador Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira que restou relator para o acórdão em sessão de 21/7/2021.		
50028151820104047102	30/4/2015	-

Diante da apresentação de voto-vista divergente, o julgamento do feito foi sobrestado nos termos do art. 942 do CPC. Em sessão ampliada de 22/9/2021, houve novo pedido de vista. Assim, aguarda-se a conclusão do julgamento para publicação do acórdão.		
50051854320154047215	18/1/2017	-
Acórdão publicado em 23/8/2021.		
50645686420194047100	27/3/2021	-
Acórdão publicado em 15/8/2021.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 103 processos selecionados, todos eletrônicos, foram inspecionados.

As informações da análise realizada pela equipe de inspeção, contendo apontamentos sobre fases processuais, metas, observações e recomendações constam da ficha de inspeção.

Foram identificados processos que, em verdade, estavam atribuídos a relator distinto. A circunstância foi comunicada entre as equipes de inspeção e ao setor de estatística do Conselho da Justiça Federal, para adequação.

Parte significativa das pendências identificadas foi sanada de imediato. Casos que exigiam inclusão em pauta foram tratados com a unidade pela equipe de inspeção, para definição desde logo de datas de julgamento, de modo que todos os feitos foram canalizados para sessões de julgamento entre o fim do ano corrente e o início do ano seguinte.

A equipe de inspeção reputa a programação adotada como adequada, destacadamente diante da complexidade de parte dos feitos indicados, refletindo planejamento de ação condizente com as condições do acervo e da unidade e com os parâmetros de temporalidade adotados pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal para efeito de saneamento.

Neste sentido, não há recomendações remanescentes a serem feitas à unidade em relação aos processos listados para inspeção, sem prejuízo de que o gabinete relate, em autoinspeção, o efetivo saneamento dos feitos de acordo com a programação de julgamento adotada.

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE E OBSERVAÇÕES

A equipe de inspeção foi recebida pela Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha.

O gabinete em inspeção integra a 4ª Turma da Corte (2ª Seção), cuja competência, definida pelo Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, abrange o processamento e julgamento de “*feitos de natureza administrativa, civil e comercial, bem como os demais feitos não incluídos na competência da Primeira, da Terceira e da Quarta Seção*” (artigo 4º, § 2º).

A competência abrange processos de significativa complexidade, com grande variedade de temas, com características fáticas e jurídicas que muitas vezes impedem a adoção de modelos de fácil adaptação e com volume expressivo de feitos distribuídos mensalmente, fatores que devem ser considerados no exame de desempenho estatístico da unidade.

Em comparação com a inspeção anterior, a força de trabalho da unidade percebeu pontual aumento. Em agosto de 2019 eram 17 servidores e 5 estagiários; atualmente o gabinete conta com 18 servidores e 4 estagiários. Foi informado, ainda, que, entre janeiro e maio do ano corrente, houve auxílio adicional de 2 servidores externos à equipe, que foram alocados para enfrentamento de matérias específicas no acervo.

A organização do trabalho foi voltada à produção de maior número de julgamentos do que processos distribuídos, definindo-se número mínimo de processos a serem incluídos em cada pauta (abrangendo, necessariamente, quantitativo de processos mais antigos). Há controle semanal do acervo, mediante relatórios estatísticos e ferramenta de controle do estoque disponível na *intranet* da Corte.

O sistema, nos moldes específicos explanados, produziu resultados, de modo que, do exame de indicadores gerais do acervo, houve significativa melhora qualitativa no último período de avaliação.

Com efeito, o estoque em conclusão, que à inspeção anterior era de 5.551 feitos, atualmente encontra-se em 4.395 processos, redução de aproximadamente 20,82%, dado bastante positivo. Conforme informado pelo gabinete, no início do 12º mês anterior eram 5.341 processos, a denotar salutar progresso de redução de pendências no último ano.

Tal incremento de desempenho pode ser constatado, também, na redução do acervo ajustado da unidade, que variou de 5.738 para 4.990 feitos, desde a última inspeção. Vale notar que houve, igualmente, sensível redução do número de processos sobrestados desde a última inspeção, de 2.740 para 1.190 feitos, a tornar ainda mais expressivo o resultado dos esforços envidados.

Como natural diante da concentração de esforços na melhora qualitativa do perfil etário do acervo, houve pontual incremento de recursos internos. Neste sentido, havia 625 embargos de declaração pendentes de julgamento ao momento do fechamento dos dados comparativos utilizados nesta inspeção, contra 475 na inspeção anterior. Similarmente, o número de agravos internos pendentes passou de 50 para 103 no período.

O tempo médio entre distribuição e primeiro julgamento no gabinete foi de 19 meses, para a média de 15 meses na Turma, e para a média de 14 meses na Seção. Em que pese ainda acima do valor médio, os dados gerenciais e estatísticos colhidos nesta oportunidade denotam franco progresso da unidade, a sugerir bom prospecto de avanços neste tocante já em curto prazo, caso mantidos os esforços verificados, especialmente quanto aos processos listados para regularização.

Como reflexo da boa gestão adotada, a listagem de processos selecionados para a presente inspeção foi inteiramente movimentada pela unidade durante a inspeção *in loco*. Neste sentido, nos feitos em que não foi possível saneamento imediato de pendências, em razão da necessidade de julgamento colegiado, foi adotado planejamento para julgamento entre as próximas sessões deste ano e as primeiras do ano de 2022. Os processos já foram separados para inclusão em pauta, com datas estimadas de acordo com o grau de complexidade das causas, particularmente verificada nos processos como os de improbidade administrativa.

Ressalte-se que a listagem de pendências para julgamento em data oportuna não é extensa, embora existam casos de expressiva complexidade, o que evidencia ser adequado o planejamento de trabalho adotado pela unidade, que é compatível com parâmetros temporais fixados pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal para efeito de saneamento.

Por igual, a equipe de inspeção constatou junto à unidade que todas as recomendações de julgamento formuladas na inspeção anterior foram atendidas.

No tocante a metas, cabe observar, em linhas gerais, que os resultados coletados e analisados, na espécie, para as metas de 2021, abrangeram o período de janeiro a agosto de 2021 (metas de fluxo anual) ou a posição em agosto de 2021 (metas de posição). Logo, os dados para 2021, embora ainda parciais, são referenciais importantes para acompanhamento do cumprimento das metas até a data final de apuração do resultado.

Neste sentido, dentro de tais parâmetros de coleta de dados para a presente inspeção, verificou-se o seguinte desempenho da unidade na parcial de 2021:

(i) Meta CNJ 1/2021: 118% de cumprimento (3.962 processos julgados para 3.345 processos distribuídos), com histórico de cumprimento em 2020 (102%)

(ii) Meta CNJ 2/2021: parcial avançada para a faixa de distribuídos até 2016 (94%) e já cumprida para faixa de 2017 (90%, superior ao mínimo exigido de 85%)

(iii) Meta CNJ 4/2021: parcial avançada de 59% (o Tribunal Regional Federal da 4ª Região integra a 1ª faixa da meta, com percentual mínimo majorado de 70% de julgamentos para ações de improbidade administrativa)

(iv) Meta CNJ 6/2021: parcial avançada de 75% (o Tribunal Regional Federal da 4ª Região é o único na 3ª faixa da meta, com percentual mínimo majorado, correspondente a 85% do total de feitos coletivos enquadrados no critério temporal da meta)

(v) Meta CNJ 12/2021: instituída para cumprimento no presente ano, referindo-se à tramitação de feitos de matéria ambiental: cumprimento parcial (23,13%).

Tais dados parciais revelam a importância do acompanhamento permanente como forma de garantir o cumprimento das metas ao final do período de aferição, o que se espera seja atingido na unidade, considerando o histórico de desempenho e, particularmente em relação à Meta CNJ 12/2021, o cumprimento parcial, em menor extensão, justifica-se pela fase de adaptação do gabinete ao novo parâmetro de controle, com desempenho em média equivalente ao das demais unidades do Tribunal.

Assim, relevando o firme progresso da unidade nestes dois anos, estimam-se bons resultados no próximo período de avaliação, frente aos desafios postos, a partir da manutenção da organização do trabalho descrita pela gestão do gabinete e atenção aos indicadores qualitativos e quantitativos do acervo.

35. RECOMENDAÇÕES

Destaca-se a importância dos esforços da unidade em aprimorar a gestão processual, recomendando-se, além do tratamento específico para o acervo listado, sejam mantidas as conquistas e avanços alcançados, com monitoramento para aperfeiçoamento, no que necessário conforme apontado anteriormente, das metas estratégicas do Conselho Nacional de Justiça e Conselho da Justiça Federal.

GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL OSNI CARDOSO FILHO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargador Federal Osni Cardoso Filho

2.2 Turma

5ª Turma

2.3 Competência

Processos relativos à previdência e assistência social, mesmo quando versem sobre benefício submetido a regime ou condições especiais ou, ainda, complementado, assim como os feitos relativos ao fornecimento de medicamentos e tratamentos médico-hospitalares.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Osni Cardoso Filho

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não houve remoção.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não se aplica.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Laura Fernandes Parchen - Chefe de Gabinete (CJ02)

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	1
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)	
Total em tramitação**	8.049
Processos suspensos/sobrestados	1.242
Processos conclusos	7.223
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	8.049
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	7.363
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	7.223
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	6.165
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	1.242
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	2.129

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	96
Mandados de segurança	3
IRDR	3
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	1
Ações rescisórias	57
Outros	32

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	7.953
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	2
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	159
Outros	7.951

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	7.953
Apelações cíveis	6.837
Agravos de instrumento	963
Outros	153

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	1.242
Por IRDR	19
Por IAC	0

Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	499
Por Recurso Extraordinário	64

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	712
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	611
Agravos legais/regimentais	4
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	4
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	29
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	19

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	305
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	58

4.13 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	1.792
Ano anterior	1.641
2º ano anterior	1.455
3º ano anterior	333
4º ano anterior	229
5º ano anterior ou mais antigo	189

4.14 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	2.146
Ano anterior	1.583
2º ano anterior	1.109
3º ano anterior	1.028
4º ano anterior	144
5º ano anterior	78
6º ano anterior ou mais antigo	71

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição

Ano atual	2.888
Ano anterior	1.715
2º ano anterior	1.135
3º ano anterior	839
4º ano anterior	519
5º ano anterior	59
6º ano anterior	25
7º ano anterior ou mais antigo	43

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	18
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	8

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	2

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de Processos distribuídos	6.135
Total de Processos julgados*	6.329
Total de Processos baixados	6.913
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-194
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-778

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	96
Total de feitos não regularizados	5
Total de feitos verificados na inspeção anterior	69
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	5.115
Processos julgados no ano anterior	7.866
Processos distribuídos no ano corrente	4.316
Processos julgados no ano corrente	3.845

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.896
Pendentes em 31/12/2020	17
Porcentagem de atendimento da meta	99,1

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.353
Pendentes em 31/12/2020	17
Porcentagem de atendimento da meta	99,28

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.484
Pendentes no último dia do mês anterior	18
Porcentagem de atendimento da meta	99,28

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.772
Pendentes no último dia do mês anterior	331
Porcentagem de atendimento da meta	88,06

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.

Taxa de congestionamento em 2020	49.93
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	Não se aplica.

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0

Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Não se fez nenhuma programada ação nesse sentido.

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)

3424 - Usurpação de águas	0
3429 - Alteração de local especialmente protegido	0
3619 - Crimes contra a Fauna	0
3621 - Da Poluição	0
3622 - Agrotóxicos	0
3623 - Atividades Nucleares	0
3624 - Caça	0
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	0
3627 - Pesca	0
3651 - Crimes Agrários	0
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	0

9583 - Arrendamento Rural	0
10016 - Inspeção Fitossanitária	0
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	0
10085 - Água e/ou Esgoto	0
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	0
10091 - Terreno de Marinha	0
10094 - Terras Indígenas	0
10095 - Águas Públicas	0
10102 - Terras Indígenas	0
10103 - Terreno Aldeado	0
10104 - Restituição de área - FUNAI	0
10105 - Demarcação	0
10106 - Recursos Minerais	0
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	0
10110 - Meio Ambiente	0
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	0
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	0
10113 - Flora	0
10114 - Fauna	0
10115 - Transgênicos	0
10116 - Agrotóxicos	0
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	0
10119 - Gestão de Florestas Públicas	0
10396 - Ambiental	0
10397 - Sanitárias	0
10438 - Dano Ambiental	0
10986 - Crime contra a administração ambiental	0
11822 - Mineração	0
11823 - Reserva legal	0
11824 - Recursos Hídricos	0
11825 - Poluição	0
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	0
11827 - Zona Costeira	0
11828 - Área de Preservação Permanente	0

11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	0
11830 - Patrimônio Cultural	0
11836 - Parcelamento do Solo	0
11841 - Política Agrícola	0
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	0
11862 - Saneamento	0
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	0
9994 - Indenização por dano ambiental	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Foram recomendadas as seguintes ações: a) julgar no prazo de 60 dias os processos 50001858020154047112, 50289300920154047100; b) Dar prosseguimento ao julgamento dos pedidos de vista relacionados aos processos: 50698753820154047100, 50723373120164047100, 50002375620184047117, 50005179420184047127, 50017505720174047129, 50029386220144047106, 50031613620104047112, 50042884420174047118, 50058200820164047112, 50064520520144047112, 50064527020164047003, 50075735920174040000, 50078726520194040000, 50129562720144047112, 50129837820124047112, 50150443820144047112, 50154960520184040000, 50160285220184049999, 50175118720144047112, 50199905320144047112, 50217393820184049999, 50299508720184040000, 50326191620184040000, 50330981920174049999, 50338889020184040000, 50471666120184040000, 50617090620174040000.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Tanto os processos mencionados na alínea 'a' como os mencionados na alínea 'b' foram efetivamente julgados dentro do prazo determinado, em período anterior, inclusive, à autoinspeção realizada no ano de 2020.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes de cumprimento da inspeção de 2019.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

A unidade buscou atender 100% do cumprimento das metas do CNJ. Em atenção à Meta 1, logrou cumprir, no ano de 2020, 160%. Em relação à Meta 2, havia, em dezembro de 2020, um saldo de 16 processos remanescentes autuados até 31/12/2005. Para atender às metas do ano em curso, foi estipulada uma cota mínima por servidor de processos autuados até 31/12/2017, a fim de cumprir a Meta 2, bem como uma cota mínima de produção diária com o intuito de alcançar ou aproximar-se de 100% da Meta 1.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Como já foi informado na inspeção de 2019 e na autoinspeção de 2020, um dos propósitos da unidade é a de que a tão almejada celeridade no exame dos processos não descuide, de forma alguma, da necessária qualidade e justiça das decisões, considerando-se especialmente o público-alvo da prestação jurisdicional, que é o que motiva sobremaneira o grupo. Verificou-se, desde a assunção do gabinete pelo Desembargador Osni Cardoso Filho, uma crescente evolução qualitativa no acervo, com redução expressiva dos processos com data de autuação mais antiga. Os servidores são especializados por matérias e/ou tipos de processo/classe de ação. São adotadas metas individuais de produtividade, de acordo com as capacidades e afinidades de cada servidor. Há mensalmente controle do conteúdo e situação do acervo, mediante planilhas próprias, bem como por meio dos sistemas G4 e eproc.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Laura Fernandes Parchen.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Os servidores são especializados por matérias e/ou tipos de processo/classe de ação. Há apenas um servidor que não está envolvido diretamente na atividade-fim.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Antes do período de decretação da situação de pandemia, havia cinco servidores em regime de teletrabalho integral. Desde meados de março de 2020 até o presente momento, todos os servidores e o desembargador encontram-se em regime de teletrabalho integral.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

É integral.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Para a fixação do quantitativo de produção individual, são analisadas as competências individuais de cada servidor, bem como a complexidade do tipo de processo a ser examinado.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito pelas ferramentas da área de trabalho do sistema eproc, que permite visualizar a produção diária, bem como por períodos. O acompanhamento também ocorre por meio de revisão de minutas despachos/decisões e de relatórios/votos, estes no espelho da sessão de julgamento. Quando não há o alcance das metas individuais, busca-se, em um primeiro momento, conversar com o servidor e verificar a razão do não-atendimento. Em regra, com a conversa, já se resolve.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não temos mais processos físicos.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Estão organizados por localizadores, relacionados às matérias correspondentes.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Os controles são feitos pelo sistema G4 bem como pelos localizadores do eproc, que são, com frequência, vistoriados.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Há metas individuais por servidor. As metas coletivas são o cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Até o momento, não houve políticas de recompensas, mas se está estudando a sua implementação.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim, esses processos recebem tramitação prioritária, ou seja, procura-se a pronta inclusão em pauta de julgamento.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, são utilizadas decisões terminativas de acordo com o que estabelece o art. 932 do Código de Processo Civil.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos ficam salvos no e-proc em painel próprio e acessível a todos os servidores.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A necessidade de capacitação é identificada sobretudo quando da revisão das minutas criadas, momento em que se percebe alguma dificuldade ou necessidade de atualização. Também os servidores, por vezes, solicitam algum curso.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle do sobrestamento é feito pelo acompanhamento do julgamento dos processos paradigmas. Atualmente, estão sendo sobrestados os processos que se referem ao Tema n. 616 do Supremo Tribunal Federal e aos Temas ns 692, 999, 1018, 1070 e 1083 do Superior Tribunal de Justiça. Há ainda alguns processos que foram sobrestados em razão do IRDR n. 15 do Tribunal Regional Federal e que ainda não puderam ser julgados, pois se está aguardando a decisão dos tribunais superiores, haja vista envolver alegação de cerceamento de defesa e requerimento de realização de prova pericial. Outrossim, informa-se que ainda há processos que foram sobrestados pelo Tema n. 1005 do Superior Tribunal de Justiça, que foi recentemente julgado.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sempre são levadas em consideração as manifestações de interesse em conciliação.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Não há um período prefixado, pois a intenção é de levar a julgamento já na sessão seguinte, mas, infelizmente, isso nem sempre é possível diante da quantidade de trabalho. No entanto, a intenção é a de que os pedidos de vista sejam julgados da forma mais célere possível.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Por meio de informativos de jurisprudência, notícias, revistas e acompanhamento das sessões de julgamento.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, o compartilhamento prévio de votos ocorre cerca de 10 dias antes do término da sessão.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

São realizadas uma sessão telepresencial e três sessões virtuais por mês. Em cada sessão virtual, há, em regra, um relator.

28. A unidade possui plano de gestão?

sim.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Atualmente, a unidade tem 17 servidores, sendo que 2 não tem formação superior em Direito.
b) gestão do trabalho	Há 3 servidores responsáveis pela gestão do gabinete (CJ03, CJ02 e CJ01), os quais também estão atrelados a atividade-fim.
c) resultados	Avaliamos que as medidas adotadas, de modo geral, otimizam a produtividade do gabinete, dada a limitação de tempo e de pessoal. Embora nem todos os resultados sejam imediatos, todos estão colaborando na medida do possível.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

A gestão é orientada a diminuir ao máximo possível o tempo médio de permanência dos processos no gabinete e a atingir as metas propostas pelo Conselho Nacional de Justiça, mediante organização do modo de produção, triagem do acervo, rastreamento de processos e distribuição de tarefas.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Triagem do acervo; acompanhamento da produtividade dos servidores; distribuição de processos conforme as capacidades e competências individuais.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A principal iniciativa adotada na pandemia e que se mostrou efetiva foi a extensão do teletrabalho a todos os servidores. Houve um aumento considerável na produtividade, bem como foram estabelecidas formas de comunicação pelo zoom e whatsapp que, de

certa forma, estreitaram a relação entre equipe e desembargador, bem como entre advogados e o magistrado.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle de processos sem movimentação é realizado por meio do eproc, seja por meio de consulta aos localizadores seja por meio de filtros de pesquisa do próprio sistema, bem como pelo acompanhamento do sistema G4.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50501556920204040000	20/10/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O acórdão foi proferido em 17/8/2021 e publicado em 2/9/2021. Processo em dia.		
50212184920204040000	28/5/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo incluído na sessão virtual que se encerrará em 21/10/2021. Processo em dia.		
50278829620204040000	23/6/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O acórdão foi proferido em 17/8/2021 e publicado em 2/9/2021. Trânsito em julgado e baixa em 6/10/2021. Processo em dia.		
50365713220204040000	3/8/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O acórdão foi proferido em 17/8/2021 e publicado em 2/9/2021. embargos de declaração em 21/9/2021. Inclusão na pauta de 21/10/2021. Processo em dia.		
50430816120204040000	9/9/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Trânsito em julgado e baixa em 15/9/2021. Processo em dia.		
50128213220114047108	27/9/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Acórdão proferido em 23/9/2021. Publicação em 4/10/2021. Processo em dia.		
50512572920204040000	27/10/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O agravo interno foi considerado prejudicado em face do julgamento do agravo de instrumento em 2/9/2021; trânsito em julgado e baixa em 9/9/2021. Processo em dia.		
50502769720204040000	21/10/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo interno julgado em 17/8/2021. Embargos de declaração em 14/9/2021. Incluso na sessão virtual com encerramento em 21/10/2021. Processo em dia.		
50235513720214040000	9/6/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O agravo interno foi julgado prejudicado em face do julgamento do agravo de instrumento; trânsito em julgado e baixa em 10/9/2021. Processo em dia.		
50149030220124047108	20/6/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Acórdão julgado em 23/9/2021. Intimação em 4/10/2021. Processo em dia.		

50083518720214040000	1º/3/2021	Incidente de Impedimento (Seção)
Observação/Providência: Decisão liminar inicial em 13/9/2021; aguardando informações do juízo suscitado. Processo em dia.		
50106735120194040000	21/3/2019	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Decisão de incompetência parcial na impugnação ao cumprimento de sentença em 15/9/2021; requisitório em 13/10/2021. Processo em dia.		
50172816520194040000	23/4/2019	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Decisão de incompetência parcial na impugnação ao cumprimento de sentença em 22/9/2021; requisitório em 1º/10/2021. Processo em dia.		
50214580420214040000	25/5/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Houve o trânsito em julgado e baixa em 21/9/2021. Processo em dia.		
50219551820214040000	28/5/2021	Reclamação (Seção)
Observação/Providência: Foi proferida decisão terminativa em 2/9/2021; trânsito em julgado e baixa em 6/10/2021. Processo em dia.		
50249847620214040000	17/6/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Foi proferida decisão em 14/9/2021; trânsito em julgado e baixa em 8/10/2021. Processo em dia.		
50164646120124047108	24/7/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (pedido de vista e julgamento), mas atualmente em situação regular; Voto-vista será apresentado na sessão virtual que se encerrará em 21/10/2021. O Voto-vista será apresentado na sessão virtual que se encerrará em 21/10/2021.		
50012596620154047211	29/4/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (pedido de vista e julgamento), mas atualmente em situação regular; o Voto-vista apresentado em 8/10/2021. Conclusão para acórdão em 11/10/2021.		
50370523520204047100	14/9/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (pedido de vista e julgamento), mas atualmente em situação regular; o voto-vista apresentado em 23/9/2021.		
50061256720124047100	6/10/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (pedido de vista e julgamento), mas atualmente em situação regular; o voto-vista apresentado em 23/9/2021.		
50007660320124047112	3/7/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (pedido de vista e julgamento), mas atualmente em situação regular; o Voto-vista apresentado em 17/8/2021. O acórdão publicado em 2/9/2021.		
50249623320174049999	23/5/2017	Apelação Cível

Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (oposição e julgamento dos aclaratórios), mas atualmente em situação regular; os embargos de declaração opostos no processo 50249623320174049999 serão incluídos na sessão de julgamento que se encerrará em 21/10/2021.		
50580202720174049999	16/10/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (oposição e julgamento dos aclaratórios), mas atualmente em situação regular; os embargos de declaração opostos no processo 50580202720174049999 serão incluídos na sessão de julgamento que se encerrará em 21/10/2021.		
50102663520174047107	24/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (oposição e julgamento dos aclaratórios), mas atualmente em situação regular; os embargos de declaração opostos no processo 50102663520174047107 serão incluídos na sessão de julgamento que se encerrará em 21/10/2021.		
50173975120144047112	22/3/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (oposição e julgamento dos aclaratórios), mas atualmente em situação regular; os embargos de declaração opostos no processo 50173975120144047112 serão incluídos na sessão de julgamento que se encerrará em 21/10/2021.		
50052919120134047112	17/2/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (oposição e julgamento dos aclaratórios), mas atualmente em situação regular; os embargos de declaração opostos no processo 50052919120134047112 serão incluídos na sessão de julgamento que se encerrará em 21/10/2021.		
50024592920154047108	4/4/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (oposição e julgamento dos aclaratórios), mas atualmente em situação regular; os embargos de declaração opostos no processo 50024592920154047108 serão incluídos na sessão de julgamento que se encerrará em 21/10/2021.		
50089404520144047107	10/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (oposição e julgamento dos aclaratórios), mas atualmente em situação regular; os embargos de declaração opostos no processo 50089404520144047107 serão incluídos na sessão de julgamento que se encerrará em 21/10/2021.		
50282423120204040000	24/6/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: A decisão liminar foi proferida em 18/8/2021 e o processo foi incluído na sessão de julgamento com encerramento em 23/9/2021; trânsito em julgado e baixa em 11/10/2021. Processo em dia.		
50298800220204040000	1º/7/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e decisão terminativa), mas atualmente em situação regular; foi proferida decisão terminativa em 18/08/2021; trânsito em julgado e baixa em 17/9/2021.		
50299216620204040000	1º/7/2020	Agravo de Instrumento

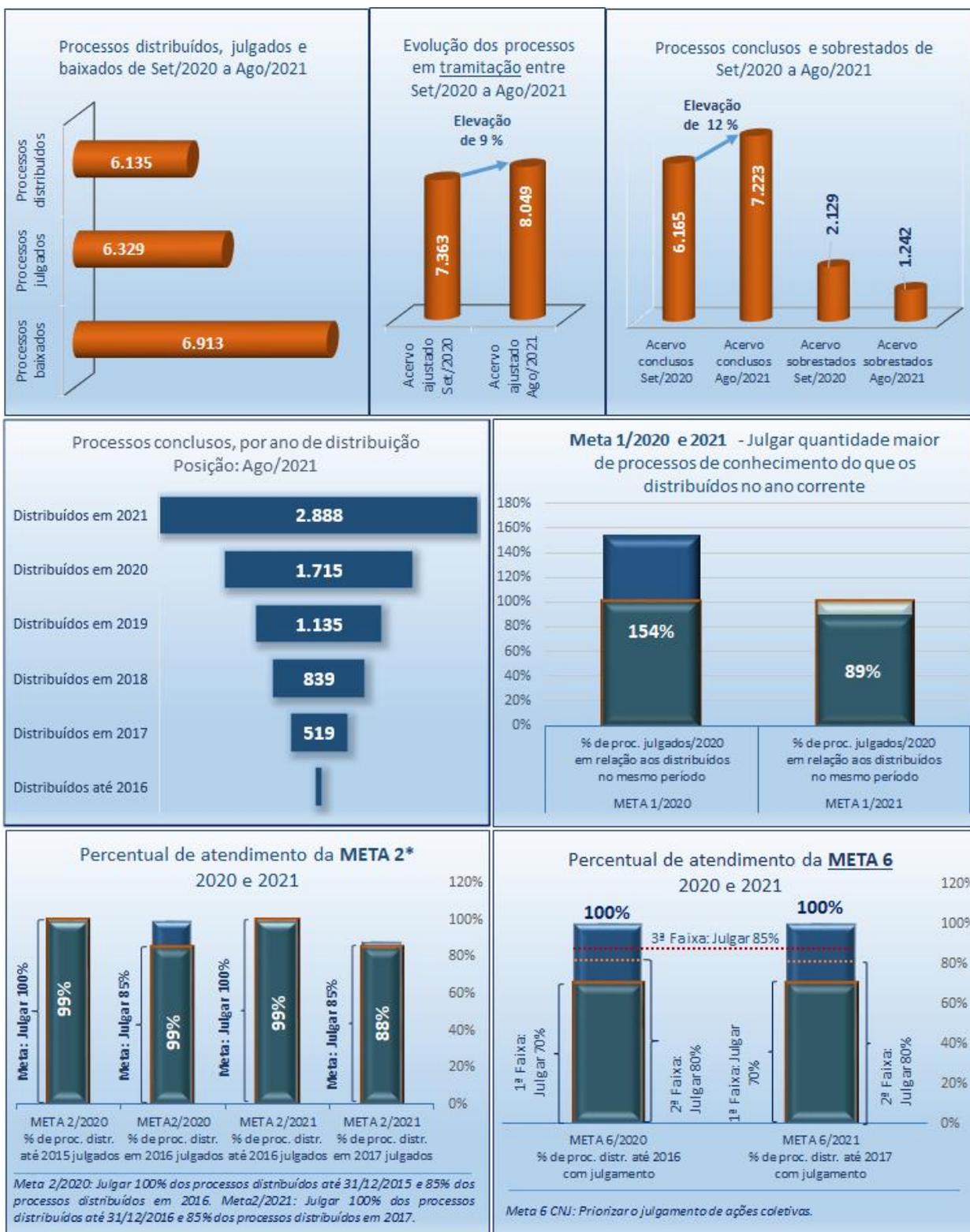
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e decisão inicial), mas atualmente em situação regular; a decisão liminar foi examinada em 14/9/2021, conclusão em 11/10/2021.		
50395705520204040000	19/8/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e decisão inicial), mas atualmente em situação regular; a decisão liminar foi proferida em 13/9/2021; agravo interno em 15/10/2021.		
5047866620204040000	6/10/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e decisão inicial), mas atualmente em situação regular; a decisão terminativa em 17/8/2021; trânsito em julgado e baixa em 18/8/2021.		
50496464120204040000	19/10/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e decisão inicial), mas atualmente em situação regular; a decisão liminar foi proferida em 18/8/2021; contrarrazões em 14/10/2021; conclusão em 15/10/2021.		
50073221820164047100	16/1/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e julgamento), mas atualmente em situação regular; o processo será incluído na sessão virtual com encerramento em 21/10/2021.		
50042753720154047111	20/1/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e julgamento), mas atualmente em situação regular; o processo julgado em 23/9/2021; confirmada intimação eletrônica em 14/10/2021.		
50609932420144047100	20/1/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e julgamento), mas atualmente em situação regular; o processo será incluído na sessão virtual com encerramento em 21/10/2021.		
50277626920154047100	31/1/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e decisão inicial), mas atualmente em situação regular; em 2/9/2021, foi proferida decisão determinando o sobrestamento do processo em razão do Tema n. 1083 do Superior Tribunal de Justiça.		
50128901820124047112	10/2/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e decisão inicial), mas atualmente em situação regular; o processo retirado de pauta em 6/10/2021 a pedido da parte para inclusão em sessão telepresencial.		
50047419820144047003	15/2/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e análise de petição), mas atualmente em situação regular; o processo julgado em 23/9/2021; confirmada intimação eletrônica em 14/10/2021.		
50325210720184049999	17/4/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e julgamento), mas atualmente em situação regular; o processo julgado em 23/9/2021; confirmada intimação eletrônica em 11/10/2021.		

50065503620144047129	23/9/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e julgamento), mas atualmente em situação regular; o processo será incluído na sessão virtual com encerramento em 21/10/2021.		
50009146720194047112	3/8/2019	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e julgamento), mas atualmente em situação regular; o processo será incluído na sessão virtual com encerramento em 21/10/2021.		
50308772920184049999	19/12/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e julgamento), mas atualmente em situação regular; o processo será incluído na sessão virtual com encerramento em 21/10/2021.		
50005207020144047133	13/5/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será incluído na sessão virtual com encerramento em 21/10/2021. Processo em dia.		
50407046920154049999	21/10/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será incluído na sessão virtual com encerramento em 21/10/2021. Processo com atraso na fase de conclusão, mas atualmente em situação regular, entre os eventos 211 e 212 do eproc. Incluído em Pauta de 21/10/2021.		
50153588120144047112	17/11/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será incluído na sessão virtual com encerramento em 21/10/2021. Processo com atraso na fase de conclusão, mas atualmente em situação regular, entre os eventos 23 e 24 do eproc. Incluído em Pauta de 21/10/2021.		
50050952120134047113	3/11/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será incluído na sessão virtual com encerramento em 21/10/2021. Processo com atraso na fase de conclusão, mas atualmente em situação regular, entre os eventos 36 e 38 do eproc. Incluído em Pauta de 21/10/2021.		
50072047820134047122	26/8/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será incluído na sessão virtual com encerramento em 21/10/2021. Processo com atraso na fase de conclusão, mas atualmente em situação regular, entre os eventos 31 e 32 do eproc. Incluído em Pauta de 21/10/2021.		
50037933220194047117	8/6/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O processo será incluído na sessão virtual com encerramento em 21/10/2021. Processo com atraso na fase de conclusão, mas atualmente em situação regular, entre os eventos 01 e 03 do eproc. Incluído em Pauta de 21/10/2021.		
50023431520134047101	23/7/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será incluído na sessão virtual com encerramento em 21/10/2021. Processo com atraso na fase de conclusão, mas atualmente em situação regular, entre os eventos 30 e 31 do eproc. Incluído em Pauta de 21/10/2021.		
50436692120144047100	20/7/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Em 17/9/2021, foram acolhidos os embargos de declaração opostos contra a decisão terminativa, razão pela qual determinou-se seja levado a julgamento pelo colegiado o pedido subsidiário formulado nos autos, o que será feito assim que o processo		

retornar concluso. Processo com atraso na fase de conclusão, mas atualmente em situação regular, entre os eventos 25 e 27 do eproc. Incluído em Pauta de 21/10/2021.		
50826372320144047100	30/10/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Em 17/09/2021, foram acolhidos os embargos de declaração opostos contra a decisão terminativa, razão pela qual determinou-se seja levado a julgamento pelo colegiado o pedido subsidiário formulado nos autos, o que será feito assim que o processo retornar concluso. Processo com atraso na fase de conclusão, mas atualmente em situação regular, entre os eventos 24 e 25 do eproc. Incluído em Pauta de 21/10/2021.		
50177757120124040000	19/10/2012	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: A decisão final na impugnação ao cumprimento de sentença foi proferida em 22/9/2021, reconhecendo a incompetência do Tribunal para o cumprimento de sentença com o fim de exigir o pagamento de verbas resultantes da condenação em juízo rescisório. Processo arquivado. Baixa definitiva.		
50283102520184049999	31/7/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será incluído na sessão virtual com encerramento em 21/10/2021. Processo com atraso na fase de conclusão, mas atualmente em situação regular, entre os eventos 44 e 46 do eproc. Incluído em Pauta de 21/10/2021.		
50019563720124047003	19/4/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será incluído na sessão de julgamento que se encerrará em 21/10/2021. Processo com atraso na fase de conclusão, mas atualmente em situação regular, entre os eventos 41, 42 e 43 do eproc. Incluído em Pauta de 21/10/2021.		
50470323420184040000	10/6/2008	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Em 6/9/2021, foi proferida decisão determinando o arquivamento do cumprimento de sentença. Processo findo. Baixa definitiva.		
50365534520194040000	26/8/2019	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: O processo encontra-se em secretaria aguardando o decurso dos prazos para a transmissão de requisição de pagamento de pequeno valor. Processo em dia.		
50483779820194040000	8/1/2016	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Em 30/8/2021, já foi proferida decisão determinando a expedição de requisição de pagamento de pequeno valor referente às verbas de sucumbência, a qual já foi expedida em 14/9/2021. Processo sem movimentação há mais de 30 dias. Regularizar em 30 dias.		
50009438920194049999	21/1/2019	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo será incluído na sessão virtual com encerramento em 21/10/2021. Processo com atraso na fase de conclusão, mas atualmente em situação regular, entre os eventos 64 e 66 do eproc. Incluído em Pauta de 21/10/2021.		
50027723720214049999	17/8/2009	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Em 15/9/2021, foi proferida decisão tendente à regularização processual, face ao óbito do autor, com determinação de intimação dos sucessores para que		

se manifestem sobre o interesse na habilitação. O processo ainda encontra-se em secretaria para cumprimento das intimações. Processo em dia.		
50053520520204047112	15/3/2021	-
Observação/Providência: O acórdão foi publicado em 16/8/2021. Processo em dia.		
50067228620204047122	28/4/2021	-
Observação/Providência: O acórdão já foi publicado em 16/8/2021. Processo em dia.		
50056300620204047112	15/3/2021	-
Observação/Providência: O acórdão já foi publicado e transitou em julgado em 9/9/2021. Processo em dia.		
50091930820204047112	5/2/2021	-
Observação/Providência: O acórdão já foi publicado e transitou em julgado em 16/9/2021. Processo em dia.		
50165052620154047107	7/10/2016	-
Observação/Providência: O acórdão foi publicado e transitou em julgado em 17/9/2021. Processo em dia.		
50161504520174047107	2/7/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo já julgado. Atualmente no gabinete do Desembargador Federal Osni Cardoso Filho, relator para acórdão. Embargos de declaração em 16/11/2018. Processo reativado em 10/7/2019. Regularizar em 60 dias.		
50243774420184049999	25/9/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo já julgado. Atualmente no gabinete do Desembargador Federal Osni Cardoso Filho, relator para acórdão. Embargos de declaração em 24/6/2020. Conclusão em 3/7/2020. Regularizar em 60 dias.		
50369864920194040000	28/8/2019	Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade
Observação/Providência: Pedido de vista em 25/2/2021; conclusão em 25/2/2021. Regularizar em 30 dias.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 69 processos selecionados, todos foram inspecionados, sendo que o feito 50369864920194040000, advindo do Gabinete da Desembargadora Federal Vânia Hack, foi acrescentado a presente lista, totalizando 70 processos inspecionados. Destes, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Regularizar em 30 dias (processos sem movimentação/atos de secretaria há mais de 30 dias):

50483779820194040000

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com embargos de declaração há mais de 45 dias):

50161504520174047107 50243774420184049999

c) Incluir em julgamento em até 30 dias (processos com voto-vista há mais de 90 dias):

50369864920194040000

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada no gabinete do Desembargador Federal Osni Cardoso, com o magistrado e, paralelamente, com a Chefe de Gabinete Laura Fernandes e o Assessor Alessandro Giacomini.

Na ocasião, foi reforçado pelos entrevistados que, embora o número relativo ao acervo em tramitação fosse de 8.049 processos, atualmente, o referido quantitativo chega a aproximadamente 6.400, conforme dados extraídos pelo sistema G4, oportunidade em que se destacou ter ocorrido, em junho de 2021, a alteração da composição da Turma.

Enfatizou-se que, em razão das matérias atinentes à revisão dos benefícios, em virtude dos tetos estabelecidos pelas EC 20 e 41, serão julgados aproximadamente 400 processos.

Relatou-se que, atualmente, o gabinete não tem estagiários, ante a dificuldade no treinamento à distância dos referidos, na medida em que eles não podem comparecer, pessoalmente, ao Tribunal, por força de resolução normativa pertinente.

Como boas práticas: a) apontou-se que, em relação aos processos sobrestados, é dada a prioridade na célere inclusão em pauta, após o julgamento do tema no feito paradigma, pelos tribunais superiores; b) enfatizou que todos os servidores atendem os causídicos por videoconferência, através do aplicativo zoom; c) disponibiliza um canal de e-mail especificamente para os pedidos de prioridades; d) foi criado, por um servidor da atividade-meio que tem conhecimento em informática um método de produção de minutas, através de um sistema de banco de dados, com a finalidade de otimizar a

elaboração de decisões. Ao referido sistema se deu o nome de “gosni”, cujo acesso restrito se dá a partir do sítio eletrônico do Tribunal; e e) formação de grupos de servidores e magistrados para fins de socializar remotamente.

Como meta da unidade, foi destacada a diretriz de priorizar os processos mais antigos, bem como atender os pedidos considerados urgentes.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 5.451 para 7.223), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 6.165 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 7.223.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 432, na última inspeção, para 712, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 15 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 14 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção.

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 33.
- b) Elaborar um plano de gestão que permita o controle dos embargos declaração mais antigos.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ROGER RAUPP RIOS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Roger Raupp Rios.

2.2 Turma

5ª Turma

2.3 Competência

Previdência e Assistência Social e demandas versando sobre o SUS.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Roger Raupp Rios.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Sim. Data da remoção - 21 de junho de 2021, da 1ª Turma (Direito Tributário e Execuções Fiscais) para a 5ª Turma (Previdência e Assistência Social). De acordo com o sistema G4, o acervo de processos assumido na origem era de 487 processos em junho de 2017; foram deixados na origem 4.049 processos em junho de 2021. O acervo assumido no destino, em junho de 2021, era de 4.425 processos.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Juíza Federal Convocada, Dra. Gisele Lemke, até o dia 20 de junho de 2021.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Fabiano Sikinowski Saute (Chefe de Gabinete) e Guilherme Nabinger Goulart (Assessor).

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)	
Total em tramitação**	5.893
Processos suspensos/sobrestados	Siapro - 41; eproc – 1.395; Total – 1.436
Processos conclusos	Siapro - 0; eproc – 5.330; Total – 5.330
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	Siapro - 0; eproc – 5.893; Total – 5.893
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	Siapro - 0; eproc – 5.621; Total – 5.621
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	Siapro - 0; eproc – 5.330; Total – 5.330
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	Siapro - 0; eproc – 4.753; Total – 4.753
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	Siapro - 41; eproc – 1.395; Total – 1.436
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	Siapro - 46; eproc – 1.460; Total – 1.506

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prejudicado.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Prejudicado.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Prejudicado.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	Siapro - 0; eproc - 151; Total - 151
Mandados de segurança	Siapro - 0; eproc - 6; Total - 6
IRDR	Siapro - 0; eproc - 1; Total - 1
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	Siapro - 0; eproc - 51; Total - 51
Reclamações	Siapro - 0; eproc - 6; Total - 6
Ações rescisórias	Siapro - 0; eproc - 74; Total - 74
Outros	Siapro - 0; eproc - 13; Total - 13

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	5.742
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0

Recursos em ações civis públicas	Siapro - 0; eproc - 1; Total - 1
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	0
Outros	Siapro - 0; eproc – 5.741; Total – 5.741

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	5.742
Apelações cíveis	Siapro - 0; eproc – 4.695; Total – 4.695
Agravos de instrumento	Siapro - 0; eproc - 872; Total - 872
Outros	Siapro - 0; eproc - 175; Total - 175

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	Siapro - 41; eproc – 1.395; Total – 1.436
Por IRDR	Siapro - 0; eproc - 12; Total - 12
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	Siapro - 0; eproc - 43; Total - 43
Por Recurso Extraordinário	Siapro - 0; eproc - 8; Total - 8

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	Siapro - 0; eproc - 183; Total - 183
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	Siapro - 0; eproc - 151; Total - 151
Agravos legais/regimentais	Siapro - 0; eproc - 31; Total - 31
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	Siapro - 0; eproc - 27; Total - 27
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	Siapro - 0; eproc - 81; Total - 81
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	Siapro - 0; eproc - 80; Total - 80

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	Siapro - 0; eproc - 109; Total - 109
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	Siapro - 0; eproc - 261; Total - 261

4.13 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	Siapro - 0; eproc - 1491; Total – 1.491
Ano anterior	Siapro - 0; eproc - 1002; Total – 1.002
2º ano anterior	Siapro - 0; eproc - 770; Total - 770
3º ano anterior	Siapro - 0; eproc - 478; Total - 478
4º ano anterior	Siapro - 0; eproc - 229; Total - 229
5º ano anterior ou mais antigo	Siapro - 0; eproc - 38; Total - 38

4.14 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	Siapro - 0; eproc – 1.966; Total – 1.966
Ano anterior	Siapro - 0; eproc – 1.259; Total – 1.259
2º ano anterior	Siapro - 0; eproc - 571; Total - 571
3º ano anterior	Siapro - 0; eproc - 395; Total -395
4º ano anterior	Siapro - 0; eproc - 286; Total - 286
5º ano anterior	Siapro - 0; eproc - 116; Total - 116
6º ano anterior ou mais antigo	Siapro - 0; eproc - 147; Total - 147

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição	
Ano atual	Siapro - 0; eproc – 3.145; Total – 3.145
Ano anterior	Siapro - 0; eproc – 1.301; Total – 1.301
2º ano anterior	Siapro - 0; eproc - 425; Total - 425
3º ano anterior	Siapro - 0; eproc - 227; Total - 227
4º ano anterior	Siapro - 0; eproc - 107; Total - 107
5º ano anterior	Siapro - 0; eproc - 72; Total - 72
6º ano anterior	Siapro - 0; eproc - 17; Total - 17
7º ano anterior ou mais antigo	Siapro - 0; eproc - 36; Total - 36

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	Siapro - 0; eproc - 4; Total - 4
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	Siapro - 0; eproc - 1; Total - 1

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	Siapro - 0; eproc - 6162; Total – 6.162
Total de Processos julgados	Siapro - 0; eproc - 5175; Total – 5.175
Total de Processos baixados	Siapro - 3; eproc - 6694; Total – 6.697
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	Siapro - 0; eproc - 987; Total -987

Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	Siapro - - 3; eproc - - 532; Total - - 535
---	--

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	90 processos.
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	56 processos.
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	Siapro - 0; eproc - 5088; Total – 5.088
Processos julgados no ano anterior	Siapro - 0; eproc - 5516; Total – 5.516
Processos distribuídos no ano corrente	Siapro - 0; eproc - 4400; Total – 4.400
Processos julgados no ano corrente	Siapro - 0; eproc - 3071; Total – 3.071

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Siapro -5441; eproc - 3166; Total – 8.607
Pendentes em 31/12/2020	Siapro - 0; eproc - 12; Total - 12
Porcentagem de atendimento da meta	99,86%

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Siapro - 1364; eproc - 2314; Total – 3.678
Pendentes em 31/12/2020	Siapro - 0; eproc - 115; Total - 115
Porcentagem de atendimento da meta	96,87%

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Siapro - 2943; eproc - 3.227; Total - 6.170
Pendentes no último dia do mês anterior	Siapro - 0; eproc - 54; Total - 54
Porcentagem de atendimento da meta	99,12%

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Siapro - 119; eproc - 2534; Total - 2.653
Pendentes no último dia do mês anterior	Siapro - 0; eproc - 87; Total - 87
Porcentagem de atendimento da meta	96,72%

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020	
Taxa de congestionamento em 2020	46,87%
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	Não se aplica.

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Siapro - 0; eproc - 1; Total - 1

Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Não se aplica.

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)	
3424 - Usurpação de águas	0
3429 - Alteração de local especialmente protegido	0
3619 - Crimes contra a Fauna	0
3621 - Da Poluição	0
3622 - Agrotóxicos	0
3623 - Atividades Nucleares	0
3624 - Caça	0
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	0
3627 - Pesca	0
3651 - Crimes Agrários	0
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	0
9583 - Arrendamento Rural	0
10016 - Inspeção Fitossanitária	0
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	0
10085 - Água e/ou Esgoto	0
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	0
10091 - Terreno de Marinha	0
10094 - Terras Indígenas	0
10095 - Águas Públicas	0
10102 - Terras Indígenas	0
10103 - Terreno Aldeado	0
10104 - Restituição de área - FUNAI	0
10105 - Demarcação	0
10106 - Recursos Minerais	0
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	0
10110 - Meio Ambiente	0
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	0
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	0
10113 - Flora	0
10114 - Fauna	0

10115 - Transgênicos	0
10116 - Agrotóxicos	0
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	0
10119 - Gestão de Florestas Públicas	0
10396 - Ambiental	0
10397 - Sanitárias	0
10438 - Dano Ambiental	0
10986 - Crime contra a administração ambiental	0
11822 - Mineração	0
11823 - Reserva legal	0
11824 - Recursos Hídricos	0
11825 - Poluição	0
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	0
11827 - Zona Costeira	0
11828 - Área de Preservação Permanente	0
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	0
11830 - Patrimônio Cultural	0
11836 - Parcelamento do Solo	0
11841 - Política Agrícola	0
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	0
11862 - Saneamento	0
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	0
9994 - Indenização por dano ambiental	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim: a) julgar no prazo de 60 dias os processos 50192545220114047108 e 50027684320124047112; b) Manter o foco no cumprimento das metas do CNJ e o zelo no rápido julgamento de votos-vista, embargos de declaração, pedidos de tutela provisória, assim como o julgamento colegiado posterior às decisões monocráticas deferindo tutelas provisórias; c) Encaminhar à Presidência do eg. TRF da 4ª Região o exame da ponderação de que: "A unidade informou que o envio dos processos para outro órgão ou gabinete tem gerado dificuldade no monitoramento do andamento do processo".

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) os processos em questão foram julgados; b) segundo relatório da autoinspeção 2020 feito pela titular anterior do gabinete, "realizamos um levantamento de todos os processos com pedido de tutela de urgência sem análise e daqueles que tinha sido deferida a tutela de urgência, e passamos a dar preferência para julgamento. A mesma rotina foi estabelecida para os embargos de declaração. Reorganizamos os localizadores processuais a fim de melhor visualizar e monitorar os processos nas condições apontadas. Ainda, deslocamos servidores de outras matérias para fazer um mutirão dos processos de especialidade que eram os mais antigos do acervo"; c) segundo relatório da autoinspeção 2020 feito pela titular anterior do gabinete, "a unidade reuniu-se com os demais integrantes da Turma, tendo acordado uma forma de acompanhamento dos processos, especialmente em relação à celeridade de apresentação dos pedidos de vista".

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Segundo relatório da autoinspeção 2020 feito pela titular anterior do gabinete, "A unidade entende que o caso isolado que gerou a dificuldade e que resultou na recomendação (alínea c, item 6.1) foi superado, e não mais se repetiu na Turma. Nesse sentido, entende desnecessário onerar a Presidência da Corte com problemas de funcionamento da Turma, como foi o caso de um pedido de vista feito em sessão, e que demorou para ser levado novamente a julgamento, mormente quando esse problema já encontra-se solucionado".

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim. Meta 2/2020 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015) - Porcentagem de atendimento da meta 99,86%. Meta 2/2020 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016) - Porcentagem de atendimento da meta 96,87%. Meta 2/2021 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016) - Porcentagem de atendimento da meta 99,12%. Meta 2/2021 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017) - Porcentagem de atendimento da meta 96,72%. O acervo foi assumido há pouco mais de três meses, oportunidade em que triados os processos pendentes do cumprimento das referidas metas e encaminhados para inclusão em pauta de julgamento, na medida do possível, até o final do ano corrente.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Como já referido em outros tópicos, o Desembargador Roger Raupp Rios assumiu a 5ª Turma no dia 21 de junho do ano corrente, portanto, há pouco mais de três meses. Desde então, a partir de reuniões com a chefia, passou-se a fazer a estruturação do gabinete. Nesse sentido, num primeiro momento, procedeu-se à divisão do setor em matérias cujo número de processos exigia tal iniciativa; posteriormente, levando-se em conta as habilidades e competências de cada servidor, foi realizada a respectiva alocação, considerados, nesse aspecto, a quantidade de processos e matéria objeto do processo. Considerando o curto espaço de tempo desde que o gabinete foi assumido, não há boas práticas, ainda, a serem noticiadas. Quanto às dificuldades, percebeu-se, desde o início, em relação aos servidores que nunca haviam lidado com a matéria previdenciária, circunstância que, ainda que ligeira melhora, persiste até o presente momento.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Fabiano Sikinowski Saute (Chefe de Gabinete) e Guilherme Nabinger Goulart (Assessor).

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Atualmente, há dezesseis servidores em atividades-fim e dois em atividades-meio. Os servidores em atividades-meio são responsáveis pelo atendimento ao público, encaminhamento/recebimento de correspondências e materiais de expediente, bem como pela movimentação dos processos/petições no processo eletrônico. Os demais servidores estão distribuídos por matéria da seguinte forma: Incapacidades: quatro servidores; Aposentadoria por tempo de contribuição: cinco servidores (um deles atende, especialmente, processos envolvendo período rural); Execuções/cumprimentos de sentença: um servidor; Saúde: um servidor; Revisionais: um servidor; Por sua vez, a assessoria, além de coordenar o trabalho, faz a conferência das minutas produzidas no gabinete e nos demais que compõem a Turma, facilitando a realização das sessões de julgamento. Por fim, observa-se que há uma semana foi recebido novo servidor, o qual está, inicialmente, trabalhando com processos que tratam de questões de cunho processual.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim, três. No momento, por conta da pandemia, todos estão em teletrabalho integral.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Para um dos servidores, antes do período pandêmico, o teletrabalho era integral, comparecendo presencialmente uma vez por mês. Para os demais, o teletrabalho era parcial.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Considerando que o gabinete foi assumido recentemente, a correta estruturação segue sendo objeto de análise pela assessoria e pelo Desembargador. A ideia de estabelecimento de cotas a serem alcançadas levará em consideração, principalmente, a matéria objeto do processo, a dificuldade de sua análise e correspondente elaboração da minuta. Servidores trabalhando na mesma matéria deverão, salvo exceções, alcançar o mesmo número de cotas dos demais.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Dada a recente assunção do gabinete previdenciário, como referido no tópico acima, ainda não há metas individuais estabelecidas. No entanto, o acompanhamento de cada servidor é feito semanalmente, mediante a verificação do número de processos minutados. Na hipótese de não se verificar uma evolução, ao servidor é dada ciência do constatado, sendo questionado o motivo pelo qual vem apresentando dificuldades. Quando do estabelecimento da meta, a ser definida brevemente, o não cumprimento poderá ensejar solicitação de aumento da carga horária, naturalmente, dentro dos limites previstos em lei.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há processos físicos em tramitação no gabinete. Os processos eletrônicos são triados por servidor que diariamente acompanha o painel de controle do processo eletrônico, fazendo a distribuição dos processos aos diversos setores, levando em conta a matéria e urgência. Questões processuais preliminares são, em regra, imediatamente solucionadas.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos estão organizados por localizadores correspondentes à respectiva matéria.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Os processos, como dito, estão localizados por matéria. Os servidores responsáveis pela elaboração das minutas fazem a seleção, em regra, a partir da antiguidade, dando preferência às prioridades legais e pedidos de preferência que, devidamente justificados, são encaminhados por e-mail, telefone ou ouvidoria. Periodicamente são

analisadas as metas e solicitado ao servidor responsável a elaboração de minutas em processos que constem das metas do CNJ. Em relação a processos remetidos a outros setores, quando constatado ter sido ultrapassado prazo razoável para devolução, é solicitada a devolução, tão logo quanto possível, ao referido setor. Embargos de declaração são minutados pelo servidor que minudou o provimento embargado tão-logo sejam apresentadas as contrarrazões. Da mesma forma, os agravos internos. Em relação às urgências, há servidor especificamente destinado a tanto.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Considerando, como já referido, que o Desembargador Federal Roger Raupp Rios assumiu o gabinete há pouco mais de três meses, estando em período de análise a correta divisão e distribuição de competências junto aos servidores, ainda não foram estabelecidas metas, situação que deve, em breve, sofrer alteração a partir da análise desse período recente de adaptação de servidores, muitos dos quais não havia trabalhado com a matéria previdenciária.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Como até o momento ainda não foram fixadas as metas, dada a remoção recente, ainda não há política de recompensas.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Os feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ são encaminhados com preferência para inclusão em pauta de julgamento. No entanto, considerando que boa parte dos processos em matéria previdenciária envolve pessoas de maior idade, nem sempre é possível atender a essa prioridade. Nesse caso, são priorizados os processos relativos às metas ou cuja urgência demande atendimento prévio.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, nos casos legais em que permitidas e quando se entender provável a não interposição de agravo interno; do contrário, o feito é imediatamente pautado, evitando, assim, retrabalho.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos novos são sugeridos pelos servidores e, após conferidos pela assessoria e aprovados pelo Desembargador, são cadastrados como "texto-padrão" no eproc, a serem utilizados por todos os servidores, inclusive por meio de "tags".

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

O Tribunal dispõe de setor específico destinado à capacitação de servidores. Ao menos uma vez por ano é feito o levantamento de matérias de interesse, que são encaminhadas aos gabinetes. As matérias, no gabinete, são compartilhadas junto aos

servidores, tomando-se, a partir da manifestação de cada um, aquelas de maior relevância.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Os processos sobrestados são localizados, após o devido despacho, em localizadores para cada matéria; após o julgamento do tema, noticiado por setor competente da Vice-Presidência, são reativados e encaminhado para julgamento. No momento, os principais temas que ensejam suspensão são: TRF4: IRDRs 12, 14 e 15; STJ: Temas 692, 1005, 1018, 1070, 1083, 1090; STF: temas 616, 632 e 1002.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não, diante da baixa efetividade que a prática tem demonstrado nos processos em segunda instância.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Na medida do possível, os pedidos de vista são levados a julgamento na sessão seguinte.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Periodicamente pelos servidores, assessoria e Desembargador, na medida em que são analisados os novos casos, através do site do Tribunal. Periodicamente, também é consultada a pesquisa de jurisprudência para analisar se não houve alteração de entendimento.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, com dez dias de antecedência.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais possuem duração de uma semana, período durante o qual são feitos e respondidos eventuais destaques, bem como analisadas eventuais divergências, no espelho de pauta. A unidade disponibiliza os votos com antecedência mínima de dez dias antes do final da sessão virtual, ou seja, mesmo antes do início da sessão virtual os votos já estão disponibilizados.

28. A unidade possui plano de gestão?

Não.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos	
a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Há uma semana, o quadro foi completado com o ingresso de um servidor. Quanto aos recursos materiais, não há qualquer ressalva.
b) gestão do trabalho	Está sendo bem realizada, com acompanhamento individual de servidores que apresentam alguma dificuldade.
c) resultados	As conversas com os servidores, mormente com os indicados no item acima, vêm, gradativamente, apresentando melhores resultados, culminando, por consequência, em melhores números do gabinete.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?
O principal objetivo a ser alcançado é, na medida do possível, julgar, mensalmente, o mesmo número de processos distribuídos, a fim de que não haja acréscimo numérico do acervo.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?
Manutenção das conversas, individuais ou em grupo, a partir do controle semanal dos processos do gabinete. Estabelecimento de metas a serem cumpridas de modo a incrementar os números do gabinete.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?
A comunicação assíncrona e a ampliação do teletrabalho em relação a servidores que bem se adaptam à sistemática. Igualmente, a realização de sessões virtuais como regra.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?
Como já referido em outros tópicos, o acervo foi assumido há pouco mais de três meses. Dessa forma, pelo menos uma vez por mês é feito o controle dos processos sem movimentação. Considerando que a maior parte desses processos é destinada a julgamento, naturalmente, o número de processos sem movimentação acabar sendo relativamente grande. Todavia, no que se concerne aos processos com petição protocolada, são verificados diariamente. Processos com petições urgentes são decididos no mesmo dia ou com a maior brevidade possível, caso seja necessária alguma diligência prévia.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50114702720194040000	27/3/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo aguardava definição do Tema 1095 do STF; com o julgamento, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Incluso na Pauta de 9/11/2021. Processo com atrasos em algumas fases (contrarrazões e inclusão em pauta), mas atualmente em situação regular.		
50226131320194040000	28/5/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo suspenso em 3/7/2019, aguardando julgamento do Tema 1018 do STJ. Processo em dia.		
50244969220194040000	10/6/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo suspenso em 16/7/2019, aguardando julgamento do Tema 1018 do STJ. Conclusão em 10/9/2019. Processo em dia.		
50243643520194040000	10/6/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo suspenso em 16/7/2019, aguardando julgamento do Tema 1018 do STJ. Conclusão em 10/9/2019. Substabelecimento sem reservas em 9/11/2020. Processo em dia.		
50257284220194040000	17/6/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo suspenso em 18/7/2021, aguardando julgamento do Tema 1018 do STJ. Conclusão em 24/7/2019. Processo em dia.		
50065748320164047100	23/4/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Incluso na Pauta de 9/11/2021. Processo com atrasos em algumas fases (conclusão do agravo e inclusão em pauta), mas atualmente em situação regular.		
50103078420174047112	12/9/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Agravo interno em 27/10/2020; conclusão em 11/11/2020; regularizar em 120 dias.		
50568945820204040000	30/11/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Agravo interno em 5/2/2021; inclusão na pauta de 9/11/2021. Processo com atrasos em algumas fases (conclusão do agravo e inclusão em pauta), mas atualmente em situação regular.		
50587428020204040000	11/12/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 16/9/2021; ciência com renúncia de prazo em 19/10/2021. Processo em dia.		
50515413720204040000	29/10/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 16/9/2021. Decurso de prazo em 20/10/2021. Processo em dia.		

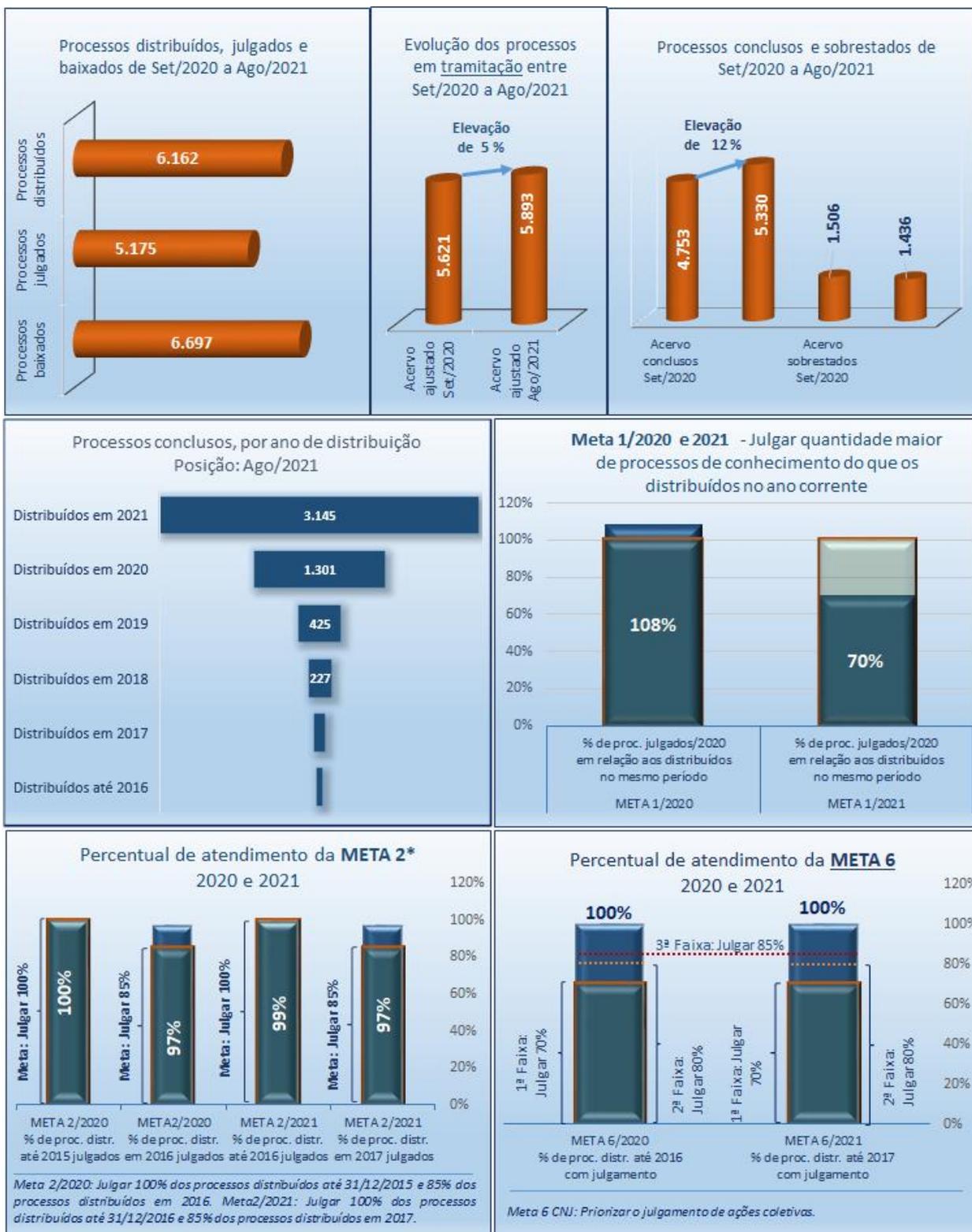
50036066420214040000	3/2/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo interno apreciado por decisão monocrática, para admitir o agravo de instrumento em 30/8/2021. Processo incluso na Pauta de 9/11/2021. Processo em dia.		
50013635020214040000	20/1/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Agravo interno em 1º/2/2021; contrarrazões em 15/4/2021. Processo incluso na Pauta de 9/11/2021. Processo em dia.		
50134937220214040000	2/4/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Determinada, em 21/9/202, a intimação da requerida, da União e do Município de Pelotas acerca da decisão proferida e determinada a baixa definitiva caso nada seja requerido. Embargos de declaração em 22/9/2021. Processo em dia.		
50288880720214040000	12/7/2021	Conflito de Competência (Seção)
Observação/Providência: Julgado em 29/9/2021; confirmada intimação eletrônica em 9/10/2021. Processo em dia.		
50282775420214040000	8/7/2021	Conflito de Competência (Seção)
Observação/Providência: Declinada a competência para o Superior Tribunal de Justiça em 9/9/2021. Protocolo no STJ em 15/9/2021. Processo em dia.		
50273763320194049999	14/11/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Voto-vista apresentado na sessão de 16/9/2021. Processo em dia.		
50152343120184049999	5/6/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardava definição do Tema 1095 do STF; com o julgamento, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Embargos de Declaração em 7/3/2019; Decisão de suspensão em 1º/4/2019; decisão sobre óbito da parte em 15/10/2021. Conclusão em 21/10/2021. Processo em dia.		
50576002220174049999	13/10/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardava definição do Tema 1095 do STF; com o julgamento, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Embargos de Declaração em 10/3/2019; Decisão de suspensão em 1º/4/2019; decisão sobre óbito da parte em 15/10/2021. Processo em dia.		
50039831620184049999	31/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardava definição do Tema 1095 do STF; com o julgamento, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Embargos de declaração em 12/3/2021. Decisão de suspensão em 1º/4/2019. Conclusão em 31/5/2019. Regularizar em 60 dias.		
50082460220124047122	24/9/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento do Tema 692 do STJ. Meta 2 CNJ. Embargos de declaração em 22/5/2020. Decisão de suspensão sobre o Tema 692 do STJ em 17/7/2020. Processo em dia.		
50453077320194040000	28/10/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: AI julgado prejudicado em 25/8/2021. Trânsito em julgado e baixa em 26/8/2021. Processo em dia.		

50519649420204040000	3/11/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 14/10/2021. Processo em dia.		
50531782320204040000	10/11/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Decisão de não conhecimento do recurso em 1º/10/2021. Confirmada intimação eletrônica em 11/10/2021. Processo em dia.		
50574826520204040000	3/12/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Processo incluso na pauta de 9/11/2021. Processo em dia.		
50589280620204040000	14/12/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo suspenso aguardando habilitação no juízo de origem em 15/4/2021. Renovada a suspensão por mais 30 dias em 31/5/2021 e 21/9/2021. Conclusão em 29/9/2021. Processo em dia.		
50033752220134047112	10/1/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 16/9/2021. Embargos de declaração em 29/9/2021. Intimação em 17/10/2021. Processo com atrasos em algumas fases (distribuição e inclusão em pauta), mas atualmente em situação regular;		
50019392720154047122	12/1/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Distribuição em 12/1/2017. Regularizar em 120 dias.		
50069172120124047100	20/1/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Distribuição em 12/1/2017. Petição em 3/12/2019. Regularizar em 120 dias.		
50052184220154047115	23/3/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão virtual com término em 14/10/2021. Processo findo. Baixa definitiva. Meta 2/2021 do CNJ.		
50038459720154047107	28/3/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 16/9/2021. Processo em dia. Meta 2/2021 do CNJ.		
50065424220164047112	3/4/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Excesso de tramitação. Regularizar em 30 dias. Meta 2/2021 do CNJ.		
50109031020134047112	11/2/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Pautado para julgamento para 9/11/21. Meta 2/2020 do CNJ.		
50091332620154047107	28/7/2016	Apelação Cível

Observação/Providência: Processo julgado em 16/9/2021. Processo em dia. Meta 2/2020 do CNJ.		
50050562720134047112	6/6/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 16/9/2021. Processo em dia. Meta 2/2020 do CNJ.		
50051657220124047113	28/1/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Excesso de tramitação. Regularizar em 120 dias. Meta 2/2020 do CNJ.		
50089617420124047112	28/6/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo suspenso, aguardando trânsito em julgado do IAC TRF4 n. 5033888-90.2018.404.0000. Processo em dia. Última movimentação em 8/10/21. Meta 2/2020 do CNJ.		
50313643920134047100	8/9/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 16/9/2021. Processo findo. Baixa definitiva.		
50241736920154047100	16/9/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo levado a julgamento na sessão de 16/9/2021. Remetido ao gabinete do Desembargador Federal Osni Cardoso Filho em razão de pedido de vista. Processo em dia. Meta 2/2020 do CNJ.		
50410781720174049999	28/7/2017	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Excesso de tramitação. Regularizar em 30 dias. Meta 2/2020 do CNJ.		
50096634520194049999	29/4/2019	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído para a Turma Regional Suplementar de Santa Catarina. Processo recebido pelo GAB91 (Relator Paulo Afonso), em 22/9/2021. Processo em dia.		
50299970320194049999	8/7/2016	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Pautado para julgamento para 9/11/21. Meta 2/2020 do CNJ.		
50100756320204040000	8/5/2013	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo aguardando juízo de retratação, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Processo com atrasos em algumas fases, mas atualmente em situação regular. Pautado para julgamento para 9/11/21. Meta 2/2020 do CNJ.		
50680327720114047100	9/8/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Excesso de tramitação. Regularizar em 120 dias. Meta 2/2020 do CNJ.		
50471635920124047100	14/2/2014	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Processo aguardando juízo de retratação, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Excesso de tramitação. Regularizar em 120 dias. Meta 2/2020 do CNJ.		
50017594420104047103	28/11/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando juízo de retratação, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Excesso de tramitação. Regularizar em 120 dias. Meta 2/2020 do CNJ.		
50606249820124047100	14/4/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo aguardava definição do Tema 979 do STJ; com o julgamento, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Processo em dia. Pautado para 9/11/21. Meta 2/2020 do CNJ.		
50562931020114047100	25/7/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 16/9/2021. Processo findo. Baixa definitiva.		
50150114420194049999	28/8/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando juízo de retratação, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Processo em dia. Meta 2/2020 do CNJ.		
50001217520214047107	3/10/2008	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo aguardando juízo de retratação, será encaminhado para pauta. Previsão de julgamento até o final de 2021. Processo em dia. Pautado para 9/11/21. Meta 2/2020 do CNJ.		
50261979320164040000	16/6/2016	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública. Será determinada a expedição de RPV. Processo em dia. Meta 2/2020 do CNJ.		
50054929820214040000	11/2/2021	-
Observação/Providência: Processo já julgado. Atualmente no gabinete do Desembargador Federal Osni Cardoso Filho, relator para acórdão. Processo em dia.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 50 processos selecionados, todos foram inspecionados, tendo o processo 5003845-97.2015.4.04.7107 sido incluído a presente lista. Destes, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

50103078420174047112	50019392720154047122	50069172120124047100
50051657220124047113	50680327720114047100	50471635920124047100
50017594420104047103		

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com embargos de declaração há mais de 45 dias):

50039831620184049999

c) promover o andamento em 30 dias (processo sem movimentação processual há mais de 30 dias):

50065424220164047112 50410781720174049999

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada no gabinete do Desembargador Federal Roger Raupp Rios, com o magistrado e, paralelamente, com o Chefe de Gabinete Fabiano Saute e o Assessor Guilherme Goulart.

Inicialmente, destaca-se que o Desembargador assumiu a vaga na 5ª Turma, há apenas 4 meses, advindo de Turma especializada em Direito Tributário. Na ocasião, trouxe toda a sua equipe, que, atualmente, encontra-se em adaptação à matéria previdenciária. Na oportunidade, restou frisada a necessidade de obtenção de cursos de especialização para o tema atinente à competência atual.

Foi reforçado, pelos entrevistados, que, embora tenham 18 servidores do gabinete, apenas 16 são da atividade-fim e 02 da atividade-meio, salientando a necessidade de se obter mais mão-de-obra voltada à primeira atividade, em razão da alta demanda de processos.

Destacou-se, também, como meta a ser alcançada pelo gabinete, o julgamento dos processos mais antigos, sempre sendo observadas, todavia, as prioridades legais e situações excepcionais de urgência. O magistrado relatou, outrossim, que os esforços coesos levados a cabo pela equipe, apesar da matéria ser novidade, buscam métodos que identifiquem o perfil do servidor para a distribuição dos processos, por matéria.

Quanto aos embargos de declaração, adota a sistemática de intimar a parte adversa em qualquer caso, independentemente de eventual atribuição de efeitos infringentes, o que emprega celeridade e movimentação ao processo, neste primeiro

momento de adaptação. Igualmente, busca julgar os pedidos de tutela de urgência, para, somente após enfrentar o mérito.

Em relação às boas práticas, enfatizou-se que, em virtude do pouco tempo de atuação na Turma, assim como as dificuldades impostas pela pandemia, ainda estão em elaboração de projetos e iniciativas para a criação de metodologias de controle do acervo, a fim de dar maior celeridade ao andamento processual.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 4.060 para 5.330), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 4.753 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 5.330.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 301, na última inspeção, para 183, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 10 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 14 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 33.

b) Elaborar um plano de gestão que permita o controle de feitos que necessitam de movimentação processual, bem como dos processos conclusos e sem julgamento há mais tempo, além dos embargos de declaração mais antigos.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA

JUIZ FEDERAL FRANCISCO DONIZETE GOMES

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Juiz Federal convocado Francisco Donizete Gomes.

2.2 Turma

Quinta Turma

2.3 Competência

Previdenciária, assistencial e demandas de saúde.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Juiz Federal Francisco Donizete Gomes.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Sim. O Juiz Federal Francisco Donizete Gomes foi convocado pela Presidência deste TRF4, por meio do Ato n. 354, de 27 de junho de 2019, para atuar em função de auxílio ao TRF da 4ª Região, na 1ª Turma (Gabinete 12 no eproc), no período de 15/7/2019 a 27/6/2021, com prejuízo da jurisdição na vara de origem. Após, foi novamente convocado pela Presidência do TRF4, por meio do Ato n. 690, de 21 de junho de 2021, para atuar em função de auxílio ao TRF da 4ª Região, na 5ª Turma (Gabinete 54 no eproc), a contar de 21/6/2021, com prejuízo da jurisdição na vara de origem. Acervo assumido em junho/2019: 6.663 (Gab. 12) Acervo deixado em junho/2021: 5.575 (Gab. 12) Acervo assumido em junho/2021: 5.575 (Gab. 54)

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Luiz Izidoro Zorzo (Analista Judiciário/Área Judiciária).

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	13 (TREZE)
Servidores sem vínculo	0 (ZERO)
Estagiários de nível médio	0 (ZERO)
Estagiários de nível superior	02 (DOIS)
Outros	0 (ZERO)

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)	
Total em tramitação**	6.420
Processos suspensos/sobrestados	2.042
Processos conclusos	5.817
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0 (ZERO)
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0 (ZERO)

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestrados.

**Total de processos em tramitação do gabinete - excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	6.420
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	5.777
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	5.817
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	4.916
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	2.042
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	2.064

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao

magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	03
Mandados de segurança	02
IRDR	0 (ZERO)
IAC	0 (ZERO)
Arguição de inconstitucionalidade	0 (ZERO)
Conflitos de competência	0 (ZERO)
Reclamações	0 (ZERO)
Ações rescisórias	0 (ZERO)
Outros	01

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	6.417
Recursos em mandados de segurança coletivos	0 (ZERO)
Recursos em ações populares	0 (ZERO)
Recursos em ações de improbidade administrativa	0 (ZERO)
Recursos em ações civis públicas	02
Recursos em ações de desapropriação	0 (ZERO)
Recursos em ações com preferência legal	83

Outros	6.415
--------	-------

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	6.417
Apelações cíveis	5.634
Agravos de instrumento	652
Outros	131

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0 (ZERO)
Ações penais	0 (ZERO)
Inquéritos	0 (ZERO)
Habeas Corpus	0 (ZERO)
Revisões criminais	0 (ZERO)
Outros	0 (ZERO)

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0 (ZERO)
Apelações	0 (ZERO)
Recursos em Sentido Estrito	0 (ZERO)
Recursos em Habeas Corpus	0 (ZERO)
Recursos em Mandado de Segurança	0 (ZERO)
Embargos infringentes e de nulidade	0 (ZERO)
Outros	0 (ZERO)

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0 (ZERO)
Apelações	0 (ZERO)
Ações penais	0 (ZERO)
Inquéritos	0 (ZERO)
Habeas Corpus	0 (ZERO)
Outros	0 (ZERO)

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	2.042
Por IRDR	83
Por IAC	0 (ZERO)
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0 (ZERO)
Por Recurso Especial	143
Por Recurso Extraordinário	39

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	366
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	361
Agravos legais/regimentais	41
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	26
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	18
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	14

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	96
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	87

4.13 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	1.044
Ano anterior	1.145
2º ano anterior	848
3º ano anterior	56
4º ano anterior	14
5º ano anterior ou mais antigo	14

4.14 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	1.805
Ano anterior	1.214
2º ano anterior	980

3º ano anterior	542
4º ano anterior	180
5º ano anterior	114
6º ano anterior ou mais antigo	74

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição

Ano atual	2.585
Ano anterior	1.425
2º ano anterior	937
3º ano anterior	677
4º ano anterior	123
5º ano anterior	30
6º ano anterior	21
7º ano anterior ou mais antigo	19

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	08
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0 (ZERO)

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	0 (ZERO)
Total como relator para o acórdão	0 (ZERO)

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de Processos distribuídos	6.078
Total de Processos julgados	4.873
Total de Processos baixados	6.220
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	1.205
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	(-) 142

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	96
Total de feitos não regularizados	17

Total de feitos verificados na inspeção anterior	07
Total de feitos não regularizados	0 (ZERO)

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	5.072
Processos julgados no ano anterior	4.837
Processos distribuídos no ano corrente	4.337
Processos julgados no ano corrente	3.113

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.845
Pendentes em 31/12/2020	04
Porcentagem de atendimento da meta	99,86%

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.086
Pendentes em 31/12/2020	10
Porcentagem de atendimento da meta	99,68%

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.832
Pendentes no último dia do mês anterior	17
Porcentagem de atendimento da meta	99,56%

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.324
Pendentes no último dia do mês anterior	52
Porcentagem de atendimento da meta	98,44%

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0 (ZERO)
Pendentes em 31/12/2020	0 (ZERO)
Porcentagem de atendimento da meta	***

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0 (ZERO)
Pendentes no último dia do mês anterior	0 (ZERO)
Porcentagem de atendimento da meta	***

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.	
Taxa de congestionamento em 2020	51,67%
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	Não se aplica

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0 (ZERO)
Pendentes em 31/12/2020	0 (ZERO)
Porcentagem de atendimento da meta	-

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0 (ZERO)
Pendentes no último dia do mês anterior	0 (ZERO)
Porcentagem de atendimento da meta	-

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	0 (ZERO)
Processos baixados no ano anterior	0 (ZERO)

Processos julgados no ano anterior	0 (ZERO)
Processos distribuídos no ano corrente	0 (ZERO)
Processos baixados no ano corrente	0 (ZERO)
Processos julgados no ano corrente	0 (ZERO)

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0 (ZERO)
Pendentes em 31/12/2020	0 (ZERO)
Porcentagem de atendimento da meta	***

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0 (ZERO)
Pendentes no último dia do mês anterior	0 (ZERO)
Porcentagem de atendimento da meta	***

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Não definida para o TRF4.

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)

3424 - Usurpação de águas	***
---------------------------	-----

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

a) Cumprir a recomendação do item 11; b) Manter o foco no cumprimento das metas do CNJ e o zelo no rápido julgamento de votos-vista, embargos de declaração, pedidos de tutela provisória, assim como o julgamento colegiado posterior às decisões monocráticas deferindo tutelas provisórias.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Recomendação atendida; b) Recomendação está sendo atendida.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Todas as recomendações foram ou estão sendo atendidas.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Dos 4 (quatro) processos remanescentes da Meta 2/2020 (Identificar e julgar, até 31/12/2020, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015): 1 foi redistribuído; 1 está pautado para o dia 30/9/2021; 1 será pautado para o dia 27/10/2021 e 1 retornou do STJ com Recurso Especial provido e aguarda inclusão em pauta de julgamentos. As iniciativas adotadas foram a redistribuição da força de trabalho, concentrando-a em maior número nos benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria especial, em razão da característica do acervo, que é cada vez mais voltada para essa matéria específica (80% dos processos), tendência esta reforçada em face da modificação relativa à competência delegada.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A pandemia reforçou algumas medidas e impôs outras, como forma de manter a adequada prestação jurisdicional, tais como a realocação interna da força de trabalho, maior atenção a processos urgentes, suspensão temporária de ingresso de novos estagiários, reuniões por videoconferência entre servidores e magistrado, para definir estratégias de atuação e manter o contato entre as pessoas, ainda que de forma virtual. Apesar das dificuldades adicionais, aliadas aos claros de lotação regular de servidores, foi possível cumprir as metas traçadas pela Administração e internas da unidade, tudo em decorrência do espírito de equipe firmado pelo grupo de servidores, que vem, desde 21/6/2021, sendo liderado e estimulado pelo Dr. Francisco Donizete Gomes, seguindo a linha do magistrado que o antecedeu, o que reflete no desempenho individual de cada servidor. Houve comprometimento individual de produção mínima diária, sem perder de vista a antiguidade dos processos componentes do acervo.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Maro Barcellos Kehrwald (Analista Judiciário/Área Judiciária).

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A divisão interna do trabalho se dá, prioritariamente, pela especialização das matérias, sendo que a maioria dos servidores do gabinete (8 pessoas), se concentra no exame das apelações decorrentes de ações judiciais nas quais se pleiteia benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria especial, em razão da característica do acervo, que é cada vez mais voltada para essa matéria específica (80% dos processos), tendência esta reforçada em face da modificação relativa à competência delegada. Considerando que os gabinetes dos Juízes Federais convocados para atuarem em função de auxílio ao Tribunal possuem estrutura menor e com menos funções do que as dos Desembargadores Federais em matéria previdenciária, todos estão diretamente envolvidos em atividades-fim, sendo as atividades-meio distribuídas de forma a minimizar o impacto na produção do gabinete.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Antes da pandemia, 10 servidores estavam autorizados a executarem suas atividades em teletrabalho, em dias alternados, de maneira a preservar um quantitativo mínimo de pessoas em trabalho presencial. Houve sensível mudança no formato do trabalho a partir da declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11/3/2020, de que a contaminação com o novo coronavírus caracterizava pandemia, razão pela qual este gabinete vem seguindo, desde então, os atos normativos da Presidência deste TRF4.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Antes da Pandemia, o teletrabalho era exercido de forma parcial (3 vezes por semana), em dias alternados. Após a Pandemia, este gabinete vem seguindo os atos normativos da Presidência deste TRF4.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As cotas de produção são fixadas levando-se em conta a complexidade e volume da matéria.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito pela verificação da criação de documentos no processo eletrônico e, em caso de descumprimento da meta, há uma conversa com o servidor, de maneira a, em conjunto, buscar identificar eventuais dificuldades, inclusive de caráter transitório, e adotar as medidas necessárias para que elas possam ser superadas, com a retomada do cumprimento das metas.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não existem processos tramitando em meio físico.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Não se aplica.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Por meio de localizadores específicos para cada situação.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Há metas individuais, estabelecidas a partir da complexidade e volume da matéria no acervo do gabinete. As metas coletivas visam, precipuamente, atender às metas do CNJ, a partir dos controles efetuados por meio do G4, ferramenta que permite o gerenciamento do acervo do gabinete.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não há.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

São priorizados os processos por incapacidade, os que envolvam parte com doença grave ou acima de 60 anos. Observa-se, também, o julgamento por ordem cronológica de distribuição (artigo 12 do CPC), de forma a buscar cumprir as metas do CNJ.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, principalmente em agravos de instrumento, em razão de perda superveniente de objeto.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos, de regra, são criados e utilizados por servidores a partir das especificidades de cada matéria, sem prejuízo do uso de modelos-padrão para questões que se aplicam a todas as matérias.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A partir do levantamento das questões que surgem no dia a dia do trabalho e do constante contato com o setor de capacitação do RH deste Tribunal, que com

frequência efetua um levantamento junto aos gabinetes destas necessidades e, a partir delas, tem disponibilizado cursos de aperfeiçoamento para os servidores.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Pelo módulo "temas repetitivos e com repercussão geral" do eproc e por meio de localizadores específicos no eproc. Principais matérias sobrestadas: a) Tema 979 do STJ; b) Tema 999 do STJ; c) Tema 1005 do STJ; d) Tema 1018 do STJ; e) Tema 1083 do STJ; f) Tema 1090 do STJ. Tema 1083 do STJ - 60 processos.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

O gabinete procura dar seguimento a propostas de acordo que são formuladas nos processos pelas partes, sem prejuízo de propostas que nos são remetidas pelo SISTCON - Sistema de Conciliação do TRF4.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Como regra, os pedidos de vista são levados na primeira sessão de julgamento na qual o magistrado é o relator dos processos, salvo casos excepcionais.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Por meio de pesquisa periódica no sistema de jurisprudência do Tribunal e pelo apoio da biblioteca no fornecimento de material relacionado a julgamentos deste TRF4 e dos tribunais superiores.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Pelo módulo "Sessão de Julgamento" no sistema eproc. As sessões telepresenciais são realizadas por meio da plataforma Zoom.

28. A unidade possui plano de gestão?

O plano de gestão da unidade, estabelecido com o magistrado anterior e equipe de servidores, e atualmente mantida e liderada pelo Juiz Federal Francisco Donizete Gomes, estabelece como objetivo principal a busca pelo cumprimento das metas do CNJ, de forma a oferecer uma prestação jurisdicional de qualidade, no menor tempo possível.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos	
a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A unidade conta com excelentes recursos materiais. Por se tratar esta unidade de um gabinete de auxílio, ela possui menos vagas para servidores, com claros de lotação, e menor quantidade de funções gratificadas, se comparada com um gabinete de Desembargador Federal, exigindo esforço extra do magistrado e da equipe no intuito de atingir os objetivos almejados.
b) gestão do trabalho	realizado pela classe processual e respectiva matéria, buscando, com a especialização, uma resposta melhor e mais rápida do servidor, que se reflita na produção do gabinete.
c) resultados	Os resultados, no geral, tem se mostrado satisfatórios, mas a obrigatoriedade do trabalho remoto por conta da pandemia, obrigou o magistrado e a equipe a reorganizarem sua forma de trabalho em 2020, o que acabou causando algum impacto em termos de produtividade.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?
Os objetivos a serem alcançados são cumprir efetivamente as metas do CNJ, de modo que se possa ao longo do ano-calendário julgar uma quantidade maior de processos em relação aos distribuídos (Meta 1) e julgando os processos mais antigos ainda no gabinete (Meta 2).

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?
Incrementar ainda mais a participação dos servidores na construção de métodos de trabalho e de avaliação, reforçando a ideia de pertencimento, na busca da otimização das entregas e resultados para se atingir os objetivos almejados, sem descuidar da manutenção de um bom e saudável ambiente laboral.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?
Trazer para a rotina de trabalho as melhoras na forma de comunicação virtual com magistrado e servidores, quando estiverem atuando de forma remota.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Por pesquisa nas ferramentas oferecidas pelo sistema eproc.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

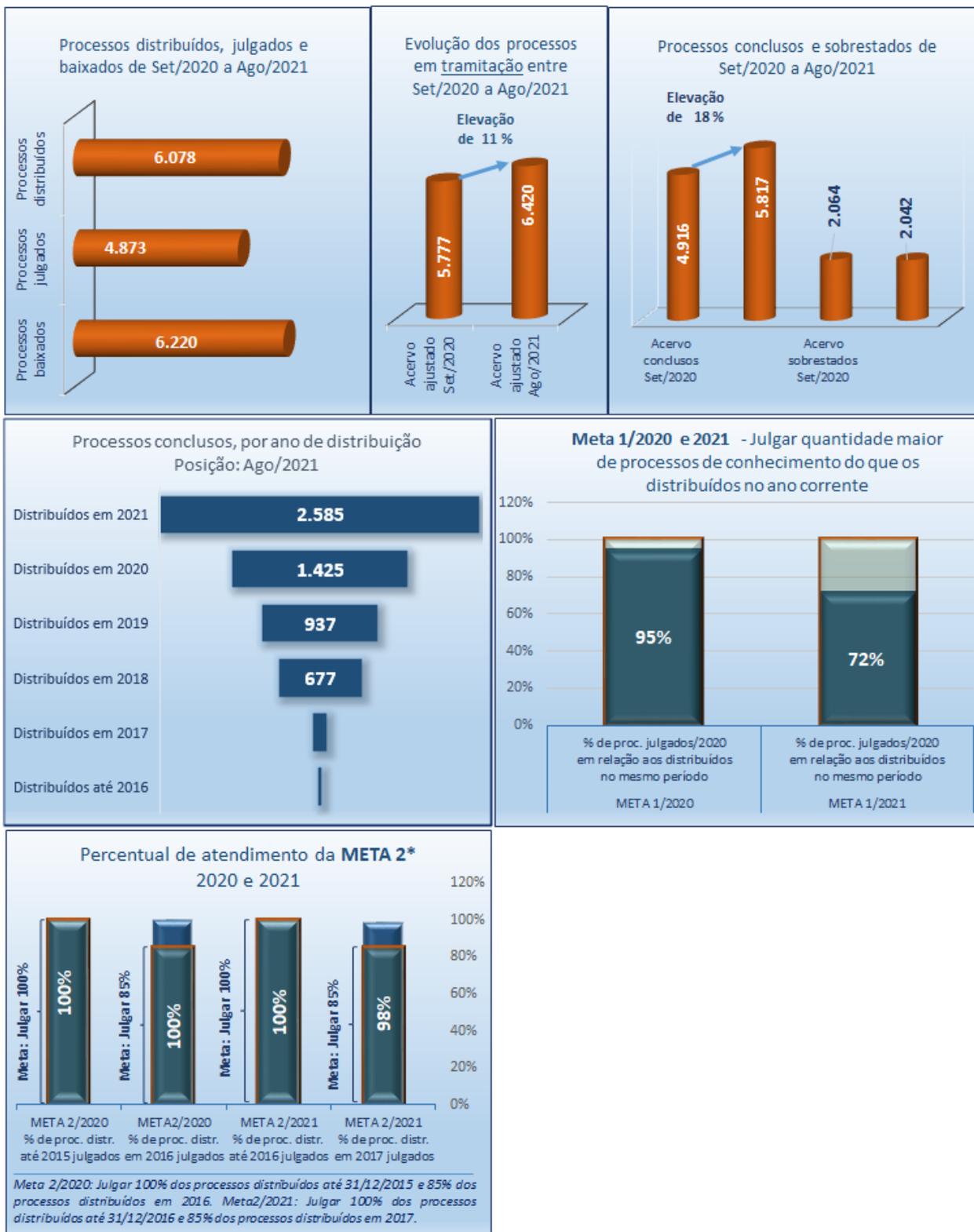
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50018696020204040000	23/1/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na Pauta de 27/10/2021. Processo em dia.		
50233637820204040000	4/6/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo remetido ao Núcleo de Cálculos Judiciais do TRF-4. Processo recebido do NUCAJ em 28/9/2021; petição com pedido liminar em 28/9/2021; concluso para decisão em 28/9/2021. Processo em dia.		
50532691620204040000	10/11/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo retirado da Pauta de 27/4/2021 em razão do óbito da autora. Aguarda providências a cargo da parte agravante. Despacho para regularização de representação processual em 8/9/2021; despacho intimando o INSS (agravado) em 13/10/2021; processo concluso em 17/10/2021. Processo em dia.		
50091035920214040000	5/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo esteve suspenso em razão do óbito do Autor. Será incluído na pauta de 27/10/2021. Processo incluso na pauta de 27/10/2021. Processo em dia.		
50119581120214040000	23/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Acórdão em 2/9/2021; trânsito em julgado em 21/9/2021; processo com baixa definitiva em 21/9/2021. Processo em dia.		
50091631320184049999	20/3/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo aguardando inclusão em pauta de julgamentos. Processo parado desde 30/12/2020 para julgar agravo interno; regularizar em 120 dias.		
50015412120124047111	15/8/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo retornado da Vice-Presidência para eventual juízo de retratação. Conclusão em 21/6/2021. Processo em dia.		
50030185720214040000	29/1/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 31/8/2021; trânsito em julgado e baixa em 6/10/2021. Processo em dia.		
50184441220214040000	6/5/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 31/8/2021. Aguarda decurso de prazo para posterior julgamento dos Embargos de Declaração. Embargos de declaração em 6/9/2021; conclusão em 6/10/2021. Processo em dia.		
50152873120214040000	15/4/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo interno em 17/5/2021; conclusão em 17/6/2021; Processo incluído na Pauta de 27/10/2021; inclusão em pauta não consta no sistema. Processo em dia.		

50143139120214040000	8/4/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Negado seguimento ao pedido de efeito suspensivo em 31/8/2021. Processo em dia.		
50010846420214040000	18/1/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 31/8/2021. Juntada relatório/voto/acórdão em 8/9/2021. Embargos de declaração em 5/10/2021. Ato ordinatório para contrarrazões em 7/10/2021. Intimação confirmada em 13/10/2021. Processo em dia.		
50016857020134047107	30/3/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de Declaração julgados para 30/9/2021; confirmada intimação eletrônica em 11/10/2021. Processo em dia.		
50035787320164047113	20/4/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo remetido ao relator para o acórdão. Processo concluso para julgamentos de embargos desde 28/5/2019; regularizar em 60 dias.		
50167768420184049999	25/6/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo remetido ao relator para o acórdão. Processo concluso para julgamentos de embargos desde 3/4/2019; regularizar em 60 dias.		
50258438420164047108	22/2/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração opostos contra decisão que determinou o sobrestamento. Aguarda inclusão em pauta de julgamentos. Embargos recebidos como petição e deferidos por decisão monocrática em 26/7/2019; processo concluso desde 12/8/2019; regularizar em 120 dias.		
50041988720184047122	28/5/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração opostos contra decisão que determinou o sobrestamento. Aguarda inclusão em pauta de julgamentos. Embargos recebidos como petição e deferidos por decisão monocrática em 26/7/2019; processo concluso desde 28/8/2019; regularizar em 120 dias.		
50341172620184049999	28/8/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 30/9/2021. Embargos de declaração julgados em 30/9/2021; confirmada intimação eletrônica em 11/10/2021. Processo em dia.		
50107534420214040000	16/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo recebido em 4/8/2021 por prevenção. Deverá ser incluído na pauta de 27/10/2021. Pedido de efeito suspensivo deferido em 23/9/2021; confirmada intimação eletrônica em 3/10/2021. Processo em dia.		
50144048420214040000	9/4/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 30/9/2021. Processo em dia.		
50149478720214040000	14/4/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 30/9/2021; trânsito em julgado e baixa em 14/10/2021. Processo em dia.		
50150664820214040000	14/4/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 27/10/2021. Pauta não consta no sistema. Processo em dia.		

50179845420154047107	24/4/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 30/9/2021. Processo em dia.		
50044951320164047107	27/4/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 30/9/2021. Processo em dia.		
50057988520144047122	6/6/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 30/9/2021; embargos de declaração em 8/10/2021. Processo em dia.		
50526393920164047100	6/7/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 30/9/2021. Retirado a pedido da parte autora para reinclusão em sessão telepresencial. Processo com atrasos em algumas fases (conclusão inicial e inclusão em pauta), mas atualmente em situação regular.		
50030868820154047122	27/7/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 27/10/2021. Processo com atrasos em algumas fases (conclusão inicial e inclusão em pauta), mas atualmente em situação regular.		
50112014020114047122	25/9/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 27/10/2021. Processo com atrasos em algumas fases (conclusão dos embargos de declaração e inclusão em pauta), mas atualmente em situação regular.		
50346091820184049999	28/3/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 30/9/2021; embargos de declaração em 11/10/2021. Processo com atrasos em algumas fases (conclusão dos embargos de declaração e inclusão em pauta), mas atualmente em situação regular.		
50341298520104047100	22/6/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo retornado do STJ com Recurso Especial provido. Aguarda inclusão em pauta de julgamentos. Conclusos em 25/8/2020. Regularizar em 60 dias.		
50064520520144047112	5/10/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento dos Embargos de Declaração pelo art. 942/CPC. Conclusos em 18/6/2020. Regularizar em 60 dias.		
50162073120154047108	3/8/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 27/10/2021. A inclusão em pauta não consta no sistema eproc. Regularizar em 60 dias.		
50292869520194049999	13/5/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 29/9/2020. Aguarda julgamento dos Embargos de Declaração. Processo em dia. Incluído na Pauta de 27/10/2021. Processo em dia.		
50140536720114047112	19/2/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído na pauta prevista para novembro/21. Conclusos em 23/1/2021. Regularizar em 60 (sessenta) dias.		
50027881220144047129	11/12/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo aguardando inclusão em pauta dos Embargos de Declaração. Processo com atraso na fase de conclusão, mas atualmente em situação regular,		

entre os eventos 51 e 52 do eproc. Conclusão para decisão em Embargos de Declaração em 9/8/2021.		
50084499120124047112	11/10/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo retirado da pauta de 9/9/2021. Aguarda reinclusão. Processo em dia.		
50094438620114047102	5/8/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo aguardando decurso de prazo para contrarrazões. Será incluído na pauta prevista para novembro/21. Processo em dia. Conclusão em 13/10/2021.		
50207254820204049999	12/9/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo retornado da Vice-Presidência para eventual juízo de retratação. Conclusos para juízo de retratação, desde 27/11/2020. Regularizar em 120 dias.		
50238984820144047200	5/2/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na Pauta de 27/10/2021. Processo com conclusão em 18/2/2020. Processo com atraso na fase de conclusão, mas atualmente em situação regular, entre os eventos 66 e 67 do eproc. Em pauta de julgamento para 27/10/2021.		
50208285520204049999	2/7/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo retornado da Vice-Presidência para eventual juízo de retratação. Conclusos para juízo de retratação, desde 11/2/2021. Regularizar em 120 dias.		
50343529020184049999	31/5/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo retornado da Vice-Presidência para eventual juízo de retratação. Conclusos para juízo de retratação, desde 11/2/2021. Regularizar em 120 dias.		
50234397820204049999	22/6/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo retornado da Vice-Presidência para eventual juízo de retratação. Conclusos para juízo de retratação, desde 18/2/2021. Regularizar em 120 dias.		
50095189520114047112	11/6/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento dos 2ºs Embargos de Declaração incluídos na pauta de 27/10/2021. A inclusão em pauta não consta no sistema eproc. Regularizar em 60 dias.		
50162158920204049999	26/8/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em dia. Inclusão em pauta de julgamento dos Embargos de Declaração para 27/10/2021.		
50008639320144047124	15/10/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo já julgado. Atualmente no gabinete Juiz Federal Francisco Donizete Gomes, relator para acórdão. Processo em dia. Meta 2/2020 do CNJ.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 44 processos selecionados, todos foram inspecionados, sendo que o Processo 50008639320144047124, oriundo do relatório do Gabinete do Desembargador Federal Roger Raupp, da 5ª Turma, foi acrescentado à presente lista, totalizando 45 processos inspecionados. Destes, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

50091631320184049999	50258438420164047108	50041988720184047122
50207254820204049999	50208285520204049999	50343529020184049999
50234397820204049999		

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (embargos de declaração conclusos há mais de 45 dias):

50035787320164047113	50167768420184049999	50341298520104047100
50064520520144047112	50162073120154047108	50140536720114047112
50095189520114047112		

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada de forma telepresencial, mediante o aplicativo zoom, com o substituto do Juiz convocado, o Juiz Federal Eduardo Picarelli, que estava substituindo o Juiz Federal Francisco Donizete há apenas 20 dias. Por sua vez, a entrevista com a assessoria se deu de modo presencial.

Inicialmente, cumpre destacar que o referido gabinete está submetido à sistemática de convocação de magistrado federal da primeira instância com rotatividade de 4 anos para atuar em auxílio à 5ª Turma, especializada em previdenciário, assistência social e, recentemente, em saúde.

Foi reforçada a importância da manutenção da sistemática de trabalho com a divisão por matéria entre os servidores, permitindo uma especialização e uma melhor gestão do acervo da unidade, mormente os trabalhos serem realizados na modalidade home-office, em virtude da pandemia.

Foi destacada, como uma grande dificuldade, a alteração de composição da Turma, situação que gera uma reformulação de entendimento jurisprudencial do colegiado, demandando um tempo de adaptação da equipe, quanto à matéria debatida, além da reanálise dos processos, sobretudo em embargos de declaração.

Como boas práticas, destacou-se a utilização de decisões monocráticas, permitindo um julgamento mais célere do processo, bem como a participação de toda a equipe na formulação das estratégias de gestão processual e de pessoal da Gabinete, dispondo de alguns servidores para atendimento por telefone às partes.

Foi relatada, ademais, como dificuldade da unidade, a inexistência de muitas gratificações, por se tratar de um gabinete submetido à sistemática de convocação de juízes, conforme elucidado acima.

Como meta da unidade, foi destacado a diretriz de priorizar os processos mais antigos, bem como feitos relacionados à incapacidade.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 3.176 para 5.817), uma vez considerado o período de 12 meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 4.916 feitos e, no mês anterior à inspeção, eram 5.817.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 133, na última inspeção, para 366, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que não houve evolução, em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 14 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 14 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo igual à média da Seção.

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 33.
- b) elaborar um plano de gestão que permita o controle dos processos conclusos e sem julgamento há mais tempo, além dos embargos de declaração mais antigos.

GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL TAÍS SCHILLING FERRAZ

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Desembargadora Federal Taís Schilling Ferraz

2.2 Turma

Sexta Turma.

2.3 Competência

Previdência e Assistência Social e demandas do SUS (fornecimentos de medicamentos e tratamentos médico-hospitalares).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Taís Schilling Ferraz.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não houve remoção.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Mary de Oliveira Cabot - Técnica Judiciária - Assessora.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	3
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)	
Total em tramitação**	7.010
Processos suspensos/sobrestados	365
Processos conclusos	6.058
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	26
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	7.010
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	7.009
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	6.058
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	6.631
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	365
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	859

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica.

Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	185
Mandados de segurança	1
IRDR	2
IAC	1
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	19
Reclamações	10
Ações rescisórias	146
Outros	6

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	6.825
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	5
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	144
Outros	6.820

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	6.825
Apelações cíveis	6.167
Agravos de instrumento	514
Outros	144

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	365
Por IRDR	8
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	175
Por Recurso Extraordinário	47

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	172

Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	83
Agravos legais/regimentais	22
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	10
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	22
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	10

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	101
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	18

4.13 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	1.686
Ano anterior	1.741
2º ano anterior	975
3º ano anterior	493
4º ano anterior	118
5º ano anterior ou mais antigo	27

4.14 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	2.053
Ano anterior	1.831
2º ano anterior	1.214
3º ano anterior	776
4º ano anterior	444
5º ano anterior	144
6º ano anterior ou mais antigo	168

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição	
Ano atual	2.417
Ano anterior	1.374
2º ano anterior	1.013
3º ano anterior	733

4º ano anterior	454
5º ano anterior	46
6º ano anterior	8
7º ano anterior ou mais antigo	13

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	3
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	2

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	6.039
Total de Processos julgados	5.866
Total de Processos baixados	7.311
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	173
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-1.272

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	92
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	63
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	5.130
Processos julgados no ano anterior	4.968
Processos distribuídos no ano corrente	4.306
Processos julgados no ano corrente	4.157

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6.995
Pendentes em 31/12/2020	26
Porcentagem de atendimento da meta	99,63

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.543
Pendentes em 31/12/2020	255
Porcentagem de atendimento da meta	92,8

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5.777
Pendentes no último dia do mês anterior	24
Porcentagem de atendimento da meta	99,58

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.101
Pendentes no último dia do mês anterior	436
Porcentagem de atendimento da meta	79,25

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1 - processo n. 50069622720144047206
Pendentes em 31/12/2020	1
Porcentagem de atendimento da meta	0 - processo com cadastramento equivocado de assunto - o assunto correto é "restituição de benefício previdenciário pago indevidamente"- assunto corrigido.

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
---	--

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.

Taxa de congestionamento em 2020	55,32%
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	não se aplica

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
--	---

Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Diversos processos foram encaminhados ao Sistema de Conciliação no TRF4, com vistas à solução consensual dos litígios, tendo-se obtido excelentes resultados em determinados temas, com impactos nos critérios do ODS 16. Uma das estratégias de solução consensual foi a relativa ao Tema 709 do STF (aposentadoria especial e permanência em atividade nociva).

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)

3424 - Usurpação de águas	0
3429 - Alteração de local especialmente protegido	0
3619 - Crimes contra a Fauna	0
3621 - Da Poluição	0
3622 - Agrotóxicos	0
3623 - Atividades Nucleares	0
3624 - Caça	0
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	0
3627 - Pesca	0
3651 - Crimes Agrários	0
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	0
9583 - Arrendamento Rural	0
10016 - Inspeção Fitossanitária	0
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	0
10085 - Água e/ou Esgoto	0

10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	0
10091 - Terreno de Marinha	0
10094 - Terras Indígenas	0
10095 - Águas Públicas	0
10102 - Terras Indígenas	0
10103 - Terreno Aldeado	0
10104 - Restituição de área - FUNAI	0
10105 - Demarcação	0
10106 - Recursos Minerais	0
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	0
10110 - Meio Ambiente	0
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	0
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	0
10113 - Flora	0
10114 - Fauna	0
10115 - Transgênicos	0
10116 - Agrotóxicos	0
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	0
10119 - Gestão de Florestas Públicas	0
10396 - Ambiental	0
10397 - Sanitárias	0
10438 - Dano Ambiental	0
10986 - Crime contra a administração ambiental	0
11822 - Mineração	0
11823 - Reserva legal	0
11824 - Recursos Hídricos	0
11825 - Poluição	0
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	0
11827 - Zona Costeira	0
11828 - Área de Preservação Permanente	0
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	0
11830 - Patrimônio Cultural	0
11836 - Parcelamento do Solo	0
11841 - Política Agrícola	0

11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	0
11862 - Saneamento	0
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	0
9994 - Indenização por dano ambiental	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Foi recomendado: a) o julgamento em 60 dias do processo n. 50007929820124047112; b) fosse dado andamento em 30 dias aos processos 50139912720114047112 e 50137526420134047108.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) recomendação atendida - processo atualmente baixado à origem. b) recomendação atendida - processos atualmente baixados à origem.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Nada a informar.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Em relação à Meta 2/2020, o percentual de cumprimento foi de 99,63%. Os processos remanescentes, em sua grande maioria, foram processos que retornaram de diligências requeridas ao primeiro grau ou para novo julgamento/retratação após passagem pelo STJ ou pela Vice-Presidência do TRF4. Em relação à Meta 1/2020, o percentual de cumprimento foi de, aproximadamente, 97%, sendo que a produção mensal do gabinete desde que a equipe recebeu mais integrantes, a partir da posse da desembargadora em setembro de 2020, foi sendo gradativamente aumentada.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O processo de trabalho inicia-se com a triagem dos feitos, garantindo que as prioridades legais sejam atendidas, sejam identificadas eventuais irregularidades nos recursos ou, ainda, sejam separados os processos que podem ser julgados por decisões terminativas. Além disso, têm-se como outras boas práticas da unidade: a) a automatização de algumas rotinas, como, remessa direta do processo ao MPF para parecer; b) adoção de atos ordinatórios, autorizada pela magistrada por meio da Portaria n. 882/2020, permitindo que os servidores pratiquem, de ofício, atos determinados, agilizando o andamento dos processos; c) o estabelecimento de metas individuais de produtividade, bem como de metas coletivas para a unidade; d) uso do sistema G4 pelo gabinete, facilitando o gerenciamento dos processos conclusos, definição de prioridades de julgamento e atenção à antiguidade dos processos que tramitam na unidade; e) reuniões periódicas para alinhamento e aprendizagem organizacional.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Mary de Oliveira Cabot.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Os três assessores do gabinete trabalham em atividades-fim e atividades-meio. Os servidores trabalham nas atividades-fim, sendo responsáveis pela confecção de minutas de relatório/voto e ementa, bem como decisões/despachos, dos processos conclusos, submetidas à revisão da Desembargadora. Os estagiários também são treinados para elaboração de algumas minutas, sempre submetidas à revisão pelos servidores. Uma servidora alterna a atividade-fim com a atividade-meio, sendo responsável por gerenciar a parte administrativa, relacionada à montagem das pautas de julgamentos e suas respectivas baixas com acórdão. Os servidores são especializados por matéria, levando-se em conta, principalmente, as competências pessoais de cada um, procurando-se direcionar o servidor à análise dos feitos sobre os quais possui maior conhecimento, medida que incrementa a produtividade e a qualidade das minutas que são elaboradas.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Até 17/3/2020, o gabinete possuía 3 servidores em teletrabalho. A partir de então, todos os servidores passaram a executar suas tarefas em teletrabalho integral, situação que perdurou até 20/8/2021. Em 23/8/2021 iniciou-se um sistema de revezamento para realização de trabalho presencial durante o horário de atendimento externo do Tribunal,

das 13h às 18h, sendo que atuam, atualmente, 2 servidores, diariamente, no presencial, em cumprimento ao disposto na Resolução Conjunta n. 03/2021, do TRF4.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

No período anterior à pandemia, havia servidores com teletrabalho parcial. Nesse sistema, em regra, alguns dias da semana eram de teletrabalho, outros de trabalho presencial, rotina ajustada com os gestores do gabinete. Durante a pandemia, o teletrabalho foi integral. Atualmente, a prevalência ainda é do teletrabalho integral, havendo o sistema de revezamento.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

A meta de desempenho é definida nos termos do § 2º do art. 8º da Resolução n. 134/2016. A produção semanal efetiva está atrelada ao planejamento conjunto realizado com orientação dos gestores, mediante reuniões virtuais periódicas, podendo variar conforme a estratégia definida para cada núcleo de trabalho dentro do gabinete, de forma a impactar nas metas estabelecidas para o regime de teletrabalho.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

No período anterior à pandemia, o acompanhamento dos servidores era feito por meio de reuniões de acompanhamento. Em caso de desatendimento à meta, buscava-se identificar as causas com o objetivo de superar eventuais dificuldades. Em caso de reiterado não atendimento da meta, situação que nunca se verificou, poderia haver a reavaliação do regime de teletrabalho e, a depender, sua revogação. Durante a pandemia e na atualidade, com todos os servidores em teletrabalho, a rotina do gabinete retomou seu ritmo normal, mas à distância, sendo que eventual não atingimento das metas (cotas) foi ponderada com variadas situações pelas quais todos os servidores passaram, desde impactos psicológicos, devidos ao isolamento social, até eventuais adoecimentos pela COVID-19 ou perda de parentes e amigos próximos. Não foi priorizado o atendimento das metas de desempenho individuais, mas, sim, coletivas da unidade, sistema que vem funcionando.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

O gabinete não possui processos físicos. Os processos eletrônicos são triados, em regra, diariamente, e separados em localizadores por matéria a ser julgada. Há, ainda, localizadores automatizados, que permitem que a triagem seja feita pelo próprio sistema, direcionando o processo para o localizador determinado pelo gabinete.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos estão organizados em localizadores eletrônicos, separados por matéria ou por fase/movimentação realizada, sendo que os localizadores são criados e organizados observando diversos critérios para facilitar a gestão do acervo.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

A triagem é a principal ferramenta para a organização do acervo, possibilitando a separação dos processos por matéria e sua alocação em localizador respectivo, de sorte a evitar extravios. A triagem visa a identificar, além do assunto a ser julgado, se há a necessidade de alguma diligência prévia ao julgamento ou, por exemplo, se a matéria comporta o julgamento por meio de decisão terminativa. A movimentação processual interna se faz por meio da mudança de localizador ou pela inclusão de localizadores secundários. A externa, assim entendida a remessa a outra unidade do tribunal, com remessa do processo e lançamento da fase respectiva. Além da triagem, é utilizado o G4, sistema do Tribunal que permite gerenciar o passivo por meio de diversos filtros, localizando os feitos por assunto, data de chegada ao TRF4, idade avançada, por exemplo, permitindo, ainda, o cruzamento desses dados. Todos os servidores estão orientados a observar as prioridades legais e a antiguidade dos processos.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim, as metas individuais são estabelecidas por servidor, de acordo com a matéria que trabalha, o grau de dificuldade na análise do processo e a capacidade individual. Há metas individuais por semana, relativamente ao primeiro julgamento do feito. Essa meta é aumentada em caso de teletrabalho regular, nos termos da Resolução n. 134/2016, que regulamenta o assunto no âmbito da 4ª Região. Os servidores também elaboram as minutas de eventuais embargos de declaração/agravos internos, bem como decisões/decisões terminativas, e despachos de mero expediente, as quais não são contabilizadas na meta semanal individual. As metas coletivas também existem, sendo utilizadas, geralmente, quando há um objetivo comum a ser atingido, como por exemplo, zerar os embargos de declaração e/ou agravos internos ou dar tratamento ao acervo de processos sobrestados, quando sobrevém decisão dos tribunais superiores. O gabinete procura aplicar, logo que publicada, a decisão originada de precedente qualificado.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Sim. A unidade, como forma de manter o bom clima organizacional, vem assegurando aos servidores, pelo cumprimento de metas individuais ou coletivas, dias de dispensa do trabalho.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Os feitos com prioridade legal ou meta do CNJ são cadastrados com lembretes, para que sejam analisados prioritariamente. São separados do restante do acervo e localizados de forma específica, junto aos servidores responsáveis pela respectiva matéria. Além disso, o sistema G4 permite selecionar o acervo de processos por alguns

critérios de prioridade, como idade, doença grave, pessoa com deficiência, tempo de tramitação no TRF.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, sempre que se identifica assunto/matéria que se subsume ao previsto no artigo 932 do CPC, são utilizadas as decisões terminativas.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

O eproc permite que o gabinete crie modelos e textos-padrões para utilização na confecção das minutas. Atualmente, o gabinete trabalha utilizando modelos já cadastrados e o sistema é alimentado frequentemente, atualizando-se os já existentes ou criando-se novos. Todos os modelos e textos-padrões são previamente submetidos à aprovação da magistrada para depois serem devidamente inseridos e cadastrados no eproc.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Mediante identificação pela magistrada, pelos assessores e pelos próprios servidores, em consulta, com aproveitamento das oportunidades de participação em eventos de formação ou quando realizado o levantamento das necessidades de treinamento (anual).

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle do sobrestamento é feito pelo eproc e pelo G4. O gabinete, ao sobrestar o feito, vincula o sobrestamento ao tema respectivo, localizando o processo no localizador de sistema (SUSPENSOS) e também em localizador que identifica o tema. Atualmente, no gabinete, temos processos suspensos pelos Temas 616, 632 e 1102 do STF, 692, 999, 1018, 1070 e 1083 do STJ. Está sendo levantada a suspensão dos processos sobrestados por temas já julgados, de forma gradativa, e os feitos estão sendo levados a julgamento (Temas 896, 979, 995, 998, 1005 e 1031 do STJ).

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim, sempre que há pedido das partes para que seja tentado acordo no processo, o feito é encaminhado ao Sistema de Conciliação do TRF4. É esse setor que também identifica os potenciais casos de conciliação e solicita a remessa do feito para que as partes sejam intimadas nesse sentido. Caso inexitosa a tentativa de conciliação, o feito retorna ao gabinete para normal prosseguimento.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Em média, em duas sessões.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

O acompanhamento da jurisprudência da Corte é feito por meio da pesquisa na base jurisprudencial do TRF4, acessada no site do tribunal. Os advogados também podem assistir a todas as sessões telepresenciais dos órgãos colegiados da Corte, de forma on-line, pelo sistema Tela TRF, disponível no portal do TRF4.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, antes da realização das sessões de julgamento os votos são compartilhados com os integrantes da turma, para leitura e manifestações. O debate se estabelece previamente, por meio de vários tipos de destaques, entre os quais, pedidos de esclarecimento, comentários, ressalvas, etc. Também é fornecido acesso ao Ministério Público Federal, mas apenas do relatório do processo.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são realizadas mediante seleção de processos para a pauta respectiva, que é publicada, abrindo-se prazo para que os advogados possam se manifestar, inclusive mediante apresentação de razões orais em arquivo de áudio. O advogado pode solicitar a retirada do processo da sessão virtual, caso em que ele é pautado na sessão telepresencial seguinte. Durante o prazo de duração da sessão virtual, os integrantes da turma têm acesso ao voto do relator ou ao voto-vista (quando se trata de prosseguimento de julgamento), podendo apresentar diversos tipos de destaques, lançar eventuais divergências, ressalvas ou comentários. Sempre que há um destaque, a minuta é reanalisada, podendo ser alterada no sentido do destaque, ou mantida ou se estabelece algum debate entre os integrantes da turma. Ao final do prazo, já colhidas as manifestações dos desembargadores, a secretaria lança os resultados, com apoio no sistema. Os votos e acórdãos são disponibilizados nos dias seguintes.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais

A unidade encontra-se plenamente atendida, pela primeira vez. O quadro de servidores está completo. Quanto aos recursos materiais, há à disposição de servidores e da magistrada recursos suficientes para um ótimo desempenho laboral.

b) gestão do trabalho	A gestão do trabalho, mesmo à distância, está sendo feita diariamente, com o acompanhamento frequente dos servidores e estagiários, sempre visando à otimização do binômio bem-estar e produtividade.
c) resultados	Os resultados que vêm sendo obtidos são bons e refletem as mudanças ainda recentes ocorridas no gabinete que, atualmente, está com quadro completo, mas que vinha trabalhando, antes da posse da Desembargadora, com quadro bastante reduzido. Foi possível distribuir a equipe em grupos temáticos, o que vem favorecendo a aprendizagem em equipe e a criação de rotinas mais adaptáveis. Houve um aumento na produtividade mensal, em relação ao ano anterior, porém acompanhado de um aumento no volume de processos novos e da nova competência, para os processos da 3ª Seção, antes não atribuída ao gabinete auxiliar. Os servidores declaram-se felizes em fazer parte do grupo que, mesmo a distância, é bastante integrado. Tem sido possível dar tratamento aos processos mais antigos do gabinete, mediante alocação de mais servidores para os processos que envolvem tempo especial. Os advogados declaram-se satisfeitos e os pedidos de prioridade de julgamento, que se enquadram nas hipóteses legais, vêm recebendo a devida atenção. A grande preocupação é o acervo, que não vem reduzindo, apesar dos esforços. Espera-se que com os esforços concentrados na finalização dos processos mais antigos, possa haver aumento maior da produtividade, já que os novos processos tendem a ser menos complexos.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Objetivo geral: Garantir aos jurisdicionados o acesso à Justiça, de forma humanizada, mediante tratamento adequado e eficiente das demandas previdenciárias. Objetivo específicos (até 31/12/2022): - Reduzir em ao menos 20% o acervo de processos no gabinete; - Dar tratamento ao acervo de processos, de forma que o prazo máximo de tramitação no tribunal seja inferior a 3 anos; - Julgar mais processos, a cada mês, que o número de processos distribuídos. - Priorizar o julgamento dos agravos em fase de

cumprimento de sentença; - Reduzir a oscilação na produtividade mensal do gabinete; - Manter o bom clima organizacional, assegurando a convivência e a permanente integração e motivação da equipe. - Desenvolver atividades capazes de promover o pertencimento e a participação na construção de soluções estratégicas para os desafios do gabinete. - Reduzir a litigiosidade recursal.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Aperfeiçoar ainda mais o sistema de triagem de processos, de forma a que se possa dar tratamento mais uniforme às questões semelhantes e identificar processos de rápida solução; Aperfeiçoar a distribuição dos processos entre os servidores, de forma a aproveitar ainda mais suas aptidões; Revisar os textos-padrão das decisões, de forma a torná-los de mais fácil utilização e adaptação; Realizar esforços concentrados em torno de temas específicos, para aumentar a produtividade mensal; Manter parte da equipe dedicada aos processos mais antigos e com prioridade; Realizar reuniões periódicas para a identificação de pontos de alavancagem e construção de soluções coletivas; Realizar mais atividades de capacitação, aproveitando-se os integrantes da própria equipe ou convidados. Identificar possibilidades de atuação preventiva da litigiosidade recursal, inclusive mediante atividades interinstitucionais. Realizar reuniões que promovam motivação e criatividade, com uso de ferramentas específicas.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Maior número de servidores em teletrabalho. Boa parte da equipe tornou-se ainda mais produtiva na atividade a distância. As reuniões on line, realizadas de forma periódicas, proporcionaram maior interação do que o trabalho presencial. Alguns servidores eram mais tímidos e tornaram-se mais participativos nas atividades telepresenciais. Reuniões das equipes, dentro do grande grupo devem permanecer. Preocupação com ergonomia no trabalho em casa.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Semanalmente, é feita uma revisão na triagem realizada, identificando-se processos que não foram movimentados corretamente e efetuada a correção. Essa triagem é feita diretamente nos localizadores do gabinete, utilizando-se, também, o G4. Essa prática permite um rápido cruzamento de dados e identifica os feitos que possam ter sido extraviados em algum localizador eletrônico por erro de agendamento da minuta ou simples esquecimento.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50142795320204040000	16/4/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo despachado e encaminhado à Secretaria da Sexta Turma.		
50121816120214040000	25/3/2021	Agravo de Instrumento

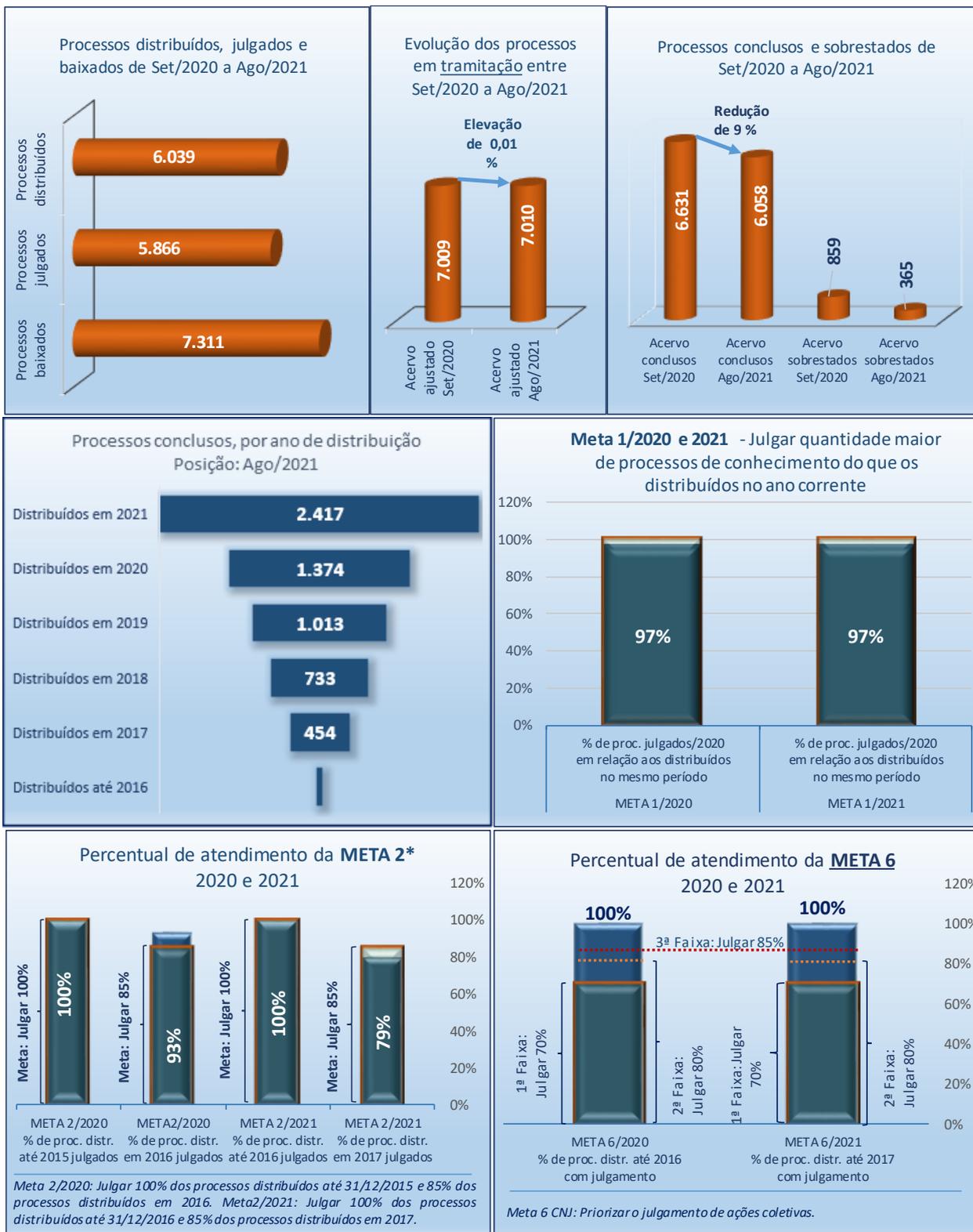
Observação/Providência: Processo julgado em 8/9/2021 e baixado à Secretaria da Sexta Turma.		
50118784720214040000	23/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 8/9/2021 e baixado à Secretaria da Sexta Turma.		
50004818820214040000	11/1/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamentos prevista para 6/10/2021.		
50148768520214040000	14/4/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 8/9/2021. Baixado à secretaria de turma, onde aguarda prazo recursal.		
50006065620214040000	12/1/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamentos prevista para 6/10/2021.		
50269021820214040000	30/6/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão proferida e processo remetido à Secretaria da Sexta Turma para publicação.		
50080791720184047108	29/6/2020	Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Processo não pertencente à unidade. Relatoria do Desembargador Federal Rômulo Pizzolatti.		
50009456020194047121	2/7/2020	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo não pertencente à unidade, sendo de relatoria da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha.		
50310446720194047200	1º/10/2020	Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Processo não pertencente à unidade. Relatoria do Desembargador Federal Rômulo Pizzolatti.		
50599361820204040000	18/12/2020	Reclamação (Seção)
Observação/Providência: Processo julgado e remetido à Secretaria da Terceira Seção.		
50600869620204040000	18/12/2020	Conflito de Competência (Seção)
Observação/Providência: Processo julgado e remetido à Secretaria da Terceira Seção.		
50007789520214040000	14/1/2021	Conflito de Competência (Seção)
Observação/Providência: Decisão proferida e remetido à Secretaria da Terceira Seção para publicação.		
50604645220204040000	28/12/2020	Conflito de Competência (Seção)
Observação/Providência: Processo julgado e remetido à Secretaria da Terceira Seção.		
50455135320204040000	23/9/2020	Conflito de Competência (Seção)
Observação/Providência: Processo julgado e remetido à Secretaria da Terceira Seção.		
50575536720204040000	4/12/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Voto-vista da Desembargadora Taís apresentado na sessão virtual de 18/8/2021. Feito foi remetido ao gabinete do relator em 23/8/2021.		
50021458320104047100	5/7/2013	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Processo com voto-vista minutado e aguardando a fixação de data para a realização da sessão de julgamentos da Quinta Turma com quórum ampliado.		
50098778120164047108	2/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Voto-vista pautado na pauta de 8/9/2021, quando foi sobrestado o julgamento pelo artigo 942 do CPC. Será julgado em quórum ampliado em sessão prevista para o dia 17/11/2021.		
50068272520174047104	31/7/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados na sessão de 8/9/2021. Atualmente na Secretaria da Sexta Turma, com prazo aberto para recursos.		
50011996720184047121	3/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados na pauta de 8/9/2021, encontrando-se na Secretaria da Sexta Turma com prazo recursal aberto.		
50035244920174047121	20/6/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados em 8/9/2021. Atualmente o processo encontra-se na Secretaria da Sexta Turma, com prazos abertos para recursos.		
50065211320184047107	24/7/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados na sessão de 8/9/2021. Atualmente encontra-se na Secretaria da Sexta Turma, com prazos abertos para recursos.		
50001363720184047111	8/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração já apreciados na pauta de 8/9/2021. Processo atualmente na Vice-Presidência para apreciação de Resp e Rext.		
50486452120204040000	9/10/2020	Reclamação (Turma)
Observação/Providência: Processo julgado em 14/9/2021 e remetido à Secretaria da Sexta Turma para publicação.		
50565118020204040000	27/11/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo aguarda decurso de prazo de intimação do INSS para se manifestar sobre documentos juntados pela parte agravante.		
50018285920214040000	22/1/2021	Reclamação (Turma)
Observação/Providência: Processo já julgado, atualmente com baixa definitiva.		
50082660420214040000	28/2/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão deferindo a antecipação de tutela.		
50115468020214040000	22/3/2021	Conflito de Competência (Seção)
Observação/Providência: Processo julgado e remetido à Secretaria da Terceira Seção.		
50016517720134047113	23/9/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamentos prevista para 6/10/2021.		
50063196420124047101	7/10/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 8/9/2021.		
50142318620154047108	17/10/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamentos prevista para 22/9/2021.		

50045302620144047112	18/10/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamentos prevista para 6/10/2021.		
50114161220124047112	26/10/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo despachado para diligência sobre possibilidade de reafirmação da DER.		
50369817720134047100	3/11/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo localizado na Secretaria da Sexta Turma aguardando prazo para cumprimento de diligência pela parte autora.		
50000971020144047134	9/11/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamentos prevista para 6/10/2021.		
50487268320154047100	9/11/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo despachado para diligências sobre possibilidade de reafirmação da DER.		
50066593820134047112	12/12/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 8/9/2021.		
50562607820154047100	13/12/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 8/9/2021 e remetido à Secretaria da Sexta Turma.		
50620160520144047100	30/9/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamentos prevista para 6/10/2021.		
50016530820124047008	4/9/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado e remetido com decisão à Secretaria da Sexta Turma para publicação.		
50345503520154049999	15/9/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado e baixado à origem.		
50023924820204049999	10/10/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 8/9/2021.		
50388304920154049999	9/10/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo despachado para exame de prevenção.		
50169745320154040000	12/5/2015	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: RPV requisitada, processo remetido à Secretaria da Terceira Seção.		
50288740420184049999	29/4/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamentos prevista para 6/10/2021.		
50676255620204047100	18/12/2008	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamentos da Terceira Seção prevista para 29/9/2021.		
50097098720214040000	27/2/2007	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)

Observação/Providência: Requisição de pagamento de pequeno valor expedida em 18/9/2021.		
50002876620204047132	16/4/2021	-
Observação/Providência: Processo julgado e atualmente encontra-se baixado e remetido à origem.		
50035980620214047108	7/4/2021	-
Observação/Providência: Processo já julgado. Encontra-se baixado e remetido à origem.		
50042937320204047114	5/4/2021	-
Observação/Providência: Processo já julgado. Encontra-se baixado e remetido à origem.		
50313102920204047100	19/4/2021	-
Observação/Providência: Processo já julgado, encontrando-se baixado e remetido à origem.		
50021890520204047116	19/5/2021	-
Observação/Providência: Processo já julgado. Encontra-se baixado e remetido à origem.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 52 processos selecionados, todos foram inspecionados e todos são eletrônicos.

O processo n. 5000945-60.2019.4.04.7121 é de relatoria da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha.

Destaca-se que o gabinete adotou, antes mesmo da data da visita da equipe de inspeção, em grande parte dos processos listados, as providências pertinentes aos respectivos andamentos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) incluir em pauta de julgamento, no período de até 120 (cento e vinte) dias, os seguintes processos (conclusos há mais de 180 dias):

50021458320104047100	50080791720184047108
----------------------	----------------------

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada em 19/10/2021, das 10h às 12h30, de forma presencial. Dela participaram a Desembargadora Federal Taís Schilling Ferraz e as servidoras Mary de Oliveira Cabot, assessora, e Regina Valde Bataioli, chefe de gabinete.

Preliminarmente, a magistrada consignou o fato de que, até setembro de 2019, atuava na 6ª Turma como Juíza Federal Convocada, sem participação no julgamento dos feitos de competência da 3ª Seção. Expôs as dificuldades enfrentadas com o quadro funcional de gabinete de magistrado convocado – 13 servidores – menor do que o de gabinete de desembargador federal. Acrescentou a informação de que, com a posse no cargo de Desembargadora Federal, passou a atuar também nos feitos de competência da 3ª Seção do Tribunal (ações rescisórias, sobretudo).

A magistrada relatou o aumento na distribuição de Mandados de Segurança (MS) impetrados contra atos de omissão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) referentes à implantação de benefícios previdenciários, em razão, precipuamente, da pandemia da COVID-19.

Também informou participar, mensalmente, do Fórum Interinstitucional Previdenciário, destacando a importância da participação dos advogados e das instituições nesse evento, o que permite melhor interação e comunicação entre magistrados e jurisdicionados.

Acrescentou que, de maneira geral, os membros do Tribunal possuem excelente interlocução com procuradores e advogados.

Em seguida, a equipe de inspeção formulou indagações e solicitou esclarecimentos e complementação dos dados constantes do questionário, tendo sido colhidas as seguintes informações.

De início, foi esclarecido que o quadro funcional atual é composto por 18 servidores, todos efetivos, sendo 1 deles requisitado de outro órgão, e 3 estagiários de nível superior. Não há atuação de agentes de segurança na unidade. A magistrada afirmou que o quadro funcional não é ideal para o volume de trabalho existente.

Em seguida, foi informado que os três assessores do gabinete atuam, cumulativamente, nas atividades-fim e nas atividades-meio da unidade, e que os demais servidores trabalham exclusivamente na confecção das minutas de decisões, despachos, votos etc.

A triagem dos processos é feita por 3 servidores e, via de regra, por matéria, semanalmente. Alguns dos critérios de triagem são automatizados (localizadores) e outros são manuais, os quais são tornados disponíveis, pelo sistema eproc, aos usuários internos.

O gabinete informou que, de modo geral, a equipe da assessoria faz a triagem dos processos para verificação das urgências.

Destacaram que a matéria “aposentadoria por tempo de contribuição – ATC” representa quase metade da distribuição mensal do gabinete.

Os servidores são especializados por matéria e são observadas as competências pessoais de cada um deles, com o fim de favorecer a produtividade e a qualidade das minutas elaboradas.

Há quotas (metas) individuais de produtividade no gabinete, mas são mitigadas de acordo com as peculiaridades de cada servidor, prevalecendo as metas coletivas.

Atualmente, o gabinete está funcionado no sistema de rodízio entre os servidores para fins de cumprimento do percentual mínimo de trabalho presencial fixado pela Presidência do TRF4 – 20% do quadro da unidade. Antes da pandemia da COVID-19 havia 3 servidores em regime de teletrabalho (regular).

Foram descritas dificuldades enfrentadas pelos servidores com o advento da imposição do regime de teletrabalho decorrente da pandemia, as quais ocasionaram aumento do acervo do gabinete, destacando-se a licença de servidor para tratamento de saúde por período superior a 90 dias. Embora tenha havido dificuldades, a Desembargadora enfatizou ter havido aumento da produtividade do gabinete neste ano.

A equipe de inspeção indagou a respeito do tratamento dado aos processos com pedido de tutela provisória pendente de apreciação há mais de 10 dias, sobretudo se há algum tipo de acompanhamento/análise para identificar casos de perecimento de direito.

O gabinete destacou a necessidade de adoção de uma rotina específica para evitar a utilização, pelos usuários externos do sistema eproc (advogados), da ferramenta de pedido de antecipação de tutela como forma de “priorizar” a apreciação do feito. Atualmente, há um controle criterioso na triagem dos processos por meio do “localizador”. Não obstante, foi ressaltado haver esforço permanente para garantir o atendimento dos pedidos.

Como estratégia de gestão do acervo, a Desembargadora apontou o julgamento prioritário dos feitos sobrestados tão logo haja decisão dos Tribunais Superiores sobre o tema afetado.

Também apontou sua preocupação com o julgamento dos processos mais antigos do gabinete e informou não haver no acervo feitos distribuídos no ano de 2016.

Sobre as pendências da autoinspeção e da inspeção anteriores, a assessoria afirmou que todas as providências já foram adotadas.

Com relação aos dados estatísticos, a equipe de inspeção ressaltou a necessidade de acompanhamento dos embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias, já que não há informação da quantidade de dias superior àquele indicador.

Em razão do mesmo motivo, também destacou a necessidade de acompanhamento dos processos com tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetida ao colegiado.

Indagada sobre o cumprimento da Meta 2, de 2017, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a magistrada esclareceu que até o final do ano atingirá o percentual de 85% exigido pelo órgão. Após a entrevista, o gabinete apresentou à equipe de inspeção mensagem informativa acerca da atualização dos dados estatísticos referentes a essa meta, cujo percentual já atingia, na data da inspeção, 82%.

Acerca das sessões de julgamento, informou haver compartilhamento prévio dos votos pelos demais julgadores.

A respeito do plano de trabalho, o gabinete informou que já foram formalizados alguns procedimentos, por meio de “roteiros” e de fluxogramas. Na data da entrevista foram apresentadas cópias dos seguintes fluxos de trabalho documentados:

- (i)** “Objetivos e ações do Gabinete - 2021”;
- (ii)** “Roteiro de Triagem não automática (por localização) e revisões semanais”;
- (iii)** “Roteiro do Agravo de Instrumento”;
- (iv)** “Roteiro de atendimento de ligações telefônicas”.

Também foi apresentada cópia de documento contendo os códigos de indexação dos textos-padrões, os quais totalizam 130 modelos/códigos.

A Desembargadora inspetora ressaltou a necessidade da documentação do plano de trabalho, especialmente pela importância da preservação da memória institucional da unidade.

Quanto à Meta 3 CNJ – adoção de medidas de estímulo à conciliação –, a magistrada reiterou a relevância do Fórum Interinstitucional Previdenciário na interlocução entre as instituições.

Nesse aspecto, a Desembargadora inspetora esclareceu que o dever de incentivar a conciliação (artigo 3º, § 3º, do Código de Processo Civil) não se exaure no mero

acolhimento de **pedido** da parte interessada para remessa do processo ao setor especializado à construção de consenso.

Salientou que a efetivação de um acordo não é o único objetivo na solução consensual de conflitos, devendo ser consideradas quaisquer medidas que possam facilitar a interlocução entre partes litigantes.

Nesse sentido, orientou a retomada da prática de atos procedimentais que facilitem a interlocução (diálogo) com o INSS e o estabelecimento de relação interinstitucional para adoção de medidas que possam minimizar o grau de litigiosidade, reduzir o acervo e, ao final, contribuir com a pacificação social (como exemplo: estímulo à desistência de recurso nos feitos em que o interesse processual foi superado pelo valor ou pela pacificação jurisprudencial, judicial ou administrativa).

Por fim, as servidoras exibiram à equipe de inspeção as principais ferramentas disponíveis no sistema G4, explicando e demonstrando cada uma delas.

A equipe de inspeção colocou-se à disposição do gabinete para compartilhar experiências, se necessário.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 5.002 para 6.058). Considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 6.631 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 6.058.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 143, na última inspeção, para 172, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Apesar desses indicativos de aumento do acervo, percebe-se que a distribuição também aumentou, de modo que, proporcionalmente, houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período mais recente, consoante se verifica no item 4.18.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 17 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 14 meses. Trata-se de indicador que merece destaque por ser superior à média da Seção.

36. RECOMENDAÇÕES

A unidade inspecionada (gabinete) está desenvolvendo um trabalho planejado, organizado, controlado e bem coordenado.

Embora tenha sido verificado aumento no acervo de processos conclusos, essa situação decorre do aumento da distribuição e da mudança do *status* do gabinete, de gabinete de juiz federal convocado para gabinete de desembargador federal. Além disso,

a quantidade de processos julgados e baixados revelou proporcionalidade da produtividade em relação à inspeção anterior.

Nesse aspecto, observou-se a evolução **positiva** do acervo, cujos quantitativos não representavam, na data da entrevista, a realidade documentada no questionário preenchido previamente à inspeção.

Medidas que podem ser adotadas para o **aprimoramento** da unidade:

1. cumprir as recomendações do item 33;

2. aperfeiçoar o mapeamento das atividades, com a identificação dos processos de trabalho do gabinete (fluxograma) para favorecer o acompanhamento e o aprimoramento das tarefas atribuídas aos servidores, bem como o adequado gerenciamento de riscos. O mapeamento do processo de trabalho possibilita a identificação da ocorrência de retrabalho e de sobreposição de atribuições, assim como a redução de contingências que possam afetar o atingimento das metas de trabalho. Ademais, o registro do processo de trabalho evita a perda da memória institucional da unidade, com eventos como aposentadoria;

3. priorizar o cumprimento da Meta 2/2021 do CNJ (julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017), cujo percentual de cumprimento, na data do preenchimento do questionário, era 79,25% e, na data da entrevista, era de 82%;

4. retomar a prática de estímulo à conciliação (Meta 3/CNJ) por meio de interlocução (diálogo) com o INSS e estabelecimento de relação interinstitucional para adoção de medidas que possam minimizar o grau de litigiosidade, reduzir o acervo e, ao final, contribuir com a pacificação social (como exemplo: estímulo à desistência de recurso nos feitos em que o interesse processual foi superado pelo valor ou pela pacificação jurisprudencial, judicial ou administrativa);

5. efetivar a triagem (apelação ou agravo de instrumento) e **aprimorar** o controle dos processos com pedido de tutela provisória pendentes de apreciação há mais de 10 dias;

6. submeter ao colegiado os processos com tutela concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias (32 na data de preenchimento do relatório; 18, na data da entrevista);

7. priorizar o julgamento dos Agravos Legais/Regimentais e dos Embargos de Declaração conclusos há mais de 30 dias.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal João Batista Pinto Silveira

2.2 Turma

Sexta Turma.

2.3 Competência

Processar e julgar os feitos relativos à previdência e assistência social, mesmo quando versem sobre benefício submetido a regime ou condições especiais ou, ainda, complementado, assim como os feitos relativos ao fornecimento de medicamentos e tratamentos médico-hospitalares.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal João Batista Pinto Silveira.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve convocação de nenhum outro magistrado nos últimos 12 meses.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Zenone Szydloski, Chefe de Gabinete. A inspeção teve início em 13/9/2021.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	Nenhum.
Estagiários de nível médio	Nenhum.
Estagiários de nível superior	Cinco.
Outros	Nenhum.

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)	
Total em tramitação	4.713
Processos suspensos/sobrestados	563
Processos conclusos	4.026
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	2
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	4.713
Acervo ajustado no TRF** (ao início do 12º mês anterior)	4.815
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	4.026
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	4.026
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	563
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	865

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	126
Mandados de segurança	4
IRDR	3
IAC	1
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	8
Reclamações	12
Ações rescisórias	85
Outros	13

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	4.587
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	5
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	67
Outros	4.587

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	4.587
Apelações cíveis	3.905
Agravos de instrumento	550
Outros	132

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	563
Por IRDR	16
Por IAC	1

Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	134
Por Recurso Extraordinário	82

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	206
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	106
Agravos legais/regimentais	10
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	2
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	16
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	8

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	38
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	42

4.13 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	1.557
Ano anterior	1.017
2º ano anterior	84
3º ano anterior	33
4º ano anterior	18
5º ano anterior ou mais antigo	34

4.14 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	2.042
Ano anterior	1.009
2º ano anterior	294
3º ano anterior	163
4º ano anterior	188
5º ano anterior	146
6º ano anterior ou mais antigo	178

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição	
Ano atual	2.328
Ano anterior	1.539
2º ano anterior	71
3º ano anterior	20
4º ano anterior	17
5º ano anterior	18
6º ano anterior	6
7º ano anterior ou mais antigo	27

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	24
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	8

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	6.138
Total de Processos julgados	5.882
Total de Processos baixados	7.899
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	256
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-1.761

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	100
Total de feitos não regularizados	Todos os processos verificados na autoinspeção e com pendência foram regularizados.
Total de feitos verificados na inspeção anterior	39

Total de feitos não regularizados	Todos os quatro processos verificados com pendência na inspeção anterior foram regularizados.
-----------------------------------	---

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	5.252
Processos julgados no ano anterior	5.824
Processos distribuídos no ano corrente	4.305
Processos julgados no ano corrente	3.973

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5.919
Pendentes em 31/12/2020	4
Porcentagem de atendimento da meta	99.93

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.409
Pendentes em 31/12/2020	2
Porcentagem de atendimento da meta	99.94

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.824
Pendentes no último dia do mês anterior	5
Porcentagem de atendimento da meta	99.87

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.840
Pendentes no último dia do mês anterior	2
Porcentagem de atendimento da meta	99.89

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.	
Taxa de congestionamento em 2020	39.50
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	Não se aplica

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0

Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Trata-se de compromisso que está sendo enfrentado e desenvolvido pelo Tribunal de modo mais abrangente, contando, inclusive, com órgão específico para desenvolver ações na área de conciliação e desjudicialização, sobretudo, de demandas repetitivas, com a colaboração dos órgãos fracionários da Instituição.

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)

3424 - Usurpação de águas	0
3429 - Alteração de local especialmente protegido	0
3619 - Crimes contra a Fauna	0
3621 - Da Poluição	0
3622 - Agrotóxicos	0
3623 - Atividades Nucleares	0
3624 - Caça	0

3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	0
3627 - Pesca	0
3651 - Crimes Agrários	0
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	0
9583 - Arrendamento Rural	0
10016 - Inspeção Fitossanitária	0
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	0
10085 - Água e/ou Esgoto	0
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	0
10091 - Terreno de Marinha	0
10094 - Terras Indígenas	0
10095 - Águas Públicas	0
10102 - Terras Indígenas	0
10103 - Terreno Aldeado	0
10104 - Restituição de área - FUNAI	0
10105 - Demarcação	0
10106 - Recursos Minerais	0
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	0
10110 - Meio Ambiente	0
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	0
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	0
10113 - Flora	0
10114 - Fauna	0
10115 - Transgênicos	0
10116 - Agrotóxicos	0
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	0
10119 - Gestão de Florestas Públicas	0
10396 - Ambiental	0
10397 - Sanitárias	0
10438 - Dano Ambiental	0
10986 - Crime contra a administração ambiental	0
11822 - Mineração	0
11823 - Reserva legal	0
11824 - Recursos Hídricos	0

11825 - Poluição	0
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	0
11827 - Zona Costeira	0
11828 - Área de Preservação Permanente	0
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	0
11830 - Patrimônio Cultural	0
11836 - Parcelamento do Solo	0
11841 - Política Agrícola	0
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	0
11862 - Saneamento	0
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	0
9994 - Indenização por dano ambiental	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Houve recomendação específica em relação aos processos 50299508720184040000, 50338889020184040000, 50075735920174040000 e 50138713320184040000, as quais já foram cumpridas pelo gabinete.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Todas as recomendações em relação aos processos listados no Relatório Final da última inspeção já foram cumpridas. Constantemente são avaliados e implantados ajustes no plano de trabalho deste gabinete para elevar a qualificação do trabalho e aumento da produtividade, objetivando superar a distribuição e a consequente redução do acervo, observando prioritariamente a antiguidade, as preferências legais e as tutelas acautelatórias, dentre outras providências que estão sendo adotadas, para fins de cumprimento das recomendações apontadas no relatório final da última inspeção.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Prejudicado.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

No tocante às metas do CNJ, o gabinete sempre estabelece o seu cumprimento como sendo prioritário e, para tanto, se utiliza de metas individuais e/ou de grupo, e, inclusive, de mutirões, quando necessário.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O gabinete é organizado conforme critério da especialização por matéria e/ou tipo de recurso. Ocorre triagem detalhada, considerando assunto, eventual prioridade legal e necessidade de diligências ou de encaminhamento para parecer do MPF, etc., e incluídos em localizador específico/sigla do responsável pela matéria, nos casos de prioridade legal/preferência, ou, nos demais casos, no localizador correspondente à matéria dos autos, cuja análise deve respeitar a ordem cronológica de autuação no Tribunal e/ou 1ª instância. Nos casos de feitos com prioridade legal, sendo possível, após a triagem, são localizados imediatamente para o servidor responsável pela análise. As atividades são distribuídas de acordo com o perfil e a qualificação para o desempenho da função específica. São estabelecidas metas individuais, cuja produtividade exigida depende da matéria específica e/ou tipo de recurso, e são aferidas semanalmente ou mensalmente. E dependendo do acervo, são estabelecidas metas de grupo.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Zenone Szydloski.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Utilizamos o critério da especialização por matéria e/ou tipo de recurso. Há dois servidores que embora sejam os responsáveis pelas atividade-meio, desenvolvem-nas em pequena parte do tempo, sendo que majoritariamente exercem a atividade-fim. Os demais exercem apenas atividade-fim.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

No período de setembro de 2020 até agosto de 2021 todos os 17 servidores lotados no gabinete executaram suas atividades em teletrabalho, em razão da necessidade de isolamento social imposta pela pandemia.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

No período de setembro de 2020 até agosto de 2021 o teletrabalho ocorreu de forma integral.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Observando a dificuldade de cada matéria específica e tomando como balizador mínimo a produção média dos servidores especializados nessa matéria. Também é considerada a especificidade dos argumentos veiculados pelas partes, dada a complexidade, cada vez maior, da legislação e suas recorrentes alterações na matéria de competência do gabinete.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito pelos mecanismos de controle digitais disponibilizados pelo Tribunal. As consequências variam de acordo com os motivos que ensejaram o não cumprimento das referidas cotas, sendo que se adota mecanismos de apoio, treinamento, assessoramento e auxílio quando se verificar necessário.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Em tramitação no gabinete há apenas processos eletrônicos (o estoque de processos físicos refere-se a feitos suspensos ou em diligência na primeira instância). É feita uma triagem detalhada dos processos e, na sequência, caso necessário, encaminha-se para diligência, MPF, etc., ou localiza-se na sigla do servidor responsável pela matéria ou recurso, sendo que a análise é feita respeitando-se a antiguidade.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos estão organizados, considerando o assunto/matéria (respeitada a especialização interna do gabinete) e antiguidade, ou diretamente na sigla do servidor nos casos de prioridade legal ou que o acervo permita, ou, ainda, nos casos de processos encaminhados para cumprimento de alguma diligência, em localizador específico que indique o órgão atual.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle é feito através dos localizadores e também através dos sistemas do eproc e G4.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim. Há metas individuais e/ou de grupo e são aferidas semanalmente ou mensalmente pelo desembargador e/ou chefe de gabinete e assessoria.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Sendo cumpridas as metas e verificado o integral comprometimento, os eventuais pleitos dos servidores são possibilitados de acordo com tais posturas, dentro dos limites legais.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Nos casos de prioridade legal, o processo assim que chega no gabinete é repassado para o servidor responsável pela matéria ou recurso. Para o caso das metas do CNJ, dependendo da meta é feito diretamente pelos servidores responsáveis pela matéria ou através de mutirão, quando necessário.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, com observação do regramento legal.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Há um banco de textos padrões, modelos e preferências junto ao eproc.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Considerando a profusão de alterações legislativas e complexidade da matéria, a capacitação dos servidores é constante e é proporcionada tanto internamente no gabinete quanto através de cursos que são oferecidos pelo Tribunal.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Como regra, sempre que houver decisão superior e vinculante determinando tais sobrestamentos. As matérias que se encontram sobrestadas são as vinculadas aos Temas 692, 1005, 1018, 1070, 1083 do STJ; 1102 e 1037 do STF, bem como feitos vinculados à questão da possibilidade da interrupção da decadência por pedido de revisão administrativa de benefício formulado antes do transcurso do prazo decenal, que foi afetada em IAC à Terceira Seção desta Corte, ainda pendente de admissibilidade.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim. É feita diretamente quando solicitadas pelas partes no próprio gabinete ou por envio de processos ao setor de conciliação do Tribunal, quando solicitados.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Como regra, na sessão seguinte à conclusão do feito para o gabinete, a depender da complexidade e da possibilidade de pacificação de entendimentos divergentes na Turma e/ou Seção e que não sejam de sobrestamento obrigatório.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Através do acompanhamento das pautas das sessões de julgamento e, ainda, através do site do Tribunal e do próprio eproc.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, as minutas de voto são sempre compartilhadas antes das sessões de julgamento com os gabinetes dos demais componentes do órgão julgador.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são realizadas de acordo com o regramento constante na Resolução n. 47/2019 da Presidência desta Corte.

28. A unidade possui plano de gestão?

São implementadas diversas práticas de gestão, embora não estejam compiladas.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Os recursos materiais fornecidos pelo Tribunal são de excelência. No tocante aos recursos humanos há defasagem em razão do volume de distribuição dos processos, troca e vacância de cargos e adoecimento de servidores decorrentes de LER ou doenças de natureza psiquiátrica.
b) gestão do trabalho	É feita de forma compartilhada entre chefia e assessoria e desembargador.
c) resultados	Atingimento constante das metas estabelecidas pelo CNJ e pelo gabinete.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

A manutenção do atingimento das metas estabelecidas pelo CNJ e gabinete.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Reuniões periódicas para tratar de questões administrativas, bem como para debate de questões jurídicas visando a adoção de novos entendimentos do gabinete, turma e/ou seção. Estímulo à participação em cursos ministrados pelos colegas do gabinete

ou oferecidos pelo Tribunal, objetivando aprimorar, em especial, o conhecimento acerca da matéria atinente à competência do gabinete. Treinamento e constante auxílio e assessoramento individual ou coletivo dos estagiários ou novos servidores lotados no gabinete.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A flexibilização da regra estabelecida pelo CNJ para o teletrabalho em período anterior à pandemia, de forma que um percentual superior de servidores de cada setor possa realizá-lo concomitantemente. A manutenção das sessões de julgamentos telepresenciais, cuja dinâmica facilita muito o acesso e/ou participação dos magistrados, servidores, advogados, partes e procuradores via ferramentas digitais, independentemente de estarem situados em local distante da sede do Tribunal. A manutenção de acesso às ferramentas digitais que possibilitam a participação dos servidores, estagiários e magistrado em reuniões, treinamentos, cursos, etc.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Tanto pela ferramenta de realocação automatizada dos processos quanto pelos sistemas G4 e eproc do Tribunal.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50587886920204040000	11/12/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo foi julgado pela turma na sessão virtual que ocorreu no período de 10 a 18/8/2021, através do qual a Sexta Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao agravo de instrumento.		
Andamento regular.		
50099237820214040000	10/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo foi julgado em 8/9/2021, sendo que atualmente aguarda transcurso de prazo do INSS para eventual interposição de recurso contra o acórdão correspondente.		
Andamento regular.		
50134469820214040000	1º/4/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo foi julgado em 8/9/2021, sendo que atualmente aguarda o transcurso do prazo para o agravante interpor eventual recurso contra o acórdão correspondente.		
Andamento regular.		
50149418020214040000	14/4/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: o processo foi julgado em 8/9/2021, sendo que atualmente aguarda-se o transcurso de prazo para eventual recurso do agravado contra o acórdão correspondente.		

Andamento regular.		
50179530520214040000	4/5/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em 31/8/2021, foi proferida decisão que julgou prejudicado o recurso. Atualmente, aguarda-se o transcurso do agravante para a interposição de eventual recurso da referida decisão.		
Andamento regular.		
50054089720214040000	11/2/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo foi julgado em 8/9/2021. Atualmente, aguarda a abertura de prazo para as partes para a interposição de eventual recurso contra o acórdão correspondente.		
Andamento regular.		
50012028020174047113	13/9/2019	Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: O processo é da relatoria do gabinete do Desembargador Federal Luís Alberto D'Aurvalle. O respectivo gabinete foi comunicado sobre o fato dele ter constado da nossa lista para inspeção.		
50366431920204040000	4/8/2020	Conflito de Competência (Seção)
Observação/Providência: Em 21/9/2021, o processo teve baixa definitiva, em razão do trânsito em julgado.		
50381415320204040000	12/8/2020	Conflito de Competência (Seção)
Observação/Providência: Em 17/9/2021, foi proferida decisão que declarou a competência do juízo suscitado, sendo que atualmente aguarda a abertura do prazo para o MPF e para a parte interessada a respeito da referida decisão.		
Andamento regular.		
50440160420204040000	15/9/2020	Conflito de Competência (Seção)
Observação/Providência: Em 21/9/2021, o processo foi baixado definitivamente, em razão do trânsito em julgado.		
50442785120204040000	16/9/2020	Conflito de Competência (Seção)
Observação/Providência: Em 22/9/2021, o processo foi baixado definitivamente, em razão do trânsito em julgado da decisão que declarou competente o juízo suscitado.		
50532882220204040000	10/11/2020	Reclamação (Seção)
Observação/Providência: Em 14/9/2021, o feito foi encaminhado com despacho ao gabinete do Desembargador Federal Paulo Afonso Brum Vaz, para exame de eventual prevenção em relação ao Processo n. 50130367920174040000/RS (IRDR n. 12).		
Andamento regular.		
50024724620204047110	19/11/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: O voto-vista foi apresentado na sessão telepresencial da Sexta Turma, ocorrida em 8/9/2021, quando o julgamento foi sobrestado nos termos do art. 942 do CPC.		

Andamento regular.		
50087813920214040000	3/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em 8/9/2021, foi apresentado o voto-vista pelo Desembargador Federal João Batista Pinto Silveira, sendo que a Sexta Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo de instrumento.		
Andamento regular.		
50422070520144047108	15/2/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência O processo foi pautado para a sessão telepresencial do dia 6/10/2021, para fins de apresentação do voto-vista.		
Andamento regular.		
50149512720214040000	14/4/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O voto-vista foi apresentado na sessão telepresencial da Sexta Turma ocorrida em 8/9/2021, sendo que a turma, por maioria, negou provimento ao agravo de instrumento.		
Andamento regular.		
50152933820214040000	15/4/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O voto-vista foi apresentado na sessão telepresencial realizada em 8/9/2021, sendo que a turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo de instrumento.		
Andamento regular.		
50082539420114047100	24/7/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo encontra-se em fase de habilitação de dependente(s) previdenciário(s)/herdeiro(s), em razão do óbito do Autor. Em 14/9/2021, considerando informações prestadas pelo INSS, foi proferido despacho intimando a parte autora para requerer o que entender de direito.		
Andamento regular.		
50404756020204040000	25/8/2020	Reclamação (Seção)
Observação/Providência: Em 13/9/2021, foi proferida decisão que ratificou a negativa de seguimento à reclamação, nos termos do art. 988, II, combinado com os artigos 485, VI, c/c art. 932, III, todos do CPC. Atualmente, aguarda-se a abertura de prazo para eventual recurso das partes.		
Andamento regular.		
50018991720114047112	7/7/2011	Embargos Infringentes
Observação/Providência: O processo encontra-se suspenso, aguardando decisão da Terceira Seção desta Corte em sede de Incidente de Assunção de Competência n. 5031598-97.2021.4.04.0000.		
Andamento regular.		
50218047820154047108	13/12/2016	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Em sessão virtual encerrada em 22/9/2021, a turma, por unanimidade, deu parcial provimento aos embargos de declaração opostos pelas partes, cujo acórdão foi encaminhado para a Secretaria em 23/9/2021.		
Andamento regular.		
50404833720204040000	25/8/2020	Reclamação (Seção)
Observação/Providência: O processo está suspenso por força de decisão proferida pelo Desembargador Federal Osni Cardoso Filho nos autos do Incidente de Impedimento autuado sob n. 08351-87.2021.4.04.0000/RS, através da qual foi concedido o efeito suspensivo, para obstar o julgamento da presente reclamação.		
Andamento regular.		
50019013120214040000	22/1/2021	Reclamação (Seção)
Observação/Providência: Em 16/9/2021 foi proferida decisão que transitou em julgado em 22/9/2021, sendo que, em consequência, na mesma data o processo teve baixa definitiva.		
50084851720214040000	1º/3/2021	Reclamação (Corte Especial)
Observação/Providência: Em 15/9/2021, foi proferida decisão negando provimento à reclamação, nos termos do art. 988, II, c/c os artigos 485, VI, e 932, III, todos do CPC. Atualmente, aguarda abertura de prazo para a reclamante interpor eventual recurso contra a referida decisão.		
Andamento regular.		
50117641120214040000	22/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo foi julgado em 8/9/2021, sendo que atualmente aguarda o transcurso do prazo para eventual interposição do recurso do Estado do Rio Grande do Sul contra o acórdão correspondente.		
Andamento regular.		
50151946820214040000	15/4/2021	Reclamação (Seção)
Observação/Providência: A presente reclamação será incluída na pauta da sessão de julgamentos da Terceira Seção marcada para a data de 27/10/2021.		
Andamento regular.		
50441686820154047100	4/12/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será incluído na pauta da sessão virtual de julgamento da Sexta Turma que se encerrará no dia 22/10/2021.		
Andamento regular.		
50059274320194040000	3/2/2017	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Em 14/9/2021, foi proferida decisão acolhendo em parte os embargos de declaração opostos pelo INSS. Atualmente, aguarda abertura de prazo para a interposição de eventual recurso contra a referida decisão.		
Andamento regular.		
50036997020174047112	12/4/2019	Apelação Cível

Observação/Providência: Em 14/9/2021, o processo foi redistribuído ao gabinete do Juiz Federal Convocado Júlio Guilherme Berezoski Schattschneider, por prevenção.		
50338652320184049999	17/12/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo foi julgado na sessão telepresencial do dia 8/9/2021, sendo que atualmente está aguardando o transcurso de prazo para a parte autora eventualmente interpor recurso acerca do acórdão correspondente.		
Andamento regular.		
50087226120204049999	25/5/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O processo foi incluído na pauta de julgamentos da sessão telepresencial da Sexta Turma que ocorrerá no dia 6/10/2021.		
Andamento regular.		
50023128420204049999	30/10/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo aguarda transcurso de prazo para que o procurador da parte autora promova a habilitação dos dependentes previdenciários/herdeiros do falecido Autor, sob pena de arquivamento.		
Andamento regular.		
50142091220204049999	29/7/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Em 21/9/2021, o processo transitou em julgado e teve a sua baixa definitiva.		
50148604420204049999	6/8/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Em 14/9/2021, foi proferida decisão que não conheceu da remessa oficial, sendo que atualmente aguarda-se a abertura de prazo para a parte autora acerca da referida decisão.		
Andamento regular.		
50174968020204049999	7/9/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Em 12/8/2021, o feito baixou em diligência para que a vara de origem regularize a sua tramitação processual, através da intimação pessoal do Procurador Federal do INSS da sentença ou faça a juntada dos atos processuais/documentos comprobatórios de que ela já foi efetivada.		
Andamento regular.		
50020915020204047009	29/1/2009	Embargos Infringentes
Observação/Providência: O processo será incluído na pauta da sessão telepresencial de julgamento da Terceira Seção que ocorrerá no dia 27/10/2021.		
Andamento regular.		
50199205620194040000	22/3/2016	Cumprimento de Sentença (Seção)
Observação/Providência: Em 16/8/2021, foi determinado o desbloqueio do valor bloqueado em excesso ao devido, bem como a intimação da executada para eventual impugnação, sendo que no eventual silêncio o valor deveria ser convertido em renda. A executada silenciou e já foi protocolado o desbloqueio.		

Andamento regular.		
50224896920204049999	27/10/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O processo foi incluído na pauta da sessão telepresencial de julgamento da Sexta Turma que ocorrerá no dia 6/10/2021.		
Andamento regular.		
50003482220214049999	23/9/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será incluído em pauta para julgamento na sessão virtual que se encerrará no dia 20/10/2021.		
Andamento regular.		
50332178320134047100	29/09/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo foi incluído na pauta telepresencial da turma que ocorrerá no dia 6/10/2021, para fins de julgamento dos embargos de declaração opostos pela parte autora.		
Andamento regular.		
50255655420144047108	21/7/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Na sessão virtual que encerrou em 22/9/2021, a turma, por unanimidade, deu parcial provimento aos embargos de declaração opostos pela parte autora, cujo acórdão foi encaminhado à Secretaria em 23/9/2021.		
Andamento regular.		
50094560220214040000	17/9/2013	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: O processo transitou em julgado e teve sua baixa definitiva em 13/9/2021.		
50309373120154040000	18/8/2015	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Em 10/8/2021, foi proferida decisão que acolheu a impugnação apresentada pelo INSS e determinou a expedição da respectiva RPV, a qual, inclusive, em 9/9/2021, foi enviada ao Tribunal.		
Andamento regular.		
50091686420164047102	20/10/2017	-
Observação/Providência: Em 13/9/2021, o processo foi encaminhado à Secretaria com decisão que negou provimento ao recurso do INSS. Atualmente, aguarda a abertura de prazo para o INSS interpor eventual recurso contra a referida decisão.		
Andamento regular.		
50198576020214040000	14/5/2021	-
Observação/Providência: Em 16/9/2021, o processo transitou em julgado e teve sua baixa definitiva.		
50036896720154047121	15/1/2018	-

Observação/Providência: Em 13/9/2021, o processo foi encaminhado à secretaria com decisão que negou provimento ao recurso do INSS. Atualmente, aguarda-se a abertura de prazo para as partes para a interposição de eventual recurso acerca da referida decisão.

Andamento regular.

50258533920214040000	23/6/2021	-
----------------------	-----------	---

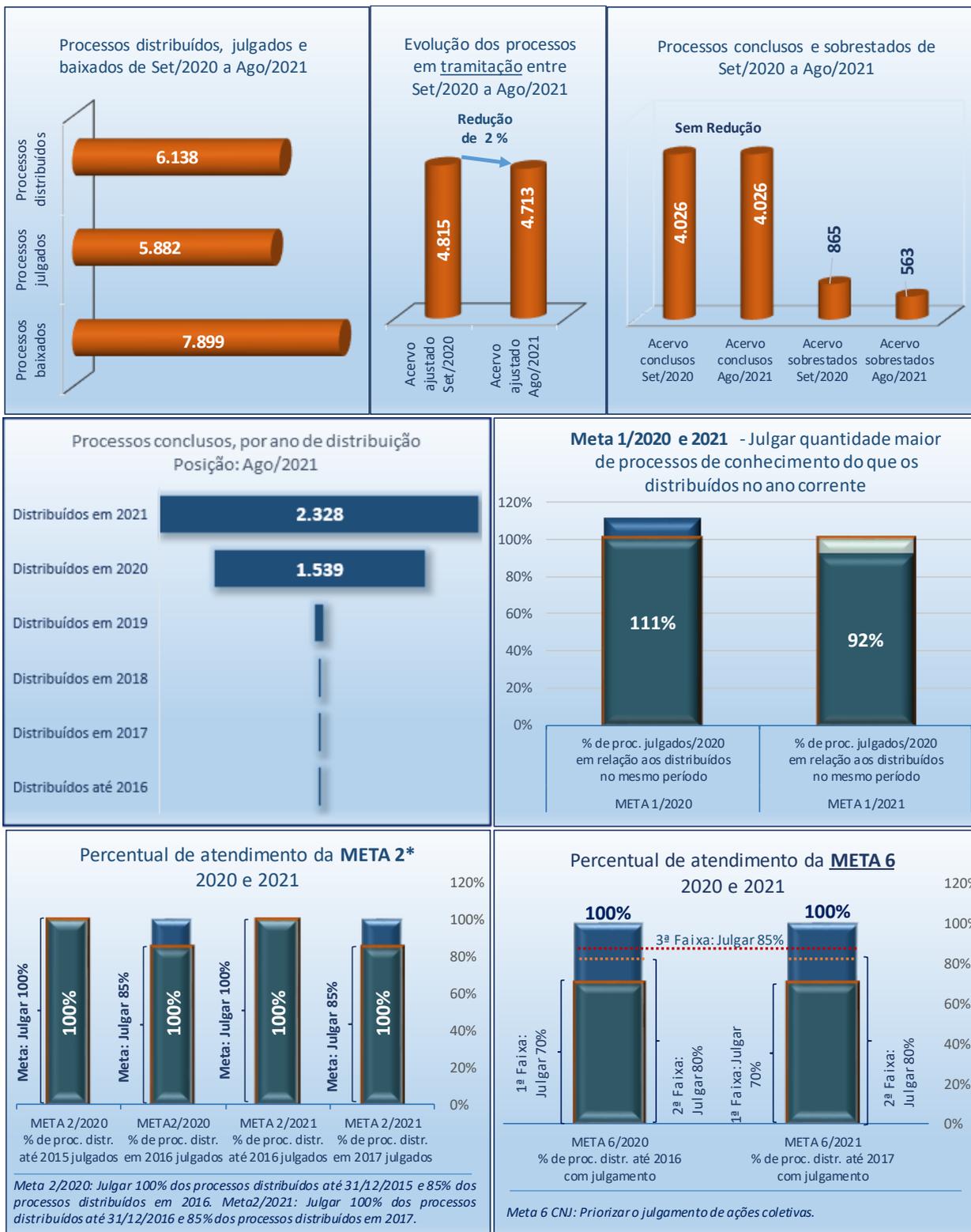
Observação/Providência: Em 16/8/2021, os autos foram remetidos à secretaria com acórdão do julgamento ocorrido em 4/8/2021.

Andamento regular.

50031179820204047101	5/8/2021	-
----------------------	----------	---

Observação/Providência: Em 12/8/2021, o processo foi redistribuído para o gabinete da Desembargadora Federal Vânia Hack de Almeida, componente da 3ª Turma desta Corte, em razão de incompetência.

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 45 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 44 são eletrônicos e apenas um é processo físico, já digitalizado.

O processo n. 5001202-80.2017.4.04.7113 é de relatoria do Desembargador Federal Luís Alberto D'Aurvalle, da 4ª Turma.

Destaca-se que o Gabinete adotou, antes mesmo da data da visita da equipe de inspeção, as providências pertinentes aos respectivos andamentos processuais.

Dessa forma, **não remanescem** atrasos na tramitação dos processos selecionados.

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada em 18/10/2021, das 15h às 18h, de forma presencial. Dela participaram o Desembargador Federal João Batista Pinto Silveira e os servidores Rejane Santiago de Castro, assessora, e Zenone Szydloski, chefe de gabinete.

Inicialmente, o magistrado esclareceu que a 3ª Seção do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) possuía apenas seis gabinetes até o ano de 2019, quando houve a denominada “regionalização” e foram criadas mais duas Turmas – Turmas Regionais Suplementares – uma no Paraná e uma em Santa Catarina, com 3 gabinetes cada uma, totalizando 12 gabinetes na 3ª Seção.

Foi informado que as turmas são compostas por dois Desembargadores Federais e um Juiz Federal Convocado, exceto as regionais suplementares, cujos integrantes são todos desembargadores federais, e que as turmas regionais possuem competência exclusiva para matéria previdenciária (excluídas as ações rescisórias).

Em relação ao julgamento dos feitos da 6ª Turma, o desembargador esclareceu que, quando há necessidade de ampliação de quórum para fins do julgamento previsto no artigo 942 do CPC são convocados dois magistrados (juízes federais) para a respectiva sessão, sendo, quando possível, um do Paraná e outro de Santa Catarina.

O desembargador afirmou ser membro da 6ª Turma e da 3ª Seção do Tribunal, cujas competências são o processamento e o julgamento de feitos relativos à Previdência e à Assistência Social e ao fornecimento de medicamentos e tratamentos médicos-hospitalares.

Em seguida, a equipe de inspeção formulou indagações e solicitou esclarecimentos e complementação dos dados constantes do questionário, tendo sido colhidas as seguintes informações.

De início, foi indicado que o quadro funcional atual é composto por 17 servidores, todos efetivos, sem atuação de estagiários na unidade. Foi dito que o desembargador não possui agentes de segurança.

O chefe de gabinete informou que há apenas um servidor responsável pelos expedientes administrativos da unidade (atividades-meio) e que todos os demais fazem as minutas das decisões (atividade-fim).

Segundo relatado, o chefe de gabinete, entre outras atribuições, é o responsável pela triagem dos processos, etapa considerada pela unidade como primordial para fins de eficiência na gestão do acervo.

Os servidores possuem especialidades por matérias e/ou tipo de recurso. Cada servidor recebe seus processos de acordo com os respectivos localizadores, os quais podem ser automatizados ou manualmente criados pelos usuários internos.

Como exemplo de localizadores internos apontaram um que indica todos os processos sem movimentação há mais de 30 dias.

Com relação à triagem, esclareceram que são observados os assuntos (matérias), as prioridades legais, bem como a necessidade de diligências ou de encaminhamento para o Ministério Público. Em seguida, são incluídos os localizadores específicos das matérias e dos servidores responsáveis pela minuta.

Afirmaram que a análise dos processos deve respeitar a ordem cronológica de autuação no Tribunal e/ou na 1ª instância e, ainda, observar, prioritariamente, os critérios de antiguidade, as preferências legais e as tutelas acautelatórias.

As atividades são distribuídas de acordo com o perfil e a qualificação para o desempenho da função específica e são estabelecidas metas individuais.

A produtividade exigida de cada servidor depende da matéria específica e/ou do tipo de recurso, e o cumprimento das metas é aferido semanal ou mensalmente, com base em relatórios apresentados pelos servidores. Também foi referida a existência de metas coletivas e a realização de esforços concentrados (“mutirões”) e quando há necessidade de cumprimento de metas específicas previamente estabelecidas pelo gestor da unidade.

Afirmaram haver avaliação constante no plano de trabalho da unidade, com vistas à elevação da qualificação do trabalho e ao aumento da produtividade.

Informaram manter a realização de reuniões periódicas por videoconferência (pelo Zoom), bem como grupo de trabalho no aplicativo WhatsApp para discussão de questões administrativas e técnicas e para comunicação entre chefia e servidores.

Também foi apontada a utilização do aplicativo “evernotes” para fins de registro das atas das reuniões realizadas entre magistrado e servidores, nas quais são debatidas questões administrativas e processuais.

Esclareceram que o controle e o gerenciamento do acervo (produtividade, cumprimento de metas, movimentação, urgências etc.) é feito, basicamente, por meio das ferramentas disponíveis no sistema eproc, citando, como exemplo, os localizadores, e no sistema G4.

Acerca do G4, salientaram a importância da utilização dessa ferramenta gerencial e estatística, informando que a atualização de seu banco de dados é realizada diariamente pela divisão de informática do Tribunal.

Destacaram que o cumprimento da Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é prioridade no gabinete, assim como a redução do acervo.

Indagados acerca do regime de teletrabalho, esclareceram que, desde agosto de 2021 o gabinete está funcionando no sistema de rodízio entre os servidores para fins de cumprimento do percentual mínimo de trabalho presencial fixado pela Presidência do TRF4 – 20% do quadro da unidade. Dessa forma, cada servidor deve comparecer ao gabinete pelo menos uma vez por semana. Acrescentaram que já havia 4 servidores em regime de teletrabalho (regular) antes da pandemia da COVID-19.

Concluída a explanação dos processos de trabalho da unidade, a equipe de inspeção formulou indagações sobre dados estatísticos apontados no questionário.

No tocante ao aumento de cerca de 1.000 processos no acervo da unidade em relação à última inspeção (Itens 4.1 e 4.2), o gabinete apontou como causa provável a quantidade significativa de Mandados de Segurança (MS) impetrados contra atos de omissão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) referentes à implantação de benefícios previdenciários, em razão, precipuamente, da pandemia da COVID-19.

A desembargadora inspetora ressaltou a necessidade de acompanhamento dos embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias, já que não há informação sobre a quantidade de dias superior àquele indicador.

Em razão do mesmo motivo, também destacou a necessidade de acompanhamento dos processos com tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, por mais de 90 dias, e não submetida ao colegiado.

No tocante aos processos com requerimento de tutela provisória, o desembargador esclareceu que realiza o exame do pedido e devolve o processo para o localizador da ordem de antiguidade para evitar mudança da ordem de julgamento (que, na prática, configuraria conversão em preferência).

Com relação aos 8 processos conclusos ao Gabinete com voto-vista há mais de 30 dias apontados no Relatório (Item 4.16), os servidores da unidade afirmaram que 3 deles já foram julgados. Esclareceram que, em regra, são processos com sustentação oral, os quais são levados a julgamento na sessão subsequente à do pedido de vista.

Com relação aos 563 feitos sobrestados (Item 4.1), informaram que há um localizador interno próprio no gabinete, facilitando a rápida identificação e julgamento imediato dos processos com temas já decididos pelos Tribunais Superiores.

Sobre as pendências da autoinspeção e da inspeção anteriores, o chefe de gabinete esclareceu que todas as providências já foram adotadas.

Com relação às sessões de julgamento, informaram que são realizadas 2 sessões mensais da 6ª Turma, sendo uma telepresencial e outra virtual, e 1 sessão mensal da 3ª Seção.

No tocante às metas do CNJ (Item 5), foi observado o cumprimento de todas elas, o que reflete a qualidade do trabalho desenvolvido pelo magistrado e seus servidores.

Especificamente quanto à Meta 3 CNJ (Item 22) o gabinete esclareceu que antes da pandemia o magistrado mantinha contato presencialmente com procuradores do INSS e com os advogados das partes. O magistrado acrescentou que até pouco tempo atrás integrava o Gabinete da Conciliação e que o incentivo às medidas de composição consensual de conflitos já está internalizado na unidade.

Com relação ao plano de gestão, verificou-se que, embora haja na unidade a adoção de fluxos de trabalho organizados e sedimentados, é necessária sua formalização/documentação.

A Desembargadora inspetora ressaltou a necessidade da documentação do plano de trabalho, especialmente pela importância da preservação da memória institucional da unidade.

Por fim, os servidores exibiram à equipe de inspeção as principais ferramentas do sistema G4, explicando de forma detalhada seu funcionamento e demonstrando, de maneira prática, sua forma de utilização.

A equipe de inspeção colocou-se à disposição do gabinete para compartilhar experiências, se necessário.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 2.377 para 4.026). Considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 4.026 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 4.026.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 169, na última inspeção, para 206, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Apesar desses indicativos de aumento do acervo, percebe-se que a distribuição também aumentou, de modo que, proporcionalmente, houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período mais recente, consoante se verifica no item 4.18.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 8 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 14 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

36. RECOMENDAÇÕES

A unidade inspecionada (gabinete) está desenvolvendo um trabalho planejado, organizado, controlado e bem coordenado, digno de elogio.

Embora tenha sido verificado aumento no acervo de processos conclusos, essa situação decorre do aumento da distribuição. Além disso, a quantidade de processos julgados e baixados revelou proporcionalidade da produtividade em relação à inspeção anterior.

Nesse aspecto, observou-se a evolução positiva do acervo, cujos quantitativos não representavam, na data da entrevista, a realidade documentada no questionário preenchido previamente à inspeção.

Medidas que podem ser adotadas apenas a título de **aprimoramento** da unidade:

1. mapear as atividades, com a identificação dos processos de trabalho do gabinete (fluxograma) para favorecer o acompanhamento e o aperfeiçoamento das tarefas atribuídas aos servidores, bem como o adequado gerenciamento de riscos. O mapeamento do processo de trabalho possibilita a identificação da ocorrência de retrabalho e de sobreposição de atribuições, assim como a redução de contingências que possam afetar o atingimento das metas de trabalho. Ademais, o registro do processo de trabalho evita a perda da memória institucional da unidade;

2. retomar a prática de estimular a conciliação (Meta 3 CNJ) por meio de interlocução (diálogo) com o INSS e estabelecimento de relação interinstitucional para adoção de medidas que possam minimizar o grau de litigiosidade, reduzir o acervo e, ao final, contribuir com a pacificação social (como exemplo: estímulo à desistência de recurso nos feitos em que o interesse processual foi superado pelo valor ou pela pacificação jurisprudencial, judicial ou administrativa);

3. manter o zelo na apreciação distinta das situações de julgamento preferencial apontadas na entrevista (tutela jurídica provisória em sede de apelo ou em sede de Agravo de Instrumento);

4. manter prioridade no julgamento dos Agravos Legais/Regimentais e dos Embargos de Declaração conclusos há mais de 30 dias;

5. priorizar o julgamento dos processos conclusos para voto-vista.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

JUIZ FEDERAL JULIO GUILHERME BEREZOSKI SCHATTSCHNEIDER

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

GAB. 64 (Juiz Federal Julio Guilherme Berezoski Schattschneider) - RS01GA2SB

2.2 Turma

6ª Turma

2.3 Competência

Direito Previdenciário

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Juiz Federal Julio Guilherme Berezoski Schattschneider.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Evandro Luís Falcão - Analista Judiciário.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	2
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*:	
Total em tramitação**	8.671
Processos suspensos/sobrestados	1.841
Processos conclusos	7.934
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	8.671
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	7.604
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	7.934
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	7.234
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	1.841
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.794

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não houve.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma	Não houve mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio.

suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não houve mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não houve mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não houve.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não houve.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	10
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	1
Ações rescisórias	0
Outros	8

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	8.661
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	4
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	169
Outros	8.657

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	8.661
Apelações cíveis	7.538
Agravos de instrumento	980
Outros	143

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	1.841
Por IRDR	57
Por IAC	0

Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	534
Por Recurso Extraordinário	721

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	351
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	319
Agravos legais/regimentais	15
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	13
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	171
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	164

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	487
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	39

4.13 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	1.498
Ano anterior	1.263
2º ano anterior	880
3º ano anterior	659
4º ano anterior	341
5º ano anterior ou mais antigo	184

4.14 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	2.233
Ano anterior	1.676
2º ano anterior	1.123
3º ano anterior	853
4º ano anterior	660
5º ano anterior	335
6º ano anterior ou mais antigo	349

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição

Ano atual	2.584
Ano anterior	2.012
2º ano anterior	1.260
3º ano anterior	905
4º ano anterior	653
5º ano anterior	276
6º ano anterior	91
7º ano anterior ou mais antigo	153

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	1
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	1

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de Processos distribuídos	6.122
Total de Processos julgados	4.404
Total de Processos baixados	5.736
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	1.718
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	386

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	80
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	69
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	5.177
Processos julgados no ano anterior	4.264
Processos distribuídos no ano corrente	4.325
Processos julgados no ano corrente	2.882

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7.565
Pendentes em 31/12/2020	160
Porcentagem de atendimento da meta	97,88%

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.228
Pendentes em 31/12/2020	475
Porcentagem de atendimento da meta	85,29%

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5.818
Pendentes no último dia do mês anterior	334
Porcentagem de atendimento da meta	94,26%

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.979
Pendentes no último dia do mês anterior	624
Porcentagem de atendimento da meta	68,47%

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes em 31/12/2020	1
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2
Pendentes no último dia do mês anterior	1
Porcentagem de atendimento da meta	50%

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.

Taxa de congestionamento em 2020	0
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	0

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0

Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Não definida para TRF4.

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto

3424 - Usurpação de águas	0
3429 - Alteração de local especialmente protegido	0
3619 - Crimes contra a Fauna	0
3621 - Da Poluição	0
3622 - Agrotóxicos	0
3623 - Atividades Nucleares	0
3624 - Caça	0
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	0
3627 - Pesca	0
3651 - Crimes Agrários	0
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	0

9583 - Arrendamento Rural	0
10016 - Inspeção Fitossanitária	0
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	0
10085 - Água e/ou Esgoto	0
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	0
10091 - Terreno de Marinha	0
10094 - Terras Indígenas	0
10095 - Águas Públicas	0
10102 - Terras Indígenas	0
10103 - Terreno Aldeado	0
10104 - Restituição de área - FUNAI	0
10105 - Demarcação	0
10106 - Recursos Minerais	0
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	0
10110 - Meio Ambiente	0
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	0
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	0
10113 - Flora	0
10114 - Fauna	0
10115 - Transgênicos	0
10116 - Agrotóxicos	0
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	0
10119 - Gestão de Florestas Públicas	0
10396 - Ambiental	0
10397 - Sanitárias	0
10438 - Dano Ambiental	0
10986 - Crime contra a administração ambiental	0
11822 - Mineração	0
11823 - Reserva legal	0
11824 - Recursos Hídricos	0
11825 - Poluição	0
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	0
11827 - Zona Costeira	0
11828 - Área de Preservação Permanente	0

11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	0
11830 - Patrimônio Cultural	0
11836 - Parcelamento do Solo	0
11841 - Política Agrícola	0
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	0
11862 - Saneamento	0
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	0
9994 - Indenização por dano ambiental	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

a) Cumprir a recomendação do item 11 (processos pendentes da lista: 50218600920134047100 50001679820114047112 50084342520124047112, 50218600920134047100); b) Primar pelo cumprimento das metas do CNJ; c) Zelar pelo rápido julgamento de votos-vista, embargos de declaração, pedidos de tutela provisória, assim como o julgamento colegiado posterior às decisões monocráticas deferindo tutelas provisórias, haja vista o quantitativo apontado nos itens 4.11 e 4.12; e d) Considerando a evolução do acervo retratada no item 4.2, encaminhar à Corregedoria-Geral um plano de gestão, contemplando metas gerais e específicas, com o objetivo de incrementar a redução do estoque, priorizando os mais antigos.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a, b, c - destaque de servidores para atuarem nos processos mais antigos do gabinete e adequação do sistema de análise dos EDs e decisões liminares.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

d - Acompanhamento da produção da equipe; investir na triagem dos processos; utilizar as ferramentas do sistema que auxiliam na produtividade.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim. Meta 1/2020, Meta 2/2019 e Meta 2/2020. Destaque de três colegas para trabalharem exclusivamente com os processos mais antigos. Revisão do sistema de trabalho nos embargos de declaração. Acompanhamento mensal do cumprimento das metas de produção.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O aumento da carga de trabalho é desproporcional com o quadro de servidores, que vem sendo reduzido e não repostos. Como sugestão de boas práticas, já adotadas por esta unidade, indicamos o sobrestamento de processos com a ferramenta do eproc e a automatização de localizadores em auxílio à triagem dos processos.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Juliano Ribas Mazzucco

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A unidade está organizada da seguinte forma: [a] dois servidores em cargo de gestão, com assessoramento ao magistrado, administração do trabalho e do pessoal, triagem de toda a distribuição, organização de toda a pauta, elaboração de minutas de despachos e decisões, atendimento do telefonemas das partes e advogados, agendamento de atendimento com o magistrado; [b] dois estagiários, que atuam na produção de decisões e votos padronizados e em processos menos complexo sendo revisado seu trabalho; [c] dois colegas trabalhando com agravos de instrumento, cada um com suas matérias; [d] 10 colegas restantes trabalham com os demais recursos, com especialização de matéria.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Atualmente, com exceção dos assessores, os demais servidores do gabinete estão em teletrabalho em razão das medidas sanitárias adotadas neste Corte durante a pandemia COVID-19.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Integral

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

A produtividade que era exigida no gabinete antes do início do teletrabalho em razão do COVID-19.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Há o estabelecimento de metas individuais de acordo com a matéria, o tipo de processo e a capacitação do servidor. Não se atingindo as quotas estabelecidas a assessoria procura conversar com o servidor para saber quais as dificuldades e tentar auxiliar na melhora da produtividade.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há processos físicos.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Processos estão organizados em localizadores do eproc de acordo com a matéria ou com o servidor que analisará o processo.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle é feito através de anotações no sistema eproc e através de localizadores específicos no gabinete.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Há metas individuais que variam de acordo com a matéria, o tipo de processo e a capacitação do servidor. A verificação é feita de forma periódica, mas sem uma regularidade na frequência, no mínimo mensal.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Atualmente há um grupo de servidores atuando apenas com os processos mais antigos do gabinete. As prioridades legais, tais como idade e doenças graves, são repassadas para os colegas que trabalham com as respectivas matérias para elaboração das minutas.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, especialmente aquelas decisões cujo conteúdo esteja vinculado a teses jurídicas firmadas em recursos repetitivos nos Tribunais Superiores.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

São elaborados modelos para votos e decisões que são armazenados como “texto-padrão” no eproc, possibilitando constantes alterações para fins de aprimoramento ou adequação as eventuais mudanças de entendimento da Turma.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Através de reuniões do grupo de trabalho, especialmente após alterações legislativas relevantes.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Controle é feito via ferramenta do eproc e as principais matérias são as seguintes: Tema STF 616 - incidência do fator previdenciário, Tema STJ 1.070 - atividades concomitantes, Tema STJ 1.083 - método de aferição do ruído; Tema STJ 692 - devolução de valores recebidos de boa-fé.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

A conciliação é estimulada por via institucional, em setor específico do TRF4.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Em média de duas sessões.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Através de pesquisa no site do Tribunal conforme a necessidade de cada processo.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, via sistema eproc.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

São realizadas diretamente em ferramenta criada e disponibilizada no eproc.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos	
a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	O gabinete não está com sua lotação completa, remanescendo duas vagas sem gratificação em aberto. O gabinete de Juiz convocado possui uma estrutura menor que a de um gabinete de Desembargador Federal.
b) gestão do trabalho	Conduzida segundo as diretrizes fixadas juntamente com o magistrado.
c) resultados	Apesar do esforço coletivo houve aumento no acervo em razão das dificuldades impostas pela pandemia COVID-19 à produtividade do trabalho, bem como em razão da elevada distribuição de processos.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?
Redução dos processos antigos (distribuídos 2015/2016), redução dos embargos de declaração e redução geral do acervo.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?
Destaque de três colegas para trabalharem exclusivamente com os processos mais antigos. Atuação do magistrado na resolução dos embargos de declaração. Acompanhamento mensal do cumprimento das metas de produção.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?
O teletrabalho deve ser ampliado com o retorno da "normalidade". Realização de reuniões semanais para definição e acompanhamento de metas, bem como para exposição de assuntos pertinentes à produção de decisões.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?
Através de triagens pautadas no critério cronológico, bem como em razão das petições e telefonemas de advogados.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50343241520194040000	11/8/2019	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Pautado e julgado na sessão de 22/9/2021.		
50471316720194040000	8/11/2019	Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Proferida decisão de extinção sem análise do mérito, por prejudicado o agravo. Partes intimadas, aguarda decurso do prazo.		
50470944020194040000	7/11/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguarda julgamento, será dada prioridade.		
50443740320194040000	21/10/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguarda julgamento, será dada prioridade.		
50490124520204040000	14/10/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguarda julgamento, será dada prioridade.		
50074952320144047129	8/3/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pautado para sessão de 6/10/2021.		
50164724120204040000	4/5/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo de Instrumento para sessão de 6/10/2021, prejudicado o agravo interno.		
50124661020114047112	17/4/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pautado para sessão de 6/10/2021.		
50296982620194049999	24/8/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Agravo interno apresentado contra decisão da Vice-Presidência, que se retratou e enviou à turma para exame de retratação pelo Tema STJ 995. Aguarda Julgamento da retratação, que chegou em agosto de 2021.		
50029177720144047109	6/4/2021	Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Relator é outro magistrado, Desembargador Federal Rogério Favreto.		
50430036720204040000	9/9/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Aguarda julgamento, será dada prioridade.		
50217719620204040000	31/5/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Indeferido o pedido de tutela, será dada prioridade para julgamento do mérito do pedido.		
50502908120204040000	21/10/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Aguarda julgamento, será dada prioridade.		
50050754820214040000	10/2/2021	Reclamação (Turma)
Observação/Providência: Aguarda julgamento dos embargos. Será dada prioridade.		
50138384820204049999	24/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Enviado à desembargadora que pediu vista.		
50120301920134047100	15/8/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Embargos julgados na sessão de 22/9/2021.		
50072667920164047101	14/6/2018	Apelação Cível

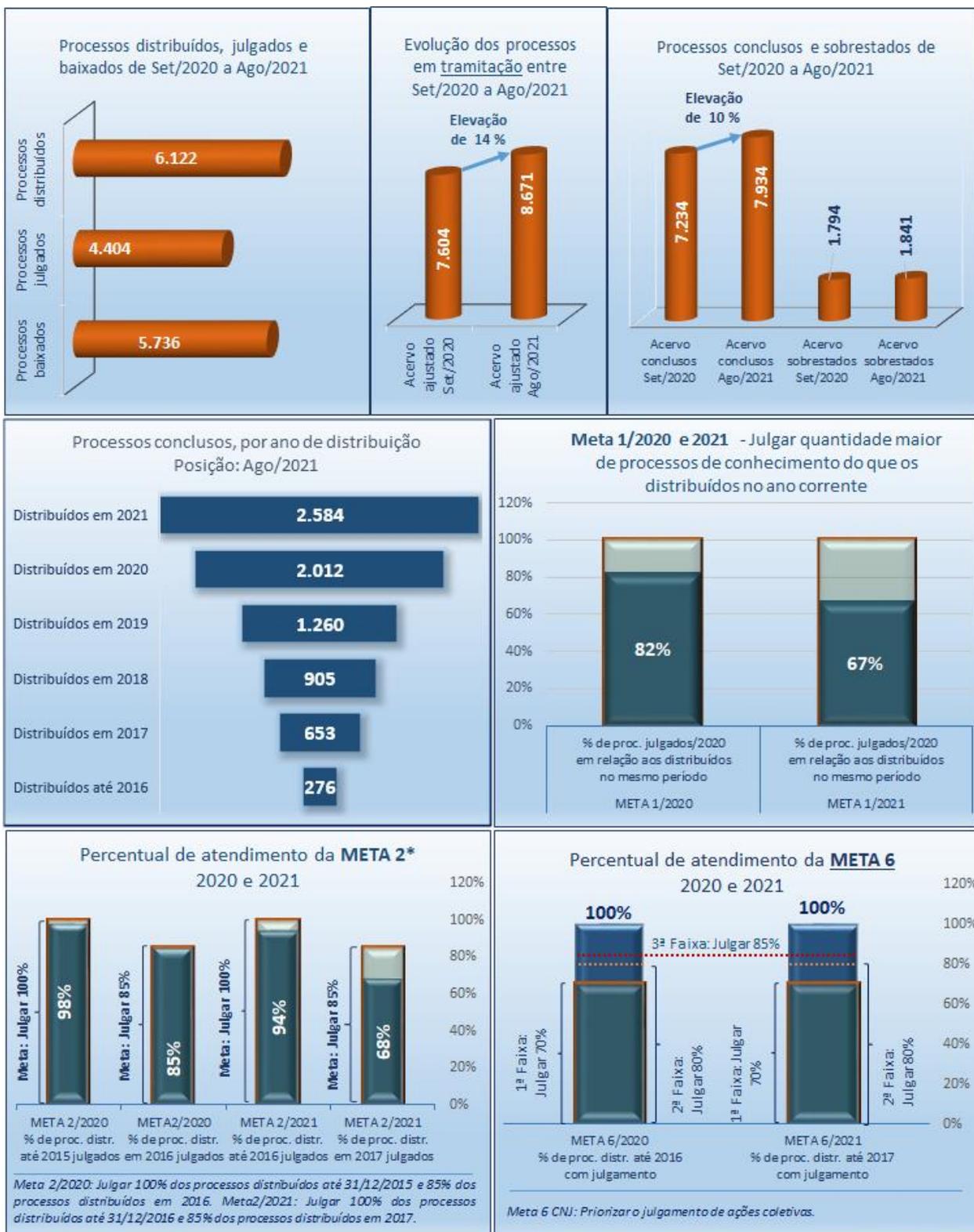
Observação/Providência: Aguarda julgamento dos embargos. Será dada prioridade.		
50446937920174047100	6/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguarda julgamento dos embargos, será dada prioridade.		
50220452320134047108	9/5/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguarda julgamento dos embargos. Será dada prioridade.		
50003787320114047100	29/3/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 7/6/2019, opostos Embargos de Declaração, aguarda julgamento dos embargos.		
50492378120154047100	12/4/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguarda julgamento dos embargos, será dada prioridade.		
50512181920134047100	7/7/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguarda julgamento dos embargos, será dada prioridade.		
50218934620194040000	22/5/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Pautado para sessão de 6/10/2021.		
50269045620194040000	25/6/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Sobrestado pelo Tema STJ 1018, aguarda julgamento do Tribunal Superior.		
50361524620194040000	23/8/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguarda julgamento, será dada prioridade.		
50396046420194040000	16/9/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguarda julgamento, será dada prioridade.		
50426523120194040000	9/10/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguarda julgamento, será dada prioridade.		
50437392220194040000	16/10/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguarda julgamento, será dada prioridade.		
50022795820114047009	29/10/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pautado para sessão de 6/10/2021.		
50071047120134047107	14/11/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Pautado para sessão de 6/10/2021.		
50109545520124047112	19/2/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pautado para sessão de 6/10/2021.		
50019002220134047212	25/2/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pautado para sessão de 6/10/2021.		
50008563120144047115	5/5/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pautado para sessão de 6/10/2021.		
50227944020134047108	7/5/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguarda julgamento. Será dada prioridade.		

50109041020134047107	13/5/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pautado para sessão de 6/10/2021.		
50022805420134047112	3/6/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pautado para sessão de 6/10/2021.		
50037831020134047113	18/6/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Pautado para sessão de 6/10/2021.		
50023730820134047115	19/8/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguarda julgamento, será dada prioridade.		
50049812520124047111	22/8/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pautado para sessão de 6/10/2021.		
50322474320184049999	5/9/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguarda julgamento. Será dada prioridade.		
50062926620174047114	9/1/2019	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Julgado na sessão de 8/9/2021, acórdão publicado, aguarda decurso de prazo.		
50020323720134047129	27/6/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguarda julgamento dos embargos.		
50002723720184047110	14/7/2019	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Transitado em julgado, baixado em 3/9/2021.		
50028531520104047107	18/7/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo Tema STF 616 - fator previdenciário, aguarda julgamento pelo Tribunal Superior.		
50200084620194047000	26/9/2019	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Retornados do STJ para aplicar Tema 704, aguarda julgamento. Será dado prioridade.		
50270991720194049999	15/8/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguarda julgamento. Será dada prioridade.		
50061611020114047112	28/10/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguarda julgamento. Será dada prioridade.		
50297095520194049999	4/9/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguarda julgamento. Será dada prioridade.		
50297104020194049999	13/03/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Estava sobrestado, processo digitalizado, aguarda julgamento. Será dada prioridade		
50297112520194049999	11/1/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Estava sobrestado, processo digitalizado, aguarda julgamento. Será dada prioridade.		
50297121020194049999	28/11/2012	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Estava sobrestado, processo digitalizado, aguarda julgamento. Será dada prioridade.		
50297363820194049999	5/9/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo Tema STF 616. Aguarda Julgamento de Tribunal Superior.		
50297372320194049999	17/8/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo Tema STF 616. Aguarda Julgamento de Tribunal Superior.		
50297399020194049999	20/7/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo Tema STF 616. Aguarda Julgamento de Tribunal Superior.		
50297728020194049999	20/7/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo era físico e estava sobrestado pelo Tema STF 503, já julgado. Aguarda julgamento, será dada prioridade.		
50300049220194049999	26/7/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em março de 2017, baixado à origem. Retornou em novembro/2019 pelo indeferimento da aposentadoria já reconhecida em juízo. Aguarda apreciação, será dada prioridade.		
50373653020194047100	16/12/2019	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Aguarda julgamento, será dada prioridade.		
50023032520204049999	5/11/2014	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Pautado para sessão de 6/10/2021.		
50002288020114047201	30/5/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pautado para sessão de 6/10/2021.		
50082610220194047000	1º/9/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguarda julgamento. Será dada prioridade.		
50127791220134047108	2/7/2014	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Pautado para sessão de 6/10/2021.		
50043542520104047100	3/8/2012	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Pautado para sessão de 6/10/2021.		
50037108220104047100	21/1/2013	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Pautado para sessão de 6/10/2021.		
50012218720204047111	8/6/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recebido para retratação sobre Tema STJ 905, pautado para sessão de 6/10/2021.		
50225553120114047100	10/11/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recebido para retratação sobre o Tema STF 503. Aguarda julgamento da retratação. Será dada prioridade.		
50039256720204047113	24/9/2009	Apelação Cível

Observação/Providência: Enviado para Vice-Presidência apreciar REsp devolvido pelo STJ.		
50157078020144040000	10/7/2014	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Remetidos à Secretaria de Registros e Informações Processuais para redistribuição.		
50384386020204040000	13/8/2020	-
Observação/Providência: Acórdão publicado em 23/9/2021.		
50166127520204040000	4/5/2020	-
Observação/Providência: Enviado ao magistrado relator p/ acórdão.		
50134404220144047112	15/12/2015	-
Observação/Providência: Enviado ao relator p/ acórdão.		
50498047320194047100	9/7/2020	-
Observação/Providência: Acórdão publicado no eproc em 14/4/2021, intimação do acórdão efetivada em 23/9/2021.		
50552931720204040000	22/11/2020	-
Observação/Providência: Remetido ao desembargador relator p/ acórdão.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 75 processos selecionados, todos são eletrônicos e foram inspecionados.

Destes, 32 processos demandam providências, correspondendo ao percentual de 42,666% do acervo inspecionado.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) incluir em pauta de julgamento, no período de até 120 dias, os seguintes processos (conclusos há mais de 180 dias):

50002723720184047110	50003787320114047100	50050754820214040000
50492378120154047100	50552931720204040000	50020323720134047129
50200084620194047000	50220452320134047108	50300049220194049999
50373653020194047100	50430036720204040000	50446937920174047100
50029177720144047109	50061611020114047112	50220452320134047108
50225553120114047100	50361524620194040000	50396046420194040000
50437392220194040000	50470944020194040000	50502908120204040000
50100644420194049999	50138384820204049999	50100644420194049999
50082610220194047000	50227944020134047108	50297728020194049999
50426523120194040000	50443740320194040000	50490124520204040000
50512181920134047100		

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada em 21/10/2021, das 10h às 12h30, de forma presencial.

Dela participaram o Juiz Federal Convocado Júlio Schattschneider e os servidores Evandro Luís Falcão, assessor, e Juliano Ribas Mazzucco, assessor adjunto.

Preliminarmente, a magistrada inspetora explicou que as indagações e os esclarecimentos solicitados durante a entrevista são necessários para fins de complementação dos dados constantes no questionário do Conselho da Justiça Federal (CJF), para melhor compreensão das informações nele lançadas.

Acrescentou que, embora a ação da inspeção mais lembrada seja a sancionatória, o monitoramento e o acompanhamento das unidades jurisdicionais e administrativas inspecionadas também englobam a orientação, o compartilhamento de experiências e a troca de aprendizados, sempre com vistas ao aperfeiçoamento e ao aprimoramento das atividades desenvolvidas, para o alcance da maior eficiência e eficácia possíveis.

De início, foi esclarecido que o quadro funcional de gabinete de juiz federal Convocado é composto por 15 servidores, ao passo que o de gabinete de desembargador federal é de 18 servidores.

Segundo informado, o gabinete possui, atualmente, 14 servidores, dos quais 2 são recém-empossados e ainda estão em fase de familiarização com as matérias dos processos.

O juiz federal esclareceu não haver distribuição de processos de competência da 3ª Seção ao gabinete, ressalvando, no entanto, participar de sessões de julgamento dos feitos de competência da Seção quando há necessidade de complementação de *quórum* para os fins do artigo 942 do Código de Processo Civil (CPC).

Em seguida, a equipe de inspeção formulou indagações e solicitou esclarecimentos, bem como complementação dos dados estatísticos constantes no questionário, tendo sido colhidas as seguintes informações.

Com relação aos embargos de declaração (item 4.11), foi tornado claro que a quantidade de processos lançada no questionário reflete a situação do gabinete na data do preenchimento dos dados, a qual já não mais representava a situação atual.

A Desembargadora inspetora orientou o gabinete a solicitar ao setor de estatística a lista dos processos com indicação de embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias, ainda que seja por amostragem. Dessa forma, é possível o aperfeiçoamento dos filtros disponíveis no sistema G4 e a eliminação de eventual discrepância de dados.

A assessoria informou que a quantidade de processos em tramitação por classe no gabinete indicados no relatório (item 4.6) – cerca de 8.000 – não condiz com a quantidade efetiva.

A equipe de inspeção esclareceu que os dados do relatório representam a realidade próxima aos 60 dias anteriores à data da inspeção.

Indagado a respeito do estabelecimento de uma nova prática referente à apreciação dos embargos de declaração, objeto da Reclamação Disciplinar n. 0003816-11.2020.4.90.8000, em tramitação na Corregedoria, o juiz federal prestou os seguintes esclarecimentos.

Afirmou ter sido convocado para o Tribunal em junho de 2019 e que a situação do gabinete era bastante desfavorável, especialmente em razão do grande acervo de processos com data de distribuição antiga (desde 2013) pendentes de julgamento.

Tratava-se de processos redistribuídos, os quais não haviam sido apreciados pelos magistrados que o antecederam no gabinete, mas passaram a ter prioridade de julgamento.

Acrescentou ter adotado metodologia específica para análise dos embargos de declaração, os quais são triados e minutados **exclusivamente** por ele próprio. Afirmou ter conseguido mudar a “cultura de interposição de embargos de declaração” pelos advogados, o que lhe demandou tempo e dedicação.

Como exemplo, citou a realização de intimação prévia dos advogados para manifestação de interesse na apreciação dos embargos, tendo em vista o nítido caráter protelatório da maior parte deles.

Com a adoção dessa e de outras medidas, conseguiu reduzir, de forma expressiva, a quantidade de embargos de declaração intepostos em face de suas decisões. Afirmou

haver interposição de embargos de declaração em menos de 8% de suas decisões, ao passo que o percentual de interposição desse recurso alcança o patamar de 20% em relação às decisões dos demais magistrados das outras turmas que julgam a mesma matéria.

Acrescentou ter havido desistência de cerca de 70% dos embargos de declaração interpostos desde a sua convocação.

O magistrado afirmou que, até o final deste ano, procederá ao julgamento de todos os embargos de declaração dos anos de 2020 e 2021.

Com relação ao item 4.12 do questionário, a equipe de inspeção indagou a respeito do tratamento dado aos processos com pedido de **tutela jurídica provisória** pendente de apreciação há mais de 10 dias.

A assessoria informou que, de modo geral, o acompanhamento dos pedidos de tutela é feito mediante a realização de triagem dos processos para verificação das urgências.

Foi explicado que, muitas vezes, o advogado utiliza o pedido de tutela como forma de burlar a ordem de julgamento, já que esses pedidos possuem tramitação prioritária.

Segundo informado, o sistema permite ao usuário externo a sinalização do processo no qual a antecipação de tutela é requerida e impede a realização da alteração da classificação do feito como prioritária.

No tocante ao quantitativo de processos com tutela concedida por decisão de relator há mais de 90 dias sem submissão ao colegiado (39), a Desembargadora esclareceu que o item não inclui o cumprimento provisório da sentença.

O magistrado afirmou que seria necessária a verificação de todos os processos para identificação daqueles em que a tutela foi efetivamente concedida por ele para então levar a julgamento pelo colegiado.

A equipe de inspeção então solicitou o envio da listagem dos 39 processos com tutela concedida por decisão de relator há mais de 90 dias sem submissão ao colegiado.

Com relação aos processos conclusos para voto-vista, foi confirmado haver apenas 1 processo pendente há mais de 30 dias, ao qual será dada prioridade para a inclusão em pauta de julgamento.

A equipe de inspeção ressaltou a necessidade de acompanhamento dos processos com conclusão superior a 30 dias, já que não há informação da quantidade de dias superior a esse indicador.

Ainda a respeito dos dados estatísticos, foi indagado ao gabinete se há conhecimento do percentual de distribuição de processos por matéria/assunto para dimensionamento da força de trabalho e estabelecimento de metas.

O gabinete informou não possuir esses dados, mas afirmou ter ciência de que os processos de aposentadoria por tempo de contribuição com período especial representam a maior parte da distribuição.

Questionados sobre a possível causa do aumento significativo da quantidade de processos distribuídos ao gabinete em relação à inspeção anterior, os servidores afirmaram que, provavelmente, em razão da pandemia da COVID-19, os advogados devem estar retomando as atividades de forma mais efetiva.

O magistrado reiterou ter como prioridade o julgamento dos processos antigos para que, ao final de sua convocação, em 2023, não mais remanesçam processos com data de distribuição anterior a 2019.

A respeito dos itens 5.6 e 5.7 (Meta 4/2020 CNJ), afirmaram não possuir no acervo nenhum processo relativo à corrupção e à improbidade administrativa, nem processo relativo a crimes contra a administração pública, conquanto haja no relatório a indicação de haver 1 processo. Não souberam esclarecer o dado estatístico apontado, referindo a possibilidade de tratar-se de erro de sistema.

A equipe de inspeção orientou ao gabinete a formulação de questionamento ao setor de estatística acerca dos dados informados, reputados incorretos, para fins de retificação ou exclusão, e solicitou aos servidores as respectivas cópias dos extratos dos processos indicados naqueles itens do relatório.

A respeito do item “*pendências da última inspeção*” (item 6.1), os servidores não souberam informar, no momento da entrevista, se as determinações relativas aos 4 processos indicados haviam sido cumpridas. A equipe de inspeção solicitou, então, cópias dos extratos dos processos.

Especificamente sobre a recomendação “*primar pelo cumprimento da Metas do CNJ*”, a Desembargadora inspetora enfatizou a necessidade de sua observância já que, no tribunal, elas têm sido cumpridas quase que integralmente por todos os demais magistrados.

No tocante à **autoavaliação** da unidade, a equipe de inspeção indagou sobre a existência de processo de trabalho formalizado.

O gabinete informou não possuir plano de gestão documentado.

A Desembargadora destacou o papel primordial da formalização do plano de gestão para o alcance dos objetivos da unidade – redução do acervo e minimização dos riscos de não atingimento do objetivo proposto –, bem como para a preservação da memória institucional das atividades desenvolvidas na unidade judiciária e o favorecimento da ambientação mais rápida dos servidores recém-empocados. Ressaltou a utilização da conciliação/mediação como importante medida de redução do grau de litigiosidade.

O gabinete comprometeu-se a apresentar um plano de gestão formal, com metas e objetivos.

No tocante ao item 8, a equipe de inspeção esclareceu que a resposta lançada no questionário não contempla propriamente a descrição do processo de trabalho, pois nela nem sequer foram apontadas as etapas dos fluxos das atividades desenvolvidas pelo gabinete.

O magistrado manifestou sua insatisfação com o fato de o trabalho de inspeção do CJF não redundar em crítica ao sistema processual, destacando a necessidade de promoção de racionalização do sistema ou de reforma do Código de Processual Civil por meio de “pressão” do CJF ou do CNJ nesse sentido.

Lamentou, ainda, o fato de os órgãos correicionais não concluírem que os problemas enfrentados pelo Poder Judiciário estão no “sistema” e não nas unidades jurisdicionais.

Defendeu a necessidade de se racionalizar, urgentemente, o sistema, por reputar desgastante realizar um trabalho que “ninguém vê”.

A Desembargadora inspetora esclareceu haver previsão no Código de Processo Civil (art. 1.069) de avaliação periódica da efetividade das normas processuais, de modo que o magistrado poderá colaborar para isso encaminhando ao CNJ suas sugestões.

Com relação à produtividade, os assessores informaram haver metas individuais que variam de acordo com a matéria, o tipo de processo e a capacitação do servidor, cujo cumprimento é verificado mensalmente.

Nesse aspecto, foi esclarecido que mesmo não tendo havido alteração das cotas em razão da pandemia da COVID-19, houve queda considerável da produtividade do gabinete.

Os assessores relataram as dificuldades enfrentadas pelos servidores da unidade durante a pandemia, destacando o afastamento de uma colega para tratamento de saúde (licença) e os desafios inerentes ao treinamento/capacitação remota dos servidores empossados no período.

Externaram, ainda, insatisfação com o fato de o questionário não possuir indagações sobre questões voltadas à higidez dos servidores, sobretudo diante do trabalho realizado durante o quadro da pandemia.

Por fim, a equipe de inspeção exibiu alguns dos fluxogramas de trabalhos desenvolvidos pelos servidores do gabinete da desembargadora inspetora e se colocou à disposição da unidade para compartilhar experiências, se necessário.

Após a entrevista, e diante das informações complementares solicitadas pela equipe de inspeção, o gabinete encaminhou, via e-mail, os seguintes dados:

“4.12. Processos com tutela provisória pendente:

Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado - 39

Processos com efetiva tutela deferida, temos menos de 10. Conforme esclarecido na entrevista, a grande maioria são pedidos de prioridade lançados no Eproccomo pedido de tutela ou pedido de tutela que, na realidade, trata-se de cumprimento provisório de sentença, em que o advogado postula no Tribunal como tutela para cumprimento da parte incontroversa da sentença.

Exemplos de pedido de tutela que, na realidade, trata-se de cumprimento provisório de sentença, em que o advogado postula no Tribunal como tutela para cumprimento da parte incontroversa da sentença:

Proc. 5023173-10.2015.4.04.7108, deferida a averbação dos períodos reconhecidos na sentença (Decisão evento 5), advogado apresentou pedido de tutela, não há apelo do INSS, apenas da parte e não é caso de remessa

Proc. 50025870820134047112, deferida concessão do benefício (Decisão Evento 19), sentença concedeu e apelo do INSS discute apenas honorários e Tema STF 709 (necessidade de afastamento da atividade), apelo da parte discute o mérito

Proc. 50067246720124047112, deferida averbação dos períodos reconhecidos na sentença (Decisão Evento 3), apelo do INSS apenas sobre correção e juros, o apelo da parte que ataca o mérito

Proc. 50052623720184049999, deferida averbação dos períodos reconhecidos na sentença e que não foram objeto de apelo do INSS (Decisão Evento 19)

5.6. META 4/2020 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017):

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados 1

Proc. 50010554320154047204, redistribuído para um dos gabinetes da Turma Regional Suplementar de SC

6.1 Houve recomendação da última inspeção?

a) Cumprir a recomendação do item 11 - processos da lista:

50218600920134047100 - julgado na sessão virtual de 18/9/2019, transitado em julgado e baixado em 8/10/2019

50001679820114047112 - julgado na sessão de 11/12/2019, transitado em julgado e baixado em 26/5/2020

50084342520124047112 - julgado mérito na sessão de 19/10/2020, julgado embargos na sessão de 5/5/2021, decisão por maioria, prosseguimento do julgamento dos embargos pelo art. 942 do CPC na sessão de 2/6/2021. Interposto RE, remetido à Secretaria de Recursos em 15/9/2021, concluso na Vice-Presidência para admissibilidade

50218600920134047100 - julgado na sessão de 18/9/2019, transitado em julgado e baixado em 8/10/2019

Acerca do plano de gestão e da descrição do processo de trabalho, a assessoria informou que tratará dessas pendências com o magistrado para posterior envio.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 5.283 para 7.934). Considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 7.234 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 7.934.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 455, na última inspeção, para 351, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 21 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 3ª Seção, equivale a 14 meses. Trata-se de indicador que merece destaque por ser superior à média da Seção.

36. RECOMENDAÇÕES

A unidade inspecionada (gabinete) está inserida em um **contexto maior** (todo), de modo que uma **avaliação isolada** (parte) pode não refletir fielmente suas condições de trabalho, pois, ainda que sejam atribuídas tarefas diferentes a diversas pessoas/setores, elas devem estar conectadas para alcançar o objetivo institucional do Poder Judiciário: pacificação social. É necessária uma visão geral do TRF4 para compreender os processos de trabalho existentes e suas particularidades.

Nessa diretriz, a competência é **premissa** para direcionar o olhar mais amplo. O gabinete, integrante da 6ª Turma, dedica-se a questões relacionadas ao Regime Geral de Previdência Social (RPGS) e ao fornecimento de medicamentos e tratamentos médicos-hospitalares. Todas as matérias sob sua jurisdição têm tendência de **elevação** do grau de litigiosidade, sobretudo após a pandemia da COVID-19.

Ademais, pelo colhido na inspeção, os gabinetes ocupados por juízes convocados possuem mais rotatividade de servidores do que os de desembargadores, fragilizando o fluxo das atividades desenvolvidas e, por consequência, a produtividade.

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

1. **cumprir** as recomendações do item 33;

2. mapear as atividades, com a identificação dos processos de trabalho do gabinete (fluxograma) para favorecer o acompanhamento e o aperfeiçoamento das tarefas atribuídas aos servidores, bem como o adequado gerenciamento de riscos. O mapeamento do processo de trabalho possibilita a familiaridade dos servidores com a matéria de forma mais rápida, a identificação da ocorrência de retrabalho e de sobreposição de atribuições, assim como a redução de contingências que possam afetar o atingimento das metas de trabalho. Ademais, o registro do processo de trabalho evita a perda da memória institucional da unidade, como aposentadoria, relotação, entre outros eventos;

3. manter a priorização do julgamento dos embargos de declaração, sobretudo dos conclusos há mais de 30 dias;

4. proferir voto-vista no processo apontado no item 4.16;

5. priorizar o julgamento dos processos relativos à Meta 2/2021/CNJ (distribuídos até 31/12/2017);

6. aprimorar a triagem dos processos com pedido de tutela provisória pendente de apreciação há mais de 10 dias (487) e **priorizar** o julgamento daqueles que efetivamente referirem-se à tutela jurídica provisória e não ao cumprimento de sentença;

7. submeter ao colegiado os processos com tutela concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias.

8. estimular a conciliação (Meta 3/CNJ) por meio de interlocução (diálogo) com o INSS e estabelecimento de relação interinstitucional para adoção de medidas que possam minimizar o grau de litigiosidade, reduzir o acervo e, ao final, contribuir com a pacificação social (como exemplo: estímulo à desistência de recurso nos feitos em que o interesse processual foi superado pelo valor ou pela pacificação jurisprudencial, judicial ou administrativa). O dever de incentivar a conciliação (artigo 3º, § 3º, do Código de Processo Civil) não se exaure no mero acolhimento de **pedido** da parte interessada para remessa do processo ao setor especializado à construção de consenso. Para isso, é necessário o diagnóstico do acervo (quantitativo de processos por matérias/assuntos).

Analisado o relatório de inspeção e considerados os dados fornecidos pelo setor de estatística do tribunal inspecionado, a unidade enquadra-se nos parâmetros fixados para inclusão em sistema de monitoramento da gestão do acervo mediante inclusão no Plano de Acompanhamento Permanente de que trata o Provimento CG-CJF n. 6/2021.

Especificamente quanto ao cumprimento das Metas 1 e 2 do CNJ, o gabinete inspecionado está assim situado em relação à 3ª Seção:

1. Porcentagem de atendimento da Meta 1/CNJ:

1.1. Dados de setembro/2020 a agosto/2021 = 69% (média da 3ª Seção = 96%);

2. Porcentagem de atendimento da Meta 2/2021/CNJ (distribuídos até 31/12/2017):

2.1. Dados de setembro de 2021: 68,47% (média da 3ª Seção = 93,40%).

GABINETES INTEGRANTES DA TURMA REGIONAL SUPLEMENTAR DO PARANÁ

DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargador Federal Márcio Antônio Rocha - GAB 102.

2.2 Turma

Turma Regional Suplementar do Paraná.

2.3 Competência

Processar e julgar os feitos relativos à previdência e assistência social, mesmo quando versem sobre benefício submetido a regime ou condições especiais ou, ainda, complementado, assim como os feitos relativos ao fornecimento de medicamentos e tratamentos médico-hospitalares.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Márcio Antonio Rocha.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Gelson Luiz Richetti e Denise Gaio Schütt, Assessor e Chefe de Gabinete respectivamente.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	16
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	4
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)	
Total em tramitação**	4.537
Processos suspensos/sobrestados	577
Processos conclusos	3.548
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	4.793
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	8.462
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	3.548
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	6.132
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	396
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	196

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	não.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prejudicado
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Prejudicado
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	89
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	2
Reclamações	0
Ações rescisórias	77
Outros	11

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	4.448
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	85
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1.397
Outros	4.363

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	4.448
Apelações cíveis	3.389
Agravos de instrumento	670
Outros	389

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	577
Por IRDR	0
Por IAC	0

Por Arguição de Inconstitucionalidade	1
Por Recurso Especial	452
Por Recurso Extraordinário	107

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	296
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	30
Agravos legais/regimentais	44
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	23
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	4
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	1

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	54
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	22

4.13 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	2.862
Ano anterior	2.136
2º ano anterior	1.008
3º ano anterior	506
4º ano anterior	105
5º ano anterior ou mais antigo	13

4.14 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	3.369
Ano anterior	1.639
2º ano anterior	840
3º ano anterior	188
4º ano anterior	43
5º ano anterior	8
6º ano anterior ou mais antigo	29

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição

Ano atual	2.115
Ano anterior	1.251
2º ano anterior	133
3º ano anterior	35
4º ano anterior	6
5º ano anterior	2
6º ano anterior	0
7º ano anterior ou mais antigo	6

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	3
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de Processos distribuídos	6.446
Total de Processos julgados	9.279
Total de Processos baixados	10.956
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-2.833
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-4.510

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	89
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	52
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	7.162
Processos julgados no ano anterior	9.873
Processos distribuídos no ano corrente	4.529
Processos julgados no ano corrente	4.819

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2020	-
Porcentagem de atendimento da meta	-

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2020	-
Porcentagem de atendimento da meta	-

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes no último dia do mês anterior	-
Porcentagem de atendimento da meta	-

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.437
Pendentes no último dia do mês anterior	2
Porcentagem de atendimento da meta	99,94

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.

Taxa de congestionamento em 2020	40.33
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	Não se aplica

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0

Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Não se aplica.

5.15. META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)

3424 - Usurpação de águas	Não se aplica
3429 - Alteração de local especialmente protegido	Não se aplica
3619 - Crimes contra a Fauna	Não se aplica
3621 - Da Poluição	Não se aplica
3622 - Agrotóxicos	Não se aplica
3623 - Atividades Nucleares	Não se aplica
3624 - Caça	Não se aplica
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	Não se aplica
3627 - Pesca	Não se aplica
3651 - Crimes Agrários	Não se aplica

4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	Não se aplica
9583 - Arrendamento Rural	Não se aplica
10016 - Inspeção Fitossanitária	Não se aplica
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	Não se aplica
10085 - Água e/ou Esgoto	Não se aplica
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	Não se aplica
10091 - Terreno de Marinha	Não se aplica
10094 - Terras Indígenas	Não se aplica
10095 - Águas Públicas	Não se aplica
10102 - Terras Indígenas	Não se aplica
10103 - Terreno Aldeado	Não se aplica
10104 - Restituição de área - FUNAI	Não se aplica
10105 - Demarcação	Não se aplica
10106 - Recursos Minerais	Não se aplica
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	Não se aplica
10110 - Meio Ambiente	Não se aplica
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	Não se aplica
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	Não se aplica
10113 - Flora	Não se aplica
10114 - Fauna	Não se aplica
10115 - Transgênicos	Não se aplica
10116 - Agrotóxicos	Não se aplica
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	Não se aplica
10119 - Gestão de Florestas Públicas	Não se aplica
10396 - Ambiental	Não se aplica
10397 - Sanitárias	Não se aplica
10438 - Dano Ambiental	Não se aplica
10986 - Crime contra a administração ambiental	Não se aplica
11822 - Mineração	Não se aplica
11823 - Reserva legal	Não se aplica
11824 - Recursos Hídricos	Não se aplica
11825 - Poluição	Não se aplica
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	Não se aplica
11827 - Zona Costeira	Não se aplica

11828 - Área de Preservação Permanente	Não se aplica
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	Não se aplica
11830 - Patrimônio Cultural	Não se aplica
11836 - Parcelamento do Solo	Não se aplica
11841 - Política Agrícola	Não se aplica
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Não se aplica
11862 - Saneamento	Não se aplica
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	Não se aplica
9994 - Indenização por dano ambiental	Não se aplica

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Na inspeção ordinária de 2019 houve recomendação para: a) julgar no prazo de 60 dias o processo n. 50377852920184040000 (já incluído na pauta do dia 21/8/2019); b) manter e enfatizar as metas voltadas à diminuição do acervo e melhorar a média de demora entre a distribuição e o primeiro julgamento.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) o processo foi julgado na sessão de 21/8/2019. b) houve redução substancial do acervo do gabinete, através do esforço e continuidade do ritmo de produção da equipe, mediante o estabelecimento de metas coletivas e individuais.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes de cumprimento.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Não. As metas do CNJ foram atendidas no ano anterior. A) Meta 1: foram distribuídos 7.161 processos em 2020 e julgados 9.873, atingindo 137,87 da meta. B) Meta 2: feitos distribuídos até 31/12/2016 - em 31/12/2020 havia 3 remanescentes. As iniciativas para atendimento das metas envolvem a fixação de metas individuais, incremento no quadro de servidores, especialização das matérias a cargo de cada servidor, que repercute no aumento da produtividade e elaboração de modelos e textos padrão para utilização de todos os servidores na elaboração das minutas. Feitos da Meta 2 são sempre

prioridade absoluta no gabinete. O gabinete faz a triagem inicial dos processos recebidos da distribuição, utilizando em parte o sistema automatizado do GPROC e há separação por assunto, por fase processual e por tipo de benefício previdenciário.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O Desembargador, além da jurisdição, acumulou até 6/2021 o cargo de Diretor da Escola da Magistratura e atualmente ocupa cargo no Conselho de Administração, bem como exerce o cargo de Ouvidor do Tribunal, o que exige esforço adicional do grupo de trabalho. O acervo foi assumido em 2018, com grande volume de processos remanescentes e em matéria diferente da anterior (penal), o que demandou grande esforço da equipe para adaptação em relação à matéria. Em 2020, com o teletrabalho compulsório para todos, por força da pandemia, o grupo teve de se adaptar e reorganizar a forma de trabalho e comunicação. Apesar disso, o gabinete atingiu as metas, obtendo excelentes resultados. Como boa prática, ressalta-se a criação de grupo de comunicação dos servidores e estagiários e a realização de reuniões virtuais durante o isolamento social em torno de uma vez por mês, bem como a criação de metas coletivas de trabalho.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Denise Gaio Schütt

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A organização do trabalho é feita por especialização dos servidores por matéria e tipos de procedimentos (como ações rescisórias e agravos de instrumento). As atividades administrativas são realizadas concomitantemente às atividades-fim pelos servidores com funções comissionadas mais altas no gabinete. Assim todos os servidores realizam atividades-fim e parte dos servidores realiza também atividade-meio que são divididas entre esse grupo.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Desde meados de março de 2020, por força da pandemia do COVID-19, todos os servidores realizam as atividades em regime de teletrabalho.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Integral, atualmente, por força da pandemia.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As cotas são fixadas conforme a matéria que o servidor faz, ponderando-se ainda sua capacidade produtiva.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento da produção é feito semanalmente com relatórios de minutas produzidas enviados pelos servidores à chefia. E mensalmente através de relatório de produção de toda equipe. O acompanhamento também acontece através da conferência diária de produção das minutas feitas pelos servidores pelo assessor e chefe de gabinete. As cotas fixadas em geral são cumpridas pelos servidores. Eventuais descumprimentos pontuais foram pequenos e tratados individualmente, conversando imediatamente com o servidor, para identificar as dificuldades enfrentadas e propor medidas de orientação e de auxílio para superar os problemas enfrentados e recuperar a produção, com resultados eficazes.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há processos físicos. A triagem dos processos eletrônicos é feita através de regras de automação criadas pelo gabinete do sistema GPROC para que sejam incluídos nos localizadores de matéria. A parcela de processos que não entra em nenhuma regra de automatização é feita semanalmente por um servidor. Dentro dos localizadores a triagem é feita pelos servidores encarregados da matéria.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos são organizados em localizadores principais, por matéria em apelações cíveis. E por classe em agravos de instrumento, ações rescisórias, conflitos de competência, mandados de segurança, etc.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle de acervo é feito pela ferramenta G4 disponibilizada pelo TRF4. O controle das movimentações é feito por agendamento nas minutas a serem assinadas pelo desembargador e através de ações preferenciais na área de trabalho do GPROC para controle de eventual falta de movimentação. O controle das metas, prioridades legais e processos com pedido de preferência é feito através do G4 e da criação de localizadores secundários à matéria, específicos para cada situação, possibilitando a sua fácil separação dos demais para elaboração das minutas. Processos remetidos a outros desembargadores para voto-vista, embargos de declaração, agravos internos e urgências possuem localizadores próprios que permitem o controle pelo gabinete.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim, há metas individuais e coletivas do grupo. As metas individuais são estipuladas conforme a matéria e a sua complexidade. As coletivas são fixadas buscando atingir as metas nacionais do CNJ.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Sim, a política de recompensas do gabinete é através de substituição, nas férias dos titulares, de funções comissionadas e cargos de chefia aos servidores com melhores desempenho.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim, esses processos são separados no início do ano e organizados para serem feitos em prazo estipulado.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Através do sistema GPROC. O gabinete criou modelos de relatório/voto e de acórdãos, conforme a matéria, os quais devem ser utilizados por todos ao iniciar uma nova minuta em um processo. Os modelos são atualizados sempre que necessário. O gabinete também utiliza textos-padrão para questões que se repetem em todos os tipos de processo.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A necessidade de capacitação é identificada especialmente quando há alteração da legislação ou das matérias de julgamento no gabinete.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O Controle do sobrestamento é feito determinando-se o sobrestamento quando há requerimento das partes ou quando os processos que precisam ser sobrestados estão aptos a julgamento segundo o controle de antiguidade e de prioridade legal, mas se verifica a incidência de tema com determinação de sobrestamento. O levantamento do sobrestamento para julgamento é feito após a publicação dos temas, mediante consulta periódica aos sistemas de informação dos Tribunais Superiores para verificar o andamento do paradigma. Encontram-se sobrestados processos que envolvem os Temas: 1.102, 1.095 e 616 do STF; bem como 1.083, 1.070, 979, 1.018, 1.050 e 692

do STJ. Os processos do Tema 979/STJ já estão sendo dessobrestados e julgados, por ordem de antiguidade, em razão da recente publicação da tese firmada.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

No âmbito das apelações em processos previdenciários no segundo grau, há limitadas possibilidades de conciliação, considerando que o INSS é uma autarquia federal, cujos procuradores têm poderes limitados. Entretanto, o gabinete sempre despacha prontamente eventuais pedidos de acordos formulados nos autos pelas partes e nos casos em que as partes conciliam, despacha-se no sentido de homologar os acordos, prestando imediato atendimento nessas hipóteses, o que pode estimular as partes.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Usualmente são levados em uma ou duas sessões seguintes.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Através de pesquisas constantes que se fazem necessárias na elaboração da minutas.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, os votos são liberados previamente aos demais gabinetes da turma ou da seção para o julgamento.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Acontecem no sistema eproc e têm duração de no mínimo 5 dias úteis. Previamente os votos são disponibilizados aos demais integrantes do órgão julgador. O desembargador destaca no painel da sessão as manifestações de divergências, pedido de vista, ressalvas, comentários, etc.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A Unidade está com o número de servidores completo, faltando apenas um estagiário, tendo em vista a saída recente de um. Os recursos materiais são adequadamente disponibilizados ao gabinete. O Tribunal permitiu durante a
---	--

	pandemia e o teletrabalho na pandemia a retirada de equipamentos como computadores e cadeiras para uso em casa.
b) gestão do trabalho	É feita através do estabelecimento de metas coletivas e individuais, do controle da produção de todos os servidores do gabinete e da conferência das minutas elaboradas pela assessoria.
c) resultados	Os resultados do trabalho são compartilhados com toda a equipe mensalmente. Os resultados positivos são compartilhados imediatamente aos servidores e estagiários.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

A constante redução do acervo e do tempo de julgamento entre a distribuição do feito e o primeiro julgamento.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

A continuidade do trabalho que já vem sendo feito com a triagem dos processos e estabelecimento de metas de forma coletiva em reuniões virtuais.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A realização de reuniões virtuais com toda a equipe e o estabelecimento de metas de forma coletiva nessas reuniões.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle dos processos sem movimentação é feito de várias formas pelo gabinete. A prioridade é sempre julgar os processos por ordem de antiguidade de distribuição no gabinete, sem descuidar dos processos urgentes ou com prioridades legais. Naqueles com recurso concluso para julgamento, faz-se o controle da inclusão em pauta pela data de autuação, para julgamento dos mais antigos, conforme determinação do CPC, bem como pela idade do segurado, conforme Estatuto do Idoso, e pela classe do processo, para priorizar os mandados de segurança e os agravos de instrumento. Dentre aqueles que aguardam diligência, como habilitação de sucessores, contrarrazões, etc, faz-se o controle dos prazos com a inclusão dos processos em localizadores próprios que são verificados por servidores com essa atribuição específica. Os agravos de instrumento com pedido de liminar possuem localizador de entrada próprio e são despachados com a maior brevidade possível.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50039071120214040000	4/2/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual encerrada em 14/9/2021.		
50137300920214040000	6/4/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Processo julgado pela Turma na sessão de 14/9/2021.		
50124059620214040000	25/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado pela Turma na sessão de 14/9/2021.		
50153644020214040000	16/4/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo já julgado por decisão monocrática em 24/6/2021 (ev. 24), já baixado (ev. 40).		
50132668220214040000	31/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 14/9/2021.		
50544635120204040000	17/11/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O recurso foi julgado na sessão de 14/9/2021.		
50504137920204040000	22/10/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O recurso foi julgado na sessão de 14/9/2021.		
50119599320214040000	23/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O Processo já está pautado para julgamento na sessão de 5/10/2021.		
50091533220194049999	23/4/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: O agravo legal era destinado à Vice-Presidência, e foi reconsiderado pelo Vice-Presidente na decisão do evento 192. Foi devolvido à turma para juízo de retratação, e julgado na sessão de 14/9/2021.		
50079707720114047001	14/10/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O agravo legal era destinado à Vice-Presidência, e a decisão foi reconsiderada pelo Vice-Presidente na decisão do evento 64. Foi devolvido à turma para juízo de retratação do acórdão, e foi julgado na sessão de 14/9/2021.		
50030106520134047015	10/10/2019	Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Processo de relatoria da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha, junto à 4ª Turma. Foi informado ao gabinete da relatora sobre a inclusão do processo nesta Inspeção.		
50062184720194047209	28/6/2021	Ação Civil Pública
Observação/Providência: O Processo é de relatoria do Desembargador Federal Celso Kipper, junto à Turma Regional Suplementar de Santa Catarina. Foi informado ao gabinete do relator sobre a inclusão do processo nesta Inspeção.		
50042795820164047202	10/10/2018	Ação Civil Pública

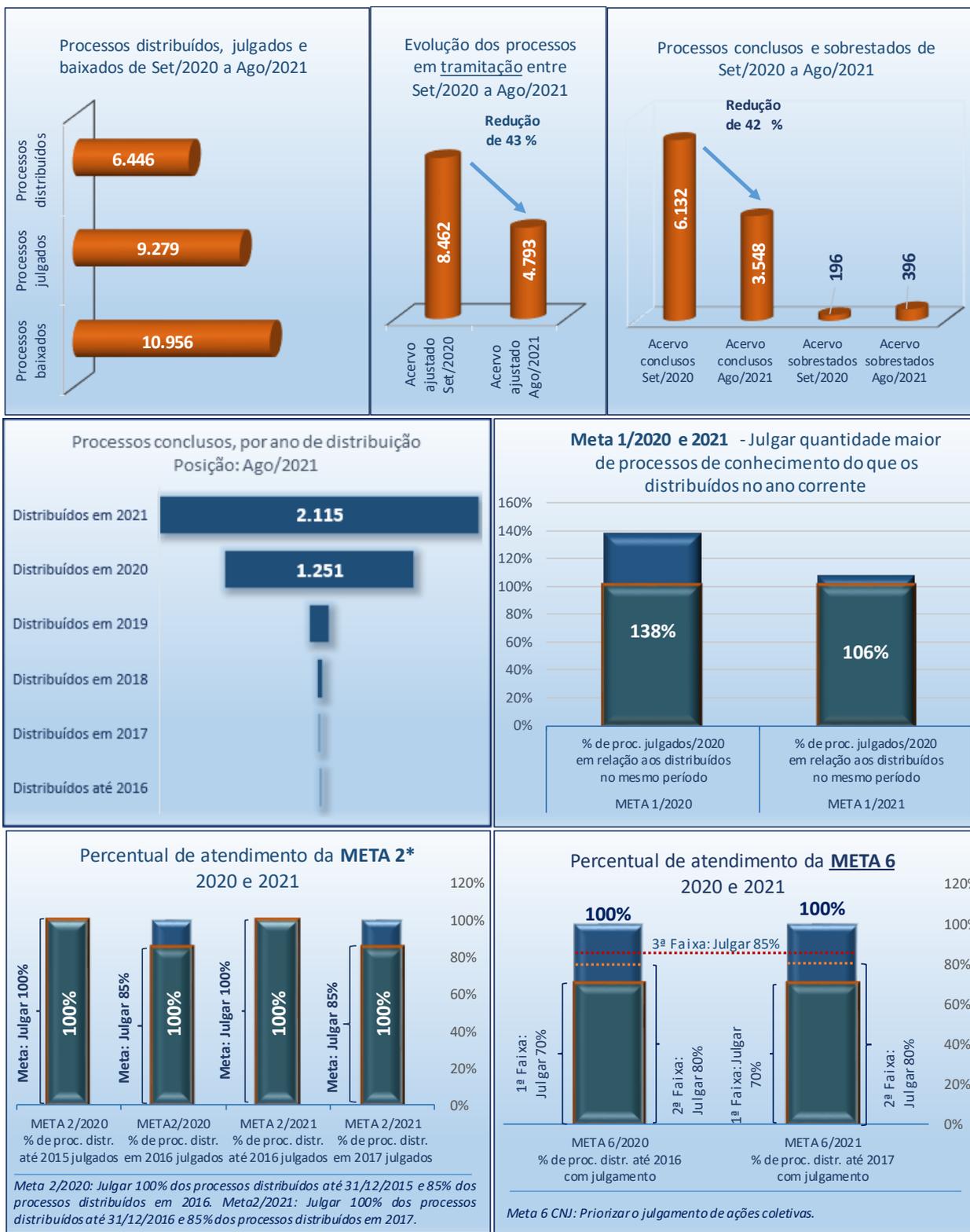
Observação/Providência: Processo de relatoria do Desembargador Federal Luís Alberto D' Azevedo Aurvalle, junto à 4ª Turma. Foi informado ao gabinete do relator sobre a inclusão do processo nesta inspeção.		
50244215020204047200	29/6/2021	Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Trata-se de processo de matéria Tributária, de relatoria da Desembargadora Federal Luciane Amaral Corrêa Münch. Foi avisado ao gabinete da relatora sobre a inclusão deste feito na presente inspeção.		
50002553320204047109	1º/7/2021	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo de relatoria do Desembargador Federal Luís Alberto D' Azevedo Aurvalle, junto à 4ª Turma. Foi informado ao gabinete do relator sobre a inclusão do processo nesta inspeção.		
50023009420214047005	23/3/2021	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo de relatoria da Desembargadora Federal Cláudia Cristina Cristofani. Foi julgado em 1º/7/2021, e já está baixado (ev. 25).		
50438630520194040000	17/10/2019	Cumprimento de Sentença (Seção)
Observação/Providência: Trata-se de Ação Rescisória já julgada, em fase de cumprimento de sentença. Em 2/9/2021 foi despachada intimando o devedor para o pagamento da condenação.		
50236050320214040000	10/6/2021	Petição (Seção)
Observação/Providência: Processo já julgado conforme decisões de 10/6/2021 e 23/8/2021 (ev. 2 e 11).		
50210850720204040000	27/5/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Voto-Vista apresentado na sessão de 13/10/2020. O processo já está tramitando na Secretaria de Recursos, desde 4/2/2021, rumo à instância superior.		
50026978420204047007	2/3/2021	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O Voto-vista foi apresentado na sessão de 14/9/2021.		
50108720520214040000	16/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Voto-vista apresentado na sessão virtual encerrada em 14/9/2021.		
50638435020204047000	24/5/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: Voto-vista foi apresentado na sessão de 14/9/2021.		
50047632420214047000	31/5/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: o Voto-vista foi apresentado na sessão de 14/9/2021.		
50074754520204049999	8/5/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de Declaração julgados na sessão de 14/9/2021.		
50014000520164047000	2/10/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados na sessão de 14/9/2021.		
50006935020164047028	6/2/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados na sessão de 14/9/2021.		
50747658720194047000	24/6/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos foram julgados na sessão de 14/9/2021.		

50037683020204047005	9/9/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Os embargos de declaração foram julgados na sessão de 14/9/2021.		
50216130720214040000	26/5/2021	Conflito de Competência (Seção)
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 25/8/2021.		
50226012820214040000	2/6/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Pedido liminar despachado e indeferido no dia 17/9/2020. Já foram apresentadas contrarrazões pelo agravado e o agravo de instrumento será incluído na próxima pauta do Gabinete.		
50010941120214040000	18/1/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual encerrada em 14/9/2021.		
50282706220214040000	8/7/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O pedido liminar foi despachado em 23/8/2021. Já foram apresentadas contrarrazões pelo agravado e o agravo de instrumento será incluído na próxima pauta do Gabinete.		
50047552720154047010	10/11/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando habilitação de eventuais sucessores em razão do óbito da parte autora. Infrutíferas as intimações ao procurador, foi expedido edital em 19/7/2021, com prazo até 22/10/2021 (ev. 30).		
50024729020174047000	11/12/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando habilitação de eventuais sucessores em razão do óbito da parte autora. Infrutíferas as intimações ao procurador, foi expedido edital em 7/7/2021, com prazo até 28/10/2021 (ev. 36)		
50014711720154047008	16/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 14/9/2021.		
50035304620134047008	20/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: O Processo foi julgado na sessão de 14/9/2021.		
50013481920154047008	6/4/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 14/9/2021.		
50023563120154047008	6/4/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 14/9/2021.		
50114938020184049999	17/4/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Ação vinda da Justiça Estadual do Paraná, aguardando diligência em 10/5/2021, para juntada dos arquivos de mídia de audiência, para julgamento do recurso. Consultado o Projudi/PR, apontou movimento em 30/7/2021. Em breve será incluído em pauta para julgamento.		
50170548520184049999	26/6/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando habilitação de eventuais sucessores em razão do óbito da parte autora. Procurador pediu dilação de prazo, que foi deferido no ev. 142, até 22/9/2021 (ev. 144).		
50357242120164047000	2/8/2018	Apelação Cível

Observação/Providência: Processo aguardando habilitação de eventuais sucessores em razão do óbito da parte autora. Infrutíferas as intimações ao procurador, foi expedido edital em 10/8/2021 (ev. 21), com prazo até 6/12/2021.		
50252669520184049999	3/10/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando habilitação de eventuais sucessores em razão do óbito da parte autora. Infrutíferas as intimações ao procurador, foi expedido edital em 29/6/2021, com prazo até 20/10/2021 (ev. 128).		
50003791320194049999	15/1/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 14/9/2021.		
50015664520184047007	17/1/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: O Processo foi sobrestado por decisão em 19/8/2021, em razão da matéria objeto do recurso estar afetada ao Tema 1083/STJ (ev. 2).		
50264171120144047001	18/1/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 14/9/2021.		
50016289620194049999	29/1/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 14/9/2021.		
50005425620204049999	15/1/2020	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 14/9/2021.		
50002969120164047027	6/12/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 14/9/2021.		
50183564220194040000	19/6/2013	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Ação rescisória já julgada, e a fase de cumprimento já está concluída com a RPV paga em 25/8/2021 (ev. 72). Após o decurso dos prazos legais, será despachado pela extinção da execução.		
50133336220174049999	3/4/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 14/9/2021.		
50014547820154047008	22/9/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 14/9/2021.		
50547081420204047000	29/7/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo foi redistribuído a este gabinete em 22/3/2021, e julgado na sessão de 14/9/2021.		
50097821520114047112	9/1/2012	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo que retornou da Vice-Presidência para Juízo de Retratação. Em 3/9/2021 foi remetido ao Gabinete 64, do Juiz Federal Julio Schattschneider, que foi relator do acórdão, para a análise do juízo de retratação.		
50004225220214047000	11/3/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo foi redistribuído a este Gabinete em 26/4/2021 (ev. 13). Foi julgado na sessão de 14/9/2021.		
50550494020204047000	21/10/2009	Apelação Cível

Observação/Providência: O processo foi redistribuído a este gabinete em 28/4/2021, e foi julgado na sessão de 14/9/2021.		
50027592420204047008	4/12/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: O processo foi redistribuído a este gabinete em 14/5/2021 (ev. 14). Foi julgado na sessão de 14/9/2021.		
50118602620214040000	23/3/2021	-
Observação/Providência: O Processo já foi julgado por decisão monocrática publicada em 21/7/2021 (ev. 24), já baixado (ev. 30).		
50565939720194047000	12/8/2020	-
Observação/Providência: O acórdão foi publicado em 12/8/2021 (ev. 21 do processo).		
50041606320174047008	5/8/2019	-
Observação/Providência: Acórdão já publicado em 19/8/2021 (evento 21).		
50037155020144047008	25/10/2016	-
Observação/Providência: O Acórdão foi publicado em 1º/9/2021 (ev. 62 do processo).		
50035134420124047008	5/7/2016	-
Observação/Providência: O Acórdão foi publicado em 11/5/2021, ficando relator para o Acórdão o Des. Federal Luiz Fernando Wowk Penteado (ev. 39). Os embargos de declaração subsequentes foram julgados em 10/8/2021 (ev. 56).		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 60 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, nenhum é físico.

Em relação aos processos listados, não houve recomendações.

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo desembargador federal, que percorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor:

O acervo inicial de processos distribuídos ao gabinete foi de 7.385, havendo, na época, a acumulação de feitos aguardando julgamento pelo período de 4 a 5 anos. De maneira paulatina, todos os processos que estavam acumulados foram julgados e houve a redução do acervo para 5.000 processos. Atualmente, há apenas 2.272 processos, constituindo o menor acervo do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Já foram julgados todos os processos conclusos em 2019.

Há 16 (dezesseis) servidores, todos atuando na área fim, especializados por matéria e exercendo o teletrabalho.

A distribuição dos processos é feita no sistema eproc e a triagem inicial por matérias é feita por cada servidor, que fica incumbido de trabalhar com os processos que lhe foram direcionados.

Há atendimento remoto dos advogados pela ferramenta *zoom*, com agendamento prévio efetuado às segundas-feiras, à tarde. A parte contrária é intimada para, querendo, também participar da audiência, sendo-lhe enviado o *link do zoom*.

São realizadas sessões de julgamento semanais, virtual e telepresencial, onde, em média, são julgados de 500 a 600 processos.

Há um rodízio de julgamento entre processos com prioridade legais e os mais antigos com o objetivo de se equilibrar a produtividade e a análise dos feitos conclusos há mais tempo.

O gerenciamento de metas é feito pela sensibilidade de se prestar um bom serviço à sociedade.

A fundamentação jurídica foi uniformizada entre os desembargadores federais que atuam em matéria previdenciária, adotando o mesmo padrão, constituindo fator determinante para a celeridade dos julgamentos com um formato único.

Atualmente, há somente 6 processos conclusos no gabinete para julgamento oriundos de 2019.

Todos os servidores possuem metas semanais e são realizadas reuniões mensais para ajustar os critérios de trabalho.

Há um sistema de recompensas por metas alcançadas pelos servidores. Os com maior produtividade recebem as substituições das funções comissionadas com valores mais altos, a título de estímulo.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 7.130 para 2.840), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 6.132 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 3.548.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 156, na última inspeção, para 296, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 7 meses, enquanto que esse mesmo tempo, nas Turmas Recursais Suplementares, equivale a 10 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média das Turmas Regionais.

36. RECOMENDAÇÕES

a) O Gabinete deve priorizar o julgamento dos embargos de declaração para redução deste acervo específico pois, segundo o levantamento efetuado na última inspeção – 31/8/2021, houve aumento de 156 para 296 processos da espécie.

b) Manter as providências adotadas para à diminuição do acervo geral. Verificou-se o cumprimento das Metas 1 e 2 do CNJ quanto à diminuição do acervo, o que importa no reconhecimento do bom trabalho, cabendo elogio ao Desembargador Federal Márcio Antônio Rocha e a sua equipe.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL
TURMA REGIONAL SUPLEMENTAR DO PARANÁ**

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Luiz Fernando Wowk Penteado

2.2 Turma

Turma Regional Suplementar do Paraná

2.3 Competência

Processar e julgar os feitos relativos à previdência e assistência social, mesmo quando versem sobre benefício submetido a regime ou condições especiais ou, ainda, complementado, assim como os feitos relativos ao fornecimento de medicamentos e tratamentos médico-hospitalares.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Luiz Fernando Wowk Penteado.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Juiz Federal Artur César de Souza (de 22 de abril a 19 de junho - Licença para tratamento de saúde; de 21 a 29 de junho - férias)

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)
Eduardo Pedone de Oliveira - assessor de desembargador

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível superior	4

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)	
Total em tramitação**	5.576
Processos suspensos/sobrestados	488
Processos conclusos	4.458
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	9
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	5.576
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	7.497
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	4.458
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	5.822
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	488
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	576

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	105
Mandados de segurança	6
IRDR	3
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	4
Reclamações	1
Ações rescisórias	77
Outros	14

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	5.471
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	44
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	183
Outros	5.427

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	5.471
Apelações cíveis	4.695
Agravos de instrumento	670
Outros	106

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	488
Por IRDR	75
Por IAC	2

Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	360
Por Recurso Extraordinário	134

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	284
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	150
Agravos legais/regimentais	42
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	26
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	17
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	9

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	74
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	84

4.13 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	3.176
Ano anterior	1.677
2º ano anterior	286
3º ano anterior	108
4º ano anterior	36
5º ano anterior ou mais antigo	9

4.14 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	3.358
Ano anterior	1.584
2º ano anterior	425
3º ano anterior	178
4º ano anterior	133
5º ano anterior	68
6º ano anterior ou mais antigo	64

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição

Ano atual	2.640
Ano anterior	1.305
2º ano anterior	383
3º ano anterior	70
4º ano anterior	32
5º ano anterior	11
6º ano anterior	10
7º ano anterior ou mais antigo	7

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	16
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	5

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	2

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de Processos distribuídos	6.461
Total de Processos julgados	8.091
Total de Processos baixados	9.296
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-1.630
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-2.835

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	85
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	53
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	7.124
Processos julgados no ano anterior	8.203
Processos distribuídos no ano corrente	4.549
Processos julgados no ano corrente	4.823

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2020	-
Porcentagem de atendimento da meta	-

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2020	-
Porcentagem de atendimento da meta	-

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes no último dia do mês anterior	-
Porcentagem de atendimento da meta	-

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.409
Pendentes no último dia do mês anterior	17
Porcentagem de atendimento da meta	99,5

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.

Taxa de congestionamento em 2020	43,30%
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	não se aplica

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0

Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Não se aplica	
---------------	--

5.15 META 12/2021 - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (Informar o número de processos pendentes por assunto)

3424 - Usurpação de águas	0
3429 - Alteração de local especialmente protegido	0
3619 - Crimes contra a Fauna	0
3621 - Da Poluição	0
3622 - Agrotóxicos	0
3623 - Atividades Nucleares	0
3624 - Caça	0
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	0
3627 - Pesca	0
3651 - Crimes Agrários	0
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	0

9583 - Arrendamento Rural	0
10016 - Inspeção Fitossanitária	0
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	0
10085 - Água e/ou Esgoto	0
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	0
10091 - Terreno de Marinha	0
10094 - Terras Indígenas	0
10095 - Águas Públicas	0
10102 - Terras Indígenas	0
10103 - Terreno Aldeado	0
10104 - Restituição de área - FUNAI	0
10105 - Demarcação	0
10106 - Recursos Minerais	0
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	0
10110 - Meio Ambiente	0
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	0
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	0
10113 - Flora	0
10114 - Fauna	0
10115 - Transgênicos	0
10116 - Agrotóxicos	0
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	0
10119 - Gestão de Florestas Públicas	0
10396 - Ambiental	0
10397 - Sanitárias	0
10438 - Dano Ambiental	0
10986 - Crime contra a administração ambiental	0
11822 - Mineração	0
11823 - Reserva legal	0
11824 - Recursos Hídricos	0
11825 - Poluição	0
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	0
11827 - Zona Costeira	0
11828 - Área de Preservação Permanente	0

11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	0
11830 - Patrimônio Cultural	0
11836 - Parcelamento do Solo	0
11841 - Política Agrícola	0
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	0
11862 - Saneamento	0
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	0
9994 - Indenização por dano ambiental	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. a) Cumprir as recomendações constantes no item 11, acima; e b) Manter e enfatizar as metas voltadas à diminuição do acervo. Ocorreu tanto o cumprimento da Meta 1 do CNJ quanto a diminuição do acervo - fato elogiável e se trata do menor acervo da Turma Suplementar do Paraná. Reconhecidos esses méritos, a recomendação é buscar aproximar o acervo ao patamar médio dos demais gabinetes de mesma competência. A comparação indica a média de feitos conclusos nos gabinetes da 3ª Seção em 4.488 feitos, e há gabinetes previdenciários com números bem menores. O gabinete do Desembargador Luiz Fernando Wowk Penteado está com 5.442 feitos e (reconhecidas as diferenças de distribuição entre as Turmas Suplementares) deve mirar a redução. Igualmente, a demora entre a distribuição e o primeiro julgamento tem média de 330 dias (geral do TRF4) e de 409 dias no gabinete (algo passível de melhora).

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

No que toca aos processos indicados na alínea "a" (50414677520174047000, 50229867820184040000, 50359335820144047000, 50035137820114047008, 50249664820144047001, 50582193020144047000, 50311771520184040000, 50374418220174040000 e 50464950920164040000) todos foram julgados. Houve a redução do acervo do gabinete, ultrapassando vários gabinetes de mesma competência. Atualmente o acervo do gabinete é um dos menores comparados com os demais de mesma competência. O tempo entre a distribuição e primeiro julgamento possivelmente melhorou também.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Considerando que as recomendações foram, em princípio, atendidas, não existem medidas a serem adotadas.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Em princípio as metas foram atingidas. Eventualmente alguns processos antigos remanesceram, pois, apesar de estarmos atentos, pode ocorrer o retorno de processos dos Tribunais Superiores ou o julgamento de tema(s), ocasionando a reativação daqueles sobrestados. Para que as metas sejam atingidas, utilizamos com frequência a ferramenta G4 desta Corte para identificar os processos mais antigos, destacando-os, a fim de que sejam encaminhados para julgamento, bem como para acompanhar a dinâmica do acervo.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O gabinete continua engajado no atendimento das metas do CNJ, buscando reduzir o número do passivo de processos, bem como a respectiva idade, ou seja, o respectivo tempo de tramitação. Estas são as duas principais metas do gabinete desde a sua criação. Assim como apontado nas últimas inspeções/autoinspeções, a maior dificuldade encontrada é o crescente número de servidores buscando a aposentadoria, sendo que a reposição não está acontecendo na mesma proporção. Isso causa claros de lotação em diversas unidades, sobrecarregando os demais servidores. Importa destacar, ainda, que a distribuição continua alta, o que impacta na produtividade da unidade. No geral o engajamento dos servidores é muito bom, o que permite apresentar um bom resultado.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Eduardo Pedone de Oliveira

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Aos servidores é atribuída a responsabilidade de determinada(s) matéria(s), uma vez que a especialização mostra-se, em princípio, como a melhor forma de alcançar maior produtividade. Alguns tipos de processo (ação rescisória, mandado de segurança, conflito de competência, IRDR, reclamação, ...) estão atribuídos a um só, que eventualmente socorre-se do auxílio de outros servidores. Os agravos de instrumento em matéria previdenciária estão atribuídos a dois servidores, situação que se replica quanto aos agravos de instrumento de medicamentos. A grande maioria dos servidores está voltada apenas à atividade-fim, ficando a atividade meio diluída entre três servidores.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Antes da pandemia do Coronavírus tínhamos 4 servidores em teletrabalho.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Três realizavam o teletrabalho de forma parcial (vinham ao gabinete uma vez por semana) e um de forma integral, uma vez que se deslocou para Brasília para acompanhar cônjuge/companheira.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

A fixação de cotas leva em consideração a complexidade da matéria, a experiência do servidor e a necessidade do atingimento das metas, considerando o acervo do gabinete.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito por meio do eproc, que permite aferir a produtividade do servidor. No caso de reiterado descumprimento da cota, a chefia conversa com o servidor para verificar eventuais dificuldades e auxiliar em superá-las.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

O gabinete não trabalha mais com processos físicos. Os processos eletrônicos, uma vez distribuídos ao gabinete, passam por uma rápida triagem para encaminhamento ao respectivo localizador da matéria, e, tratando-se de hipótese de fácil/rápida solução, encaminhado para algum servidor.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos são organizados por localizadores.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle de acervo é realizado, precipuamente, via a ferramenta G4 deste Tribunal, que permite um excelente controle de acervo do gabinete. Da mesma forma o eproc permite uma gestão muito eficiente da movimentação dos processos.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

As metas são fixadas de forma individual.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Até o momento não foram estabelecidas recompensas pelo atingimento das metas individuais.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Considerando que nos processos previdenciários a grande maioria dos litigantes enquadram-se no perfil de prioridade legal, fica difícil a atribuição de tratamento específico. Todavia, estamos atentos àqueles processos que possuem litigantes com idade avançada. Relativamente à meta do CNJ, procuramos identificar, mais a partir da metade do ano, aqueles processos que estão dentro das metas, para que tenham prioridade de julgamento.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, são utilizadas decisões terminativas, principalmente nos casos de matéria decididas em temas pelos Tribunais Superiores.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

São elaborados modelos/padrões para votos e decisões que ficam armazenados no eproc e a disposição de todos os servidores.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Normalmente a DRH do tribunal realiza, com certa frequência, levantamento das necessidades de capacitação juntos aos gabinetes.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Os processos sobrestados estão alocados em localizador específico. Havendo necessidade de identificar aqueles sobrestados por determinado tema, o eproc dispõe de eficiente ferramenta de busca. Tema 24 IRDR; Tema STF 6; Tema STF 616; Tema STF 1002; Tema STF 1102; Tema STJ 692; Tema STJ 982; Tema STJ 999; Tema STJ 1008; Tema STJ 1018; Tema STJ 1070; Tema STJ 1083.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

A iniciativa de conciliação no Tribunal fica à cargo do Sistcon. No gabinete não temos mecanismos que possibilitem a sua realização.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Entre setembro e dezembro de 2020 o gabinete recebeu o auxílio de três servidores vinculados à Presidência do Tribunal, que trabalharam em processos envolvendo a

concessão de aposentadoria especial e aposentadoria por tempo de contribuição com contagem de tempo especial.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Não temos um controle específico do tempo que demora para levar para julgamento os processos com pedido vista do desembargador. Entretanto, procuramos que sejam levados em curto espaço de tempo, assim que possível.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Havendo necessidade de verificar a jurisprudência da Corte acerca de determinada matéria, é possível fazer uma busca via portal do Tribunal. Não há acompanhamento permanente.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, os votos são disponibilizados aos gabinetes dos demais desembargadores/juízes antes da sessão de julgamento.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Após a inclusão em pauta dos processos, os votos ficam à disposição dos desembargadores para exame. Por um período de 5 dias podem ser feitos destaques. Ao final desse período é lançado o extrato de ata com o resultado do julgamento.

28. A unidade possui plano de gestão?

Não possui.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Atualmente o gabinete apresenta um claro de lotação para servidor sem função gratificada. Quanto aos recursos materiais, encontra-se plenamente abastecido.
b) gestão do trabalho	A gestão dos processos é feita via ferramenta G4. A gestão de servidores pode ser melhorada via um acompanhamento mais próximos.
c) resultado.	Ano passado o gabinete atingiu um excelente resultado na diminuição do acervo. Este ano, até o momento, está conseguindo manter o número do acervo e reduzindo a respectiva idade.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Os objetivos principais miram sempre a redução do acervo, bem como a respectiva idade. Aliados a estes estão as metas definidas pelo CNJ.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Em princípio as ações necessárias para alcançar os objetivos já são realizadas, que são: - identificar os processos mais antigos para que tenham preferência de julgamento, - acompanhar a produtividade do gabinete frente à distribuição de processos, - gerenciar o acervo via G4.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Permitir um maior número de servidores em teletrabalho. A medida representou a satisfação dos servidores de poderem trabalhar em casa e ficarem mais próximos à família, tendo como contrapartida uma boa produtividade.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle do acervo de processos, seja qual for o fim, é realizado mediante a ferramenta G4, desenvolvida por este tribunal, bem como pelo eproc.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50379443520194040000	4/9/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual que encerrou em 14/9/2021.		
50395994220194040000	16/9/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo a ser encaminhado para pauta da sessão virtual que encerra dia 19/10/2021.		
50022348620184047016	3/10/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo a ser encaminhado para pauta da sessão virtual que encerra dia 19/10/2021.		
50193947220184047001	19/12/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo a ser encaminhado para pauta da sessão virtual que encerra dia 19/10/2021.		
50170817520174047001	29/11/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo a ser encaminhado para pauta da sessão virtual que encerra dia 19/10/2021.		
50101544220204040000	13/3/2020	Mandado de Segurança (Corte Especial)
Observação/Providência: Aguarda inclusão em pauta de julgamento.		

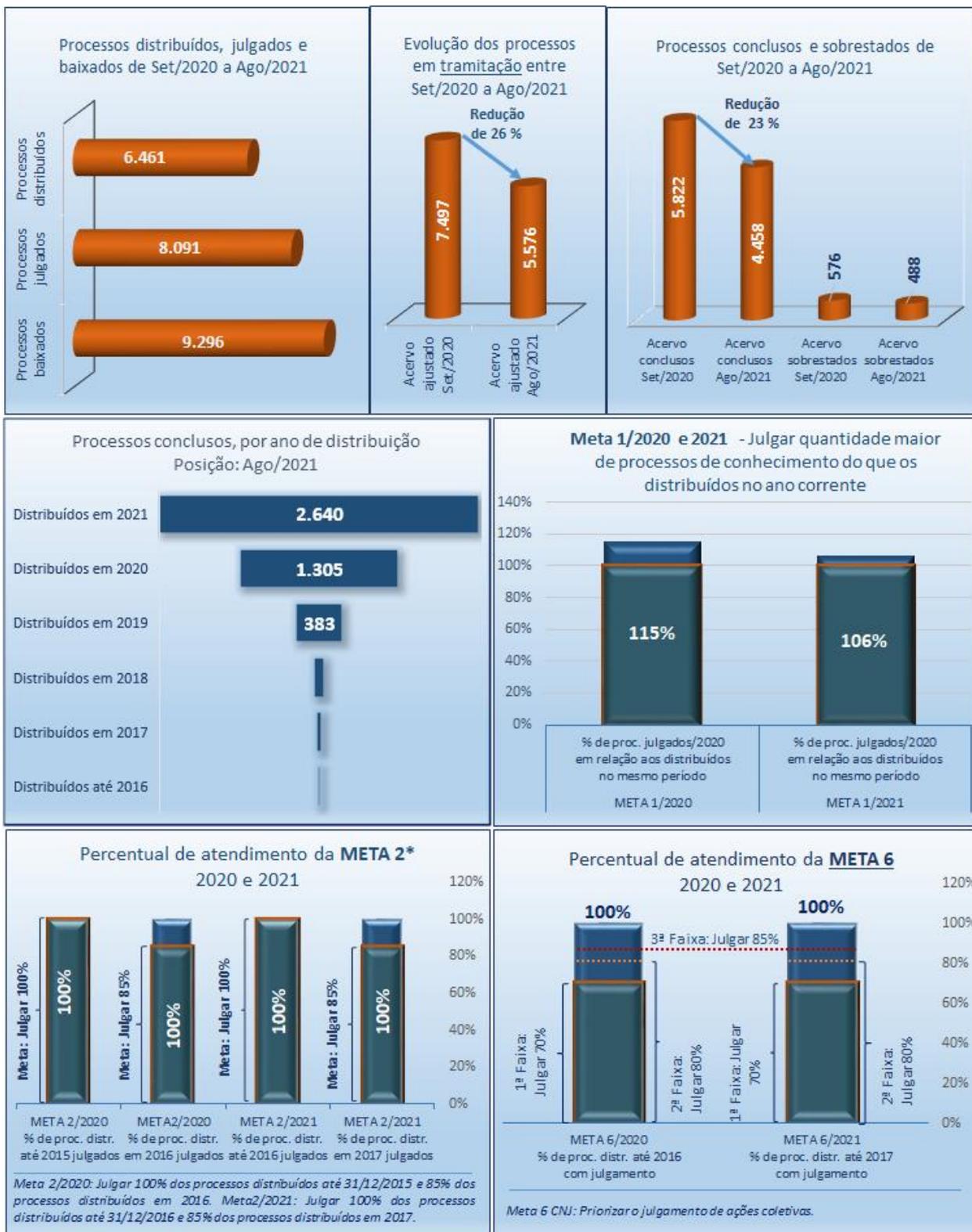
50503440420174047000	25/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual que encerrou em 14/9/2021.		
50140974420194047003	19/8/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Agravo interno julgado na sessão virtual que encerrou em 14/9/2021.		
50166852320204049999	1º/9/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Agravo interno julgado na sessão virtual que encerrou em 14/9/2021.		
50470191620204047000	30/11/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pelo Tema 1102 do STF.		
50104035620214040000	12/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo a ser encaminhado para pauta da sessão virtual que encerra dia 19/10/2021.		
50141718720214040000	8/4/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa ante a perda superveniente do objeto do agravo de instrumento.		
50050088320214040000	10/2/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual que encerrou em 14/9/2021.		
50100241820214040000	10/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo baixado em 14/9/2021.		
50147737820214040000	13/4/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual que encerrou em 17/8/2021.		
50094214920164047200	13/5/2019	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo distribuído ao gabinete do Desembargador Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle - Matéria Administrativa.		
50037961320204047000	23/4/2021	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo distribuído ao gabinete da Desembargadora Federal Vânia Hack de Almeida - Matéria Administrativa.		
50105982420204047001	7/6/2021	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo distribuído ao gabinete do Desembargador Federal Márcio Antonio Rocha.		
50222898220134047000	16/6/2021	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo distribuído ao gabinete da Desembargadora Federal Vânia Hack de Almeida - Matéria Administrativa.		
50090951920204040000	6/3/2020	Mandado de Segurança (Corte Especial)
Observação/Providência: Aguarda inclusão em pauta de julgamento.		
50531482220194040000	17/12/2019	Mandado de Segurança (Corte Especial)
Observação/Providência: Aguarda inclusão em pauta de julgamento.		
50570877320204040000	1º/12/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Aguarda inclusão em pauta de julgamento.		

50424631920204040000	4/9/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em razão da perda superveniente do objeto do pedido.		
50252172020194049999	17/10/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Voto-vista apresentado na sessão virtual de 14/9/2021.		
50227827320194049999	25/9/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Voto-vista apresentado na sessão virtual de 14/9/2021.		
50131918720194049999	5/6/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Voto-vista apresentado na sessão virtual de 14/9/2021.		
50101409820204047003	19/2/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: Voto-vista apresentado na sessão virtual de 14/9/2021.		
50028802820154047008	15/8/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão publicado em 2/9/2021.		
50401964520184040000	28/08/2017	Ação Rescisória (Seção)
Observação/Providência: Acórdão publicado em 18/8/2021.		
50621953520204047000	3/5/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: Após a juntada do voto do desembargador que pediu vista, na sessão virtual que encerrou em 10/8/2021, o julgamento foi sobrestado nos termos do artigo 942 do CPC.		
50317801620134047000	25/9/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho em agosto de 2021 solicitando providências às partes.		
50383204120174047000	1º/08/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de Declaração julgados na sessão virtual que encerrou em 14/9/2021.		
50043906820184047009	8/10/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração a serem encaminhados para pauta da sessão virtual que encerra dia 19/10/2021.		
50373931220164047000	24/9/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguarda inclusão em pauta.		
50173438120194049999	22/7/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Embargos de Declaração julgados na sessão virtual que encerrou em 14/9/2021.		
50494879820204040000	16/10/2020	Reclamação (Turma)
Observação/Providência: Processo julgado na sessão telepresencial de 21/9/2021.		
50600193420204040000	18/12/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual que encerrou em 14/9/2021.		
50008412320214040000	14/1/2021	Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual que encerrou em 14/9/2021.		
50025231320214040000	27/1/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual que encerrou em 14/9/2021.		
50035287020214040000	3/2/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual que encerrou em 14/9/2021.		
50452727020164047000	16/2/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado em decorrência da proposta de revisão do Tema 692/STJ.		
50094325220184049999	23/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado em decorrência da proposta de revisão do Tema 692/STJ.		
50100861420154047002	24/4/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado em decorrência da proposta de revisão do Tema 692/STJ.		
50066691620164047003	30/4/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual que encerrou em 14/9/2021.		
50133255120184049999	9/5/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual que encerrou em 14/9/2021.		
50009111920174047004	29/5/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual que encerrou em 14/9/2021.		
50036003620174047004	7/6/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual que encerrou em 14/9/2021.		
50021284120154047013	30/11/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para sessão virtual que encerra em 5/10/2021.		
50112122820174047003	30/10/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo a ser encaminhado para pauta da sessão virtual que encerra dia 19/10/2021.		
50240368620164049999	6/6/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração a serem encaminhados para pauta da sessão virtual que encerra dia 19/10/2021.		
50400798320204040000	22/8/2020	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Ação rescisória em fase de cumprimento de sentença com RPV expedida.		
50128334220124047001	29/4/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo a ser encaminhado para pauta da sessão virtual que encerra dia 19/10/2021.		
50219837620144047001	18/11/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Aguarda inclusão em pauta.		

50137132820124047003	22/11/2013	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração a serem encaminhados para pauta da sessão virtual que encerra dia 19/10/2021.		
50526128920164049999	2/12/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de Declaração julgados na sessão virtual que encerrou em 14/9/2021.		
50256804520134047000	17/9/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo devolvido à Vice-Presidência do tribunal para deliberar sobre REsp interposto.		
50110001120154049999	25/3/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguarda inclusão para eventual juízo de retratação.		
50307588820114047000	11/12/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual que encerrou em 14/9/2021.		
50007397220114047009	7/5/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Embargos de declaração a serem encaminhados para pauta da sessão virtual que encerra dia 19/10/2021.		
50006946120174047008	21/9/2018	-
Observação/Providência: Acórdão publicado em 1º/9/2021.		
50015697020184047016	29/7/2019	-
Observação/Providência: Processo baixado em 10/9/2021.		
50045079620174047008	16/7/2019	-
Observação/Providência: Acórdão publicado em 18/8/2021.		
50093213520184047003	23/10/2019	-
Observação/Providência: Processo baixado em 3/9/2021.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 58 (cinquenta e oito) processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, nenhum é físico.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

50101544220204040000	50090951920204040000	50373931220164047000
----------------------	----------------------	----------------------

b) Incluir em julgamento em até 60 dias:

50531482220194040000

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Juiz Federal Convocado Artur César de Souza (via videoconferência) e pelo Chefe de Gabinete João Zurlo Filho, que discorreram as seguintes atividades desenvolvidas pelo Setor:

As Turmas Regionais Suplementares do Paraná trabalham com competência para o julgamento dos processos de matéria previdenciária, medicamentos e internação hospitalar.

O gabinete realiza, de imediato, triagem inicial dos processos recebidos da distribuição. Há separação por assunto, por tipo de benefício previdenciário, com posterior entrega aos servidores responsáveis pela matéria. São fixadas metas individuais e de resultados, variáveis de acordo com a dificuldade da matéria.

Há uma preocupação com a observância das metas do CNJ, das prioridades legais e pedidos de urgência, havendo um mapeamento pelo sistema G4.

Há 3 (três) sessões de julgamento por mês – 2 (duas) virtuais e 1 (uma) telepresencial. Nos últimos meses, a unidade tem incluído em média 700 (setecentos) processos na sessão virtual.

O atendimento de advogados é realizado pelo balcão virtual e por videoconferência.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 5.442 para 4.458), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 5.822 (cinco mil, oitocentos e vinte e dois) feitos, e no mês anterior à inspeção eram 4.458 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e oito).

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 188 (cento e oitenta e oito) para 284 (duzentos e oitenta e quatro), na última inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 08 (oito) meses, enquanto que esse mesmo tempo, nas Turmas Regionais Suplementares, equivale a 10 (dez) meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média das Turmas Regionais.

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 33.

b) O Gabinete deve priorizar o julgamento dos embargos de declaração para redução deste acervo específico pois, segundo o levantamento efetuado na última inspeção – 31/8/2021, houve aumento de 188 (cento e oitenta e oito) para 284 (duzentos e oitenta e quatro) processos da espécie.

c) Manter as providências adotadas para à diminuição do acervo geral. Verificou-se o cumprimento das Metas 1 e 2 do CNJ quanto à diminuição do acervo, o que importa no reconhecimento do bom trabalho, cabendo elogio ao Desembargador Federal Luiz Fernando Wowk Penteado e a sua equipe.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL
TURMA REGIONAL SUPLEMENTAR DO PARANÁ**

DESEMBARGADORA FEDERAL CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

GAB. 103 (Desembargadora Federal Claudia Cristina Cristofani)

2.2 Turma

Turma Regional suplementar do Paraná

2.3 Competência

Matéria Previdenciária

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Cláudia Cristina Cristofani

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Sim, 21/6/2021 saiu de um gabinete com competência penal/Porto Alegre - RS (gab. 71), deixando acervo de 365 processos e lotou-se no atual gabinete/Curitiba/PR, com competência previdenciária, com acervo inicial de 6.458 processos.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva, atual Vice-Presidente desta Corte.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Fernanda Cardoso França Pozzer - chefe de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	00
Estagiários de nível médio	00
Estagiários de nível superior	01

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)	
Total em tramitação	7.869
Processos suspensos/sobrestados	321
Processos conclusos	7.016
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	7.869
Acervo ajustado no TRF** (ao início do 12º mês anterior)	8.666
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	7.016
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	7.125
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	321
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	385

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	0

Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	0
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	0
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	0
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	0
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	0

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	60
Mandados de segurança	1
IRDR	2
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	2
Reclamações	3
Ações rescisórias	43
Outros	9

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	7.809
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	48
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	196
Outros	7.761

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	7.809
Apelações cíveis	7.171
Agravos de instrumento	477
Outros	161

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	321
Por IRDR	5
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	44
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	195

Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	138
Agravos legais/regimentais	27
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	13
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	17
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	7

4.12 Processos com tutela provisória pendente:	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	9
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	21

4.13 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	3.358
Ano anterior	1.915
2º ano anterior	898
3º ano anterior	51
4º ano anterior	12
5º ano anterior ou mais antigo	4

4.14 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	3.967
Ano anterior	2.294
2º ano anterior	694
3º ano anterior	93
4º ano anterior	25
5º ano anterior	10
6º ano anterior ou mais antigo	37

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição	
Ano atual	3.157
Ano anterior	2.741
2º ano anterior	961
3º ano anterior	108

4º ano anterior	27
5º ano anterior	9
6º ano anterior	3
7º ano anterior ou mais antigo	10

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	4
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	1

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	6.460
Total de Processos julgados	6.639
Total de Processos baixados	8.040
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-179
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-1.580

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	51
Total de feitos não regularizados	não se aplica
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	47
Total de feitos não regularizados	não se aplica

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	7.156
Processos julgados no ano anterior	7.003
Processos distribuídos no ano corrente	4.543
Processos julgados no ano corrente	4.296

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	29
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	11
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	12
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.885
Pendentes no último dia do mês anterior	23
Porcentagem de atendimento da meta	99,41

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2
Pendentes no último dia do mês anterior	0

Porcentagem de atendimento da meta	100
------------------------------------	-----

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.

Taxa de congestionamento em 2020	51,87
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	Não se aplica

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.
Não se aplica.

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)	
3424 - Usurpação de águas	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
Sim: julgar no prazo de 60 dias os processos ns 50008360720134047008, 50003112520134047008, 50012959620144047000, 50816976720144047000, 50014495820124047009, 50216619020134047001, 50427954520144047000, 50660806720144047000; manter mecanismo que impeça ao máximo a possibilidade de ocorrência de processos com tutela antecipada sem que sejam julgados ou levados ao Colegiado em até 60 dias e manter e enfatizar as metas adotadas em relação à diminuição do acervo.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)
O Processo 50008360720134047008 encontra-se pendente de julgamento, porquanto a parte autora requer sustentação oral presencial, os demais, foram julgados. Em relação as demais diretrizes, destacamos que a Desembargadora Federal Cláudia tomou posse, em 21/6/2021, passando a gerenciar o gabinete em matéria previdenciária. Atenta às recomendações feitas ao gabinete, à época, em que o Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva atuava, mantém-se firmes os objetivos traçados pela inspeção, em que foi determinada a divisão de competências, estabelecimento de metas, apropriação de modelos etc, reestruturando a sistemática de trabalho, a partir de então, a fim de dar vazão ao enorme volume de trabalho. Quanto as outras recomendações, abstém-se de justificar, pois não possui informações adequadas por não parte da gestão do gabinete.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Consoante referido, o gabinete mantém-se firme nos objetivos traçados, sistematizando novas rotinas de trabalho com divisão de competências, estabelecimento de metas, apropriação de modelos, reestruturando para, a partir de então, dar vazão ao enorme volume de processos.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Não

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Tendo em conta o enorme fluxo de processos, o gabinete teve que traçar sistemáticas de trabalho para tentar facilitar a sua movimentação. Assim, estabeleceu-se como objetivo a especialização: os servidores foram divididos por competências, a fim de criar um ritmo de trabalho a permitir conhecimento da doutrina e da jurisprudência. Prima-se pelos processos mais antigos, sem olvidar das tutelas de urgência. Cada servidor tem um localizador com 'preferências', onde são colocados processos mais urgentes.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Fernanda Cardoso França Pozzer.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Há especialização: os servidores foram divididos por competências, a fim de criar um ritmo de trabalho a permitir conhecimento da doutrina e da jurisprudência. Há 17 servidores, todos são envolvidos com a atividade-fim. Um servidor, entretanto, verifica os processos pautados, fazendo a sua revisão. Outro servidor, além da atividade-fim, faz as rotinas de secretaria, administrando processos que são distribuídos e localizando-os com os servidores.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Atualmente, em razão da pandemia, todos os servidores estão em teletrabalho. Entretanto, com a sua regulamentação pela Corte, há 4 servidores que já o exerciam.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

O teletrabalho para um servidor é integral e para três é parcial.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

A produção do servidor é aferida conforme solicitação e atribuições repassadas pela chefia.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Não há hipótese do descumprimento de metas. Acaso haja o descumprimento reiterado, o teletrabalho poderá ser repensado pela chefia.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há processos físicos.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos eletrônicos são organizados em localizadores.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Todo o controle é efetuado pelo G4 e pelo eproc.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Como boa parte dos servidores possuía experiência em matéria penal, e optou por enfrentar o desafio de se adaptar à matéria previdenciária, exigindo-se esforço da equipe na atualização doutrinária e jurisprudencial, ainda não foram adotadas metas nesta fase inicial de adaptação. Como alhures referido, estamos reestruturando a sistemática de trabalho.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Tendo em conta a recente chegada ao gabinete previdenciário, ainda não foram implementadas.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Processos com prioridade legal são analisados assim que possível. Já processos relativos à meta do CNJ ainda não estão sendo analisados.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

São criadas ações preferenciais no eproc, onde os servidores têm acesso aos modelos e textos padrões do gabinete.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A necessidade de capacitação dos servidores surge de conversas com o grupo.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Através do G4. São sobrestados os processos em que há determinação das Cortes Superiores. Estamos verificando se todos os processos estão sobrestados adequadamente.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

O gabinete ainda está tomando ciência das metas, bem como estruturando medidas para implementá-las.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Geralmente na próxima sessão.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Por pesquisa e informativos.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Pelo eproc e com sustentação de argumentos.

28. A unidade possui plano de gestão?

Tendo em conta a recente chegada ao gabinete previdenciário, os gestores priorizaram a montagem da equipe: éramos 12 servidores e passamos a 17. Depois, passamos a dividir as competências dos processos, criação de modelos etc. O próximo passo será otimizar a sistemática de trabalho para aumentar a produtividade e baixar o acervo.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Lotação completa, com servidores comprometidos e capacitados.
b) gestão do trabalho	Focada no acervo, mas primando pela qualidade do produto a ser entregue ao jurisdicionado.
c) resultados	Otimizar a sistemática de trabalho para aumentar a produtividade e baixar o acervo.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Além de melhorar o conhecimento na matéria previdenciária, devemos sistematizar a triagem para fins de agrupamento de processos semelhantes e otimizar as rotinas de trabalho para aumentar a produtividade e baixar o acervo.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Boa parte das ações são efetuadas através da ferramenta eproc, com textos padrões, modelos e ações preferencias.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O teletrabalho evidenciou que o trabalho pode ser efetuado com zelo e não afetar a produção.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Através do G4.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50540261020204040000	13/11/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguarda julgamento de embargos de declaração.		
50183125220214040000	6/5/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 14/9/2021.		
50184813920214040000	7/5/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na sessão virtual de 28/9/2021.		
50188650220214040000	10/5/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 14/9/2021.		
50190426320214040000	11/5/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 14/9/2021.		
50236622120214040000	10/6/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 14/9/2021, restando prejudicado o exame do agravo interno e regimental.		
50160919620214040000	22/4/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 14/9/2021, com agravo interno e regimental prejudicado.		
50206231620214040000	20/5/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 14/9/2021, julgado prejudicado o agravo interno e regimental.		
50227355520214040000	3/6/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 14/9/2021, julgando prejudicado o agravo interno e regimental.		
50242043920214040000	14/6/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo interno julgado em 17/8/2021. Baixa definitiva em 8/9/2021.		
50033039020174047210	24/7/2020	Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Processo distribuído à 4ª Turma, sob a relatoria do Desembargador Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle, não é matéria distribuída a este gabinete.		
50316621220194047200	28/10/2020	Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Processo pertence à 1ª Turma, sob a relatoria do Desembargador Federal Leandro Paulsen, não é competência previdenciária.		
50026398020174047203	28/8/2018	Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Processo não foi distribuído a este gabinete, estando afeto à matéria tributária, junto à 1ª Turma, sob a relatoria do Juiz Federal Marcelo De Nardi.		
50166372720174047200	12/9/2018	Mandado de Segurança Coletivo

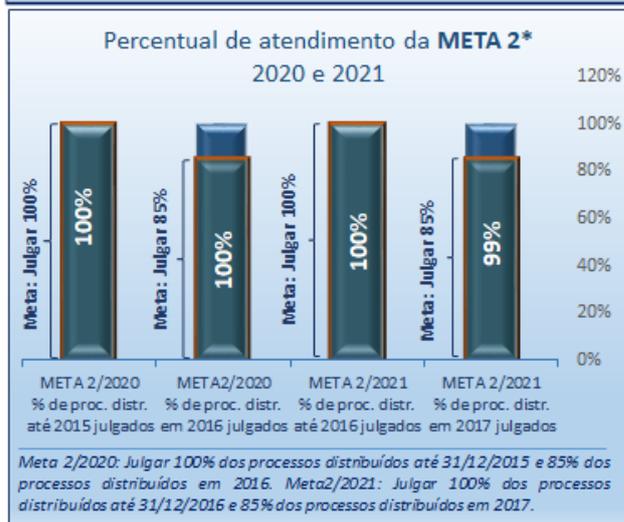
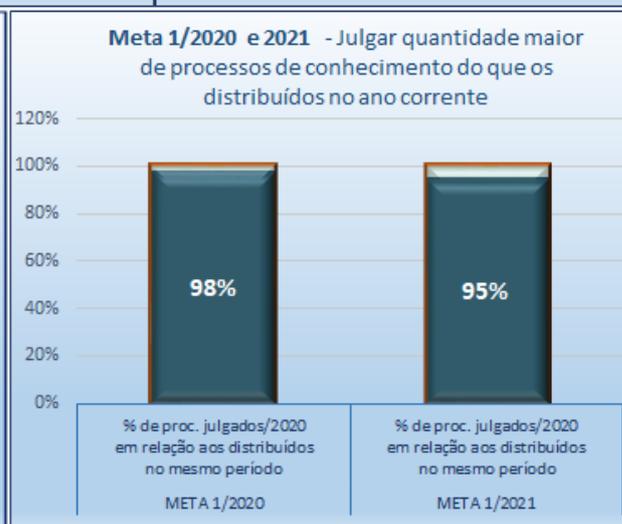
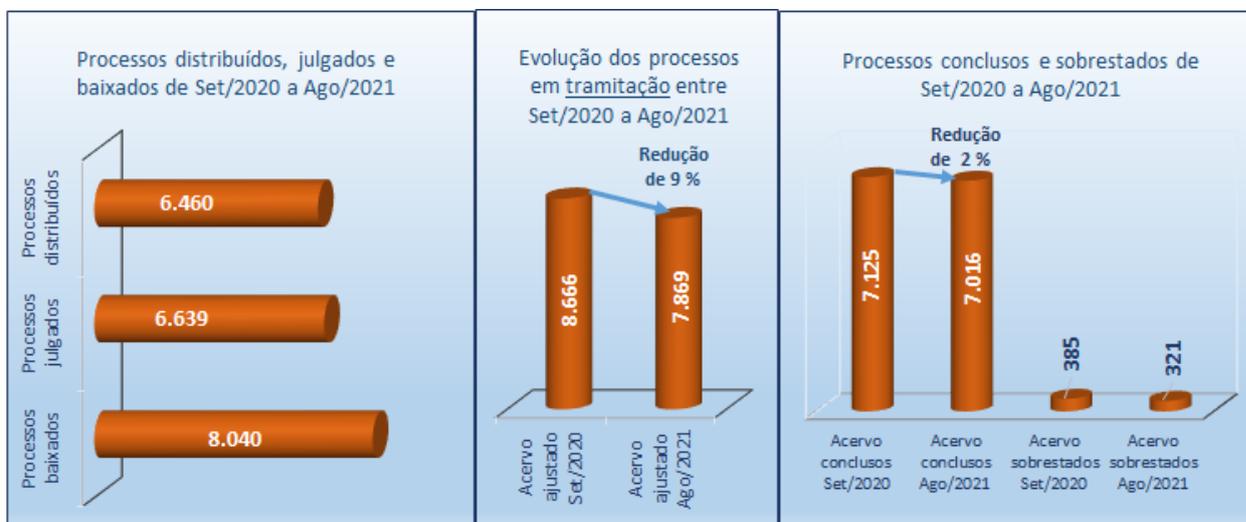
Observação/Providência: Processo pertence à 1ª Turma, sob a relatoria do Desembargador Federal Leandro Paulsen, não é da competência previdenciária.		
50231630820194040000	25/9/2015	Cumprimento de Sentença (Seção)
Observação/Providência: Modificada a relatoria do processo na 3ª seção, processo distribuído ao gabinete do Desembargador Federal Celso Kipper.		
50466077020194040000	5/11/2019	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (Seção)
Observação/Providência: Processo aguarda para ser minutado.		
50392751820204040000	18/8/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Processo incluído na sessão virtual de 28/9/2021.		
50240814120214040000	14/6/2021	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (Seção)
Observação/Providência: Distribuído por prevenção em 6/2021, aguarda ordem de distribuição para ser minutado.		
50272867820214040000	2/7/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Aguarda transcurso de prazo de intimação do Estado do Paraná.		
50006587320184047011	24/4/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 14/9/2021.		
50076787520184049999	5/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Determinado sobrestamento do processo pelo Tema 692.		
50432884620194047000	24/3/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de 28/9/2021.		
50021415020184047008	1º/10/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo foi julgado na sessão virtual de 14/9/2021 e os embargos de declaração foram julgados prejudicados.		
50040731920174047005	6/2/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo estava sobrestado em razão do Tema 979. Entretanto, por equívoco, olvidou-se de passar a fase de sobrestamento dos autos. Aguarda ordem de distribuição para ser minutado.		
50035474320174047008	5/12/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo estava suspenso em razão do Tema 1031. Aguarda manifestação do INSS sobre a juntada de documentos para julgamento.		
50018381720194047003	9/12/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo foi minutado, com embargos de declaração e aguarda inclusão e pauta.		
50161558720184049999	15/6/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Determinado sobrestamento do processo pelo Tema 692.		

50292622320214040000	14/7/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Agravo interno incluído na sessão virtual de 28/9/2021.		
50009738420164047007	14/6/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo estava sobrestado em razão do Tema 979. Entretanto, por equívoco, olvidou-se de passar a fase de sobrestamento dos autos. Aguarda ordem de distribuição para ser minutado.		
50030984720154047011	31/5/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo estava sobrestado em razão do Tema 979. Entretanto, por equívoco, olvidou-se de passar a fase de sobrestamento dos autos. Aguarda ordem de distribuição para ser minutado.		
50010209220164047028	22/2/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Negado provimento ao recurso, nos termos do art. 932, IV, b. Processo baixado em 1º/9/2021.		
50528215820164049999	5/12/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado, nos termos do artigo 932, V, b, do CPC, dando provimento à apelação do INSS.		
50064621420164047004	21/6/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo estava sobrestado em razão do Tema 1.057. Entretanto, por equívoco, olvidou-se de passar a fase de sobrestamento dos autos. Aguarda ordem de distribuição para ser minutado.		
50020926520164047012	31/5/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo estava sobrestado em razão do Tema 979. Entretanto, por equívoco, olvidou-se de passar a fase de sobrestamento dos autos. Aguarda ordem de distribuição para ser minutado.		
50038096620124047008	3/7/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Determinado sobrestamento do processo pelo Tema 1.018.		
50095278920174047001	7/8/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo estava sobrestado em razão do Tema 1.057. Entretanto, por equívoco, olvidou-se de passar a fase de sobrestamento dos autos. Aguarda ordem de distribuição para ser minutado.		
50535557220174049999	25/9/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 14/9/2021.		
50056902020174047003	24/4/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Determinado sobrestamento do processo pelo Tema 1.018.		
50121658820184049999	24/4/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo aguarda ordem de distribuição e preferência para ser minutado.		
50045938820174047001	30/11/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Determinado sobrestamento do processo pelo Tema 692.		
50416106420174047000	3/7/2018	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Determinado sobrestamento do processo pelo Tema 1.070.		
50232368720184049999	6/9/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguarda ordem de preferência e distribuição para ser minutado.		
50306798920184049999	27/11/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguarda para ser minutado, segundo ordem de preferência e distribuição.		
50046278520164047005	3/12/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo aguarda ser minutado por ordem de distribuição e preferência.		
50077575820174047002	10/01/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado na sessão virtual de 14/9/2021.		
50008620520134047008	23/8/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo retirado de sessão virtual a pedido da parte, aguarda deslinde de procedimento de habilitação para ser incluído em pauta telepresencial.		
50092996420104047000	9/11/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Determinado sobrestamento do processo pelo Tema 1.102.		
50021768520104047009	6/9/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo estava suspenso em razão do Tema 546/STJ e 709/STF, retornou para juízo de retratação, mas encontra-se pendente de habilitação de herdeiros.		
50005251620134047008	18/3/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo retirado de sessão virtual a pedido da parte, aguarda para ser incluído em pauta telepresencial.		
50008360720134047008	23/5/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo retirado de sessão virtual a pedido da parte, aguarda para ser incluído em pauta telepresencial.		
50547813420204040000	12/7/2010	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Expedida requisição de pagamento.		
50177617220214040000	3/5/2021	-
Observação/Providência: Processo julgado em 29/7/2021, com trânsito em julgado e baixa definitiva em 14/9/2021.		
50248580720184049999	28/9/2018	-
Observação/Providência: processo julgado em 10/8/2021 e acórdão publicado em 19/8/2021.		
50137950420214040000	6/4/2021	-
Observação/Providência: Processo julgado em 10/8/2021, acórdão publicado em 12/8/2021 e baixado em 2/9/2021.		
50173728720214040000	29/4/2021	-
Observação/Providência: Processo julgado em 10/8/2021 e acórdão publicado em 12/8/2021.		
50339874120204047000	12/2/2021	-

Observação/Providência: Processo julgado em 10/8/2021, acórdão publicado em 17/8/2021 e baixa definitiva em 27/8/2021.

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 52 (cinquenta e dois) processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, nenhum é físico.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Apreciar petição em até 30 dias:

50046278520164047005

b) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

50466077020194040000	50040731920174047005	50030984720154047011
50064621420164047004	50095278920174047001	50005251620134047008

c) Incluir em julgamento em até 60 dias:

50540261020204040000

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela desembargadora federal, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor:

A distribuição dos processos é feita no sistema eproc e a triagem inicial por matérias é feita por uma servidora.

Há 16 (dezesseis) servidores atuando na área fim, especializados por matéria e exercendo o teletrabalho, e 01 (uma) servidora, que faz a triagem inicial dos processos. Não há estagiários.

As metas de prioridades legais e do CNJ são devidamente observadas.

O atendimento dos advogados é feito de forma remota pela ferramenta *zoom*, com agendamento prévio efetuado por e-mail.

São realizadas 3 (três) sessões de julgamento por mês, de modo virtual e telepresencial.

Há reuniões realizadas semanalmente entre a desembargadora federal e sua equipe para atualização de critérios de trabalho e orientações necessárias.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 7.080 para 7.016), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 7.125 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 7.016.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 102, na última inspeção, para 195, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 11 meses, enquanto que esse mesmo tempo, nas Turmas Recursais Suplementares, equivale a 10 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média das Turmas Recursais.

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 33.

b) O gabinete deve priorizar o julgamento dos embargos de declaração para redução deste acervo específico pois, segundo o levantamento efetuado na última inspeção – 31/8/2021, houve aumento de 102 (cento e dois) para 195 (cento e noventa e cinco) processos da espécie.

c) Manter as providências adotadas para à diminuição do acervo geral. Verificou-se o cumprimento das Metas 1 e 2 do CNJ quanto à diminuição do acervo, o que importa no reconhecimento do bom trabalho, cabendo elogio à Desembargadora Federal Cláudia Cristina Cristofani e a sua equipe.

GABINETES INTEGRANTES DA TURMA REGIONAL SUPLEMENTAR DE SANTA CATARINA

DESEMBARGADOR FEDERAL SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Sebastião Ogê Muniz.

2.2 Turma

Turma Regional Suplementar de Santa Catarina.

2.3 Competência

Julgamento de feitos relativos à previdência (RGPS), assistência social e ao fornecimento de medicamentos e tratamentos médico-hospitalares, nas ações que, em primeiro grau, sejam oriundas da Seção Judiciária de Santa Catarina e do Estado de Santa Catarina (competência federal delegada).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Sebastião Ogê Muniz.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Sim, em 7/1/2020 o Desembargador deixou a 2ª Turma (competência tributária) e passou a integrar a Turma Regional Suplementar de Santa Catarina. Acervo deixado (Gab. 22 - atual Gabinete do Juiz Federal Alexandre Rossato da Silva Ávila): 4.798; Acervo assumido (Gab. 93 - antigo Gabinete do Desembargador Federal Jorge Antônio Maurique): 2.540.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Édis André Taffarel - analista judiciário - chefe de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	11 (onze) - lotação completa.
Servidores sem vínculo	Não há.
Estagiários de nível médio	Não há.
Estagiários de nível superior	Não há.
Outros	Não há.

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)	
Total em tramitação**	4.554
Processos suspensos/sobrestados	567
Processos conclusos	3.745
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	4.554
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	3.968
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	3.745
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3.005
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	567
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	595

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao

magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	77
Mandados de segurança	4
IRDR	1
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	1
Reclamações	7
Ações rescisórias	59
Outros	5

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	4.477
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	27
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	18

Outros	4.450
--------	-------

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	4.477
Apelações cíveis	3.980
Agravos de instrumento	401
Outros	96

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	567

Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	6
Por Recurso Especial	197
Por Recurso Extraordinário	17

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	83
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	54
Agravos legais/regimentais	6
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	2
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	5
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	4

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	3
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	32

4.13 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	1.037
Ano anterior	308
2º ano anterior	136
3º ano anterior	86
4º ano anterior	29
5º ano anterior ou mais antigo	9

4.14 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	2.190
Ano anterior	605
2º ano anterior	90
3º ano anterior	52
4º ano anterior	25

5º ano anterior	16
6º ano anterior ou mais antigo	21

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição

Ano atual	1.787
Ano anterior	1.414
2º ano anterior	447
3º ano anterior	56
4º ano anterior	25
5º ano anterior	9
6º ano anterior	0
7º ano anterior ou mais antigo	7

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	4
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	1

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de Processos distribuídos	5.143
Total de Processos julgados	4.634
Total de Processos baixados	5.068
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	509
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	75

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	80
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	30
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	5.454
Processos julgados no ano anterior	4.322
Processos distribuídos no ano corrente	3.586
Processos julgados no ano corrente	3.208

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	53
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	24
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	7
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.026
Pendentes no último dia do mês anterior	23
Porcentagem de atendimento da meta	97,76

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.

Taxa de congestionamento em 2020	44.88
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	Não se aplica

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0

Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Não se aplica.

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (Informar o número de processos pendentes por assunto)

3424 - Usurpação de águas	0
3429 - Alteração de local especialmente protegido	0
3619 - Crimes contra a Fauna	0
3621 - Da Poluição	0
3622 – Agrotóxicos	0
3623 - Atividades Nucleares	0
3624 – Caça	0
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	0
3627 – Pesca	0
3651 - Crimes Agrários	0
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	0

9583 - Arrendamento Rural	0
10016 - Inspeção Fitossanitária	0
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	0
10085 - Água e/ou Esgoto	0
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	0
10091 - Terreno de Marinha	0
10094 - Terras Indígenas	0
10095 - Águas Públicas	0
10102 - Terras Indígenas	0
10103 - Terreno Aldeado	0
10104 - Restituição de área - FUNAI	0
10105 - Demarcação	0
10106 - Recursos Minerais	0
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	0
10110 - Meio Ambiente	0
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	0
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	0
10113 – Flora	0
10114 – Fauna	0
10115 - Transgênicos	0
10116 - Agrotóxicos	0
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	0
10119 - Gestão de Florestas Públicas	0
10396 – Ambiental	0
10397 – Sanitárias	0
10438 - Dano Ambiental	0
10986 - Crime contra a administração ambiental	0
11822 – Mineração	0
11823 - Reserva legal	0
11824 - Recursos Hídricos	0
11825 – Poluição	0
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	0
11827 - Zona Costeira	0
11828 - Área de Preservação Permanente	0

11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	0
11830 - Patrimônio Cultural	0
11836 - Parcelamento do Solo	0
11841 - Política Agrícola	0
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	0
11862 - Saneamento	0
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	0
9994 - Indenização por dano ambiental	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Foram as seguintes recomendações da última inspeção: a) manter a metodologia de gestão, baseada em relatórios obtidos nos sistemas G4 e eproc, que resultou em uma acentuada queda no acervo da unidade, com excelente índice de alcance de metas e boa produtividade; b) com relação aos processos 50524020420174049999 e 50526333120174049999, recomenda-se priorizar a conclusão do julgamento, em razão de pedido de vista há mais de 120 (cento e vinte) dias; e c) na hipótese de ainda não ter formado sua convicção, que devolva o processo ao relator para ser renovado o julgamento sem a sua presença.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) foi mantida a metodologia de gestão baseada em relatórios dos sistemas G4 e eproc; b e c) Os processos 50524020420174049999 e 50526333120174049999 foram incluídos na pauta da sessão virtual com encerramento em 11/5/2020, havendo a turma, por maioria, acolhido a questão de ordem do relator, para sobrestar o feito até a conclusão do julgamento, pela Corte Especial, de arguição de inconstitucionalidade sobre a matéria controvertida.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não se aplica.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

A unidade não atendeu em 100% a Meta 1. A unidade empreendeu esforços para julgar os feitos com distribuição mais remota. Para tanto, os processos mais antigos foram

identificados e repassados para todos os membros da equipe para a elaboração da minuta de voto, de modo a alcançá-la com maior rapidez. Uma vez cumprida a Meta 2, a unidade encontra-se numa segunda etapa de abordagem, a fim de atingir a Meta 1 em 100%. Para tanto, está adotando as seguintes estratégias: identificação, inclusive no momento da distribuição, dos processos envolvendo assuntos menos complexos e encaminhando-os imediatamente ao servidor responsável pela matéria, para inclusão nas pautas seguintes; identificação, a partir de relatórios gerados no sistemas eproc e G4, de processos com idêntica temática/controvérsia, a fim de serem examinados pelo mesmo servidor, como forma de otimizar a análise dos processos.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A unidade alterou sua competência em 7/1/2020, adaptando-se, também, à divisão da equipe em duas sedes distintas: Florianópolis (Desembargador e uma servidora) e Porto Alegre (demais servidores). Como boas práticas, cita-se: a triagem e saneamento dos processos, em seguida à distribuição; a utilização de decisões terminativas; a suspensão dos processos, uma vez identificado tratar-se de matéria com ordem de suspensão; a conversão em diligência por decisão monocrática, para eventual complementação de prova; todos os servidores dedicarem-se à atividade-fim. As dificuldades dizem respeito, especialmente, ao número reduzido de servidores, contando a turma com a maior média de processos distribuídos por servidor e os gabinetes que a integram com a menor lotação dentre os gabinetes da mesma competência, o que já foi relatado à Administração pelos três gabinetes que a integram. Nada obstante, a unidade tem empreendido todos os seus esforços para garantir célere julgamento dos feitos.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Édis André Taffarel.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Todos os 11 servidores, inclusive assessoria e chefia, dedicam-se à elaboração de minutas (atividade-fim). As atribuições administrativas (atividade-meio) são distribuídas entre assessoria, chefia de gabinete e assessoria adjunta, que também prestam apoio ao desembargador nas sessões de julgamento dos diferentes órgãos que ele integra (Turma, Seção, Corte Especial Judicial, Corte Especial Administrativa, Plenário Judicial e Plenário Administrativo). Cada servidor é responsável por, pelo menos, um acervo de matéria específica, de acordo com o perfil do servidor e a necessidade do gabinete. No âmbito de sua(s) matéria(s), o servidor é responsável pela elaboração do inteiro teor (relatório, voto e acórdão), inclusive em eventuais embargos de declaração, e pelo exame de pedido de tutela provisória. Demais despachos (regularização processual, saneamento, suspensão do processo etc) são elaborados pelas chefias.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Prejudicado, pois, no momento, toda a equipe encontra-se em regime de trabalho remoto compulsório, em virtude das restrições decorrentes da pandemia de COVID-19.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Prejudicado, pois, no momento, toda a equipe encontra-se em regime de trabalho remoto compulsório, em virtude das restrições decorrentes da pandemia de COVID-19.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Prejudicado, pois, no momento, toda a equipe encontra-se em regime de trabalho remoto compulsório, em virtude das restrições decorrentes da pandemia de COVID-19.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Prejudicado, pois, no momento, toda a equipe encontra-se em regime de trabalho remoto compulsório, em virtude das restrições decorrentes da pandemia de COVID-19.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há processos físicos, somente eletrônicos. A triagem dos processos é realizada na distribuição e visa à verificação especialmente do seguinte: competência; prevenção; irregularidades a serem sanadas pelo juízo de primeiro grau; prioridade legal; autuação (partes e procuradores); assunto do processo; controvérsia a ser examinada; complexidade da controvérsia; pedido de tutela provisória; necessidade de abertura de vista ao MPF; tema de recurso repetitivo; admissibilidade do feito (tempestividade e cabimento).

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

A organização dos processos dá-se pelos localizadores "nativos" do próprio sistema eproc ou por aqueles criados pelo gabinete, esses relacionados especialmente às diferentes matérias, à "localização" do processo quando esse encontra-se "fora" do gabinete e aos procedimentos de pré-pauta e pós-pauta. Além disso, são utilizados localizadores "pessoais", com o nome de cada servidor, para os processos que estão sob sua análise, diferenciando-se, ainda, aqueles para exame de embargos de declaração e para despacho.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle é efetuado por relatórios do sistema eproc e do sistema G4, os quais permitem a busca de processos pelos mais diversos parâmetros, e, rotineiramente, também pelos localizadores do eproc, após triagem.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim. As metas individuais são traçadas mediante diferentes critérios, procurando mesclar processos mais antigos (Meta 2 CNJ) e com prioridade legal com aqueles de menor complexidade. Há meta coletiva de julgar mais processos do que entra da distribuição, em relação ao mês corrente, e de incluir em pauta processos em número, no mínimo, equivalente ao número de processos incluídos pelos outros gabinetes que integram a Turma.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Tão logo recebidos no gabinete, tais feitos são encaminhados ao servidor responsável pela matéria do processo, com anotação de "meta" e "prioridade" (conforme o caso), para que sejam incluídos nas próximas sessões de julgamento. Se for o caso de, primeiramente, sanear o processo, a decisão é elaborada imediatamente e encaminhada ao desembargador. O acompanhamento é feito pelos localizadores específicos.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, nos casos de manifesta inadmissibilidade do recurso, incompetência do Tribunal, perda de objeto e matérias relacionadas a temas de recursos repetitivos com acórdãos já publicados.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos de votos/decisões e os textos de fundamentação padrão são previamente aprovados pelo desembargador e compartilhados entre todos os servidores do gabinete, para utilização nas minutas, mediante a pertinente adequação ao caso concreto. Tais modelos/textos padrões são criados diretamente no sistema eproc. Na eventual mudança de legislação ou evolução da jurisprudência, os modelos/textos são adaptados a fim de não ficarem defasados.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A partir de levantamento periódico realizado pelo núcleo de capacitação de servidores do setor de recursos humanos, especialmente em momentos em que há grande mudança na legislação (como no caso da recente reforma da previdência).

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle é feito mediante identificação de temas com expressa determinação de suspensão, na sistemática dos recursos repetitivos. Nos processos novos, a identificação é feita na triagem. Nos processos do acervo, a identificação é feita por relatórios do sistema eproc, mediante consulta ao assunto e/ou localizadores temáticos dos processos. Uma vez identificada a publicação do acórdão do tema, o processo é encaminhado para análise, por ordem cronológica. Encontram-se sobrestados os feitos relacionados às seguintes matérias/Temas: a) do STJ: 692, 979, 995, 1018, 1031, 1050, 1070, 1083; b) do STF: 616, 1102.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Pela unidade, não, mas há um setor específico do Tribunal (Sistema de Conciliação), o qual periodicamente solicita às unidades o encaminhamento de processos de determinadas matérias, as quais são selecionadas em âmbito interinstitucional.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

De regra, os pedidos de vista são levados a julgamento na sessão imediatamente subsequente.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Mediante consulta ao banco de dados da jurisprudência do Tribunal, pelo portal do TRF4.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

São duas as modalidades de sessões virtuais: a) sessões virtuais propriamente ditas, cuja duração é de, no mínimo, cinco dias, sendo realizada diretamente em plataforma própria do eproc. Qualquer julgador integrante do órgão colegiado pode opor-se ao julgamento nessa modalidade, até o término da sessão. Também podem opor-se ao julgamento nessa modalidade os advogados/procuradores e o Ministério Público Federal, observado o prazo, definido em resolução específica, a partir da publicação da pauta; e b) sessões telepresenciais, com uso da plataforma zoom, nas quais há possibilidade de realização de sustentação oral de forma remota. As sessões virtuais e telepresenciais estão reguladas pelas Resoluções TRF n. 47/2019 e n. 29/2020.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A unidade encontra-se com lotação de servidores completa, porém, entende-se que essa lotação é insuficiente face à atual demanda de trabalho, superior àquela existente quando da criação das Turmas Suplementares, encontrando-se em curso um estudo, pela atual Administração do Tribunal, de ampliação do número de servidores dos 3 gabinetes da Turma. Quanto aos estagiários, são 3 vagas disponibilizadas; todavia, a unidade avaliou que a última contratação de novos estagiários, durante a pandemia, não se mostrou produtiva, em face de substanciais dificuldades no treinamento de novos estagiários à distância.
c) resultados	Em que pese a unidade não venha atingindo a Meta 1 CNJ, o direcionamento de toda a sua força de trabalho para a atividade-fim e o esforço conjunto de todos os seus servidores tem logrado alcançar resultados que colocam a unidade dentre os gabinetes com melhor acervo total, tanto no aspecto quantitativo, quanto no aspecto cronológico (processos de distribuição recente), inclusive no que diz respeito ao acervo de embargos de declaração em tramitação, dentre os gabinetes integrantes da Terceira Seção (competência previdenciária).
b) gestão do trabalho	A gestão do trabalho enfrentou desafios em virtude do trabalho remoto compulsório, os quais foram superados após um período de adaptação, mediante utilização do maior número possível de ferramentas tecnológicas disponíveis (relatórios do eproc e G4; reuniões periódicas via zoom; troca de informações via aplicativos de comunicação; máximo aproveitamento das ferramentas de automatização de rotinas de trabalho).

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Alcançar o cumprimento das metas CNJ, em especial a Meta 1, ainda não atingida, e redução do acervo.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Realização de mutirões temáticos e/ou por meta CNJ; identificação de processos com controvérsias idênticas; revisão periódica das metas individuais e coletivas.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O atendimento de advogados por meio do balcão virtual e de meios remotos de audiência (plataforma zoom); o trabalho remoto para todos os servidores, em regime integral; a realização de sessões virtuais e telepresenciais; as ações de treinamento pela plataforma EAD.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Através de relatórios nos sistemas eproc e G4 e pela consulta a localizadores.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50068344720214040000	19/2/2021	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: A tutela proferida neste incidente foi examinada pela turma na sessão de 21/7/2021, nos autos principais (processo n. 50060356620204047201). Diante desse encaminhamento, este incidente foi julgado prejudicado por decisão monocrática do relator. Julgado prejudicado em 2/9/2021; decurso de prazo em 20/10/2021. Processo em dia.		
50132165620214040000	30/0/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguarda prazo de intimação das partes acerca da decisão monocrática (superveniente à decisão liminar), que declarou a incompetência do Tribunal para o julgamento do recurso. Decisão de incompetência em 29/7/2021; trânsito em julgado e baixa em 27/9/2021. Processo em dia.		
50131212620214040000	30/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento de mérito do recurso em 30/8/2021. Aguarda prazo de intimação das partes acerca do acórdão. RE em 1º/9/2021; decurso do prazo em 16/10/2021. Processo em dia.		
50140133220214040000	7/4/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento iniciado em 21/7/2021, oportunidade em que outro desembargador pediu vista. Julgamento retomado e finalizado em 30/8/2021. Processo aguarda prazo de intimação das partes acerca do acórdão. Trânsito em julgado e baixa em 20/10/2021. Processo em dia.		

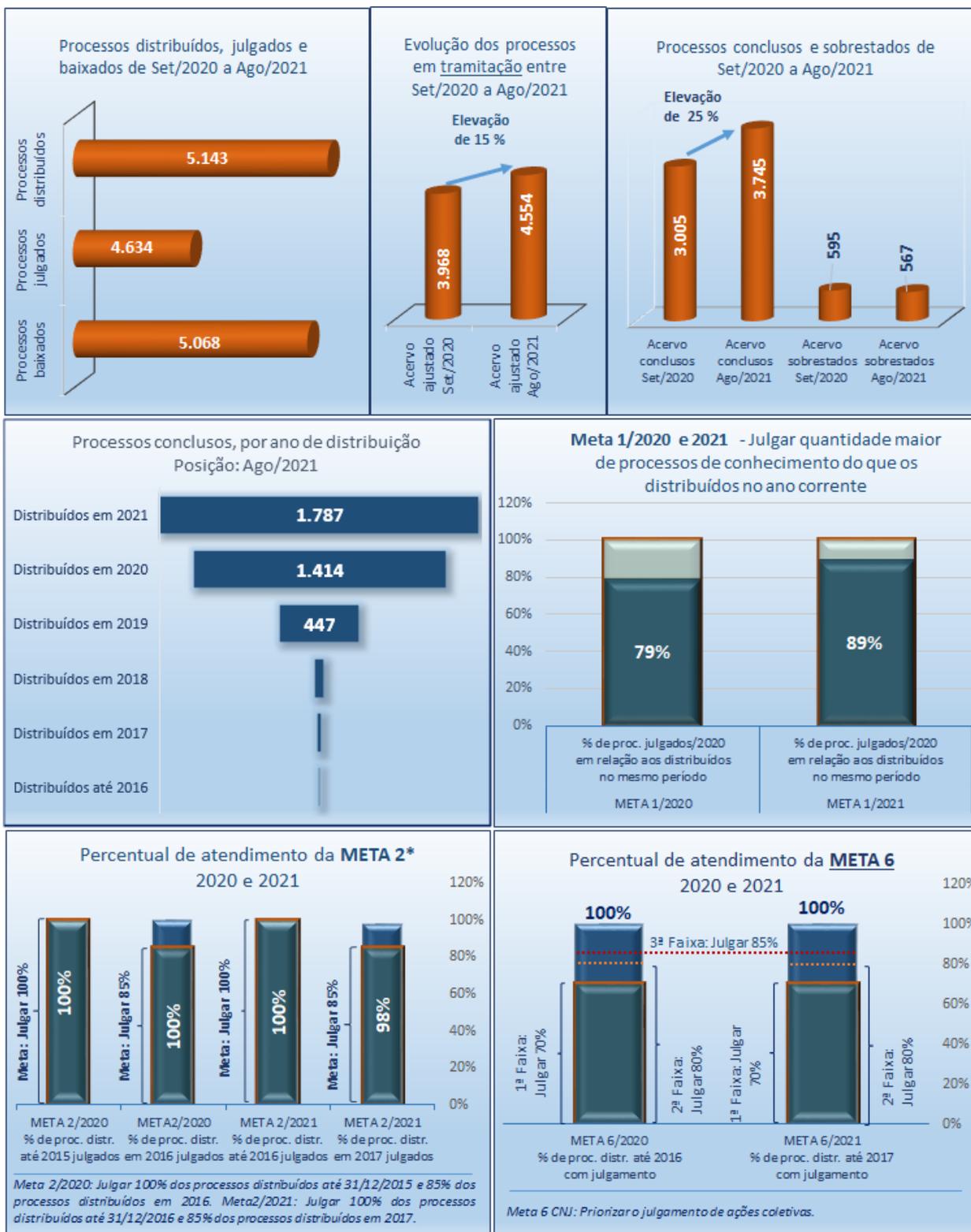
50171060320214040000	28/4/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo encaminhado para outro desembargador, para exame de eventual prevenção, em 24/6/2021. Prevenção acolhida em 8/9/2021, mediante decisão monocrática que também revogou a decisão liminar anterior e julgou prejudicado o próprio recurso. Decurso de prazo em 6/10/2021. Processo em dia.		
50220098120214040000	28/5/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado (mérito e agravo interno) na sessão de julgamento de 30/8/2021. Aguarda prazo de intimação das partes acerca do acórdão. Trânsito em julgado e baixa em 21/9/2021. Processo em dia.		
50220167320214040000	28/5/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado (mérito e agravo interno) na sessão de 30/8/2021, aguardando prazo de intimação das partes acerca do acórdão. Trânsito em julgado e baixa em 21/9/2021. Processo em dia.		
50207479620214040000	20/5/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgado na pauta da sessão de 8/10/2021. embargos de declaração em 18/10/2021. Processo em dia.		
50233651420214040000	8/6/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado (mérito e agravo interno) na sessão de 30/8/2021, já tendo havido o trânsito em julgado do acórdão em 9/9/2021, encontrando-se definitivamente baixado em 9/9/2021. Processo em dia.		
50148153020214040000	13/4/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento iniciado em 21/7/2021, oportunidade em que outro desembargador pediu vista. Julgamento retomado em 30/8/2021, quando houve pedido de vista por outro desembargador. Julgado na pauta da sessão de julgamento de 8/10/2021; acórdão em 20/10/2021. Processo em dia.		
50244616420214040000	15/6/2021	Reclamação (Seção)
Observação/Providência: Processo com minuta pronta, será incluído na próxima sessão da Terceira Seção (data prevista da sessão: 27/10/2021). Processo em dia.		
50124154220194047201	27/4/2021	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Pedido de vista realizado em 21/7/2021. Voto-vista apresentado na sessão seguinte, de 30/8/2021, quando foi então sobrestado na forma do artigo 942 CPC. Aguarda inclusão em pauta pelo relator, para julgamento perante a turma estendida. Processo em dia.		
50067768520154047200	14/3/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (oposição e julgamento dos aclaratórios), mas atualmente em situação regular; Processo cuja relatoria foi deslocada para outro desembargador, uma vez que o relator originário ficou vencido. Incluído na pauta da sessão de julgamento de 8/10/2021, pelo relator p/ acórdão, para exame dos embargos de declaração; confirmada intimação eletrônica em 18/10/2021.		
50095332120204049999	4/6/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento de 8/10/2021, para exame dos embargos de declaração. Processo em dia.		
50083363120204049999	14/5/2020	Apelação Cível

Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 8/10/2021 para julgamento dos embargos de declaração. Processo em dia.		
50089373720204049999	26/5/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta da sessão de julgamento de 8/10/2021, para exame dos embargos de declaração pela Turma. Processo em dia.		
50094275920204049999	26/5/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 8/10/2021, para julgamento dos embargos de declaração. Processo em dia.		
50095003120204049999	2/6/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 8/10/2021, para julgamento dos embargos de declaração. Processo em dia.		
50198974220214040000	14/5/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Mérito do recurso foi julgado na sessão de 30/8/2021. Trânsito em julgado e baixa definitiva em 20/9/2021. Processo em dia.		
50245213720214040000	15/6/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão indeferindo a tutela provisória em 1º/9/2021. Processo em dia.		
50256273420214040000	22/6/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo remetido a outro desembargador integrante da turma para análise de prevenção, a qual não foi acolhida. Tutela examinada pelo relator em 19/9/2021. Processo em dia.		
50258291120214040000	23/6/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão indeferindo a tutela provisória, em 31/8/2021. Processo em dia. Julgamento de mérito em 8/10/2021.		
50277405820214040000	5/7/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão de não conhecimento do recurso em 31/8/2021. Em processamento dos embargos de declaração opostos em face dessa decisão. Processo em dia. Conclusão em 14/10/2021.		
50004799520164047210	31/5/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso por despacho do relator, aguardando julgamento de recurso especial repetitivo (Tema 1070 STJ). Processo em dia. Meta 2/2021 do CNJ.		
50002878020164047205	3/2/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de 8/10/2021, para julgamento do mérito do recurso. Processo em dia. Meta 2/2021 do CNJ.		
50065147720164047208	27/6/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta da sessão de julgamento de 8/10/2021, para análise de mérito. Processo em dia. Meta 2/2021 do CNJ.		
50050182220164047205	14/11/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta da sessão de julgamento de 8/10/2021, para análise de mérito. Processo em dia. Meta 2/2021 do CNJ.		
50000052320174047200	19/2/2018	Apelação Cível

Observação/Providência: Incluído na pauta da sessão de julgamento de 8/10/2021, para análise de mérito. Processo em dia.		
50080997320164047206	14/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da sessão de julgamento de 8/10/2021, para exame de mérito pela turma. Processo em dia.		
50097243720184049999	27/3/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com registro de óbito da parte autora. Aguarda prazo da intimação do INSS para dizer sobre a existência de sucessores previdenciários a serem habilitados. Processo em dia.		
50095206720174047205	5/4/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta da sessão de julgamento de 8/10/2021, para análise de mérito. Processo findo. Baixa definitiva em 19/10/2021.		
50110442520184049999	12/4/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com determinação de baixa à origem para regularização processual. Processo em dia. Baixa definitiva em 18/10/21.		
50060001420174047201	27/4/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta da sessão de julgamento de 8/10/2021, para análise de mérito. Processo em dia.		
50334175020184049999	13/12/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído na pauta da sessão de julgamentos de 8/10/2021, para exame de mérito pela turma. Processo em dia.		
50000520320184047219	7/2/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído na pauta da sessão de julgamento de 8/10/2021, para exame de mérito pela turma. Processo em dia.		
50028773520184047213	12/3/2019	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído na pauta da sessão de julgamento de 8/10/2021, para análise de mérito. Processo em dia.		
50176198320174049999	19/4/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento de 8/10/2021 da turma. Processo em dia. Meta 2/2021 do CNJ.		
50295865720194049999	23/2/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da sessão de julgamento de 8/10/2021. Processo em dia. Meta 2/2021 do CNJ.		
50166298120164047201	30/8/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento de 8/10/2021, para exame de mérito. Processo em dia. Meta 2/2021 do CNJ.		
50058532820204049999	2/4/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta da sessão de julgamento de 8/10/2021, para atendimento à ordem exarada pelo STJ (novo julgamento da remessa necessária). Processo em dia.		
50050066020204047207	17/6/2009	Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Processo incluído na sessão de 8/10/2021, para novo julgamento (juízo de retratação). Processo em dia. Meta 2/2020 do CNJ.		
50452245720194040000	25/10/2019	Reclamação (Seção)
Observação/Providência: Julgamento de mérito concluído em 24/3/2021. Julgamento dos embargos de declaração iniciado em 26/5/2021, oportunidade em que houve pedido de vista por outro desembargador. Julgamento retomado em 25/8/2021. Aguarda voto-vista de outro Desembargador, desde então. Processo em dia.		
50519305620194040000	9/12/2019	Reclamação (Seção)
Observação/Providência: Julgamento de mérito concluído em 24/3/2021. Julgamento dos embargos de declaração iniciado em 26/5/2021, oportunidade em que houve pedido de vista por outro desembargador. Julgamento retomado em 25/8/2021. Aguarda voto-vista de outro Desembargador, desde então. Processo em dia.		
50502478620164040000	17/11/2016	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Cumprimento de sentença (ação de competência originária) requerido em 14/7/2021. Após julgamento de impugnação ao cumprimento de sentença, foi determinada a expedição de RPV e intimação do INSS a respeito do depósito dos honorários, efetuado pela parte contrária. Processo em dia. Meta 2/2021 do CNJ.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 44 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, não há recomendação.

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada no gabinete do Desembargador Federal Sebastião Ogê Muniz, com o magistrado e, simultaneamente, com o Chefe de Gabinete Édís, bem como a Assessora Maria Eugênia. Na ocasião, foi reforçado pelos entrevistados que, embora todos os 11 servidores do gabinete atuem na atividade-fim, ainda há desproporcionalidade no quantitativo de processos para cada servidor, causando acúmulo de demandas, principalmente em razão da inclusão de matérias de saúde na competência da turma. Atualmente, o gabinete não tem estagiários, uma vez que houve dificuldade no treinamento à distância dos referidos, na medida em que eles não podem comparecer pessoalmente ao Tribunal, por força de resolução normativa pertinente.

Como boas práticas, listou-se que o gabinete: a) tem a praxe de fazer as intimações das decisões, para cumprimento, também para Central de Análise de Benefício – CEABs (INSS), agilizando, assim, o atendimento ao jurisdicionado; b) busca-se um olhar mais detido no exame das provas, a fim de evitar a conversão em diligência para a instância de origem; c) julga, em decisão terminativa, tudo o que possivelmente não resultaria em agravo interno; d) busca, em regra, minutar antes de pautar o processo, para evitar a retirada; e) todos atendem advogados, triando os pleitos, inclusive o magistrado enfatizou a disponibilidade de atender pessoalmente os causídicos por videoconferência. Ainda, como boas práticas, foi pontuada a existência de um tutorial, elaborado por uma servidora, que detalha alguns procedimentos do gabinete, para utilização em uma eventual ausência da responsável pelo setor.

Destacou-se, também, como meta ser alcançada pelo gabinete, o julgamento dos processos mais antigos, sempre sendo observadas, todavia, as prioridades legais e situações excepcionais de urgência. O magistrado relatou, outrossim, que os esforços coesos levado a cabo pela equipe, apesar do número pequeno, buscaram com sintonia, a partir dos seus trabalhos, representar a gestão do magistrado.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 1.526 para 3.745), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 3.005 feitos e, no mês anterior à inspeção, eram 3.745.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 49, na última inspeção, para 83, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 11 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na Turma Regional Suplementar, equivale a 10 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, sendo superior à média das Turmas Regionais.

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

Manter a metodologia de gestão com as estratégias elencadas, mediante dados estatísticos do sistema informatizado, bem como do formato de organização dos processos por servidor no afã de otimizar o tempo da tramitação dos feitos, reduzindo o acervo e aumentando a produtividade como verificado nas informações contidas nesse relatório.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL
TURMA REGIONAL SUPLEMENTAR DE SANTA CATARINA**

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO AFONSO BRUM VAZ

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargador Federal Paulo Afonso Brum Vaz

2.2 Turma

Turma Regional Suplementar de Santa Catarina

2.3 Competência

Previdência e Assistência Social e feitos relativos à saúde, ao fornecimento de medicamentos e tratamento médico-hospitalares.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Paulo Afonso Brum Vaz.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não houve remoção, atua na Turma de Santa Catarina desde junho de 2017.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Ranier Souza Medina, Assessor de Desembargador; Ângela Piana Pilotto Dal Bosco - Chefe de Gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	11
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	5
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)	
Total em tramitação**	5.584
Processos suspensos/sobrestados	361
Processos conclusos	4.970
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	15
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	5.584
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	5.653
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	4.970
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	4.339
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	361
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	271

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	0
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	0
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	0
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	0
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	0

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	149
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	2
Reclamações	3
Ações rescisórias	123
Outros	20

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	5.435
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	27
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	28
Outros	5.408

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	5.435
Apelações cíveis	4.639
Agravos de instrumento	543
Outros	253

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	361
Por IRDR	3
Por IAC	0

Por Arguição de Inconstitucionalidade	1
Por Recurso Especial	267
Por Recurso Extraordinário	40

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	111
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	80
Agravos legais/regimentais	13
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	9
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	17
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	14

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	51
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	42

4.13 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	1.698
Ano anterior	642
2º ano anterior	204
3º ano anterior	36
4º ano anterior	14
5º ano anterior ou mais antigo	15

4.14 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	2.601
Ano anterior	1.323
2º ano anterior	237
3º ano anterior	116
4º ano anterior	22
5º ano anterior	7
6º ano anterior ou mais antigo	25

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição

Ano atual	2.340
Ano anterior	1.973
2º ano anterior	438
3º ano anterior	124
4º ano anterior	57
5º ano anterior	12
6º ano anterior	3
7º ano anterior ou mais antigo	23

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	53
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	21

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	3

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de Processos distribuídos	5.139
Total de Processos julgados	4.804
Total de Processos baixados	5.463
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	335
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-324

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na inspeção anterior	59
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	87
Total de feitos não regularizados	5

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	5.486
Processos julgados no ano anterior	4.567
Processos distribuídos no ano corrente	3.579
Processos julgados no ano corrente	3.250

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	46
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	10
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	20
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.246
Pendentes no último dia do mês anterior	53
Porcentagem de atendimento da meta	95,75

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.

Taxa de congestionamento em 2020	51,44
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	não se aplica

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0

Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.	
Iniciado projeto-piloto de Conciliação das demandas previdenciárias através do SISTICON e Procuradoria Federal junto ao INSS. Em relação à desjudicialização propriamente dita, as dificuldades são imensas, devido à litigiosidade do INSS, bem como decorrem do adoecimento geral da população, que gera processos de benefícios por incapacidade e os problemas inerentes à realização de perícias administrativas e judiciais, cujas soluções não dependem somente do Poder Judiciário.	

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)	
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	0
11830 - Patrimônio Cultural	0
11836 - Parcelamento do Solo	0
11841 - Política Agrícola	0
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	0
11862 - Saneamento	0
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	0
9994 - Indenização por dano ambiental	0

10102 - Terras Indígenas	0
10103 - Terreno Aldeado	0
10104 - Restituição de área - FUNAI	0
10105 - Demarcação	0
10106 - Recursos Minerais	0
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	0
10110 - Meio Ambiente	0
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	0
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	0
10113 - Flora	0
10114 - Fauna	0
10115 - Transgênicos	0
10116 - Agrotóxicos	0
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	0
10119 - Gestão de Florestas Públicas	0
10396 - Ambiental	0
10397 - Sanitárias	0
10438 - Dano Ambiental	0
10986 - Crime contra a administração ambiental	0
11822 - Mineração	0
11823 - Reserva legal	0
11824 - Recursos Hídricos	0
11825 - Poluição	0
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	0
11827 - Zona Costeira	0
11828 - Área de Preservação Permanente	0
3424 - Usurpação de águas	0
3429 - Alteração de local especialmente protegido	0
3619 - Crimes contra a Fauna	0
3621 - Da Poluição	0
3622 - Agrotóxicos	0
3623 - Atividades Nucleares	0
3624 - Caça	0
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	0

3627 - Pesca	0
3651 - Crimes Agrários	0
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	0
9583 - Arrendamento Rural	0
10016 - Inspeção Fitossanitária	0
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	0
10085 - Água e/ou Esgoto	0
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	0
10091 - Terreno de Marinha	0
10094 - Terras Indígenas	0
10095 - Águas Públicas	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Transcrevo: "Com relação aos processos 50138713320184040000, 50311771520184040000 e 50374418220174040000, recomenda-se priorizar a conclusão do julgamento, em razão de pedido de vista há mais de 120 (cento e vinte) dias. Na hipótese de ainda não ter formado sua convicção, que devolva o processo ao relator para ser renovado o julgamento sem a sua presença. Também foi recomendada a regularização do andamento processual em 6 (seis) processos (50460900220184040000; 50087127520194040000; 50043999820164047203; 50179857320144047204; 50216201420174049999; 50066252120124047202)."

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

1- 50138713320184040000 apresentado voto-vista em 24/6/2020 e nos feitos 50311771520184040000 e 50374418220174040000, apresentado voto-vista em 25/9/2019 2- 50460900220184040000, arquivado com baixa em 5/12/2019; 50087127520194040000 arquivado com baixa em 22/1/2020; 50043999820164047203 trânsito em julgado em 26/7/2021; 50179857320144047204 trânsito em julgado em 28/8/2021; 50216201420174049999 trânsito em julgado em 28/9/2020; 50066252120124047202 processo estava sobrestado pelo Tema 979 do STJ e será levado a julgamento em 8/10/2021.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Ao que se denota acima, somente um processo está pendente de julgamento, porém tal se deu em razão de o feito estar sobrestado pelo Tema 979 do STJ. Considerando o julgamento do tema em 23/4/2021, o processo está pautado para julgamento na próxima sessão desta Turma, a se realizar em 8/10/2021.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Em relação ao ano anterior, todas as metas do CNJ foram atendidas.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Embora a descentralização das turmas previdenciárias tenha representado maior proximidade com o jurisdicionado e ampliado a capacidade de julgamento dos feitos em cada uma das unidades da federação da 4ª Região, há desigualdade de servidores nos gabinetes de Santa Catarina em relação aos demais gabinetes previdenciários para fazer frente a crescente distribuição, que vem aumentando consideravelmente desde 2019 na TRSC, conforme profundo estudo realizado pela APLANG no âmbito do SEI 0008729-58.2019.4.04.8000. cumpre salientar que, diante da demora da administração do Tribunal em dar andamento às reivindicações, efetuadas 19/10/2019, no referido expediente, houve substancial elevação do acervo de processos remanescentes desde então, consoante referiu a APLANG: Entre as Turmas da 3ª Seção, a TRSC foi a que teve o maior crescimento dos processos oriundos da JE e da JF. No 2º semestre de 2020, a Turma Regional de Santa Catarina recebeu 23,3% dos processos distribuídos à 3ª Seção e no 1º de 2021, 21,1%

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Angela Piana Pilotto Dal Bosco

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

O assessoramento jurisdicional é prestado pela equipe, mediante divisão do trabalho entre as matérias que fazem parte da competência do gabinete, objetivando maior especialização e agilidade no fluxo de trabalho, havendo mais de uma pessoa capacitada para examinar os diferentes assuntos da Seguridade Social (Assistência Social, Previdência e Saúde), bem como os feitos da competência do Plenário e da Corte Especial. As atividades-meio são prestadas pela chefia de gabinete, assessoria e agente de segurança exclusivamente.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Antes da pandemia, havia cerca de 4 servidores que realizavam teletrabalho. No período de março de 2020 a agosto de 2021, todo o gabinete esteve integralmente em trabalho remoto compulsório. Desde 23 de agosto de 2021, há um servidor trabalhando presencialmente no gabinete de Florianópolis-SC diariamente, com perspectiva de retomada do expediente presencial em Porto Alegre-RS nas próximas etapas do planejamento do Tribunal estabelecido pela Resolução Conjunta n. 3/2021, do TRF4.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Atualmente é integral. Antes da pandemia, era parcial, com comparecimento uma vez por semana ao gabinete dos servidores que estavam em teletrabalho.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

É permitido aos servidores que desejarem, tendo sido a experiência atual bastante promissora, uma vez que se revelou possível tal modalidade de trabalho para a maioria das pessoas.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento da produtividade de todos os servidores é igual, na medida que toda a produção, exclusivamente de processos eletrônicos, é monitorada no processo de conferência das minutas, no painel da assessoria, que, em caso de anormalidade, procura verificar com o servidor a situação e adotar as providências cabíveis (mais cobrança, revezamento de matéria, necessidade de férias ou encaminhamento médico).

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

A triagem é feita em duas etapas. Primeiramente é separado por matérias, classes, liminares, petições e depois dentro de cada matéria é feita a organização pelo responsável se é o caso de prioridade legal, controvérsia jurídica já resolvida pelos tribunais superiores, sobrestamento, etc.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos estão organizados pelos localizadores de cada matéria, localizadores individuais dos integrantes da equipe e localizadores de pautas, sobrestados, secretaria, MPF, etc.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle é feito a partir de automações permitidas pelo eproc, como é o caso dos embargos de declaração, agravos internos e urgências, ao passo que o monitoramento das metas, e controle de processos sobrestados, retratação é feita pelo Sistema G4.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Há compromisso da equipe em envidar esforços para julgar mais processos do que distribuídos. Contudo, como a capacidade máxima de trabalho já foi atingida há algum tempo, a produtividade vem se mantendo estável.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Diante do atual cenário pandêmico, com adoecimento e perdas de entes queridos próximos ao gabinete, o binômio metas-recompensas foi substituído por manutenção do trabalho em condições sadias, tendo sido flexibilizados formatos de jornada de trabalho para permitir a continuidade do trabalho aos membros da equipe que tiveram de se adaptar às novas realidades, tais como assistência de familiares, filhos ou pais idosos ou enfermos.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

A partir do sistema G4 são identificados e encaminhados periodicamente os processos que demandam prioridade.

18. São utilizadas decisões terminativas?

São utilizadas somente nas hipóteses legais, que são mais restritas para a segunda instância.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos são formados a partir de textos-padrões (autotextos) aprovados pelo magistrado, os quais são automatizados no eproc para utilização conforme orientação repassada pela assessoria via aplicativo de mensagem institucional (PSIU), ou mediante pesquisa de texto-base (pesquisa em solução semelhante) na base de pesquisa do eproc ou jurisprudência.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A necessidade é identificada através das solicitações da equipe ou por verificação pela Assessoria de questão específica surgida a partir do fluxo dos processos de trabalho, inovação legislativa ou jurisprudencial.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

A partir dos comunicados enviados pela Vice-Presidência sobre os temas afetados, são criados modelos de despacho, com devido cadastramento no eproc, e sobrestados à medida em que os processos são examinados na triagem ou eventualmente durante o processo de elaboração da minuta, quando constatada a incidência de eventual questão no caso concreto. Com a agilização do julgamento de diversos temas da área previdenciária no último biênio pelos tribunais superiores, o passivo de processos sobrestados vem reduzindo substancialmente. Atualmente, dentre os principais feitos sobrestados, destacam-se, a partir do relatório do eproc, processos dos seguintes temas do STJ: 692, 979, 999, 1018, 1005, 1057, 1083. Dentre esses, somente o Tema 979 e 1005 voltaram a ser reativados e julgados devido ao trânsito em julgado no último bimestre.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Sim, há estímulo à conciliação, tendo sido iniciado projeto-piloto com SISTICON/TRF4 e Procuradoria Federal junto ao INSS no primeiro semestre, com seleção inicial de processos pela Autarquia para eventual encaminhamento de acordo. Devido à alta distribuição de processos, será encaminhado à conciliação o número de feitos em que houver disposição do INSS em conciliar, o que, infelizmente, não é um número alto em razão das inúmeras limitações operacionais da Procuradoria e do próprio Instituto Previdenciário.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

O gabinete jamais recebeu auxílio desde a sua criação em 2017.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Embora sejam envidados esforços para devolver os pedidos de vista na sessão seguinte, há alguns casos na Turma e na Terceira Seção que demandam análise mais apurada, seja porque envolvem questões mais complexas, como é o caso dos processos dos tetos, que envolvem cálculos sobre eventuais valores devidos, seja porque tratam de demandas com teses jurídicas novas, como é caso de IRDRs, ou novas controvérsias jurídicas trazidas em sede de ações rescisórias.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

O acompanhamento da jurisprudência da Corte é feito a partir dos Boletins de Jurisprudência da EMAGIS, ou da pesquisa jurisprudencial feita no Portal do TRF4.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, o compartilhamento prévio dos votos é a regra na cultura organizacional desta Corte, a qual facilita e agiliza o julgamento, na medida em que permite eventuais divergências na própria sessão e reduz a necessidade de interrupção do julgamento em razão de pedido de vista.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais ganharam notável fôlego com a pandemia, permitindo o julgamento de todos os feitos com agilidade, no mesmo ambiente do eproc das sessões presenciais ou telepresenciais sem qualquer prejuízo e com interação entre servidores e magistrado através da ferramenta comentário interno.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim, a unidade possui plano de gestão.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	No momento, como já dito em outro questão, temos deficit de recurso humano, poucos servidores para uma distribuição avassaladora.
b) gestão do trabalho	A gestão de trabalho fica prejudicada em razão da lotação do gabinete, que é deficitária em relação aos demais gabinetes da mesma seção, porém procuramos gerir as forças de forma que o acervo não se eleve muito.
c) resultado.	Manutenção do acervo em patamar razoável, embora a falta de recurso humano.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Procurar julgar mais processos do que os recebidos, sem prejuízo do cumprimento das metas e prioridades legais.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Divisão dos processos pela equipe, conforme especialização. Monitoramento do acervo pela chefia e assessoria, conferência das minutas para evitar embargos de declaração, divergências sobre controvérsias já pacificadas na jurisprudência, aprimoramento dos modelos, automação de textos, localizadores e manutenção da organização do acervo.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

No âmbito da pandemia, foram medidas promissoras as sessões virtuais, na medida em que permitiram mais agilidade na finalização das sessões, menos erros em face do maior tempo de duração da sessão com votos disponibilizados previamente e possíveis de serem analisados, as audiências virtuais para advogados, que permitiram mais agilidade no atendimento das solicitações para profissionais que atuam no interior, o que antes era mais comum apenas aos procuradores que atuavam nos grandes centros

urbanos, bem como a ampliação do trabalho remoto para um número maior de pessoas, que se adaptaram muito bem à nova realidade, sem qualquer prejuízo à prestação jurisdicional.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle periódico dos processos sem movimentação é feito a partir das automações previamente cadastradas, dos localizadores específicos para diligências e controle de feitos parados, sistema G4, fixação clara de prazos para cumprimento e deve ser aperfeiçoado à medida que o gabinete for integrado ao sistema CEAB-DJ do INSS, que ainda se encontra na fase-piloto.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50001917320214040000	6/1/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 8/10/2021; intimação em 13/10/2021. Processo em dia.		
50592883820204040000	15/12/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 30/8/2021 e remetidos os autos com acórdão em 6/9/2021. REsp em 7/10/2021. Processo em dia.		
50006853520214040000	13/1/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 30/8/2021, com remessa dos autos com acórdão em 31/8/2021; decurso de prazo em 19/10/2021. Processo em dia.		
50016285220214040000	21/1/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 30/8/2021, com remessa dos autos com acórdão em 6/9/2021. Confirmada intimação eletrônica em 16/9/2021. Processo em dia.		
50076919320214040000	24/2/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na pauta de 30/8/2021, com remessa do acórdão em 31/8/2021. Confirmada intimação eletrônica em 11/9/2021. Processo em dia.		
50014102420214040000	20/1/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 30/8/2021, com remessa dos autos com acórdão em 31/8/2021; decurso de prazo em 19/10/2021. Processo em dia.		
50168298420214040000	27/4/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com trânsito em julgado e baixa em 21/9/2021. Processo em dia.		
50090767620214040000	4/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo transitado em julgado e baixa em 14/9/2021. Processo em dia.		
50099107920214040000	10/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 30/8/2021, com remessa dos autos com acórdão em 31/8/2021; confirmada intimação eletrônica em 2/9/2021. Processo em dia.		

50399002320184040000	7/1/2016	Cumprimento de Sentença (Seção)
Observação/Providência: Processo com carta remetida ao executado em 17/9/2021; juntada de carta em 5/10/2021. Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e despacho), mas atualmente em situação regular.		
50027429420194040000	19/9/2016	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Processo remetido com despacho/decisão em 22/9/2021; baixa em 29/9/2021. Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e despacho), mas atualmente em situação regular.		
50125554820194040000	12/2/2014	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Processo remetido com decisão em 21/9/2021; agravo interno em 18/10/2021; intimação contrarrazões em 18/10/2021. Meta 2 CNJ. Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e despacho), mas atualmente em situação regular.		
50320424320154040000	26/8/2015	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Processo remetido com decisão em 21/9/2021; confirmada intimação eletrônica em 1º/10/2021. Meta 2 CNJ. Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e despacho), mas atualmente em situação regular.		
50173665620164040000	15/4/2016	Cumprimento de Sentença (Seção)
Observação/Providência: Processo remetido com decisão/despacho em 16/9/2021; expedição de carta em 21/9/2021. Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e despacho), mas atualmente em situação regular.		
50002910920194047207	22/5/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Pedido de vista em 19/2/2020; conversão em diligência em 12/5/2021; despacho em 10/6/2021; decurso de prazo em 20/8/2021; conclusão em 23/8/2021. Processo com previsão de inclusão na pauta de 23/11/2021. Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e conversão em diligência), mas atualmente em situação regular.		
50132451120194047200	13/11/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Pedido de vista em 18/3/2021; Processo com previsão de inclusão na pauta de 23/11/2021. Julgar em 30 dias.		
50179404220184047200	12/6/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Pedido de vista em 18/3/2021; retirado de pauta em 24/5/2021; Processo com previsão de inclusão na pauta de 23/11/2021. Julgar em 30 dias.		
50062403520194047200	7/10/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Voto-vista apresentado em sessão de 30/8/2021. Com a remessa do acórdão pelo relator em 6/9/2021; trânsito em julgado e baixa em 8/10/2021. Processo em dia.		
50089889720204047202	11/3/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: Voto-vista apresentado na sessão virtual de 30/8/2021 com remessa de acórdão em 8/9/2021; trânsito em julgado e baixa em 14/10/2021. Processo em dia.		
50103427120174047200	12/11/2018	Apelação Cível

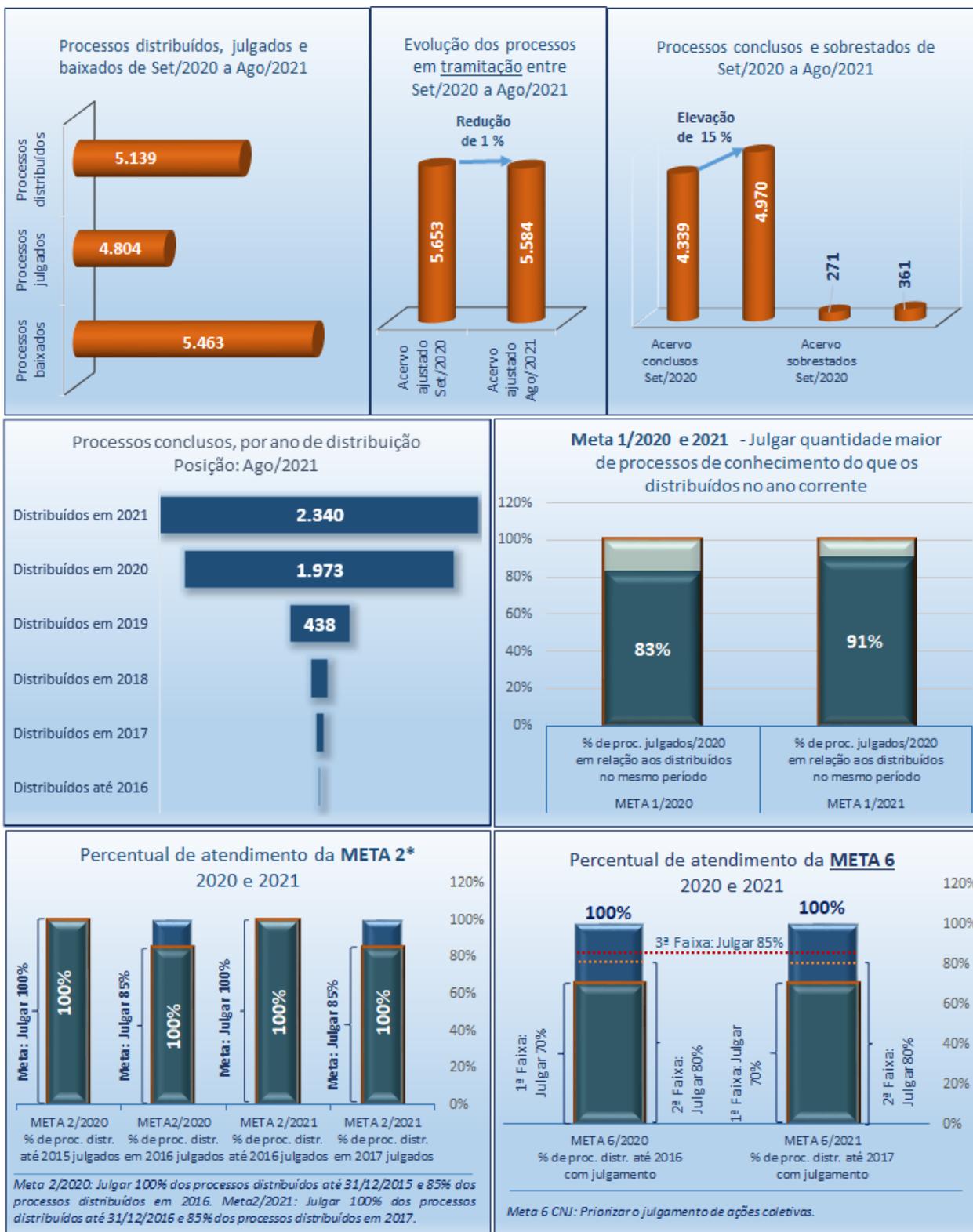
Observação/Providência: Voto-vista apresentado na sessão virtual de 30/8/2021, com remessa de acórdão em 8/9/2021; confirmada decisão eletrônica em 18/9/2021. Processo com atrasos em algumas fases (distribuição e despacho inicial), mas atualmente em situação regular.		
50019327220134047003	3/10/2013	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Remetidos os autos com voto divergente e acórdão em 13/9/2021; concluso para julgamento de retratação em 18/10/2021. Meta 2 CNJ. Processo em dia.		
50271558420184049999	24/10/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo remetido ao relator de acórdão, Desembargador Federal Celso Kipper, em 30/8/2019, para o julgamento dos embargos de declaração; embargos julgados em 8/10/2021; confirmada intimação eletrônica em 18/10/2021. Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e julgamento aclaratórios), mas atualmente em situação regular.		
50110715620154047204	2/10/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Embargos julgados em 8/10/2021; RE e REsp em 16/10/2021. Processo em dia.		
50173116520184047201	12/8/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos julgados em 8/10/2021; intimação em 11/10/2021. Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e julgamento aclaratórios), mas atualmente em situação regular.		
50002423120194049999	11/1/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos julgados em 8/10/2021; intimação em 11/10/2021. Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e julgamento aclaratórios), mas atualmente em situação regular.		
50000220220174047219	29/6/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos julgados em 8/10/2021; intimação em 11/10/2021. Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e julgamento aclaratórios), mas atualmente em situação regular.		
50078388020174047204	10/12/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Embargos julgados em 8/10/2021; intimação em 11/10/2021. Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e julgamento aclaratórios), mas atualmente em situação regular.		
50600609820204040000	18/12/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Liminar despachada e processo remetido à secretaria em 14/9/2021. Processo em dia.		
50024114420214040000	26/1/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Previsão de inclusão na pauta de 23/11/2021. Processo em dia.		
50044233120214040000	8/2/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 8/10/2021. Processo em dia.		
50091737620214040000	5/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 8/10/2021. Processo em dia.		
50115701120214040000	22/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 8/10/2021. Processo findo. Baixa definitiva.		

50120906820214040000	24/3/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 8/10/2021. Processo em dia.		
50066252120124047202	16/7/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 8/10/2021. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
50032624820114047206	26/5/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 8/10/2021. Processo em dia. Meta 2/2021 do CNJ.		
50151046420164047201	7/6/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamentos de 8/10/2021. Processo em dia. Meta 2/2021 do CNJ.		
50175981020174049999	19/4/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 8/10/2021. Processo em dia. Meta 2/2021 do CNJ.		
50106524220154047202	18/5/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 8/10/2021. Processo findo. Baixa definitiva.		
50003839520164047205	7/2/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo despachado para envio dos autos à Contadoria para parecer. Processo com atraso entre as fases 2 e 4, mas atualmente em situação regular. Meta 2/2021 do CNJ.		
50214498320154047200	9/12/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 8/10/2021. Processo em dia. Meta 2/2020 do CNJ.		
50410201420174049999	28/7/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 8/10/2021. Processo em dia. Meta 2/2021 do CNJ.		
50226049520174049999	11/5/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo baixado com trânsito em julgado em 10/9/2021. Processo findo. Baixa definitiva.		
50024512720164047202	29/9/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Previsão de inclusão na pauta de 23/11/2021. Processo em dia. Meta 2/2021 do CNJ.		
50461698820174049999	22/8/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 8/10/2021. Processo em dia. Meta 2/2021 do CNJ.		
50002630420114047213	6/9/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 8/10/2021. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
50510787120154040000	9/12/2015	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)

Observação/Providência: Remetidos os autos com decisão/despacho em 22/9/2021, acerca do valor controverso da execução dos honorários advocatícios. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
50048625620104047201	11/7/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 8/10/2021. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
50280138120194049999	26/11/2019	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pelo Tema 1070 do STJ. Processo em dia.		
50003006520104047213	26/8/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 8/10/2021. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
50102791020204040000	26/10/2012	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Processo concluso com petição em 20/8/2021, devendo ser despachado oportunamente. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
50004949720204049999	19/12/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 8/10/2021. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
50237593120204049999	24/9/2013	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 8/10/2021. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
50003465220214049999	30/11/2012	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Retornaram conclusos para retratação em 19/4/2021 e será oportunamente incluído em pauta. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
50003802720214049999	10/2/2014	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Os autos retornaram conclusos para retratação em 19/4/2021 e será oportunamente incluído em pauta. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
50234475520204049999	3/12/2010	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo concluso para retratação em 27/4/2021, devendo ser oportunamente incluído em pauta. Processo em dia. Meta 2 do CNJ.		
50259848220194040000	17/6/2019	Reclamação (Seção)
Observação/Providência: Processo remetido ao relator de acórdão, Desembargador Federal João Batista Pinto da Silveira, para julgamento dos embargos de declaração em 27/4/2021. Processo em dia.		
50011051620214049999	22/1/2021	-
Observação/Providência: Processo transitado em julgado em 15/9/2021. Processo findo. Baixa definitiva.		
50192222620194049999	13/08/2019	-
Observação/Providência: Processo remetido em diligência e sem retorno, com despacho solicitando informações sobre o andamento na origem, em 16/9/2021. Processo em dia.		
50032284820174047211	9/4/2021	-
Observação/Providência: Recurso julgado por decisão monocrática, aguardando decurso de prazo. Processo findo. Baixa definitiva.		

50092895820214049999	12/5/2021	-
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática e remessa à secretaria em 9/9/2021, aguardando decurso de prazos. Processo em dia.		
50114086020194049999	16/5/2019	-
Observação/Providência: Processo julgado monocraticamente, com remessa da decisão, em 9/9/2021, aguardando decurso de prazo. Processo findo. Baixa definitiva.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 61 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 30 dias (processos com pedido de vista há mais de 90 dias):

50132451120194047200	50179404220184047200
----------------------	----------------------

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada de forma telepresencial, mediante o aplicativo zoom, com o Desembargador Paulo Afonso e, por sua vez, a entrevista com a assessoria se deu de modo presencial.

Na ocasião, foi reforçado pelos entrevistados que, embora todos os 11 servidores do gabinete atuem na atividade-fim, ainda há desproporcionalidade no quantitativo de processos para cada servidor, causando acúmulo de demandas, principalmente em razão do aumento da distribuição, especialmente a partir de outubro de 2019, ocasionada por diversos fatores, a exemplo das mudanças legislativas previdenciárias dos últimos anos, juntamente com a inclusão de matérias de saúde na competência da turma.

Foi apontado que, embora se trate de gabinete da Turma Suplementar de Santa Catarina, a equipe de assessores trabalha em Porto Alegre, estando sempre em comunicação com o magistrado por celular, *whatsapp* e outros aplicativos.

Foi relatado, a título de dificuldades, que, embora a equipe domine bem os temas tratados, inclusive tendo o magistrado destacado possuir ampla experiência com a matéria previdenciária, juntamente com uma capacidade de julgamento de aproximadamente 500 (quinhentos) processos por mês, está assoberbada, ante o acúmulo de atribuições. Ademais, foi apontada também a dificuldade com a qualidade das perícias judiciais realizadas principalmente nos feitos que englobam incapacidade, havendo, geralmente, a complementação do laudo pericial. Por seu turno, destacou-se a necessidade de mais servidores.

Frisou-se, ainda, a ocorrência de muitas remessas para retratações, em virtude de julgamentos dos feitos repetitivos e em repercussão geral em grande quantidade pelos Tribunais Superiores, a exemplo do Tema 709 do STF.

Como boas práticas, foi apontado treinamento de estagiários à distância, mediante um esquema de aulas, além da sugestão da possibilidade de um percentual de vagas para estágios de alunos pós-graduandos na área de direito, sendo atualmente permitido apenas na área de TI.

Com relação ao teletrabalho, foi apontado que já era realizado antes da pandemia, destacando que nem todos os servidores se adaptaram por não conseguirem gerir o tempo, principalmente, durante a pandemia.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 2.537 para 4.970), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 4.339 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 4.970.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 95, na última inspeção, para 111, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 11 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na Turma Regional Suplementar, equivale a 10 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média das Turmas Recursais.

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 33.

b) Manter a realização de reuniões periódicas com a equipe e a gestão como forma de continuar, refletindo a coesão do julgamento da unidade e proporcionar interação do grupo de trabalho.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL
TURMA REGIONAL SUPLEMENTAR DE SANTA CATARINA**

DESEMBARGADOR FEDERAL CELSO KIPPER

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Celso Kipper

2.2 Turma

Turma Regional Suplementar de Santa Catarina, integrante da Terceira Seção do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

2.3 Competência

Processar e julgar os feitos relativos à previdência e assistência social, mesmo quando versem sobre benefício submetido a regime ou condições especiais ou, ainda, complementado, assim como os feitos relativos ao fornecimento de medicamentos e tratamentos médico-hospitalares.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Celso Kipper.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Carolina Hias Moreira Huergo - Analista Judiciário - Área Judiciária - Chefe de Gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	11 servidores efetivos (6 lotados no gabinete de Florianópolis e 5 lotados no gabinete de Porto Alegre).
Estagiários de nível superior	1 estagiário de nível superior - Direito (lotado no gabinete de Porto Alegre).

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)	
Total em tramitação**	8.300
Processos suspensos/sobrestados	339
Processos conclusos	7.744
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	8.300
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	7.807
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	7.744
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	6.780
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	339
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	620

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	126
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	1
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	5
Ações rescisórias	110
Outros	9

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	8.174
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	22
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	0
Outros	38

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	8.174
Apelações cíveis	6.989
Agravos de instrumento	920
Outros	265

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0

Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	339
Por IRDR	4
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	15
Por Recurso Extraordinário	44

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	156
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	137
Agravos legais/regimentais	15
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	13
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	17

Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	17
---	----

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	197
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	65

4.13 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	2.211
Ano anterior	1.695
2º ano anterior	771
3º ano anterior	296
4º ano anterior	171
5º ano anterior ou mais antigo	44

4.14 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	3.523
Ano anterior	2.169
2º ano anterior	1.027
3º ano anterior	239
4º ano anterior	41
5º ano anterior	14
6º ano anterior ou mais antigo	30

4.15 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição	
Ano atual	2.668
Ano anterior	3.030
2º ano anterior	1.473
3º ano anterior	490
4º ano anterior	61
5º ano anterior	8
6º ano anterior	5
7º ano anterior ou mais antigo	9

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	29
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	12

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como relator	0
Total como relator para o acórdão	3

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	5.158
Total de Processos julgados	4.418
Total de Processos baixados	5.180
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	740
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-22

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	80
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	60
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	5.505
Processos julgados no ano anterior	4.626
Processos distribuídos no ano corrente	3.605
Processos julgados no ano corrente	3.045

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	49

Porcentagem de atendimento da meta	100
------------------------------------	-----

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	4
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	14
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.847
Pendentes no último dia do mês anterior	44
Porcentagem de atendimento da meta	97,62%

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.

Taxa de congestionamento em 2020	61,99%
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	não se aplica

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Não se aplica.

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)

3424 - Usurpação de águas	0
---------------------------	---

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não houve recomendações em processos, apenas se observou que em todos os feitos inspecionados foram dados os andamentos devidos.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Prejudicado.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Prejudicado.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Em que pese o registro de 53 processos remanescentes de Meta 2/2020, cabe referir que tais feitos se tratam de processos físicos sobrestados na Vice-Presidência desta Corte que aguardavam o desfecho do Tema 709 da Repercussão Geral - logo fora do alcance da referida meta, e que, por ocasião do julgamento da controvérsia, retomaram o trâmite. Após serem digitalizados, foram sendo paulatinamente enviados ao gabinete para a aplicação da tese firmada pelo tribunal superior, a ser apreciada em sessão de julgamento do Colegiado. Ocorre que esses 53 feitos remanescentes foram recebidos

após a data limite para o fechamento da pauta da última sessão da TRS/SC do ano de 2020, não sendo possível o seu aditamento e gerando o registro de descumprimento da meta pelo sistema estatístico. O equívoco foi relatado aos setores competentes em virtude do prejuízo gerado, tendo em conta que é efetuado controle mensal dos processos inseridos em metas a fim de que sejam julgados com maior brevidade possível.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Como dificuldade, reiteramos a este Conselho a sobrecarga de trabalho dos gabinetes integrantes da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina face à demanda crescente de processos, bem além dos parâmetros de distribuição de quando foi criada em 2017, e à defasagem do quadro de servidores em comparação com os gabinetes dos desembargadores lotados nos Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, gerando significativo prejuízo à atividade jurisdicional e aos membros das respectivas equipes em razão do maior esforço exigido para atender à carga de trabalho. Referida situação está retratada e embasada com os dados estatísticos pertinentes no Processo SEI n. 0008729-58.2019.4.04.8000, em trâmite nesse Tribunal, do qual resultou, até o presente momento, em caráter de urgência, apenas na lotação de uma servidora ocupante do cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, todavia sem a designação de função gratificada a ser a ela designada.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Carolina Hias Moreira Huergo, Analista Judiciário - Área Judiciária, Chefe de Gabinete

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A unidade encontra-se organizada por setores. A distribuição de atividades considera a especialização do servidor, que lhe é atribuída conforme a sua qualificação profissional e, sempre que possível, atendendo-se aos interesses do colaborador. A regra geral, portanto, é a especialização, que é definida conforme o perfil do servidor. Devido ao reduzido quadro de pessoal, toda a equipe dedica-se à atividade-fim. Na pessoa do assessor concentra-se a análise preliminar dos votos dos demais integrantes da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina e o encaminhamento de divergências, mesma atribuição exercida pela chefe de gabinete no âmbito da Terceira Seção e do Plenário, além do trato das questões administrativas, para as quais conta com a colaboração do assessor. Os estagiários auxiliam no encaminhamento dos processos que envolvem matérias de menor complexidade.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Até meados de março de 2020, dois servidores executavam suas atividades em regime de teletrabalho, o que foi alterado compulsoriamente pela pandemia de Covid-19, já que todos os colaboradores foram obrigados a prestar seus serviços à distância. Até o presente momento, em que temos o retorno gradual das atividades presenciais, foi adotado o sistema de revezamento, com alguns colaboradores trabalhando presencialmente na sede do tribunal e outros à distância, como forma de prevenção à transmissão e ao contágio pela Covid-19. Por autorização do magistrado, o retorno dos servidores às atividades presenciais está sendo facultativo.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

O teletrabalho realizado pelos dois servidores anteriormente ao início da pandemia de Covid-19 era parcial. Cada um deles comparecia às sedes do gabinete ao menos uma vez por semana.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Segundo a normativa constante do art. 8º, § 2º, da Resolução n. 134 deste Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a meta de desempenho exigida do servidor em regime de teletrabalho em domicílio é de 10% (dez por cento) superior àquela estipulada para os servidores que executarem as mesmas atividades nas dependências da Justiça Federal.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento do desempenho dos servidores em teletrabalho é realizado através do cumprimento das metas previamente entabuladas entre a chefia e o servidor, assim como pelo Setor de Recursos Humanos do Tribunal. Caso haja o descumprimento injustificado da meta, o servidor deve acrescer ao período seguinte o quantitativo de processos que deixou de ser adimplido, como forma de não gerar prejuízo à produtividade do gabinete e para que possa permanecer a executar suas atribuições à distância.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

A triagem dos processos eletrônicos é realizada por dois servidores, sendo observados, principalmente, tempestividade, regularização processual (necessidade de procuração por instrumento público em determinados casos, óbito da parte autora e habilitação de sucessores, etc.), pedidos de tutela de urgência, necessidade de intervenção do Ministério Público e idade avançada, hipóteses nas quais já são efetuados os devidos encaminhamentos. Também é observada a prioridade das ações relacionadas à matéria saúde (fornecimento de medicamentos e tratamentos médico-hospitalares), com o imediato direcionamento ao servidor responsável. Os feitos originários, assim

que recebidos, são triados conforme a necessidade de concessão de tutela de urgência. Não há processos físicos em tramitação.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos estão organizados por matéria, ano e preferência legal ou não. Dentro de determinada espécie de matéria previdenciária, o acervo é organizado por data de entrada no Tribunal (ex.: pensão por morte 2019; incapacidade 2020; ATS 2021). Há, ainda, localizadores específicos para os feitos com prioridade legal (pensão por morte PL, execução PL, etc.), bem como identificadores de metas institucionais do Poder Judiciário.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O acompanhamento da movimentação processual geral é realizado por meio do sistema eproc, sob a coordenação da chefe de gabinete, com o auxílio do assessor. São gerados relatórios mensais para controle das metas, dos processos com prioridade legal, das remessas internas para fins administrativos, recebimento e julgamento dos embargos declaratórios, agravos internos e urgências. Já o acompanhamento estatístico (distribuídos, julgados, baixados, etc.) é efetuado através do sistema G4, que permite o detalhamento do acervo existente por matéria, possibilitando que sejam estabelecidas prioridades de julgamento a partir da detecção de acúmulo de acervo por exemplo.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Adota-se a sistemática de metas de produtividade individuais, considerando, em sua definição, a complexidade em tese da matéria a ser resolvida e da laboriosidade na feitura do projeto de voto, bem como as características pessoais dos servidores. Tais metas individuais, previamente acertadas com os servidores, são fixadas mediante definição de produtividade mensal, uma vez que o gabinete pauta para apenas uma sessão de julgamento da Turma ao mês. Já os detentores de cargos em comissão (CJs), em face de seu trabalho de coordenação, não possuem metas de produção preestabelecidas, pois além das atividades inerentes aos respectivos cargos, colaboram para a solução dos processos dos demais servidores quando necessário.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não há política de recompensas preestabelecidas, mas todos os servidores têm os seus pleitos e necessidades encaminhados de forma humana e acessível.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Prioriza-se, com especial atenção, o julgamento dos processos relacionados à saúde e aqueles com prioridade legal, embora não seja possível em todos os casos devido

ao acervo vultoso e à natureza das matérias analisadas - saúde e previdência social -, a primeira urgente e esta última com partes, na sua maioria, acima de 60 anos. Na medida do possível, preservados os demais critérios e metas, tem-se atendido aos pedidos de preferência requeridos por meio da Ouvidoria do Tribunal e por meio do atendimento virtual. Quanto às metas institucionais estabelecidas pelo CNJ, os feitos são devidamente classificados e alocados em localizadores secundários indicativos, sendo monitorada a evolução deste acervo diretamente pelo assessor e pela chefia de gabinete.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, são utilizadas decisões terminativas nos casos previstos no art. 932 do Código de Processo Civil, assim como quando previsto no regimento interno do tribunal.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Todas as espécies de matéria previdenciária e de saúde analisadas na unidade possuem modelos de decisões e votos criados pelos servidores conforme a sua especialização e previamente aprovados pelo magistrado. Esses modelos servem de base para grande parte das minutas elaboradas e recebem a adaptação necessária ao caso concreto. Usualmente eles são atualizados a fim de contemplarem decisões recentes, principalmente dos tribunais superiores.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A necessidade de aperfeiçoamento dos servidores é identificada à medida que a legislação e a jurisprudência vão se alterando e novos cursos são criados pelo setor de capacitação do tribunal. Usualmente são oferecidas vagas aos servidores da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina em cursos de capacitação promovidos pela Seção Judiciária desse Estado.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O controle dos processos sobrestados é realizado por meio de consulta mensal aos sítios dos tribunais superiores a fim de verificar o julgamento dos temas, providências que também são informadas por meio do correio eletrônico pela Vice-Presidência do tribunal. Em relação aos processos sobrestados por força de decisão de Instâncias Superiores, as principais matérias são aquelas tratadas nos Temas Repetitivos 692, 979 e 1083 do Superior Tribunal de Justiça e 616 da Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não há estímulo à conciliação.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Sim, houve a cedência de quatro servidores lotados na Presidência do TRF4, no período de 13/2/2020 a 2/6/2020, para elaboração de minutas de relatório e voto referentes a benefícios por incapacidade e aposentadoria por idade rural. Durante o período do auxílio foram julgados 1.129 processos, tendo sido produzidas aproximadamente 1.200 minutas de relatório e voto pelos servidores do auxílio, todas revisadas pela assessoria. O número de processos remanescentes no gabinete no início do auxílio era de 5896 feitos. Ao término do período, alcançava 6.127 processos, em virtude da alta distribuição, desproporcional à carga de trabalho atualmente existente.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Em atenção aos arts. 940 do Código de Processo Civil e 107 do Regime Interno do tribunal, que preveem prazo de 10 dias para o proferimento do voto-vista, os pedidos de vista são, tanto quanto possível, reincluídos em pauta na sessão seguinte. Casos ocorrem, todavia, em que, excepcionalmente, o prazo se alonga em virtude da complexidade da matéria tratada no processo, demandando pesquisa e estudo.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

O acompanhamento da jurisprudência da Corte é realizado pelo assessor quanto aos processos julgados pela Turma Regional Suplementar de Santa Catarina e pela chefe de gabinete no tocante aos feitos de competência originária do Tribunal. Os dados são compartilhados com os colegas por meio dos aplicativos de mensagem e do correio eletrônico.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, todas as minutas de votos elaboradas pelos servidores ficam disponíveis previamente para conferência pelo magistrado e, após a sua aprovação, são disponibilizadas aos demais membros do colegiado.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Todos os processos, independentemente da matéria e da natureza da apreciação (meritória, incidental ou declaratória), são pautados para julgamento nas sessões virtuais, sendo retirados para oportuna inclusão em sessão telepresencial, a pedido das partes para a realização de sustentação oral. Mesmo diante do apontamento de divergência, os julgamentos são mantidos na modalidade virtual, dando-se o debate entre os magistrados votantes através de comentários no espelho da sessão virtual. As minutas são disponibilizadas pelos relatores até a data de abertura da sessão virtual para apreciação dos demais magistrados integrantes do colegiado acerca da solução emprestada ao caso concreto. Na data de fechamento da sessão virtual, com o registro de todos os votos, são lançados os resultados pela secretária e dados os devidos encaminhamentos pelo gabinete (remessa ao desembargador que pediu vista, baixa com acórdão, encaminhamento para a conclusão do julgamento na forma do art. 942 do CPC).

28. A unidade possui plano de gestão?

A unidade não possui plano de gestão.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Os recursos humanos, conforme demandado desde o ano de 2019 junto à Presidência do TRF4 em expediente administrativo (SEI n. 0008729-58.2019.4.04.8000), apresentam-se insuficientes para fazer frente à distribuição.
b) gestão do trabalho	A gestão do trabalho, diante da deficitária quantidade de servidores, acaba sendo realizada através da definição de urgências e prioridades, observada, ainda, a ordem cronológica de conclusão.
c) resultados	Os resultados demonstram-se positivos em razão do elevado comprometimento da equipe, que, mesmo sobrecarregada, tem buscando, dentro dos limites possíveis, a otimização da produtividade.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

O principal objetivo a ser alcançado pelo gabinete é a prestação de uma jurisdição constantemente mais célere, sem prejuízo da devida - no entanto necessária - qualidade, a fim de fiel e adequado cumprimento da norma constitucional que assegura a razoável duração do processo.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Para a consecução do objetivo almejado, tem-se, incansavelmente, demandado a administração do TRF4 pela revisão do quadro lotacional dos gabinetes da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina, dado o observado incremento na distribuição processual desde a sua criação em 2017 e a disparidade surgida em comparação com as demais Turmas de idêntica matéria (o que acaba por gerar, conseqüentemente, diferença significativa do tempo de conclusão no âmbito da própria 4ª Região). Com esta finalidade, reuniões têm sido realizadas, desde 2019, tanto pela assessoria do gabinete com a Direção Geral e com a assessoria da Presidência, quanto pelo desembargador com os Presidentes do Tribunal que vêm se sucedendo. Tudo contextualizado nos autos do expediente administrativo tombado junto ao SEI sob o número 0008729-58.2019.4.04.8000.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Medida que já era adotada anteriormente ao período da pandemia, mas que neste se potencializou e que nestas novas dimensões se tornará efetiva consiste no grupo virtual (whatsapp) de discussão de dúvidas e divulgação de informes internos, pois tal prática, mesmo com a distância territorial entre os gabinetes de Florianópolis/SC e Porto Alegre/RS, tem proporcionado, além de uma satisfatória integração dos membros da equipe, considerável melhoria nas rotinas do gabinete.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle periódico de processos sem movimentação é realizado através de frequentes extrações de relatórios junto ao sistema informatizado de estatísticas da Corte pela chefia, com a verificação casuística junto ao servidor responsável pela matéria, para o devido e adequado encaminhamento.

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50459647820204040000	25/9/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento do mérito do agravo de instrumento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Embargos de declaração em 30/9/2020; conclusão em 15/12/2020. Regularizar em 60 dias.		
50188688820204040000	18/5/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento do mérito do agravo de instrumento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Conclusão em 15/12/2020; Regularizar em 120 dias.		
50193382220204040000	20/5/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento do mérito do agravo de instrumento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Embargos de declaração em 15/12/2020; conclusão em 17/12/2020; contrarrazões em 29/1/2021; Regularizar em 60 dias.		
50244446220204040000	10/6/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento do mérito do agravo de instrumento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Tutela provisória em 2/12/2020; petição em 1º/3/2021. Regularizar em 120 dias.		
50565386320204040000	27/11/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento do mérito do agravo de instrumento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Tutela provisória em 9/12/2020; conclusão em 11/3/2021. Regularizar em 120 dias.		
50315050820194040000	23/7/2019	Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (redistribuição e inclusão em pauta), mas atualmente em situação regular; agravo de instrumento que teve seu mérito apreciado pelo Colegiado na sessão virtual com encerramento em 30/8/2021, quando foi analisado conjuntamente o agravo interno. Acórdão remetido à secretaria da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina em 31/8/2021. trânsito em julgado e baixa em 6/10/2021.		
50163884720154047200	3/4/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgamento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Agravo interno em 13/09/2019; conclusão em 6/12/2019; regularizar em 120 dias.		
50306249420204040000	6/7/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgamento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Agravo interno em 7/8/2020; conclusão em 12/8/2020; regularizar em 120 dias.		
50578593620204040000	7/12/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e despacho do agravo), mas atualmente em situação regular; julgamento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Agravo interno em 21/12/2020; despacho intimando o INSS sobre perda de objeto em 15/10/2021.		
50542808020204040000	16/11/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Agravo interno em 2/3/2021; contrarrazões e conclusão em 12/3/2021. Regularizar em 120 dias.		
50522969520194040000	15/4/2014	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e intimação sobre impugnação), mas atualmente em situação regular; decisão relativa à impugnação ao cumprimento de sentença prevista para ser exarada no dia 5/10/2021. Meta 2 CNJ. Intimação da parte impugnada em 6/10/2021; ciência, com renúncia ao prazo em 18/10/2021.		
50094319120184040000	6/3/2018	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e decisão sobre a impugnação), mas atualmente em situação regular; decisão relativa à impugnação ao cumprimento de sentença em 8/10/2021. RPV em 13/10/2021.		
50053556320144040000	18/3/2014	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e intimação sobre a impugnação), mas atualmente em situação regular; decisão relativa à impugnação ao cumprimento de sentença prevista para ser exarada no dia 5/10/2021. Meta 2 CNJ. Impugnação ao cumprimento de sentença em 6/4/2021; intimação em 5/10/2021; confirmada intimação eletrônica em 15/10/2021.		
50454041020184040000	27/11/2015	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e decisão sobre a impugnação), mas atualmente em situação regular; decisão relativa à impugnação ao		

cumprimento de sentença exarada em 15/10/2021. Meta 2 CNJ. Ciência, com renúncia ao prazo em 19/10/2021.		
50009874020164040000	14/1/2016	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Decisão relativa à petição do evento 82, em que pleiteada a fixação de honorários na execução exarada em 8/10/2021; confirmada intimação eletrônica em 18/10/2021. Processo em dia.		
50036155920144047214	15/10/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Voto-vista apresentado em 14/10/2021. Processo em dia.		
50208589020204049999	6/10/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Voto-vista apresentado em 8/10/2021. Processo em dia.		
50087511420204049999	25/5/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Voto-vista previsto para ser incluído na sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Concluso para voto-vista em 25/5/2021; regularizar em 30 dias.		
50248907520194049999	14/10/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Voto-vista previsto para ser incluído na sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Conclusão do voto-vista em 25/5/2021. Regularizar em 30 dias.		
50113306620194049999	16/5/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Voto-vista previsto para ser incluído na sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Conclusão do voto-vista em 25/5/2021. Regularizar em 30 dias.		
50128225920204049999	14/7/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Voto-vista previsto para ser incluído na sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Conclusão do voto-vista em 26/5/2021. Regularizar em 30 dias.		
50519678320194040000	9/12/2019	Mandado de Segurança (Corte Especial)
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (agravo interno e inclusão em pauta), mas atualmente em situação regular; Autos remetidos com acórdão para a secretaria da Corte Especial em 30/8/2021; embargos de declaração em 22/9/2021.		
50145017620164047205	6/11/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (embargos de declaração e despacho para habilitação de herdeiros), mas atualmente em situação regular; julgamento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Embargos de declaração em 10/6/2018; despacho para parte se manifestar sobre petição INSS sobre sucessão em 4/10/2021.		
50712330320174049999	13/12/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (embargos de declaração e inclusão em pauta), mas atualmente em situação regular; julgamento na sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina em 8/10/2021; intimação em 15/10/2021.		
50144367020184049999	22/5/2018	Apelação Cível

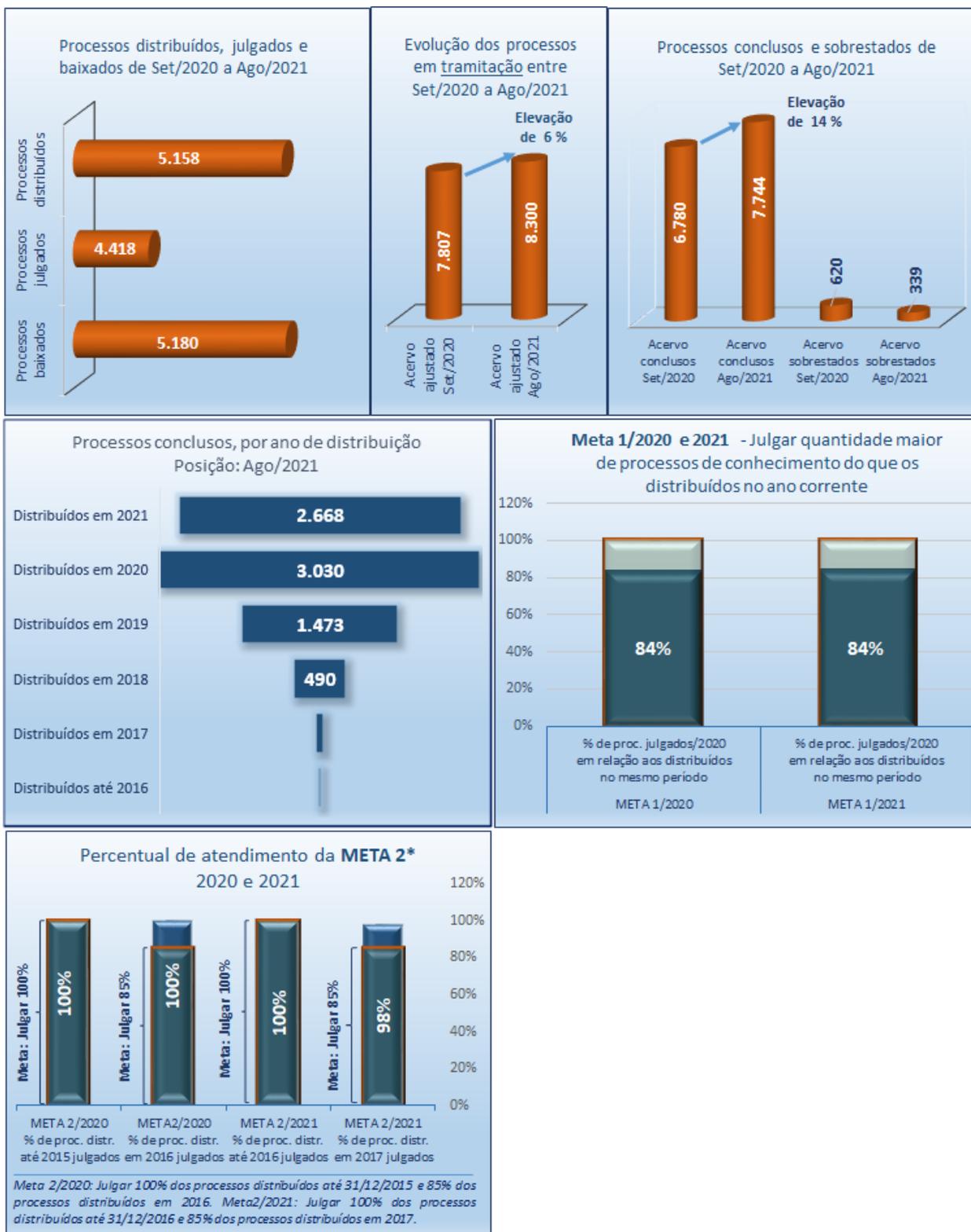
Observação/Providência: Julgamento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Conclusão julgamento embargos em 21/11/2018. Regularizar em 60 dias.		
50096013920184049999	26/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Conclusão julgamento embargos em 29/1/2019. Regularizar em 60 dias.		
50563756420174049999	6/10/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (embargos de declaração e inclusão em pauta), mas atualmente em situação regular; julgamento embargos de declaração em 8/10/2021; confirmação intimação eletrônica em 18/10/2021.		
50566293720174049999	9/10/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (embargos de declaração e inclusão em pauta), mas atualmente em situação regular; julgamento embargos de declaração em 8/10/2021; confirmação intimação eletrônica em 18/10/2021.		
50018517320164047212	3/10/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Conclusão julgamento embargos em 10/9/2019. Regularizar em 60 dias.		
50463850520194040000	4/11/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão relativa ao pedido de tutela recursal prevista para ser exarada no dia 5/10/2021. Concluso para decisão em 22/6/2020. Regularizar em 10 dias.		
50469844120194040000	7/11/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão relativa ao pedido de tutela recursal prevista para ser exarada no dia 5/10/2021. Concluso para decisão em 22/6/2020. Regularizar em 10 dias.		
50534349720194040000	18/12/2019	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão relativa ao pedido de tutela recursal prevista para ser exarada no dia 5/10/2021. Concluso para decisão em 29/5/2020. Regularizar em 10 dias.		
50034328920204040000	3/2/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão relativa ao pedido de tutela recursal prevista para ser exarada no dia 5/10/2021. Concluso para decisão em 22/6/2020. Regularizar em 10 dias.		
50122121820204040000	30/3/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (conclusão e decisão de tutela recursal), mas atualmente em situação regular; decisão relativa ao pedido de tutela recursal exarada no dia 15/10/2021. Confirmada intimação eletrônica em 18/10/2021.		
50155024120204040000	27/4/2020	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão relativa ao pedido de tutela recursal prevista para ser exarada no dia 5/10/2021. Concluso para decisão em 12/11/2020. Regularizar em 10 dias.		
50155362020154047201	1º/2/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (distribuição e inclusão em pauta), mas atualmente em situação regular; julgamento em 8/10/2021. Intimação em 15/10/2021.		

50002120820164047216	16/1/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (distribuição e inclusão em pauta), mas atualmente em situação regular; julgamento em 8/10/2021. Intimação em 15/10/2021.		
50159733020164047200	17/4/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Processo com atrasos em algumas fases (distribuição e decisão), mas atualmente em situação regular; decisão em 19/10/2021; confirmada intimação eletrônica em 20/10/2021.		
50146397720154047205	17/4/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (distribuição e inclusão em pauta), mas atualmente em situação regular; julgamento em 8/10/2021; confirmada intimação eletrônica em 18/10/2021.		
50136211020174049999	4/4/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com atrasos em algumas fases (distribuição e inclusão em pauta), mas atualmente em situação regular; julgamento em 8/10/2021; confirmada intimação eletrônica em 20/10/2021.		
50067373620164047206	17/8/2017	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgamento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 8/10/2021. Processo em dia. Meta 2/2021 do CNJ.		
50141211920174047205	18/5/2018	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Decisão relativa ao conhecimento ou não do reexame necessário prevista para ser exarada no dia 5/10/2021. Processo findo. Baixa definitiva.		
50225300720184049999	30/8/2018	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Julgamento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Processo em dia. Meta 2/2021 do CNJ.		
50152193920174047205	31/8/2018	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Julgamento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Processo sem movimentação desde a distribuição por sorteio. Regularizar em 120 dias. A pauta da sessão virtual não consta informada no sistema. Meta 2/2021 do CNJ.		
50031365720184047204	17/12/2018	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Julgamento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Processo sem movimentação desde a distribuição por sorteio. Regularizar em 120 dias. A pauta da sessão virtual não consta informada no sistema. Meta 2/2021 do CNJ.		
50021725220184047208	5/4/2019	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Julgamento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Processo sem movimentação desde a distribuição por prevenção. Regularizar em 120 dias. A pauta da sessão virtual não consta informada no sistema.		

50459896220184040000	31/3/2014	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Decisão relativa à impugnação ao cumprimento de sentença prevista para ser exarada no dia 5/10/2021. Processo ficou sem movimentação de 15/7/20 a 16/8/21 (eventos 36 e 37), mas atualmente em situação regular. Meta 2/2020 do CNJ.		
50186812420144047200	11/3/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 8/10/2021. Processo em dia. Meta 2/2020 do CNJ.		
50002836220104047202	5/4/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 8/10/2021. Processo em dia. Meta 2/2020 do CNJ.		
50003846420214049999	19/5/2009	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgamento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 8/10/2021. Processo em dia. Meta 2/2020 do CNJ.		
50430547820204040000	9/9/2020	Reclamação (Seção)
Observação/Providência: Julgamento do agravo interno interposto em face de decisão que extinguiu liminarmente a reclamação previsto para a sessão telepresencial da 3ª Seção que ocorrerá em 27/10/2021. Processo em dia.		
50377997620194040000	3/9/2019	Incidente de Assunção de Competência (Seção)
Observação/Providência: Incidente de assunção de competência que teve seu mérito julgada na sessão telepresencial da 3ª Seção ocorrida em 24/3/2021. Julgamento dos embargos declaratórios previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Processo retirado de pauta desde 28/7/21. Regularizar em 60 dias. A pauta da sessão virtual não consta informada no sistema.		
50257998020164047200	26/9/2018	- Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento previsto para a sessão virtual da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina com encerramento em 21/11/2021. Processo com última movimentação em 31/3/2020 (evento 12). Regularizar em 30 dias. Processo com prioridade destacada no sistema eproc (doença grave). Petição informando providências no juízo de primeiro grau. A pauta da sessão não consta informada no sistema.		
50051837720214040000	11/2/2021	-
Observação/Providência: Os autos constam como remetidos com acórdão do gabinete para a Secretaria da Turma Regional Suplementar de Santa Catarina em 26/5/2021 (evento 21). Processo em dia. Em análise de admissibilidade do RE e REsp.		
50154481220194040000	10/4/2019	- Ação Rescisória
Observação/Providência: Processo da relatoria originária do Desembargador Federal Celso Kipper, que restou vencido na sessão virtual da 3ª Seção com encerramento no dia 28/7/2021, sendo relator para acórdão o Desembargador Federal Paulo Afonso Brum Vaz. Acórdão remetido para a secretaria da 3ª Seção em 9/9/2021 (ev. 52). Processo em dia.		
50120245920194040000	28/3/2019	- Ação Rescisória

Observação/Providência: Processo da relatoria originária do Desembargador Federal Celso Kipper, que restou vencido na sessão virtual da 3ª Seção com encerramento no dia 28/7/2021, sendo relator para acórdão o Desembargador Federal Paulo Afonso Brum Vaz. Acórdão remetido para a secretaria da 3ª Seção em 9/9/2021 (ev. 58). Processo em dia. Em análise de admissibilidade do RE e REsp.

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 56 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

50188688820204040000	50244446220204040000	50565386320204040000
50163884720154047200	50306249420204040000	50542808020204040000
50152193920174047205	50031365720184047204	50021725220184047208

b) Incluir em julgamento em até 30 dias (processos com pedido de vista há mais de 90 dias):

50087511420204049999	50248907520194049999	50113306620194049999
50128225920204049999		

c) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com embargos de declaração há mais de 45 dias):

50459647820204040000	50193382220204040000	50144367020184049999
50096013920184049999	50018517320164047212	50377997620194040000

d) julgar em até 10 dias (processos com medida urgente há mais de 15 dias):

50463850520194040000	50469844120194040000	50534349720194040000
50034328920204040000	50155024120204040000	

e) despachar em até 30 dias (processos sem movimentação no gabinete há mais de 30 dias):

50257998020164047200

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada de forma telepresencial, mediante o aplicativo zoom, com o Desembargador Celso Kipper e, por sua vez, a entrevista com a assessoria se deu de modo presencial.

Na ocasião, foi reforçado pelos entrevistados que, embora todos os 11 servidores do gabinete atuem na atividade-fim, ainda há desproporcionalidade no quantitativo de processos para cada servidor, causando acúmulo de demandas, principalmente em razão do aumento da distribuição, havendo uma necessidade de mais servidores para a unidade, em um número ideal de mais três, até porque alguns acumulam muitas funções.

Foi apontado que parte da equipe se encontra em Santa Catarina e parte em Porto Alegre, estando sempre em comunicação com o magistrado por celular, *whatsapp* e outros aplicativos, comentários internos no sistema eproc, tendo todos acesso ao desembargador.

Foram relatadas dificuldades com a qualidade das perícias judiciais realizadas principalmente nos feitos que englobam incapacidade, havendo geralmente a complementação do laudo pericial.

Frisou-se a ocorrência de que o próprio servidor que minutou a decisão é o responsável pelos eventuais embargos de declaração, o que, eventualmente, pode gerar um certo acúmulo.

Apontou-se, ainda, a ocorrência de muitas remessas para retratações, em virtude de julgamento dos feitos repetitivos e em repercussão geral em grande quantidade pelos Tribunais Superiores, a exemplo do Tema 709 do STF.

Como boas práticas, foi exposta a mentalidade de que o processo não é apenas um número, mas sim, reflete a individualidade da parte ali representada. Além do mais, enfatizou-se que a equipe domina bem os temas tratados, inclusive tendo o magistrado ampla experiência com a matéria previdenciária.

Atualmente, o gabinete não tem estagiários, uma vez que houve dificuldade no treinamento à distância dos referidos, na medida em que eles não podem comparecer pessoalmente ao Tribunal, por força de resolução normativa pertinente.

Acrescentou-se, por fim, como meta ser alcançada pelo gabinete, o julgamento dos processos mais antigos, sempre sendo observadas, as prioridades legais e situações excepcionais de urgência.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 4.790 para 7.744), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 6.780 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 7.744.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 239, na última inspeção, para 156, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 14 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na Turma Regional Suplementar, equivale a 10 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média das Turmas Regionais.

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 33.

b) Elaborar um plano de gestão que permita o controle dos processos conclusos e sem julgamento há mais tempo e dos embargos de declaração mais antigos, bem como dos processos em que existam pedidos de urgência.

c) Dar prioridade aos pedidos de vista para que possam ser apresentados, na medida do possível, de forma célere, nas sessões subsequentes.

GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ CARLOS CANALLI

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargador Federal Luiz Carlos Canalli.

2.2 Turma

7ª Turma/4ª Seção.

2.3 Competência

Processar e julgar os feitos de natureza penal (art. 4º do Regimento Interno do TRF4 R).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Luiz Carlos Canalli.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Alessandra Karina Beskow Giordani - técnico judiciário.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	11
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	2
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)	
Total em tramitação**	437
Processos suspensos/sobrestados	3
Processos conclusos	293
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	437
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	514
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	293
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	346
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	3
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	8

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prejudicado

Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Prejudicado
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	0
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Ações rescisórias	0
Outros	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	0
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	0
Outros	0

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	0
Apelações cíveis	0
Agravos de instrumento	0
Outros	0

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	37
Ações penais	0
Inquéritos	2
Habeas Corpus	25
Revisões criminais	3
Outros	7

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	403
Apelações	370
Recursos em Sentido Estrito	5
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	4
Outros	24

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	65
Apelações	40
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	18
Outros	8

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	3
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	5

Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	1
Agravos legais/regimentais	1
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	1
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	240
Ano anterior	191
2º ano anterior	97
3º ano anterior	9
4º ano anterior	0
5º ano anterior ou mais antigo	0

4.14 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	209
Ano anterior	71
2º ano anterior	49
3º ano anterior	12
4º ano anterior	5
5º ano anterior	0
6º ano anterior ou mais antigo	0

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição	
Ano atual	180
Ano anterior	64
2º ano anterior	38
3º ano anterior	9

4º ano anterior	2
5º ano anterior	0
6º ano anterior	0
7º ano anterior ou mais antigo	0

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	4
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	2

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	1.021
Total de Processos julgados	1.134
Total de Processos baixados	1.297
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-113
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-276

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	81
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	24
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	1.059
Processos julgados no ano anterior	1.188
Processos distribuídos no ano corrente	680
Processos julgados no ano corrente	739

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	286
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	257
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	297
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	514
Pendentes no último dia do mês anterior	2
Porcentagem de atendimento da meta	99,61

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	238
Pendentes em 31/12/2020	4
Porcentagem de atendimento da meta	98,32

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	234
Pendentes no último dia do mês anterior	4

Porcentagem de atendimento da meta	98,29
------------------------------------	-------

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.

Taxa de congestionamento em 2020	26,65
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	Não se aplica

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	967
Processos baixados no ano anterior	1.266
Processos julgados no ano anterior	1.105
Processos distribuídos no ano corrente	612
Processos baixados no ano corrente	762
Processos julgados no ano corrente	662

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Não definida para o TRF4.

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)

3424 - Usurpação de águas	66,67%
3429 - Alteração de local especialmente protegido	0
3619 - Crimes contra a Fauna	0
3621 - Da Poluição	0
3622 - Agrotóxicos	0
3623 - Atividades Nucleares	0
3624 - Caça	0
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	0
3627 - Pesca	0
3651 - Crimes Agrários	0
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	0
9583 - Arrendamento Rural	0
10016 - Inspeção Fitossanitária	0
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	0
10085 - Água e/ou Esgoto	0
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	0
10091 - Terreno de Marinha	0
10094 - Terras Indígenas	0
10095 - Águas Públicas	0
10102 - Terras Indígenas	0

10103 - Terreno Aldeado	0
10104 - Restituição de área - FUNAI	0
10105 - Demarcação	0
10106 - Recursos Minerais	0
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	0
10110 - Meio Ambiente	0
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	0
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	0
10113 - Flora	0
10114 - Fauna	0
10115 - Transgênicos	0
10116 - Agrotóxicos	0
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	0
10119 - Gestão de Florestas Públicas	0
10396 - Ambiental	0
10397 - Sanitárias	0
10438 - Dano Ambiental	0
10986 - Crime contra a administração ambiental	0
11822 - Mineração	0
11823 - Reserva legal	0
11824 - Recursos Hídricos	0
11825 - Poluição	0
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	0
11827 - Zona Costeira	0
11828 - Área de Preservação Permanente	0
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	0
11830 - Patrimônio Cultural	0
11836 - Parcelamento do Solo	0
11841 - Política Agrícola	0
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	0
11862 - Saneamento	0
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	0
9994 - Indenização por dano ambiental	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Julgar no prazo de 60 dias os processos 5003848-56.2014.4.04.7117 e 5000866-94.2013.4.04.7120.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Ambos os processos foram julgados pela 7ª Turma deste Tribunal.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não existem recomendações pendentes de cumprimento.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Não.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O Gabinete inspecionado possui 11 servidores efetivos e 2 estagiários de nível superior. Tem como objetivo a prestação de um trabalho jurisdicional de qualidade, voltado para a solução das demandas que lhe são submetidas, sempre buscando atender os pleitos de urgência, bem como os de prioridade de tramitação e incluídos nas Metas do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, procurando julgar os processos, sobretudo aqueles com réu preso, com a maior brevidade, evitando demoras desnecessárias. São estabelecidas metas individuais e coletivas de produtividade, sendo realizadas avaliações periódicas para fins de adequação. O ambiente de trabalho é bom, não se verificando intercorrências que demandem maiores intervenções das chefias. É adotado o sistema de teletrabalho parcial, com o comparecimento dos servidores ao gabinete, em regra, um dia por semana.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Alessandra Karina Beskow Giordani.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Há especialização por matéria. A Chefe de Gabinete cuida das medidas urgentes (HC, MS, CP etc.), dos despachos ordinários, da supervisão dos processos da 4ª Seção e das atividades administrativas do gabinete. O Assessor faz a distribuição dos processos aos demais servidores do gabinete, observando matéria, complexidade e especialização destes. Realiza, ainda, a conferência das minutas elaboradas pelos servidores do gabinete e dos processos incluídos em pauta pelos demais desembargadores integrantes da 7ª Turma ou 4ª Seção, além de definir com o Desembargador as orientações a serem passadas aos servidores. O assessor adjunto cuida das minutas dos agravos de execução penal, recursos em sentido estrito e apelações em medidas assecuratórias. A diretora de núcleo cuida dos processos com réu preso, sendo auxiliada por mais uma servidora. Os demais servidores e estagiários elaboram as minutas das matérias restantes. São 10 servidores em atividade-fim e 1 servidor em ambas as atividades.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Em tempos normais, são 4 (quatro) servidores, mas desde o início da atual pandemia do Covid-19 todos os servidores estão realizando teletrabalho.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Parcial, em situação normal de trabalho. Integral, durante o período da pandemia do Covid-19.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Complexidade e especialização do servidor na matéria.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento do desempenho dos servidores é feito por meio da verificação do cumprimento da cota estipulada (processos atribuídos ao servidor para elaboração de minuta). Caso esta cota não seja cumprida, é verificado junto ao servidor se houve algum problema e se este pode ser solucionado com alguma medida específica.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não temos processos físicos na unidade.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Em localizadores virtuais específicos por matéria, por tipo de incidente e por servidor.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Pelo sistema G4 - Gestão 4ª Região e pelos localizadores virtuais de sistema.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Ambas.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, sempre que possível.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos de voto/decisões (e, também, de textos-padrão) são elaborados no sistema Gproc (gerenciador de documentos processuais dentro do eproc) e disponibilizados aos servidores, que os utilizam para a elaboração das minutas com as adaptações exigidas pelo caso concreto.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Pela complexidade da matéria, identificada pela chefia ou por requisição do próprio servidor.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Não temos processos sobrestados em gabinete, mas eventualmente sobrestados em sessão. Nesse caso os processos ficam num localizador específico, o que permite efetuar o seu controle.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Tratando-se de matéria penal resta impossibilitada a conciliação.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Geralmente em uma ou duas sessões, mas depende da complexidade da matéria, que, às vezes, pode requerer um tempo maior para análise.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Por meio do acompanhamento das sessões de julgamento, pela pesquisa de jurisprudência no site do Tribunal e pelos boletins de jurisprudência e revista publicados pela Escola da Magistratura - EMAGIS.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, por meio de disponibilização aos demais julgadores pelo sistema Gproc (gerenciador de documentos processuais dentro do eproc).

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais podem ser telepresenciais ou não. As telepresenciais, à semelhança das sessões presenciais, são realizadas num dia específico da semana, com a diferença apenas de que os membros do Colegiado, advogados e servidores se encontram presentes de forma remota. Já as virtuais propriamente ditas tem um prazo definido para a votação (7 dias), dentro do qual cada desembargador acessa o sistema na data e horário que lhe convier para apresentar o seu voto.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A lotação se encontra completa e os recursos materiais são adequados.
c) resultados	Positivos, com redução do acervo.
b) gestão do trabalho	É organizada e eficiente.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Cumprir as metas estabelecidas pelo CNJ, julgar os processos com réu preso e prioridades no menor tempo possível, reduzir o acervo aos processos distribuídos no ano corrente.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Priorizar mais efetivamente esses processos.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Adoção de sistema de trabalho híbrido (presencial e remoto) não só para os servidores, mas, também, para as chefias.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Pelo sistema G4 - Gestão 4ª Região e pelos localizadores virtuais do gabinete.

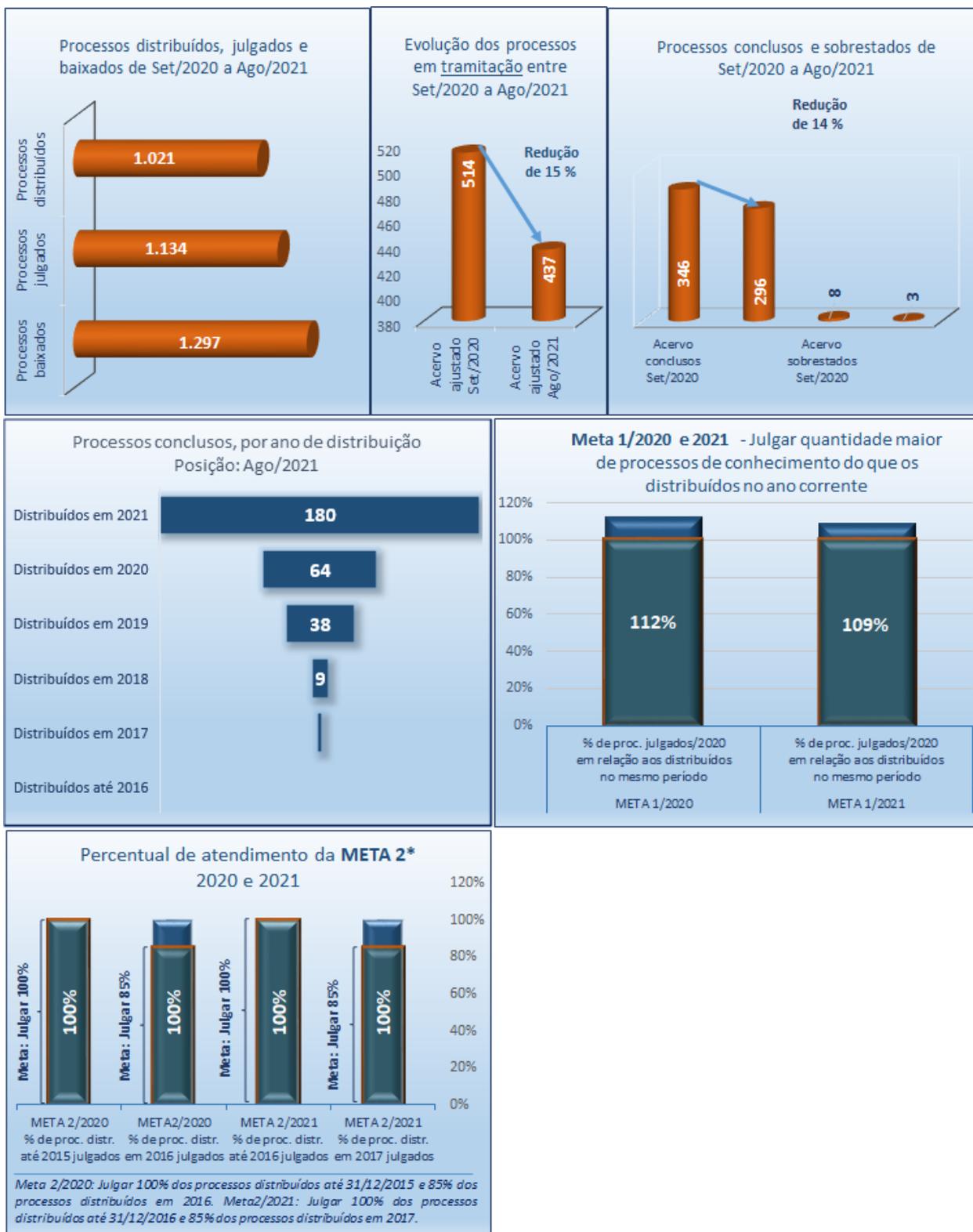
31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

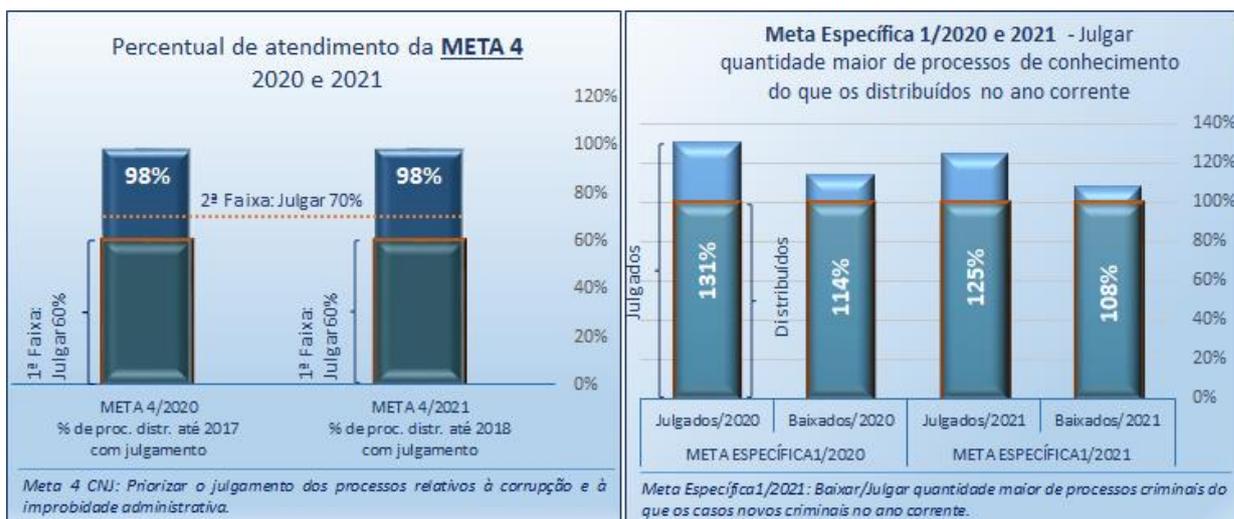
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50106910420214040000	15/3/2021	Revisão Criminal (Seção)
Observação/Providência: Processo de relatoria do Juiz Federal Nivaldo Brunoni.		
50486273420194040000	19/11/2019	Inquérito Policial
Observação/Providência: Pedido de dia pelo relator em 13/9/2021. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão da 4ª Seção de 21/10/2021.		
50211402120214040000	24/5/2021	Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo incluído em mesa e julgado na sessão da 7ª Turma de 10/8/2021. Acórdão remetido à secretaria processante nessa mesma data.		
50018023020194047017	6/8/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo remetido ao revisor em 24/9/2021, a quem incumbe pedir dia para julgamento (art. 97, § 1º, III, do RITRF4).		
50020275020194047017	2/9/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo remetido ao revisor em 24/9/2021, a quem incumbe pedir dia para julgamento (art. 97, § 1º, III, do RITRF4).		
50020074120184047002	22/5/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Operação Renitência. Complexo. Houveram vários pedidos no curso da apelação, com diversos encaminhamentos ao MPF. Foi remetido ao órgão ministerial em 16/9/2021 para parecer de mérito. Minuta em elaboração.		
50012641520204047017	4/11/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Apelação criminal julgada na sessão da 7ª Turma de 14/9/2021. Acórdão encaminhado à secretaria processante nessa mesma data.		
50054251020204047004	4/2/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Baixa definitiva em 14/9/2021.		
50014088620204047017	29/3/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Pedido de dia pelo revisor em 17/8/2021. Apelação criminal julgada na sessão da 7ª Turma de 31/8/2021. Acórdão remetido à secretaria processante nessa mesma data.		
50040775820194047208	25/5/2021	Apelação Criminal

Observação/Providência: Pedido de dia pelo revisor em 17/8/2021. Apelação criminal julgada na sessão da 7ª Turma de 31/8/2021. Acórdão remetido à secretaria processante nessa mesma data.		
50021752720204047017	29/6/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Pedido de dia pelo revisor em 17/8/2021. Apelação criminal julgada na sessão da 7ª Turma de 31/8/2021. Acórdão remetido à secretaria processante nessa mesma data.		
50019500720204047017	17/2/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Pedido de dia pelo revisor em 17/8/2021. Apelação criminal julgada na sessão da 7ª Turma de 31/8/2021. Acórdão remetido à secretaria processante nessa mesma data.		
50109891520164047002	10/12/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Pedido de dia pelo revisor em 17/8/2021. Apelação criminal julgada na sessão da 7ª Turma de 31/8/2021. Acórdão remetido à secretaria processante nessa mesma data.		
50141132720214047100	25/3/2021	Recurso Criminal em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo incluído em mesa e julgado na sessão da 7ª Turma de 31/8/2021. Voto-vista remetido à secretaria processante nessa mesma data.		
50025434620144047017	17/8/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo incluído em mesa para julgamento na sessão da 7ª turma de 29/9/2021.		
50027102320194047103	17/2/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo incluído em mesa para julgamento na sessão da 7ª Turma de 29/9/2021.		
50009289720144047121	2/11/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados na sessão da 7ª Turma de 14/9/2021. Acórdão remetido à secretaria processante nessa mesma data.		
50248322820214040000	17/6/2021	Revisão Criminal (Seção)
Observação/Providência: Processo de relatoria do Juiz Federal Nivaldo Brunoni.		
50067653420164047002	28/2/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo remetido ao revisor em 24/9/2021, a quem incumbe pedir dia para julgamento (art. 97, § 1º, III, do RITRF4).		
50121866820174047002	16/5/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo remetido ao revisor em 24/9/2021, a quem incumbe pedir dia para julgamento (art. 97, § 1º, III, do RITRF4).		
50121728420174047002	11/6/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo remetido ao revisor em 24/9/2021, a quem incumbe pedir dia para julgamento (art. 97, § 1º, III, do RITRF4).		
50005284220164047015	23/7/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo remetido ao revisor em 16/6/2021, a quem incumbe pedir dia para julgamento (art. 97, § 1º, III, do RITRF4).		

50121701720174047002	15/10/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo remetido ao revisor em 24/9/2021, a quem incumbe pedir dia para julgamento (art. 97, § 1º, III, do RITRF4).		
50121899220184047000	8/5/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo remetido ao revisor em 16/9/2021, a quem incumbe pedir dia para julgamento (art. 97, § 1º, III, do RITRF4).		
50090339120174047013	9/5/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo remetido ao revisor em 24/9/2021, a quem incumbe pedir dia para julgamento (art. 97, § 1º, III, do RITRF4).		
50170671320164047200	6/6/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo remetido ao revisor em 14/9/2021, a quem incumbe pedir dia para julgamento (art. 97, § 1º, III, do RITRF4).		
50056700320154047002	1º/7/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo remetido ao revisor em 16/9/2021, a quem incumbe pedir dia para julgamento (art. 97, § 1º, III, do RITRF4).		
50022729520134047203	2/10/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo remetido ao revisor em 21/9/2021, a quem incumbe pedir dia para julgamento (art. 97, § 1º, III, do RITRF4).		
50610731720164047100	8/1/2019	Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Pedido de dia pelo revisor em 2/9/2021. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão da 4ª Seção de 21/10/2021.		
50321514720214040000	4/8/2021	-
Observação/Providência: Baixa definitiva em 17/8/2021.		
50123543620184047002	26/2/2020	-
Observação/Providência: Apelação criminal julgada em 10/8/2021. Acórdão encaminhado à secretaria processante em 17/8/2021.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 31 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, todos eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

- a) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos localizados com o revisor há mais de 30 dias)

50067653420164047002	50121701720174047002	50121728420174047002
50121866820174047002		

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista com o Desembargador Luiz Carlos Canalli foi realizada por videoconferência. De modo presencial, fomos recebidos por dois servidores.

O gabinete se encontra comprometido com a boa prestação jurisdicional, buscando priorizar o atendimento das metas do CNJ e processos com réu preso.

Apresenta uma gestão de trabalho organizada e eficiente, o que tem resultado na constante redução do acervo.

A adoção do trabalho híbrido para todos os servidores do gabinete tem sido vista como uma prática que pode contribuir ainda mais para o aumento da produtividade.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 542 para 293), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 346 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 293.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 10, na última inspeção, para 5, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 6 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 4ª Seção, equivale a 7 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 33.
- b) Manutenção do método de trabalho, considerando a constante e gradativa diminuição do número de processos.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL SALISE MONTEIRO SANCHOTENE

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargadora Federal Salise Monteiro Sanchotene

2.2 Turma

Sétima Turma

2.3 Competência

Criminal

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Salise Monteiro Sanchotene.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Luciana Felicio Rublescki - Chefe de Gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	12
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	3
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)	
Total em tramitação**	464
Processos suspensos/sobrestados	2
Processos conclusos	331
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	464
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	531
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	331
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	366
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	2
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	13

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prejudicado

Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Prejudicado
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	0
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Ações rescisórias	0
Outros	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	0
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	0
Outros	0

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	0
Apelações cíveis	0
Agravos de instrumento	0
Outros	0

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	79
Ações penais	0
Inquéritos	1
Habeas Corpus	59
Revisões criminais	6
Outros	13

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	387
Apelações	345
Recursos em Sentido Estrito	11
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	2
Outros	29

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	63, destes atualmente 39 aguardam julgamento, sendo 2 agravos de execução e 5 apelações criminais, além dos habeas corpus.
Apelações	24
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	38
Outros	6

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	2
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	3
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	2
Agravos legais/regimentais	3
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	1
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	17
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	283
Ano anterior	177
2º ano anterior	12
3º ano anterior	0
4º ano anterior	1
5º ano anterior ou mais antigo	0

4.14 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	264
Ano anterior	84
2º ano anterior	16
3º ano anterior	1
4º ano anterior	0
5º ano anterior	0
6º ano anterior ou mais antigo	1

4.15 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição	
Ano atual	253
Ano anterior	73

2º ano anterior	3, um remetido ao revisor, outro será remetido em até 45 dias e o terceiro é de grande operação do tráfico de drogas que será remetido ao revisor em 60 dias, sendo que, embora tenha sido autuado no tribunal no ano de 2019, foi redistribuído a este gabinete em 9/7/2021.
3º ano anterior	1, enuls com pedido de vista, que precisou aguardar retorno de férias da desembargadora, sendo incluído na sessão de 20/10.
4º ano anterior	0
5º ano anterior	1, processo que retornou em face de decisão em HC pelo STJ, sendo julgada QO na sessão de 14/9, juntado acórdão, intimadas as partes, com prazo em curso.
6º ano anterior	0
7º ano anterior ou mais antigo	0

4.16 Processos conclusos de outros Gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	3
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	1, rev crim com pedido de vista em que se aguardou julgamento do STF, mas que, pelos sucessivos pedidos de vista, foi incluído na sessão de 20/10.

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	1.030
Total de Processos julgados	1.115
Total de Processos baixados	1.221
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-85
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-191

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	18
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	87, considerando que não foi imposto limite sobre a lista de processos.
Total de feitos não regularizados	2, o 50109451620184047005, que retornou ao TRF após discussão sobre o ANPP, sendo cindido e prosseguindo a discussão sobre o ANPP no Tribunal no processo 50087144520204047005, e o 50025434620144047017, com pedido de vista em 23/6/2021 por outro gabinete, que incluiu o processo na sessão de 29/9/2021.

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	1.027
Processos julgados no ano anterior	1.139
Processos distribuídos no ano corrente	697
Processos julgados no ano corrente	681

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	103
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	179
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	182
Pendentes no último dia do mês anterior	1, mesmo processo do item 4/15, 5º ano
Porcentagem de atendimento da meta	99,45%

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	419
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	169
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	191
Pendentes no último dia do mês anterior	1, mesmo processo do item 4.15, 5º ano
Porcentagem de atendimento da meta	99,48%

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.	
Taxa de congestionamento em 2020	28,12
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	Não se aplica

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	917
Processos baixados no ano anterior	1.152
Processos julgados no ano anterior	1.040
Processos distribuídos no ano corrente	635
Processos baixados no ano corrente	698
Processos julgados no ano corrente	617

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2
Pendentes no último dia do mês anterior	0

Porcentagem de atendimento da meta	100%
------------------------------------	------

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Não se aplica

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)

3424 - Usurpação de águas

1, processo redistribuído para outro gabinete em 6/9/2021, por ter sido verificada a prevenção a outros processos de operação policial. Cumprimento da meta de 80%

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Houve recomendação de manter o método de trabalho, que viabilizou o alcance de diversos objetivos com sucesso.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Foi mantido o método de trabalho, de gestão de prioridades para tratamento do acervo de processos e de gestão de pessoas.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

As metas foram todas atendidas no ano anterior, inclusive a Meta 1, que foi a mais difícil de alcançar junto com a orientação de julgamento dos processos mais antigos. Durante este ano, por diversas medidas necessárias tomadas pela Sétima Turma para o julgamento dos processos em sessões virtuais, a Meta 1 ficou bastante prejudicada no gabinete.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O processo de trabalho é bastante dinâmico, havendo participação ativa da desembargadora e interação com servidores e estagiários, os quais reconhecem esse exercício e estilo de liderança. Existe intenso trânsito de informações intermediado pela chefia de gabinete, para que os resultados sejam alcançados da forma desejada. Há bastante liberdade na execução das atividades pelos servidores e estagiários e um forte engajamento da equipe. Houve algumas dificuldades oriundas de mudanças de matérias por alguns servidores, mas que já estão sendo vencidas. Uma grande dificuldade é a definição de dados protegidos pela LGPD nas decisões judiciais e a atribuição de sigilo a processo, situação que empobrece muito a base de jurisprudência do tribunal.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Luciana Felicio Rublescki - Chefe de Gabinete.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Há certa divisão por tipo de crime ou tipo de processo, mas está havendo certa flexibilização pelo ingresso de servidores com novos perfis. No geral, o trabalho é dividido por duplas, escaladas a partir de aptidões pessoais, sendo uma para estelionato, falsidades, corrupção, peculato e outros crimes por funcionário público; uma para furto, roubo, tráfico de armas, ordem tributária, contribuição previdenciária, ambiental; uma para pornografia infantil, sistema financeiro nacional, lavagem de dinheiro, preconceito, e outros; uma servidora e as três estagiárias para contrabando, descaminho, telecomunicações, receptação, moeda falsa; um servidor para tráfico internacional de drogas; uma servidora para habeas corpus e agravos de execução do SPF, auxiliada por outro colega, que agrega tribunal do júri; uma dupla para triagem, tarefas administrativas e todas as atividades de gestão.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Antes de março de 2020, apenas um colega executava atividades em regime de teletrabalho. Desde março de 2020, todos os servidores passaram a realizar compulsoriamente o teletrabalho, por força da Resolução n. 18/2020, de 20/3/2020, do TRF4. A partir da Resolução Conjunta n. 3/2021, de 31/8/2021, por meio da qual houve reabertura das unidades judiciárias, deixando a critério dos desembargadores a reabertura dos próprios gabinetes, optou-se pela conclusão do esquema vacinal dos servidores e a reabertura em sistema de rodízio no mês de outubro.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Até março de 2020, o único colega que executava as tarefas em teletrabalho o fazia de forma parcial, ou seja, somente um dia na semana; desde março de 2020, o teletrabalho foi integral; a partir de outubro de 2021 será parcial para todos, fazendo rodízio presencial.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Não há fixação de cotas preestabelecidas, mas a manutenção do trabalho de acordo com as prioridades de julgamento e, em alguns casos, de prazos.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento do desempenho dos servidores é realizado diariamente pela desembargadora, por meio da conferência de relatórios do sistema G4, criado no TRF4, com a checagem do andamento dos processos apontados como prioridade na gestão do acervo, e por meio da conferências da minutas. A combinação permite o acompanhamento quanto ao atendimento às orientações, ao ritmo do trabalho e à qualidade técnica.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não existem processos físicos. A triagem é realizada nos processos eletrônicos. A triagem inicial inclui a conferência sobre a correta autuação e instrução (apresentação de razões e contrarrazões pelos apelantes). Após, o processo é remetido para o MPF. No retorno, o servidor responsável faz as intimações necessárias para apresentar razões ou contrarrazões, a triagem e examina o tipo de crime para destinar a um dos grupos de trabalho. Em muitos casos, a própria desembargadora verifica os processos e identifica as principais teses defensivas, de modo a conseguir aferir se é um processo de julgamento mais célere ou não, encaminhando para determinados localizadores e pessoas.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos estão organizados em localizadores principais e secundários. Os principais contêm os tipos de crime (contrabando, estelionato, tráfico de drogas, etc., sendo incluindo em tantos quantos forem os tipos de crimes em discussão no processo), acrescidos de outros por tipo de urgência (se é habeas corpus, se é incidente que impacta no primeiro grau) ou por prioridade de julgamento (se é réu preso, se há prescrição iminente, se é antigo). Também, há localizadores de tramitação, de fluxo para conferência, de pauta, de procedimentos após a sessão, de remessa e recebimento com pedido de vista, para análise de prevenção, etc. Além dos localizadores pessoais de cada servidor, bem como dos localizadores da desembargadora (despacho/decisão, pauta revisão, pauta relator).

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle é realizado pelo sistema G4, que tem inclusive uma tela com as eventuais pendências das metas nacionais, pelos localizadores do processo eletrônico e por relatórios do processo eletrônico. Os embargos de declaração e agravos regimentais e outras urgências possíveis são levados em mesa na primeira pauta telepresencial futura.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

As metas são coletivas.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região não regulamentou a política de recompensas na Região. Por conta da própria unidade, a recompensa é o reconhecimento do trabalho de forma geral, o reconhecimento público de um trabalho especial realizado por alguns dos servidores, a potencialização dos talentos individuais com determinados desafios, a flexibilização do horários de trabalho para resolução de problemas que não estão sob o controle de servidor; a flexibilização na marcação de férias, procurando-se manter efetivo em torno de 50%, a oferta e organização de capacitações de interesse e focadas em casos concretos a resolver.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

O tratamento dos processos com prioridade ou enquadrados em metas são feitos por meio do sistema G4, que possui inclusive uma tela com dados consolidados sobre as metas por gabinete; por meio de localizadores do processo eletrônico, cujo nome comunica para qualquer usuário do sistema a existência de prioridade; por meio de relatórios do processo eletrônico (por exemplo, para o controle de prescrição); por meio de comunicação direta com o servidor responsável; e eventualmente por determinação de prazo para a minuta, com indicação da pauta para inclusão.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, são utilizadas decisões terminativas sempre que possível, notadamente em habeas corpus, mandado de segurança, correição parcial e eventuais agravos de instrumento. Após o NCPC, houve mudança no regimento interno do TRF4 que implicou maior dificuldade quanto à base legal da decisão terminativa a ser proferida pelo relator em alguns pedidos no processo penal.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos para votos e decisões estão disponíveis no processo eletrônico e podem ser utilizados por qualquer usuário. No processo penal, o modelo trata basicamente de

estrutura e de fundamentação de direito, sendo necessário, de qualquer sorte, razoável investimento na elaboração de texto para a fundamentação concreta.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Além dos procedimentos institucionais da área de gestão de pessoas, na unidade são identificadas necessidades de capacitação técnica a partir dos casos concretos que chegam para julgamento. A partir desse diagnóstico, foram convidados outros agentes, como peritos federais, por exemplo, para esclarecer como são feitos determinados procedimentos. Já foram realizados encontros sobre pornografia infantil e sobre drogas. Além disso, a desembargadora identifica cursos oferecidos para os magistrados cujos vídeos estejam disponíveis, para que os servidores se atualizem e possam debater sobre matérias que estejam em voga.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

O sistema G4 informa os sobrestamentos no gabinete. Atualmente há apenas dois processos, um que aguarda a conclusão do julgamento de uma ação anulatória no TRF1 e outro que está com tramitação de incidente de ANPP no primeiro grau.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não se aplica.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Os pedidos de vista comumente são realizados por discordância que exige alguma pesquisa, sendo as demais divergências realizadas na própria sessão. No geral, são levados em julgamento em torno de até um mês. Contudo, havendo julgamento de repercussão geral ou repetitivo já em andamento sobre a matéria, pode passar prazo maior, quando se avalia relevante para uma solução mais estável para o caso concreto.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

O acompanhamento da jurisprudência é feita por meio do resultado das sessões de julgamento e da base de jurisprudência do tribunal.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, há compartilhamento prévio de acesso aos votos. Os processos já são remetidos ao revisor com disponibilização de acesso a todo o colegiado, de modo que quando é formada a pauta pela secretaria os votos são estão acessíveis a todos os integrantes

da Turma ou Seção. Os processos incluídos como pauta relator vão sendo disponibilizados na medida em que são conferidos pela desembargadora.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são realizadas com acesso às minutas de voto, com apontamentos feitos pela desembargadora sobre votos divergentes a serem minutados, análise de provas a serem feitas em caso de possível divergência, sobre ressalvas a serem indicadas. Nos dias que antecedem a sessão são recebidos eventuais apontamentos pelos gabinetes para ajustes nas minutas de voto ou para avaliação pela desembargadora sobre a decisão encaminhada no voto. Por orientação da presidência da turma, cada gabinete pode incluir até trinta processos na pauta de sessão virtual, as divergências devem ser concluídas até o início da tarde do dia anterior ao encerramento da sessão. Os pedidos de retirada de pauta para sustentação oral em sessão telepresencial são despachados pela desembargadora.

28. A unidade possui plano de gestão?

Formalmente, não. A gestão continua sendo fundada na qualificação do acervo, na coesão da equipe e no atendimento das metas.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A unidade está com a lotação máxima de servidores e estagiários para um gabinete penal, com o que está bem.
b) gestão do trabalho	A gestão do trabalho, não obstante as perdas da facilidade de acompanhamento que propicia o trabalho presencial, a observância do ritmo de reunião semanal da equipe, em meio virtual, propiciou uma gestão bem eficaz.
c) resultados	Os resultados alcançados são muito satisfatórios, havendo dificuldade de retomada apenas na Meta 1, mas um bom desenvolvimento de capacidades dos servidores que tiveram de mudar de matéria.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

O gabinete estabeleceu, como meta própria, alcançar acervo de processos com menos de um ano de distribuição.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

A manutenção da gestão de acervo do modo como é realizada, porque, ano a ano, há diminuição da distância (90 processos na inspeção de 2019, 50 na inspeção de 2020 e 45 nesta inspeção de 2021, incluídos os que retornaram para juízo de retratação).

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Atendimento de advogados por plataforma digital. Reunião semanal virtual com todos os servidores, dando dinamicidade para o teletrabalho. Maior flexibilização de horário.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

É realizado pelo sistema G4 (analisando a coerência entre classe de processo, localizador e tempo de tramitação).

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

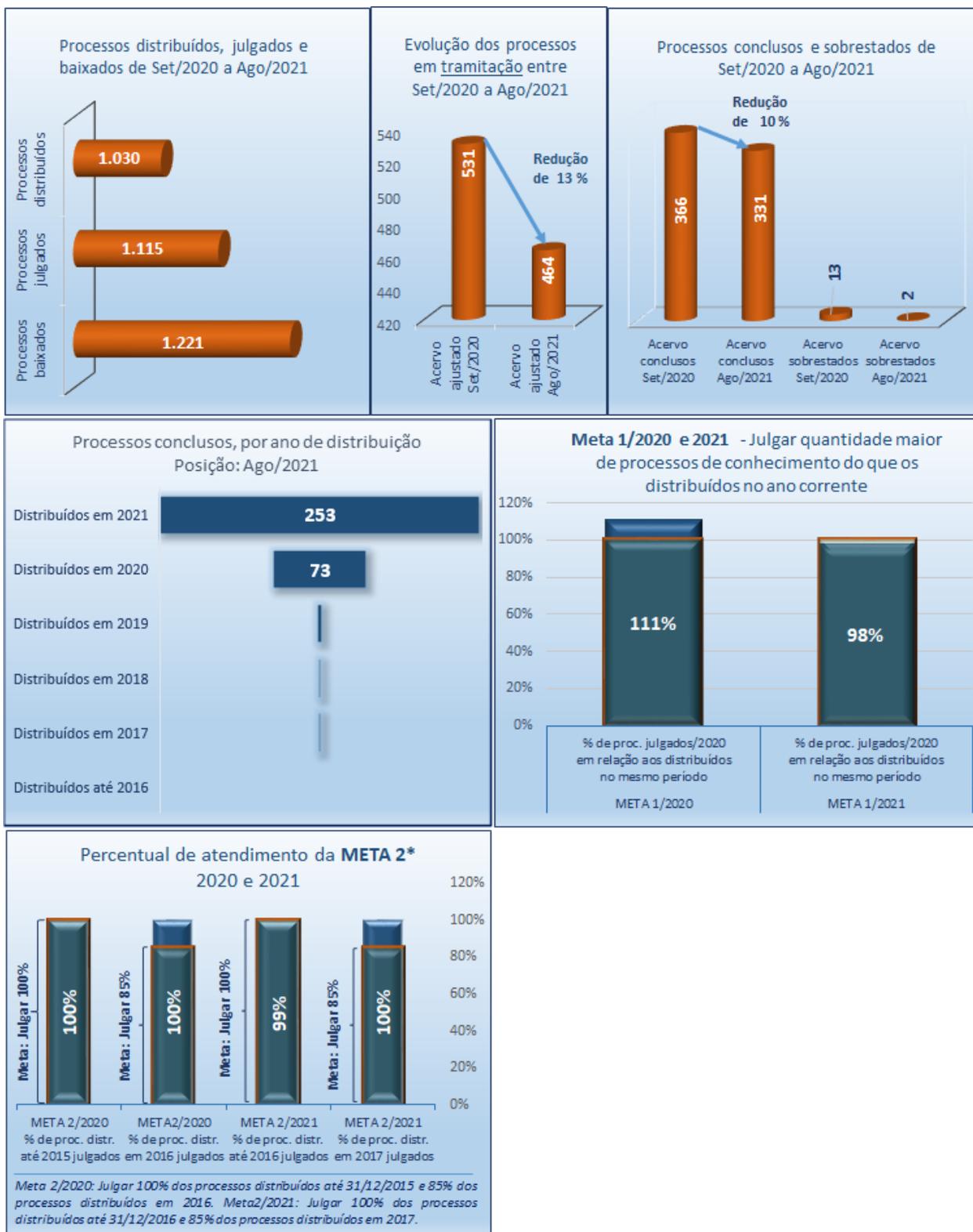
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50099921320214040000	10/3/2021	Habeas Corpus
HC de réu solto indef liminarmente em 29/3/2021, contra decisão q/ arq incid de ANPP. Agr. reg. interposto em 13/4, c/ decisão terminativa julgando prejudicado o HC em 24/8, diante da homologação do ANPP ainda no mês de março, na ação penal. Após int, partes, trânsito julg e baixa em 11/9/2021.		
50261868820214040000	25/6/2021	Habeas Corpus
HC indeferido liminarmente, nos termos do art. 148 do RITRF4, quanto à matéria não submetida ao juiz de primeiro grau e, na parte admitida, indeferida a liminar em 14/9/2021. Será incluído em mesa para julgamento assim que apresentado o parecer, tendo-se solicitado prioridade ao MPF.		
50093677620214040000	8/3/2021	Habeas Corpus
HC de réu solto indef liminarmente em 16/3/2021, com agr reg em 22/3, julg em 13/4 p/ negar provimento. Concessão de ordem, de ofício, pelo STJ p/ q o TRF4 aprecie o mérito do HC. Realizada consulta ao STJ, pois HC contra julg de turma recursal. Em 24/9/2021 foi indef liminar e solicitadas inf.		
50251890820214040000	19/6/2021	Habeas Corpus
HC relativo à extensa operação policial, indef. liminar em regime de plantão, dia 20/6/2021; despacho para corrigir autuação em 22/6. Incluído em mesa para julgamento com outros HCs da mesma operação policial na sessão de 29/9/2021.		
50175815620214040000	30/4/2021	Habeas Corpus
HC de réu solto contra decisão que afasta absolvição sumária. Int impetrantes e defensor não impetrante, em 4/5/2021, para esclarecer representação, liminar indeferida em 15/6, julgado em 23/7, com acórdão juntado em 17/8. Após int das partes, trânsito em julgado e baixa em 4/9/2021		
50016704920184047003	11/11/2020	Apelação Criminal

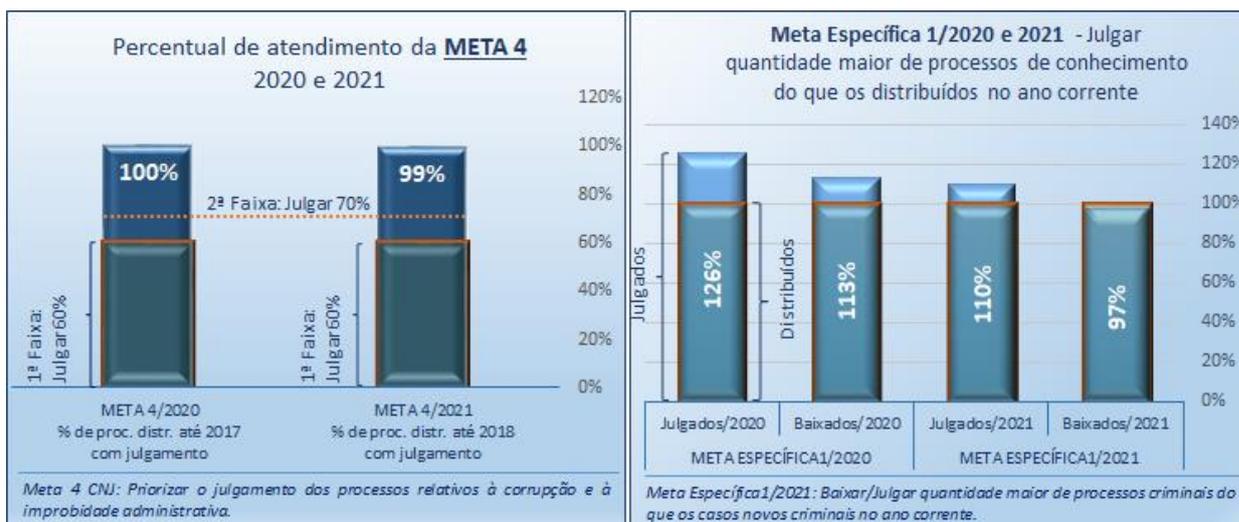
Processo que já constava das listas de prioridade do gabinete, em face do critério antiguidade. Prisão revogada no tribunal, face à celebração de ANPP no juízo de origem, cindindo-se o processo quanto a esse réu. Prossegue o recurso quanto aos demais réus. Será remetido ao revisor em até 45 dias.		
50078146220204047005	7/4/2021	Apelação Criminal
Processo de réu preso com matérias diversas (armas, medicamentos), nas quais há revisão em curso na jurisprudência (STF) e mudança de entendimento. Previsão de remessa ao revisor até 30/9/2021.		
50102488320184047202	19/5/2020	Apelação Criminal
Prisão ocorrida em junho/2021, qdo o recurso já aportara no TRF4. Remetido ao revisor em 23/8/2021, incluído em pauta para a sessão virtual de 13/9/2021 a 21/9/2021, retirado de pauta a pedido da defesa, para fins de sustentação oral, e incluído na sessão de 29/9/2021.		
50007789320214047017	29/6/2021	Apelação Criminal
Processo remetido ao revisor em 30/8/2021 e incluído em pauta da sessão virtual de 28/9/2021 a 5/10/2021.		
50028354420174047108	9/10/2019	Apelação Criminal
Processo remetido ao revisor em 16/6/2021 e julgado em 30/8/2021, com acórdão juntado em 1º/9/2021 e embargos de declaração opostos em 14/9/2021, os quais serão levados a julgamento na sessão de 20/10/2021.		
50555231220144047100	18/11/2019	Apelação Criminal
Processo remetido ao revisor em 22/6/2021, com pedido de dia pelo revisor em 17/8 e julgado na sessão de 31/8/2021. Juntado acórdão em 2/9, intimação das partes e prazo em curso.		
50625686220174047100	23/6/2021	Apelação Criminal
Processo remetido ao revisor em 5/8/2021, com o pedido de dia pelo revisor em 17/8 e julgado na sessão de 31/8/2021. Juntado acórdão em 1º/9/2021, intimação das partes, trânsito em julgado e baixa na mesma data.		
50412004920204040000	28/8/2020	Revisão Criminal (Seção)
Rev Crim sobre novos regulam. do tráfico int. de armas, c/ ped. vista acordado na sessão 18/3/2021, p/ aguardar julg ADI do STF. Face ao prazo s/ conclusão julg ADI, incluído em mesa de 19/8, qdo não foi apresentado por necessidade de readequação à lim na ADI. Incluído sessão de 21/10/2021.		
50308323520174047000	19/6/2019	Apelação Criminal
Processo julgado em 22/6/2021, juntado acórdão em 24/6. Eds opostos em 7/7, julgados em 31/8, com juntada do acórdão em 1º/9/2021, intimação das partes e prazo em curso.		
50102371020204047000	17/3/2020	Apelação Criminal
Processo com eds protocolados em 20/7/2021, incluídos em mesa no dia 6/8, para a sessão de 10/8, adiado por impedimento da juíza convocada, reincluído em mesa e julgado em 31/8, com acórdão juntado em 1º/9 e prazo em curso para a defesa.		
50300876420214040000	20/7/2021	Revisão Criminal (Seção)
Rev Crim indef liminarmente em 21/7/2021, oposição de EDs na mesma data, sendo preciso aguardar o retorno de férias da desembargadora titular, por impedimento da juíza convocada. Decisão não acolhendo os EDs em 27/8, agravo reg interposto em 28/8/2021, que será levado em mesa em na sessão de 21/10/2021.		

50267879420214040000	29/6/2021	Habeas Corpus
HC com desp de regularização da autuação em 23/7/2021, liminar indeferida em 17/8, parecer em 31/8, julgamento com denegação da ordem em 14/9, acórdão juntado em 22/9 e intimação das partes na mesma data, com prazo em curso.		
50276591220214040000	5/7/2021	Habeas Corpus
HC com despacho de regularização da autuação em 9/8/2021, indeferimento liminar com base no art. 148 do RITRF4 em 23/8 e intimação das partes na mesma data. Interposição de agravo regimental em 6/9 e inclusão do processo em mesa para julgamento na sessão de 29/9/2021.		
50282766920214040000	8/7/2021	Habeas Corpus
Indeferimento de liminar em 30/8/2021, parecer juntado em 10/9 e embargos de declaração opostos em 13/9/2021.		
50065768620174047013	19/11/2019	Apelação Criminal
Processo remetido ao revisor em 1º/9/2021, aguardando a sua inclusão em pauta.		
50031334720144047106	31/1/2020	Apelação Criminal
Processo que já constava das listas de prioridade do gabinete, em face do critério antiguidade. Será remetido ao revisor em até 30 dias.		
50149093620174047107	3/2/2020	Apelação Criminal
Processo remetido ao revisor em 6/9/2021, aguardando a sua inclusão em pauta.		
50007218120164047007	3/2/2020	Apelação Criminal
Processo que já constava das listas de prioridade do gabinete, em face do critério antiguidade. Será remetido ao revisor em até 30 dias.		
50008134620174047000	4/2/2020	Apelação Criminal
Processo que já constava das listas de prioridade do gabinete, em face do critério antiguidade. Será remetido ao revisor em até 30 dias.		
50067531920184047206	4/2/2020	Apelação Criminal
Processo remetido ao revisor em 23/9/2021, aguardando a sua inclusão em pauta.		
50011487220174047127	7/2/2020	Apelação Criminal
Processo remetido ao revisor em 24/9/2021, aguardando julgamento.		
50003420920184047028	12/2/2020	Apelação Criminal
Processo remetido ao revisor em 19/8/2021 e julgado em 21/9/2021, com acórdão juntado em 22/9/2021 e eventos de intimação lançados na mesma data, aguardando abertura pelas partes.		
50005562120174047000	3/3/2020	Apelação Criminal
Processo que já constava das listas de prioridade do gabinete, em face do critério antiguidade. Será remetido ao revisor em até 45 dias.		
50146796620184047201	22/11/2019	Apelação Criminal
Processo que já constava das listas de prioridade do gabinete, em face do critério antiguidade. Será remetido ao revisor em até 45 dias.		
50091237520164047000	1º/11/2019	-
Processo julgado em 6/7/2021, c/ acórdão juntado na mesma data, mas com incorreção na ementa. Em 12/7 foi determinada a sua exclusão e a juntada de novo documento. Após retorno		

de férias da Desembargadora, o acórdão c/ ementa retificada juntado em 1º/9, intimações realizadas e prazo em curso p/ defesa.		
50148682220194047100	19/1/2021	-
Observação/Providência: Processo julgado em 6/7/2021, c/ acórdão juntado na mesma data; opostos EDs em 7/7 sobre erro material na ementa, julg em 27/7 Julgado acórdão c/ ementa retificada em 3/9, intimações realizadas, trânsito em julgado em 8/9 e baixa em 9/9/2021.		
50246391320214040000	16/6/2021	-
Processo julgado em 27/7/2021, com acórdão juntado em 23/8/2021, em virtude de grande acúmulo por duas operações vinculadas ao gabinete. Intimadas as partes, trânsito em julgado e baixa em 6/9/2021.		
50266337620214040000	29/6/2021	-
HC com indef de liminar em 12/7/2021, julgado em 27/7/2021, quando foi denegada a ordem. Acórdão juntado em 23/8/2021, em virtude de grande acúmulo por duas operações vinculadas ao gabinete, intimação das partes na mesma data, trânsito em julgado e baixa em 9/9/2021.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 34 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, todos eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias)

50011487220174047127

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista com a Desembargadora Salise Monteiro Sanchotene ocorreu de modo presencial.

O gabinete se encontra comprometido com a boa prestação jurisdicional, atendendo as metas e determinações do CNJ.

A Desembargadora exerce sua liderança de maneira efetiva. A equipe se mostrou bastante comprometida e engajada com o trabalho realizado. Existe um bom relacionamento entre os servidores e entre os servidores e a desembargadora, com uma troca constante de informações.

Ressalto, por fim, a boa prática da realização de reuniões semanais de toda a equipe, com a presença da desembargadora, para tirar dúvidas e debater os casos mais complexos.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 470 para 331), uma vez considerado o período de doze meses contados

da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 366 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 331.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 7, na última inspeção, para 3, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 5 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 4ª Seção, equivale a 7 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir a recomendação do item 33.

b) Manutenção do método de trabalho adotado, que tem resultado na redução do acervo e no atendimento das metas do CNJ.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

JUIZ FEDERAL DANILO PEREIRA JUNIOR

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Juiz Federal Danilo Pereira Junior

2.2 Turma

Sétima Turma.

2.3 Competência

Penal.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Juiz Federal Danilo Pereira Junior.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

O magistrado iniciou as atividades em 21/6/2021, mediante convocação formalizada no Ato n. 690/2021 da Presidência do TRF da 4ª Região, assumindo o acervo de 365 processos.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Anteriormente a 21/6/2021, a Desembargadora Federal Cláudia Cristina Cristofani era responsável pelo órgão.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Cristiane de Matos Custódio D'Aquino - Chefe de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	6
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	2
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)	
Total em tramitação**	531
Processos suspensos/sobrestados	18
Processos conclusos	445
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	531
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	541
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	445
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	395
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	18
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	9

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	0

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	0
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Ações rescisórias	0
Outros	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	0
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	0
Outros	0

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	0
Apelações cíveis	0
Agravos de instrumento	0
Outros	0

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	89
Ações penais	0
Inquéritos	1
Habeas Corpus	48
Revisões criminais	9
Outros	31

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	444
Apelações	402
Recursos em Sentido Estrito	4
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	7
Outros	31

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	57
Apelações	20
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	28
Outros	9

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	18
Por IRDR	0
Por IAC	0

Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	4
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	1
Agravos legais/regimentais	2
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	0
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	2
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	1

4.13 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	304
Ano anterior	226
2º ano anterior	61
3º ano anterior	2
4º ano anterior	1
5º ano anterior ou mais antigo	0

4.14 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	244
Ano anterior	105
2º ano anterior	45
3º ano anterior	1
4º ano anterior	0
5º ano anterior	0
6º ano anterior ou mais antigo	0

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição

Ano atual	324
Ano anterior	70
2º ano anterior	40
3º ano anterior	11
4º ano anterior	0
5º ano anterior	0
6º ano anterior	0
7º ano anterior ou mais antigo	0

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	0
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	2

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de Processos distribuídos	1.024
Total de Processos julgados	1.095
Total de Processos baixados	1.238
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-71
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-214

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	18
Total de feitos não regularizados	4
Total de feitos verificados na inspeção anterior	80
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	1.034
Processos julgados no ano anterior	1.191
Processos distribuídos no ano corrente	705
Processos julgados no ano corrente	700

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	330
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	421
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	437
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	679
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	313
Pendentes em 31/12/2020	1
Porcentagem de atendimento da meta	99,68%

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	244
Pendentes no último dia do mês anterior	3
Porcentagem de atendimento da meta	98,77%

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.

Taxa de congestionamento em 2020	29,42
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	Não se aplica

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	-

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	-

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	923
Processos baixados no ano anterior	1.242
Processos julgados no ano anterior	1.092
Processos distribuídos no ano corrente	635

Processos baixados no ano corrente	708
Processos julgados no ano corrente	627

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Não se aplica.

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)

% de Cumprimento da meta	71,43%
3424 - Usurpação de águas	7

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Recomendou-se que o gabinete: a) julgasse o processo n. 50670961820124047100 em 60 dias; b) mantivesse o método de trabalho para a progressiva redução do acervo.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) O processo n. 50670961820124047100 foi julgado em janeiro de 2020; b) O gabinete da Desembargadora Federal Cláudia Cristofani permaneceu com seu método de trabalho, segundo informações repassadas durante a troca da equipe.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não se aplica.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim, a Meta 4/2020 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017), com 99,68%. O processo foi identificado e já está em fase de elaboração da minuta para ser julgado ainda neste ano de 2021.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O magistrado assumiu as atividades em 21/6/2021 e foi necessária a composição de nova equipe de trabalho, na medida em que os servidores anteriormente lotados acompanharam a Desembargadora Cláudia Cristofani. No período inicial havia dois servidores lotados, com aumento progressivo para seis, número atual de servidores do órgão. Foram emitidos relatórios para identificação dos processos prioritários e análise do acervo. Foi elaborado plano de gestão do gabinete, com estabelecimento de metas coletivas e individuais. Houve a distribuição dos processos para cada servidor, de acordo com a matéria. São realizadas reuniões semanais com toda a equipe e com o magistrado.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Cristiane de Matos Custódio D'Aquino.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Os processos são divididos por matéria, ficando a cargo de cada servidor um assunto ou grupo de assuntos, de acordo com a complexidade e proporção em relação ao acervo total. Dado o número reduzido de servidores, atualmente todos se dedicam às atividades-fim, sendo que dois servidores acumulam atividades de secretaria do gabinete.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Atualmente todos os servidores estão em teletrabalho, em razão das medidas adotadas para prevenção ao contágio de Covid-19, avaliando-se o retorno presencial progressivo.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Integral.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As cotas foram fixadas de acordo com plano de gestão, atribuindo-se a cada servidor um número de processos prioritários e de processos das matérias de sua especialidade, para julgamento de todos os prioritários, identificados no plano de gestão, e para redução gradual do acervo.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito pelo eproc. Acaso não atendida a cota, é feita a análise da situação pelos gestores a fim de identificar possíveis intercorrências. Além disso, há reunião com o servidor para feedback e adoção de soluções.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há processos físicos. Os processos eletrônicos são triados logo que dão entrada no acervo do gabinete, para análise de competência, prevenção etc. Há verificação dos dados contidos na autuação, inclusive para fins de controle de prescrição. Na triagem também se verifica se há prioridade no processamento, com a identificação de sinalizadores respectivos, em sendo o caso.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos são alocados em localizadores, de acordo com a matéria. Há também localizadores para ações originárias e para determinados recursos, que demandam análise mais célere (embargos de declaração, agravo regimental etc.). Também há localizadores "secundários", utilizados para sinalizar situações especiais dos processos (prescrição próxima, réu preso, réu sob monitoramento etc).

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle é realizado pelo sistema G4 e por relatórios do eproc. Os localizadores dos processos também são utilizados para sinalizar a tramitação do processo e identificar os processos prioritários.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Sim, no plano de gestão do gabinete foram estabelecidas metas individuais e coletivas, conforme descrito no item 28.2.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Sim.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Os processos com prioridade e relativos à meta que constavam no acervo foram afetados aos servidores para que sejam julgados ainda neste ano de 2021. Os nossos processos que são remetidos ao gabinete são identificados na triagem e já direcionados ao servidor responsável, para que seja minutado com prioridade.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

No eprochá modelos de votos e decisões, bem como de ementas e despachos. Dedicase tempo semanal para o aumento progressivo do banco de dados, a fim de aumentar a produtividade do gabinete e atualizar orientações feitas pelo magistrado.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Por meio de reuniões semanais realizadas com a equipe e de feedback dos servidores.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Por localizador específico e por relatórios do eproc. Atualmente não há matéria sobrestada. A maior parte dos processos sobrestados diz respeito à baixa ao primeiro grau para verificação de possível acordo de não persecução penal, de acordo com o entendimento à época firmado pela 4ª Seção.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não se aplica.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Há orientação para que sejam levados na sessão seguinte. Até o momento não houve pedido de vista.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Por meio de informativos e de pesquisa, além de comunicação interna com outros gabinetes.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Pelo eproc, com possibilidade de sustentação por argumentos.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Conta com número reduzido de servidores e os recursos materiais estão sendo providenciados pelo tribunal.
b) gestão do trabalho	Busca-se o aprimoramento contínuo da gestão do trabalho.
c) resultados	Os resultados são satisfatórios, considerando a formação recente da equipe e o número reduzido de servidores.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

No plano de gestão, para este ano de 2021, definiu-se como meta o julgamento dos processos relativos às metas do CNJ, com prescrição próxima (até março/2022) e dos processos distribuídos e conclusos até 31/12/2019, conjugado com a observância da regularidade dos processos com liminares, com réus presos e sob monitoramento e dos recursos internos, com o equilíbrio também do acervo.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Os processos prioritários foram identificados e afetados aos servidores. Os processos novos que passam a compor o acervo são identificados na triagem e repassados ao servidor responsável para elaboração de minuta com prioridade. Além disso, regularmente é realizada a análise do acervo e da produtividade da equipe.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A realização de reuniões periódicas com toda a equipe e a utilização de ferramentas para compartilhamento coletivo de informações (grupo no psu/whatsapp).

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle é feito pelo sistema G4 e pelo eproc .

31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

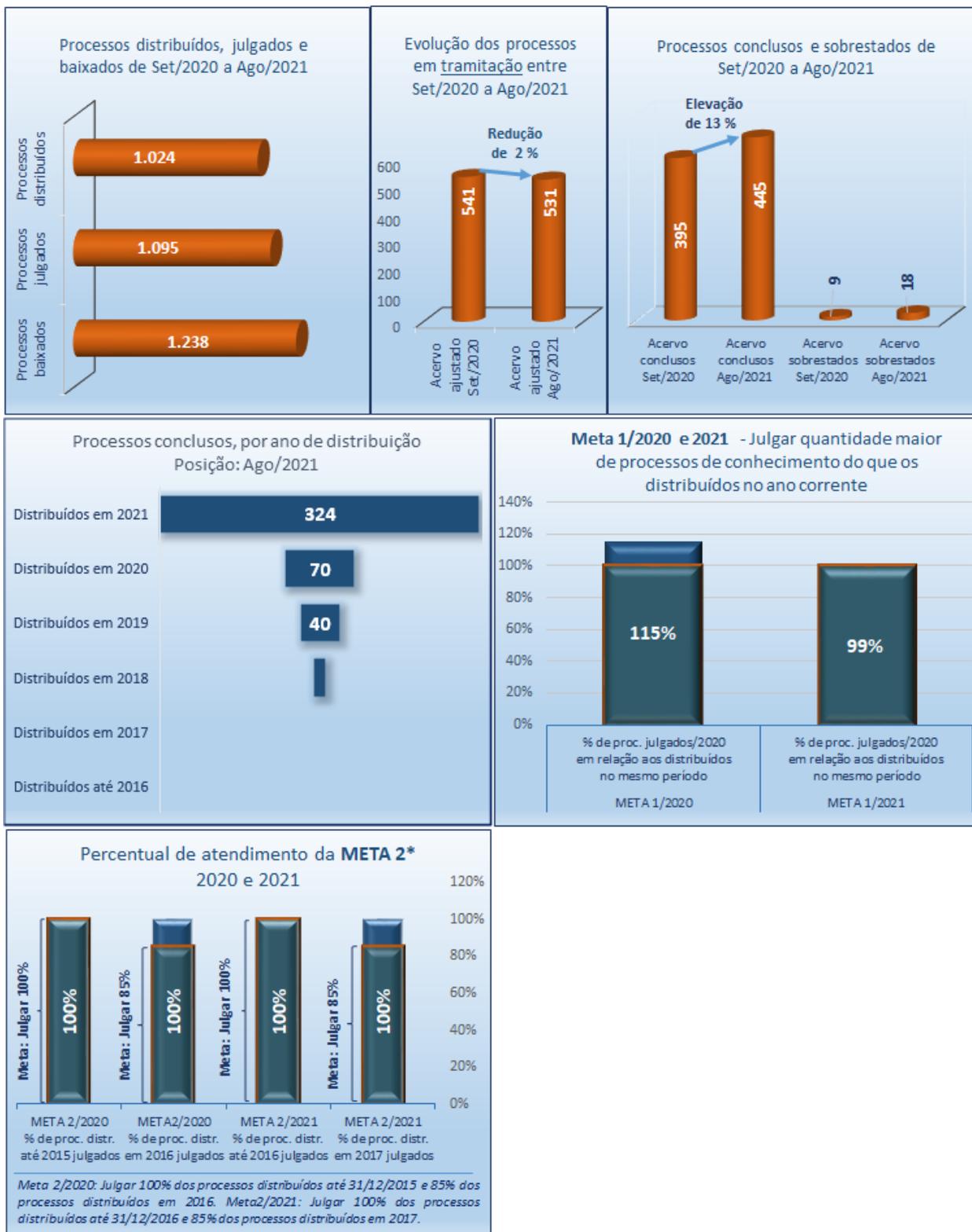
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50200850620194040000	10/5/2019	Crimes Ambientais
Observação/Providência: Processo já previamente selecionado pelo gabinete, identificado como prioritário, com previsão de julgamento ainda neste ano de 2021.		
50011686520214040000	18/1/2021	Revisão Criminal (Seção)
Observação/Providência: Processo encaminhado ao revisor na data de 15/9/2021 e remetido à Secretaria com pedido de dia pelo revisor, com previsão de julgamento na sessão do dia 21/10/2021.		
50161351820214040000	22/4/2021	Revisão Criminal (Seção)
Observação/Providência: Processo encaminhado ao revisor na data de 15/9/2021 e remetido à Secretaria com pedido de dia pelo revisor, com previsão de julgamento na sessão do dia 21/10/2021.		
50182345820214040000	5/5/2021	Revisão Criminal (Seção)
Observação/Providência: Processo já previamente selecionado pelo gabinete, por meio dos relatórios estatísticos, com previsão de conclusão de voto e julgamento no próximo mês de outubro.		
50343178620204040000	23/7/2020	Inquérito Policial
Observação/Providência: Proferida decisão na data de 21/9/2021, determinando-se a tramitação direta, nos termos da Resolução n. 63/2009 do CJF.		
50195804420214040000	13/5/2021	Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo julgado na sessão do dia 27/7/2021. Com o trânsito em julgado, houve a baixa definitiva.		
50208085420214040000	21/5/2021	Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo julgado na sessão do dia 10/8/2021. Com o trânsito em julgado, houve a baixa definitiva.		
50215013820214040000	26/5/2021	Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo julgado na sessão do dia 10/8/2021. Com o trânsito em julgado em 31/8/2021, houve a baixa definitiva.		
50078357520194047101	15/3/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo encaminhado ao revisor na data de 21/9/2021, com previsão de julgamento na sessão do dia 20/10/2021.		

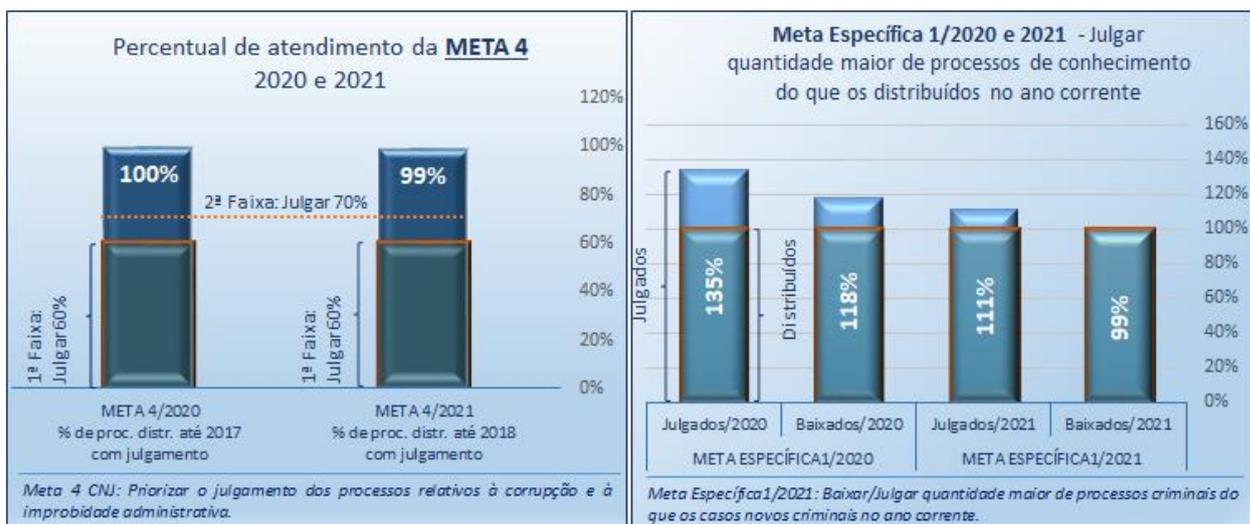
50385082920204047000	3/5/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo já previamente selecionado pelo gabinete, por meio dos relatórios estatísticos, com previsão de conclusão de voto e julgamento no próximo mês de outubro.		
50236596620214040000	10/6/2021	Revisão Criminal (Seção)
Observação/Providência: Processo encaminhado ao revisor na data de 21/9/2021, com previsão de julgamento na sessão do dia 21/10/2021.		
50236605120214040000	10/6/2021	Revisão Criminal (Seção)
Observação/Providência: Processo encaminhado ao revisor na data de 21/9/2021, com previsão de julgamento na sessão do dia 21/10/2021.		
50239402220214040000	11/6/2021	Cautelar Inominada Criminal (Turma)
Observação/Providência: Proferida decisão na data 22/9/2021, julgando prejudicada a cautelar, por perda do objetivo, considerando o julgamento do agravo de execução penal.		
50347111620184047000	8/1/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo incluído no acervo em 1º/7/2021, em face da declaração de impedimento do Juiz Federal Convocado Nivaldo Brunoni (GAB81). Processo encaminhado ao revisor na data de 14/9/2021, com previsão de julgamento no próximo mês de outubro.		
50298442320214040000	19/7/2021	Habeas Corpus
Observação/Providência: Embargos de declaração apreciados por decisão proferida em 28/8/2021.		
50293973520214040000	15/7/2021	Habeas Corpus
Observação/Providência: Proferida decisão na data de 23/9/2021, indeferimento liminarmente o habeas corpus.		
50000253920174047127	17/10/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo encaminhado ao revisor na data de 21/9/2021, com sinalização de preferência, para que seja julgado no próximo mês de outubro.		
50001197520164047109	20/11/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo já previamente selecionado pelo gabinete, por meio dos relatórios estatísticos, e será julgado ainda neste ano de 2021.		
50095856120144047207	27/11/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo já previamente selecionado pelo gabinete, por meio dos relatórios estatísticos, com previsão de conclusão de voto e julgamento no próximo mês de outubro.		
50014891820134047005	19/12/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo já previamente selecionado pelo gabinete, por meio dos relatórios estatísticos, com previsão de julgamento ainda neste ano de 2021.		
50171146920164047108	21/1/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo já previamente selecionado pelo gabinete, por meio dos relatórios estatísticos, com previsão de julgamento ainda neste ano de 2021.		
50057895420174047208	5/2/2019	Apelação Criminal

Observação/Providência: Processo já previamente selecionado pelo gabinete, por meio dos relatórios estatísticos, com previsão de julgamento ainda neste ano de 2021.		
50371806920174047000	18/2/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da sessão de julgamento a ser realizada no dia 29/9/2021.		
50016344520164047207	27/2/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo já previamente selecionado pelo gabinete, por meio dos relatórios estatísticos, com previsão de julgamento ainda neste ano de 2021.		
50214078220164047108	22/1/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo já previamente selecionado pelo gabinete, por meio dos relatórios estatísticos, com previsão de julgamento ainda neste ano de 2021.		
50214788420164047108	22/1/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo já previamente selecionado pelo gabinete, por meio dos relatórios estatísticos, com previsão de julgamento ainda neste ano de 2021.		
50214692520164047108	22/1/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo já previamente selecionado pelo gabinete, por meio dos relatórios estatísticos, com previsão de julgamento ainda neste ano de 2021.		
50033294220134047109	8/4/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo já previamente selecionado pelo gabinete, por meio dos relatórios estatísticos, com previsão de julgamento ainda neste ano de 2021.		
50342801620174047000	4/6/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo julgado na sessão do dia 31/8/2021. Foram opostos embargos de declaração na data de 15/9/2021.		
50049797920174047111	8/7/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo julgado na sessão do dia 31/8/2021, aguardando o decurso do prazo para as partes.		
50049884120174047111	8/7/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo julgado na sessão do dia 31/8/2021. Com o trânsito em julgado 15/9/2021, houve a baixa definitiva.		
50049814920174047111	15/7/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo julgado na sessão do dia 31/8/2021. Com o trânsito em julgado em 15/9/2021, houve a baixa definitiva.		
50069133820184047208	7/11/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo julgado na sessão do dia 14/9/2021, aguardando o decurso do prazo para as partes.		
50004651320174047102	13/8/2019	Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Julgados os embargos de declaração opostos na sessão do dia 19/8/2021. Autos encaminhados à Secretaria de Recursos, considerando a interposição de recurso especial, estando atualmente em tramitação na Vice-Presidência.		
50234240220214040000	9/6/2021	-

Observação/Providência: Acórdão disponibilizado na data de 17/8/2021. Com o trânsito em julgado, houve a baixa definitiva.		
50253034420214040000	21/6/2021	-
Observação/Providência: Acórdão disponibilizado na data de 17/8/2021. Com o trânsito em julgado, houve a baixa definitiva.		
50235488220214040000	9/6/2021	-
Observação/Providência: Acórdão disponibilizado na data de 17/8/2021. Com o trânsito em julgado, houve a baixa definitiva.		
50229599020214040000	7/6/2021	-
Observação/Providência: Acórdão disponibilizado na data de 17/8/2021. Com o trânsito em julgado, houve a baixa definitiva.		
50283806120214040000	8/7/2021	-
Observação/Providência: Acórdão disponibilizado na data de 17/8/2021. Com o trânsito em julgado, houve a baixa definitiva.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 39 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, todos eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias)

50014891820134047005	50016344520164047207	50033294220134047109
50057895420174047208	50095856120144047207	50171146920164047108
5020085062019404000	50214078220164047108	50214692520164047108
50214788420164047108		

b) Priorizar o julgamento dos processos 5000119-75.2016.4.04.7109 e 5001489-18.2013.4.04.7005 pendentes da autoinspeção anterior.

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista com o Juiz Federal Danilo Pereira Júnior foi realizada de modo presencial em seu gabinete.

O Magistrado assumiu o gabinete em junho/2021, sendo necessária a composição de nova equipe de trabalho, na medida em que os servidores anteriormente lotados acompanharam a Desembargadora Cláudia Cristofani. Atualmente conta apenas com 6 servidores, número bastante reduzido em relação aos demais gabinetes do Tribunal.

Apesar de pequena, a equipe se mostrou bastante comprometida e focada na boa prestação jurisdicional.

No plano de gestão, para este ano de 2021, definiu-se como meta o julgamento dos processos relativos às metas do CNJ, com prescrição próxima (até março/2022) e dos processos distribuídos e conclusos até 31/12/2019, conjugado com a observância da

regularidade dos processos com liminares, com réus presos e sob monitoramento e dos recursos internos, com o equilíbrio também do acervo.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 734 para 445), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 395 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 445.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 11, na última inspeção, para 4, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 6 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 4ª Seção, equivale a 7 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 33.
- b) Ajuste do método de trabalho para possibilitar a redução do acervo e cumprimento das metas do CNJ.

GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO PEDRO GEBRAN NETO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal João Pedro Gebran Neto

2.2 Turma

8ª Turma

2.3 Competência

Penal (8ª Turma e 4ª Seção), Corte Especial e Plenário

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal João Pedro Gebran Neto.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Prejudicado.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Edison Lucas Verneti - chefe de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	11
Servidores sem vínculo	nenhum
Estagiários de nível médio	nenhum
Estagiários de nível superior	nenhum
Outros	Existe um servidor vinculado à Presidência do Tribunal que atua diretamente na unidade.

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)	
Total em tramitação	448
Processos suspensos/sobrestados	6
Processos conclusos	349
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal **vinculado ao Gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	448
Acervo ajustado no TRF** (ao início do 12º mês anterior)	468
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	349
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	344
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	6
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	11

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não

Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prejudicado
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Prejudicado
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	recebidos: 0 e enviados: 0

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	4
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	1
Reclamações	0
Ações rescisórias	2
Outros	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	0
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	0
Outros	0

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	0
Apelações cíveis	0

Agravos de instrumento	0
Outros	0

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	62
Ações penais	0
Inquéritos	3
Habeas Corpus	42
Revisões criminais	4
Outros	13

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	385
Apelações	338
Recursos em Sentido Estrito	9
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	3
Outros	35

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	53
Apelações	27
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	23
Outros	6

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	6
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	1
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	12
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	4
Agravos legais/regimentais	1
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	1
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	2

4.13 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	344
Ano anterior	60
2º ano anterior	13
3º ano anterior	2
4º ano anterior	2
5º ano anterior ou mais antigo	0

4.14 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	279
Ano anterior	53
2º ano anterior	9
3º ano anterior	1
4º ano anterior	0
5º ano anterior	0
6º ano anterior ou mais antigo	0

4.15 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição	
Ano atual	292
Ano anterior	46

2º ano anterior	9
3º ano anterior	1
4º ano anterior	0
5º ano anterior	1
6º ano anterior	0
7º ano anterior ou mais antigo	0

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	3
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	1

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	1.010
Total de Processos julgados	1.005
Total de Processos baixados	1.228
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	5
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-218

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	80
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	15
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	1.016
Processos julgados no ano anterior	1.014
Processos distribuídos no ano corrente	692

Processos julgados no ano corrente	625
------------------------------------	-----

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	141
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	183
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	192
Pendentes no último dia do mês anterior	1
Porcentagem de atendimento da meta	99,48

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	190
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	69
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	111
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.

Taxa de congestionamento em 2020	0
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	0

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	909
Processos baixados no ano anterior	1.168
Processos julgados no ano anterior	927
Processos distribuídos no ano corrente	615
Processos baixados no ano corrente	706
Processos julgados no ano corrente	546

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
--	---

Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Não se aplica.

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)

3619 - Crimes contra a Fauna	0
3651 - Crimes Agrários	0
10986 - Crime contra a administração ambiental	0
3424 - Usurpação de águas	-
3429 - Alteração de local especialmente protegido	-
3621 - Da Poluição	-
3622 – Agrotóxicos	-
3623 - Atividades Nucleares	-
3624 – Caça	-
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	-
3627 – Pesca	-
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	-
9583 - Arrendamento Rural	-
10016 - Inspeção Fitossanitária	-
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	-
10085 - Água e/ou Esgoto	-
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	-
10091 - Terreno de Marinha	-

10094 - Terras Indígenas	-
10095 - Águas Públicas	-
10102 - Terras Indígenas	-
10103 - Terreno Aldeado	-
10104 - Restituição de área - FUNAI	-
10105 - Demarcação	-
10106 - Recursos Minerais	-
10108 – Patrimônio Histórico/Tombamento	-
10110 - Meio Ambiente	-
10111 – Revogação/Concessão de Licença Ambiental	-
10112 – Revogação/Anulação de multa ambiental	-
10113 – Flora	-
10114 – Fauna	-
10115 - Transgênicos	-
10116 - Agrotóxicos	-
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	-
10119 - Gestão de Florestas Públicas	-
10396 – Ambiental	-
10397 – Sanitárias	-
10438 - Dano Ambiental	-
11822 – Mineração	-
11823 - Reserva legal	-
11824 - Recursos Hídricos	-
11825 – Poluição	-
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	-
11827 - Zona Costeira	-
11828 - Área de Preservação Permanente	-
11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	-
11830 – Patrimônio Cultural	-
11836 - Parcelamento do Solo	-
11841 - Política Agrícola	-
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	-
11862 - Saneamento	-
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	-

9994 – Indenização por dano ambiental	-
---------------------------------------	---

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. "Em relação aos processos listados, recomenda-se julgar no prazo de 60 dias: 50102053820164047002 e 50003098620174047017. O processo 50019439620164047100 foi levado a julgamento e houve pedido de vista, o que impediu sua conclusão. Consta recomendação específica ao Vistor para apresentar seu voto no prazo de 60 dias ou devolver à Presidência da Turma."

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

A apelação criminal 50102053820164047002 foi julgada em 21/8/2019 e dado baixa definitiva em 18/9/2019; a apelação criminal n. 50003098620174047017 foi julgada 12/12/2019 e após a interposição de Recurso Especial em remetida ao STJ em 5/8/2021. Por fim, em relação à apelação criminal n. 50019439620164047100 o julgamento foi concluído em 25/9/2019 e dado baixa definitiva aos autos em 28/10/2019.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Nenhuma recomendação restou pendente.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Não.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Este gabinete acha-se prevento para todos os processos da conhecida "Operação Lava-Jato". Isto acarreta elevado número de processos, de alta complexidade e aumento considerável da carga de trabalho. Ainda assim, o tempo médio de julgamento das apelações criminais e outros é bastante rápido, diante do volume de processos com prioridade. Aliás, alguns dos processos relacionados à "Operação Lava-Jato" envolvem réus presos, além de versar sobre matérias muito complexas, tanto no que diz respeito aos tipos penais, quanto ao exame probatório. Isto impõe gestão

adequada, com a designação de três ou quatro servidores para atuarem com exclusividade nestes processos, provocando um desequilíbrio na força de trabalho. Para finalizar, destaco que, apesar do incremento na quantidade de processos e a maior dificuldade das tarefas, todos os servidores deste gabinete encontram-se extremamente comprometidos com o trabalho executando suas tarefas com muita qualidade e produtividade.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Edison Lucas Verneti - Chefe de Gabinete.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

A unidade encontra-se organizada de modo que um servidor trata da entrada e saída de processos, controla documentos para assinatura e eventuais incidentes, distribuindo ao grupo; os demais trabalham diretamente com processos, elaborando minutas de decisões, votos, despachos, verificação de eventual necessidade de saneamento do feito. Essa distribuição é feita por matéria, considerando a complexidade, a familiaridade de raciocínio e a quantidade. Assim, há dois ou três servidores em matérias com afinidade de compreensão e entendimento no intuito de suprir ausências por férias ou outros afastamentos. No grupo de assuntos que cabe a cada servidor há alternância entre processos mais e menos complexos. Além disso, algumas classes são direcionadas a servidores específicos, como habeas corpus, agravos em execução penal, etc. Cada servidor controla seu acervo com a fiscalização do grupo de assessoria.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Atualmente todos os servidores estão trabalhando em regime de teletrabalho em razão da pandemia.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Atualmente o teletrabalho é realizado de forma integral. Antes da pandemia, era feito um rodízio dentre os servidores para que alguns realizassem teletrabalho em dois dias da semana (segundas e sextas-feiras).

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Prejudicado, de momento. Contudo, estão sendo preparadas para o futuro medidas de retorno ao trabalho presencial, que se dará, em um primeiro momento, de forma escalonada, gradual e em sistema de rodízio. Mas, sobretudo, após completado o esquema vacinal de todos os servidores e adotadas medidas de proteção e que visam reduzir a aglomeração, utilizando-se força de trabalho necessárias ao atendimento externo. Paralelamente, estão sendo implementadas medidas para adaptação do local de trabalho, como sala específica para videoconferência (embora o atendimento seja

feito por agendamento), proteções de acrílico para as estações de trabalho que estão localizadas na entrada do Gabinete, fitas de isolamento, etc.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento da produtividade é feito pela interpretação de dados estatísticos extraídos do sistema eproc, compulsando a elaboração de minutas de despachos/decisões, votos, votos-revisão, votos-vista e demais minutas. Com base nesses dados, os gestores analisam o desempenho de cada servidor e, quando for o caso, tratam individualmente das suas dificuldades. As questões coletivas são tratadas coletivamente em reuniões semanais; as questões individuais são tratadas caso a caso individualmente. Em alguns casos, os gestores já podem propor adaptação ou modificação de matérias, ainda que dificuldades de atendimento da demanda sejam provisórias em face de problemas pessoais. Assim, se regularmente monitorada a produção, evitam-se danos que se prolonguem no tempo, cuja solução seja mais dificultosa.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não possuímos processos físicos.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

O acervo, integralmente eletrônico, é organizado por localizadores, levando em consideração as identificações da triagem da matéria, a complexidade do feito, a necessidade de priorização. A localização é a primeira forma de catalogar qualitativamente o acervo, critério que entendemos fundamental para que o serviço seja executado a contento e que metas sejam atingidas. Também entendemos como fundamental que exista uma boa triagem para os feitos que são remetidos/distribuídos, pois, já nesse momento inicial, muitas questões são verificadas e é possível, até mesmo, a utilização de lembretes para os servidores ou mesmo para outros órgãos, apontando alguma urgência no exame e minuta de decisões e votos ou de prioridade ao revisor ou à Secretaria da Turma.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O próprio eproc possui ferramentas de pesquisa e relatórios que podem ser utilizados. Igualmente o sistema G4 possui dados importantes para a administração do gabinete. Além disso, podem ser utilizadas ferramentas de automação de localizadores pelo tipo de processo, urgentes, réu preso, etc. Exemplo, embargos de declaração devem ser minutados para a primeira sessão seguinte ao retorno com contrarrazões, quando possível. Se isso não ocorrer, há a inclusão de um localizador FLAG de alerta para que seja priorizado. Todos esses localizadores de controle constam na página inicial de sistema dos gestores, para que sejam facilmente observadas. O mesmo ocorre com os agravos internos, embargos de declaração e urgências. Na primeira triagem ou no retorno do processo ao gabinete, a servidora encarregada da triagem já identifica a

necessidade e encaminha o processo ao servidor competentes para providências (minutar votos, despachar, etc).

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

As metas estabelecidas são sempre coletivas. Tendo em vista a diversidade de matérias, a impossibilidade de examinar processos de matérias repetitivas (blocos) e a complexidade diferenciada de processos, torna-se inviável a fixação de uma meta individual fixa para todos os servidores do gabinete. A par disso, toda a produção é monitorada, assim como o rendimento individual de cada servidor, de modo que eventuais dificuldades pontuais sejam enfrentadas pelos gestores do gabinete e solucionadas da melhor maneira possível. Ressaltando o compromisso da equipe de trabalho, imbuída de espírito público exemplar, os resultados têm sido satisfatórios e hoje, além da manutenção do quantitativo do acervo estar controlado, a "idade média" dos processos em gabinete é de 138,19 dias (na data do preenchimento deste formulário).

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Sim. Eventuais recompensas são tratadas entre a chefia e os servidores, o que inclui a possibilidade de folgas intercaladas entre os servidores, quando se atinge determinado objetivo. A alternância (rodízio) é necessário para evitar que um grande número de servidores desfrutem de recompensas simultaneamente. Nesses casos, são feitas escalas ou apenas concedido o(s) dia(s) de crédito para que os servidores usufruam da data que lhes for mais útil, compatibilizada a conveniência do serviço.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim. Todos os feitos que chegam já são examinados na triagem, de modo a dar o encaminhamento necessário, conforme o caso. Além disso, são retirados dados do próprio eproc e filtrados em planilhas eletrônicas. Do mesmo modo, utilizam-se os dados do sistema G4 de estatística, nos quais há tópicos específicos a respeito das metas do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Nacional de Justiça. Nessa planilha eletrônica, os processos são também classificados por ordem de antiguidade e ganham uma marcação colorida, conforme o tempo de Tribunal a contar da distribuição (RED, ORANGE, YELLOW).

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, nos casos previstos regimentalmente, como nas hipóteses de descabimento de habeas corpus ou outros incidentes inapropriados à sistemática processual penal. Igualmente usa-se decisão terminativa nos Inquéritos Policiais - Portaria (tramitação direta) e nas Ações Penais originárias quando há pedido de arquivamento pelo Ministério Público Federal (Procuradoria Regional) ou de declinação de competência para o primeiro grau, em razão de perda do foro por prerrogativa de função pelo investigado/réu. Contudo, isso não alcança os julgamentos de mérito de apelações criminais, por ausência de autorização legal, priorizando-se o julgamento pelo

Colegiado, exceto nos casos de recurso manifestamente inadmissível ou de revisão criminal que não se enquadre nas hipóteses do art. 621 do CPP.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

O gabinete conta com uma quantidade significativa de modelos e textos-padrão já previamente minutados e programados para utilização pelos servidores, desde atos ordinatórios, despachos/decisões, trechos de votos em matérias específicas e modelos completos com relatório, voto e ementa. Tais documentos inclusive contam com programação prévias das movimentações processuais conforme cada caso e podem ser acessados tanto na área de criação de minutas, quanto no momento da edição das minutas por meio de atalhos pré-programados no eproc.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A capacitação de servidores é discutida em conjunto com todos os servidores da equipe e pelo exame das minutas formuladas pelos servidores. Dependendo do resultado individual e coletivo, é planejado o treinamento, que poderá ser com auxílio externos (instrutores), nos casos de necessidade coletiva, ou por facilitadores internos (gabinete ou outros do Tribunal), nos casos pontuais. Reuniões semanais de debates democráticos com os servidores, para solução de dúvidas, aprimoramento de decisões, organização do trabalho também são realizadas. Durante a pandemia, igualmente foram instituídos grupos de estudos com apresentação de variados temas. Cabe, ainda, ressaltar que o Tribunal possui plataforma de EAD para atender as demandas de formação das unidades, realizando cursos on-line a fim de desenvolver as competências dos servidores, ainda que em teletrabalho em razão da pandemia.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Atualmente, o Gabinete possui apenas 4 processos suspensos/sobrestados, mas nenhum em razão de matéria sujeita a recurso repetitivo ou a repercussão geral. O Tribunal conta hoje com um órgão especializado que com frequência informa novos temas sujeitos à sistemática de recursos repetitivos ou à repercussão geral. Essa informação, na qual consta a informação de liminar suspensiva ou não, é repassada ao órgãos julgadores. Do mesmo modo, ao final do julgamento há comunicação específica para que os processos afetados seja identificados. Utiliza-se, ainda, o destaque no processo com lembretes internos.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Prejudicado.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não. O Gabinete não recebeu auxílio de magistrados ou esteve sujeito a mutirões, como em regra não receberam os demais gabinetes criminais.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Em regra, na sessão de julgamento seguinte com indicação no próprio processo eletrônico de comunicação de inclusão em mesa. Quando necessário, em casos excepcionais, dada a complexidade do caso, é providenciada a inclusão em pauta para julgamento, igualmente com intimação das partes na própria plataforma eletrônica com publicação da pauta de julgamento.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Os servidores do gabinete são informados sobre os resultados de julgamento das Turmas Criminais e da Quarta Seção, algumas vezes pelos gestores, outras vezes pelo demais servidores. Há, nesse sentido, colaboração coletiva. O mesmo é feito com relação à Jurisprudência dos Tribunais Superiores. Para tanto, o gabinete mantém ativo um grupo específico de discussão na ferramenta de mensagens internas, denominado "GAB82 - JURIS SELECIONADA", de leitura e postagem para todos, o que facilita a troca de informações. Essa mesma ferramenta colaborativa é utilizada para manter os servidores atualizados a respeito dos entendimentos do Desembargador Federal Gebran Neto e eventuais mudanças de entendimento. Paralelamente, os modelos e textos-padrão são modificados para se adaptarem à jurisprudência ou às modificações de entendimento e os servidores comunicados em tempo real.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim. Assim que o feito é remetido ao revisor (em especial), à secretaria com pedido de dia para julgamento ou incluído em mesa (nos casos de dispensa de publicação de pauta), a minuta do relatório e voto é disponibilizado aos demais gabinetes imediatamente, antecipada à publicação da pauta. Tal procedimento é historicamente adotado com participação e aprovação do desembargador, valendo ressaltar, ainda, que todos os documentos são submetidos ao titular do gabinete para revisão e assinatura. Em síntese, todos os documentos são revisados, assinados previamente e disponibilizados para os demais integrantes do Colegiado.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são realizadas por meio da plataforma Zoom onde participam os magistrados, representante do MPF e Secretário, bem como os advogados inscritos para sustentação oral ou com pedidos de preferência. A assessoria assiste a sessão pela mesma plataforma, prestando o auxílio necessário ao desembargador, comunicando-se por mensagem eletrônica, seja por whatsapp, seja por ferramenta interna de mensagens.

28. A unidade possui plano de gestão?

O Gabinete não possui Plano de Gestão formal, mas o conjunto de medidas adotadas buscam têm como norte, proporcionar uma resposta célere ao jurisdicionado, propiciar meios de interação com as partes, desenvolver competências, atingir as metas fixadas internamente e pelos órgãos de controle, criar um bom ambiente de trabalho,

compartilhar conhecimentos e experiências, com base no incentivo ao autodesenvolvimento, orgulho e compromisso com a instituição e valores públicos.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Atendida satisfatoriamente. Atualmente, não contamos com estagiários, haja vista a dificuldade de treinamento por meio remoto. Aguarda-se a minimização dos efeitos da pandemia para requisitar estagiários de nível superior.
c) resultados	Pelas dificuldades enfrentadas, os resultados são muito bons, lembrando que o gabinete possui a relatoria da "Operação Lava-Jato", na qual já foram julgadas 50 apelações de mérito, centenas de outras apelações relacionadas a medidas assecuratórias e quase 3 mil incidentes (habeas corpus, mandados de segurança, exceções de suspeição e impedimento).
b) gestão do trabalho	A gestão do trabalho tem dado resultados satisfatórios, principalmente pela cultura de participação coletiva na gestão do trabalho, permitindo que todos coloquem suas ideias e expressem sugestões para melhorias e identificação de pontos sensíveis.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

O gabinete tem como norte com as metas fixadas pelo Conselho da Justiça Federal e do Conselho Nacional de Justiça. Afora isso, busca-se julgar prioritariamente: processos em ordem de antiguidade, processos com réus presos, processos com apontamento de prescrição próxima, recursos em sentido estrito relacionados à rejeição de denúncia, habeas corpus, embargos infringentes e de nulidade, dentro outros. Considerando a impossibilidade de manter todas as prioridades ao mesmo tempo, há o controle do acervo regularmente e os gestores do gabinete indicam como e quando devem ser tratados os processos. Inclusive para compatibilizar com processos menos complexos, embora mais novos, a fim de atender a um quantitativo mínimo de julgamento, quando possível.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

O tempo de atuação indicou que a melhor maneira de se implementar metas e objetivos é que isso seja tratado com clareza, honestidade e regularidade com a força de trabalho. Para isso, são feitas reuniões semanais com a presença do desembargador e dos gestores e o restante da equipe, para discutirmos não somente processos específicos, mas também problemas a serem atacados. Tal proceder permite destacar a importância de todos os servidores, fazendo-lhes perceber que fazem parte de uma

engrenagem em que todas as peças contribuem. Há, com isso, a compreensão coletiva de compromisso, porque permitido a todos indistintamente, compartilham problemas e sugestões. Essa cultura de participação de todos é expressamente incentivada pelo desembargador federal. Para além disso, há controles de caráter geral ou específicos implementados. A exemplo, optou-se pela especialização de matérias em duplas: cada dupla é encarregada de um grupo de matérias. Regularmente, há rodízio de matérias.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Durante a pandemia foi adotado o atendimento dos advogados tanto do desembargador quanto da assessoria por meio da plataforma Zoom, indicando dois dias por semana em horário preestabelecido, mediante agendamento. Acreditamos que este sistema poderia se tornar efetivo, propiciando aos advogados mais uma opção de atendimento de suas demandas, sem prejuízo do atendimento presencial quando necessário. Inclusive está sendo providenciado uma pequena sala dentro do gabinete provida de equipamentos de informática de forma a propiciar ao advogado que comparecer ao gabinete para despachar com o desembargador, se utilize desse meio a fim de entrar em contato com o magistrado ou com as assessorias por meio virtual, caso não se encontre de forma presencial no momento da visita. Além disso, a pedido do gabinete, a DTI criou no eproc a ferramenta de aviso externo para advogados, utilizado para informar as formas de contato com o gabinete, agendas de audiência, etc.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O eproc possui ferramenta de automação (troca de localizadores), conforme o tempo sem que o processo tenha sido movimentado. Se isso ocorrer, o sistema acrescenta um novo localizador ao processo indicando que está "sem movimentação". Além disso, regularmente (duas vezes por mês, em geral) os dados constantes no controle de acervo do eproc são importados para planilhas de dados, nas quais as informações são manipuladas e identificadas os casos críticos. Também é utilizado o sistema de estatística G4 como ferramenta auxiliar de gestão do gabinete. Pelas planilhas e G4 podemos examinar dados específicos, como matéria principal, objetivo do recurso, tempo transcorrido desde a distribuição, etc. O primeiro filtro, contudo, já ocorre no recebimento de processos. Há uma servidora treinada e com experiência atuando no gabinete e que é encarregada de fazer o exame preliminar de cada processo distribuído, realizando intimações, saneamentos e filtrando por prioridades.

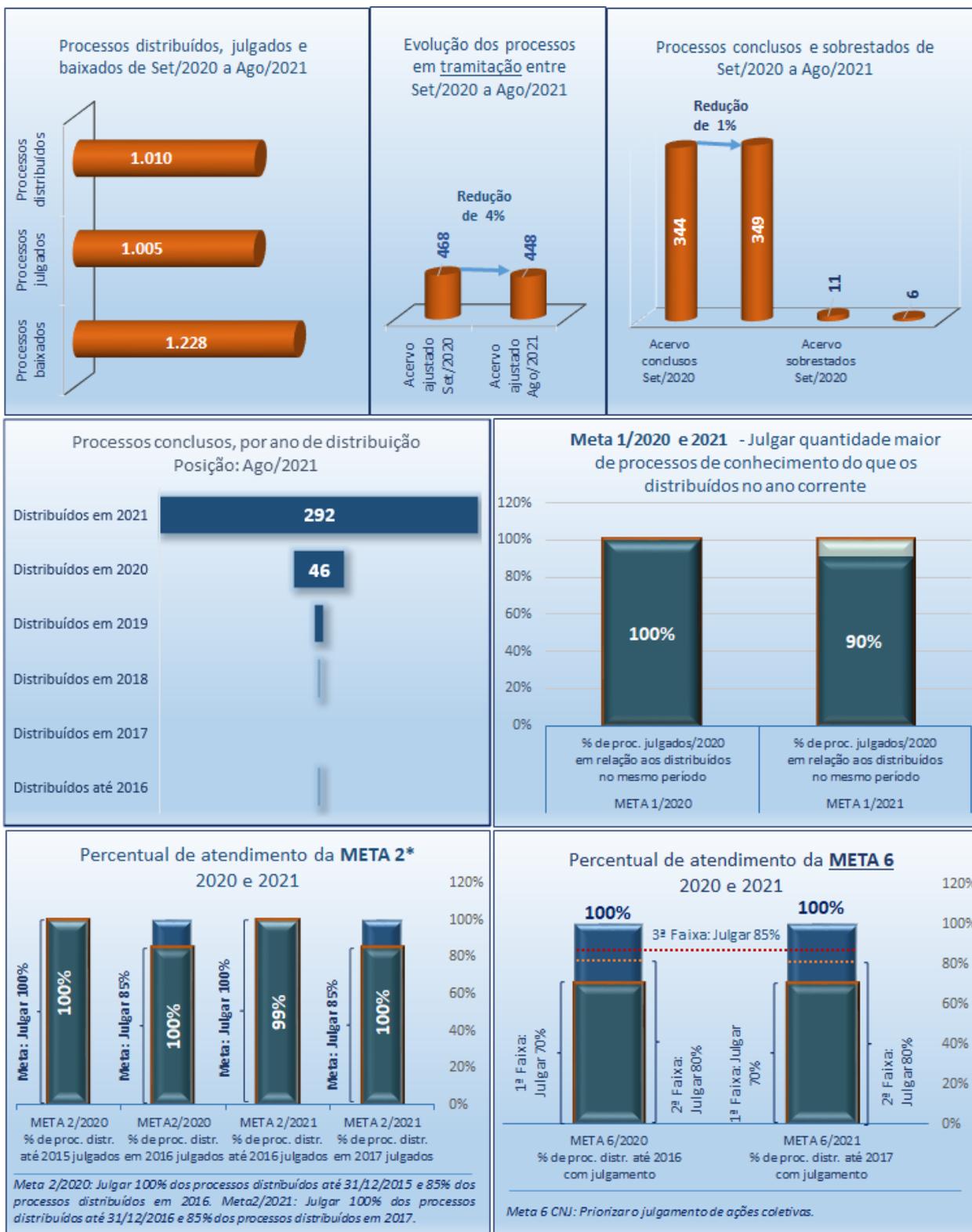
31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

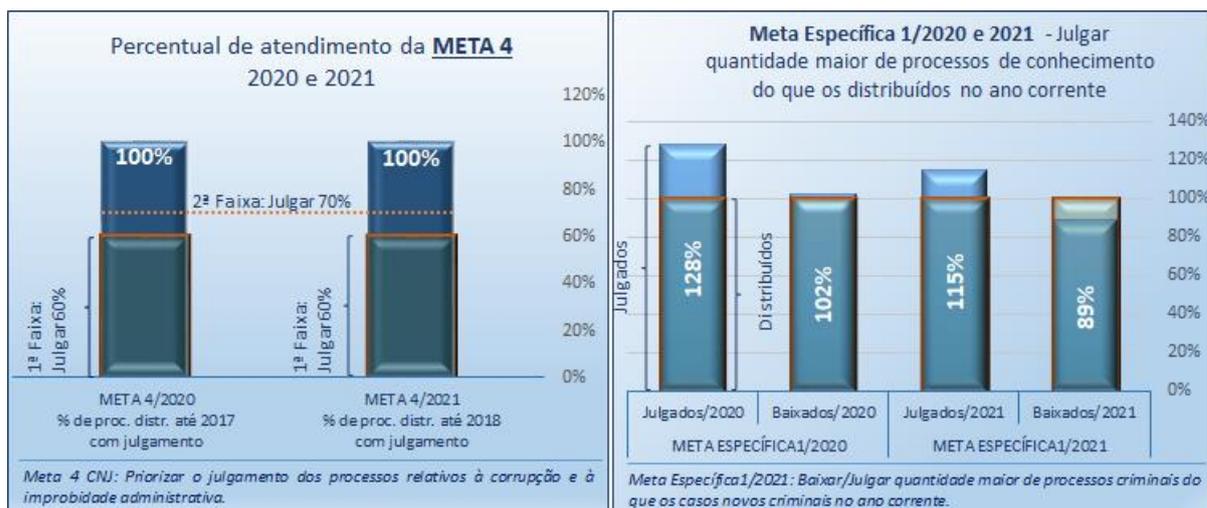
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50309597920214040000	26/7/2021	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo de Instrumento julgado em 8/9/2021.		
50395307320204040000	19/8/2020	Inquérito Policial

Observação/Providência: Inquérito Policial em tramitação direta, conforme disposto na Resolução n. 63/2009 do Conselho da Justiça Federal		
50138392320214040000	6/4/2021	Inquérito Policial
Observação/Providência: Inquérito Policial em tramitação direta, conforme disposto na Resolução n. 63/2009 do Conselho da Justiça Federal.		
50249362020214040000	17/6/2021	Habeas Corpus
Observação/Providência: Habeas corpus julgado em 8/9/2021.		
50531578120194040000	17/12/2019	Inquérito Policial
Observação/Providência: Considerando que o investigado não mais ocupa o cargo de prefeito municipal, não mais se justifica a competência por prerrogativa de função, foi declinada a competência do Inquérito Policial para a 3ª Vara Federal de Passo Fundo/RS.		
50631063820204047100	8/2/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Apelação Criminal incluída na pauta da sessão virtual designada para entre os dias 29/9/2021 e 6/10/2021.		
50668859820204047100	22/2/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Apelação Criminal julgado em 22/9/2021.		
50018973420214047100	12/3/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluída a Apelação Criminal em sessão de julgamento virtual prevista de 29/9/2021 a 6/10/2021.		
50619476020204047100	9/2/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Apelação Criminal incluída na sessão de julgamento virtual prevista entre os dias 29/9/2021 e 6/10/2021.		
50140284120214047100	8/6/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Julgado em 22/9/2021.		
50005811420204047102	11/06/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Apelação Criminal julgada pela Oitava Turma em 8/9/2021.		
50010006320214040000	15/1/2021	Revisão Criminal (Seção)
Observação/Providência: Revisão Criminal julgada com voto-vista na sessão virtual no período de 14/9/2021 a 23/9/2021.		
50272935620204047000	4/6/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Apelação Criminal sobrestada até que solvida a questão da competência nos autos do Recurso em Sentido Estrito n. 5061313-39.2021.404.7000 interposto pelo MPF em face de decisão do Juízo de origem que declinou da competência para a Justiça Federal eleitoral de São Paulo.		
50086795620184047005	17/8/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados em 25/8/2021.		
50005519420214047117	25/2/2021	Recurso Criminal em Sentido Estrito
Observação/Providência: O Recurso em Sentido Estrito foi julgado o mérito em 9/6/2021 e os embargos de declaração em 25/8/2021. Foi interpostos embargos Infringentes em 16/9/2021.		
50431306420144047000	2/7/2020	Apelação Criminal

Observação/Providência: Embargos de declaração julgados em 25/8/2021. Interpostos Recursos Especial e Extraordinário em tramitação na Vice-Presidência.		
50505687320164047000	2/6/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Aguardando aprovação da minuta de voto pelo desembargador e a remessa ao revisor.		
50018121020194047103	18/8/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Apelação Criminal remetida ao revisor.		
50352631520174047000	3/9/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Apelação Criminal com julgamento inicialmente previsto para o dia 22/9/2021 foi adiado a pedido da defesa de um dos acusados. Será levado em mesa na sessão de julgamento do dia 13/10/2021.		
50031908220164047110	15/9/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Aguardando aprovação da minuta de voto pelo desembargador e a remessa ao revisor.		
50656953720194047100	30/11/2020	Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Apelação Criminal incluída na pauta de julgamento virtual prevista para entre os dias 29/9/2021 e 6/10/2021.		
50450232220164047000	10/5/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Apelação criminal aguardando a regularização da representação do procurador pelo réu e em seguida remetida ao revisor.		
50184250620214040000	6/5/2021	Habeas Corpus
Observação/Providência: Habeas corpus com previsão de julgamento designado para o dia 13/10/2021		
50209627220214040000	23/5/2021	Habeas Corpus
Observação/Providência: Habeas corpus com previsão de julgamento para o dia 13/10/2021.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 28 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, nenhum é físico.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema

50395307320204040000	50138392320214040000
----------------------	----------------------

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo desembargador federal, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor:

A distribuição dos processos é feita no sistema eproc e a triagem inicial por matérias é feita por uma servidora, que também controla documentos para assinatura e eventuais incidentes, distribuindo aos demais servidores.

Há onze servidores atuando na área fim, especializados por matéria e exercendo o teletrabalho, e uma servidora, que faz a triagem inicial dos processos.

Há atendimento remoto dos advogados pela ferramenta zoom, às terças-feiras e quartas-feiras, com agendamento prévio efetuado por e-mail.

São realizadas sessões de julgamento semanais, virtual e telepresencial, onde, em média, são julgados de 200 a 300 processos.

Há reuniões realizadas entre o desembargador federal e sua equipe às segundas-feiras para atualização de gerenciamento de metas e orientações necessárias.

O gabinete é prevento para todos os processos da "Operação Lava-Jato", composta de processos de alta complexidade, com aumento considerável da carga de trabalho. Para o bom desenvolvimento dos trabalhos foi necessária a designação de três

servidores para atuação exclusiva nos respectivos processos, com conseqüente impacto no processamento de outros processos.

Apesar desse contexto, não houve acréscimo de suporte especial ao Desembargador Federal. Não houve alteração na distribuição de feitos ao Gabinete mediante compensação nem acréscimo na lotação de servidores, tampouco designação de magistrado para auxílio.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 357 para 349), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 344 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 349.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 11, na última inspeção, para 12, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 4 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 4ª Seção, equivale a 7 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 33.

Registra-se um elogio ao desembargador federal e a toda equipe do seu gabinete pela gestão adotada e pela produtividade considerável, mesmo com a prevenção dos inúmeros e complexos processos relacionados à "Operação Lava-Jato" e sem a concessão do suporte necessário, seja com a compensação da distribuição dos feitos, seja com o auxílio de magistrados ou com o incremento da lotação de servidores.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete de matéria penal - Desembargador Federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz

2.2 Turma

8ª Turma

2.3 Competência

Matéria Penal

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Desembargador Federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz assumiu o gabinete em 28/6/2019 oriundo da Presidência do TRF/4ªR. Acervo assumido: 1.080 processos.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Assessora Magda Lúcia Cidade e Chefe de gabinete Norma Dias Bruno.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	8
Servidores sem vínculo	2
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)	
Total em tramitação	652
Processos suspensos/sobrestados	6
Processos conclusos	489
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	652
Acervo ajustado no TRF** (ao início do 12º mês anterior)	683
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	489
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	461
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	06
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	25

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	4
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	1
Reclamações	0
Ações rescisórias	2
Outros	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	0
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	0
Outros	0

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	0
Apelações cíveis	0
Agravos de instrumento	0
Outros	0

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	59
Ações penais	0
Inquéritos	1
Habeas Corpus	41
Revisões criminais	13
Outros	4

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	590
Apelações	558
Recursos em Sentido Estrito	2
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	4
Outros	26

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	86
Apelações	56
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	27
Outros	11

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	6
Por IRDR	0
Por IAC	0

Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	5
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	1
Agravos legais/regimentais	0
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	0
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	1
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	382
Ano anterior	189
2º ano anterior	83
3º ano anterior	16
4º ano anterior	5
5º ano anterior ou mais antigo	2

4.14 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	204
Ano anterior	132
2º ano anterior	79
3º ano anterior	42
4º ano anterior	4
5º ano anterior	0
6º ano anterior ou mais antigo	0

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição

Ano atual	169
Ano anterior	112
2º ano anterior	89
3º ano anterior	79
4º ano anterior	35
5º ano anterior	4
6º ano anterior	1
7º ano anterior ou mais antigo	0

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	0
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de Processos distribuídos	1.010
Total de Processos julgados	1.168
Total de Processos baixados	1.347
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-158
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-337

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na inspeção anterior	43
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	55
Total de feitos não regularizados	1

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	1.046
Processos julgados no ano anterior	1.177
Processos distribuídos no ano corrente	684
Processos julgados no ano corrente	760

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	366
Pendentes em 31/12/2020	1
Porcentagem de atendimento da meta	99,73

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	276
Pendentes em 31/12/2020	5
Porcentagem de atendimento da meta	98,19

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	365
Pendentes no último dia do mês anterior	5
Porcentagem de atendimento da meta	98,63

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	466
Pendentes no último dia do mês anterior	35
Porcentagem de atendimento da meta	92,49

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	229
Pendentes em 31/12/2020	20
Porcentagem de atendimento da meta	91,27

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	266
Pendentes no último dia do mês anterior	63
Porcentagem de atendimento da meta	76,32

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.

Taxa de congestionamento em 2020	27.65
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	Não se aplica

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	940
Processos baixados no ano anterior	1.631
Processos julgados no ano anterior	1.060
Processos distribuídos no ano corrente	607

Processos baixados no ano corrente	820
Processos julgados no ano corrente	698

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Não se aplica.

5.15 META 12/2021 CNJ - Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)

3424 - Usurpação de águas	0
3429 - Alteração de local especialmente protegido	0
3619 - Crimes contra a Fauna	0
3621 - Da Poluição	3
3622 - Agrotóxicos	0
3623 - Atividades Nucleares	0
3624 - Caça	0
3626 - Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)	0
3627 - Pesca	0
3651 - Crimes Agrários	0
4794 - Parceria Agrícola e/ou pecuária	0

9583 - Arrendamento Rural	0
10016 - Inspeção Fitossanitária	0
10018 - Inspeção Sanitária de Origem Animal	0
10085 - Água e/ou Esgoto	0
10086 - Recolhimento e Tratamento de Lixo	0
10091 - Terreno de Marinha	0
10094 - Terras Indígenas	0
10095 - Águas Públicas	0
10102 - Terras Indígenas	0
10103 - Terreno Aldeado	0
10104 - Restituição de área - FUNAI	0
10105 - Demarcação	0
10106 - Recursos Minerais	0
10108 - Patrimônio Histórico/Tombamento	0
10110 - Meio Ambiente	0
10111 - Revogação/Concessão de Licença Ambiental	0
10112 - Revogação/Anulação de multa ambiental	0
10113 - Flora	0
10114 - Fauna	0
10115 - Transgênicos	0
10116 - Agrotóxicos	0
10118 - Unidade de Conservação da Natureza	0
10119 - Gestão de Florestas Públicas	0
10396 - Ambiental	0
10397 - Sanitárias	0
10438 - Dano Ambiental	0
10986 - Crime contra a administração ambiental	0
11822 - Mineração	0
11823 - Reserva legal	0
11824 - Recursos Hídricos	0
11825 - Poluição	0
11826 - Zoneamento Ecológico e Econômico	0
11827 - Zona Costeira	0
11828 - Área de Preservação Permanente	0

11829 - Produtos Controlados/ Perigosos	0
11830 - Patrimônio Cultural	0
11836 - Parcelamento do Solo	0
11841 - Política Agrícola	0
11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	0
11862 - Saneamento	0
11873 - Política fundiária e da reforma agrária	0
9994 - Indenização por dano ambiental	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Da Inspeção de 2019 houve recomendação de julgar no prazo de 60 dias os seguintes processos: 50031232920164047010, 50007350320184047005, 50025249720154047116, 50025197520154047116, 50026142420134047004, 50133579720164047001, 50068627620174047009 e 50012954520144047017.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Os processos foram todos julgados no TRF4.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Foram priorizados os julgamentos de todas as recomendações do CNJ.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim, Meta 2/2020 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015), com pendência de um processo em razão da complexidade da matéria e número de réus. Meta 2/2020 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016), com pendência de cinco processos, em razão da complexidade da matéria e número de réus. Meta 4/2020 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017), com pendência de 20 processos, em razão da complexidade dos processos. Serão priorizados os processos pendentes e, paralelamente, haverá solicitação da lotação de mais um servidor no gabinete para auxiliar nas minutas de votos e análise dos processos.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Da mesma forma que da última inspeção, uma das principais dificuldades encontrada é a lotação de apenas 10 servidores, aquém do que se entende necessário diante da complexidade dos feitos que envolvem a matéria criminal, com grande número de réus e prioridades simultâneas, destacando-se o curso do prazo prescricional e a existência de réus presos, o que demanda processamento e julgamento céleres. Ademais, as apelações criminais devolvem o exame de toda a matéria, exigindo prestação jurisdicional de qualidade, sem se perder o necessário controle de produtividade. Nesse momento, muito embora tenha havido uma excelente adaptação de todos os servidores do gabinete ao teletrabalho, a pandemia trouxe para todos muitas inquietações, o que, certamente, refletiu na produtividade como um todo. Ainda assim, o saldo foi positivo diante de tantas adversidades.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Magda Lúcia Cidade e Norma Dias Bruno.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

As atividades são distribuídas por delegação do desembargador e divididas entre os servidores, por matéria, com prioridades para as medidas urgentes, réus presos e demais prioridades legais (idoso, etc.).

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Durante a pandemia todos os servidores entraram em regime de teletrabalho. Antes, não havia nenhum servidor em regime de teletrabalho.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Atualmente o teletrabalho é integral e está no aguardo das orientações da Presidência da Corte quanto ao retorno do trabalho presencial.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

Não havia nenhum servidor em teletrabalho antes da pandemia.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Não havia teletrabalho. Atualmente o controle do desempenho é feito diretamente pelo desembargador, de acordo com a produtividade individual.

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não há processos físicos. Nos processos eletrônicos a triagem é feita levando em conta o tipo de processo e a urgência da medida. A partir disso é feito o encaminhamento do feito ao MPF (sendo o caso) ou ao servidor especializado na matéria em questão e, na sequência, a minuta é submetida ao desembargador.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Os processos estão organizados por assunto (tipo de crime) e por tipo de ação (HCs, revisão criminal), podendo ocorrer subdivisões entre os assuntos, quando houver demanda para tanto.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

O controle do acervo é feito através do eproc e do G4 (instrumento do TRF4 que permite controlar o acervo do gabinete). A partir desses dois instrumentos é possível controlar a movimentação diária, utilizando os localizadores e os filtros do eproc, estabelecendo prioridades para as medidas urgentes e prioridades legais.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Não há metas individuais ou coletivas, mas controle semanal do acervo do gabinete, com controle sobre eventual aumento e quais tipos de demanda.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Não há política de recompensas.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Há priorização dos feitos relativos à meta do CNJ e com prioridades legais.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim, na hipótese de existir fundamento legal, as decisões terminativas são utilizadas.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Os modelos são utilizados por assunto e, após aprovação do desembargador, como ponto de partida para a elaboração de minutas pelos servidores.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

A necessidade de capacitação dos servidores é constantemente aferida pela Divisão de Recursos Humanos do Tribunal que elabora enquetes entre os servidores e proporciona cursos das matérias que mais demandam dificuldades.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Em matéria penal há poucos processos sobrestados. No gabinete, há apenas seis suspensos/sobrestados e o controle é feito de forma individualizada.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não se aplica em matéria penal.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Sempre na sessão seguinte.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Através do site do TRF4, do recebimento on-line da jurisprudência pela Biblioteca da Corte e pelo acompanhamento dos julgamentos relevantes.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Sim, entre os Desembargadores da turma.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

As sessões virtuais são realizadas com o agendamento prévio de x números de processos e com a abertura de uma semana de prazo para votos e manifestações, bem como juntadas de memoriais e manifestações das partes.

28. A unidade possui plano de gestão?

Não.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Quanto aos recursos humanos há déficit importante na lotação de servidores para todos os gabinetes penais.
---	--

b) gestão do trabalho	Plenamente satisfatória.
c) resultados	Dentro da lotação possível de servidores, os resultados estão além do esperado.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?
Dentro da lotação de servidores atual, os objetivos são o atingimento das metas do CNJ em 100% e a redução do acervo como um todo.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?
Seguir priorizando os processos relativos às metas do CNJ e às prioridades legais.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?
Na hipótese da implementação do teletrabalho, ainda que parcial, a comunicação virtual entre servidores e entre servidores e desembargadores mostrou-se eficiente e agilizou as soluções das demandas.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?
Através dos filtros do eproc e por datas de inclusão nos localizadores.

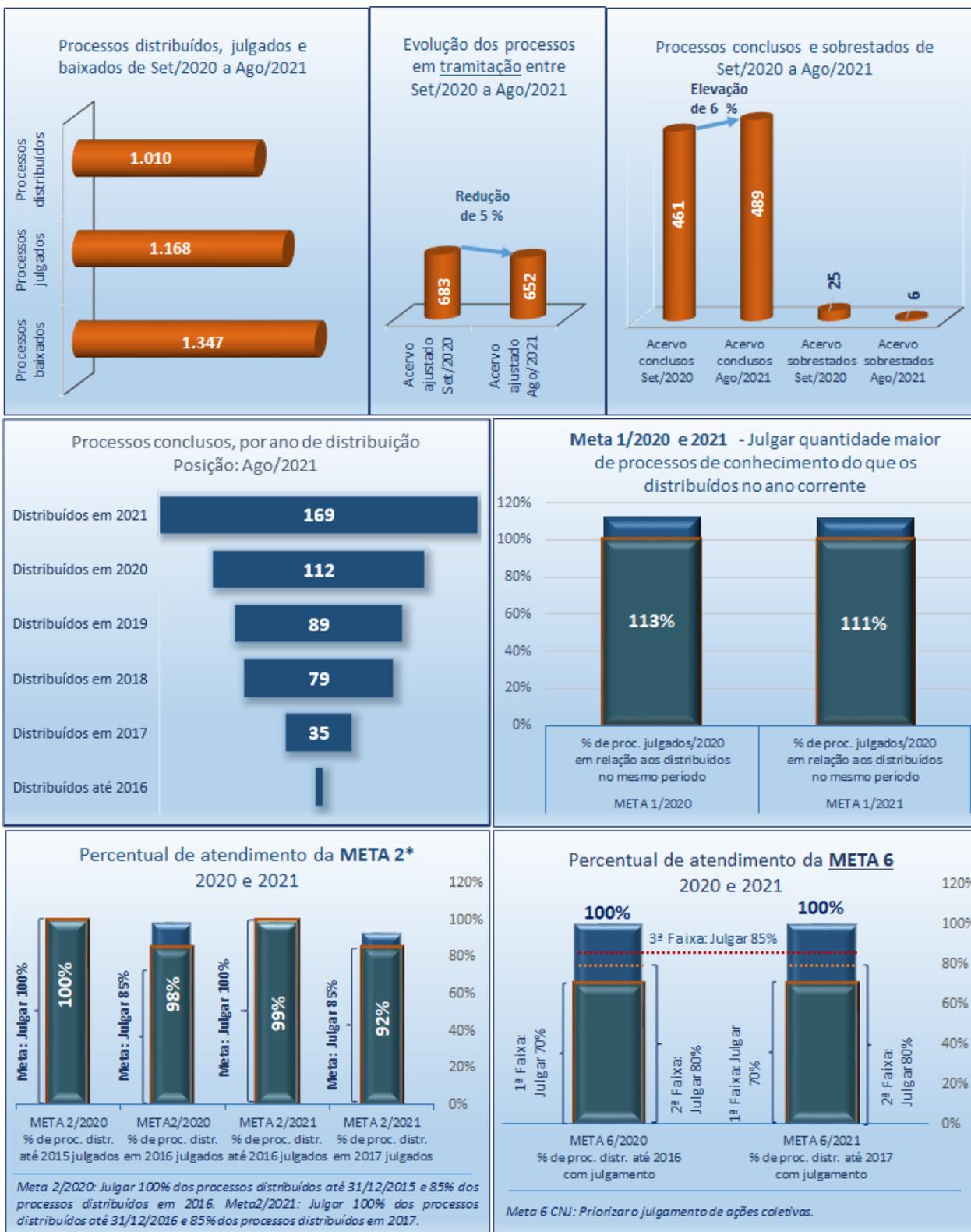
31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

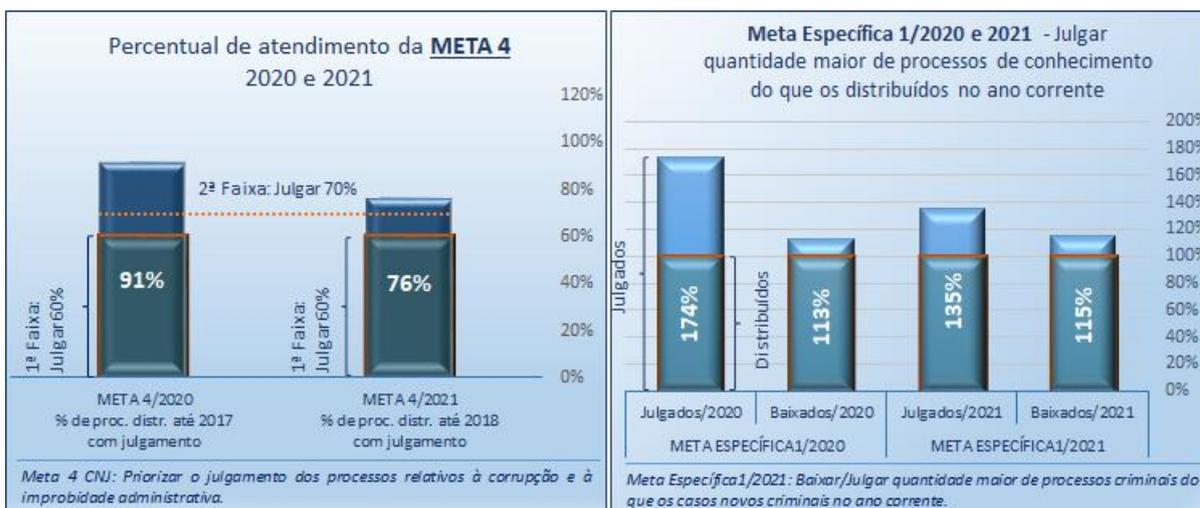
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50127860720214040000	28/3/2021	Habeas Corpus
Processo julgado em 14/4/2021. Baixa definitiva em 17/9/2021.		
50227156420214040000	3/6/2021	Habeas Corpus
Processo baixado em 10/9/2021.		
50240199820214040000	14/6/2021	Habeas Corpus
Processo julgado em 23/6/2021. Aguardando baixa definitiva.		
50381089720194040000	5/9/2019	Habeas Corpus
Processo baixado desde 18/8/2021.		
50463548220194040000	4/11/2019	Habeas Corpus
Habeas Corpus julgado em 26/8/2021. Enviado ao STJ em 17/9/2021.		
50010208820204040000	17/1/2020	Habeas Corpus
Baixa em 1º/9/2021.		
50539521020174047000	1º/10/2018	Apelação Criminal
Processo vinculado à Operação Spectrum. Em análise para elaboração de voto.		
50032102620184047200	3/9/2019	Apelação Criminal

Processo de alta complexidade, da Operação Fake Fone, com parecer ofertado em 2/2020. Em fase de análise para elaboração de voto.		
50445621620174047000	18/9/2018	Apelação Criminal
Processo de alta complexidade da Operação Duas Caras, com 9 réus, vários petições e intercorrências, dois óbitos, renúncia de advogados e intimações pessoais nessa instância. Em fase de análise.		
50509561020154047000	7/7/2020	Apelação Criminal
Processo em análise para elaboração de voto, com parecer ofertado pelo MPF em julho de 2020.		
50016856220164047011	29/11/2018	Apelação Criminal
Processo de alta complexidade envolvendo Operação policial, Celeno, com mais de 20 réus e diversos incidentes e postulações, além de arrazoado no 2º grau e óbito de réus. Aguarda elaboração de minuta de voto. Em análise.		
50048036920184047207	16/12/2019	Apelação Criminal
Julgado em 9/9/2021.		
50071478120174047005	28/5/2019	Apelação Criminal
Processo pautado para 29/9/2021.		
50113085320164047205	20/4/2018	Apelação Criminal
Pautado para dia 29/9/2021. Defesa pediu adiamento. Adiado para 13/10/2021.		
50021256620214040000	25/1/2021	Revisão Criminal (Seção)
Julgado em 19/8/20217. Recurso Especial interposto. Na Secretaria de Recursos.		
50153720720144047002	14/5/2018	Apelação Criminal
Remetidos ao relator do acórdão em 24/6/2021. Embargos de declaração julgados em 26/8/2021.		
50248305820214040000	17/6/2021	Revisão Criminal (Seção)
Processo pautado para 23/9/2021.		
50017571620114047208	12/9/2016	Apelação Criminal
Processo com três réus/apelantes e várias renúncias de advogados e necessidade de intimação pessoal e localização dos réus. Aguarda elaboração de minuta de voto. Em análise.		
50047032020134047004	3/10/2016	Apelação Criminal
Processo de alta complexidade, com 9 apelantes, integrante da Operação Fractal, com algumas intercorrências, como publicação de editais para intimação de apelante em lugar incerto e não sabido, bem como advento de óbito.		
50047058720134047004	24/05/2016	Apelação Criminal
Processo integrante da Operação Fractal de alta complexidade. Em fase de análise para elaboração de voto.		
50675144820154047100	14/2/2017	Apelação Criminal
Processo vinculado à Operação Pitágoras. Em análise para confecção de voto.		
50212018820134047200	2/3/2017	Apelação Criminal
Processo em fase de elaboração de voto.		

50031028120154047012	5/4/2017	Apelação Criminal
Processo de alta complexidade com 14 apelantes, integrante da Operação Bad Smoke, organização criminosa transnacional. Em fase de análise para elaboração de voto.		
50241360420134047200	20/4/2017	Apelação Criminal
Processo em análise para elaboração de voto, antecedido de renúncia de advogados.		
50015738620134047112	2/6/2017	Apelação Criminal
Processo complexo de Operação Policial, com vários réus e diversos incidentes, com arrazoado no 2º grau e óbito de réu. Aguarda elaboração de minuta de voto.		
50003652220124047203	8/9/2015	Apelação Criminal
Ação envolvendo 5 réus. Em 7/2020 encaminhado ao 1º grau para verificação da possibilidade de Acordo de Não Persecução Penal com relação a um ou mais réus. Devolvido em 11/2020. Aguarda elaboração de minuta de voto.		
50148732320144047002	2/8/2019	-
Processo baixado em 31/8/2021. Extinto pelo óbito do acusado em 18/3/2021.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 27 (vinte e sete) processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, nenhum é físico.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 120 dias (processos conclusos há mais de 180 dias)

50017571620114047208	50047032020134047004	50047058720134047004
50675144820154047100	50212018820134047200	50241360420134047200
50015738620134047112	50003652220124047203	

b) Incluir em julgamento em até 30 dias (réu preso)

50539521020174047000	50032102620184047200	50445621620174047000
50016856220164047011	50031028120154047012	

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Desembargador Federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, que percorreu as seguintes atividades desenvolvidas pelo Setor:

O acervo recebido inicialmente pelo gabinete foi de 1.080 (hum mil e oitenta) processos em matéria penal, do qual houve a redução de 70% (setenta por cento) até o momento.

A triagem dos processos é feita imediatamente, no mesmo dia em que são recebidos. Em seguida é dada oportunidade às partes para apresentação de complementação das razões de apelação e, em seguida, realizada a remessa dos autos ao Ministério Público Federal.

O controle de prescrição dos processos criminais é efetuado pelo próprio sistema eproc, enquanto o gerenciamento de acervo do gabinete é feito pelo sistema G4.

Os processos com prioridade legal ou meta do CNJ são devidamente analisados de acordo com a determinação.

O acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores é sempre observado, havendo um esforço para cumpri-las de maneira satisfatória.

As sessões de julgamento são virtuais e telepresenciais, de maneira alternada.

Há atendimento de advogados no gabinete de maneira presencial semanalmente, às terças-feiras.

Ressalta que há, em média, de 15 (quinze) a 20 (vinte) sustentações orais nas sessões de julgamento.

A maioria dos processos criminais é oriunda de Operações da Polícia Federal, com grande quantidade de réus e recursos, o que exige maior dispêndio de tempo diante da complexidade das causas.

O teletrabalho implantado durante a pandemia deve ser mantido como boa prática, tendo em vista a melhora considerável do desempenho dos trabalhos e do resultado alcançado.

O desembargador federal faz a revisão pessoalmente dos votos dos outros Desembargadores.

É dada preferência aos processos com voto-vista, revisão e embargos de declaração.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 988 para 489), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 461 feitos e, no mês anterior à inspeção, eram 489.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 14 (quatorze), na última inspeção, para 5 (cinco), segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 20 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 4ª Seção, equivale a 7 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção.

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 33.

b) Solicitar a lotação de mais servidores no gabinete para auxiliar nas minutas de votos e análise dos processos.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

JUIZ FEDERAL NIVALDO BRUNONI

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021.

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

TRF4/JF05/GJF05 - Gabinete de Juiz Federal - Penal (05) - Juiz Federal Nivaldo Brunoni

2.2 Turma

8ª Turma

2.3 Competência

Matéria Penal

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Juiz Federal Nivaldo Brunoni.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino

Dr. Nivaldo Brunoni assumiu no gabinete como juiz federal convocado a contar de 21/6/2021, assumindo um acervo de 459 processos.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Leandro Paulsen até 20/6/2021.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Claudia Damian Fernandes - Técnico Judiciário/Assessora, Início da inspeção em 14/9/2021.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	9
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	1
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 31/8/2021)	
Total em tramitação**	452
Processos suspensos/sobrestados	1
Processos conclusos	254
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao Gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	452
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	539
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	254
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	304
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	1
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3

*O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	N/A
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	N/A
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	N/A
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	N/A

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	0
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Ações rescisórias	0
Outros	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	0
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	0
Outros	0

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	0
Apelações cíveis	0
Agravos de instrumento	0
Outros	0

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	84
Ações penais	2
Inquéritos	1
Habeas Corpus	40
Revisões criminais	15
Outros	26

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	374
Apelações	318
Recursos em Sentido Estrito	13
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	4
Outros	39

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	59
Apelações	29
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	21
Outros	13

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	1
Por IRDR	0
Por IAC	0

Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	4
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	1
Agravos legais/regimentais	4
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	0
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	4
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2019, por ano de distribuição	
Ano atual	500
Ano anterior	179
2º ano anterior	15
3º ano anterior	2
4º ano anterior	3
5º ano anterior ou mais antigo	0

4.14 Processos conclusos no gabinete, em agosto de 2020, por ano de distribuição	
Ano atual	265
Ano anterior	37
2º ano anterior	1
3º ano anterior	1
4º ano anterior	0
5º ano anterior	0
6º ano anterior ou mais antigo	0

4.15 Processos concluídos no gabinete, em agosto de 2021, por ano de distribuição

Ano atual	225
Ano anterior	23
2º ano anterior	6
3º ano anterior	0
4º ano anterior	0
5º ano anterior	0
6º ano anterior	0
7º ano anterior ou mais antigo	0

4.16 Processos concluídos de outros Gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	1
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	1

4.17 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de Processos distribuídos	1.008
Total de Processos julgados	1.132
Total de Processos baixados	1.363
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-124
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-355

4.19 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	40
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	30
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	1.050
Processos julgados no ano anterior	1.492
Processos distribuídos no ano corrente	684
Processos julgados no ano corrente	695

5.2 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	400
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.3 META 2/2020 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	347
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.4 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	387
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.5 META 2/2021 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2017 a 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	602
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.6 META 4/2020 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	219
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.7 META 4/2021 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	287
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.8 META 5/2021 CNJ - Reduzir em dois pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020.

Taxa de congestionamento em 2020	24.14
Taxa de congestionamento em agosto de 2021	não se aplica

5.9 META 6/2020 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.10 META 6/2021 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	942
Processos baixados no ano anterior	1.525
Processos julgados no ano anterior	1.374
Processos distribuídos no ano corrente	612

Processos baixados no ano corrente	782
Processos julgados no ano corrente	614

5.12 META ESPECÍFICA 2/2020 - Identificar e julgar até 31/12/2020, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7
Pendentes em 31/12/2020	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.13 META ESPECÍFICA 2/2021 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.14 META 9/2021 CNJ - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Não se aplica.

5.15 META 12/2021 CNJ- Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental. (informar o número de processos pendentes por assunto)

3424 - Usurpação de águas	0
---------------------------	---

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não se aplica.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

A integralidade das metas estabelecidas pelo CNJ foram atendidas.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A unidade empreende todos os esforços no intuito de prestar jurisdição célere e de qualidade. Utiliza-se especialização de servidores em determinadas matérias, sempre em número maior que um, de modo a evitar que a ausência de indivíduos (férias/licenças) comprometa o bom andamento dos trabalhos, com verificação periódica de resultados, assim como constante aprimoramento dos sistemas informatizados do TRF. A equipe possui grande sinergia, companheirismo e empatia, fatos que facilitam a gestão.

9. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Claudia Damian Fernandes.

10. Como é feita a organização do trabalho? (Distribuição das atividades, se há especialização por matéria, número de servidores em atividades-meio e atividades-fim).

Distribuição por especialização/matéria, com 8 servidores na atividade fim e uma servidora nas atividades meio.

11. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

No momento, todos. Fora período de pandemia, 5.

11.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

No momento, integral. Fora o período de pandemia, teletrabalho de forma parcial.

11.2 Qual critério para fixação das cotas?

As cotas são determinadas pela Resolução 134 deste TRF4. Fora do período de pandemia é feito um escalonamento, de forma a cumprir o número máximo de servidores em teletrabalho por dia.

11.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento do desempenho desses servidores é feito pela aferição da sua produção mensal (número de minutas produzidas durante o intervalo entre as datas de fechamento das pautas).

12. Como é feita a triagem? (Processos físicos).

Não se aplica.

13. Como os processos estão organizados? (Armários, localizadores).

Em localizadores por matéria ou situação.

14. Como ocorre o controle (se houver) de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Controle por localizadores.

15. Há metas individuais e/ou coletivas?

Metas coletivas pelo número de distribuição, visando sempre baixar o acervo.

16. Há política de recompensas vinculadas às metas conforme Planejamento Estratégico da Justiça Federal?

Valorização dos servidores com indicação de função comissionada ou substituição, humanização nas relações e adequada distribuição da força de trabalho, com meta na saúde do servidor e magistrado.

17. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ? Especificar.

Sim, os processos inclusos em metas e/ou prioridade são repassados diretamente ao servidor para análise e julgamento prioritário.

18. São utilizadas decisões terminativas?

Sim.

19. Como são utilizados os modelos para votos/decisões?

Com elaboração de textos-padrão e modelos já aprovados e com base na jurisprudência do TRF e Cortes Superiores.

20. De que forma é identificada a necessidade de capacitação dos servidores?

Pelas reuniões semanais e grupo de conversas. Os servidores trocam ideias entre si e apresentam suas dificuldades.

21. Como é feito o controle do sobrestamento? Quais as matérias que se encontram sobrestadas?

Pelo controle dos localizadores e acompanhamento da jurisprudência enviada pela Vice-Presidência. Não há matérias sobrestadas em gabinete.

22. Meta 3: há estímulo à conciliação?

Não se aplica.

23. O setor recebeu algum tipo de auxílio desde a última inspeção? (Mutirão, convocação de magistrado em auxílio).

Não. Ao contrário, como o gabinete agora é de juiz convocado, o número de servidores e de funções comissionadas diminuiu.

24. Os pedidos de vista são levados a julgamento em quantas sessões?

Sempre na próxima programada.

25. De que forma é feito o acompanhamento da jurisprudência da Corte?

Por pesquisa no sítio do TRF e acompanhamento dos julgamentos da Turma e Seção.

26. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos?

Há disponibilização para os integrantes da turma.

27. Como são realizadas as sessões virtuais?

Questão a ser dirimida pela Secretaria de turma.

28. A unidade possui plano de gestão?

Sim.

28.1 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Em dia.
b) gestão do trabalho	Em dia.
c) resultados	Diminuindo o acervo, em primeiro lugar no G4.

28.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Manter o número de julgados acima da distribuição.

28.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Manter o bom ritmo de trabalho, a especialização e a boa convivência.

29. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Manutenção do teletrabalho integral para os servidores que desejarem.

30. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Pelos localizadores.

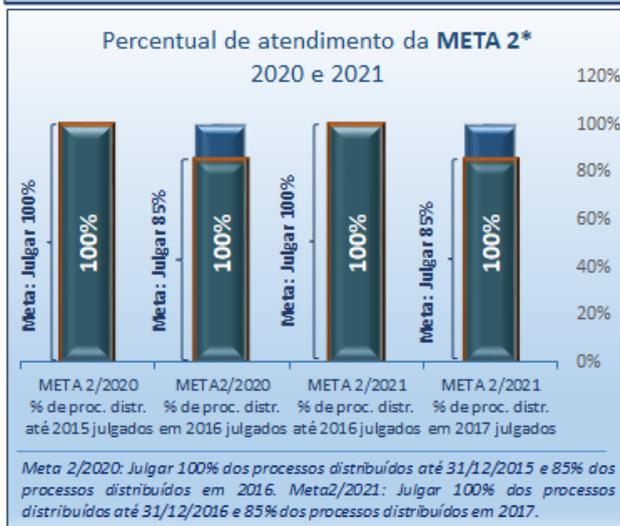
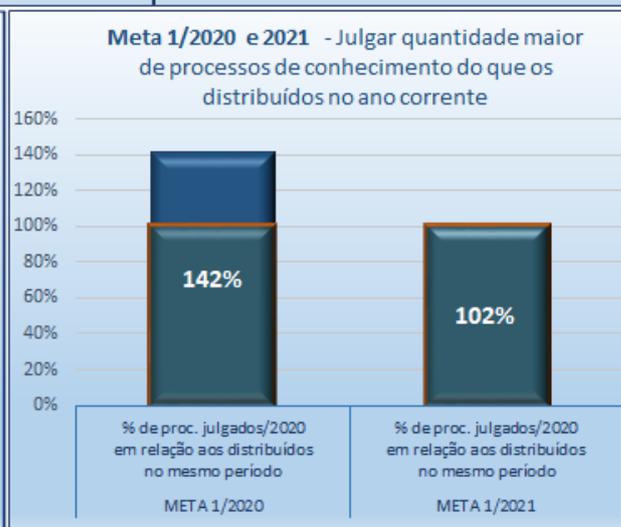
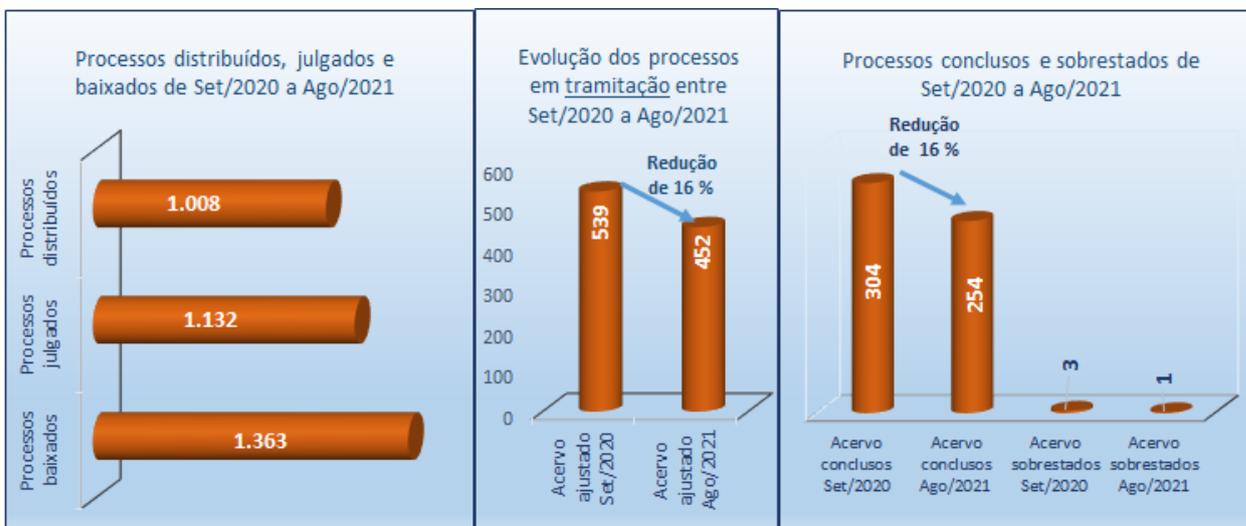
31. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

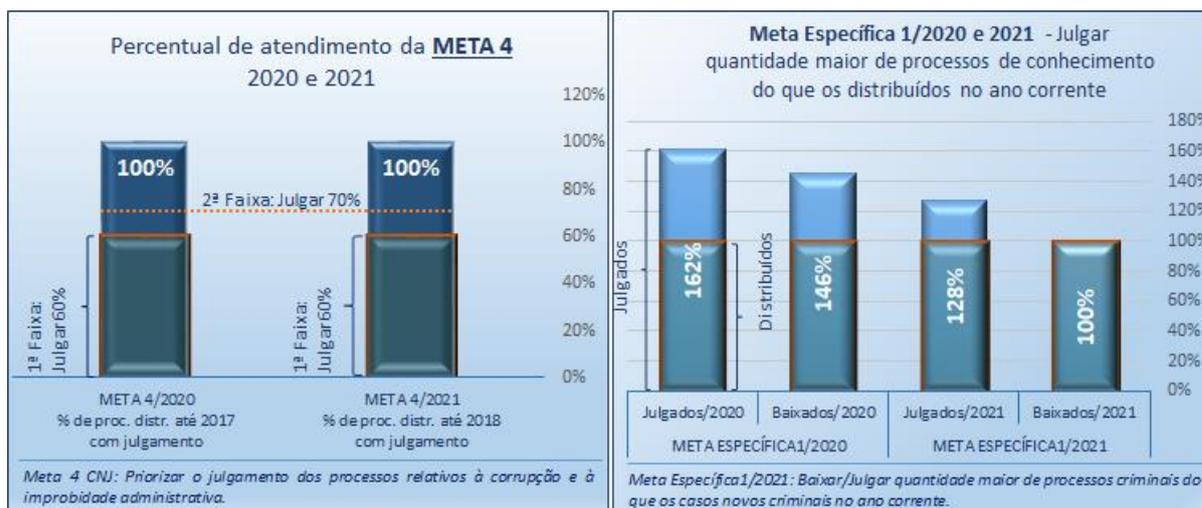
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50090698420214040000	4/3/2021	Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo redistribuído em 27/8/2021 ao gabinete do Desembargador Federal Luiz Carlos Canalli, por impedimento, nos termos do art. 121, caput e § 1º, do Regimento Interno desta Corte - RI/TRF4.		
50257771520214040000	23/6/2021	Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo com voto já elaborado e encaminhado à secretaria com pedido de dia para julgamento.		
50119520420214040000	23/3/2021	Inquérito Policial
Observação/Providência: O inquérito policial está tendo seu curso administrativo normal, não estando pendente nenhuma diligência judicial no momento. NC 2021.0047331-DPF/PFO/RS, encaminhada à DPPPF/PFO/RS para continuidade das investigações.		
50140047020214040000	7/4/2021	Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo com baixa definitiva em 14/9/2021.		
50008191820204047107	18/3/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo com previsão de julgamento para outubro de 2021.		
50007116520204047017	24/5/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 22/9/2021.		
50005103920214047017	14/5/2021	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento em outubro/2021.		
50180873220214040000	5/5/2021	Revisão Criminal (Seção)
Observação/Providência: Processo incluído em pauta para sessão de 23/9/2021.		
50030867420174047007	15/6/2020	Apelação Criminal

Observação/Providência: Embargos Infringentes distribuídos, consoante preconiza o art. 123, do Regimento Interno desta Corte, ao gabinete do Juiz Federal Danilo Pereira Júnior.		
50248262120214040000	17/6/2021	Revisão Criminal (Seção)
Observação/Providência: Processo será incluído em pauta para novembro/2021.		
50248288820214040000	17/6/2021	Revisão Criminal (Seção)
Observação/Providência: Processo com baixa definitiva em 6/9/2021.		
50248297320214040000	17/6/2021	Revisão Criminal (Seção)
Observação/Providência: Processo com inclusão em pauta até novembro/2021.		
50248314320214040000	17/6/2021	Revisão Criminal (Seção)
Observação/Providência: Processo com inclusão em pauta até novembro/2021.		
50125530920194047201	3/7/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo será incluído em pauta em nov/2021.		
50729842120194047100	31/8/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo com inclusão em pauta prevista para nov/2021.		
50020604220164047212	23/10/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo aguardando manifestação do MPF, será incluído em pauta em novembro/2021.		
50252016320154047200	23/10/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo será incluído na pauta de novembro/2021.		
50006259420204047017	3/11/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 15/9/2021.		
50025710420204047017	1º/3/2021	Recurso Criminal em Sentido Estrito
Observação/Providência: processo julgado em 8/9/2021 - aguarda prazos para baixa.		
50009783320174047214	12/11/2018	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento de 29/9/2021.		
50125912220214040000	26/3/2021	Revisão Criminal (Seção)
Observação/Providência: Processo com pedido de inclusão em pauta para outubro/2021.		
50000037720184047116	18/6/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo já julgado e baixado.		
50023933620164047101	10/10/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo já incluído na sessão de julgamento do dia 22/9/2021.		
50075867020184047001	23/7/2020	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo redistribuído ao gabinete do Desembargador Federal João Pedro Gebran Neto, redistribuição, consoante preconiza o art. 123, do Regimento Interno desta Corte.		
50071713920184047114	4/2/2020	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Embargos Infringentes com voto encaminhado ao revisor. Solicitação de pauta para novembro/2021.		

50034139120144047211	20/4/2018	Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Embargos Infringentes encaminhados para o gabinete da Desembargadora Federal Salise Monteiro para voto-vista. Solicitação de inclusão em pauta até novembro/2021.		
50005492620174047001	3/7/2019	-
Observação/Providência: Processo já baixado.		
50307528020214040000	24/7/2021	-
Observação/Providência: Processo com baixa definitiva em 8/9/2021.		

32. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





33. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 28 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, nenhum é físico.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Apreciar o requerimento do Ministério Público Federal anexado no evento 6 do sistema eproc

50119520420214040000

b) Incluir em julgamento em até 30 dias (Prioridade: réu preso)

50008191820204047107

c) Incluir em julgamento em até 120 dias (processo concluso há mais de 180 dias)

50252016320154047200

34. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo desembargador federal, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor:

Há 7 servidores atuando na área-fim, especializados por matéria e exercendo o teletrabalho, e 01 (uma) servidora, que faz a triagem inicial dos processos. Há, também, 4 (quatro) estagiários em apoio aos trabalhos.

O atendimento dos advogados é feito de forma remota pela ferramenta zoom, com agendamento prévio efetuado por e-mail.

São realizadas sessões de julgamento semanais, virtual e telepresencial, onde, em média, são julgados de 20 a 30 processos.

Há reuniões realizadas semanalmente entre o desembargador federal e sua equipe para atualização de critérios de trabalho e orientações necessárias.

35. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 705 para 254), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 304 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 254.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 15, na última inspeção, para 4, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 2 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 4ª Seção, equivale a 7 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Seção.

36. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 33.

b) Manter as providências adotadas para à diminuição do acervo geral. Verificou-se o cumprimento das Metas 1 e 2 do CNJ quanto à diminuição do acervo, o que importa no reconhecimento do bom trabalho, cabendo elogio ao Juiz Federal Convocado Nivaldo Brunoni e a sua equipe.

E.UNIDADES DE PROCESSAMENTO

DIRETORIA JUDICIÁRIA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Diretoria Judiciária (DIRJUD)

2.2 Competência:

1. Coordenar as tarefas atinentes à tramitação judicial; 2. orientar a execução de serviços judiciais e administrativos das unidades; 3. submeter ao Presidente minutas de atos normativos e assuntos referentes à tramitação judicial; 4. despachar com o Diretor-Geral assuntos administrativos; 5. cumprir deliberações de processos; 6. prestar informações acerca das atividades judiciárias; 7. divulgar assuntos de interesse dos gabinetes; 8. auxiliar gabinetes e unidades da DIRJUD; 9. uniformizar procedimentos com o 1º Grau; 10. auxiliar o Juiz Federal Coordenador do eproc no aperfeiçoamento do sistema; 11. gerenciar prazos, suspensões e demais questões jurídico-processuais relativas ao eproc; 12. participar como membro em Comissões do TRF4, CJF e CNJ; 13. assinar, de ordem, despachos de mero expediente em precatórios e prestar informações sobre processos judiciais, respeitando o seu sigilo; 14. manter o portal e intranet atualizados nas questões afetas à DIRJUD; 15. coordenar projetos.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Cristinne de Fátima Rojas Barros

3.2 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	4 (quatro)
---------------------	------------

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Prejudicado.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Prejudicado.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

A chegada da Pandemia impôs grandes desafios e a necessidade de reorganizar as atividades judiciárias. A Dirjud coordenou a implantação das alterações nas sessões virtuais judiciais (Resolução TRF4 47/2019), o que possibilitou a juntada de sustentação de argumentos por vídeo ou arquivo de texto pelos advogados. Na sequência, em face da suspensão das sessões presenciais, surgiu demanda no sentido de propiciar a realização de sustentações orais, o que se deu com a apresentação pela Dirjud de proposta de regulamentação de nova modalidade de sessão de julgamento, a telepresencial judicial (Resolução TRF4 29/2020). Neste período pandêmico, igualmente, houve a coordenação do projeto piloto CEAB-DJ, do novo layout do painel da sessão de julgamento do eproc em todos os órgãos judiciários deste Tribunal, o que propiciou a expansão para as Turmas Recursais, bem como, entre outras atividades, a conclusão dos trabalhos de adequação da tabela de eventos judiciais à Tabela de Movimentos do CNJ.

6. Magistrado e/ou servidor entrevistado

Cristinne de Fátima Rojas Barros - Diretora Judiciária

7. Quais as unidades vinculadas à Secretaria de Atividades Judiciárias?

As unidades vinculadas a Diretoria Judiciária são as seguintes: .Assessoria às Sessões de Julgamento das Turmas (1ª e 2ª); Assessoria às Sessões de Julgamento das Turmas (3ª e 4ª); Assessoria às Sessões de Julgamento das Turmas (5ª e 6ª); Assessoria às Sessões de Julgamento das Turmas (7ª e 8ª); Núcleo de Cálculos Judiciais (NUCAJ); Núcleo de Registro das Sessões e Eventos Judiciais (NURJUD); Secretaria dos Órgãos Julgadores (SOJ); Secretaria de Precatórios (SPREC);

Secretaria de Recursos (SREC); Central de Atendimento Processual (CAP); Central de Mandados.

8. Como a Secretaria está organizada?

Trata-se de Diretoria Judiciária, a qual se encontra organizada com a Diretora que conta atualmente com uma Assessoria de Apoio judiciário e Administrativo e mais duas Seções, de Apoio Judiciário e outra de Apoio Administrativo. As atividades são inúmeras e diversificadas, são distribuídas na unidade por urgência e preferência, de acordo com as prioridades da administração, e são solucionadas e/ou executadas, mediante a realização de reuniões com o compartilhamento de conhecimentos, auxílio de outras áreas, experiências similares anteriores desse órgão ou de outros, bem como realização, entre outras atividades, de pesquisas.

8.1. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Não há servidores em teletrabalho.

8.2. O teletrabalho é integral ou parcial?

Prejudicado.

8.3 Qual o critério para fixação das cotas?

Prejudicado.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Prejudicado.

9. Quais são as principais realizações da Secretaria de Atividades Judiciárias?

1.Coordenação e acompanhamento do trabalho remoto e híbrido, no período da pandemia; 2.Implementação das alterações na normatização das sessões virtuais judiciais; 3. Coordenação da implantação das sessões telepresenciais judiciais em todos os órgãos julgadores judiciais no Tribunal; 4. Acompanhamento sistemático das sessões de julgamento judiciais virtual e telepresencial no período pandêmico; 5. Coordenação do projeto piloto CEAB-DJ, que consiste no cumprimento das decisões judiciais em processos previdenciários no 2º grau diretamente à Central Especializada de Análise de Benefícios - Demandas Judiciais (CEAB-DJ), unidade administrativa do INSS; 6. Coordenação do projeto do novo layout das sessões de julgamento no eproc; 7. Coordenação do projeto de criação da funcionalidade do Cadastro das Pessoas Jurídicas no eproc (art. 246, § 1º, NCPD); 8. Coordenação do projeto de adequação das certidões judiciais e normativos deste Tribunal ao contido na Resolução n. CNJ 680/21.

10. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

O controle dos processos judiciais é feito pelas secretarias e constantemente acompanhado pela Diretoria Judiciária, via sistemas disponíveis (eproc e G4).

11. De que forma é cumprida a Resolução/CNJ n. 215, de 16/12/2015? Especificar

A Resolução CNJ 215/2015 é observada e cumprida por esta Diretoria Judiciária principalmente quando são solicitadas informações por pessoas físicas ou jurídicas, as quais lhes é garantido o direito de acesso. As solicitações são enviadas a esta Diretoria na maioria das vezes por intermédio da Ouvidoria ou da Presidência mediante processo no SEI.

12. A unidade possui plano de gestão?

Sim, possui plano de gestão. Atualmente, devido à ausência de pessoal suficiente e à falta de recomposição do quadro de servidores, o plano de gestão encontra-se voltado à distribuição de atividades de acordo com o perfil, ao desenvolvimento de competências e à realocação de atividades e setores internos.

12.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Os recursos materiais são suficientes e no tocante aos recursos humanos há necessidade de recomposição do quadro de servidores.
b) gestão do trabalho	Distribuição de atividades conforme o perfil, desenvolvimento de competências e realocação de atividades e setores internos.
c) resultados	Focados na efetividade do atendimento das atividades laborais, dos projetos, no desenvolvimento das capacidades dos servidores e no constante aprimoramento do sistema judicial eletrônico.

12.2. Quais são os objetivos a serem alcançados?

Os objetivos a serem alcançados são: a) coordenar as atividades das unidades afetas à DIRJUD, dando suporte e orientação permanente para a melhoria da prestação jurisdicional; b) constante suporte ao aperfeiçoamento do sistema judicial eletrônico em conjunto com a DTI; c) o correto atendimento às demandas internas da administração e externas; d) coordenação de projetos para a sua efetividade; e) suporte aos gabinetes; f) atualização acerca das inovações normativas e tecnológicas.

12.3. Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

As ações a serem implementadas são as seguintes: a) realização de reuniões principalmente com as unidades vinculadas à DIRJUD e com a DTI; b) estabelecimento

de diretrizes e prioridades para as atividades laborais; c) acompanhamento e revisão das ações; d) cronogramas para o acompanhamento de projetos em andamento; e) distribuição de atividades de acordo com o perfil e prioridade; f) atendimento com cordialidade e presteza às solicitações dos gabinetes; g) constante acompanhamento dos normativos e das inovações tecnológicas de interesse referentes às áreas judiciária e administrativa.

13. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

As iniciativas adotadas no período da pandemia foram a otimização das sessões virtuais, com a possibilidade de juntada de vídeo ou arquivos pelos advogados; a implementação das sessões judiciais telepresenciais que propiciou a realização de sessões de julgamento e de sustentações orais por videoconferência; o estabelecimento de comunicação interna por outros meios mais expeditos (whatsapp, aplicativos de mensagem, balcão virtual) e, entre outras, a instituição do trabalho remoto e, mais recentemente, do trabalho de forma híbrida. São iniciativas adotadas que, em havendo interesse da Administração, poderão ser mantidas por terem apresentado resultados em prol da prestação jurisdicional célere e efetiva.

14. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE E OBSERVAÇÕES

A equipe de inspeção foi recebida pela Diretora Cristinne Barros, oportunidade em que houve exposição detalhada das atribuições, do organograma, dos projetos realizados e em curso, entre outros temas afetos à unidade inspecionada.

A Diretoria Judiciária participou do equacionamento de questões relevantes durante o período de pandemia, segundo o relatado pela gestão do órgão. De fato, as medidas de isolamento tornaram necessária a reestruturação de sessões de julgamento, para propiciar a possibilidade de que os atos fossem realizados de maneira telepresencial, oportunizando-se aos patronos das partes, ademais, a realização de sustentação oral. A regulamentação de tais medidas foi proposta pela unidade e baseou a Resolução PRES/TRF4 29/2020.

Ainda durante a pandemia, a Diretoria Judiciária coordenou projetos-piloto de revisão do *layout* do painel de julgamento do eproc e de cumprimento de decisões judiciais previdenciárias junto ao INSS, bem como trabalhos de adequação do sistema de processamento à tabela padronizada de movimentos do Conselho Nacional de Justiça. Foram descritas, também, como realizações recentes, a coordenação dos projetos de criação de funcionalidade do Cadastro de Pessoas Jurídicas no eproc, conforme exigido pelo Código de Processo Civil, e a adequação das certidões judiciais expedidas (Resolução CJF n. 680/2020).

Em termos organizacionais, a unidade relatou dispor de Assessoria de Apoio (Judiciário e Administrativo, recentemente unificadas, conforme apurou a equipe de inspeção), subdividida em duas seções, totalizando quatro servidores. Conforme descrito no questionário prévio e segundo constatado no organograma do Tribunal, existe, ainda,

considerável número de setores vinculados administrativamente à Diretoria Judiciária (por sua vez estratificados em subdivisões próprias): Assessorias às Sessões de Julgamento das Turmas (quatro, uma para cada Seção colegiada da Corte), Núcleo de Cálculos Judiciais, Núcleo de Registro das Sessões e Eventos Judiciais, Secretaria de Recursos, Central de Atendimento Processual, Central de Mandados, Secretaria de Precatórios e Secretaria dos Órgãos Julgadores.

Salutarmente, a unidade indicou como valores de gestão o foco em suporte e orientação para aperfeiçoamento da jurisdição (mediante alinhamento de demandas com áreas administrativas e gabinetes judiciários) e manutenção da capacitação do setor no tocante a inovações normativas e tecnológicas. Apontou como medidas necessárias para tanto a realização de reuniões com a Diretoria de Tecnologia de Informação e setores vinculados à Diretoria Judiciária, estabelecimento de cronogramas para projetos e procedimentos de revisão de ações em curso.

A título de dificuldade, ressaltou-se a ausência de força de trabalho suficiente para desempenho das atribuições regulares do setor, embora a operação do órgão tenha sido reorganizada, neste contexto, para não manter qualquer tipo de pendência ou tarefas em atraso. Consultada a unidade sobre incrementos esperados com o aporte institucional requerido, foi apontado à equipe de inspeção que, com maior estrutura, seria possível expandir a atuação da Diretoria Judiciária em frentes diversas, das quais destacam-se: *i)* inovação organizacional interna, *ii)* aperfeiçoamento do processo eletrônico conforme demanda das unidades judiciárias, *iii)* avanços no uso de inteligência artificial na atividade-fim, *iv)* melhor atendimento ao jurisdicionado (destacadamente no tocante ao acesso à Justiça pelo hipossuficiente), *v)* facilitação da interlocução entre áreas técnicas e de negócio, *vi)* aprimoramento do atendimento de demandas, internas e externas, e do acompanhamento das unidades administrativas vinculadas e *vii)* oportunidade da proposição de novos projetos e normatizações internas.

15. RECOMENDAÇÕES

A partir dos parâmetros de análise do Conselho da Justiça Federal e das respostas e documentos apresentados à equipe de inspeção, denotando bom desempenho da unidade e adequada organização gerencial das atividades desempenhadas, não se identificam recomendações a serem formuladas.

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas - NUGEPNAC

2.2 Competência

Nos termos da Resolução n. 235/16, do CNJ, compete à NUGEPNAC uniformizar (i) o gerenciamento dos procedimentos administrativos decorrentes da aplicação da repercussão geral, de julgamentos de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência; e (ii) a gestão dos procedimentos decorrentes das ações coletivas, com protocolos estaduais, regionais ou por seção, a fim de alcançar efetividade processual e das decisões judiciais.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Bianca Busnello De Marchi, Diretora do NUGEPNAC.

3.2 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	1
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Manutenção do aprimoramento das atividades relativas à aplicação de temas julgados pelas Cortes Superiores.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Especialização e aprimoramento da unidade, com foco no monitoramento constante do julgamento dos temas julgados pelas Cortes Superiores; trabalho em conjunto com

a Vice-Presidência, com a Secretaria de Recursos e com os demais órgãos de gerenciamento de precedentes e de ações coletivas de outros tribunais.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

A unidade tem desenvolvido um bom trabalho de uniformização e gerenciamento dos procedimentos administrativos decorrentes da aplicação da repercussão geral, de julgamentos de casos repetitivos e de IRDRs e IACs, inclusive no que concerne aos Juizados Especiais, bem assim de acompanhamento e informação de dados relativos aos processos submetidos à técnica dos casos repetitivos e de repercussão geral, a fim de auxiliar a atividade dos órgãos jurisdicionais competentes pelo juízo de admissibilidade e pelo sobrestamento de feitos. Muito valiosa, para tanto, tem sido a integração dos Tribunais Superiores, TRFs e Tribunais de Justiça Estaduais através de trocas de experiências, informações, dúvidas e boas práticas manejadas a fim de alcance dos objetivos dos NUGEPs sempre com eficiência e celeridade.

5.2. Nome do responsável pelo preenchimento do questionário.

Bianca Busnello De Marchi.

5.3. Qual a estrutura do Núcleo? Há alguma estrutura permanente de servidores?

O NUGEPNAC do TRF4 não conta com estrutura permanente de servidores, sendo que o seu quadro, via de regra, é renovado a cada 2 anos conjuntamente com a alternância da gestão administrativa do Tribunal. Atualmente, o núcleo é composto apenas por uma funcionária, estando sob a supervisão da Comissão de Gestão de Precedentes do TRF4.

5.4. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. Uma funcionária.

5.5. O teletrabalho é integral ou parcial?

Parcial.

5.6. Qual critério para fixação das cotas?

Não há fixação de cotas na medida em que o núcleo não trabalha com elaboração de minutas e diminuição do acervo, primordialmente.

5.7. Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O desempenho da servidora é avaliado pela chefia direta de acordo com critérios subjetivos.

5.8. Como é feito o cadastro dos julgados?

O cadastro dos Temas Repetitivos e com Repercussão Geral é feito através do programa eproc do TRF4.

5.9. Como ocorre a atualização da jurisprudência?

A atualização da jurisprudência ocorre mediante consulta aos sites dos Tribunais Superiores e ao sistema processual eproc do próprio TRF4, bem assim através do envio de boletins de jurisprudência dos Tribunais Superiores a este núcleo pelo e-mail oficial ou, ainda, através dos grupos específicos de WhatsApp de troca de mensagens entre os NUGEPs dos Tribunais superiores, TRFs, Tribunais de Justiça e do próprio CNJ.

5.10. Como é feito o acompanhamento e o gerenciamento da tramitação dos representativos de controvérsia encaminhados aos tribunais superiores?

O acompanhamento e o gerenciamento da tramitação dos representativos de controvérsia encaminhados aos tribunais superiores é feita através de pesquisas sistêmicas aos sites destes tribunais, bem assim através do gerenciamento de ofícios encaminhados pelos Tribunais Superiores à Vice-Presidência do TRF4, os quais são repassados a este núcleo com a maior brevidade possível.

5.11. Qual o procedimento adotado pela unidade em relação às repercussões gerais, aos Incidentes de Assunção de Competências - IAC e aos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR?

Em relação a estas classes de processos, a unidade tem o condão de dar publicidade, à instância ordinária bem como aos gabinetes dos desembargadores federais da Corte, relativamente às atualizações de andamento, até o trânsito em julgado dos recursos paradigmas.

5.12. Há integração deste Núcleo com o NUGEP dos demais Tribunais Regionais Federais e dos tribunais superiores?

Sim, através de cursos, palestras, reuniões virtuais, troca de e-mails e mensagens de WhatsApp em grupos específicos para este fim.

5.13. Como é feito o auxílio aos órgãos julgadores na gestão dos processos sobrestados?

Através de gerenciamento dos relatórios estatísticos e informação relativa à publicação e o trânsito em julgado dos acórdãos dos paradigmas para fins de levantamento dos sobrestamentos.

5.14. A unidade possui plano de gestão?

Não.

5.15 Descreva a situação atual em relação aos seguintes tópicos	
a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Em relação aos recursos materiais, a unidade encontra-se em situação positiva, contando com todo o aparato, inclusive técnico, para a prestação da sua atividade fim. Já em relação aos recursos humanos, a unidade encontra-se em defasagem na medida em que conta atualmente apenas com uma servidora para o desenvolvimento de todas as atribuições inerentes ao NUGEP e, ainda, tendo agregado as atribuições no NAC criado pela Resolução n. 122/2021 do TRF4, em atenção à Resolução n. 339/20, do CNJ.
b) gestão do trabalho	Em relação à gestão do trabalho, a unidade encontra-se plenamente capacitada, tendo atendido todas as demandas e atribuições que lhes são impostas.
c) resultados	Os resultados da unidade são satisfatórios na medida em que tem conseguido auxiliar os órgãos julgadores, inclusive da primeira instância, nas questões concernentes aos Recursos Repetitivos e com Repercussão Geral.

5.16 Quais os objetivos a serem alcançados?
Excelência na entrega das atribuições da unidade, a fim de manter constantemente informados os órgãos julgadores da 4ª Região acerca da temática relativa aos Recursos Repetitivos e com Repercussão Geral, bem assim a disponibilização e atualização sobre os processos sobrestados no estado ou na região, conforme o caso, bem como nas turmas e colégios recursais e nos juízos de execução fiscal.

5.17 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?
Promoção de palestras, debates e trocas de informações acerca da importância e procedimentos a serem adotados para facilitar a prática da temática relativa aos Recursos Repetitivos e com Repercussão Geral, bem assim a ampla divulgação de boas práticas e materiais disponibilizados pelos Tribunais Superiores, TRFs e Tribunais de Justiça Estadual.

5.18 Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?
O teletrabalho e as reuniões e cursos virtuais, que possuem a mesma efetividade do presencial e economizam tempo em preparativos e deslocamentos, bem como recursos financeiros.

6. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente recebida pelo Vice-Presidente do Tribunal Desembargador Federal Fernando Quadros, pelo Juiz Auxiliar da Vice-Presidência, Marcelo Malucelli, e pela Diretora do Núcleo Bianca Busnello De Marchi.

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (NUGEPNAC) foi previsto pela Resolução n. 111/2017 da Presidência, em cumprimento ao disposto na Resolução n. 235/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O NUGEPNAC é unidade permanente, vinculada à Vice-Presidência do Tribunal e supervisionada pela Comissão de Gestão de Precedentes (responsável pelo monitoramento do núcleo, bem como pelas definições e encaminhamentos necessários ao cumprimento das atribuições dispostas no art. 7º da Resolução n. 235/2016 do CNJ, conforme Portaria n. 557/2021 da Presidência do TRF4).

Apesar de a Unidade ter sido criada no ano de 2017, na inspeção CJF/2019 não houve a elaboração de relatório autônomo para o NUGEP. As informações e dados da unidade constaram do relatório referente à Vice-Presidência do Tribunal.

Conforme informado pelo núcleo, atualmente há apenas uma servidora em atuação no NUGEPNAC, e a unidade inspecionada não conta com estrutura fixa de servidores. A designação do servidor ou servidores com atribuições relativas ao NUGEP muda a cada alteração da Vice-Presidência. Na entrevista, foi debatida a necessidade de permanência de quadro, para preservação da memória e melhoria da expertise do setor.

Diante de diminuto quadro de pessoal, atualmente apenas com uma servidora, e com posse há poucos meses, é muito elogiável seu desempenho e a organização e o trabalho desenvolvido.

Na entrevista, foi apontada dificuldade comum a todos os tribunais, no sentido de manter permanente atualização diante da imensa quantidade de precedentes repetitivos em múltiplos temas, que não cessam de gerar novas teses de repercussão geral. Foi informado pelo NUGEPNAC que o cadastro dos temas repetitivos e de repercussão geral nos processos é realizado através do sistema eproc de maneira satisfatória.

Como medida de aprimoramento, na entrevista foi sugerido pela equipe da Inspeção o desenvolvimento de ferramenta no eproc que emita alerta e comunique de imediato nos processos o julgamento de tese repetitiva ou de repercussão geral, quando houver a publicação do respectivo acórdão de mérito pelas instâncias superiores (o sistema, atualmente, já destaca o tema, mas não há alerta quanto ao julgamento).

De outro lado, também se procura mecanismo hábil a realizar a integração dos sistemas de gestão de precedentes dos Juizados e do Tribunal, com o objetivo de facilitar o acesso e a divulgação dos julgados nas seções judiciárias. Nessa linha, estuda-se a possibilidade de a unidade monitorar o julgamento dos acórdãos proferidos pela Turma

Nacional de Uniformização (TNU), além de comunicá-los aos magistrados e servidores, como forma de integrar a gestão da divulgação dos precedentes. Referidas tarefas atualmente são realizadas pela Diretoria do Foro de cada Seção Judiciária.

Na mesma linha, aventou-se a possibilidade de a unidade centralizar a comunicação das demandas dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais aos Núcleos de Gerenciamento de Precedentes dos Tribunais Superiores e TNU, tarefa atualmente realizada pelo Centro de Inteligência do Tribunal.

A unidade informou que a divulgação dos processos sobrestados e dos temas afetados pelos Tribunais Superiores é feita aos gabinetes e assessorias através do envio de boletins por *e-mail* e também por canal interno de comunicação do Tribunal.

A Diretora do Núcleo comunicou a realização de reuniões virtuais semanais com os Núcleos de Gerenciamento de Precedentes dos demais Tribunais, incluindo os do STJ e do STF (evento denominado “Sextas inteligentes”), com o objetivo de comunicar demandas, sugerir aprimoramentos e manter a atualização com relação aos temas repetitivos e de repercussão geral.

Não foram listados processos para inspeção na unidade.

Não há recomendações ou pendências da inspeção CJF/2019.

7. RECOMENDAÇÕES

a) Avaliar a possibilidade de designar servidor para substituir a Diretora do Núcleo em suas ausências e afastamentos (tais como férias e licenças);

b) Prosseguir nos estudos, em conjunto com o setor de informática, visando à criação de ferramenta no eproc que emita alerta e comunique de imediato, em cada processo, a ocorrência de julgamento de tese repetitiva ou de repercussão geral (atualmente, o sistema já destaca o tema submetido à análise);

c) Providenciar junto ao setor de informática a inclusão de *link* para acesso ao espaço do NUGEPNAC logo na página inicial do Tribunal, com o devido destaque, de modo a facilitar a consulta pelo público externo;

d) Examinar a conveniência de união de esforços e comunhão de monitoramento dos precedentes da TNU também pelo NUGEP, bem como centralizar o envio das demandas dos JEFs e das Turmas Recursais aos NUGEPs dos Tribunais Superiores e da TNU;

e) No relatório da inspeção CJF/2021 da Vice-Presidência do Tribunal foi sugerido reforçar o quadro de pessoal do NUGEPNAC e torná-lo fixo, de modo a garantir a continuidade dos mecanismos de trabalho e evitar interrupção do serviço, considerando que a unidade conta apenas com uma servidora; e

f) De resto, manter o método de trabalho e boas práticas, de modo que as informações cheguem com velocidade e clareza aos destinatários e aplicadores dos dados.

SECRETARIA DE RECURSOS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Secretaria de Recursos (SREC)

2.2 Competência

a) Análise dos requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários; b) Publicação das decisões de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários; c) Intimação, mediante ato ordinatório, das partes para contrarrazões aos recursos especiais e extraordinários e aos agravos interpostos contra decisões que não admitem recursos excepcionais; d) Sobrestamento dos recursos especiais e extraordinários que tratam de matérias objeto de temas de recursos repetitivos no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal; e) Envio dos processos eletrônicos aos tribunais superiores; e f) Baixa dos processos devolvidos pelas cortes superiores ou das peças do julgamento do REsp e/ou do RE quando os autos físicos já se encontram em primeiro grau.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

José David Vendramin - Diretor de Secretaria

3.2 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	21
---------------------	----

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

José David Vendramin, Diretor de Secretaria

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências	
Publicação de acórdão/decisão	18
Análise/triagem	372
Outros	Pendentes de publicação/acórdão com consulta em 31/7/2021 e pendentes de análise/triagem com consulta em 30/8/2021.

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na Unidade	
Total	48.194
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	48.194

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	16
Total de feitos não regularizados	0

4.4 Fluxo de publicação de decisões:	
Total de publicações	68.144 (período considerado: 8/2020 a 7/2021):
Tempo médio	2,3 dias
Publicações em prazo superior a 10 dias	824
Pendentes de publicação	548
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	50246845120204040000, desde 10/8/2021 (não havia sido feita a remessa pela Vice-Presidência à Secretaria)

4.5 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação:	
Há mais de 30 dias	0
Há mais de 60 dias	50051838320184047113 e 50049792720184047117, regularizados em 1º/9/2021
Há mais de 90 dias	0
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	0

4.6 Processos sobrestados na Secretaria de Recursos	
Total de feitos	48.194
Por IRDR	98
Por Recurso Especial	21.091
Por Recurso Extraordinário	34.933

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

a) Manter o excelente trabalho realizado, que proporcionou, voto de louvor da administração anterior, encerrada em 28/6/19; b) Continuar a digitalizar o acervo, observando, o cronograma do TRF4; c) Proceder à conferência dos processos enviados ao STF, assim como já feito em relação a cerca de 25 mil relativos ao STJ; e d) Quanto aos feitos 50109557020114040000; 50090153620124040000; 50090188820124040000; 50289996920134040000; 50201622520134040000; 50081041920154040000; 50295897520154040000; 50312141320164040000; 50046668920104047200 e 50008985820104047200, o sistema eletrônico permitiu que os advogados fizessem cadastro de substabelecimento s/ reservas de poderes, mesmo com o feito no STJ, sem qualquer informação de que essa alteração tenha sido comunicada e/ou realizada na Corte Superior. Em razão disso, recomenda-se que a SREC diligencie junto à DTI do TRF4, para que isso não mais ocorra, já que, em tese, os processos eletrônicos não podem aceitar petições ou modificações após o

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

(cont. da 5.1): envio à instância superior. Trata-se, então, de algo a ser solucionado não pela Secretaria de Recursos especificamente, mas pela DTI, sendo relevante destacar que tal falha no sistema pode atingir também outros setores da Corte. 5.2. Respostas por itens: a) tentou-se manter o bom andamento dos trabalhos mencionado na inspeção anterior; b) todo o acervo de processos físicos da unidade já foi remetido ao Núcleo de Digitalização do TRF4; c) foi encaminhado junto à DTI o Pedido 208171. Assim, tal rotina verificará os processos remetidos pelo TRF4 ao STF e lançará um alerta naqueles feitos que não mais tramitam no mencionado Tribunal. Logo, será possível e facilitado o lançamento de movimentação, se necessário; d) Pedido 198478 em trâmite junto à DTI. Previsão de implantação em 3/9/2021. Assim, havendo alteração nos procuradores do STJ em relação aos do eproc, quando do retorno à segunda instância, haverá uma crítica de que é necessário verificar os procuradores do feito.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Visto o exposto acima, não restam recomendações sem encaminhamento por parte da Secretaria.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Em retribuição aos esforços de manter o bom trabalho na unidade, houve voto de louvor emitido pelo Vice-Presidente do biênio 2019/2021, Dr. Luis Alberto D'azevedo Aurvalle, pela colaboração prestada e pelo trabalho desenvolvido em prol da administração da justiça. Evidentemente, a pandemia que afeta o mundo dificultou bastante a gestão do trabalho na Secretaria. Ainda que todo acervo processual seja eletrônico, houve novas dificuldades quanto à divulgação de novos procedimentos a serem adotados, assim como uma dificuldade extra pela flexibilidade que o trabalho remoto necessita. Num setor com tantos servidores (também afetados pessoalmente pela pandemia), os horários de trabalho pulverizados oneraram ainda mais os gestores, demandados inúmeras vezes fora do seu horário de trabalho. Ferramentas como o Balcão Virtual, não obstante a preocupação em bem atender o público externo, também exigiram nova readaptação e ainda mais flexibilização dos servidores, desestabilizador em sua rotina.

7. Nome do responsável pelo preenchimento do relatório:

(cont. da 6.1): Dificuldades adicionais, relacionadas à conexão e aos equipamentos de trabalho da equipe, por exemplo, foram superadas a seu tempo. Dentro do possível, nem os prazos processuais nem o atendimento ao público foram significativamente prejudicados. Adequados os procedimentos, e estabelecidos os novos modos de operação e gerenciamento, vemos no teletrabalho uma realidade antecipada, a ser oferecido concomitantemente ao trabalho presencial, sem prejuízo do jurisdicionado e do público interno. Resposta do item 7: Marcelo Mutti Klein

8. Como a unidade se encontra organizada? (Distribuição das atividades, se há especialização, número de servidores).

A Secretaria da Recursos se encontra organizada da seguinte forma: a) Divisão de Procedimentos Diversos, subdivida em: 1) Seção de Análise de Requisitos Recursais e Contrarrazões; 2) Seção de Decisões, Despachos e Intimações; e 3) Seção de Diligências e Regularidade Processual. O Diretor da Divisão de Procedimentos Diversos mantém contato com o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal para obtenção de informações e suporte quanto ao procedimento e envio de processos eletrônicos aos mencionados tribunais; b) Divisão de Processamento, subdividida em: 1) Seção de Processamento de Recursos; 2) Seção de Agravos e Recursos Julgados; e 3) Seção de Recursos Repetitivos; e c) Setor de Atendimento, Triagem e Envio de Processos aos Tribunais Superiores, vinculado diretamente à Diretoria da Secretaria.

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim, há. São apenas 4.

8.2 O teletrabalho é integral ou parcial?

O teletrabalho é parcial. Um servidor desenvolve o teletrabalho em um dia da semana e os outros servidores desenvolvem em dois dias da semana. Os demais dias são trabalhados presencialmente no TRF4. Acredita-se que haverá mais solicitações para trabalho híbrido ao término da pandemia.

8.3 Qual o critério para fixação de metas?

As metas de produtividade são coletivas, dentro das respectivas seções. Por exemplo, segundo as informações colhidas, as intimações costumam ocorrer em até três dias, tendo como média máxima o número de cinco dias. A juntada de decisões dos tribunais superiores não costuma exceder dois dias também.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da meta, qual a consequência?

O monitoramento dos localizadores é constante por parte dos gestores. Há uma verificação diária que verifica se há processos parados há mais de 30 dias, os quais, se ocorrerem, são priorizados. Ainda assim, em caso de não atendimento das metas, os servidores são chamados a conversar. Não há uma punição para tais casos, mas sim uma reorganização do trabalho ou pedido para que seja dado um ritmo mais adequado ao necessário.

9. Como ocorre a triagem inicial de processos físicos?

Não se aplica, visto que todo o acerto é eletrônico.

10. Onde são guardados os processos físicos e como são organizados (armários, localizadores)?

Não se aplica, visto que todo o acerto é eletrônico.

11. Quais os critérios internos utilizados para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

Processos são agrupados por localizadores. Tais localizadores contemplam a situação do feito ou a ação a ser adotada. Há basicamente três tipos de entrada de processos na secretaria. São os processos que chegam dos gabinetes dos desembargadores e correspondentes secretarias, processos que chegam da Vice-Presidência e processos que chegam dos tribunais superiores. Após essas 3 situações de entrada de processos, eles são localizados de acordo com o impulso que devem receber. Há localizadores para que seja feita a movimentação em lote.

12. Especificar se há controle de acervo, movimentações, metas, prioridades legais e de processos remetidos a outros setores/órgãos.

O controle de acervo é de acordo com a ordem cronológica de chegada. Ainda assim, há o controle mencionado no item 8.4.

13. Quais os critérios internos utilizados para a distribuição de atividades entre os servidores? Especificar.

O critério básico é o volume de processos para uma dada tarefa, bem como o tempo necessário à execução da mencionada tarefa. Se maior a quantidade de processos a serem trabalhados ou maior a complexidade da tarefa, mais servidores são destinados a ela. Em contrapartida, há tarefas mais complexas, as quais são destinadas aos servidores mais capacitados. Tenta-se que nenhuma tarefa seja de conhecimento exclusivo de um único servidor, fazendo com que mais pessoas tenham domínio da tarefa, ainda que não a executem habitualmente.

14. Qual o tratamento adotado para os feitos com prioridade legal ou meta do CNJ? Especificar.

A Secretaria de Recursos não dá tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ, dada a peculiaridade do trabalho desenvolvido, em que o processamento ocorre na medida da chegada dos processos na unidade, com triagem e movimentações em bloco, sempre que possível.

15. Como ocorre o atendimento às partes e aos advogados?

Devido à pandemia, o atendimento se dá por todos os meios disponíveis, exceto o presencial: e-mail, telefone com redirecionamento de chamadas pelo Siga-me e Balcão Virtual.

16. Como se dá especialização de servidores por matéria ou fase processual?

As seções possuem atividades específicas, tais como, intimação para oferecimento de contrarrazões/contraminuta, intimações de decisões/despachos da Vice-Presidência, recebimento de processos dos tribunais superiores, baixa de processos, verificação de irregularidades, atendimento às partes. Assim, o principal critério é que os processos tenham seu adequado andamento sem interrupções ou demoras injustificadas. O objetivo é que sejam movimentados no mesmo dia que chegam à Secretaria de Recursos ou quando entram petições. Os servidores são alocados buscando atingir tal objetivo. Há servidores que dominam diversas atividades além das suas precípuas. Assim, havendo necessidade, cabe aos diretores arremontá-los para que prestem auxílio às seções que possuem excesso de trabalho, o que pode ocorrer em períodos de férias e afastamentos de servidores.

17. Como ocorre a priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa?

Não se aplica.

18. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Há uma verificação diária que verifica se há processos parados há mais de 30 dias, os quais, se ocorrerem, são priorizados.

19. Como é feito o controle de prazo para julgamento de feitos?

O sistema eproc lança os processos com prazos findados a um localizador específico. Tal localizador é trabalhado diariamente pela equipe.

20. Como ocorre a dinâmica dos atos relativos às sessões (inclusão de processo em pauta, remessa de autos ao gabinete e à sessão etc.)

Não se aplica.

21. Como ocorreu o acompanhamento das recomendações feitas nas inspeções anteriores

Foram encaminhadas assim que apresentado o relatório.

22. A unidade possui plano de gestão

Não.

22.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	O espaço físico e os equipamentos da secretaria são bastante adequados à necessidade do trabalho desenvolvido. Os recursos humanos estão de acordo com as necessidades de trabalho, ainda que preocupe o fato de vários servidores já poderem se aposentar e outros tantos que em breve adquirirão tal direito.
b) gestão do trabalho	A gestão do trabalho é adequada, com diversidade de tarefas pertinentes à Secretaria e de auxílio ao gabinete da Vice-Presidência.
c) resultados	De modo geral, as metas propostas internamente são atendidas. Os servidores demonstram estar satisfeitos em trabalhar no setor. Quanto ao público externo, as manifestações de apreço e elogios são muito superiores às reclamações, tanto por telefone quanto por e-mail. Percebemos nesses dados um indicativo de um bom trabalho da unidade.

22.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

A unidade pretende cada vez mais otimizar suas tarefas com o auxílio da área de TI. Rotinas são constantemente atualizadas e novos pedidos encaminhados. Cada vez mais a automação deve fazer parte do trabalho da unidade. Ainda assim, com novas

atribuições sendo desempenhadas no setor, não se mostrou possível a diminuição do quadro.

22.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Vide item 22.2.

23. Quais iniciativas foram adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

O regime de trabalho remoto seguramente veio pra ficar, claro, não em sua integralidade. Resta aos gestores um melhor aprimoramento das ferramentas de gestão e de comunicação com os colegas. Ferramentas como o PSIU, fornecido pela TI já permitem a troca de informação de um modo muito mais adequado que a ferramenta anterior e menos – invasivo - que o WhatsApp, por exemplo.

24. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50063136520144047011	6/6/2016	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo regular, aguarda cumprimento de mandado.		
50561652820134047000	17/9/2014	Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STF.		
50025632520144047118	10/10/2014	Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Processo regular, aguarda resposta à intimação.		
50424334820114047000	19/10/2012	Ação Popular
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STJ.		
50014900820104047102	12/1/2011	Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Processo regular, encaminhado à Vice-Presidência para despacho/decisão.		
50004775920104047203	9/2/2012	Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Processo regular, aguarda apresentação de contraminuta.		
50180929820144040000	30/7/2014	Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STJ.		
50201622520134040000	2/9/2013	Cautelar Inominada (Vice-Presidência)
Observação/Providência: Processo regularizado. Juntadas as peças do feito no STJ, o qual nunca "baixou", mas fora apensado ao principal.		
50105745720144040000	19/5/2014	Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STJ. Conclusão ao ministro em 2016.		
50178998820114040000	7/12/2011	Revisão Criminal (Seção)
Observação/Providência: Processo regular, sobrestado por tema do STF.		

50346305220174040000	4/7/2017	Mandado de Segurança (Turma)
Observação/Providência: Processo regular, baixa definitiva.		
50389963720174040000	20/7/2017	Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STJ.		
50710765420174040000	13/12/2017	Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STJ.		
50002641620194040000	8/1/2019	Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STJ.		
50010769220184040000	15/1/2018	Revisão Criminal (Seção)
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STJ.		
50420853420184040000	7/11/2018	Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STJ.		
50167308520194040000	18/4/2019	Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STJ.		
50168919520194040000	21/4/2019	Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STJ.		
50256314220194040000	15/6/2019	Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STJ.		
50250234420194040000	12/6/2019	Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STJ.		
50250563420194040000	12/6/2019	Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo regular, recebidas peças do STJ.		
50282089020194040000	2/7/2019	Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STJ.		
50171448320194040000	22/4/2019	Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STJ.		
50178966020164040000	20/4/2016	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (Seção)
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STJ.		
50094771220204040000	16/3/2000	Mandado de Segurança (Turma)
Observação/Providência: Processo regular, remetido ao Gabinete da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha para retratação.		
50185022020184040000	10/5/2018	Mandado de Segurança (Turma)
Observação/Providência: Processo regular, baixa definitiva.		
50158124720204040000	28/4/2020	Habeas Corpus
Observação/Providência: Lançado evento para regularizar a situação do processo. Ele já tramitava no STJ.		

50161874820204040000	30/4/2020	Habeas Corpus
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STF.		
50104171120194040000	8/8/2017	Mandado de Segurança (Corte Especial)
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STJ.		
50280590220164040000	28/6/2016	Mandado de Segurança (Turma)
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STJ.		
50135684820204040000	9/4/2020	Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação (Turma)
Observação/Providência: Processo regular, precedida a baixa definitiva.		
50404775620144047108	23/2/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regularizado. Lançado evento para alterar situação do processo. Tramita no STJ.		
50020912020154047108	28/8/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STJ como REsp n. 1596609/RS (2016/0108148-7).		
50181573520154049999	20/5/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, aguarda intimação quanto ao despacho/decisão da Vice-Presidência.		
50276749820144049999	4/11/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, aguarda intimação quanto ao despacho/decisão da Vice-Presidência.		
50277554720144049999	5/11/2014	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo regular, aguarda intimação quanto ao despacho/decisão da Vice-Presidência.		
50087550320154047000	13/5/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STJ.		
50243246820154049999	30/6/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, aguarda intimação quanto ao despacho/decisão da Vice-Presidência.		
50141018520174049999	5/4/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regularizado, julgado o Conflito de Competência no STJ.		
50178123520114040000	6/12/2011	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Evento lançado para regularizar a situação dos autos. Tramita no STJ.		
50004120920114047113	24/9/2012	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STJ desde 2013 como REsp n. 1385812 / RS (2013/0176391-4)		
50740348220194047100	11/9/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, tramita na Vice-Presidência.		

50240567220144040000	24/9/2014	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo regular, baixa definitiva.		
50236825620144040000	22/9/2014	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo regular, aguarda baixa.		
50008510420204040000	25/4/2012	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo regular, aguarda despacho/decisão da Vice-Presidência.		
50962503720194047100	26/3/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, aguarda resposta à intimação.		
50958277720194047100	27/7/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, aguarda despacho/decisão da Vice-Presidência.		
50144094420104047000	12/4/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, aguarda despacho/decisão da Vice-Presidência.		
50201014420124047100	13/6/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo regular, aguarda despacho/decisão da Vice-Presidência.		
50415791120124047100	6/8/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, aguarda despacho/decisão da Vice-Presidência.		
50079342320204047000	10/2/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, aguarda despacho/decisão da Vice-Presidência.		
50003309020204047103	26/7/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, aguarda despacho/decisão da Vice-Presidência.		
50312741520184040000	15/8/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo regular, aguarda despacho/decisão da Vice-Presidência.		
50100482320204047100	1º/9/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, aguarda prazo para resposta à intimação.		
50136753520204047100	24/6/2008	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, aguarda resposta à intimação.		
50015234620204047102	17/12/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, aguarda despacho/decisão da Vice-Presidência.		
50076879020204040000	28/11/2003	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo regular, concluso ao Gabinete da Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha.		
50107472320204047000	17/12/2008	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo regular, aguarda encerramento dos prazos de intimação.		
50424469620154047100	5/3/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, aguarda despacho/decisão da Vice-Presidência.		
50038531320204047200	13/4/2009	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo regular, concluso à Vice-Presidência.		

50020978420204047000	26/2/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, aguarda despacho/decisão da Vice-Presidência.		
50114669320204047100	27/7/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, aguarda despacho/decisão da Vice-Presidência.		
50114460520204047100	15/4/2010	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, aguarda despacho/decisão da Vice-Presidência.		
50146999820204047100	20/6/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, aguarda resposta à intimação.		
50017813820204047205	28/4/2009	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, tramita na Vice-Presidência.		
50119095320204047000	5/7/2005	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, aguarda resposta à intimação.		
50022145420204047201	5/12/2006	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo regular, aguarda resposta à intimação.		
50116290420184040000	20/3/2018	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo regular, aguarda despacho/decisão da Vice-Presidência.		
50497195220164040000	11/11/2016	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo regular, aguarda despacho/decisão da Vice-Presidência.		
50012333120204047102	5/5/2008	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo regular, aguarda resposta à intimação.		
50037328220204047200	26/3/2010	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo regular, aguarda despacho/decisão da Vice-Presidência.		
50027488320204047205	10/10/2006	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo regular, aguarda resposta à intimação.		
50125426420204047000	1º/9/2006	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo regular, aguarda resposta à intimação.		
50179892420204047100	17/4/2008	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo regular, aguarda resposta à intimação.		
50641454620154047100	9/3/2020	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo regular, aguarda despacho/decisão da Vice-Presidência.		
50173743420204047100	1º/9/2008	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo regular, aguarda resposta à intimação.		
50258205920204049999	15/12/2020	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo regular, aguarda cadastramento dos sucessores processuais.		
50035802120124047004	1º/4/2013	Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo regular, concluso para Vice-Presidência.		

50014677420154047009	7/5/2020	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo regular, tramita no STJ.		
50016784720194047017	25/11/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo regular, tramita no Gabinete do Desembargador Federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz.		
50125269520194040000	13/6/2017	Mandado de Segurança (Corte Especial)
Observação/Providência: Processo regular, baixado.		
50015581120174047102	8/11/2019	Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo regular, apresentada contraminuta ao agresp.		

25. ESTATÍSTICAS GERAIS DAS UNIDADES PROCESSANTES





26. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 82 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados.

Em relação aos feitos, recomenda-se:

a) fazer conclusão para despacho/decisão regularizar polo com a habilitação dos herdeiros (outras recomendações)

50201014420124047100	50063136520144047011	50025632520144047118
----------------------	----------------------	----------------------

b) expedir mandado citação

50025632520144047118

Considerado o volume de processos em tramitação na secretaria, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na secretaria é baixo, pois, dos 82 processos inspecionados, 3 se encontrava(m) com atraso na tramitação (pendência).

27. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor de Secretaria, José David Vendramin, pelo Diretor da Divisão de Procedimentos Diversos, Marcelo Mutti Klein, e, pela Diretora da Divisão de Processamento, Ana Paula Tassin Soares, que discorreram acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor:

A unidade está composta atualmente por 17 servidores, que desempenham suas atividades em regime parcial de teletrabalho, com metas de produtividade diárias, semanais e mensais estabelecidas de forma coletiva, dentro das respectivas seções.

Os gestores realizam o monitoramento estatístico e o acompanhamento das atividades dos servidores por meio dos localizadores no eproc, bem como verificam diariamente no sistema a existência de eventuais processos sem movimentação há mais de 30 dias.

Não há processos físicos na unidade e os processos eletrônicos são triados tão logo são recebidos na caixa de entrada. A triagem dos feitos é realizada automaticamente pelo sistema a partir dos localizadores e também pelos servidores de forma muito criteriosa, de modo que conseguem encaminhar “em lote” os processos para a Vice-Presidência e, esta, por sua vez, aplica as decisões também “em lote”.

A título de exemplo, informaram que, pela sistemática de triagem realizada acima, foram movimentados recentemente mais de 5 mil processos dos Temas 72 e 95.

Por meio da Portaria 527/2021/TRF4, a unidade recebeu, por delegação da Vice-Presidência, mais de 30 atribuições para prática de atos de ofício, as quais são realizadas diariamente e sem objeções pelos servidores, tendo em vista o excelente diálogo desenvolvido com os servidores da Vice-Presidência, e, ainda, com o incondicional apoio prestado pela Diretora da Judiciária, Cristine Rojas.

O atendimento ao público externo está sendo feito por *e-mail*, pelo balcão virtual e pelo desvio de chamadas de ramais internos do Tribunal para os celulares dos servidores. De acordo com os entrevistados, não foi relatada reclamação por parte dos advogados quanto ao atendimento prestado pela unidade.

Os entrevistados registraram, quanto às certidões narratórias, a necessidade da dispensa da exigência pelas Cortes Superiores para a hipótese de devolução de custas e, de atualização da tabela para o caso de certidões diversas, uma vez que o trabalho e o tempo dispensado para elaboração das referidas certidões é bastante considerável, causando prejuízo no desempenho das atividades prioritárias.

Foi relatada a necessidade de treinamento dos servidores da unidade em matérias envolvendo a sistemática dos temas de repetitivos ou de repercussão geral.

Por fim, os servidores entrevistados apresentaram sugestão no sentido de que o STJ e o STF passem a permitir a consulta de dados aos seus sistemas quanto às GRUs quitadas, pois, quando gerada uma GRU referente a RE ou REsp, tal guia contém o número único do processo que está no TRF4.

De acordo com os servidores, se na guia passar a constar como "quitada" no sistema do Tribunal Superior, o eproc será capaz de consultar esse dado e trazer a informação ao TRF4, tornando desnecessária sua conferência e dos respectivos comprovantes de pagamento.

28. RECOMENDAÇÕES

Considerando os dados estatísticos da unidade que refletem o excelente desempenho das atividades exercidas por todos os servidores da Secretaria de Recursos, não há recomendação específica a ser feita. Cumpre-me, apenas, parabenizar a todos os integrantes da unidade pelo excelente trabalho que vem sendo desenvolvido, bem como recomendar a manutenção das condições atualmente verificadas, sem prejuízo da busca por um constante aperfeiçoamento.

Observar recomendação item 26 (“a” e “b”).

SECRETARIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade:

Secretaria de Registros e Informações Processuais, alterada para Central de Atendimento Processual (CAP), por meio da Resolução n. 124/2021 deste TRF4, publicada em 13/9/2021.

2.2 Competência:

Atendimento geral a advogados, partes, procuradores de forma presencial, por telefone, e-mail e através do balcão virtual quanto à distribuição, movimentação processual, representação de partes, recolhimento de custas e outros. Proceder ao registro e distribuição no sistema eletrônico de autos recebidos por declinação de competência de outros Tribunais. Proceder à migração de autos físicos para o sistema eletrônico. Assessoramento aos usuários internos e externos quanto ao cadastramento e utilização do eproc (sistema de processo judicial eletrônico da 4ª Região). Proceder à validação de cadastros de novos usuários do eproc. Cumprimento de despachos remetidos à Secretaria no tocante à redistribuição de processos e retificação da autuação. Expedição de certidões judiciais. Reportar à Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) problemas técnicos que demandem adequação dos sistemas eletrônicos. Certificar nos autos, questões relativas a custas, representação de partes, prevenção, etc.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Eduardo Linn

3.2 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	14
---------------------	----

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não houve recomendação

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Prejudicado

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Prejudicado

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

A Secretaria contribuiu para o atingimento da meta de 100% de distribuição de processos em meio eletrônico, inclusive auxiliando no gerenciamento das alterações das tabelas de classes e assuntos. A SRIP efetivou a migração dos processos físicos ativos remanescentes para encaminhamento ao Núcleo de Digitalização. Os servidores foram especializados para o atendimento aos usuários externos de maneira virtual, nos aspectos relativos ao cadastramento no eproc, gerenciamento de entidades e procuradorias, serviços de apoio e informações ao peticionamento eletrônico para advogados, pessoas físicas, cadastro de representantes legais de pessoas jurídicas, entre outros. Também realizou apoio permanente aos gabinetes e secretarias nos aspectos relacionados à autuação de processos e à distribuição e redistribuição de autos eletrônicos, assim como esclarecimento de dúvidas quanto ao funcionamento do sistema.

6. Como a unidade está distribuída dentro de suas atividades?

A unidade é dividida em 2 núcleos, subdivididos em setores especializados. Um de atendimento e outro de registro e autuação.

7. Quais as atividades desenvolvidas?

O núcleo de atendimento presta atendimento ao público interno e externo, de maneira presencial e virtual, utilizando-se das ferramentas tecnológicas disponíveis, no tocante à movimentação processual, recolhimento de custas, expedição de certidões, funcionamento do eproc, etc. O núcleo de registro e autuação procede aos registros nas tabelas de classes e assuntos do eproc, cadastro de endereços e representação de entidades, autuação e distribuição dos processos recebidos por declinação de

competência, migração de autos físicos para o sistema eletrônico, cumprimento de despachos para redistribuição e retificação de autuação, etc.

8. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Não. Atualmente, face à pandemia de COVID 19 a Secretaria funciona em regime híbrido e, de acordo com a Resolução Conjunto n. 3, de 1º de setembro de 2021, da Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 4ª Região, 20% dos servidores realizam o trabalho de maneira presencial, em sistema de rodízio, ficando apenas em regime exclusivo de trabalho remoto aqueles considerados em situação de risco.

8.1 O teletrabalho é integral ou parcial?

Prejudicado

8.2 Qual critério para fixação das cotas?

Prejudicado

8.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Prejudicado

8.4 Todas as atividades da distribuição podem ser realizadas de modo remoto?

Com exceção dos processos físicos recebidos por declinação de competência e da migração de autos físicos para o eproc, as demais atividades de distribuição podem ser realizadas de modo remoto.

8.5 Existe normativo que regulamente o trabalho remoto para a unidade?

Atualmente, face à pandemia de COVID 19, a secretaria funciona em regime híbrido de acordo com a Resolução Conjunto n. 3, de 1º de setembro de 2021, da Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 4ª Região.

8.6 Existe distribuição ordinária após o horário de expediente, ou nos sábados, domingos e feriados?

A distribuição no sistema eproc acontece de maneira ininterrupta, 24h por dia, 7 dias por semana, mesmo em sábados, domingos e feriados.

9. Como é realizado o controle de prevenção?

O controle de prevenção é realizado automaticamente no sistema eproc pela análise de processos relacionados no momento da distribuição. Também é realizada a análise

de prevenção por CPF/CNPJ quando há retificação na autuação processual, em caso de inclusão ou alteração de partes.

10. Em que prazo a unidade realiza a atividade de exame de prevenção?

Não existe análise prévia de prevenção por parte de alguma unidade, pois a mesma ocorre automaticamente pelo eproc. Após a distribuição, a análise compete ao juízo a que foi distribuído, conforme artigo 13 de Resolução 17, de 26 de março de 2010, que regula o processo judicial eletrônico na Justiça Federal da 4ª Região: "Art. 13. As petições iniciais serão distribuídas automaticamente, observando-se os casos legais e normativos de prevenção. § 2º Nos feitos de distribuição livre, o sistema registrará possíveis prevenções, cabendo a sua análise ao juízo a que forem distribuídos. § 4º Havendo necessidade de redistribuição, será feita diretamente no sistema pelo juízo que a determinar."

11. Qual o tempo médio entre a distribuição e a remessa dos autos aos gabinetes?

As ações distribuídas são conclusas imediatamente aos relatores.

12. Como ocorre a distribuição em relação aos processos conclusos para juízo de retratação e as reativações processuais a partir da devolução dos Tribunais Superiores?

Essa atividade é de atribuição da Secretaria de Recursos.

13. Qual o tempo médio entre a distribuição e a remessa dos autos aos gabinetes, em relação aos processos originários oriundos dos juízos no exercício da competência delegada?

Atualmente, os processos oriundos de competência delegada são distribuídos e conclusos imediatamente face à interoperabilidade entre o sistema eproc do TRF da 4ª Região e os sistemas eproc da Justiça Estadual do Rio Grande do Sul e eproc da Justiça Estadual de Santa Catarina, bem como entre o sistema PROJUDI da Justiça Estadual do Paraná.

14. Qual o percentual de processos oriundos das comarcas no exercício da competência delegada?

18,3%

15. Qual o percentual dos inquéritos em que há declinação da competência?

29,6% dos inquéritos distribuídos no Tribunal foram recebidos por declinação da Justiça Estadual ou Federal de outras regiões. Os inquéritos declinados da primeira instância da Justiça Federal da 4ª Região para o TRF4 são distribuídos automaticamente via sistema eproc e correspondem a 40,7% do total.

16. Como é realizada a digitalização dos feitos físicos?

A digitalização de autos físicos é realizada pelo Núcleo de Digitalização (NUDIPRO), o qual foi extinto por força da Resolução 124/2021 deste TRF4, publicada em 13/9/2021.

17. O planejamento adotado pela unidade para a digitalização dos feitos está obedecendo critérios de agilidade e dinâmica para a não retenção dos processos?

Não há retenção de processos uma vez que não subsistem mais autos físicos pendentes de digitalização neste Tribunal.

18. Há acervo pendente de distribuição no Tribunal?

Não

19. Qual o tratamento que recebem os feitos gravados com prioridade e urgências?

Processos com a anotação de prioridade e urgência são triados para os devidos fins e a devida anotação se faz constar no registro dos autos eletrônicos.

20. Quais os servidores que tem competência para alterar as informações constantes no sistema, inclusive, o registro de impedimentos dos desembargadores?

Não há anotação prévia de impedimento de desembargadores no sistema eproc. Quando é lançado o respectivo despacho pelo magistrado, a declaração de impedimento é registrada de modo automático tão somente para aqueles autos.

21. A unidade possui plano de gestão?

Sim. Há plano de gestão.

21.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Plenamente satisfeita
b) gestão do trabalho	Plenamente satisfeita
c) resultados	Plenamente satisfeita

21.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Manter a qualidade dos serviços prestados mesmo ante a eventual rotatividade de servidores, face aposentadorias e relocações.

21.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

São mantidas reuniões periódicas em grupo ou individuais, para a troca de ideias, acolhimento de sugestões e eventuais cobranças. Também mantém-se um repositório com manuais de instrução e tutoriais das mais diversas atividades realizadas no setor, visando, sobretudo, a subsidiar novos servidores lotados no setor.

22. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

A virtualização de 100% dos processos em tramitação, o advento de novas tecnologias que permitem o atendimento virtual permitem que a secretaria possa funcionar parcialmente em regime de trabalho remoto, mantendo-se, sempre, uma parcela da força de trabalho de maneira presencial, visando atender àquelas situações que não permitem o acesso remoto, bem como para atender os excluídos digitais.

23. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada em 20/10/2021, das 15h às 17h, de forma presencial.

Dela participou o servidor Eduardo Linn, Diretor da Secretaria.

Preliminarmente, o servidor discorreu sobre a estrutura e as atribuições da unidade.

Em seguida, esclareceu ter sido publicada em 13/9/2021 a Resolução do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) n. 124/2021, por meio da qual foi alterada a estrutura organizacional do tribunal.

A Secretaria de Registros e Informações Processuais (SRIP) foi desmembrada e o setor inspecionado, renomeado para Central de Atendimento Processual (CAP). A CAP é dividida em 2 núcleos principais: Núcleo de Atendimento e Núcleo de Registro e Autuação.

O primeiro núcleo é responsável pelo atendimento geral a advogados, partes e procuradores. Nele são realizados atendimentos presenciais, por telefone, por e-mail, além do “balcão virtual”. São prestadas informações quanto à distribuição, à movimentação processual, à representação de partes, ao recolhimento de custas, entre outros. O setor também é responsável pela validação do cadastro de novos usuários do eproc e pelo assessoramento quanto ao cadastramento/utilização do sistema.

Por sua vez, o núcleo de registro e autuação presta auxílio permanente aos Gabinetes e às demais secretarias nas questões relacionadas à autuação, à distribuição e à redistribuição de autos eletrônicos, além de esclarecimentos sobre o funcionamento do sistema de processo judicial eletrônico da 4ª Região – eproc.

No tocante ao processamento dos feitos, o Diretor informou que a unidade procede ao registro e à distribuição dos autos recebidos por declinação de competência de outros Tribunais no eproc, e realiza a digitalização de eventuais autos físicos para fins de migração para esse sistema.

Foi informado que o antigo Núcleo de Digitalização (NUDIPRO) foi extinto por ocasião da reestruturação do Tribunal. O Diretor enfatizou que essa unidade efetivou a migração de todos os processos físicos ativos remanescentes, não mais subsistindo pendências de digitalização.

O Diretor destacou que a unidade contribuiu para o atingimento da meta de 100% de distribuição de processos em meio eletrônico e auxiliou no gerenciamento das alterações das tabelas de classes e assuntos disponíveis no sistema.

Foi ressaltado ainda que, atualmente, somente é permitida a distribuição de processos de forma eletrônica, tendo sido colocado à disposição dos advogados que não possuam acesso ao sistema digital uma sala com computador e *scanner*, além do auxílio/assessoramento de um servidor da unidade.

Quanto aos *Habeas Corpus* enviados à unidade por impetrantes que se encontram em estabelecimentos prisionais, o diretor informou que são imediatamente digitalizados, assim que recebidos pelos Correios, e distribuídos pelo sistema eproc.

Segundo informado, a CAP também é responsável pelo cumprimento dos despachos de redistribuição de processos e de retificação da autuação, expedição de certidões judiciais, certificação de autos em questões relativas às custas, representação de partes, prevenção, entre outras atribuições.

Em seguida, a equipe de inspeção formulou indagações e solicitou esclarecimentos e complementação dos dados constantes do questionário, tendo sido colhidas as seguintes informações.

De início, foi esclarecido que o quadro funcional atual é composto por 12 servidores, todos efetivos.

Os servidores foram treinados para a realização de atendimento (virtual) aos usuários externos do eproc, inclusive instituições, advogados, representantes legais de pessoas jurídicas etc.

Com relação ao teletrabalho, foi informado que, antes da pandemia da COVID-19, não havia servidores em regime de trabalho remoto.

Atualmente, os servidores realizam rodízio para fins de cumprimento do percentual mínimo de trabalho presencial estabelecido na Resolução Conjunta da Presidência e da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 4ª Região n. 3/2021 (20% do quadro da unidade). Todavia, permanecem em regime exclusivamente remoto os servidores pertencentes ao grupo de risco.

Quanto a esse aspecto, foi informado que, de maneira geral, as atividades da unidade podem ser realizadas remotamente, ressalvadas aquelas próprias de autos físicos, como os recebidos por declínio de competência.

Com relação à distribuição, o Diretor informou que não há interrupção do eproc. Em decorrência, ela ocorre todos os 7 dias da semana, inclusive feriados, durante as 24 horas.

Destacou a impossibilidade de alteração da autuação pelo usuário externo do sistema. A alteração somente é **permitida aos servidores** da unidade, da Secretaria dos Órgão Julgadores (SOJ) e dos gabinetes.

Foi esclarecido que nem sempre é lançado despacho para retificação de autuação, já que o sistema permite a adoção de um aviso para essa finalidade. Alguns gabinetes apenas sinalizam a necessidade de retificação da autuação.

Em caso de retificação na autuação processual em razão da inclusão ou da alteração de partes, a verificação da prevenção é realizada por consulta ao CPF/CNPJ.

Havendo necessidade de redistribuição, esta será feita diretamente no sistema pelo juízo que a determinar.

Ainda sobre a prevenção, foi esclarecido que o controle é realizado automaticamente pelo sistema eproc, por meio da verificação de “processos relacionados”, no momento da distribuição.

Não há análise **prévia** de prevenção. Após a distribuição, o sistema registra possíveis prevenções, cabendo a análise ao juízo a quem for distribuído o feito, nos termos do artigo 13 de Resolução n. 17/2010, que regula o processo judicial eletrônico na Justiça Federal da 4ª Região.

Indagado a respeito do registro de impedimentos de desembargadores, o Diretor informou não haver anotação prévia no sistema eproc. Após a declaração de impedimento pelo magistrado é feito o registro somente naquele processo.

Foi esclarecido que o eproc identifica possíveis impedimentos e suspeições, mas o registro só é feito mediante despacho do magistrado.

Com relação aos feitos gravados com prioridade e urgências, informou haver triagem rigorosa para adoção das providências pertinentes e anotação no registro dos autos eletrônicos.

A respeito da tramitação de processos originários provenientes dos juízos no exercício da competência delegada, o Diretor informou haver interoperabilidade entre os sistemas eproc do TRF4 e das Justiças Estaduais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, bem como entre o sistema *PROJUDI*, da Justiça Estadual do Paraná. Em razão disso, os feitos são imediatamente distribuídos e conclusos aos gabinetes. Esses processos representam 18,3% da distribuição do Tribunal.

Com relação aos inquéritos recebidos pelo Tribunal por declínio da competência da Justiça Estadual ou Federal de outras regiões, foi esclarecido que eles representam 29,6% da distribuição.

Já os inquéritos recebidos pelo Tribunal por declínio de competência da primeira instância da Justiça Federal da 4ª Região correspondem a 40,7% do total da distribuição.

O Diretor esclareceu à equipe de inspeção que o Inquérito Policial n. 5021244-18.2018.4.04.0000 (apontado na lista de processos inspecionados) está em tramitação na Polícia Federal e ainda não foi distribuído ao Tribunal e que, em razão da interoperabilidade entre o eproc do TRF4 e o daquela instituição, o procedimento consta da distribuição do Tribunal, configurando uma falha no sistema.

A respeito do plano de trabalho, foi informado que a unidade possui repositório com manuais de instruções e tutoriais de diversas atividades realizadas no setor.

A desembargadora inspetora ressaltou a necessidade de documentação do plano de trabalho não apenas para subsidiar novos servidores, mas também para a preservação da memória institucional da unidade.

24. RECOMENDAÇÕES

A unidade inspecionada está desenvolvendo um trabalho organizado, controlado e bem coordenado.

Cabe apenas recomendar a manutenção da rotina de trabalho, a organização e efetiva gestão verificada, que demonstrou resultado positivo nos trabalhos, revelados pela inexistência de processos com pendências de cumprimento no que tange às atribuições da própria unidade.

SECRETARIA DE PRECATÓRIOS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Secretaria de Precatórios

2.2 Competência

Executar e controlar as atividades de recebimento, autuação, acompanhamento, processamento de incidentes e pagamento das requisições de pagamento (precatórios e requisições de pequeno valor).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Álvaro Madsen, Diretor da Secretaria de Precatórios

3.2 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	15
---------------------	----

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não houve recomendação.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

A Secretaria de Precatórios possui estruturas física, de pessoal e de recursos tecnológicos adequadas ao cumprimento das tarefas de seu escopo. A meta é manter o trabalho sempre em dia, cumprindo integralmente os prazos legais e regulamentares. No momento, a meta está plenamente atendida.

5.2 Nome do responsável pelo preenchimento do questionário

Álvaro Madsen

5.3 Diretor

Álvaro Madsen

5.4 Tempo de atuação do diretor na unidade

21 anos

5.5 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Os servidores estão trabalhando em regime remoto parcial.

5.6 O teletrabalho é integral ou parcial?

Parcial.

5.7 Qual critério para fixação das cotas?

Prejudicado.

5.8 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja o cumprimento da cota, qual a consequência?

Prejudicado.

5.9 Quais as competências da Divisão de Precatórios?

1. Executar e controlar as atividades de recebimento, autuação, acompanhamento e pagamento das requisições de pagamento (precatórios e requisições de pequeno valor); 2. Certificar nos autos a existência de incidente que impeça o pagamento da requisição, fazendo, em seguida, conclusão para despacho; 3. Inserir no sistema informatizado os dados determinados em lei e nas resoluções do CJF, indispensáveis ao processamento das requisições de pagamento, bem como a devida atualização dos eventos decorrentes do processamento das requisições; 4. Expedir ofícios para entidades requeridas, anexando a relação das requisições de pagamento autuadas, para pagamento com recursos oriundos do Tesouro Nacional ou da própria entidade requerida, conforme o caso; 5. Elaborar os relatórios de pagamento das requisições, após comunicação da disponibilidade da verba, remetendo-os à Diretoria Financeira; 6. Comunicar ao juízo requisitante a disponibilidade da verba; 7. Outras atribuições acessórias.

5.10 Como a unidade está organizada?

A secretaria possui uma Divisão de Processamento, à qual está vinculada a Seção de Processamento de Ofícios e Petições. Existe, ainda o Núcleo de Cálculos em Requisições de Pagamento, ao qual estão vinculados o Setor de Alterações em Requisições de Pagamento e o Setor de Análise e Cálculos em Requisições de Pagamento. Temos ainda a Seção de Pagamentos de Precatórios e o Setor de Apoio Judiciário.

5.11 Há quantas requisições em trâmite?

Em 13/9/2021 temos 87.239 requisições ativas.

5.12 Montante de RPVs e de precatórios

5.12.1 Processados e pagos no período desta inspeção	Total de Precatórios e RPVs processados entre 1º/9/2020 a 31/8/2020: 451.202
5.12.2 Pagos nos últimos dois anos	Total de precatórios e RPVs pagos entre 21/9/2019 e 21/9/2021: Processos: 894.582; Beneficiários: 1.099.018; Valor total pago R\$ 16.937.130.307,56.

5.13 Como é realizada a tramitação das requisições oriundas da Justiça Estadual?

Integralmente em meio eletrônico, utilizando-se o eproc.

5.14 Tem sido observada a vedação do art. 35 e art. 35-A da Resolução n. 305/2014-CJF?

Sim, a vedação é integralmente cumprida, salvo decisão judicial em contrário.

5.15 Como é feita atualização dos precatórios?

A atualização dos precatórios é feita no eproc, utilizando-se IPCA-E e juros de mora, quando for o caso, ou a taxa SELIC para débitos tributários, nos termos previstos na Resolução CJF 458/2017 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

5.16 Há atraso no pagamento de precatórios?

Existem 9 precatórios contra dois municípios e uma autarquia municipal que deveriam ter sido pagos pelos entes até 31/12/2020. Intimadas as partes, somente houve pedido de sequestro de verba em um deles, que ainda não foi cumprido pois o bloqueio no SISBAJUD retornou sem saldo disponível.

5.17 A unidade possui plano de gestão?

Não.

5.18 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A secretaria possui recursos humanos e materiais adequados para o cumprimento de suas atribuições.
---	--

b) gestão do trabalho	A gestão de trabalho é efetiva para monitorar o cumprimento das tarefas.
c) resultados	A unidade está rigorosamente em dia com o cumprimento de suas atribuições.

5.19 Quais os objetivos a serem alcançados?

O objetivo da unidade é manter o trabalho sempre em dia, cumprindo-se os prazos legais e regulamentares.

5.20 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Os objetivos estão, no momento, integralmente cumpridos. A meta é manter desta forma.

5.21 Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Até o início da pandemia, todos os servidores trabalhavam presencialmente. Em função desta, descobriu-se a possibilidade de manter-se o trabalho funcionando plenamente em regime remoto, de modo que entende-se que o referido possa ser mantido, sem prejuízo do cumprimento das metas da secretaria.

6. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor Álvaro Madsen e pelos servidores Rogers Rodrigues e Maurício Schwengber.

A Secretaria informou que atualmente a equipe atua em trabalho remoto parcial de maneira escalonada, de modo que todos os dias há três servidores presencialmente no órgão.

A Unidade observa a vedação do art. 35 da Resolução n. 305/2014 do Conselho da Justiça Federal - CJF (*"Art. 35. É vedada a liberação de recursos orçamentários e financeiros para pagamento de honorários, a título de assistência judiciária gratuita, a profissionais cujas nomeações e solicitações de pagamentos não estejam registradas no Sistema AJG/JF"*). Foi informado que o eproc emite alerta nos processos que possuem gratuidade de justiça deferida e, além disso, o sistema exige o trânsito em julgado do processo para que a requisição seja expedida. Todavia, o Diretor informou que, caso haja decisão judicial determinando a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor nessas hipóteses, o comando judicial é observado pela Secretaria, conforme inclusive excepcionado pela Resolução CJF.

O Diretor da unidade apontou que a atualização monetária dos precatórios e requisições de pequeno valor é feita diretamente pelo sistema eletrônico eproc, de acordo com os critérios previamente fixados no Manual de Cálculos da Justiça Federal.

No que se refere ao pagamento de precatórios, foi informado que atualmente há 9 (nove) requisições em atraso, todas devidas por Municípios ou Autarquia Municipal. Nesses casos, após intimação e requerimento dos credores, a secretaria providencia o sequestro da verba através do SISBAJUD ou determina a inclusão do devedor em

cadastros de inadimplentes do Ministério da Fazenda (conforme artigo 33 da Resolução n. 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e artigo 49-D da Resolução CJF n. 458/17, na redação dada pela Resolução CJF n. 670/2020).

No caso dos precatórios atualmente em atraso, houve pedido de sequestro de verbas apenas em um dos débitos, o qual restou infrutífero.

A Secretaria pontuou que ao final de cada ano a unidade encaminha ofícios aos Chefes dos Executivos Municipais, alertando para a existência de requisições vencidas, com a observação de que a não realização do pagamento até 31 de dezembro ensejará o sequestro das verbas, a requerimento do interessado.

No que diz respeito aos precatórios inscritos no Regime Especial, previsto pela Emenda Constitucional n. 99/2017 (*“Art. 1º. O art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com as seguintes alterações: “Art. 101. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitarão, até 31 de dezembro de 2024, seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou por outro índice que venha a substituí-lo, depositando mensalmente em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração deste, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre suas receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local”*), a unidade informou que exerce controle efetivo dos débitos de maneira satisfatória.

O Diretor da Secretaria pontuou que antes da determinação instituída pela Resolução CJF n. 670/2020, o TRF4 já possuía Comitê Gestor de Contas Especiais e de Precatórios em cada seção judiciária, em atuação junto aos três Tribunais de Justiça da Região Sul. Há termo de convênio entre os TJs e o TRF4, sendo certo que os diretores dos foros representam a Justiça Federal e a Secretaria de Precatórios presta assessoramento técnico.

A unidade informou que, com relação ao controle de possíveis requisições em duplicidade, o sistema eproc emite relatório apontando eventuais inconsistências, as quais são conferidas individualmente por servidor especialmente designado para a tarefa.

A Secretaria esclareceu que na página do TRF4 na *internet* há campo próprio para consulta aos precatórios e RPVs pelas próprias partes, mediante apresentação da numeração do processo de origem, do CPF/CNPJ ou do registro da requisição. No referido espaço virtual também é possível verificar a lista cronológica de pagamento,

consultar os precatórios de regime especial, as tabelas de atualização monetária, manuais e legislação aplicável.

A unidade informou que presta auxílio aos servidores das varas e dos juizados Especiais Federais quando surgem eventuais dúvidas ou dificuldades no cadastro e envio de requisições ao Tribunal.

Por fim, o Diretor pontuou que a equipe da secretaria trabalha visando ao constante aperfeiçoamento do sistema de pagamento de requisições e ao aprimoramento dos relatórios.

Não foram listados processos para inspeção na unidade.

Não há recomendações ou pendências da Inspeção CJP/2019.

7. RECOMENDAÇÕES

Manter o método de trabalho e boas práticas.

SECRETARIA DOS ÓRGÃOS JULGADORES (TURMAS, SEÇÕES, CORTE ESPECIAL E PLENÁRIO)

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Secretaria dos Órgãos Julgadores - SOJ

2.2 Competência

Todas as competências do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, uma vez que engloba todas as dezesseis (16) unidades processantes: 1ª Turma, 2ª Turma, 3ª Turma, 4ª Turma, 5ª Turma, 6ª Turma, 7ª Turma e 8ª Turma; Turma Regional Suplementar de Santa Catarina e Turma Regional Suplementar do Paraná; 1ª Seção, 2ª Seção, 3ª Seção e 4ª Seção; Corte Especial Judicial e Plenário Judicial.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrados Presidente de cada órgão (início da inspeção)

O Plenário Judicial e Corte Especial Judicial são presididos pelo Presidente do Tribunal Desembargador Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira. A 1ª Seção, 2ª Seção, 3ª Seção e 4ª Seção são presididas pelo Vice-Presidente do Tribunal, Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

O Plenário Judicial e a Corte Especial Judicial foram presididos pelo Desembargador Federal Victor Luiz dos Santos Laus até a data de 20/6/2021. A 1ª Seção, 2ª Seção, 3ª Seção e 4ª Seção foram presididas pelo Desembargador Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle até a data de 20/6/2021. 1ª Turma: Desembargadora Federal Luciane do Amaral Corrêa Munch – 21/6/2021 a 21/6/2023; 2ª Turma: Desembargadora Federal Maria de Fátima Freitas Labarrère – 7/1/2020 a 7/1/2022; 3ª Turma: Desembargador Federal Rogério Favreto – 21/6/2021 a 21/6/2023; 4ª Turma: Desembargador Federal Victor Luiz dos Santos Laus - 21/6/2021 a 21/6/2023; 5ª Turma: Desembargador Federal Osni Cardoso Filho – 9/7/2020 a 9/7/2022; 6ª Turma:

Desembargadora Federal Taís Schilling Ferraz - 22/9/2020 a 22/9/2022, TRS/PR:
Desembargador Federal Márcio Antonio Rocha - 21/6/2021 a 21/6/2023, TRS/SC:
Desembargador Federal Sebastião Ogê Muniz - 21/6/2021 a 21/6/2023, 7ª Turma:
Desembargador Federal Luiz Carlos Canalli: - 9/1/2020 a 9/12/2022 e 8ª Turma:
Desembargador Federal João Pedro Gebran Neto: - 21/6/2021 a 21/6/2023.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Márcia Cristina Abbud - Técnica Judiciária - Diretora de Secretaria.

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	33
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências em cada turma	
Publicação de acórdão/decisão	1ª Turma - 25; 2ª Turma -223; 3ª Turma-311; 4ª Turma -55; 5ª Turma -1.096; 6ª Turma-53; 7ª Turma -108; 8ª Turma -1; Turma Regional Suplementar de Santa Catarina - 786; Turma Suplementar do Paraná -24; 1ª Seção -0; 2ª Seção -0; 3ª Seção -25; 4ª seção -0; Corte Especial Judicial -7; Plenário Judicial -0.
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	0
Análise/triagem	0
Juntada	0
Conclusão	0
Extraviados/por restaurar	0
Em carga com prazo vencido	0
Outros	0

4.2 Processos sobrestados ou suspensos nas unidades que compõem a subsecretaria unificada	
Total	0

Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	0
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	0

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	0
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção	0
Total de feitos não regularizados	0

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	1ª Turma-27.582; 2ª Turma-27.873; 3ª Turma-26.371; 4ª Turma-23.045; 5ª Turma-19.586; 6ª Turma-19.339; 7ª Turma-3.361; 8ª Turma-3.482; 1ª Seção- 163; 2ª Seção-304; 3ª Seção-663; 4ª Seção-279; Turma Regional Suplementar de Santa Catarina-15.485; Turma Suplementar Regional do Paraná-29.612; Corte Especial: 110.
Média de dias do julgamento à publicação	1ª Turma - 5 dias; 2ª Turma - 4 dias; 3ª Turma - 3 dias; 4ª Turma - 5 dias; 5ª Turma - 8 dias; 6ª Turma - 6 dias; 7ª Turma - 5 dias; 8ª Turma - 4 dias; Turma Suplementar Regional de Santa Catarina - 5 dias; Turma Suplementar Regional do Paraná - 6 dias; 1ª Seção - 6 dias; 2ª Seção - 6 dias; 3ª Seção - 16 dias; 4ª Seção - 5 dias; Corte Especial - 9 dias; Presidência - 9 dias.
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	1ª Turma - 662; 2ª Turma - 970; 3ª Turma - 439; 4ª Turma - 1.077; 5ª Turma - 3.170; 6ª Turma - 1.660; 7ª Turma - 305; 8ª Turma - 223; Turma Regional Suplementar de Santa Catarina - 422; Turma Regional Suplementar do Paraná - 2.729; 1ª Seção - 8; 2ª Seção - 17; 3ª Seção - 439; 4ª Seção - 12; Corte Especial - 25; Presidência - 1.
Pendentes de publicação	1ª Turma - 21; 2ª Turma - 220; 3ª Turma - 310; 4ª Turma - 49; 5ª Turma: 1.096; 6ª Turma - 51; 7ª Turma - 108; Turma Regional Suplementar de Santa Catarina - 779; Turma Regional Suplementar do Paraná - 24; Corte Especial-6.
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	1ª Turma-50109408620204040000 (2020-11-25 16:26:14); 2ª Turma-50449613620174047100 (2021-03-04 15:13:57); 3ª Turma-50798248120184047100 (2020-09-01 15:36:23); 4ª Turma-50738287720194047000

	(2021-06-30 11:46:39); 5ª Turma-50162158920204049999 (2021-07-20 14:38:56); 6ª Turma-50384386020204040000 (2020-11-04 14:13:59); 7ª Turma-50091237520164047000 (2021-07-06 12:32:48); Turma Regional Suplementar de Santa Catarina-50192222620194049999 (2021-02-17 19:27:03); Turma Regional Suplementar do Paraná-50028802820154047008 (2021-06-29 16:32:50); Corte Especial-50177617220214040000 (2021-07-29 16:48:42).
--	--

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	Presidência-12; Vice-Presidência-14; Corte Especial-130; 1ª Seção-146; 1ª Turma-3.879; 2ª Turma-4.203; 2ª Seção-393; 3ª Turma-3.580; 4ª Turma-3.919; 5ª Turma-2.627; 6ª Turma-2.938; Turma Regional Suplementar de Santa Catarina-1.581; Turma Regional Suplementar do Paraná-2.072; 4ª Seção-100; 7ª Turma-415; 8ª Turma-336.
Tempo médio	Presidência-0 dias; Vice-Presidência-2 dias; Corte Especial-2 dias; 1ª Seção-23 dias; 1ª Turma-7 dias; 2ª Turma-13 dias; 2ª Seção-33 dias; 3ª Turma-104 dias; 4ª Turma-33 dias; 3ª Seção-35 dias; 5ª Turma-12 dias; 6ª Turma-10 dias; Turma Regional Suplementar de Santa Catarina-27 dias; Turma Regional Suplementar do Paraná-22 dias; 4ª Seção-16 dias; 7ª Turma-8 dias; 8ª Turma-9 dias.
Publicações em prazo superior a 10 dias	Corte Especial-2; 1ª Seção-7; 1ª Turma-238; 2ª Turma-286; 2ª Seção-23; 3ª Turma-1.312; 4ª Turma-611; 5ª Turma-186; 6ª Turma-242; Turma Regional Suplementar de Santa Catarina-112; Turma Suplementar Regional do Paraná-315; 4ª Seção-14; 7ª Turma-49; 8ª Turma-54.
Pendentes de publicação	Corte Especial- 1; 1ª Turma- 4; 2ª Turma- 3; 3ª Turma- 1; 4ª Turma- 6; 6ª Turma- 2; Turma Regional Suplementar de Santa Catarina- 7; 8ª Turma- 1.
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	Corte Especial- 50198576020214040000 (2021-05-18 16:48:14); 1ª Turma-50302481120204040000 (2020-08-12 13:58:40); 2ª Turma- 50477572320184040000 (2021-03-10 14:37:34); 3ª Turma-

	50117357220194047002 (2021-08-30 15:41:19); 4ª Turma- 50182828520194040000 (2020-02-20 17:45:32); 6ª Turma- 50091686420164047102 (2021-05-11 11:26:28); Turma Regional Suplementar de Santa Catarina- 50257998020164047200 (2020-03-20 14:35:49); 8ª Turma- 50005492620174047001 (2021-07-27 19:30:28).
--	---

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação

Há mais de 30 dias	1ª Turma- 82; 2ª Turma- 99; 3ª Turma- 53; 4ª Turma- 49; 5ª Turma- 30; 6ª Turma- 67; 7ª Turma- 3; 8ª Turma- 2; Turma Regional suplementar de Santa Catarina- 91; Turma Regional suplementar do Paraná - 36; 1ª Seção - 2; 2ª Seção- 8; 3ª Seção- 52; 4ª Seção- 49; Corte Especial – 3.
Há mais de 60 dias	1ª Turma- 10; 2ª Turma- 8; 3ª Turma- 4; 4ª Turma- 1; 5ª Turma- 11; 6ª Turma- 5; 7ª Turma- 0; 8ª Turma- 1; Turma Regional Suplementar de Santa Catarina- 12; Turma Regional Suplementar do Paraná- 6.
Há mais de 90 dias	1ª Turma- 4; 2ª Turma- 5; 3ª Turma- 2; 4ª Turma- 0; 5ª Turma- 8; 6ª Turma- 2; 8ª Turma- 1; Turma Regional Suplementar de Santa Catarina- 7; 2ª Seção- 1; 3ª Seção- 7; 4ª Seção- 14.
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	1ª Turma- 50119304320214040000 (2021-05-03 18:13:53), 50011381420154047122 (2021-04-15 15:28:48); 2ª Turma- 50503903620204040000 (2021-03-10 17:53:20), 50114605320154047200 (2021-05-06 01:25:46); 3ª Turma- 50046093620184047121 (2021-04-07 11:35:21), 50316636320194040000 (2021-04-06 12:54:53); 5ª Turma: 50156598720204049999 (2021-02-22 12:16:27), 50342822920204040000 (2021-04-07 12:57:18), 50030457420204040000 (2021-04-14 11:16:53), 50068275520214040000 (2021-03-16 08:47:25), 50588432020204040000 (2021-04-20 18:24:17); 6ª Turma: 50474422420204040000 (2020-10-05 15:22:54); 2ª Seção- 50224157320194040000 (2021-01-29 17:07:12); 3ª Seção- 50060146220204040000 (2020-05-20 17:52:13), 50122961920204040000 (2021-05-01 01:01:17), 50141383420204040000 (2021-02-04 13:10:50); 50254460420194040000 (2020-03-09

13:17:13); 4ª Seção- 50310149820194040000 (2019-08-14 18:52:49), 50264247820194040000 (2020-01-25 01:04:08), 50247743020184040000 (2021-04-09 14:13:01), 50210952220184040000 (2018-08-07 18:24:09), 50059999820174040000 (2017-10-23 13:38:45).

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)

Não houve.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

Corte Especial Judicial: 11 Sessões; 1ª Seção: 12 Sessões; 2ª Seção: 11 Sessões; 3ª Seção: 11 Sessões; 4ª Seção: 11 Sessões; 1ª Turma: 48 Sessões; 2ª Turma: 51 Sessões; 3ª Turma: 43 Sessões; 4ª Turma: 45 Sessões; 5ª Turma: 42 Sessões; 6ª Turma: 23 Sessões; 7ª Turma: 35 Sessões; 8ª Turma: 43 Sessões; TRS/PR: TRS/SC.

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Em relação a processos recomendou-se: a) solicitar a devolução de processos com carga/vista com prazo superior a 60 dias: 33 processos; b) solicitar a devolução dos processos encaminhados para a realização de diligência: 2 processos.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Todos os processos foram solicitados, tendo seu trâmite regularizado.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não há recomendações pendentes.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A Secretaria dos Órgãos Julgadores, apesar de sua divisão por especialização de matéria, sempre busca o compartilhamento de conhecimento entre todas as seções que compõem a equipe de trabalho. A Secretaria dos Órgãos Julgadores está sempre aberta à utilização de novas ferramentas criadas com o objetivo de dar maior efetividade à tramitação processual.

7. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Márcia Cristina Abbud - Diretora da Secretaria dos Órgãos Julgadores.

8. Como a unidade se encontra organizada? (Distribuição das atividades, se há especialização, número de servidores etc.).

A Secretaria dos Órgãos Julgadores atualmente conta com 33 servidores e cuida da tramitação de todos os processos distribuídos no Tribunal até a sua baixa definitiva ou remessa à Secretaria de Recursos para o processamento de recursos excepcionais. Para o atendimento dessa demanda, a secretaria está dividida em 2 (dois) grandes grupos: um que cuida da tramitação dos processos antes do julgamento (Divisão de Processamento) e outro da tramitação posterior ao julgamento (Divisão de Coordenação e Julgamentos). Cada uma dessas divisões é subdividida em 3 (três) Seções, cada qual responsável pelos processos de uma determinada competência: penal em razão da especificidade, previdenciário e tributário/administrativo, ambas com grande volume de feitos. Na área cível, há uma padronização de trabalho para todas as unidades (colegiados), tornando assim possível a otimização do trabalho dos servidores disponíveis na Secretaria dos Órgãos Julgadores.

8.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Não há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho.

8.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Não há. Prejudicado.

8.3 Qual o critério para fixação das cotas?

Não há. Prejudicado.

8.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Não há. Prejudicado.

9. Como é feita a triagem inicial de processos (físicos e eletrônicos)?

A triagem é feita de acordo com a urgência do ato processual a ser praticado e a complexidade do procedimento, priorizando-se a otimização de atos de secretaria que possam ser praticados em bloco, sem prejuízo da segurança e conferência necessária.

10. Qual é o fluxo dos processos físicos?

Não temos mais processos físicos.

11. Em caso de acervo físico, onde ficam localizados os autos? Como os feitos são organizados (armários, localizadores)?

Não há. Prejudicado.

12. Quais os critérios para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

Utilizamos localizadores no sistema eproc de acordo com a rotina a ser executada. Além disso, há ferramentas que permitem o controle de prazos processuais, acompanhamento de diligências e a localização de eventual processo sem movimentação, o que nos oportuniza controlar a tramitação processual com mecanismos do próprio sistema eproc com economia de tempo e maior eficiência.

13. Quais os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores? Especificar.

Levamos em conta o perfil do servidor, atribuindo-lhe atividades que possam ser realizadas com segurança e autonomia. Ao mesmo tempo, procuramos auxiliar o servidor a realizar tarefas de maior complexidade, de modo progressivo e com a devida supervisão de sua chefia imediata.

14. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ? Especificar.

Sim, há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ. Como mencionado na pergunta referente à triagem, a Secretaria dos Órgãos Julgadores leva em conta a urgência dos processos em trâmites, observando-se para tanto, as anotações das autuações (réu preso, petição urgente), as determinações contidas na parte dispositiva da decisão/acórdão e por fim, a própria natureza da matéria processual.

15. Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Utilizamos os relatórios de processos sem movimentação, bem como a automatização e filtragem de dados relativos aos localizadores do sistema eproc.

16. Como é feito o atendimento de partes e advogados?

O atendimento é feito pelo servidor do balcão da Secretaria dos Órgãos Julgadores que faz uso do telefone, balcão virtual e atendimento presencial.

17. Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

Tendo em vista que não dispomos mais de processos físicos, o controle das remessas se dá através do gerenciamento dos localizadores do sistema eproc correspondentes.

18. Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

As petições são juntadas ao processo pelo próprio usuário do sistema eproc.

19. Como é feito o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

A Secretaria dos Órgãos Julgadores faz a conclusão dos processos aos gabinetes para a confecção dos documentos, ficando sob o acervo do próprio gabinete.

20. De que maneira a Turma se organiza para realizar as sessões do Colegiado ampliado (art. 942 do CPC)? E qual a sua periodicidade?

A organização é feita por cada assessor de turma de julgamento, com a aprovação do desembargador federal de cada turma, sendo que a periodicidade é mensal.

21. A unidade possui plano de gestão?

A Secretaria dos Órgãos Julgadores tem plano de gestão, cumprindo a missão da unidade com presteza, eficiência e responsabilidade, aproveitando plenamente a capacidade e as características específicas da equipe de trabalho.

21.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Dispomos de ferramentas e colegas com as competências necessárias à execução das rotinas da Secretaria dos Órgãos Julgadores. A estrutura física do Tribunal, bem como os equipamentos disponíveis atendem às necessidades de trabalho.
b) gestão do trabalho	A Secretaria dos Órgãos Julgadores está organizada tendo por parâmetros o fluxo processual e a natureza da matéria. O sistema processual e o feedback das chefias imediatas permitem o controle da produtividade e o treinamento de colegas para desempenharem suas atividades de forma satisfatória.
c) resultados	Tendo em vista que a função precípua da Secretaria dos Órgãos Julgadores é dar impulso ao processo, fornecer suporte à prestação jurisdicional e atender o jurisdicionado, o acompanhamento dos resultados da unidade está associado ao controle dos localizadores e ao trâmite processual por meio das ferramentas disponíveis, bem como à busca de

constante treinamento e capacitação funcional para o desempenho de nossas atribuições.

21.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Os objetivos a serem alcançados são cumprir as determinações judiciais exaradas nos processos, atender com presteza os jurisdicionados. Além de cooperar, revisando a atuação sistêmica e integrada das unidades que compõem a Corte.

21.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Como são objetivos permanentes a Secretaria dos Órgãos Julgadores procura ficar atualizada, no tocante às inovações legislativas e tecnológicas, de forma a cumprir plenamente os objetivos listados no item 21.2.

22. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

As iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas seria a maior interação dos servidores com o objetivo de compartilhar as boas práticas e o conhecimento associados às suas atividades.

23. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

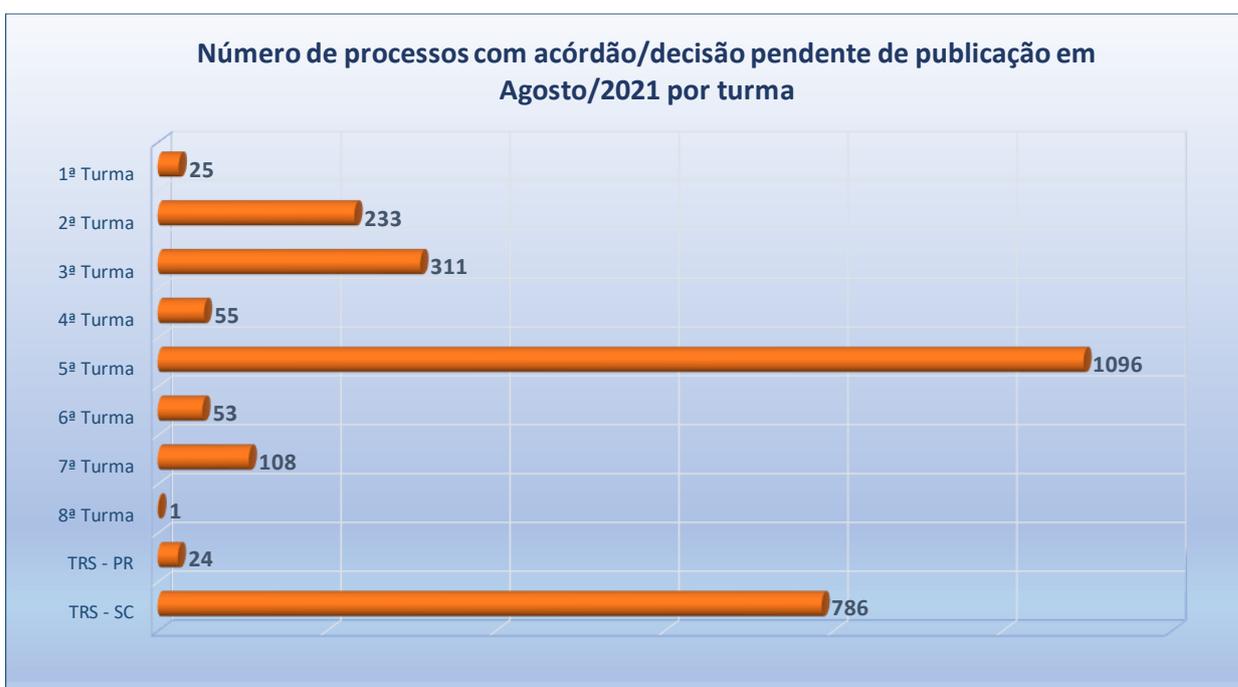
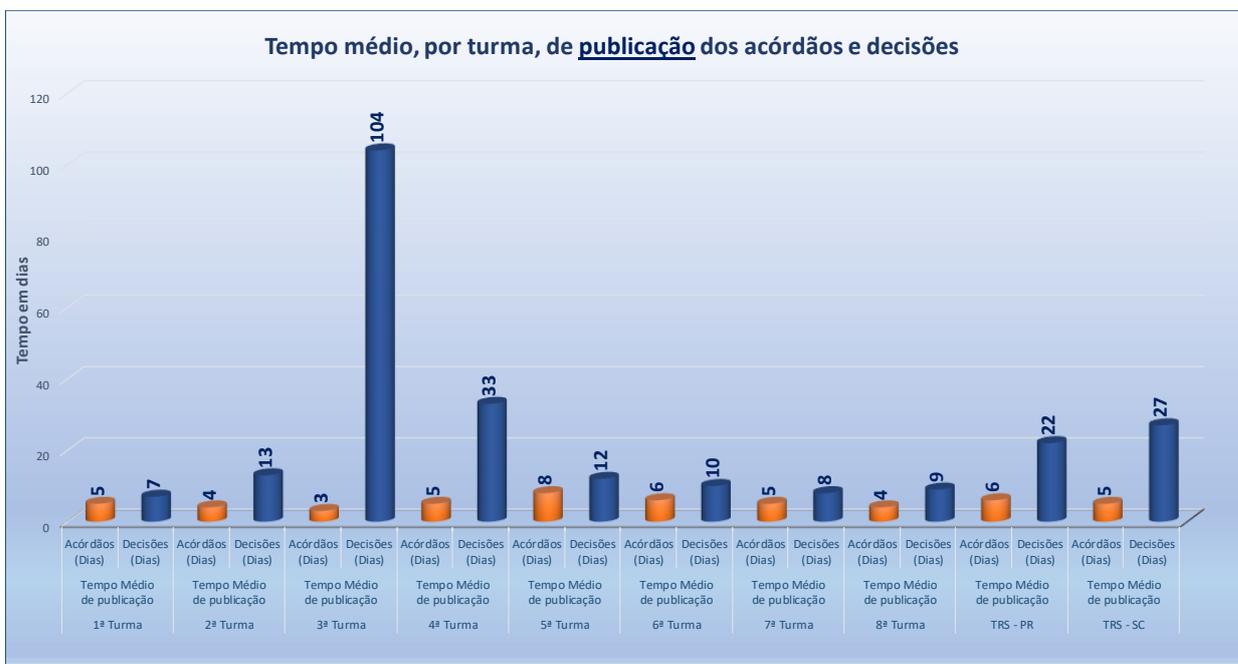
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50055538120164047000	13/9/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Em 9/10/2018 remessa interna à secretaria admitindo prevenção. E, na mesma data, redistribuído por prevenção ao Gabinete do Desembargador Federal Rogerio Favreto.		
50054342320164047000	13/10/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Em 18/10/2018 remessa interna à secretaria admitindo prevenção. E, na mesma data, redistribuído por prevenção ao Gabinete do Desembargador Federal Rogerio Favreto.		
50038120320164047001	7/6/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Em 17/7/2021 remetido à secretaria e na mesma data redistribuído por prevenção em razão de erro material ao Gabinete da Desembargadora Federal Maria de Fátima Freitas Labarrère.		
50024841420124047216	26/3/2018	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Remessa do gabinete à secretaria para fins administrativos em 17/3/2021. E, em 18/3/2021 redistribuído por prevenção ao Gabinete do Desembargador Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle em razão da incompetência.		
50002639820154047104	22/8/2017	Apelação Cível

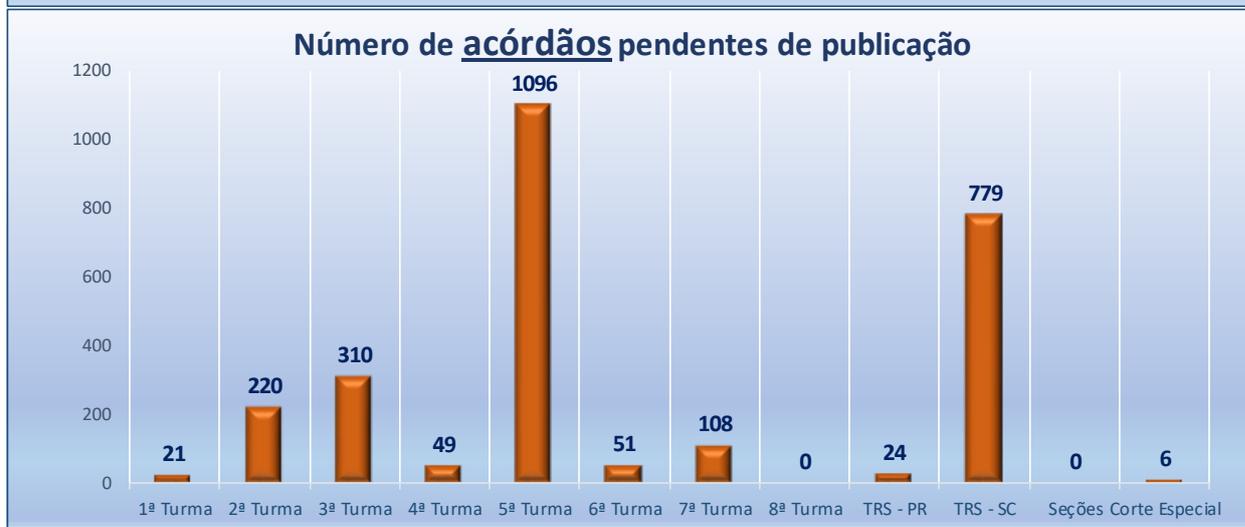
Observação/Providência: O processo se encontra no Gabinete do Juiz Federal Marcelo De Nardi, pois em 12/3/2021 foi redistribuído por prevenção em razão da incompetência por decisão judicial superior.		
50011381420154047122	4/4/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: 15/4/2021 foi expedida carta pelo correio e em 15/9/2021 foi solicitada informações da carta aos correios.		
50114605320154047200	20/3/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Remetidos os autos com decisão/despacho pelo gabinete em 7/4/2021. Em 8/4/2021 expedido mandado pela secretaria. Em 6/5 recebido o mandado para cumprimento pelo oficial de justiça. Em 14/9/2021 solicitação da secretaria acerca do cumprimento do mandado.		
50023309220134047011	3/12/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso ou sobrestado por decisão judicial em 13/9/2021 e expedição de carta pelo correio na mesma data.		
50010673720184047209	12/6/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo concluso ao gabinete para decisão/despacho em 14/9/2021.		
50002072820164047008	17/6/2021	Apelação Cível
Observação/Providência: Trânsito em julgado em 8/9/2021. Baixa Definitiva.		
50015232020194047122	11/12/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Transitado em julgado em 9/9/2021. Baixa definitiva.		
50015769820194047122	11/12/2020	Apelação Cível
Observação/Providência: Transitado em julgado em 9/9/2021. Baixa definitiva.		
50250762920144047201	31/8/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Transitada em julgado em 9/9/2021. Baixa definitiva.		
50258186020134040000	31/10/2013	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em 10/9/2021 os autos foram remetidos à secretaria de recursos com recurso especial.		
50020853220144047210	9/9/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo remetido à Secretaria de Recursos em 15/9/2021 com recurso especial.		
50006261520114047108	27/6/2011	Apelação Cível
Observação/Providência: Trânsito em julgado em 14/9/2021. Baixa Definitiva.		
50107416420204040000	20/8/2009	Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Transitado em julgado em 15/9/2021. Baixa definitiva.		
50084342520124047112	7/4/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Em 15/9/2021 remetidos os autos à secretaria de recursos (SREC) com recurso extraordinário.		
50493011220194040000	8/1/2008	Cumprimento de Sentença (Seção)

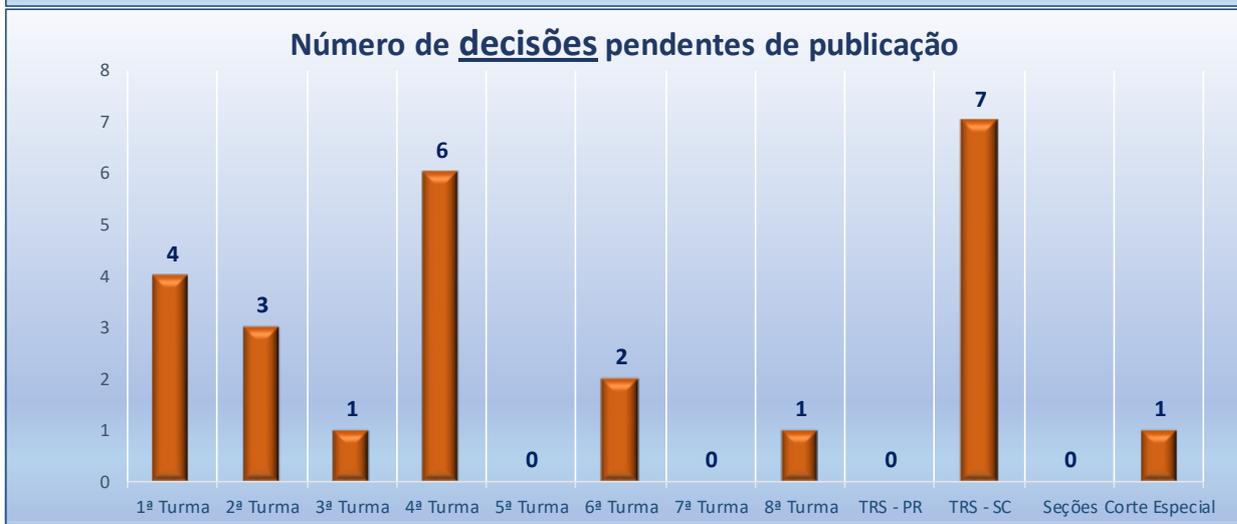
Observação/Providência: Remetidos os autos pelo gabinete à secretaria em 23/7/2021 com decisão/despacho. Aguardando decurso do prazo da intimação da decisão.		
50025157420154047104	15/6/2016	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Remetidos os autos com acórdão pelo gabinete à Secretaria em 23/7/2021. Aguardando decurso do prazo da intimação do julgamento.		
50046641620154047113	16/11/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Remetidos os autos com acórdão à secretaria em 23/7/2021. Aguardando decurso do prazo da intimação do julgamento.		
50110203220164047003	9/1/2019	Apelação Cível
Observação/Providência: Remetidos os autos à secretaria com acórdão em 22/7/2021. Aguardando decurso do prazo da intimação do julgamento.		
50098867720104047100	9/12/2010	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos remetidos à SREC em 14/9/2021.		
50187283520174049999	25/4/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Remetidos os autos com acórdão pelo gabinete à secretaria em 4/8/2021. Aguardando o decurso do prazo da intimação do julgamento.		
50018088120124047211	27/3/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: Autos remetidos com acórdão pelo gabinete à secretaria em 5/8/2021. E, aguardando decurso de prazo da intimação do julgamento.		
50069440420174047205	17/7/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Em 5/8/2021 remetidos os autos com acórdão à secretaria. Aguardando decurso de prazo da intimação do julgamento.		
50024630220164047118	17/10/2017	Apelação Cível
Observação/Providência: remetidos os autos com acórdão à secretaria em 5/8/2021 e aguardando decurso do prazo da intimação do julgamento.		
50211702220144047107	18/10/2016	Apelação Cível
Observação/Providência: Transitada em julgado em 13/9/2021. Baixa definitiva.		
50325757020184049999	29/9/2015	Apelação Cível
Observação/Providência: Em 23/7/2021 remetidos os autos com acórdão pelo gabinete. Aguardando decurso do prazo da intimação do julgamento.		
50412190320174047100	26/1/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Transitado em julgado em 11/9/2021. Baixa definitiva.		
50001915420104047212	28/1/2011	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo remetido à secretaria com acórdão em 7/8/2021 e intimação das partes em 19/8/2021.		
50030071820104047112	17/12/2015	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Transitado em julgado em 13/9/2021. Baixa definitiva.		
50053415320134047101	17/12/2014	Apelação Cível
Observação/Providência: Em 11/9/2021 transitado em julgado. Baixa definitiva.		

50061025520114047101	11/6/2012	Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Em 15/9/2021 remetidos os autos com decisão/despacho da Vice-Presidência para a Recursos (SREC).		
50129198320204040000	3/4/2020	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Em 14/9/2021 Remetidos os autos à secretaria e na mesma data expedida intimação eletrônica as partes.		
50107096920144040000	21/5/2014	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Remetidos os autos à secretaria com decisão/despacho pelo Gabinete em 30/8/2021. Aguardando decurso do prazo da intimação da decisão.		
50201313420154040000	3/6/2015	Cumprimento de Sentença (Seção)
Observação/Providência: Remetidos os autos com acórdão pelo gabinete em 1º/9/2021. Aguardando o decurso do prazo da intimação do julgamento.		
50479220220204040000	27/9/2012	Cumprimento de Sentença (Seção)
Observação/Providência: Remetidos os autos à secretaria pelo gabinete com acórdão em 2/9/2021. Aguardando decurso do prazo para intimação do julgamento.		
50134148520114047100	10/12/2012	Embargos Infringentes
Observação/Providência: Em 2/9/2021 remetido os autos com acórdão pelo gabinete à secretaria. Aguardando decurso do prazo da intimação do julgamento.		
50479246920204040000	9/4/2012	Cumprimento de Sentença (Seção)
Observação/Providência: Remetidos os autos com acórdão pelo gabinete à secretaria em 3/9/2021. Aguardando decurso do prazo da intimação do julgamento.		
50285518620194040000	4/4/2013	Cumprimento de Sentença (Seção)
Observação/Providência: Remetidos os autos pelo gabinete à secretaria em 23/8/2021 com decisão/despacho. Aguardando o prazo para manifestação da União.		
50127492420144040000	10/6/2014	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Remetidos os autos com decisão/despacho à secretaria pelo gabinete em 13/9/2021. E, na mesma data expedida pela secretaria intimação eletrônica ao executado.		
50185704320134040000	16/8/2013	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública (Seção)
Observação/Providência: Em 6/9/2021 remetidos os autos com decisão/despacho pelo gabinete para a secretaria. Aguardando decurso do prazo da intimação da decisão.		

24. ESTATÍSTICAS GERAIS DAS UNIDADES PROCESSANTES







25. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Em relação aos feitos, recomenda-se:

a) promover o andamento do feito em até 30 dias

50002639820154047104

A Secretaria dos Órgãos Julgadores realiza 5 sessões por mês, uma de cada Seção (1ª, 2ª, 3ª e 4ª Seções) e uma da Corte Especial Judicial e do Plenário Judicial.

No período compreendido entre setembro de 2020 e agosto de 2021, foram realizadas 56 sessões ordinárias, sendo: 12 da 1ª Seção, 11 da 2ª Seção, 11 da 3ª Seção, 11 da 4ª Seção e 11 da Corte Especial Judicial. Não houve sessão do Plenário Judicial. Não foram realizadas sessões extraordinárias, nem houve cancelamento de sessões ordinárias nesse interstício.

A unidade informou que as sessões das Turmas (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª) bem como as das Turmas Regionais (TRS/PR e TRS/SC) são administradas por outro órgão, a Assessoria das Sessões de Julgamento das Turmas (ASSEJUT).

Embora as sessões de julgamento das turmas sejam de competência de outro órgão do tribunal – da ASSEJUT –, a unidade inspecionada esclareceu que, no período compreendido entre setembro de 2020 e agosto de 2021, foi realizada a seguinte quantidade de sessões ordinárias pelas turmas: 48 pela 1ª Turma, 51 pela 2ª Turma, 43 pela 3ª Turma, 45 pela 4ª Turma, 42 pela 5ª Turma, 23 pela 6ª Turma, 35 pela 7ª Turma, 43 pela 8ª Turma, 29 pela TRS/PR e 15 pela TRS/SC.

Considerado o volume de processos em tramitação na secretaria e nos órgãos que integram as turmas, bem como o número de servidores em exercício, o desempenho da unidade é elogiável.

O volume de pendências na unidade é baixo, pois, dos 45 processos inspecionados, apenas dois se encontravam com atraso na tramitação.

26. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada em 19/10/2021, das 15h às 18h, de forma presencial. Dela participaram os servidores Márcia Cristina Abbud (Diretora de Secretaria), Valéria (Diretora da Divisão de Coordenação e Julgamento), Leonardo (Diretor da Divisão de Processamento) e Fábio (Supervisor da Seção de Tributário/Administrativo).

Preliminarmente, os servidores discorreram sobre a estrutura e as atribuições da Secretaria dos Órgãos Julgadores (SOJ).

Foi esclarecido que a unidade é responsável pela tramitação de todos os processos do Tribunal, desde a distribuição até a baixa definitiva ou a remessa à Secretaria de Recursos para o processamento de recursos excepcionais.

Segundo informado, a unidade possui 2 divisões: **(i)** Divisão de Processamento, cuja atribuição é o processamento dos feitos desde a distribuição até a fase de inclusão em pauta de julgamento; **(ii)** Divisão de Coordenação e Julgamentos, cuja atribuição é o processamento dos feitos após o julgamento. Cada divisão é subdividida em 3 Seções, especializadas por matéria: penal, previdenciária e tributária/administrativa.

Quanto às sessões de julgamento, os servidores informaram que a SOJ é responsável pela realização das sessões das 4 Seções, da Corte Especial Judicial e do Plenário Judicial. A sessões de julgamento das 8 Turmas e das 2 Turmas Regionais (TRS/PR e TRS/SC) são de competência da Assessoria das Sessões de Julgamento das Turmas (ASSEJUT).

Informaram, ainda, ser também atribuição da ASSEJUT a realização das sessões de julgamento necessárias à complementação de *quórum* prevista no artigo 942 do Código de Processo Civil.

Em seguida, a equipe de inspeção formulou indagações e solicitou esclarecimentos e complementação dos dados constantes do questionário, tendo sido colhidas as seguintes informações.

De início, foi esclarecido que o quadro funcional atual é composto por 33 servidores, todos efetivos.

Com relação à tramitação dos processos, foi explicado que os feitos remetidos pelos gabinetes à SOJ são imediatamente identificados por localizadores automatizados do sistema eproc, de acordo com as matérias.

Acerca da triagem, destacaram a importância dos localizadores automatizados para a identificação imediata das medidas urgentes e informaram a possibilidade de criação de localizadores pelos próprios usuários internos da unidade.

Indagados sobre a forma das comunicações, responderam que somente as intimações das pautas de julgamentos e os editais são publicados no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN); as demais intimações (acórdãos, decisões, despachos) são publicadas diretamente pelo sistema eproc, com fundamento na Lei n. 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial.

Acrescentaram que, via de regra, todas as intimações são realizadas pela Secretaria, mas esclareceram receber processos de alguns gabinetes com indicação prévia de data de publicação dos expedientes (agendamentos).

A equipe de inspeção indagou a respeito dos dados estatísticos apontados no item 4.1 (processos pendentes de publicação de acórdãos/decisões em cada Turma) do relatório preenchido pela SOJ.

Foi esclarecido que a informação lançada se referiu ao momento da apuração dos dados estatísticos e que não mais representava a situação atual da unidade. Acrescentaram tratar-se de dados de natureza dinâmica, com alterações diárias significativas decorrentes do constante fluxo de tramitação dos processos na secretaria.

Informaram não haver pendências nas publicações de acórdãos e decisões na data da entrevista.

No tocante ao fluxo de publicação de acórdãos (item 4.4), a equipe de inspeção solicitou esclarecimentos, tendo sido informado que, via de regra, não há processos com prazo de publicação superior a 10 dias. Contudo, foi ressalvada a existência de situações excepcionais em que o prazo não é observado, como, por exemplo, nos casos em que os processos são remetidos aos gabinetes para juntada de declaração de voto, após o julgamento.

Com relação à quantidade de processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação (item 4.6), esclareceram tratar-se de feitos em fase de cumprimento de diligência, como é o caso de processos que aguardam retorno do aviso de recebimento (AR) pelos Correios.

Em informações complementares, a unidade informou monitorar por e-mails direto aos Correios informações acerca da devolução das Cartas AR.

Foi informada, ainda, a existência de processos da unidade no fluxo de tramitação externa, a exemplo dos processos com vista ao Ministério Público e dos inquéritos policiais em tramitação direta entre a Polícia Federal e o Ministério Público.

Por amostragem, a equipe de inspeção destacou um dos processos listados no item sob comento (4.6) e solicitou informações sobre seu andamento, em razão da ausência de movimentação desde 5/10/2020: processo n. 5047442-24.2020.4.04.0000, da 6ª Turma.

O Diretor da Divisão de Processamento prontamente atendeu à solicitação e apontou a ocorrência de erro no sistema, o qual foi imediatamente sanado.

Em complementação à solicitação, os servidores procederam à verificação de todos os processos listados no item 4.6 (em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação há mais de 120 dias) e entregaram à equipe de inspeção cópia dos extratos de andamento processual de todos eles.

A magistrada inspetora ressaltou a necessidade de monitoramento de todos os processos sem movimentação há mais de 120 dias, já que não há informação da quantidade de dias superior a esse indicador. Ou seja, tem-se o “pisso” (120 dias), mas não se tem o “teto”, a não movimentação pode ser tanto de 121 dias como de mais de 1 ano.

Também foram entregues à equipe de inspeção extratos do andamento dos processos inspecionados indicados no item 26.

Os servidores referiram à realização de monitoramento dos processos baixados em diligência por meio do lançamento de um indicador de prazo (45 dias) no sistema. Com isso, decorrido o prazo, o processo é remetido, automaticamente, para um localizador interno de verificação.

Com relação ao item 8.1, foi esclarecido que antes da pandemia da COVID-19 não havia servidores da unidade em regime de teletrabalho.

Atualmente, a Secretaria está funcionando em sistema de rodízio entre os servidores para fins de cumprimento do percentual mínimo de trabalho presencial fixado pela Presidência do TRF4 – 20% do quadro da unidade.

A respeito do plano de trabalho, a unidade informou que, embora haja o registro de alguns fluxos de procedimentos, não há uma sistematização/formalização de todos eles.

A Desembargadora inspetora ressaltou a necessidade de documentação do plano de trabalho, especialmente em razão da importância de preservação da memória institucional da unidade.

Indagados a respeito da realização dos Plantões Judiciários, foi esclarecido que, anualmente, a Secretaria participa de 8 plantões, além do plantão de final de ano, realizado durante o recesso judiciário. Acrescentaram haver participação de outros setores do tribunal no plantão judiciário (precatórios, ASSEJUT, Secretaria de Recursos).

Por fim, a Diretora de Divisão de Coordenação e Julgamentos exibiu à equipe de inspeção os principais localizadores utilizados na unidade disponíveis no sistema eproc, explicando e demonstrando cada um deles.

Em informações complementares, prestadas por e-mail, a pedido da equipe de inspeção, a Diretora da secretaria informou a quantidade de sessões mensais, ordinárias e extraordinárias administradas pela unidade no período de setembro/2020 a agosto/2021, cujos dados já foram lançados no item 25 deste relatório.

27. RECOMENDAÇÕES

Os trabalhos de inspeção revelaram comprometimento dos servidores da unidade, que se dedicam para bem cumprir a missão que lhes é atribuída.

De modo geral, recomenda-se a manutenção da gestão verificada, que vem gerando resultados **positivos** nos trabalhos, materializados pelo baixo índice de processos com pendências de cumprimento no que tange às atribuições da própria unidade.

Medidas que podem ser adotadas para o **aprimoramento** da unidade:

1. cumprir as recomendações do item 25;

2. mapear as atividades, com a identificação dos processos de trabalho da unidade (fluxograma) para favorecer o acompanhamento e o aperfeiçoamento das tarefas atribuídas aos servidores, bem como o adequado gerenciamento de riscos. O mapeamento do processo de trabalho possibilita a identificação da ocorrência de retrabalho e de sobreposição de atribuições, assim como a redução de contingências que possam afetar o atingimento das metas de trabalho. Ademais, o registro do processo

de trabalho **evita a perda da memória** institucional da unidade, com eventos como aposentadoria;

3. monitorar a publicação dos acórdãos com vistas ao cumprimento do prazo regular (10 dias) mediante interlocução com os gabinetes;

4. monitorar os processos sem movimentação há mais de 120 dias para identificação e registro do motivo da demora, bem como para a adoção de possíveis providências, quando for o caso.

F. UNIDADES ESPECIAIS

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

1. UNIDADE INSPECIONADA

1.1 Nome do coordenador dos Juizados Especiais Federais:

Desembargador Federal Sebastião Ogê Muniz

1.2 Competência:

a) Exercer a coordenação administrativa dos Juizados Especiais Federais, incluindo suas Turmas Recursais; b) convocar e presidir a Turma Regional de Uniformização, proferindo voto de desempate; c) coordenar os procedimentos de secretaria da Turma Regional de Uniformização dos JEFs; d) proferir decisões de admissibilidade de Pedidos de Uniformização de Interpretação de Lei (para TNU) e de Recursos Extraordinários interpostos contra acórdãos da TRU; e) promover a permanente atualização do banco de dados da jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da Região; f) propor à Coordenadoria do Sistema de Conciliação (Sistcon) programas e mutirões especiais no âmbito dos Juizados Especiais Federais e das Turmas Recursais; g) representar os Juizados Especiais Federais da 4ª Região perante a Comissão Permanente dos Juizados Especiais Federais no Conselho da Justiça Federal.

1.3 Tempo de atuação na Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais: desde 24/6/2021.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidores em atividade

Servidores efetivos	6
---------------------	---

2.2 Cargos e Funções Comissionadas em atividade

CJ3	1
FC3	3
FC6	2

2.3 Força de trabalho em atividade-fim

Total de processos em tramitação no gabinete	1.157
Número de servidores em atividade-fim	5
Relação de processos por servidor em atividade-fim	231,4

3. DADOS ESTATÍSTICOS

3.1 Distribuição geral do acervo da CJEF/TRU (Sempre utilizar para todos os subitens a mesma data, de posição ou período, informada no item 3)

Total em tramitação na COJEF/TRU	1.167
Processos concluídos	882
Processos sobrestados/suspensos	375
Processos baixados em diligência à 1ª instância no período	1

3.2 Histórico do acervo de processos concluídos na COJEF/TRU

Na assunção	780
Na inspeção anterior	842
Na inspeção atual	882

3.3 Total de feitos recursais criminais e ações criminais em tramitação na COJEF/TRU

	01
--	----

3.4 Ações em tramitação na COJEF/TRU por ano de distribuição

Processos distribuídos em períodos anteriores a 2014 (inclusive)	7
Processos distribuídos em 2015	3
Processos distribuídos em 2016	7
Processos distribuídos em 2017	15

3.5 Processos extraviados e restaurados

Processos extraviados e restaurados	não aplicável
Processos extraviados e não restaurados	não aplicável
O mais antigo extraviado e não restaurado (indicar número e desde quando)	não aplicável

3.6 Processos concluídos e ainda sem julgamento na COJEF/TRU

Desde a distribuição	882
Há mais de 5 anos	14
Há mais de 4 anos	40
Há mais de 3 anos	45
Há mais de 2 anos	51
Há mais de 1 ano	70

3.7 Processos distribuídos na COJEF/TRU	
Total	2.911
Maior distribuição em	junho/2021
Menor distribuição em	dezembro/2020

3.8 Processos sobrestados	
Outras situações processuais	105 (IAC/TRF4, IRDR/TRF4 e TNU)
Total	375
Por decisão do STF/STJ	277
Processos de Metas CNJ	348

3.9 Total de decisões proferidas na COJEF/TRU	
	2.899

3.10 Total de processos na condição de META2/CNJ da COJEF/TRU	
Meta 2/2018 (Atual)	4
Anos Anteriores	33

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não há recomendações.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não há recomendações a serem atendidas.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

Os servidores da COJEF trabalham juntos há mais de 5 anos, o que tem facilitado a organização das atividades na pandemia. A avaliação da equipe é positiva e sugere,

inclusive, a manutenção do trabalho remoto, ainda que de forma híbrida. As dificuldades foram supridas com empréstimos de equipamentos pelo TRF4 e com reuniões semanais que, além da definição das metas, têm proporcionado a escuta ativa pelos servidores sobre demais aspectos que orbitam as relações de trabalho, reduzindo as distâncias físicas. Boas práticas: 1) Teletrabalho e as reuniões semanais; 2) Reuniões administrativas da TRU, que traça diretrizes para o planejamento dos gabinetes; 3) Jurisprudência da TRU: Informativo e Consolidação dos Entendimentos desde 2017; 4) Acompanhamento dos processos sobrestados por temas da TNU, STJ e STF, bem como dos IRDR's do TRF4; 5) Fórum Interinstitucional Previdenciário e suas derivações.

6. Nome do responsável pelo preenchimento do questionário

Regaldo Amaral Milbradt.

7. Qual a estrutura da unidade (setores, funções e atribuições)? Há alguma estrutura permanente de servidores?

Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região - Função CJ03; Núcleo de Controle e Análise de Informações Gerenciais e Procedimentos dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais - FC06; Núcleo de Apoio à Presidência da Turma Regional de Uniformização - FC06. Atribuições aprovadas pela Portaria n. 606, de 14/6/2018.

7.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Desde 3/2020, os 6 servidores estão em teletrabalho. A partir de 8/2021, com retorno gradual das atividades presenciais, foi adotado rodízio semanal entre os servidores para o trabalho presencial, atendendo ao percentual definido pelo TRF4.

7.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

No período de 3/2020 a 7/2021 o trabalho remoto compulsório se deu de forma integral. Desde 8/2021 o trabalho remoto tem sido parcial, porque há rodízio semanal entre os servidores para atendimento presencial.

7.3 Qual o critério para fixação das cotas?

São observadas a ordem cronológica de remessa dos processos judiciais à TRU4 e dos processos administrativos à COJEF, e dada prioridade às urgências e previsões legais.

7.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Para acompanhamento das atividades são realizadas reuniões de equipe semanais. Desde 3/2020 as reuniões têm sido realizadas pela plataforma de videoconferência

Zoom Meeting. Quando necessário são realizadas chamadas de videoconferência individualizadas. Não houve situação de não cumprimento da cota.

8. Como ocorre a atualização da jurisprudência?

A jurisprudência das TRs e da TRU4 é atualizada diariamente a partir do processo eletrônico eproc. No caso da TRU4, após as sessões de julgamento é elaborado o boletim informativo, com objetivo de divulgar as teses inéditas firmadas na respectiva sessão e, também, atualizada a Consolidação dos Entendimentos da TRU4 na qual constam as teses relevantes para os Juizados Especiais Federais desde 2017. Ambos os documentos são remetidos aos juízes federais da 4ª Região com competência JEF e à Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, além de divulgados no Portal do TRF4 e, em destaque, na página da Jurisprudência.

9. Como é o atendimento a partes e advogados?

Atendimento por telefone e presencial e, se necessário, faz-se videoconferência.

10. Há estabelecimento de metas de trabalho? Especificar.

Sim. O estabelecimento das metas ocorre nas reuniões periódicas semanais. Cada um dos núcleos coordena a realização dos trabalhos de acordo com a demanda, seja de cunho administrativo ou jurisdicional.

11. Qual a periodicidade das reuniões das turmas regionais? (especificar local/estado) e a forma de realização da reunião (videoconferência, virtual ou presencial)

As sessões de julgamento da TRU4 tem periodicidade bimestral, sendo realizadas de 5 a 6 sessões por ano. Até 3/2020 as sessões eram realizadas no TRF4, em Porto Alegre/RS. O Presidente da TRU, a equipe COJEF e os magistrados da Turma Recursal do Rio Grande do Sul participavam de forma presencial e os magistrados das Turmas Recursais de Santa Catarina e Paraná, por videoconferência, a partir das salas de sessões das respectivas turmas. Com a pandemia, as sessões passaram a ser telepresenciais, por meio das plataformas de videoconferência e, eventualmente, também são realizadas sessões virtuais.

12. Como a unidade está trabalhando para atingir as Metas 1, 2 e 3 do CNJ?

Na TRU4, as Metas 1 e 2 do CNJ são monitoradas pelo sistema gerencial G4 que indicam o quantitativo de demandas e os gabinetes dão prioridade ao julgamento desses processos. Ainda a COJEF, por meio de ofício circular, orienta os juízes que atuam nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais da 4ª Região no sentido de que observem o cumprimento da Meta 2 do CNJ. Quanto à Meta 3, a COJEF, em parceria com SISTCON/TRF4, regulamentou fluxos de procedimentos visando estimular a conciliação nos processos dos JEF e TRs. Exemplos: Temas de Negociação Selecionados pela PRU4/AGU - Portaria Conjunta 05/2020; Centralização e a adoção de rito padronizado e simplificado nas ações referentes ao Auxílio

Emergencial, estimulando a realização de acordos - Portaria Conjunta 8/2020; Fluxo a ser adotado para a implementação do Acordo de Poupança e Termo Aditivo homologados pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal na ADPF/165, nas ações com a CEF - Portaria Conjunta 11/2021.

13. Existe regimento interno que regulamenta as turmas regionais e as turmas recursais da Região?

Todas as Turmas Recursais e a Turma Regional observam uma única normativa regimental - Resolução TRF4 n. 33, de 08 de maio de 2018. Link para acesso: https://www2.trf4.jus.br/trf4/upload/editor/epz_resolucao-33.pdf

14. Há unidade avançada de atendimento ou juizados itinerantes?

Sim. No âmbito da 4ª Região há 26 unidades avançadas de atendimento (UAA) com competência para ações dos juizados especiais federais, localizadas nos seguintes municípios: SJPR: Arapongas, Astorga, Ibaiti, Ivaiporã e Wenceslau Braz. SJRS: Alegrete, Camaquã, Frederico Westphalen, Gramado/Canela, Itaqui, Jaguarão, Montenegro, Nova Prata, Santa Vitória do Palmar, São Borja, São Jerônimo, São Leopoldo, São Luiz Gonzaga, Soledade, Torres e Vacaria. SJSC: Araranguá, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Tijucas, Videira

15. A unidade possui plano de gestão?

Sim. A unidade estabelece o plano de gestão anualmente.

15.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A COJEF encontra-se com todos os recursos humanos preenchidos e adequados à demanda. Quanto aos recursos materiais estão rigorosamente de acordo e atualizados com as tarefas desempenhadas pelos servidores.
b) gestão do trabalho	A gestão do trabalho ocorre ao longo do ano e é divulgada no relatório anual do TRF4.
c) resultados	Fórum Interinstitucional Previdenciário - em 2020 foram realizadas 7 reuniões telepresenciais, substituindo os eventos presenciais. O novo formato mostrou-se resolutivo aproximando as instituições para o diálogo interinstitucional, especialmente no período da Pandemia - COVID 19, dentre seus resultados cito: 1.1. Projeto em parceria com Superintendência do INSS - Regional Sul, Corregedoria Regional, COJEF e para a modernização das rotinas

gerenciais do INSS que levou a redução significativa do atraso no cumprimento das decisões judiciais pelo INSS, especialmente nas ações em tramitação nos Juizados Especiais; 1.2. Criação da ferramenta eletrônica TED - automática agilizou pagamento dos RPVs e Precatórios; 1.3. Diálogo com Conselho de Recursos da Previdência Social para reduzir as demandas relacionadas aos benefícios previdenciários; Regulamentação da transmissão das sessões de julgamento das turmas recursais pela internet; Remodelação da páginas dos Juizados Especiais Federais no Portal do TRF4; Base de dados gerenciais dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região - foi disponibilizado na ferramenta gerencial - G4 a gestão do acervo e dos processos sobrestados dos gabinetes das Turmas Recursais. Reuniões do grupo de trabalho criado para discutir o aperfeiçoamento do laudo pericial eletrônico nos benefícios por incapacidade a partir das necessidades apontadas pelos advogados e médicos peritos. Pendente a elaboração do relatório final pela juíza coordenadora do grupo. Regulamentação normativas, em conjunto com parceiros institucionais (AGU, Caixa Econômica Federal, Ministério da Saúde), com objetivo de aprimorar o fluxo de procedimentos, bem como de estimular a conciliação. (ex. além das citadas no questionamento 12, acrescento a Portaria Conjunta n. 13/2020 - Dispõe sobre a adoção de rito padronizado ao cumprimento de decisões nas ações referentes à matéria de saúde. Reestruturação das varas federais com competência previdenciária das Subseções de Novo Hamburgo e Porto Alegre. Integração com projeto regional de equalização da carga de trabalho das unidades judiciárias da 4ª Região. Alteração da Resolução TRF4 n. 33/2018. Regimento das Turmas Recursais e da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.

15.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Em 2021 foi elaborado novo plano de gestão. Foram revisadas as metas de 2020 não atendidas ou parcialmente atendidas, ajustando-as de modo a promover seu integral cumprimento. Ainda foram adicionados novos projetos como, por exemplo, o projeto regional MonitoraPrevi que tem por objetivo desenvolver a ferramenta de acompanhamento e gestão das perícias médicas realizadas no âmbito dos Juizados Especiais Federais nos processos de benefício por incapacidade.

15.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Serão mantidas as reuniões semanais com a equipe de trabalho e realizadas reuniões com as áreas técnicas envolvidas para a conclusão das metas estabelecidas, com o acompanhamento e constante revisão de procedimentos para atingir as metas.

16. Quais as iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Reuniões semanais de equipe por videoconferência (Zoom Meeting); Manutenção de parte da força de trabalho em regime de teletrabalho; Manter a designação de grupo de trabalho sob coordenação de juiz federal.

17. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Desembargador Federal Sebastião Ogê Muniz, Coordenador dos Juizados Especiais Federais, pela Desembargadora Federal Tais Schilling Ferraz, Vice-Coordenadora, e, pelos servidores Eduardo Julio Eidelwein, Assessor da Coordenação, Sibele de Almeida Vaucher, Diretora do Núcleo de Controle e Análise de Informações Gerenciais e Procedimentos dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais e por Regaldo Amaral Milbradt, Diretor do Núcleo de Apoio à Presidência da Turma Regional de Uniformização, que discorreram acerca das atividades desenvolvidas pela COJEF:

A COJEF é uma unidade vinculada à Presidência e o início da gestão do atual Coordenador ocorreu em 24/6/2021.

A unidade é composta por seis servidores, que, em virtude da pandemia, estão em teletrabalho. No entanto, informaram os entrevistados, que há sempre um funcionário disponível para atendimento aos advogados de forma presencial, virtual e por telefone.

Os servidores da COJEF executam as atividades relacionadas com o processamento dos feitos de competência da Turma de Uniformização, desde o seu recebimento, até a baixa e os serviços relacionados ao processamento e julgamento dos processos; realizam o exercício da admissibilidade dos recursos junto aos Tribunais Superiores, e, ainda, acompanham as atividades do Fórum Interinstitucional Previdenciário.

A COJEF faz uso de ferramentas de gestão e de tecnologia uma vez que seus servidores supervisionam, acompanham, monitoram e gerenciam os processos dos JEFs, bem como realizam o controle estatístico dos processos sobrestados através do sistema de Gestão da 4ª Região, o G4, o qual permite minucioso controle dos feitos sujeitos a temas de afetação nos Tribunais Superiores.

É de se ressaltar a importância e a iniciativa do trabalho exitoso realizado pela COJEF em conjunto com a Corregedoria do TRF4, que resultou na assinatura de diversas portarias visando a melhoria da prestação jurisdicional, a fim de que esta seja célere, responsável e eficiente.

Percebe-se que a COJEF tem cumprido com sua missão institucional uma vez que suas atividades estão pautadas em ações relativas à transmissão e publicização das sessões de julgamento telepresenciais; à adoção de rito padronizado e simplificado dos pedidos de concessão do auxílio emergencial; à definição de fluxo para implementação do Acordo de Poupança; à regulamentação do pedido TED automático; à adoção de etapas autocompositivas com a União; à aplicação de multas decorrente do atraso e encerramento, tarefas somente quando necessário; a um constante diálogo entre as unidades do Tribunal e as instituições parceiras – INSS, AGU etc.

Destaco, de acordo com o Plano de Gestão da unidade, as boas práticas apresentadas na entrevista:

1 - O contato interinstitucional que vem sendo mantido com o INSS visando a melhoria e o aperfeiçoamento dos serviços, tanto administrativamente perante o Conselho de Recursos da Previdência e Assistência Social (CRPS), quanto ao monitoramento das perícias (quantas foram ou não foram realizadas).

2 - Campanha visando esclarecimento a respeito de pagamento dos precatórios e RPVs, objetivando evitar golpes, fraudes e cobranças indevidas.

3 - Cumprimento das decisões judiciais, pela Central Especializada de Análise de Benefícios -DJ, em dia, devido ao trabalho de gestão realizado com o INSS.

Transcrevo, por oportuno, algumas outras boas práticas realizadas na COJEF, conforme se segue:

“Promovem ações interinstitucionais com objetivo de reduzir o ajuizamento de ações.

Desenvolvem e aprimoram, em parceria com a APLANG/DTI, a base de dados gerenciais dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.

Realizam (virtualmente), pelos menos, duas reuniões do Fórum Interinstitucional Previdenciário em cada Seção Judiciária e 1 reunião regional.

Mantém atualizada a ferramenta do eproc - Repercussão Geral e Recursos Repetitivos - dos Incidentes de Uniformização do STJ (Tipo de Tema PUIL/STJ), até implementação da atualização automática.

Promovem a integração entre as Turmas Recursais e Gabinete de Admissibilidade, realizam 6 reuniões por ano, a cada 2 meses, visando unificar a jurisprudência nas Turmas, divulgam no Portal as decisões mais relevantes.

Atuam na melhoria da imagem dos Juizados Especiais perante a sociedade.

Divulgam projetos e ações para melhoria da prestação jurisdicional dos Juizados Especiais.

Estimulam, identificam e divulgam boas práticas que contribuam para o aprimoramento da prestação jurisdicional dos Juizados Especiais”.

Atualmente estão sobrestados na TRU o total de 117.810 processos aguardando julgamento dos temas pelos Tribunais Superiores.

No tocante aos processos sobrestados na TRU, faço juntar a seguinte tabela:

Processos Sobrestados da TRU Relatório Total de Temas - eproc		
Tipo	Número do Tema	Total
IRDR/TRF4 - Tema	12	10
IRDR/TRF4 - Tema	14	1
IRDR/TRF4 - Tema	15	25
IRDR/TRF4 - Tema	18	1
Tema STF	264	12
Tema STF	265	12
Tema STF	284	2
Tema STF	285	2
Tema STF	526	4
Tema STF	616	103
Tema STF	1071	1
Tema STJ	1018	5
Tema STJ	1090	4
Tema STJ	1083	9
Tema STJ	1031	1
Tema STJ	999	123
Tema STJ	982	8
Tema STJ	732	1
Tema STJ	692	1
TNU	129	1

TNU	160	2
TNU	170	2
TNU	197	1
TNU	200	1
TNU	219	2
TNU	256	1
TNU	272	8
TNU	276	2
TNU	282	3
TNU	291	1
Total		349

*Tema 616/STF - Incidência do fator previdenciário (Lei 9.876/99) ou das regras de transição trazidas pela EC 20/98 nos benefícios previdenciários concedidos a segurados filiados ao Regime Geral até 16/12/1998.

*Tema 1102/STF - Possibilidade de revisão de benefício previdenciário mediante a aplicação da regra definitiva do artigo 29, incisos I e II, da Lei n. 8.213/91, quando mais favorável do que a regra de transição contida no artigo 3º da Lei n. 9.876/99, aos segurados que ingressaram no Regime Geral de Previdência Social antes da publicação da referida Lei n. 9.876/99, ocorrida em 26/11/99.

Registro, por fim, que não foram listados processos para inspeção na unidade, assim como não houve recomendação na última inspeção.

18. RECOMENDAÇÕES

Considerando o excelente desempenho da unidade na realização das atividades a ela atribuídas, esta equipe da Corregedoria não tem recomendação específica a ser feita. Cumpre-me, apenas, parabenizar os integrantes da unidade pelo excelente trabalho que vem sendo desenvolvido, bem como recomendar a manutenção das condições atualmente verificadas, sem prejuízo da busca por um constante aperfeiçoamento.

No entanto, considerando a importância da conciliação como mecanismo preventivo de novos conflitos, e, diante do volume de demandas de JEF, sugere-se a manutenção de reuniões periódicas com os Coordenadores dos CEJUSCS a fim de realizarem e aumentarem os índices de Conciliação da unidade.

Ademais, sugere-se que seja dado seguimento aos projetos de implantação e extensão da Justiça Restaurativa no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, pois a JR é também um instrumento essencial para solução pacífica de conflitos.

COORDENADORIA DO SISTEMA DE CONCILIAÇÃO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade:

Sistema de Conciliação do TRF da 4ª Região

2.2 Competência:

O Sistema de Conciliação da 4ª Região, SISTCON, é um órgão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, criado com base nas Resoluções n. 88, de 29/7/2005 e n. 22, de 23/4/2009 e ampliado por meio da Resolução n. 15, de 14/3/2011, buscando viabilizar a solução dos conflitos pré-processuais e processuais por meio da conciliação, prestar apoio aos projetos especiais de conciliação promovidos no âmbito da 4ª Região e oferecer atendimento e orientação à cidadania, estimulando a comunicação, o diálogo e o entendimento. Busca, através do diálogo interinstitucional fomentar a construção de políticas para este fim. Compete, igualmente, ao SISTCON oferecer e organizar junto aos núcleos competentes as capacitações dos conciliadores que atuam nas sessões de conciliação. Além disso, impulsiona e estrutura, através do Núcleo de Justiça Restaurativa, a Política de Justiça Restaurativa na Justiça Federal da 4ª Região.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Vânia Hack de Almeida.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargadora Federal Taís Schilling Ferraz - de 26/11/2020 a 23/6/2021; Juiz Federal Marcelo Cardozo da Silva - Juiz auxiliar do SISTCON - de 13/7/2020 a 25/11/2020.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Adelar Gerônimo Gallina - Diretor da Secretaria do Sistema de Conciliação do TRF da 4ª Região

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	8
Estagiários de nível superior	3
Outros	
Estagiários de nível médio	

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Recomendações da inspeção de 2019: a) Propiciar, sempre que possível, a participação de servidores em cursos de capacitação, assim incrementando seus conhecimentos e dando-lhes motivação.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Atendidas, já a partir de 2019, facultando a participação dos servidores no Curso de Formação de Conciliadores, assim como nos demais cursos disponibilizados pela área de capacitação.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não se aplica.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

Dificuldades: estrutura pequena do setor é elemento limitador de ações gerenciais e executivas voltadas à expansão de projetos estratégicos em conciliação. Boas práticas e resultados: adoção da figura de juízes temáticos na coordenação de projetos; a elaboração, a partir do diálogo interinstitucional, de fluxos para a tramitação de processos submetidos à conciliação, resultando em Portarias Conjuntas do Sistcon, Cojef e Corregedoria; a concretização do Fórum Regional Interinstitucional do Direito à Moradia; utilizar os recursos tecnológicos, notadamente os disponibilizados no sistema processual eproc, para dar maior efetividade à solução acordada (Fórum de Conciliação Virtual); requisição da implantação de benefícios previdenciários, diretamente a unidade administrativa do INSS através da interface do sistema eproc.

6. Nome do responsável pelo preenchimento do relatório

Adelar Gerônimo Gallina.

7. Como a unidade está organizada? (Setores, funções e atribuições).

Direção de secretaria (CJ2): A ela estão vinculadas, diretamente o diretor de secretaria, duas servidoras e dois estagiários. Neste setor desenvolve-se a assessoria à Coordenação do Sistcon e à Coordenação de Projetos, Organização de Eventos, Ações de formação, Gestão, Controle estatístico, Comunicação, Interlocução com órgãos parceiros. Seção de Conciliações Virtuais (1FC5 + 1FC3+ um estagiário): onde são processadas as conciliações por via diversa da audiência (Fórum de Conciliação Virtual e petição nos autos) Setor de audiências (1FC4+1FC3): onde são processadas as conciliações por meio das audiências virtuais (telepresenciais) ou presencias (desde o início da pandemia todas as audiências formam telepresenciais). Seção de Apoio ao Núcleo de Justiça Restaurativa (1FC5 + 1 servidor): presta todo o suporte ao Núcleo de Justiça Restaurativa que é o órgão de macrogestão da política de JR na 4ª Região.

7.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Sim. 7 servidores.

7.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

É parcial, contudo, preponderante. Desde o início da pandemia há escalonamento para manter o trabalho presencial de acordo com as diretrizes da administração do Tribunal.

7.3 Qual critério para fixação das cotas?

Quanto aos processos judiciais submetidos à conciliação vale dizer que o acervo no Sistcon é rotativo, os feitos são processados em curto espaço de tempo, exceto as questões complexas que necessitam de reuniões prévias com as partes para prospectar e balizar parâmetros possíveis para a busca de acordo, mesmo nestes é dado impulso e feito registro paralelo no SEI, para fins de facilitar o resgate de ajustes prévios e permitir o avanço das tratativas. O critério adotado em conjunto pela equipe, é buscar dar impulso inicial em 24 horas do recebimento do processo. Há separação de responsabilidades entre os servidores em 3 competências de matérias (processos previdenciários, poupança, demais matérias). Esta meta é uma referência a ser observada e buscada. Havendo dificuldade, no cumprimento da meta de tempo para o processamento, busca-se de forma dinâmica o auxílio de outro colega.

7.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento é feito pelos localizadores de processos e verificação do tempo de permanência nestes. É importante destacar que os servidores possuem relativa autonomia para gerirem estes acervos e demonstram empenho em dar vazão ao fluxo.

A impossibilidade de observação da meta referência, leva primeiro à solicitação de auxílio. Caso persista, busca-se soluções coletivamente.

8. De que forma ocorre a organização dos processos, a gestão do acervo e o controle da movimentação interna?

Separação em 3 grandes grupos de matérias: Previdenciários: gestão por localizadores do eproc, com algumas automações, o controle se dá pelos localizadores dos processos no eproc; o impulso através de intimações manuais ou automatizadas e petições nos autos; Poupança: gestão por localizadores do eproc, impulso pelo Fórum de Conciliação Virtual e as respectivas automações, o controle se dá pelos localizadores. Demais matérias: gestão por localizadores e agenda, o impulso através de intimações, petições nos autos e/ou audiências virtuais de conciliação.

9. Quais os critérios para a seleção dos processos a serem conciliados?

Conforme análise prévia do INSS e da Caixa Econômica Federal, os processos previdenciários e de poupança em que há possibilidade de oferta de proposta de acordo são solicitados aos gabinetes para envio ao Sistcon e início das tratativas. São encaminhados, também, à conciliação, processos em que haja solicitação de qualquer das partes ou encaminhamento do relator ou do órgão julgador.

10. Como são realizados os atos processuais antes e depois da conciliação? (Intimação das partes e cumprimento).

Nos processos com triagem prévia pelo INSS ou Caixa é realizada a intimação eletrônicas destes para oferecimento de proposta de acordo, nos autos ou através do Fórum de Conciliação Virtual, conforme o caso. Nos processos que já há alguma proposta de acordo juntada, a parte adversa é intimada de forma eletrônica a se manifestar frente à proposta, ou ainda para demandas com certa complexidade, é intimada para audiência de conciliação. Os casos muito complexos (a exemplo de processos ambientais) busca-se a realização de sessões de conciliação ou de sessões privadas para análise de possíveis limites para eventuais acordos e prospectar possibilidades de avanço. Estes casos são sempre acompanhados por um juiz. O cumprimento do acordo, em regra, é feito na vara de origem (execução). As implantações de benefícios, decorrentes de acordo no Sistcon, passaram, recentemente a ser solicitadas à unidade administrativa do INSS (CEAB/DJ), através da interoperabilidade dos sistemas eletrônicos.

11. Como ocorre a dinâmica das conciliações (periodicidade, local, conciliadores)?

Para os casos em que as tratativas ocorrem por audiência, estas são marcadas de dois a três dias na semana e têm ocorrido de forma telepresencial com suporte do eproc e da plataforma de videoconferências Zoom. Os conciliadores atuantes no TRF são, também, servidores do setor ou magistrados designados para tanto.

12. Como é feito o controle estatístico da unidade?

O controle estatístico é feito pela ferramenta G4 (B.I.) e, eventualmente, são solicitados relatórios específicos à D.T.I.

13. Qual a média de tempo de tramitação dos procedimentos na unidade?

3 meses

13.1 Como é feito o controle periódico de processos sem movimentação?

Nos setores, pela aferição de localizadores com a ordenação por tempo no localizador. Em nível de gestão pelos relatórios.

14. Como as atividades são distribuídas internamente?

Na área processual pelas matérias atribuídas a cada servidor. Os procedimentos administrativos que dizem respeito a JR, são encaminhados diretamente ao ambiente virtual do Núcleo de Justiça Restaurativa (NUJURE), ao qual tem acesso a Juíza coordenadora, a Supervisora da seção de Apoio ao NUJURE, mais um servidor e o Diretor de Secretaria do Sistcon. Na área vinculada diretamente à direção de secretaria são feitas reuniões (telepresenciais) frequentes para organização e distribuição das tarefas. Importa destacar que todos os servidores e estagiários utilizam o comunicador interno “psiu” para troca de mensagens ou chamadas pontuais de videoconferência, facilitando a conversação e o auto apoio, mesmo à distância, além do whatsapp.

15. Como é realizado o atendimento a partes e aos advogados?

No período da pandemia, preponderantemente por telefone e e-mail. Eventualmente por videoconferência. Há sempre ao menos um servidor em trabalho presencial, possibilitando o atendimento presencial, se necessário, mas que, em regra, não tem sido procurado, pelos advogados.

16. Como a unidade trabalha para alcançar a Meta 3 do CNJ?

Busca-se manter diálogo interinstitucional com os principais órgãos e respectivas procuradorias que atuam junto ao TRF, com vistas a prospectar processos com potencialidade de solução por acordo.

17. Foram criadas os CEJUSCONs? Como é realizada a coordenação no âmbito das seções judiciárias?

Todas as circunscrições da Justiça Federal da 4ª Região que possuem mais de uma Vara Federal, possuem um Cejuscon. Assim, há 10 Cejuscons no Paraná, 17 Cejuscons no Rio Grande do Sul e 9 em Santa Catarina. Cada Cejuscon, possui um magistrado coordenador, designado pela Coordenadora do Sistcon. Os Cejuscons das capitais, além de atuarem na localidade, exercem uma atividade de apoio às Coordenações de Cejuscons das demais cidades.

18. Como é realizado o diálogo interinstitucional com os entes públicos para fomentar a conciliação?

Busca-se o diálogo constante, através de reuniões frequentes e com pautas específicas. Para as questões pontuais utiliza-se dos diversos instrumentos de comunicação, como e-mail, telefone, whatsapp. A interlocução permitiu a elaboração conjunta, com diversos entes, de propostas de fluxo para processos submetidos à conciliação em diversas matérias, que resultaram em Portaria Conjuntas entre o Sistcon, COJEF e Corregedoria visando a orientação de varas federais, juizados especiais e Cejuscons. Recentemente estão sendo criados Fóruns Interinstitucionais permanentes, para manter e aprofundar essa interlocução.

19. Como são realizados os procedimentos pré-consensuais?

Está disponibilizado no sistema eproc a Reclamação Pré-processual (RPP), regulada pela Resolução n. 15, de 23 de fevereiro de 2017 e atualizações posteriores, disponível em https://www2.trf4.jus.br/trf4/upload/editor/kcd_resolucao-no-15,-de-02-2017_0.pdf Em síntese, a RPP pode ser iniciada por qualquer pessoa física, jurídica ou entidade, diretamente no processo eletrônico ou por meio de Atermação, é sem custas, prescinde de advogado, não induz prevenção, não interrompe a prescrição nem constitui em mora, não torna litigiosa a coisa em relação a qualquer das partes envolvidas, não implica confissão de dívida (salvo se resultar de acordo) e não obsta conciliação em ação judicial futura. A homologação judicial do acordo na RPP é facultativa.

20. A unidade possui plano de gestão?

Sim. A unidade possui projetos com responsabilidades definidas e avaliação frequente da sua implementação visando identificar entraves e avanços. Para cada um dos projetos há designação de coordenador/gerente. No âmbito da secretaria existem atribuições definidas, sendo algumas específicas, compartilhadas por mais de uma pessoa.

20.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	Recentemente foi possível relatar servidores na secretaria, chegando mais próximo do desejável. Há necessidade ainda de mais 2 servidores (um para área processual e outro para a área de projetos). Há necessidade de incremento da estrutura de gratificações para a área de gestão e acompanhamento de projetos e de formação, a fim de torná-la adequada às demandas existentes.
b) gestão do trabalho	As atividades operacionais são geridas no âmbito dos três setores, com auxílio eventual da Direção da Secretaria, por

	demanda dos setores, ou em face de constatação de necessidade, a partir do monitoramento do seu andamento. Os projetos são monitorados pela Direção de Secretaria e pelos magistrados temáticos, designados como coordenadores dos projetos.
c) resultados	Estreitamento do diálogo interinstitucional. Manutenção das atividades de conciliação no período da pandemia, a partir dos meios eletrônicos de conciliação (petição nos autos, Fórum de Conciliação Virtual e Audiência Virtual de Conciliação) em diversas matérias. Aumento do volume de processos recebidos para conciliação no Sistcon: 3.069 processos até setembro de 2021, sendo que cerca de 1.673 se encontram com tratativas abertas e 710 com acordo homologado, os demais foram restituídos sem acordo.

20.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Aprofundar os espaços de diálogo interinstitucionais; Aprimorar a formação dos agentes da Conciliação; Formar facilitadores de Justiça Restaurativa; Investir na desjudicialização; Ampliar o volume de processos resolvidos por acordo.

20.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Consolidar a implantação dos Fóruns Interinstitucionais; Consolidar quadro de instrutores de conciliação; Realizar os cursos de formação de facilitadores de JR; Apoiar a divulgação das possibilidades de solução de conflitos por acordo na esfera administrativa; Seguir prospectando juntamente com os órgãos e respectivas procuradorias os processos com potencialidade de solução autocompositiva.

21. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Atividades laborais com foco na entrega e não no horário de trabalho. A utilização de recursos tecnológicos, especialmente voltados à comunicação. A adoção de formato híbrido de prestação dos serviços (remoto e presencial), adequado às necessidades da gestão e às motivações pessoais, de forma a manter uma boa prestação de serviço à comunidade.

22. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada em 21/10/2021, das 14h às 16h, de forma presencial.

Dela participaram a Desembargadora Federal Vânia Hack de Almeida, Coordenadora do Sistema de Conciliação da 4ª Região (SISTCON), o Juiz Federal Eduardo Tonetto Picarelli, auxiliar da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, o Desembargador Federal do TRF5, Élio Wanderley de Siqueira Filho, da equipe de inspeção do Conselho da Justiça Federal (CJF), e o servidor Adelar Gerônimo Gallina, Diretor da Secretaria.

Previamente ao início da inspeção, foi realizada breve **explicação** acerca do arcabouço da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos de Interesses, regida pela Resolução CNJ n. 125/2010.

Foi rememorada a estrutura da política, sobretudo quanto: **(i)** ao papel do CNJ, como idealizador e formulador da política, ao estabelecer as diretrizes gerais de incentivo à autocomposição (art. 6º); **(ii)** à atribuição do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) de desenvolver a política no respectivo tribunal, planejando, promovendo interlocução, articulando e cuidando da formação e da atuação apropriadas dos conciliadores, mediadores e servidores (artigo 7º)², servindo, assim, como “núcleo de inteligência” e sendo, por isso, considerado o

² “Art. 7º Os Tribunais deverão criar, no prazo de 30 dias a contar da publicação desta Resolução, Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Núcleos), coordenados por magistrados e compostos por magistrados da ativa ou aposentados e servidores, preferencialmente atuantes na área, com as seguintes atribuições, entre outras: (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

I - desenvolver a Política Judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesses, estabelecida nesta Resolução;

I – implementar, no âmbito de sua competência, a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta Resolução; (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

II - planejar, implementar, manter e aperfeiçoar as ações voltadas ao cumprimento da política e suas metas;

III - atuar na interlocução com outros Tribunais e com os órgãos integrantes da rede mencionada nos arts. 5º e 6º;

III – atuar na interlocução com outros Tribunais e com os órgãos integrantes da rede mencionada nos artigos 5º e 6º desta Resolução; (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

IV - instalar Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania que concentrarão a realização das sessões de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, dos órgãos por eles abrangidos;

V - incentivar ou promover capacitação, treinamento e atualização permanente de magistrados, servidores, conciliadores e mediadores nos métodos consensuais de solução de conflitos;

VI - propor ao Tribunal a realização de convênios e parcerias com entes públicos e privados para atender aos fins desta Resolução;

VI – propor ao Tribunal a realização de convênios e parcerias com entes públicos e privados para atender aos fins desta Resolução; (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

“cérebro” da política; **(iii)** aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (artigos 8º a 11³), que, criados obrigatoriamente pelos tribunais onde há mais de uma

VII - criar e manter cadastro de mediadores e conciliadores, de forma a regulamentar o processo de inscrição e de desligamento; (Incluído pela Emenda nº 2 de, 08.03.16)

VIII - regulamentar, se for o caso, a remuneração de conciliadores e mediadores, nos termos do art. 169 do Novo Código de Processo Civil combinado com o art. 13 da Lei de Mediação. (Incluído pela Emenda nº 2 de, 08.03.16)

VIII – regulamentar, se for o caso, a remuneração de conciliadores e mediadores, nos termos do art. 169 do Código de Processo Civil de 2015, combinado com o art. 13 da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 (Lei de Mediação). (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)” (BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução n. 125/2010. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/156>. Acesso em 19/05/2021)

³ “Art. 8º Os tribunais deverão criar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Centros ou Cejuscs), unidades do Poder Judiciário, preferencialmente, responsáveis pela realização ou gestão das sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, bem como pelo atendimento e orientação ao cidadão. (Redação dada pela Emenda nº 2, de 08.03.16)

§ 1º As sessões de conciliação e mediação pré-processuais deverão ser realizadas nos Centros, podendo as sessões de conciliação e mediação judiciais, excepcionalmente, serem realizadas nos próprios juízos, juizados ou varas designadas, desde que o sejam por conciliadores e mediadores cadastrados pelo Tribunal (inciso VII do art. 7º) e supervisionados pelo juiz coordenador do Centro (art. 9º). (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

§ 2º Nos Tribunais de Justiça, os Centros deverão ser instalados nos locais onde existam dois juízos, juizados ou varas com competência para realizar audiência, nos termos do art. 334 do Código de Processo Civil de 2015. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

§ 3º Os Tribunais poderão, enquanto não instalados os Centros nas comarcas, regiões, subseções judiciárias e nos juízos do interior dos estados, implantar o procedimento de conciliação e mediação itinerante, utilizando-se de conciliadores e mediadores cadastrados. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

§ 4º Nos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça, é facultativa a implantação de Centros onde exista um juízo, juizado, vara ou subseção, desde que atendidos por centro regional ou itinerante, nos termos do § 3º deste artigo. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

§ 5º Nas comarcas das capitais dos estados, bem como nas comarcas do interior, subseções e regiões judiciárias, o prazo para a instalação dos Centros será concomitante à entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

§ 6º Os Tribunais poderão, excepcionalmente: (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

I – estender os serviços do Centro a unidades ou órgãos situados em outros prédios, desde que próximos daqueles referidos no § 2º deste artigo; e (Incluído pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

II – instalar Centros Regionais, enquanto não instalados Centros nos termos referidos no § 2º deste artigo, observada a organização judiciária local. (Incluído pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

§ 7º O coordenador do Centro poderá solicitar feitos de outras unidades judiciais com o intuito de organizar pautas concentradas ou mutirões, podendo, para tanto, fixar prazo. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

§ 8º Para efeito de estatística de produtividade, as sentenças homologatórias prolatadas em processos encaminhados ao Centro, de ofício ou por solicitação, serão contabilizadas: (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

I – para o próprio Centro, no que se refere à serventia judicial; (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

Vara, Juízo ou Juizado, executam a Política Nacional, sendo compostos, necessariamente, dos setores pré-processual, processual e de cidadania, e são, por isso, os “braços” da política, dando cumprimento ao artigo 334 do Código de Processo Civil (CPC), de caráter cogente.

Após isso, verificou-se que, no TRF4, as atribuições do Coordenador do SISTCON estão discriminadas no RITRF4 (art. 24), que também dispõe sobre a colaboração de Juízes Auxiliares e de Coordenadores Estaduais na gestão do Núcleo.

Foi informada a adoção da figura dos “Juízes Temáticos” na coordenação dos projetos, os quais são divididos por matérias/temas específicos. Como exemplos de

II – para o magistrado que efetivamente homologar o acordo, esteja ele oficiando no juízo de origem do feito ou na condição de coordenador do Centro; e (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

III – para o juiz coordenador do Centro, no caso de reclamação pré-processual. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

§ 9º Para o efeito de estatística referido no art. 167, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, os Tribunais disponibilizarão às partes a opção de avaliar câmaras, conciliadores e mediadores, segundo parâmetros estabelecidos pelo Comitê Gestor da Conciliação. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

Art. 9º Os Centros contarão com um juiz coordenador e, se necessário, com um adjunto, aos quais caberá: (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

I – administrar o Centro; (Incluído pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

II – homologar os acordos entabulados; (Incluído pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

III – supervisionar o serviço de conciliadores e mediadores. (Incluído pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

§ 1º Salvo disposição diversa em regramento local, os magistrados da Justiça Estadual e da Justiça Federal serão designados pelo Presidente de cada Tribunal entre aqueles que realizaram treinamento segundo o modelo estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme Anexo I desta Resolução. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

§ 2º Caso o Centro atenda a grande número de juízos, juizados, varas ou região, o respectivo juiz coordenador poderá ficar designado exclusivamente para sua administração. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

§ 3º Os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais deverão assegurar que nos Centros atue ao menos um servidor com dedicação exclusiva, capacitado em métodos consensuais de solução de conflitos, para triagem e encaminhamento adequado de casos. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

§ 4º O treinamento dos servidores referidos no § 3º deste artigo deverá observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme Anexo I desta Resolução. (Incluído pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

Art. 10. Cada unidade dos Centros deverá obrigatoriamente abranger setor de solução de conflitos pré-processual, de solução de conflitos processual e de cidadania. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

Art. 11. Nos Centros poderão atuar membros do Ministério Público, defensores públicos, procuradores e/ou advogados.” (BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução n. 125/2010. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/156>. Acesso em 19/05/2021)

projetos foram citados: habitação, fundo de garantia de tempo de serviço (FGTS), contratos bancários e direito ambiental.

Indagados pela equipe de inspeção a respeito da articulação interinstitucional, reportaram a realização de Fóruns Regionais, com temas específicos, como importante ferramenta de facilitação do diálogo interinstitucional.

Com relação à gestão da unidade, afirmaram haver uma gestão participativa, com a atuação conjunta da Coordenação, dos Juízes Auxiliares e dos Coordenadores Regionais de cada Estado.

Foi esclarecido que o SISTCON é composto por um desembargador federal coordenador, pelos coordenadores regionais de cada Estado, pelos juízes federais auxiliares e pelos Coordenadores de cada CEJUSCON.

Segundo afirmado, o SISTCON, apesar de exercer predominantemente a atividade-fim, como núcleo de inteligência, tem se dedicado ao 1º Grau, colhendo demandas e promovendo articulações para concretização das ações possíveis.

Apurou-se que a unidade também desenvolve ações executivas inerentes à autocomposição (atividades-meio) sempre que possível.

Foram reportadas à equipe de inspeção as dificuldades enfrentadas com a estrutura pequena da unidade. O quadro reduzido de servidores limita a efetivação de ações gerenciais e executivas voltadas à expansão de projetos estratégicos em conciliação.

Com relação ao plano de gestão, esclareceram que a unidade possui atribuições definidas, as quais estão em constante avaliação para fins de identificação e eliminação de “gargalos”. Cada projeto da unidade possui um coordenador/gerente. No âmbito da secretaria, todas as atribuições estão delineadas e podem ser compartilhadas por mais de uma pessoa.

Com relação às reuniões interinstitucionais realizadas pelo SISTCON, a unidade informou, por e-mail, a pedido da equipe de inspeção, que faz o registro em ata de todas as reuniões. Como exemplo, foram encaminhadas à equipe de inspeção cópias das seguintes atas: **(i)** Ata de reunião sobre “*Ferrovias da Malha Sul, Ocupações em Faixas de Domínio*”, realizada em 17/10/2019, na sala do SISTCON; **(ii)** Ata do Fórum Regional Interinstitucional do direito à moradia, realizada em 24/9/2021, em ambiente virtual; **(iii)** Ata de Reunião sobre “*Ocupações nas faixas de domínio das ferrovias*”, realizada em 16/12/2021, em ambiente virtual; **(iv)** Ata de reunião sobre “*Apresentação de proposta de Fluxos dos Processos de Poupança à Febrapo - Proposta de Portaria Conjunta*”, realizada em 12/8/2021, no TRF4; **(v)** Ata de reunião sobre “*Prosseguimento Projeto Multiportas (Acordos Poupança) - Ação do PROJUST - Fluxos (Proposta de Portaria Conjunta)*”, realizada em 6/8/2021; **(vi)** Ata de reunião sobre “*Análise de sugestões para a Evolução dos Fluxos dos Temas de Negociação da AGU*”, realizada em 20/7/2021.

Em informações complementares solicitadas pela equipe de inspecção, também foi encaminhada, por e-mail, a relação dos atos normativos do TRF4 que dispõem sobre a Conciliação, abaixo transcrita:

- [Resolução n. 87/2021](#) - Dispõe sobre a implantação e a disciplina da Política de Justiça Restaurativa no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região;
- [Resolução n. 69/2021](#) - Dispõe sobre a redução da distribuição processual aos Coordenadores Regionais dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCON) da Justiça Federal da 4ª Região;
- [Resolução n. 15/2011](#) - Dispõe sobre a adequação e ampliação do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 4ª Região à Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesse;
- [Resolução n. 15/2017 - alterada e consolidada pelo artigo 2º da Resolução n. 74/2019](#) - Regulamenta o procedimento da reclamação pré-processual e da homologação de acordo extrajudicial dela decorrente;
- [Resolução n. 109/2018](#) - Regulamenta o "Fórum de Conciliação Virtual" no processo eletrônico no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região;
- [Resolução n. 32/2016](#) - Regulamenta a utilização do meio eletrônico para a realização de audiências de Conciliação/Mediação no processo eletrônico no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região;
- [Portaria n. 942/2016](#) - Institui o Manual Interno do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, unidade gestora do Sistema de Conciliação do TRF da 4ª Região (SISTCON), dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCONs), das Centrais e Perícia e Conciliação (CPCON) e da 26ª Vara Federal de Porto Alegre (Vara de Conciliação);
- [Orientação Conjunta n. 4493249 - Corregedoria e SISTCON;](#)
- [Portaria Conjunta n. 2/2019](#) - Recomenda fluxo de trabalho a ser adotado nas ações que tratam da matéria seguro-desemprego, tendo em vista a autocomposição em demandas judiciais alinhadas aos Planos Nacionais e Regionais de Negociação elaborados pela Procuradoria-Geral da União.
- [Portaria n. 1.164/2020](#) - Institui Grupo de Trabalho (GT) para elaborar e apresentar proposta de Plano de Implantação, Difusão e Expansão da Justiça Restaurativa da Justiça Federal da 4ª Região.
- [Portaria Conjunta n. 3/2021](#) - Recomenda a adoção de fluxo de trabalho e suspensão das ações de reintegração de posse de imóveis situados em faixas de domínio de ferrovias.
- [Portaria Conjunta n. 5/2021](#) - Dispõe sobre a adoção de etapa autocompositiva nas ações em que a União seja parte.
- [Portaria Conjunta n. 8/2021](#) - Dispõe sobre a centralização e a adoção de rito padronizado e simplificado nas ações referentes ao Auxílio Emergencial instituído pela Lei nº 13.982/2020.
- [Portaria Conjunta n. 11/2021](#) - Dispõe sobre o fluxo a ser adotado para a implementação do Acordo de Poupança e Termo Aditivo homologados pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF/165, nas ações em que a Caixa Econômica Federal (CEF) seja parte.

Foi informado, ainda, que será publicada, em breve, a Portaria Conjunta n. 14/2021, que revogará a Portaria Conjunta n. 5/2021.

Quanto às recomendações da inspeção anterior (2019), o SISTCON informou ter facultado aos servidores a participação em Curso de Formação de Conciliadores, assim como nos demais cursos ofertados pela área de capacitação.

Em informações complementares solicitadas pela equipe de inspeção, a unidade informou ser possível acessar, no Portal do TRF4, os principais projetos e ações realizados pelo SISTCON nos anos de 2020 e 2021, no endereço eletrônico "https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=pagina_visualizar&id_pagina=1699".

Dentre as principais ações, destacam-se:

(i) a realização de curso para conciliadores sobre o uso de ferramentas de autocomposição e a conciliação *on-line*; o treinamento dos servidores do SISTCON no Fórum de Conciliação Virtual e um extenso trabalho de registro das informações relativas a todos os magistrados e servidores certificados e em processo de certificação na JF4ªR, como conciliadores e instrutores, nos Cadastros Nacionais (CONCILIAJUD) - Sistema de Controle de Ações de Capacitação em Mediação e Conciliação do CNJ;

(ii) a retomada do Projeto beira-trilhos (Ferrovias da Conciliação) mediante reuniões interinstitucionais voltadas à busca de soluções preventivas e autocompositivas para os conflitos envolvendo ocupantes das faixas de domínio junto às Ferrovias;

(iii) a realização de audiências de conciliação em ações possessórias relativas à ocupação de área próxima ao aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, na Nazaré, as quais foram vinculadas à ação coletiva que trata do mesmo tema;

(iv) o desenvolvimento de um novo projeto para alcançar as ações remanescentes envolvendo expurgos da poupança, de forma a atender ao *item 12.1.a* do Termo Aditivo ao Acordo Coletivo homologado pelo Superior Tribunal Federal (STF);

(v) a realização de sessões de conciliação virtuais de desapropriação sobre obras do Contorno Viário na Seção Judiciária de Santa Catarina;

(vi) a realização de sessões de conciliação na Seção Judiciária do Paraná na tentativa de solucionar, de forma estruturante e autocompositiva, os problemas de leitos para tratamento da COVID-19.

Foi informado que, de janeiro de 2020 a 15 de junho de 2021, somaram-se 65.766 sentenças homologatórias de conciliação (Fonte: "<https://sap.trf4.jus.br/estatistica/controlador.php?menu=8&submenu=3>").

Por fim, acerca do cumprimento do artigo 334 do CPC, a unidade informou que todo o monitoramento de audiências, dos Fóruns Virtuais, das sentenças homologatórias de acordo etc. é feito como o uso da ferramenta G4, por meio de relatórios. Um dos relatórios é o de *Audiências de Conciliação* (print anexo), que, por sua vez, possui o item *Status da Audiência* com parâmetros para apuração da quantidade de audiências

The screenshot shows a web application interface for managing hearings. The main area displays a table with the following data:

Status da Audiência	Vara 1º Grau	Quantidade Audiência
	4ª UAA em Jaguarão	10
	1ª UAA de São Bento do Sul	6
	7ª UAA em Montenegro	1
	26ª Vara Federal de Porto Alegre	11
	CEJUSCON-PORTO ALEGRE	14
	CEJUSCON-RIO GRANDE	1
	4ª Vara Federal de Passo Fundo	1
	1ª Vara Federal de Santo Ângelo	3
	CEJUSCON-SANTO ÂNGELO	3
	CEJUSCON-CAXIAS	5
	CEJUSCON-NOVO HAMBURGO	6
	CEJUSCON - LAJEADO	3
	1ª Vara Federal de Carazinho	2
	1ª Vara Federal de Santiago	1
DESIGNADA CONCILIAÇÃO ART.334	1ª Vara Federal de Capão da Canoa	9
	6ª Vara Federal de Florianópolis	7
	CEJUSCON-CHAPECÓ	4
	1ª Vara Federal de Rio do Sul	2
	11ª Vara Federal de Curitiba	5
	NÚCLEO DE CONCILIAÇÕES	44
	CEJUSCON-LONDRINA	16
	1ª Vara Federal de Foz do Iguaçu	12
	4ª Vara Federal de Ponta Grossa	22
	CEJUSCON-PONTA GROSSA	30

designadas, inclusive as do artigo 334 do CPC, prorrogadas, realizadas, redesignadas, com filtros de períodos, localidades e unidades.

Por fim, a Desembargadora inspetora ressaltou a necessidade de documentação do plano de trabalho não apenas para subsidiar novos servidores, mas também para a preservação da memória institucional da unidade.

23. RECOMENDAÇÕES

A unidade inspecionada está desenvolvendo as atribuições que lhe competem (art. 7º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n. 125/2010), eminentemente de planejamento e de articulação interinstitucional, com destaque na organização, no controle e na coordenação.

Esse trabalho é revelado por meio dos vários projetos e das variadas iniciativas de natureza preventiva demonstrados, que não são mensuráveis.

Medidas que podem ser adotadas para o **aprimoramento** da unidade:

1. mapear as atividades, com a identificação dos processos de trabalho do gabinete (fluxograma) para favorecer o acompanhamento e o aprimoramento das tarefas atribuídas aos servidores, bem como o adequado gerenciamento de riscos. O mapeamento do processo de trabalho possibilita a identificação da ocorrência de retrabalho e de sobreposição de atribuições, assim como a redução de contingências

que possam afetar o atingimento das metas de trabalho. Ademais, o registro do processo de trabalho evita a perda da memória institucional da unidade;

2. manter o diálogo interinstitucional com os demandantes habituais (INSS – procuradoria e superintendência –, AGU, Caixa – advogados e superintendência, Conselhos Profissionais, Agências Reguladoras e qualquer pessoa que possa contribuir para a solução do conflito) para dar efetividade ao desenvolvimento da política de tratamento adequado de conflitos;

3. manter o monitoramento do cumprimento do artigo 334 do CPC, em respeito ao caráter cogente dessa norma, cuidando para que os processos sejam encaminhados aos Centros, caso não exercida a prerrogativa prevista no artigo 168 do CPC;

4. estimular, nos Centros, o desenvolvimento do setor de cidadania ou projetos dessa natureza;

5. velar pelo cumprimento das Resoluções CNJ n. 282/2019 (que conferiu ao CEJUC o *status* de “unidade judiciária”) e 290/2019 (que dispõe sobre a aferição da produtividade dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania).

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Nome da Escola de magistratura

Escola da Magistratura do TRF 4ª Região

1.2 Região

4ª Região

1.3 Diretor da Escola

Desembargador Federal João Batista Pinto Silveira

2. FORMAÇÃO CONTINUADA

2.1 Relatar as dificuldades no planejamento e execução das atividades de formação (explícite em relação a cada público: desembargadores e juízes)

Necessidade de planejamento das atividades na modalidade a distância por imposição da pandemia. Após um período de adaptação, tanto por parte do corpo técnico, quanto ao público-alvo. Não se verificam diferenças entre o grupo de juízes e desembargadores. A adaptação demandou tanto aprendizagem no sentido de recursos tecnológicos quanto a necessária atualização pedagógica por parte da equipe de planejamento e dos próprios formadores. A grande maioria estava preparada para atividades presenciais. Cativar o público-alvo para atividades nessa modalidade demandou grande esforço, pois ainda persiste a resistência ao ensino remoto. Houve flexibilização por parte da Escola Nacional, reconhecendo atividades diversas de cursos, ainda que tenham que observar determinadas exigências, para fins de contabilização de carga horária para promoção. Saliente-se o número insuficiente de componentes da equipe para atendimento da atual demanda, o que inviabiliza também possibilidade de qualificação.

2.2 Anexar lista nominal dos desembargadores e o total de carga horária em atividades credenciadas pela Enfam a partir da última inspeção.

DESEMBARGADOR	2019 (último trimestre)	2020	2021
Marga Inge Barth Tessler	X	X	X
Maria de Fátima Freitas Labarrère	X	X	X
Paulo Afonso Brum Vaz	X	X	X
Luiz Fernando Wowk Penteadó	X	X	X
Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz	X	X	X
Victor Luiz dos Santos Laus	X	X	X
João Batista Pinto Silveira	X	X	X

Celso Kipper	X	X	X
Luís Alberto d' Azevedo Aurvalle	40	X	X
Rômulo Pizzolatti	X	X	X
Luciane Corrêa Münch	X	X	X
Márcio Antonio Rocha	40	20	X
Rogério Favreto	X	X	X
Vivian Josete Pantaleão Caminha	X	X	X
Claudia Cristina Cristofani	X	20	X
João Pedro Gebran Neto	X	X	X
Leandro Paulsen	X	X	X
Sebastião Ogê Muniz	X	X	X
Vânia Hack de Almeida	X	X	X
Roger Raupp Rios	X	X	X
Salise Monteiro Sanchotene	X	40	X
Luiz Carlos Canalli	40	20	X
Osni Cardoso	40	20	
Taís Schilling Ferraz (DF a partir de 21/9/2020)	X	X	20
Fernando Quadros da Silva	X	X	X
Ricardo Teixeira do Valle Pereira	40	20	X
Cândido Alfredo Silva Leal Junior	X	40	X

3. FORMAÇÃO DE FORMADORES

3.1 Quantos magistrados da Região são formadores (participaram de curso de formação de formadores)?

MAGISTRADOS TRF4 COM FOFO NÍVEL 1 INCOMPLETO

MAGISTRADOS	NÚMERO
Desembargadores Federais	3 (2 com M1 e M2; 1 com M1)
Juizes de primeiro grau	22 (14 com M1 e 08 com M1 e M2)
TOTAL	25

MAGISTRADOS COM FOFO NÍVEL 1 COMPLETO

MAGISTRADOS	NÚMERO
Desembargadores Federais	16
Juizes de primeiro grau	27
TOTAL	43

MAGISTRADOS COM FOFO N1 COMPLETO E N2

MAGISTRADOS	NÚMERO
Desembargadores Federais	4
Juizes de primeiro grau	27
TOTAL	31

Total de Magistrados que participaram do Programa de Formação de Formadores, independente do nível:

Desembargadores: 23

Juizes de primeiro grau: 76

3.2 Anexar lista nominal dos formadores que atuaram nas atividades da Escola (nome e tribunal de origem) e o total de horas-aula ministradas a partir da última inspeção.

(Listadas as atividades a partir do último trimestre de 2019)

Atividade/CH	período	Formador (com indicação de FOFO)	CH ministrada	Cargo/órgão
Workshop: O Juiz como Usuário do eproc (10h/a)	7 e 8/10/2019	José Luiz Luvizetto Terra (FOFO N1 N2)	10h/a (coordenador e docente)	Juiz Federal /JFRS
Gestão de Pessoas (20h/a)	9 a 11/10/2019	Ana Cristina Monteiro de Andrade Silva (FOFO N1 N2)	20h/a Coordenadora e docente	Juiza Federal /JFSC
Workshop sobre Direito Militar (10h/A)	14 a 15/10/2019	Loraci Flores de Lima	10h/a (coordenador)	Juiz Federal /JFRS
		Antonio Miotto	2h/a palestrante	General do Exército
		Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz	1h/a palestrante	Desembargador Federal TRF4
		Luciano da Silva Colares	1,5h/a palestrante	Coronel/Exército Brasileiro
		Ana Karenina Silva Ramalho Andrade	1,5h/a palestrante	Advogada da União/AGU
		Ricardo Teixeira do Valle Pereira (FOFO N1)	4h/a Coordenador de atividade aplicada	Desembargador Federal /TRF4
Formação de Formadores N1 Módulo II 40h/a Credenciado	16/9 a 15/10/2019	Vânia Hack de Almeida (FOFO N1 N2)	40 h/a Coordenadora	Desembargadora Federal/TRF4
		Erisevelton Silva Lima	20 h/a Tutor	Professor
		Taís Schilling Ferraz (FOFO N1 N2)	20h/a Tutora	Desembargadora Federal/TRF4
Contabilidade aplicada à prática jurisdicional 18h/a	16 a 18/10/2019	Leandro Paulsen (FOFO N1)	18h/a Coordenador	Desembargador Federal/TRF4
		Nina Aguiar	3h/a Docente	Professora
		Victor Borges Polizelli	3 h/a docente	Professor e Advogado
		Heron Charneski	2 h/a docente	Advogado
		Marcelo Coletto Pohlmann	6 h/a docente	Professor e Procurador da Fazenda Nacional
		Iágaro Jung Martins	2h/a docente	Auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil
		Jonas Borghetti	1h/a docente	Auditor Fiscal da Receita Estadual/RS
Rodrigo Sartori Fantinel	1h/a docente	Receita Municipal de POA		
Colaboração Premiada e Acordo de Leniência (34 h/a) Credenciado	21 a 23/10/2019	João Pedro Gebran Neto (FOFO N1)	34h/a Coordenador	Desembargador Federal/TRF4
		Fausto de Sanctis	1h/a Docente	Desembargador Federal/TRF3
		Abel Fernandes Gomes	1h/a Docente	Desembargador Federal/TRF2
		Néfi Cordeiro	1h/a Docente	Ministro do STJ
		Douglas Fischer	1h/a Docente	Procurador Regional da República da 4ª Região
		Gustavo Righi Badaró	1h/a Docente	Professor da USP; Advogado
		Carlos Augusto da Silva Cazarré	1h/a Docente	Procurador Regional da República da 4ª Região
		Frederico Valdez Pereira (FOFO N1)	1h/a Docente	Juiz Federal/JFRS
		Salise Monteiro Sanchoatene (FOFO N1)	1h/a Docente	Desembargadora Federal/TRF4

		Rodrigo Sánchez Rios	1h/a Docente	Professor da PUCPR e Advogado
		Ana Lara Camargo de Castro	1h/a Docente	Promotora de Justiça do Estado do MS
		Marcos Josegredi da Silva	1h/a Docente	Juiz Federal/JFPR
		Denisse Dias Rosa Ribeiro	1h/a Docente	Delegada da PF
		Tracy Joseph Reinaldet dos Santos	1h/a Docente	Advogado
		Januário Paludo	1h/a Docente	Procurador Regional da República da 4ª Região
		Andrey Borges de Mendonça	1h/a Docente	Procurador da República/MPF SP
		Maurício Gotardo Gerum	1h/a Docente	Procurador Regional da República da 4ª Região
		Marlus Arns de Oliveira	1h/a Docente	Advogado
		Ricardo Rachid de Oliveira (FOFO N1)	1h/a Docente	Juiz Federal/JFPR
		Luciano Feldens	1h/a Docente	Advogado
		Vanir Fridriczewski	1h/a Docente	Advogado da União
		Friedmann Anderson Wendpap (FOFO N1 N2)	1h/a Docente	Juiz Federal/JFPR
		Vânia Hack de Almeida (FOFO N1 N2)	1h/a Docente	Desembargadora Federal/TRF4
		Pedro Vasques Soares	1h/a Docente	Advogado da União
		Egon Bockmann Moeira	1h/a Docente	Professor da UFPR; Advogado
		Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto	1h/a Docente	Professor da USP; Advogado
		Jairo Gilberto Schafer FOFO N1 N2	1h/a Coordenador de Atividade aplicada	Juiz Federal/JFSC
		Gilson Jacobsen FOFO N1 N2	5h/a Tutor	Juiz Federal/SC
		Jairo Gilberto Schafer FOFO N1 N2	5h/a Tutor	Juiz Federal/SC
Workshop: Temas atuais de Direito Aduaneiro 10h/a	24 e 25/10/2019	Sérgio Renato Tejada Garcia FOFO N1	Coordenador 10h/a	Juiz Federal/JFRS
		Vera Feil Ponciano FOFO N1	1h/a Docente	Juíza Federal / JFPR
		Rinald Boassi	2,5h/a Docente	Auditor Fiscal da Receita Federal
		Adilson Luiz Hintz	1,5 h/a Docente	Auditor Fiscal da Receita Federal
		Rosaldo Trevisan	1h/a Docente	Auditor Fiscal da Receita Federal
		Laércio Cruz Uilana Junior	1h/a Docente	Advogado
		Sérgio Renato Tejada Garcia FOFO N1	3h/a Coordenador de atividade prática	Juiz Federal/JFRS
Workshop sobre Prova Penal 10h/a	21 e 22/11/2019	Danilo Pereira Junior FOFO N1 MÓDULOS 1 E 2	10h/a Coordenador	Juiz Federal JF/PR
		Flavio Augusto Palma Setti	1h/a Docente	Delegado da Polícia Federal
		Silvino Schlickmann Junior	1h/a Docente	Perito Criminal Federal
		Roberto Zaina	2h/a Docente	Agente da Polícia Federal
		Alesandro Gonçalves Barreto	3 h/a Docente	Delegado de Polícia Civil
Ambientação para Juizes Federais	2 e 3/3/2020	Márcio Antonio Rocha FOFO N1	0,5 h/a docente	Desembargador Federal/TRF4
		Oscar Valente Cardoso	0,5 h/a Docente	Juiz Federal/ JFRS

Removidos para a 4ª Região (12h/a)		Luciane Amaral Coorrea Münch FOFO N1	2h/a Docente	Desembargadora Federal/TRF4
		José Luvizetto Terra FOFO N1 N2	5h/a Docente	Juiz Federal/JFRS
		Alexandre Kenzi Antonini	1h/a Docente	Servidor TRF4
		Márcia Regina CadoNemitz	2h/a Docente	Servidor TRF4
Formação de Formadores N1 Módulo III (20 h/a) Credenciado	4 a 6/3/2020	Vânia Hack de Almeida FOFO N1 N2	10h/a coordenadora	Desembargadora /TRF4
		Taís Schilling Ferraz FOFO N1 N2	10h/a coordenadora	Desembargadora /TRF4
		Erisevelton Silva Lima	20 h/a	Professor
Live Covid 19: internação hospitalar, escassez e escolhas 2h/a	30/4/2020	Clênio Jair Schulze FOFO N1 N2	0,5 h/a palestrante	Juiz Federal JFSC
		Ana Carolina Morozowski	0,5 h/a palestrante	Juiza Federal Substituta JFPR
		Eduardo Neubarth Trindade	0,5 h/a palestrante	Médico
		Vinícius Filipak	0,5 h/a palestrante	Médico
		João Pedro Gebran Neto FOFO N1	2h/a Coordenador e moderador	Desembargador Federal TRF4
Webnário Lei de Abuso de Autoridade 2h/a	5/6/2020	Salise Monteiro Sanchotene FOFO N1	Coordenadora 2h/a	Desembargadora Federal TRF4
		Denisse Dias Rosas Ribeiro	0,4 h/a palestrante	Delegada de Polícia Federal
		Grégore Moura	0,4 h/a palestrante	Procurador Federal
		Alessandro Diaferia	0,4 h/a palestrante	Juiz Federal/JFSP
		Vladimir Atas	0,4 h/a palestrante	Procurador Regional da República no DF
		Pedro Zanette Alfonsín	0,4 h/a palestrante	Advogado
Painel sobre a Lei de Improbidade Administrativa (4h/a)	28/8/2020	Márcio Antônio Rocha FOFO N1	4h/a Coordenador	Desembargador Federal TRF4
		Sérgio Luiz Kukina	1 h/a	Ministro do STJ
		Marga Inge Barth Tessler FOFO N1	0,5 h/a	Desembargadora Federal TRF4
		Bradson Camelo	0,5 h/a	Procurador do MP junto ao TCE da Paraíba
		Tiago do Carmo Martins FOFO N1 N2	0,5 h/a	Juiz Federal JFSC
		Rafael Rott de Campos Velho	0,5 h/a	Advogado da União
		Julio Cesar Werneck Martins	0,5 h/a	Advogado da União
Webnários sobre Processo Civil: Cinco anos do novo CPC – Avanço e Dificuldades Interpretativas (8h/a)	20/8/2020 27/8/2020 3/9/2020 10/9/2020	Márcio Antonio Rocha FOFO N1	8h/a Coordenador	Desembargador Federal TRF4
		Sérgio Cruz Arenhart	1h/a	Procurador Regional da República
		Daniel Mitidiero	1h/a	Advogado
		Fredier Didier Jr	1h/a	Professor e Advogado
		Antonio do Passo Cabral	1h/a palestrante	Procurador da República
		Teresa Celina de Arruda Alvim	1h/a palestrante	Advogada
		Aluisio Gonçalves de Castro Mendes	1h/a palestrante	Desembargador Federal TRF2
		Paulo Henrique dos Santos Lucon	1h/a palestrante	Advogado Professor
		Artur César de Souza FOFO N1	1h/a palestrante	Juiz Federal JFPR
Webnário sobre os impactos da aplicação da LGPD no poder judiciário (2h/a)	25/9/2020	Márcio Antonio Rocha FOFO N1	2h/a coordenador	Desembargador Federal TRF4
		Oscar Valente Cardoso	2h/a coordenador	Juiz Federal JFRS
		Regina Linden Ruaro	0,5 h/a	Professora PUCRS

			Palestrante	
		Saulo Pinheiro de Queiroz	0,5 h/a Palestrante	Procurador Federal/AGU
		André Luiz Pontin	0,5 h/a Palestrante	Advogado
		Vladimir Aras	0,5 h/a Palestrante	Procurador Regional da República – DF
		Cristian Ramos Prange	0,5 h/a Palestrante	Servidor TRF4
Administração da justiça em um novo contexto: trabalho em equipe 25 h/a Credenciado	5 a 21/10/2021	Salise Monteiro Sanchotene FOFO N1	12,5h/a coordenadora	Desembargadora Federal TRF4
		Taís Schilling Ferraz FOFO N1 N2	12,5h/a coordenadora	Desembargadora Federal TRF4
		Gustavo Ziller	3h/a palestrante	Produtor de conteúdo digital, empreendedor
		Catarina Volkart Pinto FOFO N1 N2	Tutora 10h/a	Juíza Federal JFRS
		Marta Waimer FOFO N1 N2	Tutora 10h/a	Juíza Federal JFSC
		Marcelo Pelizolli	Tutor 3h/a	Professor da UFPE
		Katiane Boscheti da Silveira	9,6h/a Tutora	Pedagoga
		Bruno Henrique Silva Santos TUTORIA	4h/a Tutor	Juiz Federal Substituto JFRS
		Vitor Martins Dutra	6,5h/a Tutor	Servidor TRF4
		Mateus Paulo Beck	6,5h/a Tutor	Servidor JFRS
		Daniela Tochetto Cavalheiro	10h/a Tutora	Juíza Federal JFRS
		Rodrigo Koehler Ribeiro FOFO N1 N2	10h /a Tutor	Juiz Federal JFRS
		Carla Furtado	3h/a palestrante	Comunicóloga
		Roni Ferreira	10/a tutor	Juiz Federal JFPR
		Ana Cristina Monteiro FOFO N1 N2	3,5h/a tutor	Juíza Federal JFSC
		Ricardo Teixeira do Valle Pereira FOFO N1	1 h/a ministrante	Desembargador Federal TRF4
		Emmerson Gazda	10h/a Tutor	Juiz Federal JFSC
		Rafaela Martins FOFO N1 N2	10h/a Tutor	Juíza Federal Substituta JFRS
		Vladimir Passos de Freitas	4h/a palestrante	Des. Fed. Aposentado
		Maurício Cecon	3h/a palestrante	Médico
Rita de Cássia Lang	2h/a ministrante	Mediadora		
Annemarie Richter	2h/a ministrante	Comunicóloga		
Adriana Falcão Loth	4h/a ministrante	Psicóloga		
Audiências Telepresenciais no Novo Contexto da Justiça Federal 20h/a Credenciado	26/10 a 6/11/2020	Vânia Hack de Almeida FOFO N1 N2	20h/a Coordenadora	Desembargadora Federal TRF4
		Thaís Gameiro	1,5h/a ministrante	Neurocientista
		Cristina de Albuquerque FOFO N1	6h/a ministrante	Juíza Federal Substituta JFRS
		Marcos Josegrei	6 h/a	Juiz Federal JF PR
		Tiago do Carmo Martins FOFO N1 N2	11h/a ministrante	Juiz Federal JF SC
		Gabriela Pietsch Serafim	11h/a ministrante	Juíza Federal Substituta JFSC
Webnário Estratégias de Desjudicialização da Previdência e o papel do CRPS	16/11/2020	Erivaldo Ribeiro dos Santos	2,5h/a Coordenador	Juiz Federal
		Marcelo Fernando Borsio	0,5h/a	Professor
		Alexandre Schumacher Triches	0,38	Advogado

2,5h/a		Eduardo Tonetto Picarelli FOFO N1	0,38	Juiz Federal JFRS
		Gustavo Beirão Araújo	0,5h/a	Advogado
		Gisele Lemos Kravchychyn	0,25	Advogada
		Leandro Pereira	0,25	Advogado
		Helder Teixeira de Oliveira FOFO N1	0,25	Juiz Federal JFSC
		Ana Cristina Evangelista	0,5	Professora
		Marcelo Alberto Borges	0,38	Procurador Federal
		Érico Sanches Ferreira dos Santos	0,38	Juiz Federal Substituto JFPR
Webnário: Mineração ontem e hoje 6,5h/a	27/11/2020	Marga Inge Barth Tessler FOFO N1	6,5h/a Coordenadora	Desembargadora Federal TRF4
		Alexandre Vidigal de Oliveira	1h/a palestrante	Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME)
		Daniel Alves Lima	0,42	Engenheiro de Minas e Segurança do Trabalho
		Demerval Ribeiro Viana	0,5	Procurador Federal
		José Francisco Milanez	0,5	Presidente da Agapan; ambientalista
		Frederico Bedran Oliveira	0,5	Geólogo e Advogado
		Gisele Cristina Sessegolo	0,42	Engenheira Florestal
		Luciana Dias Bauer FOFO N1	0,5	Juíza Federal JFPR
		Marcelo Cardozo da Silva FOFO N1 N2	0,5	Juiz Federal JF RS
		Marcelo Kokke	0,42	Procurador Federal
		Marcelo Pretto Mosmann	0,5	Advogado
		Rafaela Martins da Silva FOFO N1 N2	0,5	Juíza Federal Substituta JFRS
		Sérgio Botton Barcellos	0,5	Professor
		Sílvia Regina Salau Brollo FOFO N1	0,5	Juíza Federal JFPR
Direito à Saúde – Aplicação do Tema 793 do STF 20h/a Credenciado	29/11/2020 a 6/12/2020	João Pedro Gebran Neto FOFO N1	20h/a Coordenador	Desembargador Federal TRF4
		Alexandre de Moraes	0,75 h/a palestrante	Ministro do STF
		Ana Carolina Morozowski	0,4 ministrante	Juíza Federal Substituta JFPR
		Bruno Henrique Silva Santos TUTORIA	0,4 ministrante	Juiz Federal Substituto JFRS
		Deise Regina Sprada Pontarolli	0,5 h/a Palestrante	Farmacêutica
		Gabriel Menna Barreto Von Ghelen	0,4 ministrante	Juiz Federal JFRS
		Luciana da Veiga Oliveira FOFO N1	0,4 ministrante	Juíza Federal JFPR
		Paulo Afonso Brum Vaz FOFO N1	0,4 ministrante	Desembargador Federal TRF4
		Sandra de Castro Barros	0,5 h/a palestrante	Farmacêutica
		Taís Schilling Ferraz FOFO N1 N2	0,4 ministrante	Desembargadora Federal TRF4
		Vânia Canuto	0,5 h/a palestrante	Servidora do Ministério da Economia
		Tiago do Carmo Martins FOFO N1 N2	6h/a Tutor	Juiz Federal JFSC
		Clênio Jair Schulze FOFO N1 N2	6 h/a Tutor	Juiz Federal JFSC
Webnário A transação tributária e a nova lei 13988 2h/a	2/12/2020	Leandro Paulsen FOFO N1	2 h/a Coordenador	Desembargador Federal TRF4
		Everardo Maciel	0,6 h/a palestrante	Consultor; Professor
		Gustavo André Brugagão	0,6 h/a palestrante	Advogado
		Guilherme Afonso dos Santos Mendes	0,6 h/a palestrante	Professor
	25/2/2021	Márcio Antonio Rocha FOFO N1	2h/a Coordenador	Desembargador Federal TRF4

Mesa Redonda: Os desafios do Plantão Judicial 2h/a		Salise Monteiro Sanchotene FOFO N1	2h/a Mediadora	Desembargadora Federal TRF4
		Cristina Albuquerque FOFO N1	2h/a palestrante	Juiza Federal Substituta JFRS
		Clênio Schulze FOFO N1 N2	2h/a palestrante	Juiz Federal JFSC
Habitação e Vícios Construtivos 20h/a CREENCIADO	19 a 31/3/2021	Marga Inge Barth Tessler FOFO N1	20h/a Coordenadora	Desembargadora Federal TRF4
		Amacin Rodrigues Moreira	1,5	Engenheiro Professor
		Anne Karina Stipp Amador Costa	1,7	Juiza Federal Substituta JFPR
		Antonio Cesar Bochenek FOFO N1 N2	0,5	Juiz Federal JFPR
		Gilberto Antonio Panizzi Filho	0,5	Advogado
		Jurandi Borges Pinheiro FOFO N1	1,7	Juiz Federal JFSC
		Marcos Eduarte Reolon	2	Juiz Federal Substituto JFRS
		Matheus Oliveira da Silva Moreira	1,7	Advogado
		Vânia Hack de Almeida FOFO N1 N2	1,25 Tutor	Desembargadora Federal TRF4
		Bruno Henrique da Silva Santos TUTORIA	1,25 Tutor	Juiz Federal Substituto JFPR
		Catarina Volkart Pinto FOFO N1 N2	1,25 Tutor	Juiza Federal Substituta JFRS
				Patricia Jost Guadanhim
Villian Bolman FOFO N1	1,25 Tutor			Juiz Federal JFSC
Nova Previdência: o Atual Estágio do Processo de reformas dos sistemas previdenciários 20h/a) CREENCIADO	15 a 23/4/2021	Márcio Antônio Rocha FOFO N1	Coordenador 10h/a	Desembargador Federal TRF4
		José Antônio Savaris FOFO N1 N2	Coordenador 10h/a	Juiz Federal JFPR
		Alex Sertão	2,4 Ministrante	Auditor TCE/PI
		Fábio de Souza Silva	2,4 Ministrante	Juiz Federal 2º R
		Marina Vasques Duarte FOFO N1	1 Ministrante	Juiza Federal JFRS
		Daniel Machado da Rocha FOFO N1 MÓDULOS 1 E 2	3 Ministrante	Juiz Federal JFRS
		Paulo Afonso Brum Vaz FOFO N1	1 Ministrante	Desembargador Federal TRF4
		Ingo Sarlet	1 Ministrante	Professor
		João Batista Lazzari FOFO N1 N2	3 Ministrante	Juiz Federal JFSC
		Adler Anaximandro de Cruz e Alves	2h/a Ministrante	Servidor da AGU
		Taís Schilling Ferraz FOFO N1 N2	2 Ministrante	Desembargadora Federal TRF4
Valoração da Prova no Processo Penal 20h/a CREENCIADO	26/4 a 6/5/2021	João Pedro Gebran Neto FOFO N1	10h/a Coordenador	Desembargador Federal TRF4
		Nivaldo Brunoni	10h/a Coordenador	Juiz Federal JFPR
		Fernando Braga	2,8 Docente	Desembargador Federal TRF5
		Lilian Stein	2,8 Docente	Professora
		Janaína Roland Matilda	2,8 Docente	Advogada
		Marcela Alves Mascarenhas Nardeli	2,8 Docente	Professora
		Salise Sanchotene FOFO N1	3,5 tutora	Desembargadora Federal TRF4
		Fernando Braga	3,5 Tutor	Desembargador Federal TRF5
Atualidades do Direito Tributário	5/4 a 12/5/2021	Leandro Paulsen FOFO N1	25 Coordenador	Desembargador Federal TRF4

25 h/a		José Jayme Moraes Júnior	8,5 Docente	Auditor da RFB
		Mário Reifegerste	4,16 Docente	Auditor da RFB
		Giovana Camila Portogese	4,16 Docente	Analista RFB
		Rafael Milani	1,25 Docente	Auditor da RFB
		Marcus Gaudenzi de Faria	1,25 Docente	Auditor da RFB
		Flávio Ayres do Santos Pereira	2 Docente	Juiz Federal Substituto JFPR
		José Fernando Huning	4,16 Docente	Auditor da RFB
Português Jurídico (12h/a)	5 a 26/5/2021	Eduardo Sabag	12 Docente	Advogado
Escolhas Trágicas: Novas Reflexões sobre o custeio e as necessidades em saúde (7,5h/a)	14/6/2021	João Pedro Gebran Neto FOFO N1	2,5 Coordenador	Desembargador Federal TRF4
		Luciana da Veiga Oliveira FOFO N1	2,5 Coordenador	Juíza Federal JFPR
		Ana Carolina Morozowski	2,5 Coordenador	Juíza Federal Substituta JFPR
		João Paulo Fernandes Remédio Marques	0,75 Docente	Professor
		Lenir Santos	0,75 Docente	Advogada
		Carina de Castro Quirino	0,75 Docente	Advogada
		Daniel Neves Forte	0,75 Docente	Médico
		Daniel Wang	0,75 Docente	Professor
		Lucieni Pereira	0,75 Docente	Servidora TCU
		Samir Nabhan	0,75 Docente	Médico
		Élida Graziani	0,75 Docente	Procuradora MP de Contas SP
		Luiz Claudio Lemes Correa	0,5 Docente	Professor
		Eduardo Jordão	0,5 Docente	Advogado
Alfredo Palacios	0,5 Docente	Economista		
Cálculo dos Benefícios Previdenciários em face EC 103/2019	10 a 18/6/2021	Daniel Machado da Rocha FOFO N1 MÓDULOS 1 e 2	10,5 Coordenador	Juiz Federal JFRS
		João Batista Lazzari FOFO N1 N2	10,5 Coordenador	Juiz Federal JFSC
		Eliana Pagiarin Marinho FOFO N1	0,75 Ministrante	Juiz Federal JFSC
		Eduardo Rivera Palmeira Filho	0,75 Ministrante	Juiz Federal Substituto JFRS
		Érico Santos	1 Ministrante	Juiz Federal JFPR
		Antonio Alfredo Linhares Neves	2,3 Ministrante	Analista INSS
		João Batista Pinto Silveira FOFO N1	0,75 Ministrante	Desembargador Federal TRF4
		Leonardo Cacau FOFO N1	0,75 Ministrante	Juiz Federal Substituto JFSC
		Daniel Machado da Rocha FOFO N1 MÓDULOS 1 E 2	0,5 Ministrante	Juiz Federal JFRS
		João Batista Lazzari FOFO N1 N2	0,5 Ministrante	Juiz Federal JFSC
		Cintia Fleck da Silveira	2,3 Ministrante	Servidora JFRS
		Daniel Machado da Rocha FOFO N1 MÓDULOS 1 E 2	5,5 tutor	Juiz Federal JFRS
		João Batista Lazzari FOFO N1 N2	5,5 tutor	Juiz Federal JFSC
		Márcio Antonio Rocha	18,5	Desembargador Federal TRF4

Ciclo de Debates sobre o Novo PL do CPPenal 18,5 h/a	31/5/2021 a 18/6/2021	FOFO N1	Coordenador	
		Douglas Fscher	2 Ministrante	Procurador Regional da República PRR4
		Vladimir Aras	2,25 Ministrante	Procurador Regional da República DF
		Walter Nunes	2 Ministrante	Juiz Federal 5ª R
		Paulo Mário Canabarro Neto	1 Ministrante	Juiz Federal JFPR
		Nereu José Giacomolli	2 Ministrante	Desembargador Aposentado TJRS
		Nino Oliveira Toldo	4 Ministrante	Desembargador Federal TRF3
		João Pedro Gebran Neto FOFO N1	4 Ministrante	Desembargador Federal TRF4
		Danilo Pereira Junior FOFO N1 MÓDULOS 1 E 2	1,5 Ministrante	Juiz Federal JFPR
		Gustavo Henrique Badaró	1 Ministrante	Advogado
		Marta Cristina Cury Saad Gimenes	1 Ministrante	Advogada
		Rogério Schietti	1 Ministrante	Ministro do STJ
		André Prado de Vasconcelos	1 Ministrante	Juiz Federal 1ª R
		Stefan Cassela	1 Ministrante	Procurador Federal aposentado EUA
		Ricardo Saadi	1 Ministrante	Delegado da PF
		Simone dos Santos Lemos Fernandes	1 Ministrante	Juiza Federal 1ª R
		Bruno Freire de Carvalho Calabrich	1 Ministrante	Procurador Regional da República 1ªR
		Luís Felipe Schneider Kirsch	1 Ministrante	Procurador da República MPF RS
Improbidade Administrativa: O projeto de Lei 10887/2018 e o Futuro da proteção da moralidade administrativa 20h/a CREDENCIADO	15 a 25/6/2021	Vânia Hack de Almeida FOFO N1 E N2	10 Coordenadora	Desembargadora Federal TRF4
		Tiago do Carmo Martins FOFO N1 N2	10 Coordenador	Juiz Federal JFSC
		Fernando Caldas Bivar Neto	0,83 Ministrante	Juiz Federal 3ªR
		Priscila Mamede Bousinho	0,83 Ministrante	Juiza TJPA
		Rafael da Cás Mafini	0,83 Ministrante	Advogado professor
		Acácia Regina Soares de Sá	0,83 Ministrante	Juiza TJDF
		Émerson José do Couto	0,83 Ministrante	Juiz Federal 3ª R
		Fernando da Fonseca Gajardoni	0,83 Ministrante	Professor
Processo Estrutural: Desafios e Oportunidades 29h/a CREDENCIADO	25/8 a 14/9/2021	Vânia Hack de Almeida FOFO N1 N2	14,5 Coordenadora	Desembargadora Federal TRF4
		Tiago do Carmo Martins FOFO N1 N2	14,5 Coordenador	Juiz Federal JFSC
		Hermes Zanetti Junior	0,8 Ministrante	Promotor de Justiça ES Professor
		Edilson Vitorelli	0,8 Ministrante	Procurador da República
		Antonio do Passo Cabral	0,8 Ministrante	Procurador da República
		Guilherme Meines Caon	1,5 Ministrante	Juiz Federal JF RS
		Victoria Pasquolatto	1,5 Ministrante	Advogada
		Antonio Bochenek FOFO N1 N2	0,8 Ministrante	Juiz Federal JFPR
		Marco Félix Jobim	0,8 Ministrante	Advogado
		Felipe Marçal	0,8	Advogado

			Ministrante	
		Catarina Volkart Pinto FOFO N1	0,8 Ministrante	Juíza Federal Substituta JFRS
		Erivaldo Ribeiro dos Santos	1,5 Ministrante	Juiz Federal JFPR
		Cristina Albuquerque FOFO N1	1,5 ministrante	Juíza Federal Substituta JFRS
		Silvia Regina Sallau Brollo FOFO N1	0,8 Ministrante	Juíza Federal JFPR
		Leonardo Resende Martins FOFO N1	0,8 Ministrante	Juiz Federal 5ª R
		Clênio Jair Schulze FOFO N1 N2	0,8 Ministrante	Juiz Federal JFSC
		Sérgio Cruz Arenhart	0,8 Ministrante	Procurador Regional da República
		Marcelo Cardozo da Silva FOFO N1 N2	1,5 Ministrante	Juiz Federal JFRS
		Marga Inge Barth Tessler FOFO N1	1,5 Ministrante	Desembargadora Federal TRF4
		Ingrid Sliwka FOFO N1 N2	4,6 Tutor	Juíza Federal RS
		Antonio Cesar Bochenek FOFO N1 N2	4,6 Tutor	Juiz Federal JFPR
		Erivaldo Ribeiro dos Santos	4,6 Tutor	Juiz Federal JFPR
		Marcelo Cardozo da Silva FOFO N1 N2	4,6 Tutor	Juiz Federal JFRS
Justiça Restaurativa: Fundamentos e Práticas 20h/a CREENCIADO	9 a 17/9/2021	Vânia Hack de Almeida FOFO N1 N2	10h/a Coordenadora	Desembargadora Federal TRF4
		Catarina Volkart Pinto FOFO N1	10h/a Coordenadora	Juíza Federal Substituta JFRS
		Egberto de Almeida Penido	0,75	Procurador da República
		Adriano Copetti	4 Ministrante	Juiz Federal JFRS
		Carla Grahl	4 Ministrante	Servidora FJRS
		Cristina de Albuquerque FOFO N1	0,75 Ministrante	Juíza Federal Substituta JFRS
		Gisele Lopes	4 Ministrante	Sevidora JFRS
		Andrey Borges de Mendonça	0,75 Ministrante	Procurador da República
		Osmane Antonio dos Santos	2,75 Ministrante	Juiz Federal 1ª R
		Kátia Roncada FOFO N1 N2	0,5 Ministrante	Juíza Federal 3ª R
		Fernão Pompeo de Camargo	0,5 Ministrante	Juiz Federal 3ª R
		Taís Schilling Ferraz FOFO N1 N2	0,75 Ministrante	Desembargadora Federal TRF4
		Carla Boin Aguiar	0,75 Ministrante	Advogada
		Simone Barbisan Fortes FOFO N1 N2	4 Ministrante	Juíza Federal JFSC
		Marcelo Nalesso Samaso	0,75 Ministrante	Juiz TJSP
		Leoberto Narciso Brancher FOFO N1	0,75 Ministrante	Desembardador TJRS

4. TECNOLOGIA

4.1 Houve algum melhoramento ou a aquisição de sistemas informatizados para a Escola? Em caso positivo, qual a finalidade e aplicação?

Sim, foram feitas aquisições de assinatura de serviços digitais: 1 - junto à Fábrica de Aplicativos (fabricadeaplicativos.com.br), para desenvolvimento de um aplicativo para Smartphones destinado a divulgar informações, serviços e produtos da Escola da

Magistratura do TRF4R: editais de cursos, programação das atividades de ensino, links para avaliações de reação, links para registro de frequência, podcasts da Emagis, publicações da Emagis, contatos, notícias e tuíteres publicados por esta Escola; 2 - junto à plataforma Zoom (zoom.us) para realização de encontros virtuais com assistência ampliada (500 participantes), sem limite de tempo e possibilitando a gravação dos eventos para posterior publicação no Canal da Emagis no Youtube. Este serviço contratado também possibilitou a gravação de áudios de convidados para produção de podcasts de interesse jurídico ao público-alvo da Emagis.

5. Nome do responsável pelo preenchimento do questionário

Isabel Cristina Lima Selau

6. Qual a estrutura da unidade (setores, funções e atribuições)? Há estrutura permanente de servidores?

A Escola da Magistratura é composta pela Assessoria e três Divisões: Publicações, Ensino e Editoração e Artes, com estrutura permanente de servidores. Atribuições: 1) formação e aperfeiçoamento de magistrados; 2) publicação de Revistas; e 3) apoio administrativo ao concurso de ingresso na carreira da magistratura.

A Escola da Magistratura é composta pela Assessoria e três Divisões:

A. Assessoria da Escola da Magistratura

1. Propor ações que atinjam os objetivos traçados pelo Conselho Consultivo/Direção quanto às atividades de ensino, de publicações oficiais do Tribunal e do concurso de juiz federal substituto;
2. atuar como elo de ligação entre Escola e Conselho/Direção, apresentando demandas encaminhadas à Escola, propondo sugestões de encaminhamento;
3. contatar demais setores/órgãos do TRF visando à busca de melhorias para a operacionalização dos projetos;
4. propor melhorias visando ao aprimoramento das atividades da Escola, traçando linhas de ação;
5. coordenar a forma de operacionalização dos projetos traçados pelo Conselho Consultivo da Escola e sua Direção;
6. estruturar eventos educativos e de pesquisa, além de congressos, seminários;
7. contatar autoridades, professores, advogados, quando solicitado pela Direção, em nome da Escola, para fazer convites para ministrar palestras, cursos, etc.;
8. receber palestrantes convidados para as diversas atividades da Escola;
9. exercer a coordenação das atividades de ensino, publicação e artes;
10. elaborar o conteúdo programático das atividades de ensino e treinamento de forma mais apropriada à realidade da magistratura e ao interesse da Administração, submetendo-o à apreciação superior;
11. administrar os recursos humanos e materiais da Escola;
12. exercer as atribuições comuns aos titulares de unidade.

(Atribuições aprovadas pela Portaria n. 1166, de 9/11/2018)

A.1. Divisão de Ensino

1. Atuar no planejamento e organização das atividades de ensino promovidas ou intermediadas pela Escola;
2. pesquisar, junto aos magistrados, a fim de identificar os conteúdos programáticos de maior interesse a serem abordados nas atividades de ensino;
3. coordenar a execução de toda infra-estrutura para a realização de eventos (orçamento, organização do espaço físico, coffee break, sonorização, climatização, limpeza, equipamentos de informática, passagens aéreas, hospedagem, transporte);
4. assessorar magistrados coordenadores de curso na elaboração do projeto pedagógico para fim de credenciamento na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados;
5. propor e aplicar instrumentos de avaliação com intuito de verificar a eficácia das atividades de ensino realizadas;
6. organizar e manter atualizado o cadastro de docentes, dentre eles juristas nacionais e estrangeiros, e instituições que possam vir a contribuir com atividades promovidas pela Escola;
7. levantar periodicamente a necessidade de material bibliográfico, a fim de auxiliar o corpo docente e discente no desenvolvimento das atividades da Escola;
8. indicar para aquisição, registro, classificação e catalogação livros, vídeos, periódicos e materiais informatizados;
9. solicitar a confecção de material audiovisual para as atividades, bem como de outros recursos que se façam necessários para o desenvolvimento das atividades da Escola;
10. manter os sistemas informatizados com dados de interesse às atividades desenvolvidas pela Escola, destinados à rede corporativa, intranet, internet e similares;
11. coordenar a elaboração e expedição dos diplomas e certificados de frequência e/ou aproveitamento a serem conferidos aos ministrantes e participantes externos das atividades;
12. registrar, em sistema próprio, as participações com aproveitamento em cursos realizados pela Escola da Magistratura da 4ª Região;
13. administrar o Programa de Estímulo ao Aperfeiçoamento dos Magistrados da 4ª Região;
14. acompanhar o processo de magistrados em afastamento para participação em cursos de Mestrado/Doutorado no exterior, verificando o cumprimento das exigências previstas na Resolução n. 18/2017, do TRF4;
15. processar dados de magistrados concernentes à valoração da frequência e do aproveitamento em cursos de formação e aperfeiçoamento oficiais ou reconhecidos, de acordo com os critérios estabelecidos em ato administrativo deste Tribunal, para fins de promoção para juiz federal ou juiz do Tribunal ou para vaga em turma recursal pelo critério de merecimento;
16. elaborar relatórios estatísticos com dados referentes à Divisão;
17. organizar o arquivo virtual e físico da Escola;
18. exercer as atribuições comuns aos titulares de unidade.

(Atribuições aprovadas pela Portaria n. 1166, de 09/11/2018)

A.1.1. Seção de Execução da Capacitação

1. Executar de todas as etapas pertinentes à operacionalização das atividades de ensino realizadas pela Escola, sejam elas presenciais ou a distância;

2. contatar os ministrantes sugeridos e/ou indicados para participação nas diversas atividades de capacitação promovidas pela Escola, encaminhando informações referentes à sua participação, conforme projeto pedagógico da atividade, quando credenciada;
3. elaborar a previsão orçamentária de cada atividade de ensino, acompanhando a respectiva execução;
4. promover o credenciamento dos cursos junto à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM;
5. elaborar os expedientes necessários à realização das atividades de ensino;
6. solicitar a aquisição de passagens aéreas aos ministrantes e autoridades convidadas, quando for o caso;
7. disponibilizar aos interessados as informações quanto ao deferimento ou indeferimento a respeito de sua participação nas atividades de ensino;
8. solicitar a contratação e o pagamento dos ministrantes, em conformidade com a legislação vigente;
9. aplicar instrumentos de avaliação com o intuito de verificar a eficácia das atividades de ensino e treinamento realizadas;
10. atualizar, continuamente, cadastro de palestrantes, dentre eles juristas nacionais e estrangeiros, e instituições que possam vir a contribuir com as atividades promovidas pela Escola;
11. levantar periodicamente a necessidade de material bibliográfico, a fim de auxiliar o Corpo Docente e Discente no desenvolvimento das atividades da Escola;
12. indicar para aquisição, registro, classificação e catalogação livros, vídeos, periódicos e materiais informatizados;
13. alimentar os sistemas informatizados com dados de interesse às atividades desenvolvidas pela Escola, destinados à rede corporativa, à intranet, à internet e similares;
14. criar e manter atualizado banco de dados das atividades de ensino, com dados dos cursos promovidos, dos ministrantes, de frequência e de aproveitamento dos participantes;
15. auxiliar na elaboração de estudos e projetos para divulgação e aprimoramento das atividades da Escola;
16. solicitar a emissão de certificados, encaminhando-os, após averbação, aos interessados;
17. organizar e acompanhar o desenvolvimento do curso de idiomas oferecido aos desembargadores federais;
18. exercer demais atribuições afetas à execução de atividades de ensino;
19. exercer as atribuições comuns aos titulares de unidade.

(Atribuições aprovadas pela Portaria n. 1166, de 9/11/2018)

A.2. Divisão de Editoração e Artes

1. Criar identidade visual para cada atividade de ensino, compondo todo o seu conjunto específico de aplicações gráficas e eletrônicas, peças de divulgação e materiais didáticos;
2. desenvolver projetos gráficos e eletrônicos para aplicação nas publicações da Emagis e seus materiais divulgativos;
3. gestão do Acervo Emagis: inclusão, organização, manutenção e distribuição dos registros audiovisuais, publicações e conteúdos didáticos produzidos para as atividades de ensino nas diversas plataformas de acesso aos materiais produzidos pela Emagis;
4. desenvolver material gráfico e eletrônico institucional para cada edição do Concurso para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da 4ª Região, bem como prestar apoio técnico à Comissão do Concurso durante as diversas fases do certame;
5. gerenciar as plataformas digitais nas quais a Emagis tem participação, atualizando informações relativas às atividades desenvolvidas por todas as Divisões;

6. produção, editoração e distribuição dos materiais didáticos produzidos pela Emagis, como apostilas e manuais;
7. gestão do Ambiente Virtual de Aprendizagem EaD|Emagis (Moodle), preparando e postando os materiais didáticos dos cursos, criando e construindo a programação visual dos cursos online, acompanhando as atividades desenvolvidas no ambiente virtual para prestação de apoio técnico aos cursos oferecidos na modalidade à distância e efetuando o gerenciamento técnico da plataforma de ensino à distância, incluindo realização de atualizações e disponibilização de novos recursos;
8. editar os relatórios anuais de atividades, relatórios de gestão da escola e eventuais documentos institucionais que se fizerem necessários;
9. prestar apoio técnico-administrativo à Assessoria da Escola no que se refere aos bens patrimoniais;
10. exercer as atribuições comuns aos titulares de unidade.

(Atribuições aprovadas pela Portaria n. 1166, de 09/11/2018)

A.3. Divisão de Publicações

1. Produzir e editar a Revista do TRF4, com periodicidade quadrimestral;
2. produzir o Boletim Jurídico, com periodicidade mensal;
3. produzir a Revista da Escola da Magistratura, com periodicidade quadrimestral;
4. coordenar todas as atividades referentes à edição das publicações mantidas pela Escola:
 - a. pesquisa e seleção de acórdãos indicados para publicação na Revista do Tribunal;
 - b. pesquisa e seleção de artigos de doutrina a serem publicados na Revista da Escola da Magistratura;
 - c. processo de classificação dos acórdãos por ramo de Direito;
 - d. elaboração de sumários e índices sistemáticos e analíticos;
 - e. preparação de textos originais, adequando-os às normas gramaticais da língua culta e aos padrões gráficos previamente estipulados;
 - f. revisão da composição e da diagramação da Revista do Tribunal e autorizar a sua impressão e distribuição;
5. orientar, acompanhar e coordenar as inscrições e cancelamentos dos órgãos de divulgação especializados em matéria jurídica que forem autorizados como repositórios oficiais de jurisprudência do Tribunal;
6. acompanhar o encaminhamento de acórdãos relativos a súmulas e arguições de inconstitucionalidade desta Corte, para publicação na Revista do Tribunal e demais repositórios oficiais;
7. requerer licitação para fim de contratação de serviços de Gráfica e fornecer as especificações necessárias para a realização do certame;
8. acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços de diagramação e impressão contratados com a gráfica;
9. supervisionar o contrato dos distribuidores;
10. elaborar relatórios periódicos com dados estatísticos referentes às publicações;
11. desempenhar outras competências típicas da unidade, delegadas ou contidas em normas;
12. exercer as atribuições comuns aos titulares de unidade.

(Atribuições aprovadas pela Portaria n.1166, de 09/11/2018)

A.3.1. Seção de Revisão

1. Conferir os acórdãos recebidos;
2. preparar os textos originais, adequando-os às normas gramaticais da língua culta e aos padrões gráficos previamente estipulados para cada periódico publicado pela Escola;
3. enviar os arquivos digitais para a gráfica e, após a formatação final, realizar nova revisão da Revista na prova diagramada;
4. conferir a qualidade do acabamento da impressão da revista do TRF para posterior distribuição;
5. receber da gráfica o arquivo digital com a última versão da Revista do TRF4, armazená-lo e disponibilizá-lo à Divisão de Editoração e Artes, para preparação e publicação na página da Emagis na internet, vinculada ao Portal da Justiça Federal da 4ª Região;
6. auxiliar no recebimento, na seleção e na organização dos artigos enviados à Escola para fim de publicação na Revista da Escola da Magistratura;
7. encaminhar os arquivos digitais dos textos revisados da Revista da Escola da Magistratura;
8. realizar a redação de textos relativos a relatórios e outras publicações da Escola da Magistratura;
9. realizar a revisão ortográfica e gramatical das provas do concurso de juiz federal substituto da 4ª Região;
10. exercer as atribuições comuns aos titulares de unidades.

(Atribuições aprovadas pela Portaria n. 1166, de 09/11/2018)

A.4. Seção de Apoio e de Execução do Concurso Público da Magistratura Federal

1. Realizar, com a Assessoria da EMAGIS, o planejamento, a organização do cronograma de todas as etapas do certame, submetendo-o posteriormente à aprovação da Comissão de Concurso;
2. elaborar, juntamente com a Assessoria da EMAGIS, a proposta de edital e regulamento do certame para aprovação da Comissão de Concurso;
3. verificar junto aos órgãos do Poder Público as exigências legais previstas para concessão da isenção da taxa de inscrição do certame aos candidatos carentes, consultando o SISTAC;
4. verificar as necessidades dos candidatos portadores de necessidades especiais e a sua forma legal de atendimento no tocante à aplicação das provas;
5. solicitar a contratação de empresas e profissionais para a realização de procedimentos especiais do concurso, tais como: confecção e correção dos cartões de respostas, ledores e transcritores, filmagens e gravações, psiquiatras e psicólogos, entre outros;
6. redigir e encaminhar para publicação todos os atos do concurso que necessitem de publicação oficial (editais, resoluções, portarias);
7. sob a coordenação da Assessoria da EMAGIS, organizar, montar, formatar, digitar as questões da prova objetiva seletiva e das provas escritas (discursiva, de sentença cível e penal) do certame;
8. sob a coordenação da Assessoria da EMAGIS, revisar a redação das provas, adequando-as às normas gramaticais da língua culta e aos padrões gráficos previamente estipulados;
9. organizar os ensalamentos dos candidatos em todas as etapas do certame;
10. sob a coordenação da Assessoria da EMAGIS, reproduzir a quantidade necessária de cadernos de questões por candidato, por sala e por local de aplicação da prova objetiva seletiva e das provas escritas (discursiva, de sentença cível e penal) em cada uma das capitais que integram a 4ª Região (Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis);

11. sob a coordenação da Assessoria da EMAGIS, elaborar as instruções relativas à aplicação das provas em cada uma de suas etapas, submetendo-as posteriormente à Comissão de Concurso;
12. organizar a logística de transporte e entrega das provas às Seções Judiciárias da 4ª Região;
13. organizar o sistema de inscrições do certame tanto na fase preliminar quanto naquela destinada a receber a documentação relativa à inscrição definitiva do concurso;
14. conferir a documentação recebida pelos candidatos na inscrição definitiva;
15. organizar e secretariar junto com a Assessoria da Escola as reuniões da Comissão de Concurso e as sessões públicas de julgamento de recursos e de identificação dos candidatos aprovados nas provas escritas;
16. organizar o cronograma de realização dos exames médicos e psiquiátricos, bem como a aplicação dos testes psicológicos;
17. organizar os procedimentos relativos à aplicação das provas orais;
18. conferir e pontuar os títulos apresentados pelos candidatos;
19. calcular as notas atribuídas pelos membros da Comissão de Concurso nos diversos critérios estabelecidos para formação da nota final das provas escritas e das provas orais;
20. receber e processar o recebimento dos recursos administrativos previstos no regulamento do concurso contra a prova objetiva seletiva e as provas escritas;
21. elaborar todo e qualquer documento do certame;
22. manter organizados e atualizados os arquivos do certame;
23. manter atualizadas as informações relativas ao certame no site oficial do concurso no Portal do Tribunal;
24. realizar a contratação e o pagamento dos membros da Comissão de Concurso;
25. prestar toda e qualquer assistência requerida pela Comissão de Concurso;
26. zelar pela guarda e pelo sigilo que o certame demanda;
27. responder as informações solicitadas pela Presidência do Tribunal, Ouvidoria e órgãos externos relativos ao certame, como o Conselho Nacional de Justiça;
28. responder aos mandados de segurança e/ou outras ações judiciais interpostas contra o certame;
29. responder aos e-mails encaminhados ao concurso;
30. propor ações que visem ao aprimoramento dos procedimentos do certame;
31. exercer as atribuições comuns aos titulares de unidade.

(Atribuições aprovadas pela Portaria n. 1166, de 09/11/2018)

6.1 Quadro de pessoal
14 servidores
6.2 Cargos e funções comissionadas em atividade
Assessora CJ-3 (1); Diretores de Divisão CJ-1 (3); Supervisores FC-5 (3); Assistente Administrativo/Judiciário IV (2); Assistente Administrativo/Judiciário II (2).
7. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?
Sim. 3.

7.1 O teletrabalho é integral ou parcial?

Parcial (2) e integral (1).

7.2 Qual critério para fixação das cotas?

Muitas das atribuições da Escola podem ser feitas de forma on-line sem qualquer prejuízo para a eficiência do trabalho, o que a própria pandemia veio a comprovar. O critério utilizado são as tarefas a serem desenvolvidas sem prejuízo das atividades da Escola. Os servidores em trabalho remoto, antes da pandemia, apresentavam-se na Escola semanalmente, quando era feito relatório das atividades em reuniões presenciais. Na pandemia, o trabalho remoto foi instituído em 100% das atividades, sendo as reuniões presenciais substituídas por on-line, verificando-se não ter sido afetado o bom andamento do trabalho. Atualmente, 4 servidores encontram-se em trabalho remoto, significando aproximadamente 21% da força de trabalho.

7.3 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

O acompanhamento se dá por reuniões on-line, distribuição de tarefas e consequente cobrança pela chefia imediata. A consequência pelo não cumprimento seria o cancelamento do trabalho remoto.

8. Quais as atribuições específicas da unidade?

Atribuições: 1) formação e aperfeiçoamento de magistrados; 2) publicação de Revistas; e 3) apoio administrativo ao concurso de ingresso na carreira da magistratura.

9. Quantitativo de cursos realizados e de magistrados formados (desde 2019 até a presente data):

Terceiro trimestre de 2019: 8 cursos promovidos; Carga horária total: 152h/a 149 magistrados participantes Carga horária Credenciada junto à Enfam: 94h/a - 3 cursos 2020. 13 atividades promovidas. Carga horária total: 93 h/a; Carga hora credenciada junto à Enfam: 85 h/a - 4 cursos; Magistrados capacitados: 174 (participaram de pelo menos uma atividade no ano); 364 participações de magistrados 2021 (até setembro 2021); 12 atividades promovidas. Carga horária Total: 215 h/a; Carga horária credenciada junto à Enfam: 129h/a; (6 cursos) Magistrados capacitados: 166; 389 participações de magistrados.

10. Como são realizados os credenciamentos para os cursos?

As atividades de ensino são definidas pelo Conselho da Escola anualmente. Para cada atividade é escolhido um ou mais coordenador científico. Após apresentação do projeto pedagógico pelo Coordenador científico, a equipe pedagógica revisa o projeto e verifica necessidade de adequação para fim de credenciamento, conforme os normativos da Enfam: Instrução Normativa n. 1/2017; Resolução n. 2/2016; Resolução n. 2 /2018; Resolução n. 11/2020. Após os necessários ajustes feitos em conjunto com a

coordenação científica, o projeto, devidamente assinado pelo Coordenador, pelo Diretor da Escola e pela coordenação pedagógica da Emagis, é registrado no sistema EducaEnfam. A partir daí, a Enfam analisa, podendo devolver para a Escola para algum ajuste necessário ou emite a Portaria de credenciamento.

11. Como são observados os indicadores do CEMAF e da ENFAM?

Cumpra informar que a Escola cumpre integralmente os normativos da Enfam e do CJF, em suas ações de formação, sejam no início da carreira (Curso de formação inicial e cursos voltados para o vitaliciamento) como para cursos de aperfeiçoamento ao longo da carreira da magistratura, objetivando desenvolvimento de competências necessárias ao magistrado para melhor desempenhar sua função. Os indicadores apresentam uma avaliação quanto à atuação da Escola, constituindo-se em sinalizadores para o aprimoramento de sua própria atividade.

12. A unidade possui plano de gestão?

Sim. Temos um plano de gestão anual que determina as atividades a serem realizadas pela Escola no exercício subsequente e, ao mesmo tempo, verifica os resultados alcançados de acordo com o proposto no exercício anterior. Este plano de gestão é elaborado usualmente no mês de janeiro de cada ano.

12.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A unidade não tem carência de recursos materiais, porém, necessitaria ter um quadro maior de servidores.
b) gestão do trabalho	Apesar da necessidade de ampliação do quadro de servidores, a unidade tem conseguido êxito em sua gestão do trabalho. Tem atingido as metas anuais propostas, desfrutando de um clima organizacional bom, em que a maioria dos servidores se sentem integrados e participes na realização de suas atribuições. Tínhamos, antes da pandemia, já alguns servidores em regime de teletrabalho sem que isso representasse qualquer prejuízo às demandas de trabalho.
c) resultados	Como mencionado acima, os resultados alcançados pela unidade têm sido bastante satisfatórios, ou seja, as metas estabelecidas têm sido atingidas na sua grande maioria e, muitas vezes, ocorre até uma superação.

12.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

A Escola da Magistratura tem como atribuições principais: 1) formação e aperfeiçoamento de magistrados; 2) publicação de Revistas; e) apoio administrativo ao concurso de ingresso na carreira da magistratura. Sendo assim, os objetivos são estabelecidos em correspondência a essas atribuições, ou seja, organizar cursos, produzir revistas e organizar o concurso quando da sua realização.

12.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

As ações a serem implementadas variam de acordo com o produto da Escola a ser oferecido. Assim, para atender à formação e ao aperfeiçoamento de magistrados, realizamos, inicialmente, um levantamento de necessidades junto aos próprios magistrados e também a outros órgãos do Tribunal, para, posteriormente, planejarmos uma grade de cursos a serem oferecidos aos magistrados, além de, com base em dados do exercício anterior, verificar o que precisa ser alterado/aperfeiçoado para um melhor aproveitamento. As revistas também seguem um planejamento de edições anuais, sendo oferecidas nas vias impressa e digital, seguindo todas, um cronograma previamente estabelecido. As atividades do concurso, quando realizadas, seguem um cronograma definido previamente para todas as etapas do certame. Pelo relatório anual realizamos o acompanhamento do que foi projetado para ações da Escola e o que a Escola efetivamente realizou, sendo apontadas eventuais dificuldades.

13. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Durante o período de pandemia, a Escola operou em *home office*, tendo, contudo, mantido a qualidade de seus serviços sem qualquer decréscimo. Obviamente, o emprego de tecnologia foi fator decisivo para o alcance dos objetivos propostos e deverá ser considerada de forma preponderante quando do retorno às atividades presenciais. Certamente, algumas ações das Escolas poderão tornar-se virtuais sem qualquer prejuízo.

14. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor, Desembargador Federal João Batista Pinto Silveira, e pela Assessora Executiva, Isabel Cristina Lima Selau, que discutiram acerca das atribuições e atividades desenvolvidas pela EMAGIS:

A Escola da Magistratura da 4ª Região foi criada pela Resolução n. 8, de 2 de março de 2001, e a regulamentação das atividades da Escola encontram-se disciplinadas nos artigos 21 e 22 do Regimento Interno do TRF4, que assim dispõem:

“Art. 21. Funciona no Tribunal a Escola da Magistratura (Emagis), com a finalidade de promover:

1 – ações educacionais voltadas à formação e ao aperfeiçoamento permanente dos magistrados federais da 4ª Região, em conformidade com as diretrizes emanadas da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e do Conselho da Justiça Federal (CJF);

II – a publicação de periódicos para divulgar a jurisprudência da Corte e de artigos acadêmicos de magistrados e de juristas convidados;

III – concursos públicos para provimento de cargo de Juiz Federal Substituto, seguindo determinações da Comissão de Concurso.

Art. 22. *O Conselho Consultivo da Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal será formado pelo Diretor da Escola, que o presidirá, pelo Vice-Diretor e por mais dois Desembargadores Federais do Tribunal escolhidos pelo Plenário Administrativo, com mandato de dois anos, coincidente com o período do mandato do Diretor e do Vice-Diretor da Escola.*

§ 1º *O Desembargador Federal Diretor da Escola da Magistratura é membro nato da Comissão de Jurisprudência, Presidente da Comissão de Concurso da Magistratura da 4ª Região e Coordenador do Centro de Educação Corporativa de Servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 4ª Região, competindo-lhe:*

I – presidir o Conselho Consultivo da Escola da Magistratura;

II – dirigir e coordenar as atividades da Escola da Magistratura, cumprindo e fazendo cumprir este Regimento;

III – exercer a representação institucional da Escola;

IV – compor o Conselho das Escolas da Magistratura Federal;

V – coordenar os processos de elaboração do projeto pedagógico e do planejamento anual das atividades da Escola;

VI – elaborar e submeter ao Presidente do Tribunal a proposta orçamentária anual da Escola;

VII – encaminhar o planejamento anual das atividades da Escola à administração do Tribunal;

VIII – propor à Presidência do Tribunal a celebração de convênios, contratos e parcerias com entidades públicas e privadas;

IX – criar, modificar e extinguir comissões de trabalho ligadas à Escola, fixando-lhes as atribuições, ouvido o Conselho Consultivo;

X – indicar o corpo docente dos cursos e das atividades da Escola;

XI – elaborar o relatório anual de atividades da Escola e submetê-lo à apreciação do Presidente do Tribunal, após aprovação do Conselho Consultivo;

XII – zelar pela melhor consecução dos objetivos da Escola da Magistratura.

§ 2º *Compete ao Vice-Diretor da Escola da Magistratura:*

I – substituir o Diretor em suas ausências ou seus impedimentos, exceto quando se tratar da Presidência da Comissão de Concurso, cargo cuja substituição será feita pelo Desembargador Federal membro titular da Comissão;

II – coadjuvar o Diretor em todos os assuntos previstos nas atribuições legais e regimentais;

III – exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Diretor da Escola.

§ 3º *Compete ao Conselho Consultivo da Escola da Magistratura:*

I – definir as diretrizes do projeto pedagógico, do plano anual de atividades e da proposta orçamentária da Escola;

II – aprovar o projeto pedagógico da Escola, o plano anual de atividades, a proposta orçamentária e o relatório anual de atividades;

III – decidir sobre outras matérias relevantes para o funcionamento da Escola que lhe sejam submetidas pelo Diretor;

IV – apreciar, em grau de recurso, as decisões da Direção da Escola;

V – manifestar-se, mediante convocação do Diretor, nos casos omissos do presente Regimento.”

Em quase 20 anos de funcionamento, a EMAGIS, está muito bem estruturada em um prédio anexo ao Tribunal, possui ótimas instalações e um auditório recém reformado, digno de elogios; local este onde são realizados os cursos de formação, palestras e reuniões.

Possui um quadro de pessoal composto por 14 servidores e 1 estagiário; alguns em regime de teletrabalho parcial. Esclareceram que muitas atividades podem ser feitas em *home office*, sem prejuízo do resultado. Informam sobre a necessidade de ampliação de seu quadro de servidores, devido à quantidade de atribuições e a fim de atingir as metas.

Durante os anos de 2020 e 2021, a Emagis, em virtude da pandemia, e, como todas as unidades do Tribunal, teve suas atribuições realizadas integralmente em *home office*, o que fez com que a Escola desenvolvesse ainda mais seu suporte tecnológico com o propósito de continuar prestando um serviço de excelência para a formação e aperfeiçoamento dos magistrados. Para tanto, migrou seus cursos inteiramente para plataforma *Zoom* a qual permitiu a realização de cursos seguindo os requisitos da Enfam e do CJF, ou seja, realizando os eventos com o uso dos métodos ativos e *on-line*.

Impende destacar a realização dos cursos sobre Audiências Telepresenciais (compartilhado pela Enfam e pela Escola do TRF1 e que agora resultará na edição de um livro *on-line* sobre o tema), bem como cursos para implantação de Justiça Restaurativa (formação de facilitadores e círculos de conversas), dentre outros.

Nesse período, também foi oferecido um novo produto de ensino qual seja: *podcast*. Os *podcasts* são realizados no formato de entrevistas com os magistrados, procuradores, doutrinadores da área jurídica, preferencialmente, e que da mesma forma podem contar com profissionais de áreas afins que possam interessar ao bom desempenho da jurisdição. Os *podcasts* buscam complementar as matérias dos cursos ministrados, proporcionando um aprofundamento e/ou complementação nas matérias tratadas nos diversos cursos.

A Emagis dispõe de uma página própria no Portal do Tribunal em que disponibiliza todos os seus produtos: programação de cursos, cursos já realizados com os vídeos e os materiais respectivos; revistas publicadas e os *podcasts*, além de outras informações de interesse.

A unidade encaminhou a grade de cursos da Emagis de 2021 com cursos já realizados e outros a realizar até o final do ano. Ainda falta constar um curso que está ainda em tratativas referente aos Laboratórios de Inovação.

Programação de Cursos - 2021

MÊS/DATA	ATIVIDADE	MODALIDADE	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/a)	COORDENAÇÃO
Agosto					
25	PROCESSO ESTRUTURAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	Zoom	40	20	Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA e Juiz Federal TIAGO DO CARMO MARTINS
26	PROCESSO ESTRUTURAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	Zoom	40	20	Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA e Juiz Federal TIAGO DO CARMO MARTINS
27	PROCESSO ESTRUTURAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	Zoom	40	20	Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA e Juiz Federal TIAGO DO CARMO MARTINS
30	PROCESSO ESTRUTURAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	moodle	40	20	Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA e Juiz Federal TIAGO DO CARMO MARTINS
31	PROCESSO ESTRUTURAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	moodle	40	20	Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA e Juiz Federal TIAGO DO CARMO MARTINS
Setembro					
01 a 10	PROCESSO ESTRUTURAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	moodle	40	20	Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA e Juiz Federal TIAGO DO CARMO MARTINS
09	JUSTIÇA RESTAURATIVA	Zoom e moodle	40	20	Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA e Juíza Federal Substituta CATARINA VOLKART
10	JUSTIÇA RESTAURATIVA	Zoom e moodle	40	20	Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA e Juíza Federal Substituta CATARINA VOLKART
14	O DIREITO COMO PRÁTICA	Zoom	50	31	Desembargador Federal ROGER RAUPP RIOS
14	PROCESSO ESTRUTURAL:	Zoom	40	20	Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA e

	DESAFIOS E POSSIBILIDADES				Juiz Federal TIAGO DO CARMO MARTINS
16	JUSTIÇA RESTAURATIVA	Zoom e moodle	40	20	Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA e Juíza Federal Substituta CATARINA VOLKART
17	JUSTIÇA RESTAURATIVA	Zoom e moodle	40	20	Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA e Juíza Federal Substituta CATARINA VOLKART
21	O DIREITO COMO PRÁTICA	Zoom	50	31	Desembargador Federal ROGER RAUPP RIOS
28	O DIREITO COMO PRÁTICA	Zoom	50	31	Desembargador Federal ROGER RAUPP RIOS
Outubro					
06	O DIREITO COMO PRÁTICA	Zoom	50	31	Desembargador Federal ROGER RAUPP RIOS
19	O DIREITO COMO PRÁTICA	Zoom	50	31	Desembargador Federal ROGER RAUPP RIOS
20	A NOVA LEI DE LICITAÇÕES	Zoom	50	20	Desembargador Federal ROGÉRIO FAVRETO
21	A NOVA LEI DE LICITAÇÕES	Zoom	50	20	Desembargador Federal ROGÉRIO FAVRETO
26	O DIREITO COMO PRÁTICA	Zoom	50	31	Desembargador Federal ROGER RAUPP RIOS
27	A NOVA LEI DE LICITAÇÕES	Zoom	50	20	Desembargador Federal ROGÉRIO FAVRETO
28	A NOVA LEI DE LICITAÇÕES	Zoom	50	20	Desembargador Federal ROGÉRIO FAVRETO
Novembro					
09	O DIREITO COMO PRÁTICA	Zoom	50	31	Desembargador Federal ROGER RAUPP RIOS
10	EXECUÇÃO PENAL	Zoom	50	20	Desembargadora Federal SALISE SANCHOTENE e Desembargador Federal LUIZ CARLOS CANALLI
11	EXECUÇÃO PENAL	Zoom	50	20	Desembargadora Federal SALISE SANCHOTENE e Desembargador Federal LUIZ CARLOS CANALLI
16	O DIREITO COMO PRÁTICA	Zoom	50	31	Desembargador Federal ROGER RAUPP RIOS
16	FORMAÇÃO DE FACILITADORES DE CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ – Situações Menos Complexas	Zoom e Moodle	24	24	Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA e Juíza Federal substituta CATARINA VOLKART PINTO
17	EXECUÇÃO PENAL	Zoom	50	20	Desembargadora Federal SALISE SANCHOTENE e Desembargador Federal LUIZ CARLOS CANALLI
18	EXECUÇÃO PENAL	Zoom	50	20	Desembargadora Federal SALISE SANCHOTENE e Desembargador Federal LUIZ CARLOS CANALLI
19	FORMAÇÃO DE FACILITADORES DE	Zoom e Moodle	24	24	Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA e

	CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ – Situações Menos Complexas				Juíza Federal substituta CATARINA VOLKART PINTO
23	O DIREITO COMO PRÁTICA	Zoom	50	31	Desembargador Federal ROGER RAUPP RIOS
23	FORMAÇÃO DE FACILITADORES DE CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ – Situações Menos Complexas	Zoom e Moodle	24	24	Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA e Juíza Federal substituta CATARINA VOLKART PINTO
24	EXECUÇÃO PENAL	Zoom	50	20	Desembargadora Federal SALISE SANCHOTENE e Desembargador Federal LUIZ CARLOS CANALLI
25	EXECUÇÃO PENAL	Zoom	50	20	Desembargadora Federal SALISE SANCHOTENE e Desembargador Federal LUIZ CARLOS CANALLI
26	FORMAÇÃO DE FACILITADORES DE CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ – Situações Menos Complexas	Zoom e Moodle	24	24	Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA e Juíza Federal substituta CATARINA VOLKART PINTO
30	O DIREITO COMO PRÁTICA	Zoom	50	31	Desembargador Federal ROGER RAUPP RIOS
30	FORMAÇÃO DE FACILITADORES DE CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ – Situações Menos Complexas	Zoom e Moodle	24	24	Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA e Juíza Federal substituta CATARINA VOLKART PINTO
Dezembro					
03	FORMAÇÃO DE FACILITADORES DE CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ – Situações Menos Complexas	Zoom e Moodle	24	24	Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA e Juíza Federal substituta CATARINA VOLKART PINTO

O Diretor da Escola da Magistratura do TRF4 (Emagis) acumula também os cargos de Presidente da Comissão de Concurso de Ingresso ao cargo de Juiz Federal Substituto, membro nato da Comissão de Jurisprudência e Coordenador do Ceducorp - Centro de Educação Corporativa dos Servidores da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus da 4ª Região.

Contudo, como o desempenho do Ceducorp não tem alcançado os resultados esperados nos últimos quatro anos, a atual Administração do Tribunal aprovou que os servidores que integram o quadro do Ceducorp sejam deslocados e designados para o grupo de servidores da Emagis para que o Diretor possa gerir de forma conjunta essa formação de magistrados e servidores.

Assim, está sendo proposta alteração da Resolução n. 115, de 27 de junho de 2013, do TRF4, que criou o Ceducorp para que os objetivos de formação e capacitação dos servidores possam ser atingidos com sucesso e que o Tribunal consiga atender as metas

estabelecidas no Plano Estratégico do Poder Judiciário quanto ao aperfeiçoamento de pessoas para o próximo sexênio.

O projeto propõe que, além das formações pontuais de acordo com as necessidades manifestadas pelos gabinetes dos desembargadores do Tribunal, o Ceducorp, quando incorporado à Emagis, coordene juntamente com os Núcleos de Capacitação das Seções Judiciárias do Rio Grande Sul, de Santa Catarina e do Paraná a política permanente de educação corporativa dos servidores que tenha como base a troca de experiências, compartilhamento de conteúdos de forma alinhada e com uma atuação sistêmica em toda Justiça Federal da Quarta Região.

Além disso, a utilização e o desenvolvimento das plataformas virtuais de ensino como *Zoom* e *Moodle* serão largamente utilizadas como ferramentas para oportunizar a expansão e multiplicação do ensino, inclusive como forma de prestigiar o princípio da economicidade, proporcionando aos servidores a aquisição de conhecimentos técnico-jurídicos de forma a fazer frente à crescente demanda de trabalho das unidades judiciárias.

15. RECOMENDAÇÕES

Diante de todo exposto, e, considerando o excelente desempenho da unidade na realização das atividades a ela atribuídas, esta equipe da Corregedoria não tem recomendação específica a ser feita.

Cumprе, apenas, parabenizar os integrantes da unidade pelo excelente trabalho que vem sendo desenvolvido, inclusive sendo referência nacional, bem como recomendar a manutenção das condições atualmente verificadas, sem prejuízo da busca por um constante aperfeiçoamento.

NÚCLEO DE ASSUNTOS DA MAGISTRATURA

QUESTIONÁRIO DA INSPEÇÃO

1. Nome do responsável pelo preenchimento do questionário

Silvio Dieguez Lima Dias

2. Como a unidade está organizada? (Quantos servidores, cargos comissionados, efetivos, estagiários, requisitados? Como é feita a distribuição de tarefas?).

O Núcleo de Assuntos da Magistratura conta, atualmente, com 8 (oito) servidores, sendo todos concursados. As tarefas são divididas em 3 grandes grupos, sendo distribuídas pela chefia a cada uma das supervisões, conforme o assunto de sua competência/especialidade.

2.1 Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Todos os servidores executam, em maior ou menor grau, suas atividades em regime de teletrabalho. Dois servidores, neste momento, são pertencentes a grupo de risco, estando 100% em teletrabalho. Atualmente, em razão do que determina a Resolução Conjunta TRF4 n. 3/2021, o trabalho presencial é realizado por um servidor a cada dia. O Diretor do Núcleo realiza trabalho presencial de 3 a 5 vezes por semana, comparecendo os demais servidores presencialmente à unidade em sistema de rodízio ou quando sua presença é absolutamente necessária.

2.2 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Parcial.

2.3 Qual critério para fixação das cotas?

Não há fixação de cotas. O trabalho é distribuído à medida que os processos administrativos chegam à unidade, conforme a matéria.

2.4 Como é feito o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja cumprimento da cota, qual a consequência?

Não há cota a ser cumprida. É dado andamento a todos os processos de imediato, conforme sua prioridade/urgência, com a devida observância dos prazos eventualmente estabelecidos.

3. Indicar o total de cargos de magistrados de 1º e 2º graus, auxiliares e substitutos.

Total 1º grau = criados: 430 - providos: 398; Total 2º grau = criados: 27 - providos: 27.

3.1 Apresentar, por seção judiciária e TRF, se for o caso, o número de cargos existentes, providos e vagos.

RS: 179 existentes, 166 providos e 13 vagos; PR: 152 existentes, 136 providos e 16 vagos; SC: 99 existentes, 96 providos e 3 vagos; TRF4: 27 existentes, 27 providos, 0 vago.

3.2 Existe concurso em andamento?

Não há, no presente momento, concurso público para provimento de cargo de Juiz Federal Substituto em andamento.

4. Estão sendo realizados mutirões, força-tarefa ou designação de auxiliares para as unidades judiciárias?

No 1º grau, informa a Corregedoria Regional que "é realizada a equalização da distribuição dos processos e a readequação de competências mediante auxílio recíproco e permanente entre Varas Federais", então a designação de auxílio para as unidades pode ser deferida apenas eventualmente, de forma excepcional. O sistema de equalização de cargas de trabalho, que atua na distribuição dos processos, permite a divisão dos feitos entre grupos (cíveis, previdenciários e execução fiscal) dentro de cada seção judiciária. Isso reduz a necessidade de mutirões ou forças-tarefas. No Tribunal, há seis Juízes Federais convocados para atuar em função de auxílio (Ato 690/2021 - 5650330), os quais atuam nos Gabinetes de Auxílio criados pelas Res. 34 (3561429) e 63/2017 (3644796). Além destes, há um juiz federal designado para atuar como Juiz Auxiliar junto à Vice-Presidência e dois que atuam junto à Corregedoria Regional (Ato 690/2021 - 5650333).

4.1 Quais os critérios para a escolha das unidades que receberão o auxílio? Quais os critérios de designação dos magistrados que participarão da iniciativa?

Informa a Corregedoria Regional que "eventualmente, defere-se auxílio para as unidades em razão de questões específicas, como nas hipóteses de licenças ou afastamentos prolongados de magistrado ou que envolvam complexidade e repercussão das causas a serem julgadas (caso, por exemplo, da 13ª Vara Federal de Curitiba, na qual tramitam os processos da operação Lava-Jato). O sistema de equalização de cargas de trabalho, existente desde 2017-2019 e 2019-2021, contribui para distribuição igualitária da carga de trabalho e de distribuição entre as varas, reduzindo a necessidade de auxílios e mutirões."As regras gerais do regime de "especialização, regionalização de competências e equalização de cargas de trabalho das unidades judiciárias de 1º Grau da Justiça Federal da 4ª Região" encontram-se na Resolução TRF4 n. 53/2020 (5503257).

4.2 Quais os critérios para as designações e substituições no 1º e no 2º grau?

Em relação ao 1º grau, a Corregedoria Regional da 4ª Região informa que, em razão da especialização das competências e da utilização do processo eletrônico, o principal critério é designar como substituto um magistrado de uma vara com a mesma competência/especialidade daquela que será auxiliada. No 2º grau, são considerados

os critérios estabelecidos na Resolução n. 72/2009 do CNJ, com suas alterações posteriores, na Resolução n. 51/2009 do CJF e na Resolução n. 34/2017 do TRF4. Nas férias e licenças para tratamento de saúde, o substituto é indicado pelo desembargador federal a ser substituído, sem prejuízo dos critérios acima arrolados. Nos casos de designação de diretores de foro, prevalece a livre escolha do Presidente do Tribunal, conforme prevê a Resolução CJF n. 79/2009, na redação dada pela Resolução CJF n. 243/2013.

4.3 É feita uma análise da produtividade do magistrado e da situação da unidade em que ele atua antes de designá-lo para cumular outra unidade jurisdicional? Como ocorre?

Segundo informações obtidas junto à Corregedoria Regional da 4ª Região, "a designação do magistrado para auxílio observa a situação da unidade na qual está lotado, de modo a não prejudicar a unidade que prestará o auxílio, bem como observa a preferência por magistrados que atuam em unidade de mesma competência daquela que será auxiliada."

5. Há normativo, no âmbito do TRF, que discipline a marcação e escala de férias de magistrados?

A normatização utilizada pelo TRF4 é a Resolução CJF n. 130/2010; a Corregedoria Regional utiliza, também, a Consolidação Normativa - Provimento n. 62, de 13/6/2017.

5.1 Detalhar o procedimento para marcação de escala de férias, alteração e interrupção de férias de magistrados de 1º e 2º graus.

Para a marcação de escala de férias (primeiro e segundo semestres): - de competência da Presidência, são encaminhados Ofícios-Circulares para os desembargadores federais, juízes federais convocados, juízes federais requisitados por outros órgãos e juízes federais diretores de foro. - de competência da Corregedoria Regional, da mesma forma, é encaminhado Ofício-Circular para os juízes federais de 1º Grau. Para alteração e interrupção de férias anteriormente marcadas na escala semestral, o magistrado faz o pedido diretamente no Sistema Eletrônico de Recursos Humanos (SERH) ou encaminha e-mail para este Núcleo de Assuntos da Magistratura ou para a Corregedoria Regional.

5.2 Há sistema informatizado para marcação de férias? Qual?

Sim, Sistema Eletrônico de Recursos Humanos (SERH).

5.3 Como é feito o pedido de remarcação/interrupção/suspensão? Existem pedidos de remarcação pendentes de análise?

De competência da Presidência, ou da Corregedoria Regional, o magistrado faz o pedido diretamente no Sistema Eletrônico de Recursos Humanos (SERH) ou encaminha e-mail para o setor (NUMAG ou CORREG). Em ambos os setores, inexistem pedidos de remarcações de férias pendentes, pois são respondidos em tempo hábil.

5.4 Quais os critérios para análise do pedido de alteração?

Os critérios para a análise de pedido de alteração de férias são os previstos na Resolução CJF n. 130/2010; a Corregedoria Regional utiliza, também, a Consolidação Normativa - Provimento n. 62, de 13/6/2017.

5.4.1 É exigido o cumprimento da ordem cronológica para gozo do saldo de férias?

Quando se trata de marcação a ser realizada na escala de férias, são considerados apenas os períodos nos quais há disponibilidade de marcação de 30 dias, desprezando-se os saldos de períodos menores que 30 dias. Deste modo, o sistema foi programado para que a marcação dos períodos de 30 dias de férias obedeça rigorosamente à ordem cronológica. A marcação de saldos inferiores a 30 dias, por outro lado, pode ser realizada a qualquer momento, sem necessidade de observância da ordem cronológica.

5.4.2 É observada a obrigatoriedade da indicação do novo período para gozo das férias?

De competência da Presidência, inexistente a obrigatoriedade; de competência da Corregedoria Regional, o magistrado já deve indicar a marcação do saldo de férias a ser fruído no momento em que efetuar a solicitação da interrupção de férias.

5.5 Como está sendo realizado o pagamento em pecúnia determinado pela Resolução n. 293/2019-CNJ?

O pedido deve ser formulado com a antecedência mínima de 60 dias, conforme determina a Resolução.

5.6 Existem magistrados de 1º e 2º graus com saldo de férias? Especificar (nome, período e número total de dias).

Sim. Como os dados não cabem neste campo, solicita-se seja informado pelos e-mails numag@trf4.jus.br ou sdl09@trf4.jus.br endereço eletrônico para envio da planilha com os dados.

5.7 Existe escala de férias para o próximo ano?

A previsão é de formalização da escala entre outubro e novembro de 2021.

6. Quais os critérios e procedimentos de convocação de juizes para substituir desembargadores? Há formalização?

São considerados os critérios estabelecidos na Resolução n. 72/2009 do CNJ, com suas alterações posteriores, na Resolução n. 51/2009 do CJF e na Resolução n. 34/2017 do TRF4. O magistrado indica na marcação de férias da escala vigente ou encaminha e-mail para o NUMAG, sendo expedido Ato Convocatório.

6.1 Há participação da Corregedoria Regional?

A Corregedoria Regional, no âmbito de sua competência, promove a designação do substituto do Juiz Federal convocado para compor o TRF4.

7. Quais os critérios e procedimentos para remoções de juízes? Há formalização? Descreva o procedimento.

Critério: Antiguidade. Procedimentos: Remoções internas com vagas exclusivas ou Remoções internas com vagas sucessivas; Remoção externa mediante Edital; Remoção externa a pedido; Remoção mediante permuta entre Regiões; Remoção interna mediante permuta. Após julgamento pelo Cons. Admin. ou Corte Esp. Admin., e após o retorno do processo da CORREG com a proposta de remoção, serão expedidos pela PRES atos de remoção e de prorrogação de jurisdição e portaria de trânsito, conforme o caso. Trânsito a partir da data da vigência da remoção. Estando o magistrado com jurisdição prorrogada, em férias ou afastado, o trânsito se dará após o término de tais eventos. - É formalizado: 1 - Abertura do Concurso pela PRES em Processo SEI com consulta à CORREG sobre a conveniência e, após, expedição de Edital (remoções que dependam de Edital). 2 - Nos casos de formalização direta pelos magistrados, recebe-se documentos em Processo SEI, NUMAG instrui e, após, envio à CORREG, responsável pela Relatoria.

7.1 Há participação da Corregedoria Regional?

Sim.

7.2 Como é aferido o merecimento?

Informação da EMAGIS quanto ao aperfeiçoamento técnico. Informação da Corregedoria Regional quanto ao desempenho, produtividade, presteza no exercício das funções e adequação da conduta ao Código de Ética da Magistratura Nacional.

7.3 Quais são os critérios e procedimentos para acesso dos juízes federais ao TRF?

Critérios: O provimento dos cargos dar-se-á pelos critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente, iniciando-se a escolha pelo critério definido no Edital. Procedimentos: Após o julgamento pelo Plenário Administrativo: - Promoção cargo Desembargador Federal: A Secretaria da Presidência/Secretpres envia o processo ao Ministério da Justiça para nomeação pela Presidência da República. Posse no prazo de 30 dias a contar da publicação do Decreto Presidencial de nomeação. Trânsito a partir da data da posse. Estando o magistrado em férias ou afastado, o trânsito se dará após as férias ou afastamento. O NUMAG encaminhará ao magistrado, por e-mail, cópia dos atos e das portarias, bem como demais informações que devam ser observadas, caso a caso. - É formalizado? SIM - Como? Abertura do Concurso pelo Presidente do TRF4 (GPRES/NUMAG) em Processo SEI, mediante expedição de Edital.

8. Há elaboração de escala geral dos plantões realizados?

Informa-se, de início, que as escalas de plantões são de atribuição da Presidência e da Diretoria Judiciária, e que as informações pertinentes a este tema foram fornecidas por esta unidade. Sim, as escalas anuais dos plantões judiciais dos desembargadores federais são elaboradas pelo Gabinete da Presidência, na forma da Resolução TRF4 n. 127/2017, e a dos servidores são preparadas pela Diretoria Judiciária, contendo os desembargadores e unidades plantonistas, os respectivos períodos e demais informações acerca do plantão judicial.

8.1 Existe sistema informatizado?

Não.

8.2 Como é elaborada a escala de plantão? Especificar (anotação das escalas realizadas por meio de sorteio, eventuais substituições, indicação das matérias passíveis de exame em regime de plantão).

Os desembargadores federais, exceto o CORREG, escolhem o período de plantão, obedecendo à antiguidade decrescente. O plantão tem duração de duas semanas ininterruptas, exceto na semana que precede e sucede o recesso judicial, e não poderá coincidir com o período de férias do DF. PRES e VICE realizam plantão exclusivamente no período de recesso, em escala a ser por eles definida. A escala dos servidores é elaborada anualmente pela Diretoria Judiciária sob a forma de rodízio e com duração de uma semana ininterrupta, e é composta pelas secretarias vinculadas à Diretoria Judiciária, Assessorias às Sessões de Julgamento das Turmas e Oficiais de Justiça Avaliadores Federais. A escala anual do plantão não abrange o recesso. As atividades dos plantões judiciais são realizadas, preferencialmente, pelos diretores e assessores das unidades relacionadas, podendo estes delegá-las a servidor de sua unidade devidamente habilitado. As matérias passíveis de plantão estão no art. 3º da Res. TRF4 127/2017.

8.3 Como funciona o sistema de plantão no TRF?

Nos dias úteis, antes e após o expediente normal, ficam à disposição do magistrado plantonista um servidor de secretaria ou de assessoria às turmas, um oficial de justiça e um servidor lotado no seu gabinete. O servidor plantonista fica à disposição mediante celular funcional, cujo número é divulgado no Portal/TRF4. Ele recebe o pedido do requerente por telefone, faz uma prévia análise quanto ao enquadramento nas hipóteses de plantão, previstas no art. 3º da Resolução TRF4 n. 127/2017, e submete ao magistrado plantonista. Posteriormente, os despachos e as decisões do magistrado plantonista são lançados no sistema eproc pelo servidor plantonista, que providencia os encaminhamentos e demais diligências necessárias ao cumprimento das decisões. Por fim, o servidor plantonista passa todas as atribuições pendentes e materiais do plantão à próxima unidade da escala e, ao término de cada período, remete todas as demandas recebidas às unidades competentes.

8.4 Existe normativo que defina a natureza das causas passíveis de apreciação no âmbito do plantão judicial? Indicar.

Sim, o art. 3ª da Resolução TRF4 n. 127/2017, dispõe sobre as hipóteses de plantão: a) pedidos de habeas corpus e mandados de segurança em que figurar como coator autoridade submetida à competência jurisdicional do magistrado plantonista; b) comunicações de prisão em flagrante e pedidos de concessão de liberdade provisória; c) em caso de justificada urgência, de representação da autoridade policial ou do Ministério Público visando à decretação de prisão preventiva ou temporária; d) pedidos de busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, desde que objetivamente comprovada a urgência; e) tutela de urgência cautelar, de natureza cível, ou medida cautelar, de natureza criminal, que não possa ser realizada no horário normal de expediente; f) medidas urgentes, cíveis ou criminais, da competência dos Juizados Especiais a que se referem as Leis ns 9.099, de 26/9/1995 e 10.259, de 12/7/2001, limitadas as hipóteses acima enumeradas.

8.5 As causas já distribuídas e o juízo prevento são reanalisadas durante os plantões? Qual o critério?

Conforme disposto no art. 4º da Res. TRF4 n. 127/2017, o Plantão Judiciário não se destina ao exame de pedido: a) já apreciado no órgão judicial de origem ou em plantão anterior, nem à sua reconsideração ou reexame; b) de prorrogação de autorização judicial para escuta telefônica; c) de levantamento de importância em dinheiro ou valores; d) de liberação de bens apreendidos.

8.6 Qual o destino dos feitos após a decisão proferida durante os plantões? Foram submetidos à distribuição regular?

Após a decisão proferida durante o plantão judicial e realizadas as diligências pertinentes, os feitos, após o encerramento do regime de plantão, são remetidos ao juiz natural.

9. A unidade possui plano de gestão?

A unidade não tem um plano específico de gestão, visto que a distribuição dos processos administrativos difere da distribuição dos processos judiciais, além do fato de as demandas serem variáveis. Então, pelo fato de o trabalho ser realizado pela unidade conforme as demandas vão surgindo, busca-se a simplificação das rotinas e dos modelos de documentos, otimizando a performance por meio da desburocratização de tarefas e redução do retrabalho. Quanto às demandas que se repetem a cada determinado período de tempo (por exemplo, escalas de férias dos magistrados), a unidade procura fazer os devidos preparativos de forma antecipada, de modo a entregar eficiência e celeridade. Além disso, em razão do déficit de servidores, objetiva-se cada vez mais a implementação de novas ferramentas e funcionalidades dentro do Sistema Eletrônico de Recursos Humanos - SERH num futuro próximo.

9.1 Descreva a situação atual

a) como a unidade se encontra em relação aos recursos humanos e materiais	A unidade encontra-se com déficit de servidores, o que acaba por gerar sobrecarga de trabalho.
---	--

b) gestão do trabalho	Mesmo com o déficit de servidores, tem-se envidado esforços de modo a atender às demandas de forma eficiente e com a devida celeridade.
c) resultados	Ainda que a unidade esteja com menos de 90 dias do início da nova Gestão (período 2021/2023), já é possível constatar alguns resultados positivos no que tange à reformulação dos fluxos de trabalho e da padronização dos trâmites e decisões.

9.2 Quais os objetivos a serem alcançados?

Organização do fluxo de trabalho e melhor distribuição das tarefas dentro de cada setor. Padronização de decisões, observando critérios específicos definidos pelo Presidente. Disseminação do uso do sistema SERH entre os magistrados ativos e inativos. Melhorias do sistema SERH por meio de ferramentas e funcionalidades a serem desenvolvidas no futuro próximo.

9.3 Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

Levantamento dos fluxos de trabalho e posterior organização e adequação para fins de otimizar o trabalho, inclusive formas de arquivamento e acompanhamento. Levantamento de situações concretas que precisam de solução para fins de estudo e elaboração de minutas padrão de decisão. Colaborar com a elaboração de ferramentas e funcionalidades do SERH, conforme a disponibilidade da equipe responsável pelo desenvolvimento do sistema.

10. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

Manutenção parcial do trabalho remoto; Recadastramento de magistrados por videoconferência e chamada telefônica, com a devida certificação no processo administrativo.

11. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada em 20/10/2021, das 10h às 12h, de forma presencial.

Dela participaram os servidores Silvio Dieguez Lima Dias, Diretor da unidade, e as servidoras Márcia Nemitz, Luciane de Menezes Lima e Marlene Sumako Oike, supervisoras.

Preliminarmente, os servidores discorreram sobre a estrutura e as atribuições do Núcleo de Assuntos da Magistratura (NUMAG).

As atribuições da unidade são divididas pela chefia em 3 grandes grupos, cada um sob coordenação de um supervisor, de acordo com assunto/especialidade. As tarefas são realizadas por meio de processos administrativos eletrônicos no Sistema Eletrônico

de Informações (SEI) e as comunicações entre os servidores do núcleo e os magistrados ocorre via e-mail.

Segundo informado, são observados os atos normativos que regulamentam as questões atinentes aos magistrados, destacando-se a Resolução do Conselho da Justiça Federal n. 1/2008, o Regimento Interno do Tribunal (RITRF4) e a Resolução do Conselho da Justiça Federal n. 130/2010.

Em seguida, a equipe de inspeção formulou indagações e solicitou esclarecimentos e complementação dos dados constantes do questionário, tendo sido colhidas as seguintes informações.

De início, foi esclarecido que o quadro funcional atual é composto por 8 servidores, todos efetivos.

Com relação às férias dos magistrados, os servidores informaram que a atribuição do Núcleo alcança somente a marcação e o acompanhamento das férias dos desembargadores federais, incumbindo à Corregedoria a marcação e o acompanhamento das férias em relação aos juízes federais de 1º Grau (Provimento n. 62/2017).

Quanto ao agendamento dos períodos de férias de magistrados no TRF4, esclareceram ser obrigatória a marcação de 30 dias de férias por semestre.

Informaram receber por e-mail os pedidos de marcação de férias e, em seguida, procederem à abertura de processo administrativo no SEI para registro e acompanhamento.

Indagados sobre a **regularidade** da marcação de férias por todos os magistrados, informaram haver “dispensa” de marcação nas situações de necessidade de serviço.

Acrescentaram que, via de regra, só há cancelamento de férias por necessidade de serviço.

Afirmaram haver, também como regra, a observância do prazo mínimo de antecedência de 60 dias previsto na Resolução CJF n. 130/2010 para fins de pagamento do abono pecuniário. Salientaram, no entanto, que, por vezes, esse prazo não é obedecido.

Questionados a respeito da marcação das férias dos desembargadores federais neste ano, informaram haver três magistrados sem registro de pedido de **marcação** de férias.

A Desembargadora inspetora solicitou a relação dos pedidos de férias de 2021 de todos os desembargadores (27), para fins de verificação dos respectivos períodos disponíveis.

Prontamente atendida a solicitação, foi entregue à equipe de inspeção a relação dos pedidos de marcação de férias, com os respectivos períodos disponíveis, da qual extraem-se as seguintes informações: **(i)** 24 Desembargadores com pedido de marcação

realizado; **(ii)** em relação à escala do 1º semestre de 2021, está pendente a marcação de férias pelos Desembargadores Federais Luiz Carlos Canalli, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogerio Favreto.

Quanto a este último magistrado, verificou-se, ainda, pendência de remarcação de férias da escala do 2º semestre de 2020, canceladas em razão da pandemia da COVID-19.

A Desembargadora reiterou a obrigatoriedade da marcação de 60 dias de férias por ano.

Com relação ao abono de permanência, os servidores informaram observar o disposto na Emenda Constitucional n. 103/2019.

Acrescentaram ser também atribuição do núcleo o acompanhamento do acúmulo de jurisdição e do pagamento da gratificação judiciária (GAJU).

No tocante à remoção de magistrados, informaram utilizar somente o critério de antiguidade. Para promoção, no entanto, são adotados os critérios de antiguidade e de merecimento.

Esclareceram, ainda, que após o encerramento das inscrições dos candidatos à vaga a ser preenchida, é observada a quinta parte dos magistrados inscritos para cada critério, separadamente.

Indagados acerca do plano de gestão da unidade, afirmaram trabalhar por demanda, com matérias variáveis, o que inviabilizaria a formalização de um procedimento padrão.

Afirmaram possuir registrado apenas o *checklist* de algumas tarefas, esclarecendo tratar-se de um “passo a passo” de determinado fluxo, além de manuais de algumas matérias específicas.

A Desembargadora inspetora ressaltou que, embora haja o registro de alguns fluxos de procedimentos, é necessária a sistematização e a formalização de todos eles. Acrescentou a importância da documentação do plano de trabalho e da preservação da memória institucional da unidade.

A equipe de inspeção solicitou esclarecimentos sobre as respostas lançadas no questionário quanto aos juízes federais, pois, conforme explicações dos servidores no início da entrevista, trata-se de matérias atinentes à Corregedoria.

Segundo explicado, as informações contidas em vários itens do questionário foram solicitadas àquela unidade (Corregedoria) para fins de preenchimento completo do questionário.

Os itens nessa situação são: **(i)** item 4, que trata da realização de “mutirões”, força-tarefa e designação de juízes auxiliares; **(ii)** item 4.1, que trata dos critérios de escolha das unidades que receberão o auxílio de juízes e dos critérios de designação dos magistrados que participarão da iniciativa; **(iii)** parte do item 4.2, referente aos critérios

de designações e substituições no 1º grau; **(iv)** item 4.3, relativo à análise da produtividade dos magistrados nas situações do item anterior; **(v)** item 5, referente aos atos normativos que disciplinam matérias de atribuição da Corregedoria.

Especificamente quanto ao item 5, os servidores apontaram a necessidade de complementação da resposta para inclusão do RITRF4.

Com relação ao teletrabalho, a unidade informou estar funcionando em sistema de rodízio entre os servidores para fins de cumprimento do percentual mínimo de trabalho presencial exigido pela Presidência do TRF4 – 20% do quadro da unidade.

Indagados a respeito dos Plantões Judiciários, foi esclarecido que são realizados pela Presidência e pela Diretoria Judiciária.

Em complementação às informações solicitadas pela equipe de inspeção, o Diretor do NUMAG, servidor Silvio Dieguez Lima Dias, encaminhou por e-mail, a relação dos magistrados da 4ª Região requisitados por outros órgãos, com pedido de dispensa de marcação de férias por necessidade de serviço (escalas semestrais de 2020 a 2021) deferido pela Presidência do TRF4, nos termos do artigo 4º, *caput*, da Resolução CJF n. 130/2010.

Também foram encaminhados os relatórios de férias extraídos do sistema de recursos humanos do TRF4 (*SERH*), do período de 2020 até 2021, relativos aos magistrados requisitados por outros órgãos.

Para fins de esclarecimento, transcreve-se abaixo as informações prestadas:

Escala de férias do segundo semestre de 2021 (2021/2) - processo SEI 0002013-44.2021.4.04.8000

Portaria 543/2021 (5696981):

Juiz Federal Daniel Marchionatti Barbosa / Requisitado pelo Conselho Nacional de Justiça

Juiz Federal Sandro Nunes Vieira / Requisitado pelo Tribunal Superior Eleitoral

Juíza Federal Ana Lúcia Andrade de Aguiar / Requisitada pelo Conselho Nacional de Justiça

Portaria 674/2021 (5752076):

Juíza Federal Camila Plentz Konrath / Requisitada pelo Supremo Tribunal Federal

Juiz Federal Substituto Inezil Penna Marinho Junior / Requisitado pelo Supremo Tribunal Federal

Escala de férias do primeiro semestre de 2021 (2021/1) - processo SEI 0006937-35.2020.4.04.8000

Portaria 1125/2020 (5395042):

Juiz Federal Sandro Nunes Vieira / Requisitado pelo Tribunal Superior Eleitoral

Juíza Federal Camila Plentz Konrath / Requisitada pelo Supremo Tribunal Federal

Juíza Federal Ana Lúcia Andrade de Aguiar / Requisitada pelo Conselho Nacional de Justiça

Escala de férias do segundo semestre de 2020 (2020/2) - processo SEI 0002301-26.2020.4.04.8000

Portaria 658/2020 (5210442):

Juiz Federal Daniel Marchionatti Barbosa / Requisitado pelo Conselho Nacional de Justiça

Juíza Federal Camila Plentz Konrath / Requisitada pelo Supremo Tribunal Federal

Juiz Federal Sandro Nunes Vieira / Requisitado pelo Tribunal Superior Eleitoral

Escala de férias do primeiro semestre de 2020 (2020/1) - processo SEI 0008474-03.2019.4.04.8000

Portaria 1333/2019 (4945719):

Juiz Federal Daniel Marchionatti Barbosa/ Requisitado pelo Conselho Nacional de Justiça e requisitado pelo Conselho da Justiça Federal na época da escala 2020/1

Juíza Federal Camila Plentz Konrath/ Requisitada pelo Supremo Tribunal Federal e requisitada pelo Conselho Nacional de Justiça na época da escala 2020/1

Juiz Federal Sandro Nunes Vieira / Requisitado pelo Tribunal Superior Eleitoral

Em anexo, seguem os relatórios de férias extraídos do sistema SERH, do período de 2020 até 2021, relativos aos Magistrados Requisitados por outros órgãos. Em relação ao Juiz Federal Substituto Inezil Penna Marinho Junior, convocado pelo Supremo Tribunal Federal desde 12/4/2021, destaca-se que o relatório apresenta uma formatação diferenciada, tendo em conta possível problema no sistema.

Encaminhamos para conhecimento, igualmente, o Ofício 4072/2021 - Gab DG, por meio do qual o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Exmo. Sr. Ministro Luís Roberto Barroso, informa a este Regional que o Juiz Federal Nicolau Konkell Júnior foi dispensado, a pedido, de suas funções de Juiz Auxiliar no Gabinete da Vice-Presidência, com efeitos a partir de 3 de novembro de 2021.

Ressaltamos, ainda, que não houve marcação de férias nesse período por parte da Juíza Federal Camila Plentz Konrath / Requisitada pelo Supremo Tribunal Federal.

Registra-se, por fim, tratar-se da primeira inspeção realizada pelo Conselho da Justiça Federal na unidade.

Encerrada a entrevista no NUMAG, a equipe de inspeção dirigiu-se à Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região para colher informações a respeito da marcação de férias dos juízes federais.

A equipe de inspeção foi recebida pelo Desembargador Federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, Corregedor Regional, pelos Juízes Federais Loraci Flores de Lima e

Marcos Josegrei da Silva, Auxiliares da Corregedoria Regional, e pelas servidoras Renata e Marilene.

Na ocasião, a Desembargadora inspetora realizou breve explanação acerca das férias dos magistrados de 1º e 2º grau da Justiça Federal, regidas pelas Resolução CNJ n. 293/2019 e pelas Resoluções CJF n. 130/2010 e 663/2020.

Foram rememorados os principais aspectos do tema, sobretudo quanto à marcação, à fruição, ao abono pecuniário ao cancelamento e às indenizações.

Com relação à marcação dos 60 dias de férias dos juízes federais, destacou que, em caso de omissão do magistrado, será ele instado a supri-la no prazo de dez dias; não o fazendo, as férias serão marcadas, de ofício, pelo Corregedor Regional.

O Corregedor Regional discorreu sobre os fluxos de procedimentos da Corregedoria quanto às férias dos magistrados de 1º Grau da Justiça Federal da 4ª Região, esclarecendo que as atribuições da unidade são realizadas por meio de processos administrativos eletrônicos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Apresentou à equipe de inspeção seu plano de gestão e informou possuir diversos procedimentos já formalizados, além de fluxogramas, roteiros, indexação de procedimentos por assuntos/temas específicos da unidade.

A Desembargadora ressaltou a necessidade de documentação do plano de trabalho, especialmente em razão da importância de preservação da memória institucional da unidade e se colocou à disposição da Corregedoria Regional para compartilhar experiências, se necessário.

12. RECOMENDAÇÕES

Os trabalhos de inspeção revelaram comprometimento dos servidores da unidade inspecionada, que se dedicam para bem cumprir a missão que lhes é atribuída.

Medidas que podem ser adotadas para o **aprimoramento** da unidade:

1. mapear as atividades, com a identificação dos processos de trabalho da unidade (fluxograma) para favorecer o acompanhamento e o aperfeiçoamento das tarefas atribuídas aos servidores, bem como o adequado gerenciamento de riscos. O mapeamento do processo de trabalho possibilita a identificação da ocorrência de retrabalho e de sobreposição de atribuições, assim como a redução de contingências que possam afetar o atingimento das metas de trabalho. Ademais, o registro do processo de trabalho evita a perda da memória institucional da unidade;

2. cumprir integralmente a determinação contida no artigo 3º da Resolução CJF n. 130/2010 quanto às férias de **todos** os desembargadores federais, solicitando a marcação dos períodos para composição da(s) escala(s) anual(is) e, nos casos omissos, informar à Presidência para a marcação “de ofício”, nos termos da resolução, podendo a fruição ser relativizada, consoante o mesmo instrumento normativo;

3. **seguir** observando os critérios estabelecidos na decisão proferida no Pedido de Providências n. 0009761-84.2020.2.00.0000, julgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 1º/7/2021, quanto à indenização de férias.

COMITE DE SEGURANÇA PERMANENTE

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 13/9/2021 a 22/10/2021

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Comissão Permanente de Segurança do Tribunal Regional Federal da 4ª Região

2.2 Competência

Encaminhamento de normas, diretrizes e recomendações para o aperfeiçoamento da segurança institucional do órgão; elaboração de conteúdos na área de segurança institucional para formação continuada, informação e divulgação para todos os integrantes do órgão; criação do Plano de Segurança Orgânica do Conselho da Justiça Federal ou do tribunal, que deverá prever inclusive medidas de cooperação entre os Grupos Especiais de Segurança de seccionais vinculadas a tribunais diferentes; subsidiar e orientar na elaboração de planos de segurança orgânica pelas seções judiciárias, bem como as medidas de apoio às respectivas subseções; CONTINUAR

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Desembargador Federal Luiz Carlos Canalli

3.2 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	A Comissão Permanente de Segurança do TRF da 4ª Região é composta por um servidor sem dedicação exclusiva.
---------------------	--

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não houve inspeção anterior.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não houve medidas adotadas, em razão de não haver recomendações anteriores.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há medidas a serem adotadas, em razão de não haver recomendações pendentes.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

Considerando a relevância das atribuições (Res. CNJ 291/19 e Res. CJF 502/18) a Comissão Permanente de Segurança deveria ser dotada de estrutura mínima de servidores, a ser estabelecida em ato normativo do Conselho da Justiça Federal.

6. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário

Desembargador Federal Luiz Carlos Canalli

7. Foi instituída a Comissão Permanente de Segurança no âmbito do Tribunal? Qual o normativo que a regulamenta?

Sim. A Comissão Permanente de Segurança do Tribunal Regional Federal foi instituída pela Resolução TRF4 n. 10, de 28/2/2011, e alterada pela Resolução TRF4 32/2020.

8. Qual é a composição do Gabinete de Segurança Institucional (GSI)?

Não há Gabinete de Segurança Institucional, somente a Comissão Permanente de Segurança, instituída pela Resolução TRF4 10, de 28/2/2011, e alterada pela Resolução TRF4 n. 32/2020.

9. Como os cargos estão distribuídos?

Desembargador Federal indicado pelo Presidente do TRF4; Um juiz federal de cada Seção Judiciária vinculada, totalizando 3 juízes; Um juiz federal indicado pela AJUFE; O Diretor-Geral do TRF4; O Diretor da unidade de segurança do TRF4.

10. De que forma é observada a Resolução n. 686/2020-CJF?

TRF4 - A capacitação técnica do GES/TRF4 para concessão do porte de arma obedeceu a Res. conj. n. 4 do CNJ e CNJ/CNMP e Res. 21 do TRF4. Teste psicotécnico realizado por profissional especializado contratado pela CPSTRF4, teste de tiro foi realizado no SAT (Seção de Armamento e Tiro) da Polícia Federal. JFRS - Quanto ao porte de arma há treinamento seguido de avaliação realizada por instrutor credenciado na Polícia Federal. Utiliza-se Resolução própria. Treinamentos de tiro também contam

com os agentes do GES como instrutores. JFSC - avaliação psicológica realizada pelos RH. A avaliação técnica realizada pelo coordenador do GES com a PF para, ao final, ser expedida a portaria de renovação do porte pela Direção do Foro. JFPR - A capacitação técnica dos agentes do GES é coordenada por 4 agentes que são instrutores credenciados pela Polícia Federal, que concede o atestado de capacidade técnica para o porte de armas.

11. Houve elaboração do plano de segurança orgânica, proteção e assistência de juízes em situação de risco ou ameaçados?

Há a Diretiva n. 4, que orienta os procedimentos para Resposta a Incidentes envolvendo ameaça a Magistrados decorrentes da atividade jurisdicional, e protocolo de segurança ao Juiz Corregedor da Penitenciária Federal de Catanduvas.

12. Existe a disponibilização de veículos blindados para os magistrados em situação de risco?

Sim. TRF4 - dois veículos; JFRS - quatro veículos; JFSC - três veículos; JFPR - seis veículos.

13. Como e quando ocorre o plantão policial para atendimento aos casos de urgência envolvendo a segurança de juízes e seus familiares?

O plantão para atendimento de casos urgentes é realizado pelos integrantes do Grupo Especial de Segurança, mediante a escala de plantão do TRF4 e das seções judiciárias vinculadas.

14. Foi instituído o núcleo de inteligência?

Sim. O Núcleo de Inteligência foi instituído pela Resolução n. 43/2016.

15. Como se dá o controle de acesso e o fluxo nas instalações do Tribunal, anexos e no 1º grau?

O controle de acesso de pessoas aos prédios-sedes deste Regional é efetuado mediante identificação na Portaria dos prédios, mediante sistema informatizado de acesso. Utiliza-se catraca eletrônica para leitura dos crachás e consequente acesso (Res. n. 32, de 4 de maio de 2015). O acesso de magistrados é realizado por meio de crachá eletrônico, assim como o acesso do público externo, que após identificação por agente de segurança e/ou terceirizado designado para tal, recebe o crachá. Os crachás são disponibilizados de acordo com a natureza do acesso, identificando a condição do portador (Res. n. 32, de 4 de maio de 2015).

16. Existe um sistema de monitoramento eletrônico das instalações e áreas adjacentes?

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região possui sistema de monitoramento de suas instalações e áreas adjacentes acesso (Res. n. 32, de 4 de maio de 2015), bem como as seções judiciárias vinculadas.

17. Como é realizado o policiamento nas salas de audiência e áreas adjacentes, quando requisitado?

A Divisão de Segurança, Transporte e Expedição do TRF4 é responsável pelo policiamento ostensivo com agentes próprios, inclusive nas salas de audiências e áreas adjacentes, quando necessário. Ressalta-se que essas atribuições estão descritas no Regimento Interno do TRF4.

18. Como ocorre o controle quanto à vedação do recebimento de armas em fóruns?

É proibida a entrada de pessoas portando arma de fogo e/ou qualquer espécie de armamento ou artefato que possua potencial ação lesiva ao patrimônio ou à vida restrição do ingresso de pessoas armadas em suas instalações, ressalvados magistrados e policiais, na forma de ato normativo próprio. Ficam excetuados da proibição do ingresso armado os ingressantes em missão policial, escolta de presos e valores, os servidores integrantes do Grupo Especial de Segurança, detentores de portes de arma fornecidos pela Justiça Federal, bem como os vigilantes do próprio prédio e de instituições bancárias neles instaladas. Neste caso, há a necessidade de registro do ingresso do armamento (Res. n. 32, de 4 de maio de 2015).

19. Existem policiais, bombeiros, militares, guardas municipais atuando neste Tribunal?

Não.

20. A unidade possui plano de gestão?

Não.

20.1 Descreva a situação atual quanto aos seguintes tópicos

a) recursos humanos e materiais	Falta de estrutura mínima de recursos humanos e materiais.
b) gestão do trabalho	O trabalho vem sendo desenvolvido conforme a demanda, pelos próprios integrantes da Comissão Permanente de Segurança.
c) resultados	Os resultados foram todos alcançados de forma positiva.

21. Quais os objetivos a serem alcançados?

- Adotar uma estrutura mínima de apoio à Comissão Permanente de Segurança; - Fomentar a cultura de segurança em nossas unidades.

22. Quais as ações a serem implementadas para alcançar os objetivos?

- Adotar estrutura mínima de apoio à Comissão Permanente de Segurança do TRF4

23. Quais iniciativas adotadas no período da pandemia que poderiam se tornar efetivas?

24. Há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho? Quantos?

Não há servidor exclusivo para a Comissão Permanente de Segurança.

24.1 O teletrabalho é integral ou apenas parcial?

Não há servidor exclusivo para a Comissão Permanente de Segurança.

24.2 Qual critério para fixação das cotas?

Não há servidor exclusivo para a Comissão Permanente de Segurança.

24.3 Como é o acompanhamento do desempenho desses servidores? Caso não haja o cumprimento da cota, qual a consequência?

Não há servidor exclusivo para a Comissão Permanente de Segurança.

25. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE E OBSERVAÇÕES

A equipe de inspeção foi recebida pelo Desembargador Federal Luiz Carlos Canalli, Presidente da Comissão Permanente de Segurança do TRF da 4ª Região.

A instalação de comissões de segurança nos Tribunais Regionais Federais é prevista, atualmente, pela Resolução CJF n. 502/2018, que define a Política de Segurança Institucional da Justiça Federal, bem como pela Resolução CNJ n. 291/2019, que sistematiza o assunto em nível nacional para o Judiciário. No Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a Comissão Permanente de Segurança existe desde 2011, instituída pela Resolução PRES/TRF4 10/2011 (alterada pela Resolução PRES/TRF4 32/2020), em decorrência do que previa a então vigente Resolução CNJ n. 104/2010.

A composição e competência do órgão é definida por tais normativos superiores. Neste sentido, dispõe a Resolução CJF n. 502/2018:

“Art. 9º Integram as Comissões Permanentes de Segurança dos tribunais regionais federais - CPSR, que serão vinculadas às respectivas presidências:

I - um desembargador federal indicado pela Presidência, em ato próprio, ou em decorrência de processo de escolha, em conformidade com o que dispuser cada tribunal;

II - um juiz federal indicado pela Presidência;

III - um juiz federal indicado pela respectiva associação regional de juízes federais ou, onde não houver, pela Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE.

IV - o Diretor-Geral do tribunal;

V - o dirigente da área de segurança do tribunal.

§ 1º A coordenação da Comissão caberá ao desembargador federal.

§ 2º Os tribunais regionais federais poderão promover a ampliação do número de integrantes da respectiva Comissão, sujeita à aprovação da Comissão de Segurança da Justiça Federal - CS/JF.

§ 3º A Comissão Permanente de Segurança do Conselho da Justiça Federal - CPS/CJF será integrada pelo Secretário-Geral, por um juiz auxiliar da Corregedoria-Geral, indicado pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal, e pelo responsável pela segurança orgânica do órgão.

§ 4º Pelo menos um dos membros das Comissões Permanentes de Segurança deverá contar com capacitação na área de inteligência; ou, na impossibilidade, deverá a Comissão ser assessorada por servidor com formação ou com reconhecida experiência na área.”

Conforme apurado pela equipe de inspeção, a Comissão Permanente de Segurança do Tribunal Regional Federal da 4ª Região é composta por um desembargador federal, um juiz federal de cada seção judiciária, um juiz federal da 4ª Região com jurisdição de primeiro grau indicado pela AJUFE, o Diretor-Geral da Corte e o Diretor da unidade de segurança do Tribunal.

A unidade relatou que não há Gabinete de Segurança Institucional na Corte. Consultando-se o organograma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, constata-se que há área institucional de segurança vinculada à Diretoria Administrativa (subdivisão da Diretoria-Geral): Divisão de Segurança, Transporte e Expedição, organizada em Núcleo de Segurança Operacional e setores subordinados de segurança patrimonial, controle e manutenção de veículos, e baixa e expedição. É o Diretor desta divisão que integra a vaga pertinente ao gestor da área de segurança, na comissão (Portaria PRES/TRF4 n. 750/2021).

Ainda a respeito de estruturas organizacionais, a pedido da equipe de inspeção, a unidade disponibilizou cópia da Resolução PRES TRF4 n. 43/2016, que criou o Serviço de Informação e Inteligência da Justiça Federal da 4ª Região, ente vinculado à Comissão de Segurança Institucional, composto por 8 servidores (dois membros de cada Seção Judiciária da 4ª Região Federal e do Tribunal, todos preferencialmente com capacitação específica) e com as seguintes atribuições (artigo 2º):

I – estabelecer e aprofundar relações com integrantes dos órgãos ligados à segurança pública em todos os locais em que haja sede da Justiça Federal, de modo a aperfeiçoar a atuação institucional na prevenção e na resposta a incidentes;

II – participar das reuniões de segurança pública, a fim de prestar e colher informações de interesse institucional sobre prevenção e resposta a incidentes;

III – colher e prestar, periodicamente ou sempre que solicitado, informações destinadas a subsidiar ações da Comissão Permanente de Segurança do TRF4;

IV – apoiar as ações da Presidência e Corregedoria Regional, bem como das Direções de Foro das Seções Judiciárias.”

No que concerne ao regramento de segurança armada, atendendo aos questionamentos levantados, foi informado que o cumprimento da regulamentação do

Conselho da Justiça Federal sobre porte institucional de armas (Resolução CJF n. 686/2020) foi providenciado, com capacitação de Grupo Especial de Segurança (GES) na forma da Resolução Conjunta CNJ/CNMP n. 04/2014. A concessão de porte de arma no âmbito do Tribunal foi precedida de teste psicotécnico e teste de tiro sob supervisão da Polícia Federal, com procedimentos similares comandados por agentes do GES e instrutores credenciados pela Polícia Federal nas Seções Judiciárias.

A respeito de proteção e assistência de magistrados em situação de risco, por requerimento da equipe de inspeção foi apresentado o inteiro teor da Diretiva CSP/TRF4 04/2017, mencionada no questionário previamente preenchido. Trata-se de orientação baixada pela unidade inspecionada, que define procedimentos de contato a autoridades locais de segurança (conforme previamente indicadas, caso a caso, pelo do Serviço de Inteligência), análise de riscos, implementação de medidas protetivas (já mapeadas em termos gerais no próprio normativo) e deveres de colaboração do magistrado.

Em relação a métodos e recursos de segurança patrimonial institucional, o monitoramento local e controle de acesso aos Fóruns da 4ª Região Federal é regulamentado pela Resolução PRES/TRF4 n. 32/2015. Os prédios são equipados com dispositivos eletrônicos de vigilância, e o ingresso nas instalações internas é precedido de exame em detector de metais, desarmamento e identificação cadastral (com imposição de uso de crachá, especificado por situação: “advogado”, “prestador de serviço”, “terceirizado”, etc). É vedado o ingresso de vendedores, entregadores e similares.

Franqueada oportunidade de detalhamento de dificuldades e observações gerais, a unidade apontou entender que, em razão da relevância das atribuições normativas da Comissão Permanente de Segurança, o órgão deveria ser dotado de estrutura mínima de servidores, estabelecida pelo Conselho da Justiça Federal. Noticiou falta de recursos humanos e materiais e definiu tal apoio estrutural como um dos objetivos a serem alcançados. Ressaltou, desde logo, que existe canal de interlocução e tratativas bem encaminhadas junto à Presidência da Corte a respeito da demanda específica.

Consultado o órgão sobre incrementos esperados com o aporte institucional requerido, foi informado à equipe de inspeção que a Comissão Permanente de Segurança conta apenas com auxílio de uma servidora lotada na área de Cerimonial, de modo que, com dotação de estrutura mínima, poderia melhor desempenhar suas funções.

Apesar do incremento de atribuições, na medida em que a Comissão Permanente de Segurança tem sido provocada a emitir opinião sobre aspectos de segurança institucional e pessoal de magistrados e servidores, inclusive em casos de instalação ou modificação de sede de unidades jurisdicionais, não foram relatados nem apurados atrasos ou deficientes que comprometam a funcionalidade do órgão. Ressaltou-se, porém, preocupação do órgão com eventual surgimento de demandas específicas, como a de segurança de magistrados em situações de risco (especialmente os da área criminal e, em particular, o juiz corregedor do Presídio Federal de Catanduvas/PR). Caso não

seja possível contar com o apoio institucional do Departamento de Polícia Federal para escolta quando necessária.

Acerca de eventual falta de recursos humanos e materiais para desempenho das atividades de segurança do Tribunal (falta de agentes de segurança, equipamentos pessoais e de monitoramento, orçamento, etc), a unidade informou que, na perspectiva da Presidência da Comissão, tais tarefas vêm sendo bem desempenhadas, não havendo notícia de qualquer deficiência neste sentido.

26. RECOMENDAÇÕES

A partir dos parâmetros de análise do Conselho da Justiça Federal e das respostas e documentos apresentados à equipe de inspeção, denotando atendimento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região à regulamentação legal e infralegal própria, não se identificam recomendações a serem formuladas à unidade.

ESTATÍSTICA

1. Análise da base de dados e de outras informações obtidas durante a inspeção

A inspeção, na etapa preparatória, realizou, para fins de seleção dos processos a serem inspecionados, análise de toda a base processual em tramitação no Tribunal, por meio de metodologia própria que leva em consideração informações conjugadas de cada processo, tais como: número do processo, datas da última movimentação, da primeira distribuição, e da última conclusão, descrição da última fase e da classe processual, tempo de publicação do acórdão ou da decisão, prazos para votos vista e revisor, petições pendentes de juntada, processos com carga há mais de 60 dias, dentre outras.

Os resultados desse trabalho de mineração dos processos, associados aos demais dados de movimentação processual, coletados diretamente no sistema eletrônico (eproc) e na ferramenta de controle da informação (*Business Intelligence – BI*), conhecida por G4, permitiram perceber que o Tribunal demonstra excelente qualidade na consistência de seus dados, e volume expressivo de informações parametrizadas para atender seus gabinetes e secretarias. A imagem abaixo ilustra uma das telas utilizadas pelos gabinetes que os auxiliam, em tempo d-1, na gestão do acervo processual e na produção de métricas que ajudam no processo de tomada de decisão.

Nível 1	QTD	Nível 2	QTD	Nível 3	QTD	Nível 4	QTD	Nível 5	QTD
Total	2.214	Total	2.214	Total	2.214	Total	2.214	Total	2.214
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	1.423	Servidor Público Civil	390	Espécies de contratos	216	Sem Nível	1.024	Sem Nível	2.082
DIREITO CIVIL	608	Obrigações	369	Sistema Remuneratório e Benefícios	177	Contratos Bancários	78	Acidente de Trabalho - Ressarcimento ao Erário	20
DIREITO DO CONSUMIDOR	166	Atos Administrativos	206	Sem Nível	119	Multas e demais Sanções	61	Cláusulas Abusivas	20
DIREITO TRIBUTÁRIO	8	Serviços	153	Realjuste de Remuneração, Proventos ou Pensão	94	Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos	61	Correção / Atualização INPC / IPCA / outro índice	7
DIREITO INTERNACIONAL	6	Responsabilidade civil	144	Espécies de títulos de crédito	93	Sistema Financeiro da Habitação SFH	60	Sustação/Alteração de Leilão	7
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	2	Contratos de Consumo	111	Bancários	92	Eshulho / Turbação / Ameaça	46	Usucapião Extraordinária	6
DIREITO DO TRABALHO	1	Meio Ambiente	107	Ensino Superior	89	Cédula de crédito bancário	37	Realjuste de Prestações	6
		Organização Político-administrativa / Administração Pública	105	Infracção Administrativa	73	Índice de 28,86% Lei 8.627/1993 e 8.627/1993	36	Pessoas com deficiência	5
		Coisas	93	Improbidade Administrativa	71	Diplomas/Certificados de Conclusão do Curso	35	Equivalência salarial	5
		Militar	74	Indenização por dano material	66	Cédula de crédito rural	34	Sequero	5
		Responsabilidade da Administração	63	Requime Estatutário	63	Dano ao Erário	30	Não Discriminação	4
		Intervenção do Estado na Propriedade	62	Posse	52	Gratificações da Lei 8.112/1990	29	Especial	4
		Domínio Público	53	Indenização por dano moral	49			Moradia	3
		Contratos Administrativos	53	FGTS / Fundo de				Mineração	3
		Concurso Público /						Zona Costeira	3
								Usucapião Especial (Contratado)	3

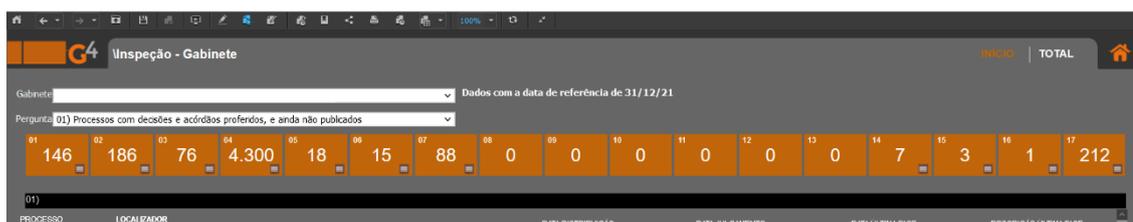
APELAÇÃO CÍVEL	AGRAVO DE INSTRUMENTO	APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO	REEXAME NECESSÁRIO CÍVEL	AÇÃO RESCISÓRIA (SEÇÃO)	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO (TURMA)	MANDADO DE SEGURANÇA (TURMA)	EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO (SEÇÃO)	EMBARGOS INFRINGENTES	PETIÇÃO (TURMA)
1.302	647	162	39	28	11	6	6	2	

Posição em: 30/08/2019 03:27:08

A ferramenta de relatórios estruturados, utilizada pelo Tribunal, constitui uma excelente prática adotada e permanece, ao longo dos últimos anos, em contínua evolução. Representa um projeto estratégico na gestão dos dados e controle do acervo tanto do 1º quanto do 2º grau.

Todavia, em painel específico destinado aos trabalhos de inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o sistema não possui atualização automática, e somente o gestor do G4, quando solicitado, faz a nova publicação do relatório na data determinada.

Nesse sentido, para acelerar a disponibilização dos relatórios com dados atualizados, tanto para as equipes de inspeção quanto para demandas diversas, essa assessoria recomenda a publicação do conjunto de 17 itens dispostos no painel de inspeção do G4 em periodicidade mensal, conforme imagem ilustrada a seguir.



Na última inspeção foi verificado também que alguns itens desse painel “Inspeção-Gabinete” estavam zerados, como por exemplo o item 12, que trata da relação de todos os processos fora da fase de conclusão, ou seja, que tramitam em outras unidades do Tribunal. Recomenda-se, portanto, que a unidade de estatística do TRF4 faça a conferência e validação de cada item e promova a correção daqueles que apresentam inconsistência.

2. Estrutura e ambiente de trabalho à disposição do núcleo de Estatística

A estrutura do setor de estatística no Tribunal dispõe de um Núcleo de Estatística e Informações Gerenciais subordinada à Assessoria de Planejamento e Gestão – APLANG, localizada na Diretoria Geral – DG. O Núcleo foi constituído pela Resolução 64, de 27 de junho de 2019 e funciona em conformidade com o que estabelece o art. 2º da Resolução 49, de 18 dezembro de 2007, do CNJ, que dispõem sobre a organização de Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica nos órgãos do Poder Judiciário.

Cabe a unidade dirigir e executar as atividades relativas à obtenção, centralização e tratamento das informações processuais do TRF4 e das seções e subseções judiciárias, visando divulgar as atividades jurisdicionais da 4ª Região e subsidiar a gestão de processos. Para atingir tais atribuições, apresenta ampla competência, tais como:

- Coletar, compilar, e alimentar os sistemas do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho da Justiça Federal a fim de produzir os indicadores apresentados no relatório do Justiça em Números e no Sistema de Serventias;
- Produzir relatório mensal sobre a movimentação processual das varas federais e juizados especiais federais, das subseções e seções judiciais da 4ª Região;

- Elaborar e enviar ao Conselho da Justiça Federal relatório mensal sobre movimentação processual nos gabinetes do Tribunal, em atendimento ao art. 4º, do Provimento CJF 5/2019;
- formatar e enviar ao Conselho da Justiça Federal dados sobre movimentação processual anual, quantidade de varas, de magistrados e de juizados especiais federais;
- Atender às solicitações da Ouvidoria, do Tribunal de Contas da União e de outros órgãos internos e externos sobre movimentação processual;
- Elaborar os cálculos para determinação da lotação paradigma de unidades em cumprimento à Resolução CNJ 219/2016 e em outros estudos relacionados a equalização da força de trabalho;
- Planejar o delineamento amostral de processos judiciais físicos para guarda/eliminação;
- Assessorar as unidades do Tribunal nas pesquisas e estudos que demandem técnicas estatísticas inferenciais ou descritivas, no planejamento amostral, e na realização de pesquisas junto ao público interno e externo que visem à obtenção de dados oficiais na Justiça Federal da 4ª Região;
- Coletar e analisar os dados necessários à elaboração de relatórios estatísticos gerenciais do TRF4 e das seções judiciárias da 4ª Região.

O ambiente de trabalho é muito bom e a equipe tem cumprido suas atribuições, visto a grande evolução na produção e disponibilização, às unidades internas e externas do Tribunal, de diferentes tipos de relatórios estruturados que podem contribuir decisivamente nos trabalhos de gestão e no processo de tomada de decisão.

3. Atuais ferramentas utilizadas para levantamento de informações processuais.

O TRF4 utiliza o *software MicroStrategy* para produção de grande parte de seus relatórios de estatística. A equipe da APLANG cumpre com eficiência e celeridade a implantação dos recursos de BI, principalmente no que se refere à gestão do acervo de processos. Utiliza, para tal fim, consultoria especializada de profissional contratado que atua em parceria com servidores no desenvolvimento e na aplicação da ferramenta. Outros instrumentos de consulta ainda são utilizados como o “Controle de Acervo”, e o “eproc” – servindo, inclusive, como fonte de dados para a ferramenta de *Business Intelligence*.

A unidade utiliza, ainda, o software “R” para análises estatísticas, Excel como planilha, e Access como banco de dados, para realização dos trabalhos.

4. Verificar o cumprimento do provimento n. 2 de 22 de junho de 2009

Quanto ao Provimento 2, de 22 de junho de 2009, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal que trata da divulgação dos dados estatísticos das atividades do tribunal e dos órgãos judiciários de primeiro grau a eles vinculados, a equipe de estatística constatou que todos os modelos de relatórios foram desenvolvidos e estão sendo regularmente atualizados e publicados no portal do TRF4.

SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS

Esta inspeção acontece após revisão de grande parte das normas de segurança, governança e gestão de TI emitidas pelo CNJ e CJF nos últimos anos. Foram solicitados relatórios descritivos dos procedimentos de atendimento aos usuários, do método de desenvolvimento de aplicações, segurança da informação, de aquisição de soluções, infraestrutura, e das ações de treinamento voltadas para a área de TIC. Também foi enviada ao TRF4 planilha baseada no iGovTIC-JUD com o propósito de colher evidências do cumprimento dos indicadores avaliados pelo índice. iGovTIC-JUD é o Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação desenvolvido pelo CNJ com o propósito de identificar, avaliar e acompanhar a situação da Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC nos órgãos do Poder Judiciário. Estas informações são atualizadas anualmente por todos os órgãos do Poder Judiciário.

Durante o período de inspeção, foram analisados documentos e informações apresentadas pelo TRF4 em resposta às solicitações da equipe de inspeção, bem como documentação suplementar solicitada para avaliar o cumprimento das normas estabelecidas e a adoção de regras e boas práticas no âmbito de atuação do Tribunal.

1) Governança de TI:

Verificação do quão aderente aos modelos de gestão e governança está a área de TI do Tribunal tendo como balizadores os seguintes normativos:

- Resolução CJF 202/2012;
- Resolução CJF 279/2013;
- Resolução CJF 668/2020;
- Resolução CJF 685/2020;
- Resolução CJF 687/2020;
- Resolução CJF 701/2021;
- Resolução CNJ 46/2007;
- Resolução CNJ 182/2013;
- Resolução CNJ 325/2020;
- Resolução CNJ 347/2020;
- Resolução CNJ 370/2021;
- Resolução CNJ 396/2021;
- Instrução Normativa MPOG 73/2020.

2) Infraestrutura de tecnologia da informação:

Análise dos aspectos relativos a gestão de infraestrutura, rede de comunicação, sistemas e atendimento ao usuário interno e clientes externos do Tribunal e região com base nas Resoluções 355/2015, do Conselho da Justiça Federal/CJF e 370/2021, do Conselho Nacional de Justiça/CNJ.

3) Segurança da informação:

Verificação macro da operação de segurança da informação no âmbito do Tribunal e a aplicação dos itens contidos na Resolução CJF 687/2020 e seus documentos acessórios.

4) Desenvolvimento de software;

5) Quadro de servidores de TIC;

6) Capacitações na área de TIC;

7) Verificação das providências apontadas na inspeção anterior;

8) Iniciativas de destaque no Tribunal.

1- Governança

O TRF4 possui Comitê Gestor de TI instituído, com participação da alta administração do Tribunal, e seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação/PDTI está sendo executado em consonância com o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação/PETI-JF. O PDTI está devidamente publicado no site do TRF4.

A Resolução TRF4 101/2021, que instituiu o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGTIC no Tribunal, o fez em consonância com a Resolução CNJ 370/2021. A comissão está atuante e reúne-se trimestralmente para deliberar sobre ações de Governança de TIC.

Os processos de contratação de soluções de TIC seguem o modelo definido na Resolução CJF 279/2013.

O Tribunal instituiu a Comissão Local de Segurança da Informação.

Contudo, vários processos ainda estão pendentes no TRF4. Não foi apresentado um Plano de Continuidade de Negócios (PCN) para as áreas críticas do Tribunal e nem para a área de TIC.

Não foi realizada Análise de Impacto aos Negócios (BIA – *Business Impact Analysis*) que possa definir quais os processos críticos da instituição, os Tempos Objetivos de Recuperação (RTO - *Recovery Time Objective*), Pontos Objetivos de Recuperação (RPO - *Recovery Point Objective*) bem como o Período Máximo de

Interrupção Tolerável (MTPD - *Maximum Tolerable Period of Disruption/MTD Maximum Tolerable Downtime*) de cada processo.

A definição dos Processos Críticos para o Negócio, bem como os respectivos RTOs, implica na elaboração de Planos de Continuidade Operacional (PCO) para os Processos de Negócio de maior criticidade, como a concessão de *Habeas Corpus*. Estes processos precisam continuar sendo executados independentemente dos sistemas que os suportam estarem indisponíveis por longos períodos.

As ações de continuidade no Tribunal estão baseadas na perspectiva de risco que a área de TI tem sobre os processos suportados e os Processos Críticos de Negócio são, geralmente, definidos sem metodologia.

A falta de uma Política de Classificação de Ativos, especialmente levando em conta a criticidade dos processos suportados, resulta em uma política uniforme de continuidade para todos os sistemas informatizados e em potencial desperdício de armazenamento, sobretudo em relação a *Backup* e contingência, no caso de alguns sistemas que não suportam processos críticos.

Alguns processos, como gestão de ativos e gestão de configuração, apesar de executados como atividades das equipes de TI, não são formalmente instituídos. Esta situação contribui para a má avaliação que o TRF4 obteve no índice iGovTIC-JUD anualmente realizado pelo CNJ.

2 - Infraestrutura de tecnologia da informação

Foram analisados diversos aspectos relativos a gestão de infraestrutura, rede de comunicação, Bancos de dados, entre outros, do TRF da 4ª Região com base nas Resoluções CNJ 370/2021 e CJF 355/2015. Foram solicitadas informações iniciais (Ofício 0264726/CJF 2021) e posteriormente complementadas por questionamentos, entrevistas e reuniões para dirimir dúvidas.

Segundo as informações prestadas, o parque de equipamentos e os sistemas sustentam as atividades de cerca de 7.600 usuários internos (incluindo não só o TRF4, mas toda a 4ª Região) e mais de 246.000 usuários externos.

Atualmente os sistemas processuais da 4ª Região possuem arquitetura descentralizada, tanto para os sistemas legados quanto em relação ao *eproc*. Cada seção judiciária possui infraestrutura e instalação própria dos sistemas. Os sistemas do Tribunal estão hospedados na sede do TRF4.

Esta descentralização do *eproc* auxilia na resiliência do sistema, pois em caso de indisponibilidade do Datacenter do Tribunal (Sede) a primeira instância pode continuar operando (exceto integrações com o 2º grau).

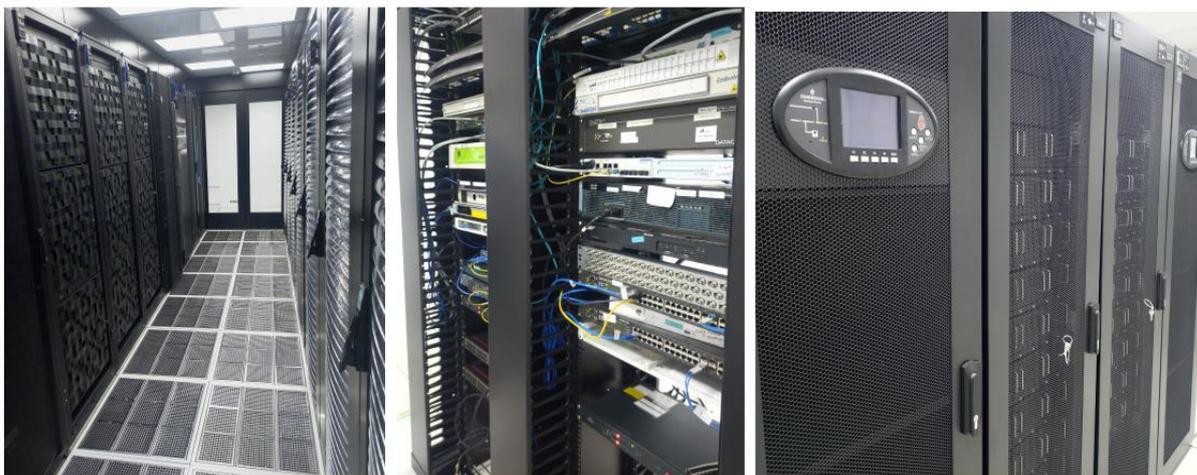
O TRF4 mantém cópias de segurança dos dados processuais nas seções judiciárias, especialmente na JFRS, que se encontra ao lado do Tribunal. Para maior

resiliência o ideal seria que a contingência fosse situada em uma distância de pelo menos 20Km, não compartilhando as mesmas infraestruturas elétrica, hidráulica e de comunicações (por exemplo: não estarem ligadas na mesma subestação elétrica).

2.1 - Data Center

O *Data Center* localizado na sede do TRF4 é moderno e bem equipado, conta com infraestrutura de eletricidade e de refrigeração totalmente redundantes de forma a prover alta disponibilidade. É composto por uma sala cofre modular segura (Sala de Computadores), onde ficam os ativos de TI, uma sala para as telecomunicações (Sala de Operadoras) e uma sala para a infraestrutura de alimentação de energia elétrica (Sala de UPS).

Possui ramos de alimentação elétrica independentes (nomeados “X” e “Y”). A operadora local entra com a alimentação na subestação do Tribunal, localizada no prédio principal. Ocorre a separação em dois ramos X e Y, que partem de transformadores separados, passam por quadros de distribuição (QD) distintos e chegando em QD’s específicos na sala de UPS do datacenter.



Da esquerda para direita: Sala de computadores, Painel de operadoras, UPS

Já os geradores X e Y ficam em canto oposto ao pátio do Tribunal e os cabos elétricos vão se encontrar somente nos quadros de transferência automática (também separados para a alimentação de X e Y). Estes alimentam os UPS X e Y (que fornecem energia ininterrupta e estabilizada para os ativos de TI) bem como os sistemas de refrigeração (CRAC).

As máquinas da sala de computadores contam com duas fontes de alimentação, uma ligada a uma “régua” (PDU) alimentada pela UPS X e, a outra, a uma PDU alimentada pela UPS Y. Os poucos equipamentos sem fontes redundantes de alimentação são ligados em chaves de transferência automática (STS), estas recebem energia dos dois ramos simultaneamente. Tal configuração permite a manutenção de um dos ramos sem causar indisponibilidade aos serviços de TI.

A sala de computadores dispõe de sistema de ar-condicionado de precisão, formado por 4 equipamentos. Normalmente 3 deles estão em operação. Em caso de necessidade, 2 equipamentos podem dar conta da carga térmica. O sistema faz rodízio automático dos equipamentos. Os CRAC's podem ser alimentados tanto pelo circuito X quanto pelo Y e o chaveamento é automático entre eles em caso de falta de energia no circuito ativo.

2.2 - Infraestrutura de acesso Internet

A rede do TRF4 conta com dois *Switches* de rede Centrais (*CORE*), atuando de forma paralela e redundante. Cada equipamento do datacenter é ligado simultaneamente em cada *CORE*. Para atender aos usuários, cada pavimento dos prédios do Tribunal conta com pelo menos uma “pilha” de *switches* de acesso (borda), ligada em ambos os *CORE* de rede, de maneira que todos os pavimentos dos prédios do TRF4 contam com alta disponibilidade de acesso à rede.

A conectividade com a Internet do TRF4 também possui redundância de operadoras, que chegam em equipamentos distintos, redundantes entre si. Estes equipamentos fazem a distribuição das conexões e garantem a alta disponibilidade em caso de falha de uma das operadoras.

Atualmente as operadoras compartilham a infraestrutura física de entrada (dutos e eletrocalhas) mas há previsão de que nos próximos meses cada operadora redundante acesse o Tribunal por entradas de telecomunicações separadas e com acessos por lados diferentes do prédio e, também, do datacenter.

Os links da instituição são:

- Link de 1Gb para acesso à internet, de forma dedicada, com a operadora Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S.A., contrato n. 38/2017;
- Link de 1Gb para acesso à internet, de forma dedicada, com a operadora Centurylink Comunicações do Brasil Ltda., contrato n. 39/2017;
- Link de 10Gb com o PTT/RS em fase de implantação;
- Link de 1Gb com o PTT/SP em fase de implantação.

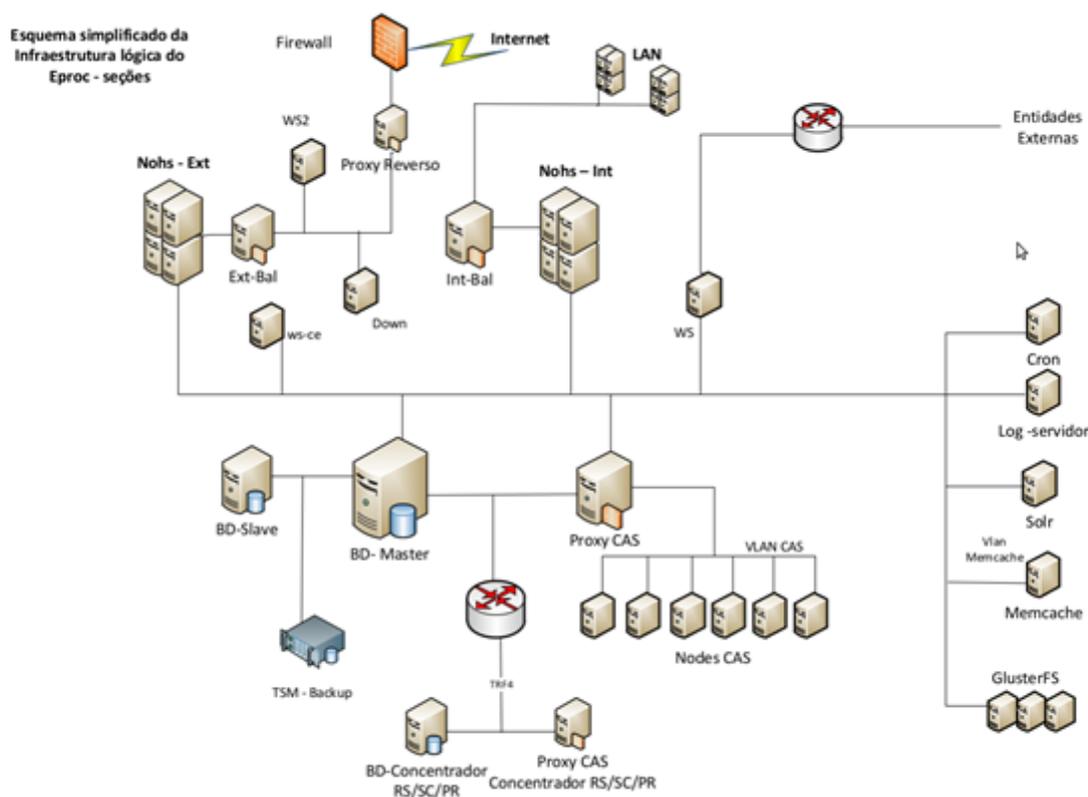
As conexões com a internet chegam em 2 roteadores Cisco ASR1001-X, operando de forma redundante e em alta disponibilidade. Uma camada de conectividade entre os roteadores de acesso à internet e os demais equipamentos de conectividade e segurança do ambiente é estabelecida por meio de 2 equipamentos Cisco WS-C3850-24P, operando de forma redundante e em alta disponibilidade.

2.3 - Infraestrutura de sistemas

O TRF da 4ª Região utiliza o eproc como sistema processual principal. Ainda está em operação o Sistema SIAPRO, porém apenas para consulta e eventual digitalização e migração de processos para o eproc, para onde a maioria dos processos já foi digitalizada e/ou migrada.

O balcão virtual está centralizado na Seção Judiciária de Santa Catarina, atendendo toda a região. A solução de Balcão Virtual foi desenvolvida a partir do sistema para agendamento de audiências. O servidor de aplicação é Tomcat, a aplicação é desenvolvida em linguagem Java, o banco de dados é Microsoft SQL Server. A ferramenta funciona integrada com a plataforma de videoconferência Zoom, adotada na Justiça Federal da 4ª Região.

A aplicação do eproc é construída majoritariamente nas linguagens PHP e Javascript, sendo que os módulos de Inteligência Artificial (IA) são feitos na linguagem Python. Os servidores de aplicação rodam sobre máquinas virtuais em ambiente VMware. O banco de dados MySQL é executado em máquinas físicas dedicadas. Os documentos do eproc são guardados em solução dedicada de armazenamento de conteúdo (*Content Addressable Storage – CAS*) implementada pelo produto DataCore Swarm.



As sessões de usuários são protegidas por alta disponibilidade são estruturadas da seguinte forma:

- balanceador que distribui as requisições de acesso entre os nós;
- um conjunto de nós onde é executada a aplicação;
- um cluster de servidores para compartilhamento de arquivos;
- um cluster de servidores para compartilhamento de variáveis de sessão.

O balanceador, no presente momento, é “ponto único de falha”, mas foi informado que está em vias de ser implementado um espelhamento pelo *VMware Fault Tolerance*.

O TRF4 usa o sistema de virtualização VMware, configurado em dois clusters, cada qual com 5 *hosts* físicos cada, operando em HA (alta disponibilidade) e DRS ativado (balanceamento automático de carga). Atualmente o ambiente conta com 740 máquinas virtuais (VM), sendo 205 máquinas virtuais para o sistema eproc (máquinas de desenvolvimento, testes, homologação e produção).

2.4 - Ambientes de Bancos de Dados

O TRF4 usa para a maioria de suas aplicações (como o sistema processual eproc e também para processos físicos remanescentes no SIAPRO) o SGBD MySQL (mysql.com) versão 8.0.X Enterprise com suporte da fabricante Oracle. A principal exceção é o sistema de RH (SERH), que utiliza o Microsoft SQL Server.

Para prover redundância é utilizada uma arquitetura *Master/Slave* com replicação assíncrona e mais um *Slave* com uma replicação atrasada em 2h como contingência para deleções acidentais (ou maliciosas) de dados em massa. Conta, ainda, com uma instância de réplica em “*read only*” para prover consulta pública dos processos e outra réplica em sala-cofre remota (no prédio da JFRS) para contingência de “*disaster recovery*”.

A política de cópias de segurança é diária, executada tanto no *Master* quanto no *Slave*. Os backups são gerados localmente e armazenados na solução de backup do Tribunal, que é remota. Para armazenamento das peças processuais (documentos, áudios, vídeos, etc.) são utilizados *appliances* (CAS) em *cluster*, sendo adotada a solução DataCore Swarm (datacore.com), com replicação entre equipamentos localizados em prédios distintos.

O acesso da aplicação ao MySQL é feito por um usuário apenas. Todo o controle de autorização na aplicação é feito pelas regras de negócios aplicadas sobre os cadastrados na base de dados da aplicação (orientada a usuário). Alguns desenvolvedores (servidores do Judiciário) têm acesso à base de dados com permissões restritas, podendo acessar somente por meio de redes e endereços IP específicos.

A administração da instância do SGDB é restrita aos administradores com acesso local ao servidor. Não é possível acesso remoto ao usuário “root” (que tem permissão

total no MySQL). Acesso ao sistema operacional da instância do SGBD somente pode ser feito pela equipe de Infraestrutura.

2.5 - Atendimento a usuários

Todas as demandas dos usuários de TIC, sejam elas incidentes, funcionalidades novas ou mudanças, são gerenciadas usando a ferramenta “Central de Serviços” implementada internamente com base no modelo ITIL.

Os usuários podem abrir pedidos diretamente na central ou, em caso de urgência, ligar para o ramal de atendimento. No caso da ligação, o atendente abre o chamado na central para o usuário. Os atendimentos são resolvidos e encerrados no 1º nível ou encaminhados via central para o nível de atendimento acima.

As demandas de correções e melhorias nos softwares desenvolvidos ou mantidos internamente são, geralmente, controladas e priorizadas pelos respectivos gestores de negócio, exceção feita ao eproc que possui fluxo próprio, definido pela Portaria Conjunta 3/2018.

Não foram identificados problemas relevantes em relação ao atendimento de chamados e os tempos de resposta estão dentro dos limites aceitáveis.

2.6 - Infraestrutura voltada ao teletrabalho:

O Tribunal utiliza a plataforma Zoom tanto para reuniões a distância quanto para audiências e Balcão Virtual.

O Balcão Virtual, centralizado na Seção Judiciária de Santa Catarina, atende toda a 4ª Região. A solução foi desenvolvida a partir do sistema para agendamento de audiências e é integrada com a plataforma de videoconferência Zoom, adotada na Justiça Federal da 4ª Região.

Estatísticas de reuniões telepresenciais nos últimos 12 meses:

Mês	TRF4	SJRS	SJSC	SJPR
Out/20	380	1292	988	1712
Nov/20	420	1567	1244	1934
Dez/20	257	1058	771	1212
Jan/21	199	801	675	893
Fev/21	240	1158	1326	1705
Mar/21	483	3088	2343	2575
Abr/21	434	3032	2170	2473
Mai/21	450	3119	2240	2483
Jun/21	518	3378	2374	3385
Jul/21	537	3170	2150	3004

Ago/21	615	3043	2376	3313
Set/21	524	2866	2382	3388

Total de audiências telepresenciais (a partir de junho de 2020):

SJRS: 12.699

SJSC: 10.773

SJPR: 19.686

Não houve relato de grandes dificuldades, do ponto de vista da infraestrutura de TIC, para a implantação do teletrabalho durante a pandemia. O TRF4 já utilizava a plataforma Zoom para videoconferência e os sistemas cliente-servidor, como o SIAPRO, já se encontravam em processo de descontinuidade. Os principais sistemas possuem interface web para interação dos usuários, além de já ser difundido o uso de mensageria entre os servidores, com adoção da ferramenta Rocket.Chat. A maior dificuldade relatada foi a familiarização de servidores e magistrados com essas ferramentas, que antes eram coadjuvantes no ambiente de trabalho.

3 - Segurança da Informação

O Tribunal ainda está estruturando a área de Segurança da Informação (ou Segurança Cibernética nos termos da Resolução CNJ 396/2021).

A Comissão Local de Segurança da Informação (CLSI) da Justiça Federal da 4ª Região foi criada em consonância com a Resolução CJF 687/2020. Já a Comissão Local de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação (CLRI) foi instituída pela Portaria 1089/2020.

A Política de Controle de Acesso Lógico foi instituída pela Resolução TRF4 73/2021.

A Instrução Normativa TRF4 39/2018 instituiu o Processo de Gerenciamento de Incidentes. Também estão definidos os processos de Gerenciamento de Problemas e Gerenciamento de Mudanças.

Não foram verificadas ações de treinamento voltadas à capacitação das equipes de segurança e membros da CLSI e CLRI, apenas campanha de conscientização dos usuários.

4 - Desenvolvimento de software

A TI do TRF4 utiliza diversas ferramentas e metodologias atuais no desenvolvimento de software, já o nível de maturidade e padronização depende de cada

projeto. Como exemplo, a equipe encarregada da manutenção e evolução do eproc adota a maioria dos processos e ferramentas listadas a seguir; enquanto as equipes encarregadas do SEI e SERH, por serem menores, as adotam em parte.

Para a comunicação interna das equipes foi escolhida a ferramenta “Rocket.Chat”. Também é utilizado o Zoom para reuniões.

Para controle de versão é utilizado o repositório git por todas as equipes, sendo as versões controladas por tags (no git, tags são pontos específicos e numerados na linha do tempo do projeto).

No eproc é também utilizado o modelo de versionamento denominado “Gitflow” que, aliado à metodologia de desenvolvimento ágil “Scrum”, norteiam o processo de construção, versionamento e entrega das manutenções e melhorias no sistema. A cada “Sprint” é construída uma versão da aplicação contemplando as correções e melhorias homologadas que são posteriormente implantadas em produção.

O desenvolvimento remoto é realizado por meio de acesso via VPN às estações de trabalho dos servidores; dessas máquinas é possível acessar servidores de aplicação, bancos de dados, etc.

Não é utilizada solução de acesso único (Single Sign On); o mais próximo disto é a utilização do Microsoft Active Directory (AD) para acesso à maioria das aplicações pelos usuários internos. Exceção é o eproc, que utiliza base de usuários própria no Banco de Dados. No caso do AD não há segmentação por ambientes, sendo utilizado a mesma instalação para as aplicações em desenvolvimento, homologação e produção.

A construção (*build*) é automática, utilizando os *pipelines* da ferramenta Gitlab que, além de ser uma interface de gerenciamento do repositório git, possui outras funcionalidades, como ci-cd (integração contínua e entrega contínua) e rotinas de testes automatizados, entre outras.

Apesar de o build ser automático, a implantação do software (*deploy*) é manual. Para isso foi criada uma máquina virtual (VM) acessada pelos supervisores de cada equipe que copiam o código a ser implantado nos servidores de produção. Uma rotina automatizada realiza a cópia e substituição dos artefatos no servidor.

Essa solução, apesar de funcional, embute risco de segurança, pois se as credenciais de acesso de um destes supervisores forem capturadas (keylogger por exemplo) poderá o atacante realizar *deploy* de código malicioso no servidor de produção, máquina que via de regra possui acesso privilegiado na rede, como acesso ao banco de dados, servidor de arquivos, LDAP/AD, etc. Um simples código PHP que permita ao atacante baixar um rootkit, executando um wget (ou baixando via api do PHP), pode abrir caminho para ataque mais elaborado. É importante que seja usado duplo fator de autenticação no acesso por VPN e software antimalware nas estações remotas.

É recomendável⁴ que não sejam instalados programas no servidor que permitam o download de arquivos (curl, wget, etc.) e que as permissões do usuário que executa PHP sejam limitadas. Arquivos contendo senhas de banco e conexões devem ser protegidos e armazenados em diretórios diferentes dos da aplicação. Uma solução de cofre de senhas pode ser útil. Não deve ser permitida a execução de código nativo pelo PHP (exec). Não devem ser usadas variáveis recebidas via GET/POST para compor nome de arquivos em rotinas que fazem leitura ou gravação de arquivos e sempre validar campos de formulários (ex: bloquear javascript em input Text). Esses são apenas alguns exemplos de boas práticas no desenvolvimento de software seguro, tema que deve ser considerado na elaboração do Plano Anual de Capacitações.

5 - Quadro de TIC

A Resolução CNJ 370/2021 determina que seja feito o cálculo do quantitativo mínimo do quadro de TIC conforme regra estabelecida em seu anexo intitulado “Guia da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário”, item 8, que prevê que o mínimo de pessoal do quadro permanente deve ser calculado pela seguinte fórmula:

	Total de Cargos de TI atualmente	TUInt	TUExt	TURTic	MSQP	DÉFICIT/ SUPERÁVIT de cargos de TI
4ª Região	207	7.666	246.028	32.269	182	+25

TUInt: Total de usuários internos que fazem uso dos recursos de TIC

TUExt: Total de advogados, defensores e procuradores registrados nas bases de dados de cada Órgão.

TURTic: Total de Usuários de Recursos de TIC

MSTI: N° mínimo necessário de servidores de TIC do quadro permanente

$TURTic = 7666 + (246.028 * 0,10)$

$TURTic = 7666 + 24.603$

$TURTic = \mathbf{32.269}$

*Mínimo de força de Trabalho de TIC: $0,25\% * turtic + 200 = \mathbf{281}$*

Mínimo Necessário de Servidores do Quadro Permanente

$0,1625\% * turtic + 130 = (0,1625\% * 32.269) + 130 = \mathbf{182}$

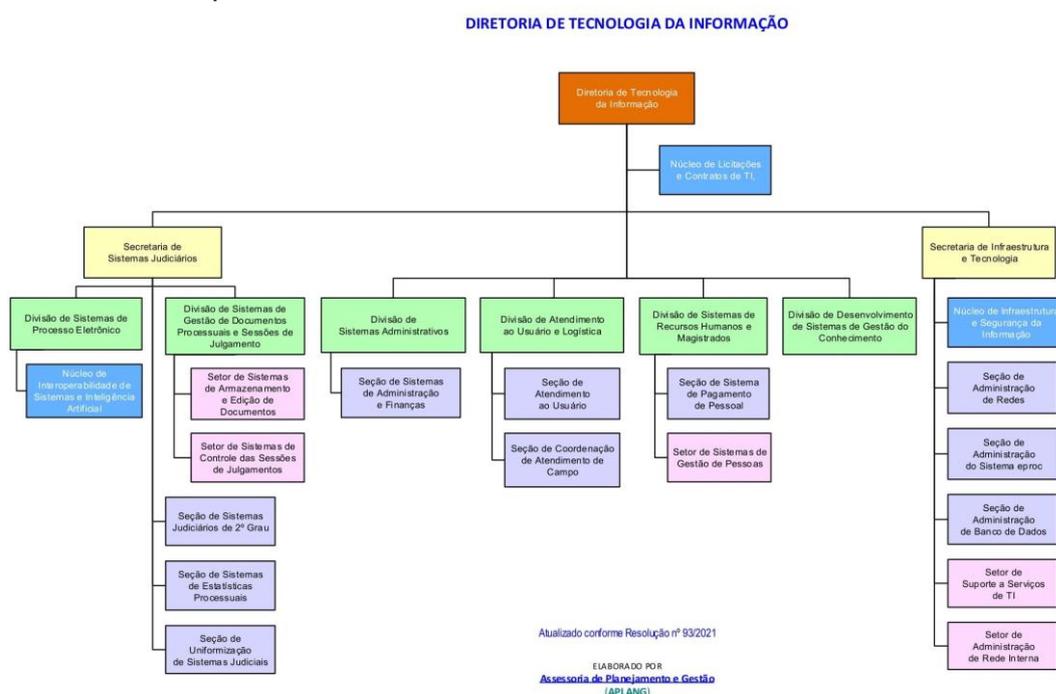
Conforme o cálculo acima, o quadro de TI do da 4ª Região apresenta superávit de 25 servidores considerando o Tribunal (TRF4) e as respectivas seções judiciárias. Como há atendimento em várias disciplinas de TI nas seções, incluindo núcleos de desenvolvimento de software, faz sentido executar o cálculo de forma individualizada por órgão. Calculando a força de trabalho por órgão, obtém-se déficit em algumas seções. Além disso, a força de trabalho é totalmente formada por servidores do quadro, o que

⁴ https://owasp.org/www-pdf-archive/OWASP_SCP_v1.3_pt-BR.pdf

implica que deve ser calculado o déficit/superávit com base no “Mínimo de Força de Trabalho”, apresentando assim com um déficit de 73 colaboradores (entre efetivos, comissionados e/ou terceirizados).

Pesa ainda o fato de que, dos 207 servidores contabilizados no quadro de TIC, 59 estão desempenhando atividades fora da área, o que diminui sensivelmente a força de trabalho efetiva (-29%).

Do total, 20 servidores possuem cargos da área administrativa, mas atuam na TI; destes, apenas 3 não possuem curso superior. Somente 29 servidores não completaram curso superior; 68 possuem graduação; 85, especialização/pós-graduação; e 25, mestrado completo.



O Tribunal não conta com política de gestão de pessoas voltada para a área de TIC conforme preconiza a Resolução CNJ 370/2021 (art. 25).

Apesar de, em números absolutos, a DTI contar com força de trabalho suficiente, na prática há um déficit considerável na força de trabalho. Soma-se a isto a cultura do tribunal de “fazer em casa”, ou seja: não se utilizar de terceirização na produção de software (fábrica de software) ou usar “outsourcing” de mão de obra, o que pode gerar uma limitação à capacidade de atendimento da TI perante grandes demandas.

Como atenuante pode-se considerar o fato de os principais projetos de software do Tribunal (SEI, SERH e eproc) estarem maduros e se encontrarem em fase manutenção e evolução pontuais, o que demanda menos mão de obra do que projetos novos. Não existe indicação de que haja situação crítica em relação ao quadro de TI.

6 - Capacitações na área de TIC

O Tribunal não conta com Plano Anual de Capacitações de TIC conforme determina a Resolução CNJ 370/2021 (art. 27) para desenvolver as competências gerenciais e técnicas da equipe.

Foi contratada a plataforma Alura que disponibiliza diversos treinamentos on-line em temas focados principalmente na área de TIC, tendo sido realizado diversos treinamentos por alguns servidores no ano de 2021. A maioria dos treinamentos realizados nos últimos 24 meses concentra-se em temas ligados a competências gerenciais.

Verifica-se que há pouco investimento em capacitações na área de TIC relacionadas a competências técnicas, especialmente no tocante a Segurança da Informação e Comunicação, bem como em Desenvolvimento de Software Seguro, temas que se tornaram primordiais nos últimos anos devido às invasões perpetradas em alguns tribunais.

7 - Verificação do atendimento às recomendações da inspeção anterior

Recomendações

As recomendações do Relatório de Inspeção anterior foram as seguintes:

— *Melhoria no algoritmo de distribuição de forma que não seja possível inferir os juízos que não participam do sorteio ou fazer com que todos sempre concorram à relatoria quando competentes (ainda que com probabilidade menor no sorteio)*

Situação: Atendido. O Sistema eproc foi modificado para que não seja possível inferir os juízos que não participam do sorteio.

— *Promover a integração dos sistemas judiciais com os sistemas dos demais órgãos que interagem com os sistemas judiciais da 4ª Região e que ainda não possuam integração com o sistema eproc, utilizando, quando possível, o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)*

Situação: Atendido.

— *Admitir que o sistema verifique novamente os casos de prevenção quando ocorrer alteração das partes, nos termos do art.11 da Resolução CJF n. 441/2005.*

Situação: Atendido. O Sistema foi modificado para possibilitar a verificação de prevenção em caso de alteração das partes.

— *Recomenda-se que o sistema eletrônico não permita que advogados efetuem peticionamento diretamente no Tribunal, nos casos em que o processo esteja nas Cortes Superiores, tendo em vista que, em tese, os processos eletrônicos não podem aceitar petições ou modificações após o envio à instância superior.*

Situação: Atendido.

8 - Iniciativas de destaque no Tribunal

O TRF4 tem investido na modernização do seu parque tecnológico e, para isso, além da atualização realizada em seu datacenter, aposta na implementação de soluções de inteligência artificial (IA) junto ao processo eletrônico eproc. As soluções apresentadas adiante ilustram o avanço do TRF4 nessa área:

- Classificação de temas para o juízo de admissibilidade

Ferramenta utilizada pela Vice-Presidência do Tribunal e pelas presidências das turmas recursais. Analisa os recursos destinados aos tribunais superiores em relação aos temas repetitivos do STJ, temas de repercussão geral do STF e pedidos de uniformização de jurisprudência da TNU. A partir desta análise, a solução apresenta uma ou mais sugestões de temas relacionados ao conteúdo do recurso.

Temas Repetitivos e com Repercussão Geral

 Temas sugeridos com base no conteúdo dos recursos aos tribunais superiores:

Evento	Documento analisado	Temas sugeridos
22	 RECEXTRA1	Tema STF - 660 (54%), Tema STF - 895 (46%)
23	 RECESPEC1	Tema STJ - 995

- Validação do assunto dos processos

Foi desenvolvida uma funcionalidade integrada ao eproc que avalia de forma automática o assunto informado pelo advogado ou procurador com base na análise do texto da petição inicial. Em caso de divergência, sugere para a secretaria das varas a correção, apresentando os assuntos mais adequados.

Assuntos [Editar](#) (Assunto não validado)

Código	Descrição	Principal
040119	Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6), Benefícios em Espécie, DIREITO PREVIDENCIÁRIO	Sim
040501	Averbação/Cômputo/Conversão de tempo de serviço especial, Tempo de serviço, DIREITO PREVIDENCIÁRIO	Não

 O assunto principal do processo foi verificado e está dentro das sugestões do sistema, mas não é a sugestão preferida.

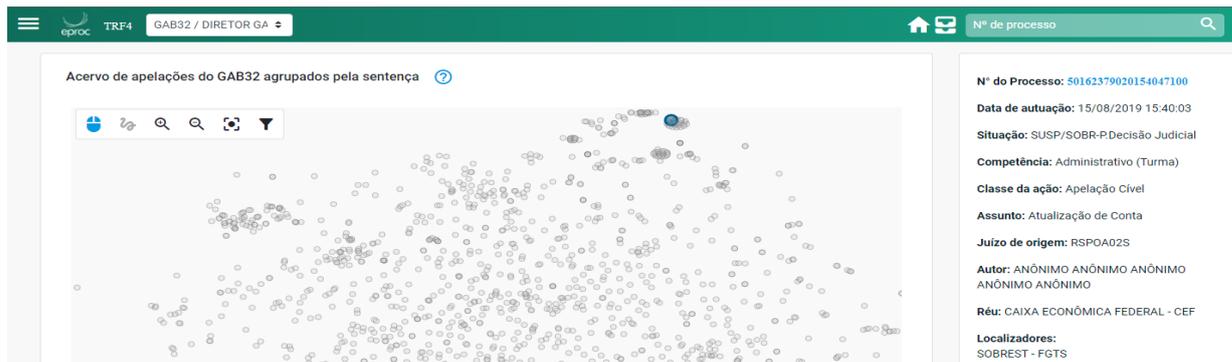
Sugestões do sistema (em ordem de relevância):

Código	Descrição	Ação disponível
040104	Aposentadoria Especial (Art. 57/8), Benefícios em Espécie, DIREITO PREVIDENCIÁRIO ↓	Trocar assunto Incluir como complementar
040119	Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6), Benefícios em Espécie, DIREITO PREVIDENCIÁRIO (atual) ↓	

Retifique o assunto do processo ou clique em "Manter assunto atual" para ignorar a sugestão.

● Agrupamento de apelações por similaridade de sentença

Neste projeto, o acervo de apelações dos gabinetes de 2º grau é analisado e agrupado de acordo com a similaridade do texto da sentença do processo originário. Após esta análise, é exibido mapa do acervo do gabinete com a opção de filtro por termos, situação do processo e localizadores. No mapa montado pela ferramenta, cada processo do acervo é representado como um ponto, possibilitando que a identificação de demandas repetitivas seja feita de forma visual.

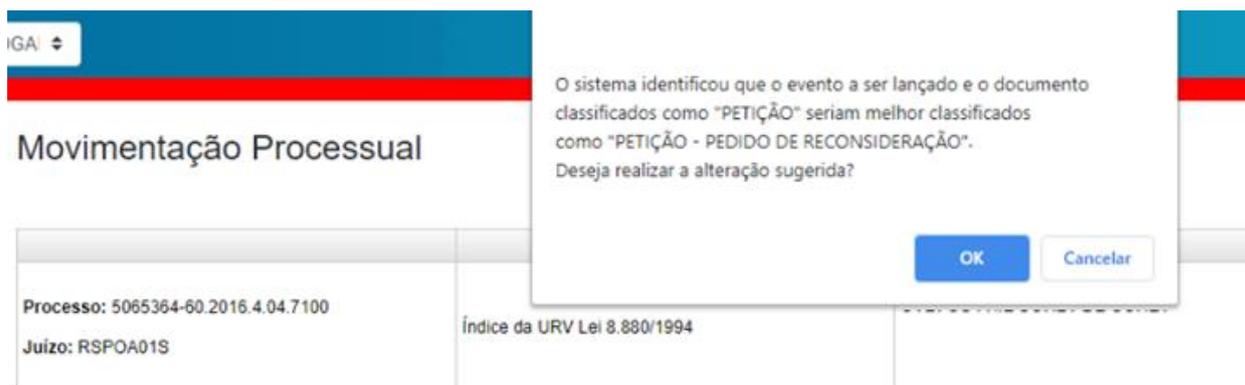


Acervo de apelações do GAB32 agrupados pela sentença

Nº do Processo: 50162379020154047100
 Data de autuação: 15/08/2019 15:40:03
 Situação: SUSP/SOBR-P Decisão Judicial
 Competência: Administrativo (Turma)
 Classe da ação: Apelação Cível
 Assunto: Atualização de Conta
 Juízo de origem: RSPOA02S
 Autor: ANÔNIMO ANÔNIMO ANÔNIMO ANÔNIMO ANÔNIMO
 Réu: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
 Localizadores: SOBREST - FGTS

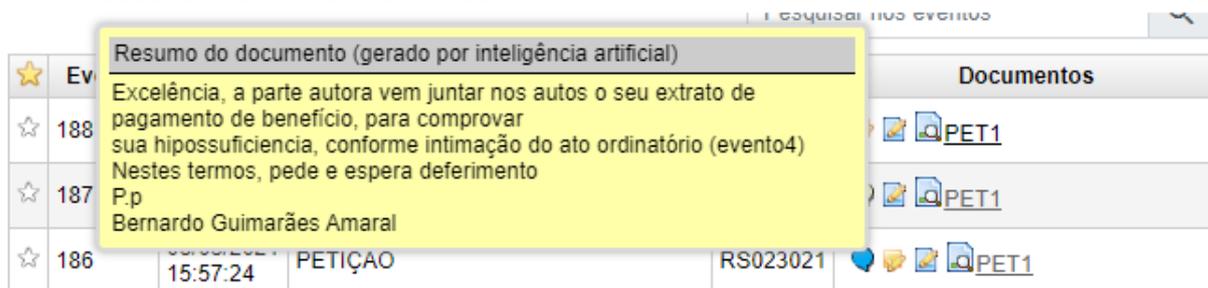
● Classificador de petições

Foi criado modelo de rede neural que, a partir da análise do texto da petição intercorrente, sugere uma classificação adequada ao texto. A sugestão é apresentada ao peticionante de forma imediata, no momento do peticionamento.



●Resumo de petições

Petições com até uma página têm seu texto analisado para remover informações não úteis (como cabeçalho, rodapé e identificação do processo). O sistema exibe de forma rápida um resumo da petição, exibindo apenas os trechos mais significativos, sem necessidade de abrir o documento.



CONCLUSÃO

O TRF4 vem investindo em melhorias nos seus sistemas processuais, notadamente pela utilização de Inteligência Artificial, o que proporciona mais agilidade e assertividade nos processos de elaboração de minutas, análise de prevenção, classificação por temas repetitivos, entre outros. Mantém em seu portfólio três produtos de destaque e amplamente utilizados no poder Judiciário: eproc, SEI e SERH, sendo que este último está sendo transformado em Sistema de RH Nacional no âmbito da Justiça Federal, com apoio deste CJF, e os dois primeiros dispensam apresentações.

A despeito da excelência e destaque que os produtos de software desenvolvidos no TRF4 nos últimos anos, bem como a elevada satisfação de seus usuários, há alguns processos de gestão e governança de TI que ainda não foram implementados, processos estes essenciais para melhoria da Gestão e Governança de TI.

O Tribunal carece da definição de processos definidos em resoluções do CJF, CNJ e TCU, muitos presentes no questionário iGovTIC-JUD, o qual se propõe a medir o grau de maturidade, no tocante aos processos de Gestão, Governança e Infraestrutura, nos

diversos órgãos do Poder Judiciário. Nesta avaliação o TRF4 ficou na penúltima posição entre os TRFs.

Foi verificado que diversos destes processos são eventualmente implementados no dia a dia das equipes, porém não são institucionalizados (publicados em normativo próprio como norma de cumprimento obrigatório). Desta forma a simples formalização destes processos já garantiria ao TRF4 uma melhor avaliação no índice iGovTIC-JUD.

Ainda assim há alguns processos e ações que precisam ser implementadas, algumas das quais são incluídas adiante nas recomendações desta equipe de Inspeção.

RECOMENDAÇÕES.

As recomendações não estão listadas em ordem de importância ou prioridade

1 - Elaborar e implementar o Plano de Continuidade de Negócios - PCN, conforme estabelecido na determinação 9.6.1 do Acórdão 2732/2017-TCU-Plenário e no Art. 36 da Res. CNJ 370/2021, com base nas normas NBR ISO 23313 e NBR ISO 22301, bem como o Plano de Continuidade de Serviços de TI para os processos críticos, especialmente no que se refere aos serviços judiciais, contemplando:

- Plano de Continuidade Operacional (PCO);
- Plano de Recuperação de desastres (PRD);
- Plano de Gestão de crises (PGC);
- Plano de Comunicação (PCOM);
- Plano de Contingência.

2 - Definir os Processos e Ativos Críticos da organização, conforme estabelecido no Plano de Ação de Segurança Cibernética na Justiça Federal, de forma a permitir aplicação de políticas diferenciadas, conforme a criticidade do processo de negócio, especialmente relacionado às áreas de Segurança da Informação e Continuidade de Serviços de TIC. Para tanto faz-se necessária a elaboração de uma Política de Classificação de Ativos no âmbito do Tribunal.

3 - Implementar o processo de Gestão de Ativos no âmbito do Tribunal conforme estipulado no Anexo I da Res. CJF n. 687/2020.

4 - Realizar treinamentos para as equipes da área de TIC, membros de Comitês e Comissões voltados à Segurança Cibernética, bem como os usuários de serviços de TIC, visando desenvolver competências aplicadas ao combate a Ameaças Cibernéticas.

5 - Elaborar o Plano Anual de Capacitações de TIC, consoante o art. 27 da Resolução CNJ n. 370/2021 e dar continuidade ao processo de treinamento das equipes de TIC, especialmente em relação a competências técnicas;

Obs: Não é esperado que as ações acima relacionadas sejam concluídas no curtíssimo prazo, os itens 1 e 2, por exemplo, podem ser bastante trabalhosos. A expectativa é que até a próxima inspeção a maior parte esteja ao menos em andamento e algumas concluídas.

Por fim, agradecemos a toda a equipe do TRF4 pela presteza, disponibilidade e rapidez nas entregas das informações solicitadas bem como ressaltamos a cordialidade no trato.

G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Os trabalhos da inspeção foram encerrados às 16 horas do dia 21/10/2021, conforme ata lavrada, sendo elaborado em seguida este relatório.

Enviados os relatórios às unidades inspecionadas, o acompanhamento dos prazos para o atendimento das recomendações deverá ser realizado pela própria Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça Federal. Assim, uma vez certificado o transcurso dos prazos, deverá ser relacionado e notificado nos autos as unidades que responderam, procedendo à sua imediata remessa aos juízes auxiliares da Corregedoria-Geral para análise e manifestação, de maneira a verificar se as recomendações foram adequadamente atendidas e se as unidades prestaram os esclarecimentos devidos.

Registro meus agradecimentos e cumprimentos a todos que colaboraram para a realização dos trabalhos de inspeção e para a apresentação deste relatório, tanto aos integrantes da equipe da Corregedoria-Geral, como aos membros e servidores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

É o relatório.

Ministro **JORGE MUSSI**
Corregedor-Geral da Justiça Federal



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal
Corregedoria-Geral da Justiça Federal

